



# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁ- FICO DE SÃO PAULO

FUNDADO EM 1.º DE  
NOVEMBRO DE 1894

## VOLUME XLIX

Edição subvencionada pela Câmara Municipal de São Paulo

- S** Padre Manoel da Nóbrega — *J. P. Leite Cordeiro*  
Subsídios genealógicos — *Carlos da Silveira*
- U** Antônio José Pereira — *Arquimedes Pereira Guimarães*  
De São Paulo a Manaus (Impressões de viagem) - *Luis Tenorio de Brito*
- M** No Quarto Centenario da chegada à Bahia do fundador de  
São Paulo — *Tito Livio Ferreira*
- Á** Saudação aos Historiadores Portugueses — *J. P. Leite Cordeiro*
- R** Centenario de Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Daun-  
tre — Aspectos de sua vida como cidadão e sacerdote —  
*Ricardo Gumbleton Daunt*
- I** A Expedição de 1501-1502 e Amerigo Vespucci — *Tomás*  
*Oscar Marcondes de Souza*
- O** Vida comunitaria entre os Índios do Noroeste Amazônico (Ba-  
cia do rio Uaupés) — *Padre Alcionillo Bruzzi Alves da*  
*Silva*
- Martim Francisco, Raposo e os seus jornais — *Costa e Silva*  
*Sobrinho*
- Rui Barbosa, o orador — *J. P. Leite Cordeiro*  
Rui e a "Réplica" — *Américo de Moura*  
Rui Barbosa, o conferencista — *J. P. Leite Cordeiro*  
Alvares Machado — *Amador Florence*  
Necrologio dos socios falecidos em 1949 - *J. P. Leite Cordeiro*  
Índice Alfabético e Índice Cronológico dos "Inventarios e Tes-  
tamentos" publicados pelo Arquivo Público do Estado  
de São Paulo
- Relatorio de 1949  
Atas  
Cadastro Social

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO

— 1952 —

IRMÃOS CANTON  
São Paulo

# Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1.<sup>o</sup> de Novembro de 1894

COMISSÃO DA REDAÇÃO DA REVISTA:

AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY  
JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO  
NICOLAU DUARTE SILVA

VOLUME XLIX

EDIÇÃO SUBVENCIONADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

1949

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO

DIRETORIA  
(Triênio 1951-1953)

Presidente Honorario ....	Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay
Presidente .....	Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos
1.º Vice-Presidente .....	Dr. Frederico de Barros Brotero
2.º Vice-Presidente .....	Dr. Americo Brasiliense Antunes de Moura
3.º Vice-Presidente .....	Dr. Carlos da Silveira
1.º Secretario .....	Coronel Luís Tenorio de Brito
2.º Secretario .....	Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães
3.º Secretario .....	Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
4.º Secretario .....	Prof. Alfredo Gomes
1.º Orador .....	Prof. Dr. José Pedro Leite Cordeiro
2.º Orador .....	Dr. Aureliano Leite
1.º Tesoureiro .....	Prof. Dacio Pires Correia
2.º Tesoureiro .....	Prof. Tomás Oscar Marcondes de Souza.

## COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

(Triênio 1951-1953)

- COMISSÃO DE SINDICANCIA E ADMISSÃO DE SOCIOS — Prof. Dr. Américo Brasi-liense Antunes de Moura, Prof.<sup>a</sup>. Dra. Alice Piffer Canabrava e Sr. Amador Bueno Machado Florence.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA “REVISTA” — Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Prof. Dr. José Pedro Leite Cordeiro e Prof. Sr. Nicolau Duarte Silva.
- COMISSÃO DE HISTORIA GERAL — Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula e Prof.<sup>a</sup>. Dra. Olga Pantaleão.
- COMISSÃO DE HISTORIA DO BRASIL — Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior, Prof. Dr. Tito Livio Ferreira e Cel. Pedro Dias de Campos.
- COMISSÃO DE HISTORIA DE SÃO PAULO — Dr. Aureliano Leite, Dr. Plinio de Barros Monteiro e Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.
- COMISSÃO DE LITERATURA HISTÓRICA E FOLCLORE — Prof. Dr. Sergio Buarque de Hollanda, Dr. Antonio Augusto de Menezes Drummond e Dr. Carlos Alberto Nunes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E MATEMÁTICA — Dr. Alípio Leme de Oliveira, Dr. José Ribeiro Araujo Filho e Dr. Pérsio Pereira Mendes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA HUMANA E POLÍTICA — Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Aroldo de Azevedo e Prof. Dr. Astrogildo Rodrigues de Melo.
- COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E ARQUEOLOGIA — Sr. Zuinglio Marcondes Homem de Melo, Sr. J. Anthero Pereira Junior e Dr. Álvaro da Veiga Coimbra.
- COMISSÃO DE FILATELIA — Prof. Alfredo Gomes, Major Arrison de Souza Fer-raz e Monsenhor Paulo Florencio de Silveira Camargo.
- COMISSÃO DE GENEALOGIA — Dr. Frederico de Barros Brotero, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.
- COMISSÃO DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA — Prof. Dr. Herbert Baldus, Prof. Dr. Plinio Marques da Silva Ayrosa e Prof. Dr. Jorge Bertolaso Stella.
- COMISSÃO DE HERÁLDICA — Dr. Enzo Silveira, Major Henrique Oscar Wieders-pahn e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- COMISSÃO DE ESTATÍSTICA — Dr. Djalma Forjaz, Dr. Armando de Arruda Pe-reira e Cel. Luís Tenório de Brito.
- COMISSÃO DE ICONOGRAFIA, ARTES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monsenhor Paulo Florencio da Silveira Camargo, Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão e Prof. Dr. Teodoro Braga.
- COMISSÃO DE CONTAS — Sr. João Batista de Campos Aguirra, Dr. Celestino Faz-zio e Dr. Cândido de Souza Campos.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA OBRA — “SÃO PAULO EM QUATRO SÉCULOS” — Prof. Tito Livio Ferreira, Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Prof. Dr. José Pedro Leite Cordeiro, Prof. Eurípedes Simões de Paula, Prof. Aroldo Aze-vedo e Prof. Dr. Américo Brasi-liense A. de Moura.
- COMISSÃO DE MOVIMENTO FINANCEIRO — Prof. Tomás Oscar Marcondes de Sou-za, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Cel. Luís Tenorio de Brito.

## PADRE MANUEL DA NÓBREGA

*J. P. LEITE CORDEIRO*

Quando se abrem as portas do Instituto para darmos início aos trabalhos anuais, cumpre-nos recordar um dos mais expressivos acontecimentos do Quinhentismo: — a Fundação de São Paulo. Desta longínqua e memorável passagem da História Brasileira, emergem, aureoladas pelos fulgores da glória e eternizadas na paisagem evocativa dos sentimentos paulistas, as figuras de João Ramalho e de Tibiriçá, símbolos másculos da união de duas raças que Deus abençoou com a clarividência e o devotamento de Manuel da Nóbrega, os sacrifícios e a coragem de José de Anchieta, a piedade e as virtudes cristãs de Manuel de Paiva. Impossível separar um dos outros êsses portentosos vultos de nosso passado, verdadeiros guardiões do berço em que São Paulo nasceu, mas tão pronunciadas foram as suas ações que é também impossível, numa só tarde, evocá-los em tôda a sua amplitude. Eis o motivo que hoje nos obriga a relembrar apenas um dêles. Escolhemos Manuel da Nóbrega, “Jesuíta benemérito” que, no dizer de Capistrano de Abreu, “Não tem sido condignamente apreciado”, e a quem, na frase do Padre Serafim Leite, “O Brasil nascente deve alguns dos fatos decisivos que asseguraram para destinos gloriosos, a sua propria existencia”.

Vindo ao mundo no dia 18 de outubro de 1517, em um recanto de Portugal, filho do Desembargador Baltasar da Nóbrega e sobrinho de um Chanceler-mor do Reino, Manuel da Nóbrega, antes de ordenar-se, tentou um concurso na Universidade de Coimbra. Rezam as crônicas que, havendo um preferido do Reitor, Nóbrega viu fecharem-se as portas em que batia. Amigo de Aspilcueta Navarro — tio de um jesuíta do mesmo nome — e instado por êle, tentou novo concurso cujo resultado, refere um dos seus biógrafos, foi “Nova injustiça, novo insucesso, nova amargura”.

Fundada a Companhia de Jesus, para ela ingressou em 24 de novembro de 1544, e, como jesuíta, iniciou a sua primeira cruzada, atravessando Coimbra, a Galiza e Castela, numa santificante missão de confortar aflitos, consolar sofredores, suavizar mágoas e pregar a união da humanidade para maior glória de Deus.

Cavaleiro andante da fé cristã, paladino do bem e do amor, trazia, porém, inerente á constituição física, um defeito no falar. Era gago, mas dessa inferioridade fêz estímulo que mais lhe ressaltou as energias e mais lhe enfibrou a fôrça de vontade. Dominou o complexo e chegou a pregar sermões famosos apesar da gagueira porque a sua palavra, embora entrecortada, estava cheia de convicção, expressava sinceridade e vinha impulsionada pela fé.

Adejava pela Província da Beira quando El-Rei D. João III o escolheu como substituto de Simão Rodrigues indicado para chefiar os missionários jesuítas que a armada de Tomé de Souza deveria conduzir ao Brasil. A pé, alcançou a cidade de Lisboa. Embarcou no Salvador e, em pleno mar, passou para a nau "Conceição", alcançando plagas baianas em março de 1549. Acompanhavam-no os Irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues e os Padres Leonardo Nunes, Antônio Pires e Aspilcueta Navarro, sobrinho de seu velho amigo.

No último dia de março, erguida a cruz, Manuel da Nóbrega celebrou a primeira missa dos jesuítas no Brasil. A nossa pátria mais se adentrava na sua verdadeira trilha espiritual enquanto Nóbrega dava início a uma obra monumental de pioneiro, de conquistador, de sábio político. Tomou-lhe a mente a visão de um sonho que êle mesmo transformaria em realidade, e, enlevado, exclamou: — "Esta terra é a nossa emprêsa". Delinearam-se-lhe, através de uma intuição tôda especial, as canseiras e as lutas que enfrentaria, mas o desânimo não se apossou de seu generoso coração. Devotou-se ao trabalho e, dando o exemplo, não enjeitou cansaços, sofrimentos ou sacrifícios. Resignou-se, pronto não a suportá-los mas sim a vivê-los pois era o serviço de Deus de quem era êle o ministro. Iniciou e orientou a catequese dos brasilíndios, chamou-os para o seio da Igreja, salvou-lhes as almas, bem conduzindo-os no rápido peregrinar terreno para mais depressa alcançarem as bem-aventuranças da vida eterna, e assim, do púlpito improvisado à sombra de uma palmeira, no alto de um rochedo, ou à beira de uma linda praia, começou a moralizar os costumes, insurgiu-se contra a concubinação, estaqueando em sólidos alicerces, em normas de moralidade, a organização das primeiras famílias brasileiras. Procurou impregnar no cenário rude e selvagem da América, os requintes da cultura. Daí opor-se à barbaresca e desumana antropofagia, daí inculcar os rudimentos de civilização quer no campo da higiene e da medicina, quer no vastíssimo campo da instrução. E não tardou que surgissem os milagres. Um dos chefes indígenas decorou o ABC em dois dias apenas; como que por encanto desapareceram a rebeldia e a desconfiança do selvagem que a largos passos se transformou em elemento útil para a nova sociedade que surgia no Brasil. Os jesuítas ensinavam e educavam, colocando em cena o teatro, a música e também os seus atributos de fundadores, de criadores de po-

vos e de nacionalidades, características primaciais das realizações inacinas em todo o mundo.

Os missionários passaram a tomar contato com as tribos, infiltrando-se pelas veredas sertanejas e debuxando o quadro maravilhoso da conquista espiritual. Achegam-se-lhes os meninos, primeiro, depois as mulheres, e em seguida os homens experientes da selva e adestrados no manejo da flecha, do arco e do tacape. Aos poucos vai crescendo a ascendência dos padres sobre os senhores da terra. Trocam-se benefícios de parte a parte, e, insensivelmente, a bondade e o carinho, aos quais se alia a palavra divina, conquistam mais do que as caravelas, dominam mais do que as espadas, são mais lembrados do que o surdo e reboante detonar dos arcabuzes.

Já de madrugada, tange o sino no alto da igreja. É o apêlo de Deus. A êle acorrem os incolos para, genuflexos, assistirem ao santo sacrifício da missa. Na expressiva imponência da liturgia, os ameríndios começam a sentir a pobreza de seus rituais, a barbaria dos seus costumes, as incertezas do seu pagê, as incongruências das suas crendices, e a falibilidade de Tupã. Ao animismo, ao fetichismo, à magia, ao primitivismo do íncola, antepuseram-se desde então o idealismo, e a persuasão do catolicismo. Quebradas as dificuldades da aproximação, desfeitos os desentendimentos originados na diferença das linguas, Manuel da Nóbrega, na acertada expressão de Mariz de Moraes, transformou o *Homo Magicus* em *Homo Religiosus*.

Na Sociedade de Jesus ainda não havia o código de regras chamado Costumeyro. As próprias Constituições não estavam definitivamente estabelecidas. No entanto, o espírito da Companhia de Jesus, os seus propósitos e o seu destino não teriam encontrado melhor intérprete e mais profícuo realizador para o Brasil do que Manuel da Nóbrega. As regras jesuíticas, mais tarde decretadas, tinham sido cumpridas como que intuitivamente em terras da América do Sul. As disposições inacinas haviam sido mantidas e a expansão cristã processada. Disciplina e ardor, pujança e audácia, coragem e ação, eis as características dos comandados de Nóbrega. Não lhes bastavam, porém, os catecúmenos autóctones. Cuidaram dos lusitanos aqui fixados, e também souberam atrair novos obreiros para a cruzada. O soldado Simão Gonçalves foi dos primeiros que no Brasil engrossou as hostes loiolistas.

Os jesuítas constituíram exemplos edificantes de pioneiros para os próprios colonos. Não se circunscreveram às conquistas espirituais. Onde chegavam, êles mesmos, à fôrça de músculos e sob o suor de estafante trabalho braçal, elevavam as suas residências e os templos divinos. Simão de Vasconcelos descreveu-os nesta azáfama: "Êles eram os mestres das taipas, iam ao mato, cortavam as árvores, traziam as madeiras às costas, e o mais necessário . . . iam à fonte pela água, e ao mato, pela lenha, pelo que andavam à



ligeira em corpo, que não havia entre tanta pobreza tratar de veste ou mantéu; e talvez nem sapatos havia nem camisa". Muita razão teve Anchieta ao afirmar: "É necessário ser santo para ser Irmão da Companhia".

Os jesuítas foram dos primeiros fomentadores da nossa indústria e da nossa agricultura. Atestam a asserção, as palavras de Nóbrega: — "Serão cá muito necessárias pessoas que teçam algodão, que há muito . . . e outros oficiais. O Irmão Antonio Pires pede alguma ferramenta de carpinteiro porque êle é nosso oficial em tudo. Vicente Rodrigues porque é ermitão pede muitas sementes".

A asserção reforça-se também em Anchieta que afirmava ao Geral Diogo Laynez: "Quase nenhuma arte existe das necessárias para o uso comum da vida que os irmãos não saibam fazer: fazemos vestidos, sapatos, principalmente alpargatas de um fio como cânhamo que nós outros tiramos de uns cardos deixados nágua e curtidos". Em São Vicente, os integrantes da Companhia de Jesus exerciam outros ofícios e profissões como "Barbear, curar feridas, sangrar, fazer casas e cousas de barro".

Divididas as tarefas, Aspilcueta Navarro, o que primeiro aprendera a língua nativa, embrenhou-se no continente em busca dos núcleos mais afastados, Leonardo Nunes e Diogo Jácome avançaram para o sul, Vicente Rodrigues dedicava-se aos meninos e Antonio Pires, que assistia mais de perto ao chefe esfalfava-se na carpintaria e nos trabalhos braçais produtivos e eficientes em suas hábeis mãos de artífice nato. Manuel da Nóbrega dirigia-os, animava-os e arquitetava planos, aquêles planos que o caracterizariam político sagaz e construtor de alta visão.

Restava, porém, muito a realizar. Problemas, questões, dificuldades e empecilhos surgiam de todos os lados, mas nada disso conseguia desencorajar Manuel da Nóbrega que resolvia as mais embaraçosas situações. Assumindo pesada responsabilidade, instituiu a confissão através de um intérprete. À Metrópole solicitou meios para cobrir a nudez das índias a fim de não ser despertada, em plena realização dos ofícios divinos, a voluptuosidade dos homens. A respeito da provocante ingenuidade de nossos indígenas, escreveu Anchieta: "Os índios da terra, de ordinário andam nus, e quando muito vestem alguma roupa de algodão ou de pano baixo e nisto usam de primores a seu modo, porque um dia saem com gorro, carapuça ou chapéu na cabeça e o mais nu, outro dia, com seus sapatos ou botas e o mais nu; outras vêzes, trazem uma roupa curta até a cintura, sem mais outra coisa. Quando caçam, vão às bodas vestidos e à tarde se vão passear somente com o gorro na cabeça sem outra roupa e lhes parece que vão assim mui galantes".

No entanto, continuava Nóbrega a sua missão. Recorreu aos conhecimentos canônicos, atacou, sentimental e juridicamente, o cativo índio, levantou a voz em defesa do mais fraco, clamou

por justiça e defendeu o direito. Exprobrando o pecado nascido “Desta infernal raiz que foi ensinarem os cristãos ao gentio a furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos”, invocou o Supremo Criador “Já que para com os homens não há coisa que abaste, veja Deus do alto e ponha remédio a tantas desordens”.

Primeiro pregoeiro da Abolição da Escravatura, em nossa terra, mostrou-se também hábil resolutor de intrincadas questões. Pôs cõbro à mancebia desculpada por muitos portugueses com a falta de mulheres brancas, solicitando que do Reino enviassem mulheres para o Brasil porque “Todos se escusam que não têm mulheres com que casem e conheço eu que casariam se achassem com quem”. Ansioso por debelar de vez essa fonte de maus exemplos, aconselhou ao monarca enviar as moças que em Portugal sentiam dificuldade em contrair matrimônio. As desencaminhadas, as erradas, também poderiam vir desde que ainda não tivessem perdido tudo, desde que pelo menos ainda conservassem um pouco de vergonha de Deus e algum amor ao próximo. Nesta atitude entrelaçavam-se o desejo do Apóstolo que procurava redimir pecadoras e a ânsia do colonizador que almejava povoar a nova terra. A êsse propósito, Anchieta mencionou uma senhora de vida airada que graças ao “Auxílio e diligência dos nossos se casou e dá hoje notável exemplo da mais honesta vida”. Aliás, foram inúmeros os casamentos preparados, conseguidos e realizados pelos jesuítas, não só para as órfãs vindas do Reino a pedido de Nóbrega, mas também para as índias casadoiras.

Em segunda leva, chegaram à Bahia os padres Afonso Braz, Francisco Pires, Manuel de Paiva e Salvador Rodrigues, trazendo sete meninos órfãos, solicitados por Nóbrega e destinados a estreitar relações com os indígenas através da recíproca simpatia que emana da pureza e da inocência das crianças.

Assentados em sólidas bases os trabalhos da Companhia de Jesus na Bahia, partiu Nóbrega em visita a Ilhéus e Pôrto Seguro, dirigindo-se logo depois a Pernambuco, para onde levou o Padre Antonio Pires e alguns meninos. Em Olinda, assaltou-o, porém, a saudade, essa tão cantada filha do Amor, sob cujo doce e tentador influxo, o jesuíta ausentou-se momentaneamente da sua obra espetacular, não deixando, porém, de perceber, agastado, que lhe vibravam demasiadamente forte as fibras da sentimentalidade. Em carta aos Irmãos de Portugal, desabafou-se “De cá vos estou contemplando e pelos cubículos visitando e com o coração amando”. Açodado com aquêlo momento que reputava uma das incoercíveis fraquezas humanas, dominou a saudade, aquela saudade portuguesa tão imperiosa, e, enèrgicamente, acrescentou “Sõmente em os Céus vos quero ver e lá vos aguardar”. Serenado o coração, vencida a emoção que lhe trazia a lembrança de tudo que o ligava à querida Lusitânia, pôs-se de novo a argamassar o futuro do

Brasil, pois tinha um dever a cumprir, o dever que lhe impusera a própria História do Brasil.

Em Pernambuco, o donatário Duarte Coelho entregou aos jesuítas a Ermida da Graça. Dentro de poucas semanas, já se notavam benefícios. Um padre secular dissoluto penitenciou-se publicamente, realizaram-se muitos casamentos e Nóbrega fundou um Recolhimento, talvez o primeiro em nosso país. Destinava-se às índias que se tinham afastado dos cristãos com quem viviam amancebadas. A persuasão do jesuíta, os seus dotes de argumentador, conseguiram obter o sustento do Recolhimento das próprias mãos daqueles com quem haviam as índias coabitado.

Fundada a residência de Olinda, nela se acolheram os columins da terra e os órfãos vindos da Metrópole. Indiscutivelmente, Nóbrega desejava criar o Brasil, um Brasil que desde menino êle orientasse nas normas cristãs, que êle mesmo conduzisse nos ditames da moral, que visse crescer e engrandecer-se no respeito a Deus, a fim de que a pátria por êle plasmada em plena selva americana durante o quinhentismo, se transformasse, no século XX, na maior nação católica do Universo.

Entregue Pernambuco aos cuidados de Antonio Pires, voltou à Bahia para acompanhar o Governador Tomé de Souza em uma viagem de inspeção ao sul da colônia. Partiu satisfeito porque se desgostara com as atitudes de D. Pero Sardinha, primeiro Bispo do Brasil, indicado por El-Rei D. João III e aceito pelo Santo Padre Júlio III, para vir ocupar na América do Sul a diocese criada por instância e a pedido do próprio Manuel da Nóbrega, quando, em 9 de agosto de 1549, dissera em carta ao Padre Mestre Simão Rodrigues: "É muito necessário cá um Bispo . . . e vindo não seja dos que *quaerund quae sua sunt, sed quae Jesu Christi*. Venha para trabalhar e não para ganhar".

O antístite possuía jurisdição sôbre o jesuíta. Dêste discordou e nasceram as desavenças. Nóbrega pudera compreender melhor o espírito e os costumes dos brasilíndios, vivera um contato mais íntimo com os incolas, conhecia-lhes os defeitos, as qualidades e as fraquezas, e de há muito palmilhava a estrada que ia diretamente ao coração do ameríndio. Daí, a seu pedido, terem vindo de Lisboa os órfãos que chegaram ao Brasil em 1550. Seriam os companheiros dos columins, os seus amigos, os seus discípulos. Crescendo juntos, também conheceriam juntos o mundo, conversariam na mesma língua, desabrochariam para a vida ao calor dos mesmos anseios, dos mesmos ideais, e, unidos pela mesma formação educacional, preparariam a futura unidade do Brasil. Permittiu-lhes Nóbrega os mesmos cantares, as mesmas danças, ritos pagãos no entender de D. Pero Sardinha que, revoltado contra a orientação de Nóbrega, chegou a exprobrar até o corte de cabelo dos órfãos, que acompanhava o tipo nativo. Humilde, revidou-lhe Nóbrega

brega “Semelhança é causa de amor” conceito profundo ao qual logo depois acrescentou “A conversão no Brasil não é assunto doutrinário. É questão de costumes”, mas, inquieto e preocupado, o discípulo de Santo Inácio queixava-se do prelado “Haverá pouco mais de um mês que veio e já o temo”.

Partindo o Governador em direção ao sul, integravam-lhe a comitiva, entre outros, o chefe dos jesuítas, o Padre Francisco Pires e quatro órfãos de Lisboa. Na cidade do Salvador, ficaram os Irmãos Pecorela e Vicente Rodrigues e o Padre Salvador Rodrigues. A expedição aportou em S. Jorge dos Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo e na Guanabara onde se demorou algum tempo. Tomé de Souza percebeu a necessidade urgente de iniciar, nas margens da deslumbrante baía, uma povoação, premência acentuada por Nóbrega em carta a El-Rei: — “Parece-me que Vossa Alteza deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa porque já nesta costa não há rio em que entrem franceses sinão êste”. Antevia o futuro fundador de São Paulo, a inconveniência das visitas constantes de naus francesas que ali se abarrotavam de pimenta e mais ao norte, no Cabo Frio, do valioso pau-brasil. Tomé de Souza não dispunha, porém, dos meios necessários para a fundação tanto que asseverou a El-Rei “E si não fiz fortaleza êste ano no dito rio como me Vossa Alteza escreveu foi porque o não pude fazer por ter pouca gente e não me parecer siso derramar-me por tantas partes”.

Continuada a viagem, rumo à Capitania Vicentina, um temporal desencadeado nas proximidades de Santos desarvorou e fêz naufragar o navio em que viajava Nóbrega o qual, não sabendo nadar, foi salvo pelos índios.

Na capitania sulina, já se encontrava Leonardo Nunes, antecessor de Nóbrega na penetração dos campos de Piratininga. Realizara prodígios em sua missão, mas estava em desavença com um dos maiores da terra, João Ramalho, pai dos netos do Cacique Tibiriçá. Assim que chegou, Nóbrega ouviu-o atentamente, serenou os ânimos exaltados, sufocou rancores e harmonizou desentendimentos, preparando o caminho para a definitiva instalação da Companhia de Jesus no sul do Brasil.

Cumpridos os seus objetivos, Tomé de Souza regressou ao norte. Em São Vicente, permaneceu o chefe dos jesuítas que, aos dois de fevereiro de 1553, inaugurou oficialmente o Colégio dos Meninos de Jesus na vila martim-afonsina. Em julho, chegaram a Salvador da Bahia, o segundo Governador Geral Duarte da Costa e os Padres Luís da Gram, Braz Lourenço e Antonio Pires além dos Irmãos João Gonçalves, Gregório Serrão, Antonio Blasques e José de Anchieta. Na mesma armada vinha a notícia da criação da Província Jesuítica do Brasil e a nomeação de Manuel da Nóbrega para primeiro provincial. Libertava-se assim o maior jesuíta do Brasil da jurisdição episcopal, nova e promissora situação conseguida pelo

futuro Santo Inácio de Loiola que sàbiamente dirigia os trabalhos jesuíticos em todo o mundo.

A mandado de Nóbrega, Leonardo Nunes partiu para a Bahia a fim de trazer os novos missionários para o sul da colônia onde chegariam na véspera do Natal José de Anchieta, Gregório Serrão, Afonso Braz e Vicente Rodrigues. No espaço de tempo que durou a viagem de ida e de volta de Leonardo Nunes, Manuel da Nóbrega, acompanhado pelo irmão Pero Corrêa e por um dos filhos de João Ramalho, visitou o altiplano da Serra do Mar conhecendo de perto os domínios de Tibiriçá onde não deixou de perscrutar o horizonte lónginquo em busca do Paraguai, de outras terras, de outras nações gentílicas a conquistar para a sua fé e para a sua religião. Certificou-se da uberdade do solo e da amenidade do clima, e, na colina estratégica entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, divisou o local propício para a próxima fundação. Seduzira-o a região futuramente descrita por José de Anchieta como "Grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados, de bois, porcos e cavalos . . . e abastada de muitos mantimentos" onde "Se dão uvas e se faz vinho, marmellos em grandes quantidades e se fazem muitas marmeladas, romã e outras árvores de fruto das terras de Portugal".

Os columins de Piratininga recebiam ensinamentos em São Vicente mas a seus pais muito facilitaria uma escola no altiplano. Além disso, os moradores do núcleo ramalhense na borda do campo, alguns dos quais estavam desencaminhados de Deus, tinham precisão de uma assistência espiritual mais constante. A habilidade de Nóbrega fizera-o amigo de João Ramalho e com êstes vieram os Guaianases tendo à frente o Cacique Tibiriçá. Ia tudo às maravilhas. Por ordem do Provincial, uma nova casa jesuítica elevar-se-ia brevemente no solo brasileiro, a casa planaltina, embrião da futura vila de São Paulo; aliás referindo-se aos meninos, Nóbrega recordou, mais tarde, a gênese da fundação: "Os coloquei em casa de seus pais em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente fiz aquela casa".

José de Anchieta assim descreveu a fundação: — "Mudou o Padre Manuel da Nóbrega os filhos dos índios do campo a uma povoação nova chamada Piratininga o que os índios faziam por ordem do mesmo Padre para receberem a Fé".

Interessado por João Ramalho que já era o Patriarca da Raça de Gigantes, Nóbrega escreveu a Portugal buscando notícias da espôsa que Ramalho deixara no reino havia mais de quarenta anos. Fazia-se necessário, se possível, legalizar a união do Patriarca do Campo com Isabel, princesa guaianá, cujos filhos e filhas já haviam constituído famílias cristãs na terra, as primeiras famílias paulistas, e Ramalho "Desejava muito casar-se com a mãe dêstes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veio resposta dêste seu negócio, porque se êste homem estiver em estado de graça fará Nosso Senhor

por êle muito nesta terra, pois, estando êle em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora. Nêle e nela e em seus filhos esperamos ter grande meio para a conversão dêstes gentios”.

Bem estudadas as condições geográficas do Planalto Piratiningano, bem refletido e amadurecido o seu plano, voltou Nóbrega para o litoral onde recebeu os novos missionários trazidos por Leonardo Nunes, bem como a notícia da sua nomeação para Provincial no Brasil.

Passou-se o ciclo festivo do Natal e raiou finalmente a madrugada de um outro dia também soberbamente festivo para todos nós, 25 de janeiro de 1554, quando treze soldados de Cristo lançaram os fundamentos desta cidade. O primeiro ato dos missionários foi a homenagem a Deus através do seu culto: — a celebração do santo sacrifício da missa. A bênção do Altíssimo caiu então sôbre o Campo de Piratininga, fertilizou-o, fecundou-o e transformou-o na metrópole atual, êsse nosso tão glorioso, tão heróico, tão querido, tão pujante São Paulo.

Nas elucubrações de Nóbrega, a ereção da Casa Piratiningana obedecia a um plano, ou de ataque ou de defesa. Ela seria a reserva de lusitanidade, o baluarte das realizações jesuíticas no sul do Brasil. Se os franceses tomassem pé no litoral guanabarino, como sucedeu no ano seguinte, Ramalho, Tibiriçá e Anchieta resistiriam vantajosamente no planalto. Na ponta das flechas guaianases e nas páginas do Evangelho esbarrariam as hostes calvinistas dando tempo e alento aos lusitanos para defenderem um direito de posse. Se o inverso acontecesse, se os calvinistas nada tentassem, São Paulo constituiria um entreposto da conquista portuguesa, o ponto de partida para o Paraguai, para as montanhas andinas, para a expansão interior, como os bandeirantes realmente fariam, no século imediato. A clarividência de Nóbrega sempre defendeu êsse plano estratégico, digno de um arguto chefe militar e de um hábil político. Tendo transferido para serra acima parte da escola vicentina dirigida por Leonardo Nunes, dando assim o primeiro sôpro de vida a São Paulo, bateu-se pela sua manutenção no altiplano e quando, em 1561, parte do colégio de Piratininga foi mudado para São Vicente, protestou enêrgicamente o que valeu ter permanecido no planalto, a maioria dos padres, sob a chefia do Superior Vicente Rodrigues, processando-se então um simples desdobramento e não uma transferência, o que constituiu garantia para a permanência portuguesa nas margens do Tamanduateí, haja vista a vitória de 1562, obtida, na verdade, pelas hostes de Tibiriçá e de Ramalho, fator material decisivo no resultado da luta.

Em todos os combates, porém, há sempre um ideal, um objetivo que impulsiona os combatentes e naquela ocasião antepunham-se dois ideais, dois objetivos. Um barbaresco, vinha envolto nos instintos selvagens de destruição. O outro, nobre e elevado, concre-

tizava-se na construção de uma pátria, na criação de um povo com elementos aptos para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da cultura e da civilização. Ao lado dêste, encontravam-se os jesuítas e com êles Deus. Foi por isso que vingaram os esforços de Tibiriçá, foi por isso que lhe sorriu a vitória, aureolando a obra jesuítica em Piratininga e premiando a expansão lusitana que trazia como bandeira a cruz, emblema do filho de Deus vindo ao mundo para salvar os homens.

A própria transferência de Santo André para São Paulo, o que viria fortificar o reduto português no Planalto de Piratininga, não escapara ao espírito observador de Manuel da Nóbrega. Neste mesmo recinto em que estamos reunidos, Padre Serafim Leite, êsse admirável historiador da Companhia de Jesus no Brasil, revelou-nos, aos 5 de junho de 1934, uma carta inédita, datada da Bahia e endereçada ao Provincial em Portugal. Nela, Nóbrega mostrava a importância da localização geográfica de Piratininga e a imperativa necessidade da sua sobrevivência, mais certa e melhor garantida com a união dos dois núcleos lusitanos. Assim se manifestava êle: "Também me parece que se devia dizer a Martim Afonso e a Sua Alteza que se quer que aquela Capitania se não despovoe de todo, que dêem liberdade aos homens para que os do Campo se ajuntem todos juntos no Rio de Piratininga, onde êles escolheram. E os do mar se ajuntem também todos juntos onde melhor fôr por estarem mais fortes, porque a causa de despovoarem é fazerem-nos viver na vila de Santo André da Borda do Campo, onde não têm mais que farinha e não se podem ajudar do peixe do rio, porque está três léguas daí, nem vivem em parte conveniente para suas criações e se os deixassem chegar ao rio tinham tudo e sossegariam".

Voltemos, porém, aos anos seguintes à fundação de São Paulo. Em maio de 1556, Nóbrega deixou São Vicente. De passagem pelo Espírito Santo e Pôrto Seguro não perdeu tempo. Catequizou e missionou. Em agôsto chegava na Bahia onde continuou a sua vida que era a sua própria obra.

Em 1557, aportou ao Brasil o terceiro Governador Geral, o ínclito Mem de Sá que logo após desembarcar, recolheu-se durante oito dias a um retiro espiritual, para ouvir a palavra de Nóbrega. Tempos mais promissores, horizontes mais claros, passou então a descortinar o Provincial da Companhia de Jesus. A catequese ia avançada. Grangeavam-se almas para o reino eterno, expurgavam-se maus costumes, argamassava-se a colonização e preparava-se a grandeza material e moral do Brasil. Despontavam na superfície terrestre da pátria nascente, os aldeamentos índios organizados pelos jesuítas, formando as células da futura nação. O pensamento nobreguense orientava as relações com os indígenas: "A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vesti-

rem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feitiços, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não fôr para entre cristãos; tendo terras repartidas que lhes bastem e com êstes padres da Companhia para os doutrinar”.

Contra Mem de Sá e Manuel da Nóbrega, irmanados no elevado objetivo de beneficiar o Brasil, levantaram-se a intriga, a malquerença e o despeito mas, apoiados um no outro, êles continuaram a sublime tarefa. Rudemente, a incompreensão e a maldade atingiram Nóbrega. O idealizador de São Paulo viu-se privado do provincialato, confiado ao Padre Luís da Gram. Cercearam-lhe o mando, porém, não lhe conseguiram tolher por inteiro as atividades. A realização que iniciara não haveria de permanecer inacabada. A sua pertinácia mais se reforçou em dezembro de 1559 com a chegada de D. Pero Leitão, 2.º Bispo de Salvador. Com o primeiro antistite não se dera bem. No segundo encontrou o eco fortalecedor de seus ideais, o apoio para suas atividades missionárias. Tudo os uniu: objetivos, temperamentos, inimigos comuns, perigos heréticos e estrangeiros desencadeados com o definitivo assentamento dos franceses na Guanabara o que já datava desde fins de 1555. “E para que não haja pecado que nesta terra não haja, relataria Nóbrega, “Também topei com opiniões luteranas e com quem as defendesse, porque já que não tínhamos que fazer com o gentio em lhe tirar suas erronias por argumento, tivéssemos herejes com quem despartar e defender a Fé Católica”.

A Capitania de São Vicente situava-se nas proximidades dos herejes. E um dia, a ela chegou, ao que parece, fugitivo de Villegagnon, o audacioso e culto João de Bolés. Enfrentaram-no Luís da Gram e José de Anchieta. Remetido prêso para a Bahia, defrontou-se com D. Pero Leitão. Esperava-õ na Metrópole o julgamento inquisitorial. Esfumou-se na lenda, em muitas incertezas e em poucos documentos históricos, a sua permanência no Brasil mas àqueles que, em São Vicente e na Bahia, assistiram à sua passagem ou dela tomaram conhecimento, patentearam-se mais do que nunca as possibilidades calvinistas no continente americano do sul.

Nóbrega já andava arcado com o pêso das responsabilidades que assumira e às quais excedera no cumprimento das suas obrigações de sacerdote, de missionário, de maior jesuíta do Brasil. Os males corporais vinham-lhe solapando a constituição física. Os achaques da idade, as abstinências, os jejuns, as fadigas corporais, sulcavam aquêlo corpo de intrépido lutador cujas forças se esgotavam nas vigílias, nas longas caminhadas, nas dores que o martirizavam; mas se o Brasil precisasse de alguém, seria o primeiro a se apresentar, e como o general que na última batalha sente as energias e os entusiasmos da mocidade, voltava para a liça como obediente soldado de Cristo, amparo e defesa do Brasil ante o assal-



to calvinista. Lição para heróis que somente um herói poderia professar.

O coração angustiado, a alma pesarosa, temendo ver desparecidos o colégio de São Vicente, a Casa de Piratininga, o pôsto donde poderiam avançar os ministros de Deus, América do Sul a dentro, em busca do Paraguai e de outras missões, Manuel da Nóbrega, rejuvenescido, acompanhou Mem de Sá quando êste se dispôs a examinar os problemas das capitâneas sulinas e a combater os franceses. Vinha proteger a sua realização, vinha defendê-la e ampará-la, desígnios que excedeu, alentadamente, em uma nova criação: o Rio de Janeiro.

Mem de Sá venceu os calvinistas, tomou o Forte Coligny, e seu maior colaborador foi Manuel da Nóbrega. Após o sucesso, as tropas lusitanas vieram recompor-se em São Vicente, mas o jesuíta ainda não estava satisfeito. Desejava uma cidade nas costas da Guanabara e apontou ao Cardeal D. Henrique a necessidade de "Fazer-se nela outra cidade como a Bahia porque com ela ficaria tudo guardado, assim a Capitania de São Vicente como a do Espírito Santo que agora estão bem fracas" . . .

A vitória não estava consolidada, pois apenas momentaneamente o perigo fôra afastado. O tamoio não cedera por completo e os franceses, embora dispersos, ainda se encontravam nas imediações. Seus barcos ainda rondavam freqüentemente águas da Bahia, do Espírito Santo e da Guanabara. Algo de novo seria tentado. Não havia dúvidas. Nada disso escapou a Nóbrega. Daí seus desvelos com São Paulo que procurou fortalecer. Influenciado em parte pelos argumentos do jesuíta, o Governador Mem de Sá transferiu o pelourinho de Santo André da Borda do Campo para o núcleo entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, esclarecida e salvadora medida que impediu ser a bandeira lusitana rasgada pelos indígenas revoltados.

Não tardaria a se toldarem os céus vicentinos. Os tamoios encheram os ares com os sons tétricos das inúbias, congregaram-se para a guerra, dispostos a destruir as vilas lusitanas e as igrejas de Cristo. Nóbrega redobrou de energias. O sangue por vêzes tingia-lhe os lábios pálidos de jejuador. O seu bordão já estava curvado sob o peso que sustentava. Acompanhavam-no sempre um subordinado ou um piedoso convertido. Exauriam-se-lhe as forças materiais. Sustinham-no somente as forças emanadas de uma alma atribulada e de um coração aflito. Em último recurso, implorou ao Altíssimo a inspiração e ela, célere, iluminou-lhe o espírito. Dois anos aguardou pacientemente o momento propício. Talvez naquele tão pronunciado esfalfamento físico só o tivesse sustentado o ânimo de cumprir mais um encargo do qual somente êle mesmo seria capaz de desempenhar.

Escolheu Anchieta, língua da terra, e partiu em direção ao inimigo, cruzou-lhe as atalaias avançadas e penetrou no âmago do

reduto adversário. Distendidas as cordas dos arcos, as flechas apontavam a cruz que protegia o peito dos dois jesuítas, fazendo todo o Brasil viver um momento de inquietação, quebrado por José de Anchieta que, tomando a palavra, explicou ser pacífica a razão das suas presenças. Vinham buscar a Paz em nome do Deus e do rei dos cristãos. Mais do que as frases persuasivas de Anchieta, convenceram aos tamoios, o ineditismo do acontecimento e a coragem dos jesuítas.

Em Iperoig, delineava-se outra vitória de Nóbrega. E como eram soldados de Deus, lançaram a palavra divina entre os Tamoios. O Apóstolo do Brasil pregou e começou a alquebrar o paganismo vigente enquanto Nóbrega celebrava rodeado de infieis. Viveiram ambos o primeiro episódio da diplomacia brasileira. Impecável, abrangendo tão perfeitamente tôdas as minúcias, o plano de Nóbrega foi coroado pela retumbante vitória do nosso primeiro tratado de paz. Uma única imperfeição o assinalou. Os embaixadores jesuítas recusaram as belas tamoias francamente oferecidas à luz do dia e sorratamente introduzidas durante a noite, no interior das palhoças em que repousavam.

Ratificando o Tratado de Iperoig, solenemente abraçaram-se Tupis e Tamoios na Igreja de Itanhaem. No templo elevado pelos jesuítas em Piratininga, trezentos tamoios vieram prestar culto, senão ao Deus dos cristãos, às pazes que vinham de jurar com os adeptos do cristianismo e com os seus tradicionais inimigos tupis. O terrível e famoso Cunhambebe, em um préstito de canoas engalanadas com os enfeites álacres dos arcos e das flechas de seus guerreiros, trouxe Anchieta até a Fortaleza da Bertioga, tributando-lhe as honrarias devidas a um amigo.

Nóbrega fizera aluir a barreira tamoio-calvinista que se antepunha à marcha da conquista lusitana e à expansão do catolicismo. Mas não era tudo. Restavam os tamoios do Cabo Frio e muitos da Guanabara. Ainda existiam franceses e o Rio de Janeiro não fôra fundado. Anchieta bem definiu a situação: "Quero acabar de escrever o fim desta paz, a qual foi verdadeiramente fim de paz e princípio de nova guerra".

Da genial visão de Nóbrega nascera São Paulo em 1554 e treze anos depois nasceria também o Rio de Janeiro. Antevendo na fixação dos franceses na Guanabara, gravíssimo perigo para a colonização lusitana e para a expansão do cristianismo que passara a ter nos calvinistas de Villegagnon os mais sérios opositores na colônia, Nóbrega vinha preparando pacientemente a sua expulsão.

Os tamoios, maior sustentáculo dos adeptos de Calvino em terras do Brasil, foram por êle atraídos para o convívio dos lusitanos. Fê-los respeitar os padres, conseguindo o Armistício de Iperoig, golpe mortal contra a presença dos franceses, que ameaçava o império português ultramarino desde a Ilha de Santa Helena e o Cabo

da Boa Esperança até a Índia, consoante a severa advertência de Luís de Góis.

Admirável a estratégia de Nóbrega. Ideara a fundação de São Paulo, trampolim para a penetração jesuítica no Paraguai, pôsto avançado da Capitania Vicentina e de um alcance difícil, quer para tamoios quer para franceses, alcandorado como estava na quase inacessibilidade da Serra do Mar. Entregue aos missionários, a Ramalho e a Tibiriçá, resistira ao embate de 1562 esboroando as esperanças dos inimigos de Portugal. A Capitania de São Vicente e nela São Paulo transformaram-se desde então nas bases que sustentariam o ataque à Guanabara. Tudo isso conseguiu Nóbrega divisar.

Restava desfazer a solução de continuidade entre o norte e o sul. Era preciso dominar a Bahia da Guanabara. Veio Mem de Sá e depois Estácio de Sá. Ao lado de ambos esteve Nóbrega. O terreno já fôra preparado, as maiores dificuldades sanadas, as fôrças inimigas já divididas, a palavra e o prestígio jesuíticos, a abnegação de Anchieta quando se havia imolado como refém na praia de Iperoig, quebraram a irredutibilidade de Pindobuçú e de Cunhambebe, chefes Tamoios, e haviam captado as suas simpatias graças ao cumprimento da palavra dada, graças à manutenção das promessas feitas pelos jesuítas. Em Iperoig, ajudado por José de Anchieta, Nóbrega enfraquecera a confederação geral dos Tamoios, cindira as suas fôrças, terminando por estreitar relações entre portugueses e tupis de um lado e os tamoios amigos dos calvinistas, de outro. Fôra uma vitória da inteligência, um sucesso diplomático digno das virtudes de um grande estadista.

A incursão audaciosa dos dois inacinos em território inimigo, a permanência de Anchieta no reduto hostil ao seu Deus e à sua gente, a rapidez com que Nóbrega acertou as condições de paz, impediram que as canoas tamoias, apinhadas de guerreiros, largassem de Ubatuba, demandando as vilas de Martim Afonso e de Braz Cubas para trazer a morte, a desolação, o devastamento e quiçá o seu definitivo desaparecimento. Qual seria o futuro da colonização lusitana no Brasil do sul, com os franceses interpondo-se entre êle e a Bahia? A única esperança repousava num dos frutos da operosidade de Nóbrega, o baluarte piratiningano, localizado serra acima, e que poderia resistir em situação estratégica tão privilegiada. No entanto, apesar de aplacados os ânimos tamoios, embora vitorioso Mem de Sá, o desânimo chegou a invadir Estácio de Sá, incumbido dos últimos retoques na tela da fundação do Rio de Janeiro. Não fôssem a energia de Nóbrega, a sua palavra convencidora, os seus afanosos e estafantes trabalhos, organizando, em Santos, São Vicente e São Paulo, recursos e homens para auxiliar Estácio de Sá na fundação do Rio de Janeiro, esta não teria sido efetivada. Se tivesse fracassado o armistício de Iperoig, acredita-

mos que a nossa história seria bem diferente, orientada talvez pela colonização francesa e pela heresia calvinista.

Profundo abismo que já era, porém, sondável, separava o norte do sul da colônia. Havia duas lutas a enfrentar, a política e a religiosa, mas Portugal tinha consigo a poderosa e dominadora envergadura de Manuel da Nóbrega. A este general sempre vitorioso nas grandes batalhas que se travaram no madrugal da nacionalidade, veio juntar-se para a defesa da integridade do Brasil, um outro guerreiro cujas armas não se guardavam na humildade de uma sotaina, nas contas do rosário, nas páginas do Evangelho ou na valentia do jesuíta. Muito pelo contrário, anunciavam-se pela bôca dos canhões, pompeavam em flâmulas e estandartes, cintilavam no clarão de arcabuzes detonados e no brilho que o sol dos trópicos acendia nas lâminas das espadas. Juntaram-se Manuel da Nóbrega e Estácio de Sá, poder espiritual e poder material de cuja união renasceu o Brasil do Sul e germinou a linda flor que é a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Chegado Estácio de Sá às águas da Guanabara para cumprir a missão de que fôra encarregado, ao seu encontro vieram Nóbrega e Anchieta. O fundador e o consolidador de São Paulo de Piratininga desejavam também fundar e consolidar o Rio de Janeiro. As circunstâncias, porém, não lhes permitiram executar, de imediato, os seus designios.

Alardeava-se que era loucura povoar terras guanabarinas, faltavam recursos, excessivo o esforço que se precisaria exigir da Capitania Vicentina para a criação do novo núcleo, mas Nóbrega não titubeou. No domingo de Páscoa, celebrou na ilha de Villegagnon, purificando-lhe os ares até havia pouco infestados pelos herejes. E passou a orientar a expedição. Iriam até São Vicente onde as fôrças seriam refeitas, e onde recrutaria reforços e aumentaria as hostes lusitanas. Mais uma vez acertava em suas previsões.

Padre Leonardo Vale relatou alguns dos preparativos feitos na capitania martim-afonsina para a fundação do Rio de Janeiro: — “A maior parte dos índios que a armada levou consigo a povoar o Rio são os nossos discípulos de Piratininga, os quais têm tanto conhecimento do amor com que a Companhia os trata e trabalha por sua salvação que com terem bem que fazer em defenderem suas casas, e sabendo que se apregoava guerra contra êles, sofreram deixar suas mulheres e filhos e repartirem-se por favorecer a armada que sem êles mal se podia povoar e lá andam há seis meses, sofrendo mui grandes trabalhos de dia e de noite”.

Vários outros documentos provam o auxílio vicentino e piratiningano na fundação do Rio de Janeiro. Quando em 1642, Francisco Nunes Cubas solicitou uma concessão de terras, alegou ser “Filho e neto de povoadores desta capitania (de São Vicente) que nela fizeram muitos serviços a Sua Majestade na defesa dela e

no povoar do Rio de Janeiro gastando muito de suas fazendas". O mesmo prova um documento existente no arquivo do Convento do Carmo, de Santos, e no qual alega Rodrigo Álvares, um dos primitivos habitantes do núcleo litorâneo: "Havia trinta anos que vivia nesta Capitania de São Vicente donde sempre aí com sua pessoa e com sua fazenda ajudou a defender dos contrários nossos inimigos por assim em navios que primeiro muitas vêzes fôra aos contrários e ao pôrto do Rio de Janeiro em companhia de Estácio de Sá". Podemos apontar outros vicentinos que colaboraram na fundação do Rio de Janeiro: Manuel Veloso de Espinha, genro de Braz Cubas e que pelos serviços prestados, recebeu, em 1579, uma sesmaria na Marambaia e, em 1580, as terras de Guaratiba. Deu-se o mesmo com João Carrasco e com o Capitão-mor Jorge Ferreira, vulto de projeção no cenário político da Capitania de São Vicente e que asseverou a El-Rei ter ido "Por chamado do Governador Mem de Sá, ajudar a tomar a fortaleza de Villegagnon aos franceses e tamoios com muita gente a sua custa, em companhia de Estácio de Sá capitão na sua armada ajudar a povoar e sitiar a cidade velha e nela fez um baluarte muito forte e ajudou a fazer os muros e baluartes e Igreja da dita cidade e a guerrear franceses e Tamoios nossos inimigos sendo êle suplicante capitão em São Vicente, estando esta cidade em guerra, a pedimento do capitão passado capitão Salvador Correia de Sá o mandou socorrer com muita gente e mantimentos e armas com seus filhos e netos e cunhados e parentes e amigos", serviços que o capacitavam a solicitar do monarca uma sesmaria no Cabo Frio e terras no Rio de Janeiro.

Realmente, tôda a Capitania Vicentina estremeceu ao se fazer ouvido o apêlo jesuítico. A voz da pátria ecoava do chamamento de Manuel da Nóbrega. São Paulo de Piratininga, êste heróico São Paulo cuja data magna hoje festejamos, também se levantou impávido e serenamente perfilou-se pela primeira vez em sua história, cõscio do seu dever, certo da sua fôrça, estólco naquele primeiro sacrifício que ofertava ao bem comum da nacionalidade. Os primeiros paulistas partiram para a guerra, viveram as suas primeiras atitudes patrióticas, ajudaram a expulsar definitivamente o conquistador intruso, a sustentar o catolicismo, a fundar essa tão poética e bela cidade do Rio de Janeiro.

Amanheciam os piratininganos na árdua mas patriótica missão de construir o Brasil. Suas armas fizeram corpo com as armas de Estácio de Sá. Por sôbre elas pairava o espirito nobreguense que os impulsionou em arremetida gloriosa para dentro da própria História do Brasil.

O plano estratégico da campanha desenrolou-se de acôrdo com as previsões. Gastou-se um mês nos preparativos da defesa. Fizeram-se plantações, elevou-se um baluarte com trincheiras, guaritas e artilharia. Os pontos estratégicos das cercanias também foram

fortificados. E para cobertura dêsses recessos onde se aninhava a esperança de que nascesse uma nova cidade no Brasil, trouxeram as telhas vicentinas, as primeiras telhas das primeiras casas do Rio de Janeiro, telhas vicentinas sob cuja proteção foram armados os canhões, poliram-se armas brancas, delinearam-se os planos de ataque, prepararam-se as tintas e o forte colorido de mais um painel quinhentista que tinha por motivo inspirador o nascimento da cidade de São Sebastião.

Os tamoios de Iperoig, fiéis ao tratado, permitiam o intercâmbio com São Vicente. Ao largo de Ubatuba cruzavam canoas e outras embarcações no ritmo constante dos esforços pioneiros. A Capitania de São Vicente transformou-se em base militar cuja livre comunicação com o teatro de operações guerreiras, era garantida pela palavra jesuítica empenhada nas pazes de Iperoig.

Acertadamente, Mem de Sá aconselhara o sobrinho Estácio de Sá, que na guerra aos calvinistas, "Podendo tomar conselho com o Padre Nóbrega, não obrasse coisa de importância sem êle". De fato, esbanjando energias que não possuía, Nóbrega multiplicava-se em atividades, impregnava confiança em todos os corações que duvidavam do sucesso. O próprio Estácio de Sá mostrou-se descrente ao lhe indagar: — "Padre . . . que conta darei a Deus e a El-Rei se deitar a perder esta armada?" — O sacerdote, sumido no físico, alquebrado pela velhice prematura e pela doença implacável, mas transmutado em poderoso Titã pelo ideal que o animava e que orientou a sua vida missionária, respondeu: — "Senhor, eu darei contas a Deus de tudo e se fôr necessário irei à presença do rei, e responderei aí por vós".

Ao soldado do rei não foi possível recuar. Fortalecido na coragem do soldado de Cristo, nela se apoiou para que irmanados esculpisse no bronze da História mais uma página do destino do Brasil. E lá se foram os dois envolvidos na névoa tênue do amanhecer brasileiro, para ressurgirem mais adiante, já dentro de nossa História, glorificados pela nação, iluminados pelas cintilações do amor, do respeito e da veneração da Pátria.

O nosso ilustrado consócio Professor Tito Lívio Ferreira bem definiu em frases felizes e incisivas, a personalidade fulgurante de Manuel da Nóbrega: "Pastor de almas e Provincial da Companhia, o Padre Manuel da Nóbrega revela pelo tempo adiante a genialidade luminosa de seu talento político aliado a irradiante fervor religioso. Português convicto de sua alta e nobre missão de catequizar e civilizar os indígenas, ninguém foi tão brasileiro como êle nesses rudes e remotos dias do amanhecer espiritual de nossa terra, porque ninguém como êle se dedicou, em todos os setores de sua esclarecida atividade, a levar a fé, a paz e as letras onde a impiedade vivesse, onde o analfabetismo cegasse, onde a guerra rugisse". Esta sintética mas tão sugestiva apreciação brotou da pena abalizada de

Tito Lívio Ferreira, que retratou sincera, fiel e justamente, as magníficas atividades do Primeiro Provincial da Companhia de Jesus no Brasil.

Na fundação do Rio de Janeiro, mesclaram-se vários fatores que muito de perto dizem respeito a São Paulo. Lá estavam Nóbrega e Anchieta, movidos pela incoercibilidade das energias morais e espirituais, pelo magnético e assombroso poder do ideal a que se juntaram as forças materiais de Estácio e de Mem de Sá, de Cristóvão Cardoso de Barros e também de vicentinos e piratininganos, num esforço ingente de vencer o invasor, de elevar uma cidade, de consolidar a posse luso-católica na Baía da Guanabara, de garantir a civilização para a América do Sul.

Assentado o domínio luso na Guanabara, surgiu o Colégio Jesuítico do Rio de Janeiro. Foi seu primeiro Reitor Manuel da Nóbrega "Que o começou a fundamentar e nêle acabou a vida, depois de deixar tôda aquela terra sujeita e pacífica, com os índios Tamoiros sujeitos e vencidos e tudo sujeito a El-Rei, sendo êle o que mais fêz na povoação dela, porque com o seu conselho, fervor e ajuda se começou, continuou e levou a cabo a povoação do Rio de Janeiro".

Inácio de Loyola, visando combater a Reforma, fundara a Companhia de Jesus que se constituiria no mais valoroso elemento da Contra-Reforma, ao reunir os soldados de Cristo sob a bandeira desfraldada pelo futuro Santo Inácio. Em todos os recantos do mundo travaram-se combates. Um dêles teve como teatro o belo cenário da Guanabara. Terçaram armas, de um lado Lutero e Calvino, de outro Nóbrega e os Sás que saíram vitoriosos para maior glória de Deus e para bem do Brasil.

No Colégio do Rio de Janeiro, Nóbrega terminou os seus dias. Pressentiu que chegava o seu fim graças à intuição profética dos santos. Dois dias antes de falecer, despediu-se de todos os que lhe eram caros, confessou-se e comungou para serenamente entregar a alma ao Criador sem ter sabido que fôra novamente guindado ao Provincialato da Companhia de Jesus no Brasil.

Nos últimos tempos, não podia escrever. Fazia-lhe as vêzes o Padre Gonçalo de Oliveira, capelão das tropas de Estácio de Sá. Em uma de suas últimas cartas, dirigida a Francisco de Borja, o Geral da Companhia, falava do Rio de Janeiro "Mais fruta verde e imperfeita que outra coisa", do casamento de Arariboia com uma filha de índia e de homem branco, mameluca a trazer nas veias sangue lusitano de mistura com sangue tememinó. Quanto simbolismo nesses fatos singelamente narrados a mandado e por comissão do fundador espiritual de São Paulo e do Rio de Janeiro, pelo criador do Brasil quinhentista, por quem se desvelou em carinhos de pai junto ao berço da nossa pátria, por quem se enterneceu na propecta idade dos avós, vendo tomar vulto e crescer a árvore de copa fron-

dosa, pejada de frutos, que êle mesmo plantara na juventude, regando-a com as águas brotadas da fonte milagrosa dos seus sacrificios, transfundindo-lhe como seiva portentosa e vivificadora tôda uma existência cheia de amor e de fé, de abnegação e de patriotismo.

No mês de outubro de 1570, em plena primavera, num momento deslumbrantemente apoteótico da natureza, ao verdejarem as matas da Tijuca, do Pão de Açúcar e do Corcovado, quando as flores silvestres recém-desabrochadas perfumavam os ares cariocas, e quando o sol na estiada da tarde descambava por trás dos Dois Irmãos e da Pedra da Gávea, dourando as águas da baía e riscando o céu com a mais variada e rara cambiante de côres, justamente na hora de doce recolhimento em que os sinos tangerem a Ave-Maria e os pássaros em revoada buscam aconchêgo no refúgio dos ninhos, extinguiu-se a vida terrena de Manuel da Nóbrega.

O seu último pensamento foi para Deus. A sua derradeira prece pelo Brasil.



## SUBSIDIOS GENEALÓGICOS

CARLOS DA SILVEIRA

CLI

Nas coleções da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo" encontram-se quatro pequenos trabalhos meus, a respeito da revolução paulista de 1842. É oportuno lembrar que no primeiro desses artigos (volume treze) publiquei um documento, até então inédito, ou seja a lista completa "dos que, em processo regular, foram considerados criminosos, quer como cabeças de rebelião, quer por crimes comuns ocorridos durante o movimento". E, no volume vinte, saiu o quarto desses resumidos estudos, com que, em 1935 e 1936, procurei lembrar a aproximação do primeiro centenário da reação liberal fraccassada. Nesse volume vinte diligenciei pôr em foco a personalidade de Anacleto Ferreira Pinto, indiscutivelmente um homem decidido e de valor.

Os censos das Ordenanças de Guaratinguetá, na parte referente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão (Cunha, de 1785 em diante), acusam já, em 1778, no estado de viuva, a Rosa Maria do Amaral em companhia de seus filhos Helena, de dezesseis anos, e Francisca, de seis. E, em 1780, na mesma localidade sob numero 67, Rosa Maria do Amaral, de 34 anos, e os filhos Francisco, de 16 anos; Josefa, de 14; e Antonio, de 12. A lista censitaria, ainda do Facão, em data de 13 de fevereiro de 1784, sob numero 226, anota a seguinte familia: Antonio Ferreira Pinto, de 30 anos; sua mulher Rosa Maria, de 40 anos e mais uns agregados: Bernardo Nunes de Siqueira (genro de Rosa), casado com Helena Rosa; Josefa (filha de Rosa), de 18 anos; e outros.

Vê-se, pois, que Rosa Maria do Amaral, sesmeira "no Caminho que vai dos Macacos ao Campo da Bocaina", passou a segundas nupcias, pelos anos de 1783, com Antonio Ferreira Pinto, natural de Curitiba, a julgar conforme o que consta dos censos existentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acredito que Antonio Ferreira Pinto fosse filho ou neto de Maria Rodrigues Pinto, que

foi casada com Manuel Ferreira. São nomes que se lêem na "Genealogia Paranaense", de Francisco Negrão, em título "RODRIGUES DE FRANCA". É possível que Rosa Maria do Amaral, a latifundiária dos Campos da Bocaina, houvesse tido, por segundo esposo, a um sobrinho do primeiro marido — Manuel Rodrigues da Mota sesmeiro nos Macacos, desde 1760.

Rosa Maria do Amaral era nascida na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (Rio de Janeiro), filha de Francisco Moreira da Costa, de Irajá, e de Joana Maria de Jesus, do Campo Grande. Nesta última localidade casou a primeira vez com Manuel Rodrigues da Mota, nascido em Curitiba, a 6 de maio de 1731.

Dessas nupcias nasceram cinco filhos e são eles:

1 — Helena Rosa do Amaral, do município do Rio de Janeiro, casada em Cunha (Facão), por 1780, com Bernardo Nunes de Siqueira, natural de Parnaíba, mencionado na "Genealogia Paulistana", volume setimo, pagina 515, em título "Siqueiras Mendonças". Tiveram geração na qual se conta o padre Manuel Nunes de Siqueira, que por 1842 vigariou Silveiras, onde morava; e o guarda-mór Antonio Nunes de Siqueira, que foi genro do capitão-mór Manuel Domingues Salgueiro, de Lorena. Antonio Nunes de Siqueira era o pai de Cesaria Querubina, casada com Vicente Moreira da Costa, taubateano, um dos implicados na revolução de 1842, e deste casal já falei nós subsidios onze, cinquenta e oito e noventa e três.

2 — Clara Maria do Amaral, que foi casada não pude apurar com quem, e já era viuva em 1835, ao tempo do inventario do padrao:

3 — Francisco Rodrigues da Mota:

4 — Josefa Teresa de Jesus, em 1835 viuva de João Antunes do Amaral, com geração;

5 — Antonio Rodrigues da Mota.

Do segundo casamento de Rosa Maria do Amaral, com Antonio Ferreira Pinto, vieram mais três filhos:

6 — Teresa Romana de Jesus, viuva, em 1835, de José Basilio da Mota, com geração;

7 — Padre João Batista do Amaral. Nos processos de habilitação "de genere et moribus" conservados no arquivo da Curia Metropolitana, relativos a este sacerdote e ao seu sobrinho padre Manuel Nunes de Siqueira, acima dito, podem ser lidas interessantes informações sobre a ascendencia deles;

8 — Anacleto Ferreira Pinto, o da revolução. Faleceu em Silveiras, a 24 de maio de 1857, e contava seus setenta e cinco anos de idade.

A familia de Rosa Maria do Amaral e Antonio Ferreira Pinto deixou Cunha e passou a residir no município de Lorena, em terras

que mais tarde (1845) ficaram sendo município de Silveiras. Eles eram proprietários de grandes extensões de chãos na Serra da Boacaina e, por isso, convinha morarem nos Silveiras.

Anacleto Ferreira Pinto, indicado sempre nos censos de Lorena como sendo natural do Rio de Janeiro, casou, pela altura de 1810, com Maria de São Bento de Abreu, nascida e batizada em São Luís do Paraitinga, em março de 1790 e falecida em Silveiras, em 1836, onde havia o seu inventário, no extinto cartorio do falecido escrivão Artur Bernardes. Esse casamento fez de Anacleto Ferreira Pinto o genro do sargento-mor Ventura José de Abreu, português, casado com uma Toledo Piza — Marta Rodrigues de Miranda, filha de Manuel Antonio de Carvalho e de Inês de Toledo Cortês (Silva Leme, pagina 546, titulo "Toledo Pizas", volume quinto da "Genealogia").

Não só genro de Ventura José de Abreu. Também se tornou cunhado do capitão José Ventura de Abreu, igualmente nascido e batizado em São Luís do Paraitinga, em maio de 1786 e falecido em Silveiras, aos 3 de Agosto de 1847. Como se sabe, o capitão José Ventura de Abreu foi um dos principais propugnadores da elevação do bairro lorenense dos Silveiras (Guimarães) ao posto de Freguesia dos Silveiras (decreto de 9 de dezembro de 1830).

Ligado, pois, aos Abreus de Silveiras, pai e filho, ricos, influentes, poderosos, Anacleto Ferreira Pinto, inteligente, trabalhador, tenaz, tinha de prosperar, e prosperou. Político liberal entusiasta, quando veio o 42, dedicou-se de corpo e alma ao movimento. No combate da Trincheira (arredores de Silveiras), no dia 12 de julho de 1842, lá estava ele, sexagenario, chefiando os seus seiscentos bissonhos milicianos, derrotados, afinal, pelas forças regulares do coronel Manuel Antonio da Silva, auxiliar de confiança do barão de Caxias.

Casado apenas uma vez, com Maria de São Bento de Abreu, deixou Anacleto Ferreira Pinto grande geração pelos seus onze gênitos: 1 — Felisminda Maria de Abreu; 2 — Teresa Candida de Abreu; 3 — José Ferreira de Abreu; 4 — Candido Ferreira de Abreu; 5 — Anacleto Ferreira Pinto de Abreu; 6 — Manuel Ferreira de Abreu; 7 — Domiciana Ferreira de Abreu; 8 — Pedro Ferreira Pinto de Abreu, falecido aqui em São Paulo, onde veio residir; 9 — Maria da Piedade de Abreu, falecida também aqui, assim como a filha — Maria da Piedade Teixeira Leite de Abreu, a notavel artista silveirense; 10 — Fernando Ferreira Pinto de Abreu, o unico que cheguei a conhecer pessoalmente; e 11 — Maria de Abreu.

## CLII

O falecimento, aqui em São Paulo no dia 29 de maio de 1942, aos oitenta e tres anos de idade, de d. Antonia Carolina, viuva de Luiz Afonso Lombardi, casal de quem tratei já no subsidio oitenta e dois, saído na edição do "Correio Paulistano", de tres de janeiro de 1941, fez-me lembrar de algumas notas que andei tomando a proposito da descendencia do tenente Francisco Barbosa Ortiz e de sua mulher Maria Joaquina da Conceição (Godoi e Camargo), que aparecem na "Genealogia Paulistana", pagina 521 do volume primeiro, em titulos "Buenos de Ribeira".

A "Genealogia" escreve que o tenente Francisco Barbosa Ortiz faleceu em São Paulo em 1792, data esta evidentemente errada, pois ainda em 1808 nãscia José, o "Benjamim" daquela grande familia de São Bernardo. E o censo dessa localidade, em 1829, acusa o tenente Francisco entrando na casa dos setenta. Eis a lista dos filhos, em 1808: 1 — Bento, de 14 anos; 2 — João, de 12; 3 — Domingos, de 7; 4 — Francisco, de 2; 5 — José, de seis meses; 6 — Escolastica, de 16 anos; 7 — Ana, de 10; 8 — Catarina, de 3; 9 — Antonio, de 4. Ao grupo é preciso ajuntar Maria, de 24 anos, filha só do tenente. Agregada à familia, nessa mesma época (1808): d. Maria Joaquina, irmã do tenente, viuva, com 64 anos, e Ana, filha com 28 anos. São informes tirados dos censos anuais das Ordenanças de São Bernardo existentes, como se sabe, nas coleções do Arquivo Público do Estado.

Essa lista, acima transcrita, tambem não coincide com o que consta da "Genealogia", pois lá está anotado um filho Americo, que não encontrei nos ditos recenseamentos; assim como nenhuma referencia se faz a Maria Francisca, filha natural do tenente, que viveu junto com os irmãos pelo menos até 1828, e aparece no inventario do pai, feito aqui em São Paulo em 1837.

Tal familia está relacionada em obra que deve sair dentro em breve, sobre Amador Bueno da Veiga, escrita por Aureliano Leite. O tenente Francisco Barbosa Ortiz era, por linha materna, bisneto de Amador Bueno da Veiga, o que é facil de ver na "Genealogia Paulistana", nos volumes terceiro, sexto e primeiro, respectivamente, em titulos "Prados", "Cubas" e "Buenos de Ribeira".

Em assentamentos paroquiais de Guaratinguetá, pacientemente copiados por Gastão de Meireles França, acha-se, no ano de 1825, o registro do casamento de Bento Barbosa Ortiz, de São Paulo, filho de Francisco Barbosa Ortiz e de Maria Joaquina da Conceição, com Ana Moreira de Matos, viuva do capitão Joaquim Moreira da Costa, "sepultado aqui". No subsidio cinquenta e oito, de 19 de julho de 1940, explico quem é o capitão Joaquim Moreira da Costa, casado a primeira vez em Taubaté, por 1803, com Maria Eufrasia

do Bom Sucesso, e recenseado em Lorena, em 1820, já casado segunda vez, com Ana Moreira de Matos, de dezesseis anos, natural de Sorocaba. Não eram dezesseis anos e sim trinta e seis. Ela seria de 1790.

Esse nome Ana Moreira de Matos, em Sorocaba, lembra ligação ao casal Manuel José de Matos-Ana da Costa Manso, que residiu em Taubaté (de onde era a esposa), em Itu e em Sorocaba. Já expliquei que Manuel José de Matos e seu irmão Antonio, portugueses, casaram em Taubaté com duas irmãs Ana e Quiteria, filhas de João Moreira de Castilho e de Ana da Costa Manso (ou Manço) taubateanos. Ana Moreira de Matos é, de fato, filha de Manuel José de Matos e de Ana da Costa Manso. Ela morreu logo, sem geração, ao que parece, de nenhum dos dois maridos.

Viuvo, Bento Barbosa Ortiz, capitão, lavrador, passou a segundas nupcias com Antonia Carolina do Espirito-Santo, natural de Jacareí, recenseada em Lorena, em 1828, residindo o casal no bairro lorenense do "Jeruvapirim". Antonia Carolina tinha tres filhos que se chamavam Esmeralda (de 9 anos), Bento (de 7 anos) e Maria (de 4 anos).

Em 1829, já andava residindo com o casal Bento-Antonia Carolina, o irmão do marido, de nome Francisco Barbosa Ortiz, de 22 anos, solteiro. E' facil compreender que Francisco Barbosa Ortiz (S. L., volume I, pagina 523, numero 5-4) casou com Esmeralda Carolina, enteada do irmão, e não filha, conforme eu supunha (subsídio oitenta e dois). Nesse referido subsídio oitenta e dois, publiquei a lista dos filhos de Francisco e Esmeralda Carolina, e um deles, Francisco Barbosa Ortiz Bueno, nascido por 1840, casou com Carolina Gomes de Castro, filha de Crispim José Gomes e de Ana Pereira de Castro, dos Domingues Salgueiro-Pereira de Castro, lorenenses. Deste casamento é que nasceu, aos 4 de maio de 1859, Antonia Carolina de Castro Barbosa Ortiz Bueno, a viuva de Luiz Afonso Lombardi, com quem casara em Lorena, por mil oitocentos e setenta e poucos.

Ora, a "Genealogia Paulistana", relacionando o capitão Bento Barbosa Ortiz (I, 523), diz que ele faleceu com testamento, deixando a filha única Alexandrina Ortiz, que foi casada com Francisco Mariano Galvão Bueno (titulo "Furtados", volume oitavo, pagina 464). A "Genealogia" não fala dos dois casamentos do capitão Bento, a que aludi, nem explica se Alexandrina é filha de Antonia Carolina do Espirito-Santo, ou de outra esposa, uma terceira mulher (viuva?) com quem se consorciasse no caso de segunda viuvez.

Acredito que a relação genealogica organizada pelo dr. Aureliano Leite, para o seu proximo livro sobre Amador Bueno da Veiga, trará muitos informes complementares relativamente ao que Silva Leme coligiu e publicou em 1903.

A biblioteca ideada pelo Instituto Genealógico Brasileiro, com o título de "Biblioteca Genealógica Brasileira", e tão auspiciosamente iniciada pelo trabalho do dr. Geraldo Cardoso de Melo sobre "Os Almeidas e os Nogueiras do Bananal", conta já com o volume segundo, que acaba de ser impresso no Estabelecimento Grafico "Cruzeiro do Sul", desta capital. Tal volume, de cento e oitenta e seis paginas, começou a ser distribuído a onze do corrente, data do primeiro centenário do nascimento do eminente varão lorenense Joaquim José Moreira Lima, major, barão, visconde, comendador da Ordem de Cristo, conde de Moreira Lima (por decreto imperial, de 7-5-1887), comendador da Ordem de São Gregorio Magno.

Aproveitando a efeméride, Lorena prestou, à memoria do filho benemérito, muitas e importantes homenagens. Um sobrinho afim do conde de Moreira Lima, dr. Antonio da Gama Rodrigues, genealogista conhecido pelos seus valiosos trabalhos sobre "A viscondessa de Castro Lima", "Os Azevedos, de Lorena", e "Os Gamas, de Prado — Apontamentos para a historia genealogica da Casa das Fontainhas, hoje dos Gama Rodrigues", houve por bem escrever, e o fez com o carinho habitual, um livro sobre esse afortunado Joaquim José Moreira Lima, a quem chama, com propriedade, "Vir Clarissimus".

Este segundo volume da Biblioteca Genealógica Brasileira contém farta ilustração e documentação abundante, servindo não só para a estetica do livro, como também para melhor orientar o leitor quanto ao meio lorenense e à familia de onde era vulto eminente o conde de Moreira Lima.

Não resta duvida que o trabalho consciencioso do dr. Antonio da Gama Rodrigues vem enriquecer as coleções não apenas dos genealogistas.

---

### CLIII

Prometi, ao meu velho amigo dr. Edgard de Toledo Malta, mais um esclarecimento relativo aos seus ascendentes paternos, dos quais já andei tratando no subsidio numero vinte, saído na edição do "Correio Paulistano", de 20-X-1939. Como se pode verificar, escrevi que Eduviges Carolina de Toledo, nascida em Jacareí, era irmã de Camilo e de Leocadio, e, os tres, filhos de Leonardo da Silva Cortês, nascido em Taubaté, por 1789, e de Angela Maria da Conceição de Camargo, nascida em Conceição dos Guarulhos, ou Mogi das Cruzes, pela altura de 1792. E acrescentei: "teriam casa-do, não descobri onde, por 1811".

Descobri, afinal, o lugar do casamento de Leonardo e Angela. Foi em Conceição dos Guarulhos, no dia 30 de janeiro de 1810.

Angela Maria da Conceição de Camargo vinha a ser filha de João Rodrigues de Moraes e de Clara Maria de Camargo, ele registrado na "Genealogia Paulistana", volume VII, título "Moraes", pagina 16; e ela, no volume I, título "Camargos", pagina 181.

Para dar outro grande impulso à ascendencia de Eduviges Carolina, é preciso procurar, em Taubaté, alguma coisa que aí se encontre, nos cartorios locais, relativamente a Antonio Barreto Leme e sua mulher Maria Branca, ele pindamonhangabense, e ela guaratinguetaense. Deste casal nasceu Maria Clara Barreto, taubateana, talvez de 1770, casada por 1788, com Leonardo José de Toledo, natural de Jacareí, onde deve ter nascido pelos anos de 1766. Leonardo José e Maria Clara são os pais de Leonardo da Silva Cortês, atrás referido.

No "Índice de Inventarios e Testamentos — achegas à Historia de Taubaté", volume IV da Biblioteca Taubateana de Cultura, do dr. Felix Guisard Filho (São Paulo, 1939 — Athena Editora), lê-se o nome de uma inventariada de 1863, Maria Clara de Jesus, nome que coincide com o assentamento parochial de Guarulhos, onde se escreveu que a mãe de Leonardo da Silva Cortês era Maria Clara de Jesus (em lugar de Maria Clara Barreto, dos recenseamentos). Na mesma obra, acha-se um Antonio Barreto Lemos, inventariado de 1808, que ha de ser forçosamente o Antonio Barreto Leme, de quem trato no presente subsidio. Provavelmente estava escrito "Lemes", forma que se empregava juntamente com "Leme", e o copista, ignorando a existencia das duas maneiras "Leme e "Lemes" (mais etimologica a segunda), optou por "Lemos", de certo pelo fato de conhecer o cognome Lemos, em pessoas das suas relações.

Estes enganos, a respeito de cognomes, não devem provir só dos copistas. Muitas vezes decorrem da excessiva confiança que muitos têm na memoria, e quando chega a hora de dar o testemunho, sai ele viciado. Em questão de nomes de batismo, então, é facilimo o equivoco, o que tive ainda agora ocasião de verificar, num dos cartorios de Lorena, onde estive fazendo umas pesquisas.

É o caso, que a ascendencia paterna da mãe de meu pai era guaratinguetaense, gente antiga na localidade, com residencia ali durante quasi todo o seculo dezoito, constando assim dos registos parochiais, de autos existentes nos cartorios, e de anotações dos censos das Ordenanças de Guaratinguetá, enquanto foram feitos. Eis o termo de casamento, que interessa, agora: "Aos dois de julho de mil setecentos e sessenta e cinco, nesta matriz, feitas as denunciaçãoes, sem impedimento, com provisão do vigario da vara, Manuel de Oliveira Coronel, e na presença do coadjutor Antonio José e das testemunhas Maximo de Aguiar e Antonio de Toledo, pessoas conhecidas, se casaram solenemente por palavras de presente Inacio Bicudo Leme, filho legitimo de Salvador da Mota Pais e de Maria

Bicudo Leme, com Ana de Morais, filha legitima de Miguel de Góis e de Maria de Morais, naturais e fregueses desta freguesia, e receberam as benções nupciais; o contraente neto paterno de Salvador da Mota de Oliveira e de Maria do Rego, e materno de Roque Bicudo Leme e de Ana Vieira, todos desta freguesia; a contraente neta paterna de Domingos de Góis e de Felipa Gago, e materna de Luiz da Fonseca Simões, natural de Portuçal, e de Antonia Furtado, naturais de Taubaté. Do que fiz este assento. O vigario, João de Morais Alvarenga. Antonio Alvares de Toledo. Maximo de Aguiar da Costa.

Aqui já está errado, pois Ana de Morais era neta paterna de Domingos de Góis e de Antonia Furtado, naturais de Taubaté e neta materna do português coimbrão Luiz da Fonseca Simões e da ituana Felipa Gago Lobo. São nomes que aparecem, na "Genealogia Paulistana", em titulo "Raposos Góis" e em titulo "Prados", volume III, paginas 84-86 e 313-314. Inacio Bicudo Leme morreu em Guaratinguetá, aos 2 de julho de 1801 e ali foi inventariado; e sua única mulher, Ana de Morais, aos 8 de março de 1820, tambem em Guaratinguetá, onde foi inventariada. Deixaram nove filhos, irmãos germanos, que seguem: 1 — Maria Leme, de 1767; 2 — Ana Antonia de Morais, de 1773; 3 — Margarida Teodora de Morais, de 1775; 4 — Joaquina Maria da Conceição, de 1776; 5 — Miguel Bicudo de Morais, de 1781; 6 — Manuel Rodrigues da Fonseca, de 1787; 7 — Bernardo José Leme, de 1790; 8 — Inacio Bicudo Leme, de 1792; e 9 — José Bicudo Leme, de 1796. As datas são aproximadas, por serem tiradas de recenseamentos do Arquivo Publico do Estado.

Alguns desses filhos passaram-se para o municipio de Lorena, em terras que depois foram Areias e Silveiras. O nome de Bernardo José Leme figura mesmo em disposições relativas a divisas entre Silveiras, Areias e Queluz. Inacio Bicudo Leme filho, que é o meu bisavô, casou em Guaratinguetá, aos 11 de agosto de 1812, com Maria Madalena de Jesus, filha do casal 5-3, pagina 246, volume III, titulo "Prados", onde ela está anotada apenas pelo nome de batismo, Maria, 6-4. A "Genealogia" omitiu o nome de Ana Teresa de Jesus, mãe da dita Maria Madalena de Jesus. Inacio e familia mudaram-se, cerca de 1820, para o Paiol, perto do bairro lorenense dos Silveiras, e ali ficaram até morrer, marido e mulher, em 1866.

Com estas mudanças, de Guaratinguetá para Lorena, houve necessidade, quando do inventario de Ana de Morais, em 1820, de expedição de precatoria para Lorena, e o cartorio do primeiro officio conserva uma, onde se declara que a sobredita Ana de Morais era viuva de . . . Francisco Leme!

Os cartorios de Lorena estão muito bem organizados. O do primeiro officio tem como serventuario vitalicio o sr. Antonio de Godói Neto; e o do segundo officio, atualmente a cargo do sr. João Dias de Oliveira, tem como serventuario vitalicio o sr. João de Aquir-



no. Todos muito gentis e serviçais. Daqui lhes envio o meu agradecimento cordial.

Preciso também agradecer a monsenhor José Artur de Moura, vigário da Paroquia, e ao revmo. padre Alvarenga, coadjutor, o terem-me franqueado os livros paroquiais lorenenses para as minhas pesquisas. E ainda ao sr. Antenor Bittencourt, encarregado do Arquivo da Curia lorenense, pelos informes que me deu, relativamente aos livros paroquiais do bispado de Lorena, o mais novo bispado de São Paulo, sob a chefia de um campineiro ilustre, s. exa. reverendíssima dom Francisco de Borja do Amaral, cuja maneira de tratar e de dirigir já assegurou ao bispo moço as simpatias mais profundas em toda a diocese.

---

#### CLIV

Quando andei analisando alguns troncos genealogicos da antiga Vila das Minas do Paranapanema, para um estudo que publiquei na edição do "Correio Paulistano", de 15 de julho de 1934, sobre Ferreiras, do distrito das ditas Minas, estudo esse reproduzido no volume setimo da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", paginas 117/120; e também para o trabalho, sob o titulo "Cristovam Diniz de Anhaia, um paulista andejo", que saiu no volume onze, da mesma "Revista", paginas 33/46: tive ocasião de tratar, embora ligeiramente, da descendencia do casal Miguel Ferreira Diniz-Gertrudes Fernandes.

Um dos filhos de Miguel e Gertrudes, o de nome Antonio Francisco Ferreira, casou-se com Ana Maria Nunes de Siqueira, de Itapetininga, e tiveram prole numerosa. Antonio faleceu em 1835 e, do inventario, constam os nove filhos seguintes: 1 — José Leonel Ferreira, casado; 2 — Joaquim Ferreira, casado; 3 — Inacio Leonel Ferreira, solteiro, com 25 anos; 4 — Antonio Leonel Ferreira, viuvo; 5 — Manuel Ferreira, solteiro, com 19 anos; 6 — Domingos Ferreira, solteiro, com 18 anos; 7 — Maria, casada com Joaquim Pedroso de Abreu; 8 — Ana, casada com Modesto Antonio de Queiroz; e 9 — Rosa, solteira, com 16 anos.

Tenho em mãos uns apontamentos, que um genealogista da familia Ferreira forneceu ao professor Procopio Ferreira, de Itapetininga, e a mim cedidos pelo sr. Emilio Ferreira, que morava em Mogi das Cruzes. Referem-se à descendencia de José Leonel Ferreira e de Domingos Leonel Ferreira. Procurarei resumir as notas que possuo, para ajeita-las aos moldes destes subsidios. E' de se desejar trabalho de maior vulto, abrangendo as gerações de todos os filhos de Miguel Ferreira Diniz e Gertrudes Fernandes. Assim, aos

poucos, ir-se-ia compondo a amplíssima descendência de Luiz Ferreira Botelho e Maria Diniz de Jesus, tronco dos Ferreiras de quem trato agora.

Nos nove filhos de Luiz Ferreira Botelho e Maria Diniz de Jesus, tenho interesse direto relativamente a Ana Ferreira Perpetua, irmã de Miguel Ferreira Diniz, casada que foi com Domingos da Costa Jacome, português, como o sogro. E' que Ana Ferreira Perpetua teve uma filha (entre dez gênitos), a qual deveria entrar no Recolhimento da Luz, nesta capital, quando completasse quinze anos, ou seja em 1789. A filha, Ana Teresa de Jesus, veio para São Paulo, mas, ao invés de se recolher à casa religiosa, conforme desejo expresso do pai, casou com Francisco de Godoi Preto, que aparece na "Genealogia Paulistana", em titulo "Prados", volume terceiro, pagina 246. A essa Ana Teresa de Jesus faço referencia no subsidio proximo passado, por ser minha trisavó. Ela morreu em Guaratinguetá, onde era lavradora, no Bairro dos Motas, aos 4 de setembro de 1853.

Esse caso dava para um romance, opinou alguém. Penso mesmo que a materia se presta para isso, tanto mais quanto ha a ajuntar a zanga materna e fraterna, manifestada no inventario de Ana Ferreira Perpetua, existente em cartorio de Itapetininga, onde se pode ler, adiante do nome da filha Ana Teresa de Jesus: "Deserdada por orbidação". "Orbidação" . . . estranha palavra, de certo significando "olvidação"!

Voltando a José Leonel Ferreira, vejo que foi casado duas vezes, ambas em Itapetininga: a primeira, em 1826, com Vicencia Maria de Proença; e a segunda, em 1830, com Maria Perpetua de Siqueira. As duas, filhas de Lourenço José Brisola. Das primeiras nupcias, dois filhos: 1 — Joaquim Leonel Ferreira; 2 — Maria Francisca Leme Brisola. Das segundas nupcias, mais doze filhos: 3 — Mariano Leonel Ferreira; 4 — Ana Flora de Siqueira Braga; 5 — Placidina Ferreira de Melo; 6 — Francisca Ferreira da Piedade; 7 — Romana Candida Giraldes; 8 — Maria Joaquina Dias Batista; 9 — João Leonel Ferreira; 10 — Januaria Perpetua Vieira; 11 — Clementina Leonel Monteiro; 12 — Comendador Eugenio Leonel Ferreira; 13 — Henriqueta Leonel Brisola; 14 — Elisa Leonel da Rosa.

Tenho ampliação relativa ao numero oito, Maria Joaquina, casada com Pedro Dias Batista, fazendeiro em Avaré; ampliação que devo à gentileza de Elsa Dias de Matos, que, com suas irmãs Olimpia e Nair, andou em aulas minhas na Escola da Praça da Republica, onde foram distintas alunas. Elas são filhas de Leonidas Pilar de Matos, já falecido, e de Zoraide Dias Batista, e netas maternas de Pedro e Maria Joaquina, atrás referidos.

Quanto a Domingos Leonel Ferreira, irmão de José Leonel Ferreira, foi casado com Ana Joaquina dos Prazeres, filha de Lou-

renço José Brisola, e teve os seguintes filhos: 1 — José, falecido na infância; 2 — Maximiano Augusto Ferreira; 3 — José Augusto Ferreira; 4 — Elias Augusto Ferreira; 5 — Maria Augusta Ferreira; 6 — Joaquina Ferreira Prestes; 7 — Francisca; 8 — João; 9 — Eulália; 10 — Procopio Augusto Ferreira; 11 — Paula Ferreira Dias.

Lourenço José Brisola, sogro dos irmãos José e Domingos, está indicado em Silva Leme, volume sexto da "Genealogia", título "Godois", pagina 32. E também na pagina 217, do dito volume sexto, em título "Cubas". Neste título, consta o casamento de Lourenço, em 1793, em Itapetininga, com Rosalia Maria de Proença, vindo a informação de que tiveram nove filhos, dos quais o genealogista descobriu cinco: 1 — José Pais de Almeida, casado em 1809, com Hermenegilda Pedroso de Moraes; 2 — Clara Maria, casada em 1813, com Joaquim Antonio (filho de Antonio Francisco da Costa, este irmão de Ana Teresa de Jesus); 3 — Ana Gertrudes, casada em 1819, com seu primo Vicente Ferreira Brisola; 4 — Manuel da Costa Brisola, casado em 1819, com Inocencia de Almeida; e 5 — Vicencia Maria de Proença, casada em 1826, com José Leonel Ferreira.

Na pagina 32, supra-citada, aparece Lourenço José Brisola, viuvo, casado em 1808 com Escolastica Maria, filha de José Leme da Silva. Destas segundas nupcias teve Lourenço mais dez filhos, dos quais o genealogista descobriu seis: 1 — Maria Perpetua, casada em 1830 com José Leonel Ferreira; 2 — Antonio Leme Brisola, casado em 1833 com Maria Gertrudes Ferreira, filha de Antonio José da Costa (outro irmão de Ana Teresa de Jesus); 3 — Bevenuto de Moraes Brisola, casado em 1845 com Beatriz Maria; 4 — José Leme Brisola, casado em 1846 com Maria Francisca, filha de José Leonel Ferreira; 5 — Salvador Leme Brisola, casado em 1850 com Francisca Querubina Martins; e 6 — Ana Joaquina dos Prazeres, casada em 1839 com Domingos Leonel Ferreira.

Na pagina 33, do volume sexto, referido, aparecem dois dos nove irmãos de Ana Teresa de Jesus, a que não quis ser freira: Antonio Francisco da Costa, atrás mencionado, casado em 1790, em Itapetininga, com Eufrasia Maria de Godoi; e José Joaquim da Costa, casado com Andresa Maria de Godoi, irmã de Eufrasia.

Estes Ferreiras e estes Brisolas, de Itapetininga e adjacencias, dão, só por si, materia para um desenvolvido trabalho genealogico.

---

#### CLV

Continuando a reproduzir os apontamentos sobre alguns descendentes de Luiz Ferreira Botelho e Maria Diniz (de Anhaia) de

Jesus, materia essa que iniciei na sexta-feira passada, passo a tratar dos quatorze filhos de José Leonel Ferreira (dois das primeiras nupcias, com Vicencia Maria de Proença; e doze das segundas nupcias, com Maria Perpetua de Siqueira, irmãs, filhas de Lourenço José Brisola).

1 — Joaquim Leonel Ferreira, capitão, deputado provincial, político em Itapetininga. Casado duas vezes, sem geração do segundo matrimonio. Teve, do primeiro, o filho unico Cesario Leonel Ferreira, casado em Itapetininga com Maria, sua prima, adiante indicada. Este casal deixou oito filhos (a-h): a — Benedito Leonel Ferreira, casado com Ana, filha de Brasilio Aires de Aguirre e de Josefina, com prole numerosa; b — José Leonel Ferreira, casado com Joaquina, filha de Bento Nunes Vieira e de Emiliana, tambem com prole numerosa; c — Antonio Leonel Ferreira, casado sem geração; d — Hortensia Leonel Ferreira, casada com José Joaquim dos Santos Prado, formado em Direito, aqui, em 1895, viuvo de Ana Eugenia, filha de Francisco Antonio Nogueira e de Etelvina de Siqueira Cardoso (S. L., volume segundo, titulo "Lemes", pagina 232, e volume sexto, titulo "Bicudos", pagina 440). O casal José Joaquim-Hortensia deixou muitas filhas, todas diplomadas pela escola normal de Itapetininga; e — Maria Leonel Ferreira casou com Virgilio Aires de Aguirre, filho de Paulino Aires de Aguirre e de Adelaide Bareto, e tem geração de seis filhos; f — Cesario Leonel Ferreira Junior casou em 1912 com Aurea Naxara, filha do cirurgião-dentista Antonio Naxara e de Zoraide Leonel, com prole numerosa; g — Rodolfo Miranda Leonel, advogado provisionado em Itapetininga, casado em 1920 com a professora Antonia de Melo, filha de Eloi de Almeida Melo e de Virginia Teresa; h — Alzira Leonel Ferreira, casada com José Rolim, filho de Pedro Rolim, e sem geração.

2 — Maria Francisca, filha de José Leonel e primeira mulher, casou em 1846, em Itapetininga, com seu parente José Leme Brisola (S. L., volume sexto, titulo "Godois", pagina 32). O casal teve os oito filhos seguintes (a-h): a — Paulina, casada com Olinto Rolim, sem geração; b — João Leme Brisola, faleceu solteiro, tendo naturalizado muitos filhos; c — Emilia, casada primeiro com Antonio Leonel Ferreira, irmão de José Leonel Ferreira, sem geração destas primeiras nupcias. Viuva, casou novamente com o coronel Joaquim Fogaça de Almeida que, por sua vez, enviuvando, casou com a professora Maria Gomes de Oliveira. Emilia morreu aos 70 anos, em Itapetininga, sua terra natal, e deixou tres filhos: José Fogaça de Almeida, medico que clinicou em São Paulo, no Rio, em Minas, e faleceu em abril de 1932, em Itapetininga, sem geração; Antonio Fogaça de Almeida, morreu aos 33 anos, deixando viuva Clara Queiroga e tres filhos; e Rui Fogaça de Almeida, casado com

Edméa de Toledo Silva, filha do dr. Pedro Arbues da Silva, este formado em 1876 na Faculdade de Direito daqui e filho de Bonifácio Tomaz da Silva, de quem tratei no meu trabalho "O Capitão-mor Domingos da Silva Moreira, do Mundéu, em Areias", publicado na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume quatorze, de julho de 1935; d — Xisto Leme Brisola, advogado em Itapetininga, foi casado com sua tia Henriqueta Leonel, adiante, sem geração; e — Maria Brisola foi a mulher de Cesário Leonel Ferreira, atrás indicados; f — Pedro Leme Brisola teve cargos e foi casado em Avaré com Zefirina Dias Batista, com geração que depois se mencionará, na qual se conta o conhecido professor Oscar Leme Brisola; g — Januarina Brisola, casada com Claudino de Arruda Leite, com seis filhos, todos diplomados pela Normal de Itapetininga; h — Francisca Brisola, com quem se encerra a geração de Maria Francisca e José Leme Brisola, nasceu em Itapetininga aos 6 de junho de 1864 e casou na dita localidade, em 1879, com Manuel Fogaça de Almeida, filho de Antonio Fogaça de Almeida e de Ana Rosa Correia. Faleceu em 1911, em São Miguel Arcanjo e teve sete filhos, que são: Maria Emilia Fogaça, casada primeiro com Cesário Leonel Ferreira e depois com Angelo Mazzalai, maestro, natural de Trento, com a filha Josefina Mazzalai; Antonio Fogaça de Almeida, Prefeito Municipal de Itapetininga, de 1930 a 1933, casado com sua prima professora Francisca Fogaça, filha de Pedro Fogaça de Almeida e Cesaria Vieira; José Fogaça, professor, casado em Descalvado com Georgina, filha de Antonio de Campos Bitencourt e Gertrudes Maria do Carmo, com grande geração em São Miguel Arcanjo; Vital Fogaça de Almeida, professor e bacharel em Direito, por São Paulo, onde se formou em 1918, fez carreira na policia de São Paulo, e está casado com Maria Laura, de Bananal, filha de Francisco da Costa Faria e de Antonia, com cinco filhos; Ana Candida Fogaça, casada em 1912, em Itapetininga, com José Cesar de Noronha, filho de Cesar Gama de Noronha e de Maria do Carmo, sem geração; Manuel Fogaça de Almeida Junior, casado em Itapetininga, em 1921, com Olga Naxara, filha de Antonio Naxara e Zoraide Dias, já citados, com cinco filhos; e Paulina Fogaça, casada com Eugenio Neri, sem geração.

3 — Mariano Leonel Ferreira, filho de José Leonel Ferreira e segunda mulher, foi casado com Francisca Carolina, filha do coronel Higino José Rolim de Oliveira e de Maria do Rosario Aires (S. L., volume VIII, titulo "Gaias", pagina 430) e teve os seis filhos que a "Genealogia Paulistana" aponta, no lugar citado. São eles (a-f): a — Higino Leonel Ferreira, casado com Francisca de Oliveira; b — Mariano Leonel Ferreira Junior, casado com Amelia Ramos; c — Ataliba Leonel, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1895/1896, politico paulista conhecidissimo, faleceu

em 1934. Residia em Piraju e era casado com sua parenta Francisca Leonel; d — Francisca Leonel, casada com Tito Augusto de Toledo Blake, bacharelado em Direito em São Paulo, em 1892, filho de Raimundo de Penaforte do Sacramento Blake e de Isabel Dias; e — Maria do Rosario, casada com Antonio Joaquim Ferreira Braga, de Sorocaba; e f) — José Leonel Ferreira, casado com Elisa Dias.

4 — Placidina Eulina, casada com Francisco de Almeida Melo, de Piraju, com os nove filhos que seguem (a-i): a — Cantidia; b — Eloi de Almeida Melo, casado com Virginia Teresa, com sete filhos (Ernestina Augusta, Fernando, Pedro Eloi, Francisco, Hipolito, Luiza e professora Antonia de Almeida Melo, casada com Rodolfo Miranda Leonel, já mencionados); c — Gabriel; d — Alberto; e — Macario, f — Teódoto de Almeida Melo, casado, residente em Tatuí, com diversos filhos; g — Sinhara; h — Francisca; i — Dativa.

5 — Francisca Emilia, filha de José Leonel, foi casada em Itapetininga, aos 21 de abril de 1853, com o coronel Emidio José da Piedade, a respeito do qual se pode ver uma boa biografia no volume primeiro da "Cronologia Paulista", de José Jacinto Ribeiro, paginas 571-573. Ai também está descrita a geração de onze filhos do casal (a-k): a — Augusto Cesar da Piedade, casado com Cândida de Macedo, dos Macedo, de Queluz (ver subsidio cento e nove, da edição do "Correio Paulistano", de 25 de julho de 1941); b — Minervina, casada com João Batista de Oliveira Melo; c - Arlindo Crescencio da Piedade, casado com Herminia Romana; d — Godofredo José da Piedade, falecido, solteiro ; e — Rosalina, casada com Emidio Dias de Almeida; f — José Brasil Paulista da Piedade, coronel, formado em Direito, casado com Maria Ramos; g — Albertina, casada com Ernesto Trindade; h — Maria Perpetua, casada com Clementino Gonçalves da Silva; i — Emidio Piedade Filho, solteiro; j - Acacio Piedade, casado com Leocadia Bueno Pimentel. Acacio, sendo deputado estadual, foi assassinado em Faxina, onde residia; k — Maria da Conceição, casada com Francisco Pucci.

A prosseguir.

---

## CLVI

Continuando a materia dos subsidios cento e-cincoenta e quatro e cento e cincoenta e cinco, mencionarei ainda descendentes de Luiz Ferreira Botelho e Maria Diniz (de Anhaia) de Jesus, através do seu bisneto José Leonel Ferreira, cujos filhos, em numero de quatorze, comecei a enumerar. No subsidio de sexta-feira, 3 de julho de 1942, dei a geração de Joaquim, Maria, Mariano, Placidina e Francisca. Hoje seguem outros; Ana Flora, Romana Candida, Maria Joaquina e João Leonel Ferreira.

6 — Ana Flora de Siqueira foi casada com Luiz Braga e teve seis filhos (a-f): a — Maria, b — Gabriela, c — Firmino, d — Luiz, e — Isidora, f — Ana. Muito resumido o apontamento sobre esse grupo, como se vê. Devo declarar, por amor à exatidão, que Ana Flora de Siqueira Braga ocupa o numero quatro, na relação que me foi fornecida e que estou copiando. Assim, Placidina Eulina e Francisca Emilia terão de passar para os numeros cinco e seis, respectivamente.

7 — Romana Cândida, casada com João da Palma Carneiro Giraldes, teve seis filhos (a-f): a — Elias, b — Francisco Carneiro Giraldes, que se candidatou a deputado da constituinte estadual de 1935 pelo partido socialista; c — João, d — Rita, e — Maria, f — Elisa.

8 — Maria Joaquina, casada com Pedro Dias Batista. Como já referi, por intermedio de Elsa Dias de Matos, neta do casal, obtive boa ampliação do apontamento primitivo. São quatorze os filhos do casal (a-n): a — Ernestina Dias Batista, casada em 1874, com Inacio Carneiro Giraldes e tiveram quatro filhos: Henriqueta Carneiro Giraldes casou, em 1892, com Ricardino Moraes Cordeiro e tiveram oito filhos (Cicero, falecido, professor; natural de Avaré, como os outros sete; casado com Amelia Soares Hungria e com os filhos Helio e Diná; José Cordeiro, Clovis Cordeiro, Djalma, Zoé, Eloá, Claudio e Maria da Conceição); Anibal Carneiro Giraldes casou com Maria Julia Freire e tiveram treze filhos (Inacio, José, Olavo, Maria Julia, Aida, Diva, Plinio, Otavio, Marina, Sebastião, Asdrubal, Clovis e Anibal); Maria Julia Carneiro Giraldes casou em Avaré, em 1896, com Celso Leite Ribeiro e tiveram quinze filhos (Osvaldo, Orlando, casado com Vera Roxo; Carmen, casada com Antonio Junqueira; Caio, falecido; Alda, Alvaro, Francisco, Maria Lucila, freira; Odila, Flavio, Isar, Ester, José, Gilberto e Celso); Otavio Carneiro Giraldes casou com Ermelinda Negrão e tiveram dois filhos (Nair e Aurea); b — Zefirina Dias Batista casou com seu primo Pedro Leme Brisola, já referido, e tiveram sete filhos: Benedita, casada com Francisco de Almeida e tiveram oito filhos: Dirce, Mario, Zenite, Raul, Lucí, Dirceu, Homero e Francisco); Maximina, professora, casada com Joaquim Castro e tiveram três filhos (Iracema, professora em Bauru, casada com o dr. Amarante; Benedita, professora, casada; José); José Brisola; Oscar Leme Brisola, formado na Escola Complementar de Piracicaba em 1907, aposentado depois de haver exercido altos cargos no magisterio paulista; Alice; Pedro e Ana; c — Alfredo Dias Batista faleceu solteiro; d) — Bonifacio Dias Batista faleceu solteiro; e — Elisa Dias Batista casou primeiro com Bento Ribeiro donde o filho Oscar Ribeiro, casado com Alzira e tiveram uma filha (Elsa Ribeiro). Segunda vez casou Elisa Dias Batista com seu parente José Ferreira Leonel, donde

o filho Mariano, médico, casado; f — Osorio Dias Batista, falecido, casado com Maria das Dores Alvares de Freitas, igualmente falecida e tiveram a filha Ermengarda, que morreu na infância; g — Pedro Dias Batista, casado com Ana Candida Vieira e tiveram sete filhos: Noemia, falecida; Judite, casada com José Novais e tiveram quatro filhos (Maria Aparecida, Israel, Ana Candida e Paulo); Maria, casada com José Quirino; Jení; Otavio; Caio, engenheiro, casado com Lilia Branco Picolo e Mariquita; h — Ernesto Dias Batista, falecido, casado com Amelia Ribas Matos, filha de Francisco Oliveira Matos, e tiveram cinco filhos: Maria, casada com Oscar Cesar de Melo, e tiveram seis filhos (Zilá, professora; Zenite, professora; Francisco Ernesto; Zelia, professora formada em 1936; Arará e Oscar); Edite, casada primeiro com Isauro Rolim, com três filhos (Eli, Eni e Neisa). Segunda vez casou Edite com Edmundo Oliveira; Pedro Dias Batista, falecido, casado com Maria Zulfian e tiveram um filho (Pedro); Francisco Dias Batista casado com Olga Sandoval Marcondes; Olimpia, casada com Benedito Neias e tiveram duas filhas (Neusa e Maria Aparecida); i — Horacio Dias Batista casado com Francisca de Oliveira, filha de Aureliano Oliveira e Eulalia Brisola e tiveram treze filhos: Dinará, professora da Escola Normal de Botucatu, casada com Flavio Cesar; Pedro, casado com Maria da Conceição Almeida e tiveram três filhos (Cleis Maria, Clelia Maria e Cleômenes Mario); Benedito, casado com Marina Silveira Mota e tiveram dois filhos (Neusa e Celso); Renato, medico, casado com Marina; Horacio; Maria Joaquina, casada com Angelo Ugolini e com um filho (Claudio); Vitalina; Paulo, dentista; Claudio, casado com Iraní Silveira Lobo; Cesar; Olga Dias Batista, formada em 1933 no Instituto de Educação, casada com Henrique Augusto Machado; Carmen e Cicero; j — Isaura Dias Batista, casada primeiro com Antonio Monteiro de Carvalho e, segundas nupcias, com Luiz Monteiro de Carvalho; k — Zoraide Dias Batista casou em 1896 com Leonidas Pilar de Matos, filho de Francisco Oliveira Matos e Olimpia Pilar, falecido nesta capital, a 22 de maio de 1937. Tiveram doze filhos: Ester, já falecida, nascida em Avaré, casada com Oscar Rangel, filho de Francisco Rangel e Olimpia Marcondes e tiveram seis filhos (José, Maria Aparecida, Lucia, Terbio, Francisco e Paulo, os cinco primeiros de Avaré e o ultimo de Ipauçu); Maria José, nasceu em Avaré, casada com o dr. Breno Noronha, filho de Bento Noronha; Francisco, farmaceutico, nasceu em Itatinga, casado com Ester Lopes de Matos, filha de José Lopes de Matos; Mario, farmaceutico, nasceu em Avaré; Luiz, dentista, nasceu em Itatinga, casado com Ester Moura, filha de Manuel Moura; Diva, nasceu em Itatinga; Olimpia, professora, nasceu em Itatinga; Pedro, farmaceutico, nasceu em Avaré; Orlando, funcionario publico, nasceu em Avaré; Antonio, farmaceutico, nasceu em Avaré; Nair, formada no Instituto de Educação em 1933,



nasceu em Itatinga; e Elza, nasceu em Avaré; l — Vitalina Dias Batista, casada com o dr. Luiz Manuel Laranjeira e tiveram seis filhos: Raul Dias Laranjeiras, nasceu em Bagé, violonista; Olga, nasceu em Bagé, casada com o dr. Borges; Marina, nasceu em Bagé, casada com o dr. Mario Cabral Junior; Sara Dias Laranjeira, nasceu em São Paulo, formada em 1925 na Normal da Praça, casada com o dr. Luiz Mendonça Junior e tem três filhos (Raul, Luiz Carlos e Mario); Heloisa, nasceu em São Paulo, casada com o dr. Vitor Curvelo e tem uma filha (Ana Cecilia); e Hilda, nasceu em São Paulo; m — Edmundo Dias Batista, casado com Virgilina Leonel e tiveram quatro filhos: Cecilia, farmacêutica; Branca, formada em 1933 no Instituto de Educação; Moacir; e Sara; n — Eurico Dias Batista, casado com Aurora Rolim e tiveram cinco filhos, todos nascidos em Avaré: Heitor, Eurico, Maria de Lourdes, Jacira e José.

9 — João Leonel Ferreira, casado com Maria, teve os oito filhos seguintes, alguns formados na escola complementar de Itapeitinga: Eugenio, João, Durvalino, Mariano, Amador, Isabel, Maria e José.

Prossegurei no mesmo grupo genealógico.

#### CLVII

Esta é a quarta nota que publico, tratando da descendencia de Luiz Ferreira Botelho e Maria Diniz (de Anhaia) de Jesus, através do seu bisneto José Leonel Ferreira. Dos quatorze filhos deste, dois da primeira mulher e doze da segunda, dei já noticia de nove. Tratarei a seguir dos cinco restantes.

10 — Januaria Perpetua foi casada com José Nunes Vieira e tiveram cinco filhos (a-e): a — Benedito Nunes Vieira, casado com Ana do Espírito Santo, casal este que teve oito filhos: Maria Cândida, casada com Olimpio Augusto Ribeiro, com quatorze filhos: Isaura Vieira, casada com João Leonel de Oliveira, filho de Antonio de Oliveira e Maria Leonel, com seis filhos; Maria José, casada com Aquiles Mariano da Silva, com seis filhos; Amador Nunes Vieira, casado com Maria de Oliveira, com dez filhos; Antonia Vieira, casada; Minervina Vieira, casada com Benedito Lopes Cardoso, com dois filhos; Jaci; e Vicente; b — Ana Cândida, casada com Pedro Dias Batista, já mencionados na letra "g", do numero 8; c — Amador Nunes Vieira, casado e residente em Sarutaiá, municipio de Piraju, com geração; d — Maria Vieira, casada com Antonio Rolim, e tiveram Aurora, casada com Eurico Dias Batista, já mencionados na letra "n", do numero oito; Antonia Ester, Jacira, Carmelita, Pedro, José e Francisco; e — José Nunes Vieira, tabelião em Botucatu, casado, com geração.

11 — Clementina Leonel Ferreira foi casada com João Mon-

teiro de Carvalho; e tiveram sete filhos (a-g): a — Clotilde; b — Antonio; c — Luiz; d — Landulfo; e — José; f — Joaquim; g — Maria Eugenia Sampaio. Esta é a nota, que tenho, referente ao casal onze, aqui indicado. Tal nota, porém, que me foi dada em 1936-1937, é bem resumida, ao que vejo, pois na edição do "Correio Paulistano", de 31 de janeiro de 1936, está noticiado o falecimento do coronel Joaquim Leonel Monteiro, com bastantes informes sobre a personalidade do morto, que era casado e deixou quatro filhos. Reporto-me a esse obituario, complemento indispensavel dos dados que possuo.

12 — Eugenio Leonel Ferreira, comendador, poeta, com livros publicados, entre os quais "Hera", "Lira Hebraica" et cétera. Foi casado com Maria e tiveram cinco filhos (a-e): a — Pedro Leonel; b — Cícero Eurico Leonel, formado em 1900, na Faculdade de Direito de São Paulo; c — Nenê; d — Virgilina, casada com seu primo Edmundo Dias Batista, letra "m", do numero oito, atrás mencionados; e — Marieta.

13 — Henriqueta Leonel Ferreira, casada com seu sobrinho Xisto Leme Brísola, já indicado na letra "d", do numero dois. Sem geração.

14 — Elisa Leonel Ferreira, com a qual se encerra a lista dos filhos de José Leonel Ferreira, foi casada com Antonio José da Rosa, sem geração.

Como acima disse, estes apontamentos têm já uns seis anos e as ocorrências naturais de casamentos, falecimentos e nascimentos devem dar margem a alterações no que estou publicando. Ninguém se esqueça, entretanto, de que estas notas semanais são apenas subsidios de genealogia.

"Apontamentos que um genealogista da familia forneceu ao professor Procopio Ferreira, de Itapetininga", eis o que me disseram, ao depositarem nas minhas mãos as notas sobre a descendencia de José Leonel Ferreira e Domingos Leonel Ferreira. Tal genealogista não seria o proprio professor Procopio Ferreira, cuja modestia o levava a esse disfarce?

Dou agora a descendencia de Domingos Leonel Ferreira e de Ana Joaquina dos Prazeres de Siqueira, sua mulher. Tiveram, como escrevi, onze filhos:

1 — José, falecido na infancia;

2 — Maximiliano Augusto Ferreira, único que a "Genealogia Paulistana" menciona, no volume sexto, titulo "Godois", pagina 32. Foi casado com Ambrosina de Moura Negrão, teve diversos filhos, entre os quais Emilio Augusto Ferreira, que deve ser o diplomado em 1887, na Escola Normal de São Paulo. Quando residia em Mogi das Cruzes o professor Emilio muito se interessou pelas pesquisas que andei fazendo a respeito da descendencia de Luiz Ferreira Botelho e de Maria Diniz (de Anhaia) de Jesus, bem como pelas rela-

tivas à ascendência desta, que publiquei na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume onze, de abril de 1935, em trabalho sob o título: "Cristovam Diniz de Anhaia, um paulista andejo", revista e trabalho já citados no subsidio cento e cincoenta e quatro.

3 — José Augusto Ferreira, casado com Francisca Vieira, e tiveram o filho único, Eugenio, falecido solteiro.

4 — Elias Augusto Ferreira, casado com Maria Teodolinda, filha de Salvador Leme Brisola (Será Salvador, da pagina 32, volume sexto, da "Genealogia"?). Tiveram, dentre outros, os três filhos (a-c): a — Antonina Ferreira, casada a primeira vez com Manuel Prestes de Albuquerque e a segunda vez com Francisco Antonio Vieira, sem geração; b — Maria Augusta, professora, casada com o professor Tomé da Rosa Teixeira, que residiam em Itararé, com geração; c — Elias Ferreira, já falecido, casado com Maria Brisola, com os filhos Horacio, médico; Mario, Elias e Alvaro.

5 — Maria Augusta Ferreira, casada em Itapetininga com Rafael de Arruda Leite. Tiveram prole numerosa mas ficaram apenas Gordiano e Idalina, solteiros.

6 — Joaquina Augusta Ferreira, casada com José Joaquim de Oliveira Prestes, sem geração. Ele foi casado três vezes. Joaquina deve ter sido a terceira esposa.

7-8-9 — O apontamento não dá os tres nomes correspondentes a estes tres numeros. Seriam talvez filhos falecidos em tenra idade.

10 — Paula Ferreira, casada com o professor José Carlos Dias, formado em 1883, na Escola Normal de São Paulo, muito conhecido aqui na capital, onde reside ha longos anos, como tambem no interior. Teve o casal os cinco filhos (a-e): a — Eurico Dias, médico, casado com Analia, com 2 filhos — Paula Cecilia e Carlos Dias. Paula Cecilia Dias foi minha aluna, na Escola Normal da Praça, e das mais distintas que tive em toda a minha carreira no magisterio normal e é com prazer que faço esta referencia. Está casada com Rui Camargo, médico do Exército, com geração; b — Teodomiro Dias, desembargador, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1907. Casou primeiro com Cecilia Tameirão e, segunda vez, com Cecilia Lebeis; c — Ofelia Dias, casada com o dr. Cândido Lobo, com as duas filhas Ofelia e Cecilia; d — José de Paula Dias, médico; e — Hernani Dias, professor de Desenho na Escola da Praça da Republica.

11 — Procopio Augusto Ferreira, faleceu em Piracicaba, a 1.º de junho de 1938, aos 74 anos de idade, tendo exercido o magisterio por mais de 50 anos. Era casado com Abigail Sudamita de Albuquerque, professora, e tiveram oito filhos seguintes (a-h): a — Noemia Ferreira, professora, casada com Pedro Rogachesk, comer-

ciante em Itapetininga, com os filhos Pedro, Abigail e Glaura; b — Clovis Temístocles Ferreira; c — Tulio Cícero; d — Danton Condorcet; e — José Bonifacio; f — Pedro Ivo (estes cinco falecidos no estado de solteiros); g — Maria Rita Ferreira, professora, adjunta do grupo escolar “Major Eonseca”, de Itapetininga; h — Procopio Augusto Ferreira Junior, formado em 1923 na Escola Normal de Itapetininga, professor na Normal de Piracicaba, casado com Iraídes Gonzaga, com dois filhos — Teresinha e Milton.

Não esquecer que estas notas datam de 1936-1937, acrescidas apenas com a noticia do falecimento do professor Procopio Augusto Ferreira, tirada do noticiario da imprensa desta capital.

---

#### CLVIII

A propósito das minhas quatro últimas notas desta secção, recebi retificações e ampliações que, com prazer, passo a transcrever.

A primeira foi do professor Joaquim da Silveira Santos, dando a geração do casal José Joaquim dos Santos Prado — Hortencia Leonel (subsídio cento e cincoenta e cinco), a qual é a seguinte: 1 — Circe Prado, casada com Augusto Graco da Silveira Santos, com duas meninas e um menino. Augusto Graco, docente da Normal de Itapetininga, é filho do sobredito professor Joaquim da Silveira Santos, e já se tornou muito conhecido por suas publicações que aparecem assinadas “Graco Silveira”, simplificação de nome, que não aprovo, dada a experiencia que tenho com o aparecimento de homônimos: 2 — Heloisa, professora, falecida, solteira; 3 — Vanda, professora, solteira; 4 — Irma, casada com José Leitão de Carvalho Sobrinho, com dois filhos e uma filha; 5 — Diva, professora, solteira; 6 — Alaide, professora, solteira; 7 — Hebe, casada com Nelson de Camargo.

Outra colaboração veio do arquivo do genealogista dr. Frederico de Barros Brotero, com referencia ao dr. Cícero Leonel (subsídio cento e cincoenta e sete), casado em São Paulo com Margarida Laborde, filha de uma estimada e conceituada senhora francesa, que residiu por longos anos nesta capital, conhecida por “Madame Laborde”, de cujo marido o informante não registou o nome. Faleceu o dr. Cícero em 1 de julho de 1919 e deixou três filhos: 1 — Plínio, 2 — Clovis, 3 — Maria da Gloria. E ainda, do mesmo genealogista obsequioso, quanto ao subsídio cento e cincoenta e seis: “O dr. Vitor Curvelo de Avila Junior, casado com d. Vitalina Dias Laranjeira, é bacharel, advogado em Bauru, onde foi vereador; creio que reside hoje em Campinas; filho de outro de igual nome e Cacilda de Almeida Prado, neto paterno do professor João Curvelo de Avila Santos e Fortunata Rocha Curvelo, ambos de familia de Bananal”.

A terceira e última informação complementar, relativa ao subsídio cento e cincoenta e seis, apareceu pelas mãos do senhor Anibal Carneiro Giraldes, que residiu em Avaré, onde foi serventuario vitalício de um officio de Justiça, por muito anos, e hoje reside nesta capital. Copio as informações do senhor Giraldes: "Anibal Carneiro Giraldes, filho de Inacio Carneiro Giraldes e Ernestina Dias. Casou-se em Avaré, aos 18 de janeiro de 1896, com Maria Antonia de Oliveira. Filhos do casal (13): 1 — Inacio, formado pela Escola Normal de Botucatu, casado com Tarcila Cunha Campos Tassarra, com dois filhos — Maria Floriscena e Maria Nilda; 2 — José, casado com Elóra Graner, com quatro filhos — José Maria, Maria, Maria Antonia e Carlos Eduardo; 3 — Olavo, casado com Linda Bissacot, com dois filhos — Anibal José e Melquiades; 4 — Diva, casada com Mario Francisco Zocchio, com quatro filhos — Edilberto, Mario, João Geraldo e Maria Aparecida; 5 — Marina, agora irmã Maria Clara, da Congregação de São Vicente de Paulo; 6 — Sebastião, formado em 1939 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Os mais, como está publicado".

Muito agradeço aos tres autorizados informantes, que me procuraram, oferecendo-me ampliações e retificações tão oportunas. Nestas retificações ha a salientar o nome exato da esposa do senhor Anibal Carneiro Giraldes, d. Maria Antonia de Oliveira e não como está no apontamento que ha tempos me forneceram e que publiquei, no dito subsídio cento e cincoenta e seis.

Tenho também umas achegas, sobre esses quatro últimos subsídios. Uma delas explica que nem todos os filhos de Antonio Francisco Ferreira e Ana Nunes de Siqueira assinavam "Leonel". Domingos, por exemplo, cuja geração de onze filhos esbocei no subsídio cento e cincoenta e sete, não usava o sobrenome que os pais idearam para lhes distinguir a prole. Idearam e conseguiram, pois a familia Leonel é bem conhecida e todo o mundo se refere com precisão aos Leonéis, sem erro possível.

Outra achega, importante, refere-se a Ana Teresa de Jesus (subsídio cento e cincoenta e quatro), filha de Domingos da Costa Jácome e de Ana Ferreira Perpetua. Os autos do inventario desta, falecida na freguesia do Paranapanema, aos 4 de fevereiro de 1809, estão arquivados no Cartorio do Segundo Officio, de Itapetininga, do Escrivão Floriano Peixoto de Paula Ferreira, de quem já falei no subsídio cento e trinta e tres. São indicações curiosas, do inventario de d. Ana Ferreira Perpetua, as seguintes: Juiz de Orfãos — Salvador Correia Leme do Prado (alferes); escrivão — Francisco Xavier de Araujo; Inventariante — Antonio José da Costa; Avaliadores — João Mendes Torres e Dionisio Ferreira Diniz (este em lugar de Manuel Fernandes Souto); Partidores — Martim Vaz de Carvalho e Eustaquio José da Rosa; Herdeiros declarados: 1 — Domingos da Costa Ferreira, casado; 2 — João Batista da Costa,

casado; 3 — Manuel José da Costa, casado; 4 — José Joaquim da Costa, casado; 5 — Inacio Ferreira da Costa, solteiro, 36 anos; 6 — Francisco Ferreira da Costa, casado; 7 — Antonio José da Costa, solteiro, 32 anos; 8 — Ana Teresa, viuva. Adiante do nome dela o escrivão anotou: “Declaro Ana Teresa não entra neste Inventário por orbidação. Araujo”. Ainda consta dos autos que Antonio Francisco da Costa, filho da inventariada, era já falecido, tendo deixado os quatro herdeiros seguintes: Joaquim, de 16 anos; Custodio, de 14; Pedro, de 10; e Ana, de 11 anos. André José de Almeida, de Itapetininga, avô dos orfãos, foi nomeado tutor, e recusou, alegando ser homem doente e ter perto de noventa anos. Foi então nomeado tutor José Joaquim da Costa, tio dos quatro menores.

Numa relação de filhos de Domingos da Costa Jacome e Ana Ferreira Perpétua que consegui com muita dificuldade, aqui em São Paulo, tirando dados dos censos das Ordenanças de Itapetininga, existentes no Arquivo Público do Estado, arrolei dez filhos, para o casal, por haver aí incluído Joaquim José Ferreira. Verifiquei, depois, ser este filho de Dionisio Ferreira Diniz e sobrinho, portanto, de Ana Ferreira Perpétua e não filho, como eu supuzera, até então. O meu equívoco proveio de encontrar, nos censos da Vila do Paranapanema, um filho Joaquim, para o casal Domingos da Costa Jácome — Ana Ferreira Perpétua, o qual Joaquim foi frei Joaquim de São José, irmão leigo franciscano, falecido em 1855 e que consta do “Elenco-Biográfico”, organizado por frei Diogo Freitas, O.F.M., como filho de Domingos da Costa “Jacome” e de Ana “Ferreiros” Perpétua. Frei Joaquim entrou para a Ordem, no Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1803, e morreu em Itu, onde era conhecido por “Irmão Joaquim do Paranapanema”. Dele dá noticia Francisco Nardy Filho, na sua obra sobre Itu. Reporto-me, porém, sobre o assunto, ao que já escrevi no subsidio oitenta e cinco, saído na edição do “Correio Paulistano”, de 24 de janeiro de 1941.

Termino esta nota chamando a atenção dos estudiosos de genealogia para a descendencia de Amador Bueno da Veiga, interessante capitulo do livro que, sob o titulo “O cabo-maior dos paulistas na guerra com os emboabas”, Aureliano Leite acaba de publicar (impressão da Gráfica da “Revista dos Tribunais”, e edição da Livraria Martins).

#### CLIX

São numerosas as pessoas que, ao serem interrogadas sobre as origens das suas familias, respondem com rapidez, como quem está habituado, de longa data, à idéia: “Eram tres irmãos, que vieram de Portugal: um foi para o Norte, outro veio para aqui, e outro foi para o Sul”. Essa maneira simplista de explicar a dispersão das

famílias, com as correntes imigratorias, já a ouvi aplicada tambem para o caso paulista de expansão colonial. Encontrei distinto cavalleiro baiano, com um cognome muito comum na onomástica taubateana do século dezoito, e interroguei-o sobre ascendencia e ele retrucou logo: "Eram tres irmãos, que saíram de Taubaté: um foi para a Bahia, outro ficou aqui e outro foi para o Sul".

Tomada como símbolo, não vai mal a historia dos três irmãos, a qual é antiga, pois acabado o diluvio universal, tres irmãos tambem tomaram cada um o seu rumo . . . "E os filhos de Noé, que da arca saíram, foram Sem, e Cão, e Jafé. Estes tres foram os filhos de Noé; e destes se povouou toda a terra".

A existencia de cognomes iguais, em varias zonas do país, reforça a crendice na tal historia dos tres irmãos, que se dirigiram para o Norte, para o Centro e para o Sul. Já era tempo de ir aparecendo outra explicação, mais verdadeira, mais de acordo com a realidade dos fatos observados.

Estive revivendo estas coisas, ha dias, ao encontrar-me com um descendente do sargento-mor José Novais Dias, português, que a "Genealogia Paulistana", volume primeiro, titulo "Camargos", paginas 207-208, diz que casou em Cotia, no ano de 1783. A mulher, Ana Teresa de Camargo, era filha de José Ortiz de Camargo Lima e de Teresa de Jesus Cardoso, filha de Inacio Lopes Munhoz e de Maria Cardoso de Almeida, o que leva Ana Teresa ao capitulo dos "Prados", da mesma "Genealogia", volume terceiro, pagina 337. Conheço muito essa Teresa de Jesus Cardoso, por ser irmã germana de Ana Maria da Silveira, que foi a primeira mulher do guardamôr, capitão de infantaria de auxiliares do bairro da Penha, e juiz ordinario em São Paulo, Francisco de Godoi Preto, pais de João de Godoi Pinto da Silveira, que se celebrizou em Goiás, e de Escolástica de Godoi da Silveira, sogra esta daquela Ana Teresa de Jesus, da Vila das Minas do Paranapanema, a quem me referi nos subsidios cento e cincoenta e oito, cento e cincoenta e quatro e outros, mais antigos; prima afim dos filhos do sargento-mor José Novais Dias, por haver casado com o filho de uma prima de Ana Teresa de Camargo.

Tais parentescos antigos generalizavam, nestas bandas, o grau de primo. Contou-me distinto cavalleiro, que um paulista, de alta projeção social, saiu a passeio, aqui em São Paulo, com alguem que viera de longe. Caminhavam os dois, lentamente, pelas ruas centrais e o visitante, lá às tantas, não se conteve: "Mas meu amigo, o Senhor dá de primo a todo o mundo! Será possivel que apareçam assim tantos parentes?" e o outro, seguro e calmo: "Aqui em São Paulo, quando a gente sai à rua, trata por primos a todos quantos encontra, se estiverem bem vestidos . . . E acerta!"

Silva Leme apenas descobriu, ao escrever o primeiro volume da sua "Genealogia", tres filhos para o sargento-môr José Novais

Dias e Ana Teresa de Camargo, e foram Ana Rosa de Jesus, casada em Cotia, em 1808, com Antonio José de Araujo; padre Joaquim Dias Novais, a quem Silva Leme chama "Joaquim Duarte Novais"; e João Novais Dias, casado em 1818, em São Roque, com Delfina de Camargo Penteado.

Na "Adenda", volume nono, paginas 80-82, ajuntou mais quatro gêritos para a prole do sargento-mor: José Antonio Dias Novais, Manuel Novais da Cruz, Antonio José Dias Novais e uma filha, que foi freira. Se o genealogista tivesse manuseado os censos das Ordenanças de Cotia, então viriam informações completas. Ainda no recenseamento de 1822, lá estão José Novais Dias, viuvo, europeu, sargento-mor reformado, que vive de seus negocios; e os filhos: o reverendo Joaquim Dias Novais, de 39 anos; d. Ana Rosa, de 30 anos; e a nota: "falta nesta casa o seu filho José Antonio, de 34 anos, que mudou para as partes da Côrte do Rio de Janeiro".

Ha anos tirei, de livros de batizados de Cotia, existentes no Arquivo da Curia Metropolitana, as datas dos batismos dos sete filhos do casal José Novais Dias — Ana Teresa de Camargo, e são as seguintes: 1 — Joaquim, 13 de julho de 1784; 2 — Ana, 7 de janeiro de 1786; 3 — Manuel, 11 de dezembro de 1787; 4 — José, 7 de fevereiro de 1790; 5 — João, 31 de janeiro de 1791; 6 — Mariana, 12 de fevereiro de 1793; e 7 — Antonio, 21 de junho de 1795. Mariana entrou para o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição da Luz, e foi Soror Mariana de Trindade. Antes se chamava Mariana Teresa de Jesus. Ela e seu irmão padre Joaquim Dias Novais são o elemento religioso, por excelencia, dessa familia aliás muito devota.

José Antonio Dias Novais e Manuel Novais da Cruz residiram em zona de Queluz, o primeiro, e de São Francisco de Paula dos Pinheiros, o segundo. Foram casados com duas irmãs, Maria de Freitas e Silva e Clara de Freitas e Silva, e desses dois casais já dei noticia no subsidio cento e quarenta e quatro, de três de abril de 1942. Uma descendente de José Antonio Dias Novais está, a meu pedido, coligindo dados exatos e minuciosos a respeito dos numerosos Novais-Freitas, das localidades supra-mencionadas e circunvizinhas. Residi em Queluz e lá conheci muitos elementos desses dois grupos genealógicos. Muito mais tarde morei em São Carlos e lá também encontrei descendencia de Manuel Novais da Cruz, pelo filho José Novais de Aguiar. Irmão germano de José Novais de Aguiar era Manuel de Freitas Novais, o conhecidíssimo "Major Novais do Cruzeiro".

José Antonio Dias Novais, alferes, construiu a Igreja Matriz de Queluz, no local da primitiva capela. Já li que morreu na revolução de 1842, batendo-se pela causa dos liberais, que era a sua propria.



Antonio José Dias Novais, major, da Cotia passou a morar em zona fluminense, do Pirai, onde casou com Maria Figueira, filha do coronel Inacio Figueira. Não encontrei ligação para este Inacio Figueira, nos Lopes-Figueira, do Facão, os quais estudei na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volume trinta e cinco: deve ser outra gente. É facil ver a descendencia, resumida, de Antonio José Dias Novais, em Silva Leme, volume nono, pagina 82.

Atendendo à solicitação de amigos, resolvi enfeixar em livro os setenta primeiros subsidios desta serie. Aparecerão como o terceiro volume da Biblioteca Genealógica Brasileira, em seguida a — "Os Almeidas e os Nogueiras do Bananal", do dr. Geraldo Cardoso de Melo, e a — "O Conde de Moreira Lima", do dr. Antonio da Gamã Rodrigues. Os quatro mil e tantos nomes, que ocorrem nos ditos setenta subsidios, constarão de um indice onomástico, em ordem alfabética, o que facilitará enormemente a consulta. Dentro em breve será apresentado mais esse elemento da Biblioteca Genealógica Brasileira, uma das manifestações do Instituto Genealógico Brasileiro.

---

#### CLX

Em aditamento ao subsidio cento e cincoenta e nove, sobre descendencia do sargento-mor José Novais Dias e de sua mulher Ana Teresa de Camargo, reproduzo umas notas que recebi, ha tempos, de amigo sollicito. Trata-se de apontamento tomado dos autos do inventario do padre Joaquim Dias Novais, falecido "em Estado Secular de Presbítero", aos onze de julho de 1948. Os autos estão no Cartorio do Primeiro Officio de Orfãos, nesta capital. Eis a lista dos herdeiros:

1 — Antonio José Dias Novais, casado e morador em Arrozal, Provincia do Rio de Janeiro.

2 — Ana Rosa Novais, falecida, com os seguintes filhos: a) José de Araujo Novais; b) Antonio de Araujo Novais, solteiro, 35 anos, residente em Queluz; c) Elias de Araujo Novais, solteiro, 37 anos, residente em Quehuz; d) Joaquim de Araujo Novais, casado, morador em Cotia;

3 — José Antonio Dias Novais, falecido, casado com Maria de Freitas e Silva, com os filhos: a) José Antonio Dias Novais, morador em Queluz, casado; b) Joaquim Dias Novais, solteiro, 24 anos, Queluz; c) João Batista Novais, solteiro, 25 anos; d) Luiz Dias Novais, solteiro, 19 anos, estudante; e) Mariano Dias Novais, solteiro, 16 anos, Queluz; f) Ana de Freitas Novais, casada com Antonio Pereira Leite e Silva, moradores em Rezende; g) Antonio

Dias Novais, 13 anos, Queluz; h) Elias Dias Novais, 11 anos, Queluz; i) Luiza de Freitas Novais, 12 anos, Queluz; j) Clara de Freitas Novais, 9 anos, Queluz; k) Isaias de Freitas Novais, 7 anos, Queluz;

4 — Manuel Novais da Cruz foi casado com Clara de Freitas e Silva e faleceu deixando os filhos: a) José Novais de Aguiar, 20 anos, Queluz; b) Manuel Novais da Cruz, 17 anos, Queluz; c) Agostinho de Freitas Novais, 15 anos, Queluz; d) Joaquim de Freitas Novais, 13 anos, Queluz; e) Tobias de Freitas Novais, 10 anos, Queluz; f) Cândido de Freitas Novais, 8 para 9 anos, Queluz; g) Francisco de Freitas Novais, 7 anos, Queluz.

Estas notas, do inventario do padre Joaquim Dias Novais, são elementos para estudo dessa grande familia Novais Dias, ou Dias Novais, a qual não se deve confundir com outras familias de igual cognome, mesmo dentro das fronteiras de São Paulo. A geração do sargento-môr José Novais Dias é Camargo e, quanto à dos filhos José Antonio e Manuel, é também Freitas.

Em Guaratinguetá, por exemplo, existe uma familia Vieira Novais (S. L., volume III, título "Raposos Gois", pagina 64), oriunda do casamento de Ana Rosa de Jesus, em 1784, na dita cidade, com o capitão Francisco Vieira de Novais, natural de Portugal, filho de Francisco Vilela e de Leonarda Teresa Vieira. A esse grupo genealógico deve pertencer o professor Anisio Novais, guaratinguetense, formado em 1906 na antiga Escola Complementar de sua terra, e atual diretor geral do Ensino.

Em Itu também existem Novais (S. L., volume III, título "Pedrosos Barros", página 493, e título "Prados", paginas 348|349) provenientes de Francisco Novais de Magalhães, natural do arcebisado de Braga, filho de João Novais e de Isabel de Magalhães, casado em Itu, em 1743, com Maria Francisca Vieira (da Costa Aranha).

Notam-se Novais, ainda, no volume VII, da "Genealogia", título "Cordeiros Paivas", página 309, oriundos do casamento do dr. Joaquim Novais Coutinho de Araujo com Maria Amelia da Luz. Estes apresentam elementos ligados ao volume VI, em título "Cubas", pagina 192.

E já que falei em título "Cordeiros Paivas", volume VII, de S. L., convem corrigir o assentamento da pagina 300, que deve ser: Amelia de Oliveira, casada com o dr. José Francisco de Paula Novais, formado em Direito em São Paulo, em 1886, filho do dr. Antonio Dias Novais, este formado também aqui, em 1859. O dr. Antonio e seu irmão dr. Luiz Dias Novais (igualmente graduado em Direito, em São Paulo, em 1856) constam da lista dos herdeiros de seu tio padre Joaquim, atrás mencionada. São pais dos Novais de Queluz, assim como o coronel José Novais de Aguiar e seu irmão

dr. Francisco de Paula Novais, médico, casados respectivamente com Maria Amelia (Braga) de Oliveira e Gabriela (Braga) de Oliveira, da pagina 310, volume VII, da "Genealogia". Estes dois Novais são filhos de José Novais de Aguiar, que tambem aparece, atrás, na lista dos herdeiros de seu tio padre Joaquim, como filho de Manuel Novais da Cruz.

Muitos são, como se vê, os Novais de São Paulo e do Brasil e não será talvez temerario supor que têm origem comum, em Portugal, e não muito remota. Não pretendo, porem, examinar esse aspecto, aliás simpático, do problema.

Relativamente ao major Antonio José Dias Novais, herdeiro de seu irmão padre Joaquim Dias Novais, o inventario, de 1848, declara-o casado e morador no Arrozal, provincia do Rio de Janeiro. E Silva Leme, no volume nono, pagina 82, diz que foi casado com Maria Figueira, filha do coronel Inacio Figueira, e faleceram na Vila do Pirai. E ainda menciona a geração de oito filhos: 1 — Manuel da Cruz Novais, casado com Claudina Amelia, filha do capitão Antonio da Silva Monteiro, de Barra Mansa, o qual Manuel faleceu em Queluz, com geração; 2 — Bernardo Dias Novais; 3 — João Dias Novais, casado no Arrozal, com geração; 4 — Antonio Dias Novais; 5 — Joaquim Novais; 6, 7 e 8 — tres filhas casadas.

Conheci, em Queluz, antes de 1898, já muito avançado em anos, o casal Manuel da Cruz Novais-Claudina Amelia da Silva Monteiro. Tinham dois filhos — Guilherme Clímaco da Cruz Novais, casado com Beatriz (?) e com varios filhos (Maria Tiburcia Novais, formada em 1891 na Escola Normal da capital, Clotilde, Bias, Honorio Novais, Manuel e outros cujos nomes não posso recordar); e Manuel da Cruz Novais, casado com Ana de Menezes, filha de Olinda Maria de Carvalho e de Manuel Caetano de Menezes. Olinda Maria era filha de Maria Francisca da Silva e de Joaquim de Carvalho Leme, um dos filhos do capitão de Ordenanças de Areias, Manuel de Carvalho Leme (de onde procede uma grande familia Carvalho, de Areias, citado em Silva Leme, volume II, "Lemes", pagina 299) e de sua mulher Ana Joaquina, natural esta de Aiuruoca. Ana de Menezes vinha a ser irmã germana de Ananias Cesar de Menezes, muito conhecido e com geração parece que de tres casamentos.

Manuel da Cruz Novais e Ana de Carvalho Menezes tinham muitos filhos, uns nascidos em Queluz e outros em São João da Boa Vista, para onde se mudara a familia, e eram esses gênitos: 1 — Maria Amelia Novais, professora, ha pouco falecida nesta capital, casada com o farmacêutico Bonifacio Paulino de Carvalho (ver subsidio trinta e um, de 12-1-1940, e o obituario dos jornais daqui, do dia 24 de julho de 1942, de onde tirei as notas que seguem); 2 — Guiomar Novais, a grande pianista, casada com o dr. Otavio Pinto (S. L., IV, 463); 3 — América Novais, professora, casada com

Paulo Trigo de Souza; 4 — Antenora Novais, professora; 5 — Anália Novais, idem; 6 — Aurora Novais, idem; 7 — dr. Gastão Novais, médico, casado com Antonieta de Andrade; 8 — Jorge Novais, casado com Olivia; e 9 — Acacio Novais, casado com Amábile.

Nessa relação aqui transcrita, não consta, como se vê, o nome de Alice Novais, irmã dos nove mencionados, formada na Escola Normal em 1902 e que foi casada com Francisco Armando, comerciante muito conhecido, filho de pais italianos; com geração.

---

### CLXI

Se qualquer pesquisador tomar o censo das Ordenanças de Lorena, na parte referente a Areias, encontrará, por exemplo, no de 1795, um capitão de Ordenanças — Manuel de Carvalho Leme, natural do Porto, casado com Ana Joaquina, de Aiuruoca (Minas). A "Genealogia Paulistana", volume segundo, título "Lemes", páginas 299, informa que Manuel era natural da freguesia de São Miguel, concelho de Baião, bispado do Porto, falecido em 1815 em Lorena, filho de Domingos de Carvalho e de Ana Leme, de Portugal; e que Ana Joaquina vinha a ser filha de Luiz Pinto Barbosa e de Maria Leite. Quanto ao capitão Manuel haver falecido em Lorena, é necessario recordar que Areias só se constituiu municipio independente em 28 de novembro de 1816. Ele faleceu, de fato, na Vila Queimada, perto de Queluz.

A propósito do Alvará que elevou a antiga freguesia de Sant'Ana da Paraiba Nova a municipio (vila) de São Miguel das Areias, convinha formular a hipótese de haver o capitão Manuel de Carvalho Leme interferido para a adoção do novo nome da localidade, uma vez que ele era "da freguesia de São Miguel, concelho de Baião, bispado do Porto".

Estava assim organizada a familia de que trato, segundo a lista censitaria de 1.º de janeiro de 1795: Manuel de Carvalho Leme, 44 anos, natural do Porto; sua mulher Ana Joaquina, natural de Minas, freguesia de Aiuruoca, 37 anos; filhos do casal: 1 — Manuel, 13 anos, de Aiuruoca; 2 — Joaquim, 11 anos, de Aiuruoca; 3 — José, 9 anos, de Aiuruoca; 4 — Francisco, 5 anos, de Aiuruoca; 5 — Olinto, 4 anos, de Areias; 6 — Luiza, 15 anos, de Aiuruoca; 7 — Ana, 7 anos, de Aiuruoca; e 8 — Maria, 1 ano, de Areias. Em 1796 casou a filha Luiza com José Raimundo da Silva, e em 1797 nasceu mais a Ludovina.

Esta familia criou raizes em Areias e expandiu-se muito, de maneira que são numerosos os Carvalhos de tal origem. Não são, entretanto, os únicos Carvalhos areienses. Em fins do século dezoiti-

to, morava na Estiva, hoje município de Silveiras, André Pereira Soares, ilhéu, português, casado com Teresa Francisca de Jesus, de Baependi, e o casal tinha dois filhos: Ana Maria da Conceição e Manuel da Silva Carvalho, os quais deixaram geração de Carvalhos, em Areias, supondo eu que sem ligação de parentesco com a descendência de Manuel de Carvalho Leme.

Também havia, em Areias, Alexandre José de Carvalho, casado com Honoria Olinda do Carmo. Tiveram pelo menos dois filhos — um rapaz, que foi o popular dentista Alexandrino, e uma filha, Maria Augusta de Castilho, que casou com José Honório de Avila, de São Francisco de Paula dos Pinheiros (ver Revista do Arquivo Municipal, volume vinte e sete, pagina 184). De momento não me recordo de outros Carvalhos, de Areias, além dos três citados.

Neste subsídio procurarei esboçar a geração de Manuel de Carvalho Leme e de Ana Joaquina (Leite Pinto Barbosa). De passagem direi que Pinto Barbosa era cognome de gente de Guaratinguetá na segunda metade do século dezoito e é muito provável que Luiz Pinto Barbosa, pai de Ana Joaquina, fosse guaratinguetaense. Eis, pois, uma breve notícia sobre a descendência de Manuel de Carvalho Leme:

1 — Manuel de Carvalho Leme, natural de Aiuruoca, casado em 1809 em Mogi das Cruzes, com Francisco Franco de Melo (S. L., volume II, título “Lemes”, pagina 299). A “Genealogia” traz a geração da filha Leonor Franco de Carvalho, que foi casada com Joaquim José Cardoso, português. O censo de Areias, de 1846, menciona Joaquim José Cardoso, 55 anos; Leonor, 31 anos; e os filhos: João, 10 anos; Manuel, 8; Ezequiel, 6; e Maria, 2. O censo de 1836 refere dois filhos: José, 2 anos; e João, 6 meses; José, de 2 anos em 1836, foi o dr. José Joaquim Cardoso de Melo, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1858, com geração assaz conhecida, da qual já tratou ou irá tratar o seu descendente, dr. Geraldo Cardoso de Melo, esforçado e abalizado genealogista, atual delegado de policia de Piracicaba.

A propósito de Joaquim José Cardoso, contou-me o sr. Joaquim Gomes de Siqueira Reis Junior (ver subsidios cento e quarenta e oito e cento e quarenta e nove) que um dos Gomes de Siqueira Reis, do Formoso, estando no Rio de Janeiro por bastante tempo, quando regressou à casa paterna trouxe consigo um rapaz a quem muito se afeiçoara, atentas as boas qualidades que tinha. Era português, trabalhava no commercio, não se dava bem com o clima do Rio. A familia Gomes de Siqueira Reis afeiçoou-se ao recém-vindo. Abriram uma casa comercial em Areias, da qual Joaquim José Cardoso era socio e gerente. Em Areias, Cardoso prosperou, constituiu familia, sendo esta a familia Cardoso de Melo, da qual ficou sendo tronco.

2 — Joaquim de Carvalho Leme, natural de Aiuruoca, foi casado com Maria Francisca da Silva, falecida em Areias, a primeiro de dezembro de 1853, com testamento, do qual foram extraídas as notas que seguem, quanto à geração. Tais notas devo-as a uma copia tirada pelo professor Adolfo Carvalho, areiense, docente da Escola Normal de Piracicaba, o qual gentilmente me informou. Eis a lista dos dez filhos de Joaquim:

a) — Margarida, casada com Augusto Nicolau Franco;

b) — Olinda Maria de Carvalho, casada com Manuel Caetano de Menezes. Escrevi, no subsidio cento e sessenta, que eram filhos deste casal, Ana de Menezes e Ananias Cesar de Menezes. Preciso dizer, aqui, que a afirmação provém de inferencia minha, na apreciação dos Caetano de Menezes (Marta Caetano de Menezes, Manuel Caetano de Menezes, José Caetano de Menezes). Gostaria que de Areias viesse prova documental a respeito. Conforme asseverarei, de Ana de Menezes é filha a grande pianista brasileira Guiomar Novais, oriunda de pai queluzense e de mãe areiense;

c) — Ludovina Maria de Carvalho, falecida em 1874, com testamento, em Areias, casada com Celestino Francisco Cardoso, filho de Manuel Cardoso de Macedo e neto paterno de Ana Joaquina de Carvalho. Neste ponto parece que ha equivoco nas notas do professor Adolfo Carvalho, pois o marido de Ana Joaquina de Carvalho era o alferes Francisco Cardoso de Macedo, natural do Porto. Desse grupo voltarei a tratar na enumeração dos descendentes de Manuel de Carvalho Leme-Ana Joaquina. Ludovina Maria de Carvalho deixou cinco filhos: 1 — Jonas Francisco Cardoso de Carvalho, com dezenove anos em 1874, casado com Tarquinia Domingues e com quatro filhos (professor Adolfo Carvalho, nascido em Areias aos 8-4-1882, formado penso que na Escola Complementar da praça da República em 1900, casado em Piracicaba com Ana Cândida de Moraes e com nove filhos vivos, ao tempo do apontamento, ou seja meados de 1937; Sebastião Carvalho, de 1883, casado com Azulina Marins, com geração; Maria Eugenia, de 1886, viuva de Henrique Dix, alemão, com uma filha; e Maria da Gloria, de 1888, casada com João Batista Franco, com cinco filhos); 2 — Deolinda Maria de Carvalho, com dezessete anos em 1874, faleceu solteira; 3 — Laurindo Boaventura Cardoso de Carvalho, com sete anos em 1874, foi casado e deixou geração; 4 — Ernesto, com seis anos em 1874, falecido em criança; 5 — Ludovina, com tres meses em 1874, falecida em criança.

## CLXII

O Instituto Genealógico Brasileiro apresenta, neste mês corrente, aos amigos da especialidade genealógica, duas publicações das suas quatro séries, que são constituídas pela "Revista", pela "Biblioteca", pelo "Anuario" e pelos "Índices".

Primeiro aparecerá o volume terceiro, da Biblioteca Genealógica Brasileira, do qual já dei noticia no subsidio cento e cincoenta e nove. Conforme foi dito, no livro estão reunidas setenta e sete notas aqui publicadas semanalmente, as setenta primeiras, acompanhadas de um índice onomástico, em ordem alfabética, num total de duzentas e quarenta e cinco paginas. Já começou a ser feita a distribuição de mais esse elemento da Biblioteca Genealógica Brasileira. Quanto ao "Anuario", ao seu tempo avisarei, para que os interessados possam procurar a util publicação.

E dada a alviçareira noticia de tanta operosidade, torno ao ponto em que fiquei, na enumeração da descendencia do casal Manuel de Carvalho Leme-Ana Joaquina (Leite Pinto Barbosa). Continuarei a descrever a geração dos dez rebentos do segundo gênito — Joaquim de Carvalho Leme, casado com Maria Francisca da Silva e, como já havia tratado de tres (a, b. c.), prosseguirei nos sete restantes (d-j):

d) — Moisés de Carvalho Leme, solteiro em 1853, com 26 anos; e) — Porcino de Carvalho Leme, solteiro em 1853, com 21 anos; f) — Joaquim de Carvalho Leme, solteiro em 1853, com 13 anos; g) — Ananias de Carvalho Leme, com 11 anos em 1853; h) — Augusto, de nove anos, na data indicada; i) — Telecino, de sete anos; e j) — Constança Maria de Carvalho, sem idade mencionada, talvez por ser maior.

3 — José de Carvalho Leme, natural de Aiuruoca, casado com Inacia Maria da Conceição, e não sei se tiveram descendencia.

4 — Francisco de Carvalho Leme, natural de Aiuruoca, do qual o recenseamento de Areias, em 1822, dizia que era soldado da Imperial Guarda de Sua Majestade o Imperador.

5 — Olinto José de Carvalho, natural de Areias, recenseado em sua terra, em 1836, com 46 anos, casado com Inês Maria, de 35, e com os seis filhos seguintes: a) — Antonio, de 16 anos; b) — Claudino, de 12; c) — Olinda, de 9; d) — Laurindo, de 6; e) — Olinto, de 5; e f) — Olimpio, de 2.

6 — Luiza Maria de Carvalho, natural de Aiuruoca; contraiu nupcias em Areias, em 1796, com José Raimundo da Silva, nascido em Pindamonhangaba, filho dos guaratinguetenses Raimundo Correia da Silva, casado em 1765, em Guaratinguetá, com Rita Maria, filha de João Miguel do Rego e de Faustina da Silva (ver Silva Le-

me, "Genealogia Paulistana", volume oitavo, título "Dias", página 43, número 4-4). José Raimundo da Silva, que era excelente pessoa, cedo mudou para a zona do "Caminho Novo, de Lorena ao Rio", casou e fixou-se em Vila Queimada, perto de Queluz, deixando uma grande geração, que adotou como cognome o sobrenome do pai e nome de batismo do avô paterno. Silva Leme não menciona José Raimundo da Silva, cuja filiação encontrei em registos paroquiais da Freguesia de São João Batista de Queluz, à qual pertencia a localidade em que ele residia, a Vila Queimada, ainda existente e com o mesmo nome. Como o dr. Otaviano Raimundo, descendente de José Raimundo da Silva, conhecido engenheiro residente nesta capital, prometeu-me umas notas complementares aos apontamentos que colhi sobre os Raimundos, espero tais notas para dar a descendência de José Raimundo da Silva-Luiza Maria de Carvalho.

7 — Ana Joaquina de Carvalho, natural de Aiuruoca, casou primeiro com o alferes Francisco Cardoso de Macedo, nascido no Porto, e, em relação ao casal, o censo de Areias, de 1816, informa que ele contava 41 anos de idade e ela 31; e tinham os filhos seguintes: a) — Manuel, de 12 anos; b) — Francisco, de 11; c) — Antonio, de 7; d) — Jesuina, de 4; e) — Olinta de 1. O recenseamento de 1822 indica Ana Joaquina de Carvalho, de 37 anos, viúva, com os filhos Manuel, estudante; Francisco, Antonio, Jesuina e Anacleta, de 5 anos. Na forma do costume, os rapazes usavam cognome paterno: Manuel Cardoso de Macedo, Francisco Cardoso de Macedo, Antonio Cardoso de Macedo; e as filhas assinavam cognome materno; Jesuina Francisca de Carvalho, Anacleta Delfina de Carvalho. Ana Joaquina de Carvalho passou a segundas nupcias, de certo também em Areias, com Manuel José Ferreira Pena, natural da Europa, com 40 anos em 1822 e então ainda solteiro. Dessas novas nupcias de Ana Joaquina de Carvalho, nasceu, por volta de 1826, o filho que se chamou Laurindo José de Carvalho Pena, e não sei se tinha irmãos consanguíneos, ou se ficou apenas com seus irmãos uterinos, retrocitados.

Minhas notas sobre esses Penas, de Areias, são muito incompletas, bem a meu pesar, e nem ao menos consegui a geração de Laurindo José de Carvalho Pena, major, casado com Maria Tolentina de Oliveira Almeida, e tiveram pelo menos dois filhos: 1 — Dr. Manuel José Ferreira Pena, batizado em 27 de julho de 1856, em Areias, formado em Direito aqui, em 1886, e formado também em Música, creio que na Itália. Dele já tratei em um trabalho sobre músicos, saído na "Revista do Arquivo Municipal", volume setenta e sete, de junho-julho de 1941; e 2 — Laurindo Pena Filho, que deve ser o que casou com Maria, filha do dr. Manuel José da Silva, este graduado em Direito aqui, em 1859, e aqui casado, na Sé, aos dois de novembro de 1857, com Maria Ferraz Mauricio, filha do dr. Rodrigo José Mauricio e de Maria dos Prazeres Pereira Ferraz.



Convem acrescentar que o maestro dr. Manuel Pena era casado com Úrsula, irmã de Maria, ambas filhas do dr. Manuel José da Silva, e irmãs também de Rosalina, casada com um Pena (irmão de Laurindo e do maestro dr. Manuel?); e ainda irmãs do dr. Ernesto Leite da Silva, formado em Direito, aqui, em 1884, que foi casado com uma filha do coronel Antonio Proost Rodovalho; e de Maria Cândida, casada com o dr. Antonio Leme da Silva, pais do desembargador dr. João Batista Leme da Silva.

Reporto-me, quanto a estes Silvas e Lemes, aos meus trabalhos publicados na "Revista do Arquivo Municipal", volume quatorze, de julho de 1935, e volume sessenta e oito, de junho de 1938.

Ainda com respeito a Olinto José de Carvalho; numero cinco da relação supra e retro, de umas notas tiradas de autos, ora existentes nos cartórios de Queluz, vi que faleceu em 1845 e que era casado com Maria Juliana Carolina de Ataíde (uma segunda esposa, ou outro nome de Inês Maria, do recenseamento?), com os herdeiros: 1 — Antonio Olinto de Carvalho, 24 anos; 2 — Claudino José de Carvalho, 20 anos; 3 — Olinto José de Carvalho, 15 anos; 4 — Isaias de Carvalho, 9 anos; 5 — Virgulino de Carvalho, 6 anos; e 6 — Olinda Maria de Carvalho, casada com Francisco de Barros Louzada.

Também li, num inventário de Areias, de 1849, o nome de Ana Francisca de Carvalho, casada com Manuel Rodrigues da Veiga, com os filhos José Joaquim da Veiga, de vinte anos, e Antonia, de 13, solteiros. José Joaquim da Veiga, filho de Manuel Rodrigues da Veiga, foi músico e professor de música em Areias, onde o chamavam "Veigão". Dele já falei na "Revista" citada, volume setenta e sete, e aí se vê que "Veigão" era irmão de Joaquim Rodrigues da Veiga, outro músico, conhecido por "Veiguinha". Ignoro a que Carvalhos pertence Ana Francisca, a qual, tendo falecido em 1849, não pode ser a mãe de "Veiguinha", que nasceu por 1855. Os dois Veigas eram, pois, apenas irmãos consanguíneos. Entrará Ana Francisca no grupo dos Carvalho-Leme?

---

### CLXIII

Já começou a ser distribuído o volume quarto, do "Anuario Genealógico Brasileiro", uma das publicações do Instituto Genealógico Brasileiro. Aparece com 406 páginas de texto, impresso no Estabelecimento Gráfico "Cruzeiro do Sul", apresentando numero-

---

Este subsídio CLXIII foi-me devolvido pelo "Correio Paulistano" quando, alegando falta de espaço, os Srs. Oliveira Cesar e José Rubião assim o decidiram. (Ver Revista do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, volume XLIV, 1.ª parte, pagina 9).

sas ilustrações consistentes em retratos, brasões e outras; e, em clichê colorido, as armas dos Przyrembel. É um fartíssimo material genealógico, distribuído em nove partes, nas quais existe assunto para muita meditação, muita ampliação e muita retificação.

O "Anuario", que representa um esforço real do tenente-coronel Salvador de Moya, o seu idealizador, precisa ser lido de lapis na mão, para serem anotadas as numerosas sugestões que a leitura vai produzindo a cada passo.

A última parte, a nona, traz, como colaboração especial, um estudo "Famílias de São Sebastião e de Vila Bela", do professor João Gabriel Sant'Ana, o qual trata, desta feita, da descendência de Domingos Gonçalves da Silva Freitas. Não sei se o autor conserva registos de família, a respeito dos velhos troncos litoraneos de São Paulo. Se os não possui, avalio perfeitamente as dificuldades que tem encontrado para os seus estudos, relativos a uma zona de arquivos falhos, parece que quasi inexistentes. Precisamente de Freitas, de São Sebastião e Vila Bela, já andei cuidando nestes subsidios, sem conseguir esclarecer muitos pontos, embora lidasse com os censos das Ordenanças dessas localidades (1767/1836).

Vejo, no trabalho de João Gabriel Sant'Ana, referencia a Borges de Sampaio. Encontrei em 1814, em Vila Bela, o capitão Joaquim Borges de Sampaio, natural de Paranaguá, casado com Ana Gomes, de Vila Bela, o qual fazia "aguardente de sociedade com seu cunhado Antonio Miguel". Tinha o casal, em 1822, os filhos: 1 — José Borges de Sampaio (de 1807 mais ou menos); 2 — Joaquim Borges de Sampaio (de 1811 m. ou m.); 3 — Jacinto Borges de Sampaio (de 1813 m. ou m.); e 4 — Maria (de 1803, m. ou m.).

José Borges de Sampaio, o número um, casou com Gertrudes Sant'Ana, e a filha Maria Sant'Ana foi a mulher de Joaquim Gonçalves de Freitas, estes pais de Benedito Gonçalves de Freitas e avós de Pergentino de Freitas, tão conhecido e conceituado nesta Capital (ver subsidio numero dezesseis). O numero tres, Jacinto Borges de Sampaio, teve pelo menos dois filhos: João Borges de Sampaio, alistado eleitor em Limeira, em 1878; e o seu irmão Luiz Borges de Sampaio, jornalista, que residiu muito tempo em Limeira. João Borges de Sampaio, natural de São Sebastião, casou em Limeira com Maria Augusta do Amaral, filha de Vicente do Amaral Gurgel e de Maria Conceição de Campos. Filho de João Borges e de Maria Augusta foi Sebastião Sampaio, jornalista aqui e no Rio, casado com filha de Alcindo Guanabara, e que depois foi consul e diplomata. Andei tirando estas notas, em 1937, ao pesquisar com empenho a origem do capitão Joaquim Borges de Sampaio, natural da Vila de Paranaguá, o que não consegui realizar. Vejo agora que João Gabriel Sant'Ana tem elementos de sobra para isso.

Ainda em referencia ao meu subsidio dezesseis, já andei lendo o testamento de Miguel Gonçalves Martins, falecido em 1640, em

São Sebastião e aí inventariado, casado que foi com Arcângela Pinto da Rocha. Deixou quatro filhos: Miguel, Vicente, Violante e Maria; e mais um bastardo, Gaspar Gonçalves, filho dele testador e da negra Jacinta. Fala num irmão André Gonçalves, num cunhado Domingos Afonso, num sobrinho Diogo Barbosa, noutro sobrinho João Leitão; refere-se à “minha mãe Violante Barbosa” e ao “meu compadre José Rodrigues de Abreu, pai de minha afilhada Rosa”.

Nessa nona parte de colaboração especial, Aurelio Porto e Moya escrevem sobre os Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, em interessante estudo no qual entretanto não vi referencia especial a um Flores da Cunha que trabalhou muitos anos no comercio desta capital e aqui era casado com a professora Agar Cândida Terral, se me não falha a memoria. A um paulista é sempre interessante ver, como tronços de velhas e ilustres familias gauchas, tantos elementos saídos daqui e de varios pontos da terra paulista. Nos Flores da Cunha, por exemplo, se nos deparam, entre outros, Lucrecia Leme Barbosa, de Guaratinguetá; Francisco Xavier Rodrigues de Sorocaba e sua mulher Ana de Moraes, de Sorocaba tambem; Baltasar Gomes de Escobar, de Parnaíba, e sua mulher, Joana de Godoi, de Itu. Como se sabe, Lucrecia Leme Barbosa casou em Guaratinguetá, sua terra, com Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos e sobre eles escreveu já, com a proficiencia habitual, o genealogista gaúcho Jorge Godofredo Felizardo.

O terceiro trabalho de colaboração especial, do “Anuario”, vem subscrito pelo Dr. Gastão Ferreira de Almeida e consiste em algumas notas biográficas-genealógicas (conforme o autor as denomina) sobre “A Familia de Manuel Ferreira de Almeida (Lara) e Donã Maria de Camargo Melo de Almeida”, a qual familia é a do autor do interessante e bem documentado artigo. Parece que, depois do meu pequeno estudo sobre os Ferreiras, da antiga Vila das Minas do Paranapanema, a que tenho aludido tantas vezes, nestas notas, os apontamentos do Dr. Gastão Ferreira de Almeida são o primeiro esforço que se faz, quanto à genealogia do Sul do Estado.

Esses Ferreira de Almeida (Lara) — Camargo Melo, muito espalhados e muito relacionados, darão, de certo, nova oportunidade ao pesquisador, para deles tratar mais amplamente, logo que esteja de posse de dados que ora não pôde conseguir, e não sem justo motivo. Tocando, como tocou, nos Camargos de Faxina, fez-me lembrar de Sinhô Camargo, que não cheguei a conhecer pessoalmente, mas a quem me ligavam laços de simpatia através de correspondencia epistolar.

A genealogia paulista, que se conhece, é a de Silva Leme, e o illustre filho de Bragança chamou, ao seu livro, “Genealogia Paulista”, por ver bem o quanto ela era restrita para ter outro nome. É a genealogia de uns tantos grupos circunscritos por uma linha que, partindo de Bragança, atinja Mogi Mirim, Piracicaba, Cam-

pinas, Itu, Tietê, Sorocaba, Cotia, Santo Amaro, São Bernardo, Mogi das Cruzes, Atibaia até atingir Bragança de novo. É isso e um pouco mais. O Vale do Paraíba (Leste do Estado), o litoral todo, o Sul do Estado e a zona Norte (Ribeirão Preto e mais acima), tudo ficou de lado, na monumental obra do Dr. Luiz Gonzaga. Quanto ao Oeste, propriamente dito, era região não povoada ainda, quando ele ideou a "Genealogia".

Assim sendo, todo o esforço feito no sentido de completar o que falta a Silva Leme, é obra meritoria e de real valor para o conhecimento das antigas famílias de São Paulo, das quais procedemos. Que cada um traga a sua pedrinha, para o levantamento desse templo de historia e de tradição. Outros, mais felizes, irão fazendo, com o primeiro material, alguma coisa de mais perfeito e mais duravel, promovendo, tanto quanto possivel, o preenchimento das lacunas que hoje são inúmeras e inevitaveis, num primeiro impulso, dentro de terreno desconhecido, ou quasi isso.

Nunca pude compreender por que razão o mourejar dos pesquisadores de genealogia traz aborrecimentos a tantos, que disso dão sobejas provas!

## ANTONIO JOSÉ PEREIRA

No Centenario do seu nascimento, em Lagos, Portugal, a 5 de Fevereiro de 1849.

ARQUIMEDES PEREIRA GUIMARÃES

A vila de S. Carlos elevava-se, pelos próprios merecimentos, à categoria de Cidade, desde 5 de Fevereiro de 1842. Essa promoção, contudo, não lhe tiraria a feição de burgo provinciano, apesar da apresentação dos *dandys*, “sempre de sobrecasaca preta, calças e colete brancos, êstes de uma alvura incomparavel, aquelas de um talhe irrepreensível e à lapela uma enorme rosa rubra. Seu canudão de cartola, à guisa de barretina, à cabeça, levemente inclinado; cabelos de poeta ou de maestro, estilo à artista de cavalinhos, como se dizia então.”

Na “Campinas de Outrora”, tal como a descreveu a pena de Rafael Duarte, ainda vestiam as senhoras o lendario *balão*, feito de arcos de arame ou de barbatana, presos por uma infinidade de cadarços e fazia furor o penteado à Maria Stuart, enfeitado de muitas flores, presos por grandes pentes, de legítima tartaruga.

É verdade que, “salvo o balão”, comenta o cronista, “tudo o mais era de um gosto delicadíssimo.”

A Banda Marcial de 1846 ou a Orquestra e Banda Campineira de 1847, de *Maneco Músico*, na qual existia “uma escala de clarineta, a par de uns baixos profundos de oficleide, de comparsaria com os guinchos de um flautim, com o rataplan de uma caixa e o rijo zabumbar de um bombo”, já não bastava, todavia, para satisfazer a ânsia incontida do povo, ávido por assistir a grandes espetáculos.

Inaugurar-se-ia, por isso, em 1850, o Teatro São Carlos, em cujo palco iriam pisar notabilidades da estirpe de Furtado Coelho, o Brazão, os Rosas, Lucinda Simões, Rossi, Giovani Emmanuel,

Sarah Bernhardt e a companhia lírica Ferrari, já em 1893, e trazendo em seu elenco a Tetrzzini, que cantaria a "Favorita" e o "Falstaff".

Fundar-se-ia, em 57, o *Club Semanal*, cujos aniversários, seguidamente celebrados, marcariam épocas na história da Cidade.

Nos bailes dançavam-se as *Provinciais*, quadrilhas de quatro pares; a *russiana* e a *varsoviana*, pôlca com sapateado. Ostentavam-se os salões "lindamente enfeitados de artísticas guirlandas e festões de cambuís; grandes tinas, com palmeiras, nos quatro cantos; as portas e janelas guarnecidas de alvíssimas cortinas de delicado lavor; enormes espelhos, enquadrados em doirada moldura refletiam as luzes das velhas serpentinas, dos candelabros antigos; das bojudas jarras exóticas evolava-se o perfume dos delicados ramos de flores."

Da orquestração indispensável para completar o ambiente dêsse vergel florido encarregar-se-ia, por longos anos, o maestro José Pedro Santana Gomes, o *Juca Músico*, continuador da tradição paterna, mestre refinado dêsse conjunto de requintas e pistãos a chiar, trompas e saxes a rosnar, bombos e pratos, clarinetas e bombardões, capazes de exprimir "desde o gemido da rola aflita até o rugir da onça parda."

O *Tonico Músico* . . . a esse reservava o Destino âmbito mais augusto, pompas e glórias em tablados de fama universal.

Os triunfos do filho dileto "inundavam de entusiasmo todos os campineiros. "Do Velho Mundo — escreve Cid Prado — os aplausos e as ovações vinham direito ao bairrismo da terra natal."

Esse inflamado espírito bairrista do campineiro, que tanto contribuiu para o fastigio da *Princesa do Oeste*, Carlos Gomes absorvia-o pitorescamente, nas recordações da juventude, em correspondência para os amigos distantes, estereotipando em linhas singelas, como num caleidoscópio, paisagens, cenas, costumes, farsas e indivíduos.

"Vejo ainda as taipas que cintam os quintais, algumas delas desfeitas pelas chuvas; vejo cercas de garantã desmanchadas pela velhice do cipó. Vejo ainda os brejos da "Bica Grande", povoados de jurumbeva, de caragoatá, de charcos e despenhadeiros, servindo de ninho aos socós e nhaçanãs."

O mesmo inveterado bairrismo que levou o laureado maestro a invocar, em telegrama do Pará para Cesar Bierrenbach, "Mamãe Campinas"; que este resumiria na afirmação "meu berço tem sido sempre uma das sedes do sentimento nacional"; que o jornalista Júlio Mesquita expressava na "ingênua exuberância do meu derramado entusiasmo de campineiro"; que Cid Prado sintetiza no "patronímico glorioso, que até hoje perdura como garante de todas as qualidades boas: campineiro."

E pelejaram por merecê-lo os povoadores do torrão abençoado!

Porque “o denodo e a bravura dos primeiros campineiros — analisa o professor Ataliba Nogueira — arrostavam as dificuldades tôdas da natureza bruta, em meio à floresta espessa, onde por muitos anos ainda se ouviu o miar das onças e se viram, em graciosos vôos, as anhumas e tapeúnas. Entre êles, também, as lutas sociais e políticas temperaram os ânimos, desde as primeiras contendas para a eleição dos capitães-mores. Podiam esquecer-se de tudo, menos de que eram campineiros.”

Esse bairrismo brotara com Barreto Leme, o primeiro enamorado da gleba alviçareira e não iludia. Contagiava até os que de longe vinham, atraídos pela prosperidade dos pioneiros, para o amanhã da lavoura ou para o trato do comércio.

“Quando aqui cheguei — anota Antonio José Pereira, no “Comercio de Campinas”, de 2 de Março de 1904 — em 1852, os portugueses que se salientavam estavam assimilados aos nacionais, tinham mais ou menos abandonado, segundo penso hoje, a mãe-pátria e serviam com relevante empenho a terra em que residiam. Cito de memória alguns: Antônio Francisco Guimarães — *o Bahia*, que prestou a esta Cidade serviços que o futuro reconhecerá como valiosíssimos, contribuindo poderosamente para a construção da Matriz Nova e da Santa Casa de Misericórdia, sendo o principal iniciador do patrimônio da grandiosa instituição; Vitorino Pinto Nunes, outro de largos capitais, se bem que menos liberal do que *o Bahia*, também largo benfeitor das nascentes instituições campineiras e que aqui deixou tôda a sua fortuna; José Soares do Couto, que morreu pobre, legando à família belas tradições de honradez; Domingos e Manuel Roso, Joaquim Antônio Rodrigues, Joaquim Ferreira Zimbres — *o pequeno*, Antonio José da Silva Martelinho, Manuel José Ladeira, João Felipe, os irmãos Lourenço e José Guedes, Bento Guimarães, Vasconcelos Pinto, Antonio Monteiro de Carvalho e Silva — *o pingurra*, João Fortunato Ramos dos Santos e tantos outros.

Os portugueses, que fundaram a Beneficencia e a têm conservado até hoje no pé em que está, vieram depois”.

Quem procurou levantar o Hospital, “com tenacidade e superior esforço”, para acudir às necessidades dos seus patricios, foi Francisco Gonçalves Ferreira Novo, que, em 1873, exercia o cargo de Agente Consular de Portugal, em Campinas. É da sua iniciativa o convite publicado na “Gazeta de Campinas”, de 17 de Junho, a que atenderiam 127 compatriotas, entre os quais se destacariam, pela dedicação, Francisco Ferreira de Mesquita e Guilherme Vilares, troncos de famílias de grande projeção. O Hospital, todavia, só teria as portas abertas a 29 de Junho de 1879.

“Vinham caminhando as estradas de ferro — historia Antonio José Pereira, primeiro secretario da primeira diretoria da Beneficencia — a Paulista já chegava a Campinas e os obreiros da

construção, os trabalhadores de picareta, pá e enxada, heroica trindade de trabalho, não tinham onde abrigar-se, quando enfermos.

Na sua totalidade eram eles portugueses e para eles se fundou a Beneficência. Sociedade mútuária, por contribuições mensais de baixo preço; com remissões ao alcance das pequenas bolsas, desde logo os seus resultados foram de grande utilidade. Enquanto não teve Hospital socorria aos associados em domicílio, com médico, farmacia e sustento e assim os volvia aos seus labores diários. . . . Os homens que estiveram à frente da Beneficência, nos primeiros tempos, eram tenazes e levavam o seu destino traçado sem que nenhum obstáculo os detivesse. Pertenciam às primeiras levas de imigrados que, depois da Independência, para aqui vieram ganhar a vida, constituir família e por aqui foram ficando e lutando, vivendo e morrendo. As suas obras, porém, permanecem, para atestar aos seus descendentes a valia deles, nuns tempos de penúria e de trabalho rudes, em que tudo estava por fazer, em que o trabalho estafava e não compensava a quem dele vivia com honestidade e brio.

. . . A Sociedade Portuguesa de Beneficência é hoje um auxílio eficaz para os seus associados. Os que enfermam e se recolhem ao Hospital encontram dentro dele um conforto e assistência médica suficiente e com largos recursos.

Identificado com ela, vivendo por ela nos bons e maus dias, sofro as suas contrariedades, vivifico-me com o seu progredir.

. . . Naquela edificação repousa a obra dos nossos patricios, que o fizeram grande para o abrigo de todos . . . prolongamento da nossa pátria, pequena; sim, mas gloriosa; nobre e altiva.”

Como que ainda estou a ver; na velha estação da Paulista, na manhã de 29 de Junho de 1906, Antonio José Pereira, a andar de um para outro lado, ansioso pelo primeiro jornaleiro, que lhe venderia o “Comércio de Campinas”, que, nesse dia, publicava o seu último artigo e relê-lo rapidamente, minutos antes da partida do trem, para que pudéssemos, eu e o meu primo Ariosto, levar para Santos aquela sua derradeira colaboração para a folha de sua preferência.

Esse acrisolado amor a Portugal, Antonio José Pereira externaria na presença imediata — o primeiro em Campinas — ao Consulado, para garantir a própria nacionalidade, por ocasião da grande naturalização, em 89; fixou-o na demorada visita ao torrão natal, em 95; gravaria no desejo de ter envolto o seu caixão na bandeira azul e branca da patria de além mar.

Eloquente manifestação dêsse alto e formoso sentimento é a saudação de 17 de Setembro de 1905 aos marujos da canhoneira “Pátria”, no “Comércio de Campinas”.

. . . “Uma *patria* símbolo doutra aí vem, saída das lusas costas em visita às costas brasileiras.



Pequena como a pátria que representa, tendo no seu bojo armas de guerra, gente armada, não é a guerra que vem trazer a estas paragens.

A pátria, que aí vem, traz, por intermedio do seu pessoal de guerra, cartões de visita, festas, saudações.

A pátria, que aí vem, mares em fora, é um pequeno barco armado em guerra, que os portugueses residentes no Brasil ofereceram à sua pátria, por uma subscrição que entre eles fizeram.

Os primeiros sulcos deste pequeno navio foram dirigidos para as costas africanas, onde ainda estão colonias portuguesas, grandiosos restos, também, de enormes proporções geográficas, que os nossos grandes navegadores demarcaram outrora, quando era esforço pôr uma lança em África.

Seguiu o pequeno barco o rumo que o Grande Infante do Promontório Sacro indicou aos primeiros navegadores, que tiveram a ousadia de romper a lenda do mar tenebroso, do mar da noite, pavorosamente cheio de monstros de formas medonhamente colossais e, também, de encantadoras sereias, cuja missão era atrair os viajantes com maviosos cantos, para que os monstros os devorassem à vontade.

Seguiu o pequeno barco a rota de Bartolomeu Dias, de Gama, de Gonçalo Zarco e em pós a de Cabral e Magalhães.

Já não encontrou monstros no mar, já não encontrou sereias. Um clarão de ciencia, de abnegação, de titânico esforço consumiu tudo isso — sereias e monstros — e os mares hoje são livres de um polo a outro e somente os gelos tolhem nestes as últimas investigações.

É verdade que os monstros de outrora estão agora convertidos em máquinas de guerra, que a cobiça humana aglomera contra a própria humanidade.

É verdade também que os outros monstros, realizando os sonhos de Aladin, palacios flutuantes, levando no seu bojo a população duma pequena cidade, vão pelos recantos das costas maritimas, fraternizando os povos de continente a continente, baralhando raças, construindo civilizações, trocando os produtos duns pelos produtos doutros e aumentando assim o bem estar geral.

A pequena pátria estará dentro em pouco na formosa Guanabara, onde Mem de Sá fundou a futura capital do Brasil, e pouco depois em Santos, que lembra a capitania de São Vicente, que Martim Afonso tão bem povoou e de onde irradiou o Vicentista, transformando-se em Paulista, futuro devassador do Brasil inteiro, seu maior povoador e hoje um dos maiores fatores do seu adiantamento.

A pequena pátria, que aí vem, guarda as tradições gloriosas dos portugueses, como guarda a dos brasileiros, ambos um só povo, apenas separados por muito mar e por uma independencia, que não trouxe rios de sangue a marcar-lhe fortemente a passagem; antes,

marca um fato combinado por duas realezas, para que o govêrno dêste grande país sempre ficasse *em família*. Que não houve separação de fato, dizem-no altamente os grandes vultos portugueses, que aqui ficaram a serviço do Brasil e dos quais o último, o Almirante Barroso, tão alto elevou o nome do seu novo país, que foi preciso trocar-lhe o nome pelo do maior rio do mundo.

Vem aí a *Patria*. Vem a Santos, Campinas representou-se bem na subscrição que deu a Portugal aquele símbolo. A colônia portuguesa de Campinas tem obrigação de fazer-se representar na visita que a *Patria* lhe traz.

Venho lembrar aos meus patricios, aqui residentes, a obrigação em que estamos de comemorar a passagem do pequeno emblema da *Patria* pelas aguas do Brasil. Venho lembrar-lhes isto, para que se não diga que nós, que já fomos uma força aqui, somos apenas uma recordação do nosso passado resplendor.

Lembro-lhes isto para que se não diga que nos deixamos absorver de todo por outras raças mais fortes ou nos fundimos nelas, continuando a viver levados numa corrente que de todo nos mudará em outros povos.

Não. Vamos provar que existimos ainda e que existiremos por muito tempo, mesmo para dar aos nossos filhos o exemplo da nossa constância, obrigando-os a terem pela sua terra o mesmo apêgo que temos pela nossa!"

O bairrismo campineiro, de que Antonio José Pereira deu sobejas provas no seu meio século de residência no rincão em que lhe nasceram os filhos, e o seu lusitanismo ardoroso, apresentam-se conjugados na comovedora recepção ao Visconde de São Valentim, quando êste titular, depois de prolongada ausência, retornava a Campinas.

E que a ideia da oportuna manifestação lhe pertencia não há dúvida alguma, pelo menos em face do testemunho de um exemplar do "Comércio de Campinas", de 13 de Setembro de 1904, com a preciosa nota à margem, datada no próprio dia do seu desaparecimento e que assim reza: "Aos filhos do bom amigo Antonio José Pereira, lembrando-lhes que esta página foi iniciativa dele e que foi justa reparação e homenagem a um amigo comum, oferece João César Bueno Bierrenbach."

"No comêço do ano de 1870, ao terminar a guerra do Paraguai, chegou a Campinas uma família, para a qual, quem escreve estas linhas, foi indicar a morada.

O doutor Valentim José da Silveira Lopes, aqui chegado então, viera clinicar para Campinas, atraído pelas riquezas desta terra e para aqui trazia também sua família, "cuidadosamente educada" e cuja "contribuição benéfica, salutar, muito deve ter influido para a melhora do nosso meio."

Na verdade, o doutor Lopes desenvolveria fatigante trabalho clínico na horrenda epidemia de variola de 1875, que a pena inolvidável de Julio Mesquita descreveria, a um quarto de século de distancia na sua triste crueldade:

“Quem pôde retirar-se, retirou-se, imediatamente, para as fazendas dos arredores. Os pobres ficaram. Ao vento frio e cortante (era no inverno) tremulavam aqui e ali, sinistramente, sôbre as calçadas desertas, bandeirinhas de pano preto e branco. (Punham-se bandeirinhas às portas das casas que o mal tinha invadido. As de pano branco indicavam bexigas bravas). Os médicos eram poucos, faltavam enfermeiros e os remédios, que a municipalidade comprava, não chegavam para os doentes, que eram muitos. O coronel Quirino, que tinha ficado na Cidade com os pobres, abriu um hospital à sua custa e levou para lá os miseráveis, cujas carnes apodrecidas caíam aos pedaços, ao abandono e à mingua.”

Nessa dolorosa emergência a atividade do doutor Lopes seria inestimável! Em 78 verificaria o facultativo no planalto e a esta distância do mar a horripilante revelação da febre amarela. Não se conformaram com a medonhã notícia os doutos colegas, senão quando, onze anos depois, a megera causava no município uma devastação sem par, com as suas quatro mil vítimas, entre as quais a do meu avô paterno e a dos seus irmãos Francisco e Tereza, irmãos também de Antonio José Pereira, tragados na voragem, e alcançava o seu sobrinho José, que sobreviveria, para aos dezoito anos arcar com uma sobrecarga de nove irmãos menores e para as lições de escrituração mercantil do tio e futuro sogro, que o encaminharia para a profissão de guarda-livros, que há sessenta anos exerce com uma honradez dignificante!

Conta-nos Antonio José Pereira, na sua “homenagem e respeito” ao Visconde de S. Valentim, “em nome da Sociedade Portuguesa de Beneficência”, que ajudara a fundar, que o doutor Lopes praticara em Campinas o seu apostolado durante doze anos nesse Hospital, retirando-se para o Rio de Janeiro com a família predestinada, sob as bênçãos da população da Capital agrícola da Província.

Antonio José Pereira, perfeitamente integrado nos árduos misteres do commercio local, participaria de todas as suas alegrias e vicissitudes.

Uma publicação, talvez ignorada pela quase totalidade dos cronistas de Campinas, ostenta na sua primeira página um título grande: “Confraternização” e, logo abaixo: “Homenagem do Comércio de Campinas aos seus colegas de São Paulo, Côrte e Santos.” Jornal comemorativo da Festa de Confraternização nos dias 2 e 3 de Fevereiro de 1889. — Alegria. Ordem. Progresso.”

Está aí evidente a influencia da propaganda que transformara Campinas na Meca da República, imbuída das promessas do posi-

tivismo de Benjamim Constant e seus prosélitos; o "orientamento da liberdade política", na expressão de Lúcio de Mendonça.

Nas demais três páginas dessa interessante impressão, artigos laudatórios para a classe caixeiral, da autoria do poeta Carlos Ferreira, do jornalista Henrique de Barcelos, de Antonio Lobo, de Heitor Barbosa, de Otavio Mendes, de Luiz Quirino, de Luiz Aranha, de Antonio C. César e est'outro, datado em 30 de Janeiro, de Antonio José Pereira: "O passeio à Capital":

"Ao tempo em que conheci o comercio em suas minudências, mais ou menos pelo ano de 1860, bem triste era a posição do comerciante de então. O caixeiro, como auxiliar desse mesmo comerciante, como o comerciante futuro ou como governante futuro de carroça, estava abaixo de tudo quanto se pode imaginar.

A vida do comerciante consistia em ajuntar, ajuntar, ajuntar e, depois, no declínio da vida, reumático, sifilítico, gotoso ou tísico, ver-se rodeado de pavorosas visões de demônios aterradores, banqueiros quebrados, salteadores impiedosos e tudo quanto pode *empobrece* um homem. A cova raza, como ponto final de uma vida sem compensações, terminava a existencia assim passada.

O comerciante de hoje já começa a ler, já pensa, já não pertence à irmandade do Santíssimo Sacramento, já discute política, já vai de vez em quando à Europa, já goza, em resumo, um pouco mais. E penso eu que esta reviravolta toda, o abandono da jaqueta, a adoção do fraque bem feito, a ida para a chácara às tantas da tarde, um pouco de atenção à educação dos filhos, um pouco mais de amor à família, o uso dos bons vinhos, um banho na "Sereia", os passeios de carro, tudo isto, digo eu, deriva do fechamento de *meia porta* em meio domingo!

É assombroso o resultado!

O comerciante futuro, saído do caixeiro presente, deve ser muito outro. Acostumado a usar a vida de homem livre, de homem que não vive só para si, dará ao seu país o concurso da sua atividade, influirá no viver geral da nação, poderá ser senador, deputado, juiz de paz, ou servir outro qualquer cargo com critério, com saber e com inteligência.

Tudo isto virá um pouco fora de propósito, tratando-se de um passeio, sem significação, tratando-se de um simples pretexto para dois dias de descanso absoluto, mas nada se perderá projetando um pouco de luz nessa vida passada, nessa vida de trabalho e privações, tão preconizadas hoje em dia como a vida exemplar do comerciante.

O Rio, Santos, São Paulo e Campinas, como praças de comércio íntimas irmãs, reúnem os seus futuros comerciantes, pela primeira vez, em um ponto dado. Como último representante da classe, como velho já gasto nos anos e no trabalho, saúdo ainda assim a mocidade, porque ela é o futuro e o futuro é o progresso."

Antônio José Pereira, caixeiro, guarda-livros e, afinal, grande negociante de fazendas por atacado, um dos maiores do Estado de São Paulo, de 1887 a 1896, viajou a Europa, em 95, em companhia da segunda espôsa e de duas filhas solteiras.

Dia a dia anota suas impressões de excursionista feliz e apatado, desde a partida de Campinas e a rápida passagem por São Paulo, onde deixaria um filho no Colégio João de Deus.

No Rio de Janeiro deliciara-se com a natureza das Paineiras, do Silvestre e do Corcovado. Fôra, também, ao *Recreio*, assistir ao *Tin-tin-por-tin-tin*, pela Pepa. “O público deste Teatro, observa, é suficientemente grosseiro e isto explica a tendencia dos atores para os gestos grosseiros e indecentes.”

Companheiros do “Danubio”, que, veloz, singra para o Norte, o coronel Bicudo, o dr. Bueno, Antonio Barbosa, Vicente Marques Cerquinho e mais trezentos passageiros de primeira classe. Breve parada na Bahia, porto em que embarca o dr. Couto de Magalhães e, em Pernambuco, e, logo depois, à vista Fernando de Noronha, que lhe “fez evocar a memoria de Sta. Helena”. O dr. Couto de Magalhães conta “o episodio comovedor de três desgraçados que se evadiram da ilha em uma jangada, sendo dois devorados pelos tubarões e o terceiro recolhido por um vapor americano, entregue nos Estados Unidos ao cônsul brasileiro e reconduzido ao presidio.”

O “Danubio” é rápido e “vai deixando para trás todos os que seguem na mesma esteira”. Tenerife é entrevista por óculos de longo alcance.

A 24 de Abril, pela manhã, “luz o farol do Búgio . . . está-se em pleno Tejo sereno. O verde dos campos encanta e sobre a coberta todos os passageiros procuram sítios conhecidos — Belém, o zimbório da Estrela, o Lazareto”.

“Súbito corre como um frêmito que teremos 7 dias de quarentena. Lá vamos, pois, em um rebocador purgar os nossos pecados. O Lazareto, vasta edificação, talvez o mais importante de toda a Europa, vai nos agasalhar por alguns dias.”

A instalação dos viajantes não se faz sem grandes protestos, sem profundos desgostos. Afinal, uma exposição ao Ministro do Reino é atendida e imediatamente a livre prática do transatlântico.

Em Lisboa, na Baixa, excelente a impressão das “ruas limpas e uma policia admiravel”, a contrastar com “as ruas geralmente sujas” da Cidade Alta.

Na Avenida da Liberdade, “que é uma beleza”, “d. Carlos, d. Afonso e diversos personagens militares, passeando descuidosamente em soberbos animais.”

Mais além, noutro dia, nos Jernimos, “a rainha Amelia, acompanhada de um pintor, desenhava a porta da Igreja.”

No Colegio Militar, “uma mocidade ruidosa, sadia, disciplinada, estuda e dali saem com preparo para as escolas superiores

da Guerra, Marinha e Engenharia. A instalação é num antigo convento, muito vasta, muito limpa e muito cômoda."

A 1.º de Maio um desfile de operarios. Diversos manifestos profusamente espalhados reclamavam oito horas de trabalho. O negociante de Campinas anota: O operario de Lisboa é anti-religioso."

Doze dias no Porto. Magnífico o edificio da Bolsa, "soberbo, só igualado pelo de Paris, mas não excedido." Impressiona um quadro da Misericórdia, de vivo colorido, "como se fôra pintado agora", apesar dos quatrocentos anos de existência e pelo qual se recusara a oferta de cinquenta contos fortes.

"Perto da Bolsa está uma velha igreja de S. Francisco e um pândego sacristão (sic) dá sobre os santos e as obras de arte, curiosas informações."

Braga é uma cidade de hotéis "realmente dignos de Paris ou Londres" e "as capelas, o santuário, tudo quanto diz respeito à religião, apesar de obedecer a um plano geral, está bom para beatos e beatas."

Atravessa-se uma deliciosa paisagem, muitas povoações, jardins intermináveis e, por fim, Cabeceiras de Basto, em cuja entrada a seguinte expressiva inscrição: "até aqui basto eu!"

Na aldeia dos seus ancestrais, "o moço Pereira" abraça o Pai, "com os seus oitenta anos completos e que ergue ainda ao colo qualquer pessoa, com boa facilidade."

E continua na sua peregrinação, encontrando em Chaves os patrícios, de Campinas, Calhella e Ferreira e o socio Joaquim Figueiredo. Montando burricos, "excelentes cavalgaduras", chegam os viajantes a Val Passos, onde são hóspedes da família Delgado e, margeando o Douro, regressam para o Porto.

Na Rede pernoitam em casa do amigo Veariz e voltam a Lisboa para os festejos Antoninos.

Na Capital são testemunhas de pitoresca "marche aux flambeaux", "com a qual o povo embirrou", resultando do barulho mais de 250 prisões! "Foi este fato que determinou o fracasso das festas, rematadas com a procissão do dia 30. Neste dia 30, os socialistas fizeram uma visita ao túmulo de Sarah de Matos, vítima dos jesuítas e mais de vinte mil pessoas lá foram depor flores. O cortejo religioso fracassou. Tinham os ultramontanos disposto tudo, de maneira a produzir o maior êxito possível, mas tudo foi inutil. O terror estava lançado e num dado momento vimos a *revanche* se produzir. Crianças, padres, povo, virgens, santos, beatos, tudo num reboiço, apavorado. A procissão recolheu-se dispersa, indo ao lado de cada padre um municipal." A seguir, Cintra e Mafra, Cascais e outros balnearios, Caldas da Rainha, Alcobaça, a Batalha, Leiria e, outra vez, o Porto e, navegando pelo Douro até Barca d'Alva, dirige-se Antonio

José Pereira para Madrid, que começa a entrever através da Puerta del Sol e a Calle d'Alcalá, com "magníficos cafés e *mucha broma*"...

Tal como em Lisboa, deleitou-se Antonio José Pereira com os espetáculos em grande estilo, ouvindo na Espanha a "Sonâmbula" e a "Carmen", "por uma companhia regular." Uma visita à Praça de touros e uma vista d'olhos pelo Museu do Prado, com os seus três mil quadros e a partida para a fronteira, nos Pireneus. "Quando se entra em França, escreve, nota-se uma diferença espantosa nos costumes e na cultura."

Na Cidade Luz, à noite, em 13 de Julho, após um dia de demora em Bordéus, a percorrer uma grande Exposição.

Danças populares, pouco além do hotel em que se hospeda. "Estas danças são *ad-libitum* e cada par ou mesmo cada individuo adota as regras que lhe apraz, dá os passos que lhe convém, sem mesmo seguir a música".

No dia 14, "grande movimento nas ruas, os carros não têm tabela e pedem para Long Champs oitenta francos!" Um encontro ocasional com a família Barbosa, de Campinas, que, desgostosa pela impossibilidade de ingresso no local da parada militar, prefere ir ver as corridas em Chantilly.

Pelas estradas, batalhões a pé e a cavalo e a artilharia, acantonada no Bois de Boulogne. Por toda parte, "vendedores de frutas, refrescos, agua, fitas alegóricas, bandeiras, medalhas, etc."

"As tropas pareceram-nos bem dispostas, muito contentes e bem municadas. Às 3 horas o canhão anuncia a chegada do Presidente, que vimos envolto numa nuvem de pó."

Em Paris deliciam-se os viajantes com a indescritível magnificência dos jardins e *boulevards*, com a *Morgue* e o *Père La Chaise*, os túmulos de Maria Antonieta e de Luiz XVI e de Napoleão, nos Inválidos.

Espetáculos na Grande Ópera, como o "Romeu e Julieta", o "Fausto" e as Walkírias".

Em Santa Genoveva, "um verdadeiro bazar, bentinhos, velas microscópicas, reliquias... Um padre malcriado (sic), que ali estava, porque falássemos um pouco animadamente, zangou-se e começou a vociferar"...

Uma noite, no "Horloge", café cantante, onde vimos uma negra, (mulata escura, aliás), classificada de *Black Patti* (Patti negra), de voz extensa, clara, bem educada, cantando em italiano, francês e inglês".

Os campineiros vão à fábrica de porcelana de Sèvres, passeiam pelo Sena até St. Germain, percorrem antigos cemitérios coalhados de inscrições, examinam os famosos esgotos da Cidade, assistem à cunhagem de moedas para o Tonquim, testemunham a subida a 450 metros de um balão cativo...

Após a travessia de muitas aldeias francesas, descansam os turistas em Basiléia. E, por uma região "risonha, pitoresca e industrial", atingem Zurich, "cidade limpa e muito alegre". Depois, Lucerna.

A caminho do Chiasso, panoramas encantadores e uma zona agrícola interessante, "onde o camponio ganha dois francos e comi-da por um trabalho de campo, que não é nada fatigante."

Margeando o lago de Como, Antonio José Pereira entra em Milão, a 11 de Agosto. Vai ao *Scala* e ao *Duomo* e ao forno crematório. "A operação de cremar dura de 50 minutos a 3 horas, por lenha, carvão ou gás e custa cerca de 100 liras. Para os pobres é gratis."

Pela estrada do lago Maggiore, Pavia, Cremona, Bérgamo, Bréscia, do lago de Guardia, Verona, Mântua e Pádua, afinal Veneza, "cujo aspecto surpreende". Em meio ao encanto dos passeios em gôndolas, o Palácio dos Doges, a igreja de S. Marcos e as oficinas de renda do célebre ponto veneziano... "Vimos cetros de renda que custam 120 liras", exclama, perplexo o negociante de tecidos!

Túmulos imponentes e balneários deslumbrantes e um convento, onde, segundo o guia, um antigo frade, se refugiara Lord Byron, durante 5 anos, para aprender o armenio, com magnífica tipografia para obras religiosas em armênio e árabe. Na cidade adriática uma esplêndida exposição de pinturas, com muitos quadros já adquiridos pelo Rei da Itália.

Passando por Bolonha vão os peregrinos para Florença, para conhecer templos e palácios, galerias de arte, o campanário e o batistério. "O túmulo dos Medici já custou 22 milhões de francos e ainda não está acabado. No claustro de S. Lourenço, agora deserto de frades, mas habitado por famílias pobres, ha uma cerca no meio, que denominamos *dos gatos*, por isso que aí encontramos 25 felinos e nos disseram que são mais do que 70 os que lá habitam".

Antiquilhas sem conta, recém-descobertas, muros etruscos de mais de três mil anos, conventos, um cemitério... tudo seria percorrido com olhos de ver e de apreciar.

Roma, agora. A entrada impressiona mal, "mistura de velha e nova construção, de mau efeito."

"Diz o meu guia, um velho liberal, que teve o pai preso por 7 anos no castelo de Sto. Ângelo, que a fortuna pública e particular da Itália está nas igrejas", e, em Roma há nada menos de 343!... S. Pedro, "cujo efeito deslumbrante nos maravilhou", o palácio Borghese, o Museu do Vaticano, o novo edificio da Banca d'Itália, a escada santa com as mulheres que, de joelhos, a subiam em penitência, para indulgências especiais, a basílica de São Paulo... nada escaparia a Antonio José Pereira e sua família.

O guia conta-lhes três historias...



A primeira . . . “Lutero aí fôra fazer penitência, subira de joelhos até o meio e, súbito, descera, declarando que se recordara haver lido na Bíblia que Deus mandara que só o adorassem em espírito e não em imagens . . . e que daí saíra o Protestantismo”!

A segunda . . . “Um mosteiro do Vaticano recorda que Simão, o Mago, quisera que S. Pedro lhe desse o poder de fazer milagres, ao que S. Pedro objetou não ser possível, porque esse dom lhe vinha do Céu. Fez, então, Simão um pacto com o Diabo, que resolveu Simão fôsse conduzido ao Céu para obter o que pretendia. Invoca S. Pedro o Céu e Simão, que já ia a uma grande altura, é largado pelos diabinhos que o conduziam e aí vem ele de cabeça para baixo . . .”

A terceira . . . a do secretário do Papa Júlio II, no Juízo Final, de Miguel Ângelo, envolvido por uma serpente e com orelhas de burro. É que o Papa, embora penalizado, não se sentia com forças para modificar-lhe a situação, pois que a sua jurisdição ia somente até o Purgatorio, não alcançando o Inferno . . .

Antonio José Pereira percorreu as ruínas do Palatino e do Aqueduto . . . “por toda a parte mármore, relevos, inscrições, restos de deuses pagãos, que a multidão destruiu sob as ordens dos primeiros papas, depois de Constantino.”

As Catacumbas . . . “Essas ossadas nos séculos VII e VIII foram objeto de largo comércio realizado pelos bárbaros meio cristianizados, que as vendiam a bom preço para prover os templos de reliquias santas. Um papa os mandou retirar e depositar nas diversas igrejas de Roma vinte e oito carroças de ossos de Santos Mártires.”

“A Roma papal, pelo que observamos, devia ser uma cidade impossível. Se retirarmos atualmente de Roma os bairros novos, edificados de 70 para cá, fica para Roma apenas um conjunto de igrejas, um ou outro palácio e muitas choupanas amontoadas em ruas tortuosas. A pobreza devia ser enorme, atendendo a que ainda hoje é muita. Roma não tem indústria, Roma tem um comércio fraco. De que vive Roma atual, perguntamos ao nosso guia? — Vive das Belas Artes. Vende pinturas, vende mármore, vende mosaicos e vende reliquias e bênçãos apostólicas. A riqueza nas Igrejas é enorme; no Vaticano moram 4 mil pessoas e tudo sai da *pobreza* do Papa.”

“Quem chega a Nápoles é forçosamente surpreendido pela fisionomia especial da Cidade.” Aí se encontram vastas construções, tendo por locadores pequenos negociantes e “duas ou três novas, modernas e bem edificadas, são grandes artérias das velhas vielas, sujas, imundas e habitadas por uma população mal vestida e muito aglomerada.”

“Muitos negócios vulgarmente chamados quitandas se fazem nas ruas em bancos sujos, em tableiros a cair de podres e tudo

se faz também nas ruas, desde a lavagem da roupa em cubas, desde o consêrto de carros e carroças até baixa cozinha.”

Na realidade, “tudo impressiona mal em Nápoles: o povo mal vestido, o tumulto de veículos velhos e novos, pequenos e grandes, a enorme e inconcebível sujeira das vielas e a mercância das ruas.”

Em compensação, Pompéia maravilha pelo seu passado esplendor.

O Vesúvio . . . “Fomos até uma certa altura em carro e daí por diante em cavalos maus. Eu montei o mesmo animal que conduziu o infeliz Silva Jardim, vítima da sua imprudencia.” “Da cratera fumegante e meio sufocado pelos vapores sulfurosos, nos mostrou o nosso guia: Sorrento, Ischia, Castellamare, Torre dei Greci e o mar, a perder-se no infinito.” “O viajante é assaltado em todo êste trajeto por uma chusma de condutores, guias, mendigos, vendedores de objetos de lava, que tornam insuportavel a viagem.”

Em Nápoles, ainda, “belos mármoreos de Venus, em que palpita a sensualidade”, copistas, que vendem os trabalhos a baixo preço, incrível abundancia de padres, irmãs e frades e o lindíssimo porto, de contornos inesqueciveis. Após 18 horas de viagem, por Civitá Vecchia e Pisa, entrevista à noite, Gênova, “para nós uma das melhores cidades da Italia: limpa, comercial e com muitos edificios belos e quarteirões novos de construção moderna.”

De Gênova para Turim, “superior às outras cidades da Italia pela regularidade dos seus edificios do século XVI, todos uniformes, as ruas cortando-se em ângulos retos e prolongando-se a perder de vista.”

“Quando nos recolhíamos ao hotel, passou em exercicio um batalhão com sua música em ordem de marcha, vindo do exercicio de guerra em campanha. O militar tem em Italia um aspecto marcial, que nos pareceu mais robusto do que em França. Em geral, o italiano está convencido da sua força, convencido de que a sua esquadra é a melhor do mundo e sobretudo ilude-se quanto à marcha dos seus convocados, que pensam já obter 26 e mais milhas.”

O Panteon de Turim é o mais alto monumento da Europa com os seus 16 metros: admira-se a sua imponência. Foram visitados a Sinagoga judaica e um templo protestante gótico, a escola anatômica e o cemiterio da Casa de Sabóia. O Mont Cenis é atravessado em 29 minutos. Aí “uma companhia de soldados italianos, que andavam em grandes manobras, vinha a correr atrás do trem, para tomar um posto que lhes havia sido indicado.”

Em Aix-les-Bains “entra no nosso compartimento um casal: ela muito elegante, sacudindo o pó do vestido, cobrindo-se com magnífico chapéu moderno; parisiense e tôda jóias e perfumes; ele, reumático, metido no seu casaco simples, de casemira de côr e com chapéu de palha de 2 francos. Feitas as relações de viagem — ele é médico russo, ela é suiça de Genebra. Trava-se a conversação

sobre o assunto Roma e ele, que detesta o Papa — é socialista — não vê clara a solução do problema, acha a questão social escura. Ela fala com ênfase das suas jóias e dos seus chapéus. Meu marido é isto que vêem, não gosta de nada . . . Breve ofereceram-nos *champagne*, que aceitamos, saudando a igualdade humana. “Afinal, Genebra, “uma bela cidade.”

Aqui, há uma falha no “Diario” de Antonio José Pereira. Vamos encontrá-lo já em Portugal, em Coimbra, onde serve de cicerone, durante três dias, o primo Antonio Lucio Lopes Vieira, oficial do 23.

De Coimbra para o Pôrto, que hospeda os srs. Antonio João Jorge de Miranda e José da Silva Guimarães. Com êste seguem os campineiros para o berço da monarquia portuguesa, Guimarães, muito movimentada, em consequência de uma romaria, que tiveram a oportunidade de acompanhar, ao lado de cinco bandas de música e umas dez mil pessoas.

“A virgem de Guimarães, segundo um folheto que lemos, já fez quatro milagres *grossos* (sic): deu fala a um mudo, fez levantar a um doente, do leito da morte; fez um parto perigoso ter bom resultado e, finalmente, esconjurou uns demonios que se aninhavam no corpo de um rapaz.”

Terminam abruptamente nesses “milagres” as notas do turista.

É pena. Algumas outras observações pitorescas teriam com certeza brotado, para deleite dos pósteros, da sua visão atilada, sempre às voltas com as exterioridades de uma religião, de que, positivamente, não era adepto . . .

De religião nenhuma, aliás, pois que se dizia, desabusadamente, livre pensador, muito embora o respeito a todas as crenças por mais absurdas que lhe parecessem ao liberalismo impenitente!

Quem no Louvre observara “a enorme quantidade de deuses de tôdas as formas, grandes ou pequenos, mais ou menos humanos e irracionais”, punha um tal zêlo em todas as tarefas do que o incumbiam que, uma feita, nomeado um dos encarregados das festas da Semana Santa, em Campinas, da comissão se desempenhou com redobrado ânimo. Em companhia do cônego Ribas d’Ávila e de outros amigos percorreu o comércio no angariar donativos, para cuja lista generosamente contribuiu. Trabalhou com afinco pela apresentação ao público de um Judas mecânico, novidade muito apreciada na época e promoveu, por mais de uma vez, aliás, a vinda a Campinas, de oradores sacros afamados. Numa ocasião hospedou até, por algumas horas, em sua propria casa, o destemido padre João Manuel.

Doutra vez ofereceu aos músicos das diferentes bandas de música dos festejos religiosos dois quintos de vinho do Porto, com o que se *beneficiaram* os *irmãos da opa*, principalmente os conhecidos pela alcunha de *gatos pingados* . . .

Dessa sua liberalidade quando a bolsa transbordava recordam-se episódios enternecedores. Tal a do inquilino italiano, que se atrasara nos alugueis e que viera expor, levando pela mão um filho, ao senhorio, a triste situação. Antonio José Pereira, após ouvi-lo com atenção, esqueceu-se para sempre do seu dinheiro e obrigou pai e filho a almoçarem em sua mesa de homem rico, no recesso do lar, sem que ninguém da família percebesse constrangimento algum.

Empobreceu, todavia. Montou, então, um pequeno comercio: "A Loja Nova", que se dava contudo aos cuidados de manter uma "folha de grande circulação nos centros comerciais, industriais e agrícolas".

Possuo o número 2 desse orgão, de 5 de Março de 1899, cujo artigo de fundo é em verso e tem por título "Orientação":

"Freguês que procura servir-se,  
Sem precisar de reclame,  
Se da moda quer sortir-se,  
— *Notre Dame* —

Se tem grandes pretensões,  
Se tem no vestir vaidades,  
Pr'a fazer suas provisões,  
— *As Duas Cidades* —

Se a procurar fita grenat,  
(Meio metro) anda já tonto,  
Se noutra parte não há  
— *Vai ao Ponto* —

Se, porém, quer do bom, a jeito,  
(Que dificuldade pr'a trova!)  
Se o cobrinho é muito estreito,  
— *Loja Nova* —

E voltou, a seguir, Antonio José Pereira, já no século actual, à profissão de guarda-livros, pelas contingências da sorte, que o abandonara no limiar da velhice.

Campinas fizera-se metrópole, ao influxo da rubiácea, que criara a abastança e que lhe proporcionava o despertar da civilização.

"Pelos fraldas dos espigões feracíssimos iam tomando o carácter de unidades económicas afamadas fazendas, que hoje, — acrescenta Cid Prado — ainda conservam as marcas da propriedade de uma época que há-de voltar, um dia, para o município de Campinas. A sesmaria das Cabras estava no auge de sua formação e derramava mudas de cafeeiros por aqueles morros de massapé, que chegava até o arraial dos Souzas. Pela margem direita do Atibaia as fazendas se apresentavam com uma grandeza e fausto nas proporções da fertilidade das terras e do arrôjo dos donos e iam até as margs do Jaguari.

Do outro lado do Atibaia, pela serra dos Cocais, a mata virgem cedia o chão para o café comum, e, pela orla da Estrada de Ferro Paulista e no chapadão que descamba para Indaiatuba, o pó de café ia sentando praça no solo e se engajando no serviço de nos fornecer o ouro, durante quasi sessenta anos, para o progresso de São Paulo

Amarais, Pompeus, Teixeiras, Nogueiras, Egidios, Ferreiras, Penteados (ruivos ou gordos), Aranhas, Soares, Arrudas, Buenos, Pachecos, Ferrazes, Souzas, Queirozes, Teles, Prados, Morais e Camargos, Sales e Francos, eram, em Campinas, as famílias do patriariado do café."

Foi essa gente valorosa que ergueu a Matriz Nova, "com proporções de catedral em uma aldeia", no comentário de Cesar Bierrenbach, "colossal mole de terra comprimida, de nacional taipa, que é sem dúvida no gênero a mais ousada no mundo", acrescenta Ramos de Azevedo.

Foi essa gente empreendedora que auxiliou o padre Vieira a levantar a Santa Casa de Misericórdia; que estimulou Correia de Melo nos seus estudos de botânica, criando os fundamentos do Instituto Agrônômico do Estado; que viu Hércules Florence, pintor e desenhista, fixar na tela os costumes do tempo, "documentando a história, pelas narrativas dos mais velhos"; que vibrou na previsão da fatal e integral libertação da escravatura; que fundou o "Clube da Lavoura", tornando possível "a união dos conterrâneos em torno dos interesses gerais e, dessa idade de ouro de nossa opulência, a Exposição Regional de 85 fôra a síntese melhor."

A mesma gente que fizera de Campinas o baluarte da República, em pleno Império do Brasil!

Paralelamente, os campineiros arregimentavam-se para os embates da inteligência.

Instalava-se o "Culto à Ciência", que se projetaria por mais de meio século como um manancial esplêndido de saber e de idéias, num "curso secundario que aspirava rivalizar com o Colégio Pedro II" e que, depois, ginásio equiparado, provocaria concursos, que "vieram dar à nossa terra — no testemunho de Bierrenbach — a animação universitária dos grandes centros intelectuais." Lia-se com entusiasmo, a princípio, a "Aurora Campineira" e, a seguir, a "Gazeta de Campinas", de Quirino dos Santos e Campos Sales, Jorge Miranda e Francisco Glicerio, de João Alberto Sales e Carlos Ferreira — gaúcho de inolvidável tradição de prestimosidade, — de Américo Brasiliense e Henrique de Barcelos e a colaboração preciosa de Camilo Castelo Branco e do Visconde de S. Valentim, de Leopoldo Amaral e Hipólito da Silva — o poeta da abolição, — de Tomás Alves Filho — o esquecido introdutor do naturalismo no Brasil, de Júlio Ribeiro, Julio Mesquita e Julia Lopes de Almeida e, já em tempos mais modernos, de Antonio Lobo e Herculano de Freitas, de Otavio Mendes e Alfredo Pujol, — tôda uma constelação de astros no céu de São Paulo!

Nesta cidade, que primava pela harmonia entre o bem estar econômico e uma vida social invejável, brincava-se também, ao gosto de antanho. Conta-nos, por exemplo, Julio Mesquita, de referência aos folguedos do *entrudo*, êste sugestivo entreato:

“Começava um mês, pelo menos, antes dos três dias da praxe; e, embora nós outros cá em cima, na rua Direita e no largo do Rosário, nos molhávamos ou molhávamos as moças das janelas e as que passavam, com delicadíssimas laranjinhas de cera amarela transparente, cheias de água cheirosa, ele — o coronel Quirino — na rua do Comercio, mergulhava as suas infelizes vítimas numa imensa tina de transbordar de água chilra do poço, ou punha-as a escorrer, ensopadas como pintos, a grossos e pesados jactos de uma bomba de extinguir incendios! Fosse quem fôsse, de uma ou de outra maneira, tinha de tomar o desagradabilíssimo banho!”

E muito embora as horrorosas hecatombes iniciadas em 89 houvessem derramado o luto e a desorientação entre as velhas famílias campineiras, subscrições generosas erigiram em símbolos imorredouros de uma vontade férrea o Liceu Salesiano e o Asilo de Orfãos.

E comemorar-se-ia, condignamente, em 97, o primeiro centenário da municipalidade e, em 1900, o quarto centenário do achamento do Brasil, abrindo-se os salões do Gremio Commercial para o conagraamento de tódas as associações de classe e “para as preleções da Ciência e as dissertações da Literatura, em festivais da Pátria e da Intellectualidade”, na síntese de Cesar Bierrenbach.

“Dos fastos da tradição campineira”, escreve este no relatório de 31 de Outubro de 1902, como primeiro secretario do Centro de Ciencias, Letras e Artes, “consta que, há uns trinta anos, nenhuma outra Cidade, sem foros de Capital, apresentava-se nas Provincias do Brasil, com os altos créditos desta, que emulava com São Paulo no amor à ciencia, sobrepujava-a na riqueza, salientava-se pela sua esmerada sociedade e fidalga sociabilidade, impunha-se pela sua altivez e até procurava relativo despeito pela evidente consciencia de suas opulencias, que outras criam arrogancia.”

A terra, que despertava do letargo provocado por uma desolação apavorante e que retomara a fama de invejável núcleo de cérebros de eleição e que era domicilio de nacionais atraídos pela excelência dessa situação privilegiada, Gustavo Dutra e Magalhães Gomes, Souza Brito e João Pedro Cardoso, Campos Novais e Coelho Neto, Raul Soares de Moura, Fidelis Reis e Basílio de Magalhães e tantos outros espíritos de escol, além dos engenheiros que se congregavam em torno de Cândido Gomide e de José Pereira Rebouças — dois jequitibás frondosos da velha Mogiana — hospedava também nomes exóticos, alguns contemporâneos das primitivas fazendas de café e outros mais modernos, Sixt e Hempel, Draenert e von Atzingen, Enge e Potel, Vogel e Stevenson, os Krug e Vanzolini.

Totalmente identificado com esse ambiente sugestivo o português Antonio José Pereira, autodidata que não perdera a fé e o ânimo de lutador pelas cousas nobres e formosas, grandemente estimado pela sociedade campineira do seu tempo.

Aos domingos, após o almoço, tal o proverbial carinho para com as crianças, que estas o esperavam, do lado de fora da residência, para um passeio campestre, que já se tornara tradição. Nessa farândula igualavam-se filhos de médicos e bacharéis, do meretíssimo juiz Pinto de Toledo — que só a Antonio José Pereira confiava os dignos rebentos — e do vendeiro, seu fornecedor, todos os quais regressavam à tarde, prazenteiros, depois das longas caminhadas!

Para a casa do dr. Luís Bueno Horta Barbosa, que havia sido nomeado lente de Mecânica e Astronomia do Ginásio, emprestaria, por muito tempo, os moveis necessários para o conforto, da família desse professor, que mal conhecera num encontro fortuito, num trem, em um domingo em que se dirigia para a fazenda dos srs. Floriano de Camargo, em Cabras, cujas partidas dobradas escriturava.

O Colégio S. Benedito apparecera, sem aviso prévio, a visitar, incorporado, o Centro de Ciências, Letras e Artes. Preconceitos arcaicos de côr tentaram barrar-lhe a entrada. Antonio José Pereira removeu os obstáculos e dispensou a êsse punhado de brasileiros uma acolhida tão indisfarçavel que, alguns anos após a sua morte, o professor, ao reconhecer, numa festa de Colégio, um filho que secretariava então “A Cidade de Campinas”, cumulou-o de especiais atenções.

Preparando o cortejo que deveria recepcionar os officiaes da canhoneira “Pátria”, parou Antonio José Pereira diante do porta-bandeira do batalhão do “Circolo Italiani Uniti” e, tomando de uma das pontas do pavilhão, perguntou ao menino se podia beijá-lo. O pequeno, esperto, vivo, prontamente consentiu e foi sob a mais intensa emoção dos presentes que Antonio José Pereira osculou o símbolo da pátria de Dante.

Era assim entretecido de filigranas emotivas o seu grande coração, que só sabia perdoar!

O Centro de Ciências, Letras e Artes fundara-se, em Campinas, no principio do século vinte, para o realce dos forais de cultura da Cidade.

E Antonio José Pereira, aceito sócio na 32.<sup>a</sup> sessão ordinária, de 14 de Junho de 1902, ao Centro dedicaria todo o seu derradeiro entusiasmo. Nessa mesma noite, com Campos Novais, João Nogueira Ferraz Filho, Gustavo Enge e Cesar Bierrenbach, assinava a seguinte resolução: “Considerando que as questões atinentes aos limites geográficos, às fronteiras da influencia patria e ao seu próprio porvir continentais, não podem ser estranhas a êste Centro, propomos que ele se declare unanimemente solidário com a nobre ação do grande Chanceler Barão de Rio Branco em todos os atos concernentes à salvaguarda da integridade do Brasil e tendentes à manutenção do seu prestigio ao Novo Mundo e que se transmita esta resolução ao nosso eminente consócio, que honra a Chancelaria da mais vasta região latina do Universo.”

Eleito 2.º secretario, Antonio José Pereira desempenhar-se-ia do seu encargo com amor e assiduidade exemplares.

Na sessão de 22 de Outubro de 1904 seria com orgulho que transcreveria em ata o teor do officio do marceneiro português Vitorino Pereira, em que o pai de Manuel Vitorino Pereira, que exerceria por alguns meses a Presidência da República, comunicava ao Arquivo Carlos Gomes a oferta de "fac-simile" da batuta por ele entregue ao insigne maestro, em 1880, na Bahia e com a qual este regera o hino do tricentenario de Camões e a sinfonia do "Guarany", no velho Teatro São João da Cidade do Salvador e a cujo incêndio assisti, em 1923, — peça de fino labor manual, de morapinina e jacarandá, guardada em uma caixa de sebastião de arruda e que figurou na Exposição Universal de Paris.

A 29 desse mês — relata a respectiva ata — "o nosso consocio Antonio José Pereira declara que lhe parece incontestável a existência de documentos originaes autênticos da doação e origem de Campinas", pedindo-lhe, então, o presidente, "cooperar também na pesquisa dos aludidos documentos, e que este aceita."

A 11 de Fevereiro de 1905, "Antonio José Pereira diz vem trazer o tributo de suas homenagens ao nome de D. Maria Clementina Bueno Bierrenbach; diz que uma feliz coincidência fazia com que S. S., que viu d. Maria Clementina solteira, depois casada, dispensando todos os carinhos a seus extremados filhos e dando-lhes educação esmerada, de modo a serem hoje belos ornamentos da sociedade campineira, sempre bondosa, praticando a caridade sob todas as formas, fazia com que S. S. pudesse vir hoje prestar homenagens à nobre senhora. Enumerando os seus dotes de espírito e de coração, termina dizendo que d. Maria Clementina Bueno Bierrenbach devia ser aclamada pela casa sócia benemerita."

A 2 de Julho de 1905, inaugurava-se o monumento a Carlos Gomes, que guarda na cripta o corpo do filho querido de Campinas. À garoa da madrugada e à manhã brumosa e fria succedeu a chuva torrencial de meio-dia. Pouco importava. A postos, lá estava, cumprindo um dever cívico, o presidente Tibiriçá, o secretario Carlos Botelho, Lucio e Salvador de Mendonça, Rodrigo Otávio, Ramos de Azevedo, Bernardelli, a reliquia da Cidade — o maestro Santana Gomes, e Francisco Braga, Benedito Calixto, Bierrenbach. Após a colocação da lápide, em mármore, na casa humilde em que nascera o compositor e a sessão solene do Centro de Ciencias, Letras e Artes, — ao fundó de cujo salão pairava, entre palmas e côres nacionais, a lira em bronze de Carlos Gomes, — a visita ao Arquivo.

A 8 de Junho o Centro acolhia em ata "um voto de especial gratidão ao sr. Didier Monteiro e a Antonio José Pereira, pela dedicação e zelo com que organizaram a magnifica exposição dos documentos desse Arquivo", instalado, então, no gabinete de leitura, que,



em 1906, tive a ocasião de ver, lançando no livro respectivo uma impressão de menino estudioso e tímido.

A morte de Antonio José Pereira ocorreu a 12 de Agosto de 1906, de nada valendo a nobilitante amizade e abnegação do facultativo Domingos de Azevedo.

Na sessão n.º 204, logo após o traspasse infausto, presidente o dr. Tito de Lemos e secretários Oscar Wagner e Ponciano Cabral, o dr. Álvaro Miller, com a palavra, — diz a ata — “fala longamente, sentidamente, sobre Antonio José Pereira, o 2.º secretário, o socio, o diretor dedicadíssimo desta casa que ele deixou tão cheio de saudades, dessa saudade funda e dolorida que se dissemina pelos objetos, pelo ambiente, palpitando e chorando numa desolação de mágoas indizíveis: um livro ou um jornal, uma cadeira ou um tinteiro. Em tudo que se toque, em tudo que se contemple sob este teto, ha recordações do amigo, porque aqui nada existe que lhe não fôsse familiar, que não estivesse sob o seu doce olhar carinhoso, que não sentisse a sua sincera amizade. Gratidão, gratidão a Antonio José!”

Depois, a sessão fúnebre de 15 de Setembro, quando o vice-presidente Rafael Duarte, abrindo a solenidade se referiu ao “prestantíssimo ex-segundo secretário da atual diretoria . . . respeitabilíssimo nome, legado precioso de probidade e honra. Dele aqui pairam, no sereno e calmo ambiente desta casa, recordações vividas, profundas, indeléveis, recordações que se encontram em todos os recantos dêste instituto, ao qual consagrou o melhor de sua alma e coração!”. . . “O seu coração e a sua alma eram dois relicarios preciosos de virtudes translúcidas, de afeto e carinho, de amizade sincera, de uma dedicação incondicional, de um amor fanático por este Centro!”. . . “Entusiasmo juvenil, envergadura ferrea de batalhador audaz . . . um crente no brilhante futuro desta terra adotiva.”

. . . “Sua entidade moral. Ficou-me dela esculpida no espírito uma qualidade bem rara nos tempos que correm. Eu quero referir-me à sua independencia, à sua inquebrantável independencia, a essa excelsa independencia de opinar e de agir, retilinea, sem prejuizos, nem fraquezas indignas, sem o que chamamos conveniencias sociais. Sempre firme, sempre altiva, sempre varonil, sempre superior!”

. . . “Desconhecia totalmente a subserviencia”. “Espírito de escol, ele via claro, ele via reto, ele via com um descortino admiravel! Sempre franca e desassombradamente, emitia a sua opinião. Cultivava a verdade, como um dos mais belos ornamentos de que pode justamente desvanecer-se a humanidade.”

A 15 de Setembro, o orador official dr. Álvaro Miller pronunciaría sentido discurso em homenagem ao “amigo dedicado, companheiro saudoso de diretoria, socio cheio de benemerencias”, que, “nos anais desta casa vive e viverá sempre numa refulgencia de recordações caríssimas.”

Como cidadão, como chefe de família, como amigo, como profissional, como membro proeminente de corporações caritativas ou de instrução, sempre e em toda a parte a sua figura mantinha-se num destaque pouco comum, apresentava-se num relevo que se não podia aferir pela craveira usual.

Era inconfundivelmente e incontrastavelmente um homem de bem a toda a prova, um homem cuja palavra tinha e valia como ouro do mais fino quilate, cujas ações se molduravam pelas injunções severas de uma consciência retíssima, incapaz de deslises ou subterfugios. Mas, em Antonio José Pereira havia facetas de temperamento, feições de individualidade, maravilhosas, relevantíssimas, culminantíssimas. Uma destas era o seu patriotismo irredutível, tão de molde a pôr em evidencia a sua personalidade moral, digna de nota."

Admiravel era "na continua rememoração dos homens e das cousas de sua patria de nascimento", embora "brasileiro pelo coração... ligado ao nosso torrão campineiro por um desses nobres impulsos de sua alma, tão sincera e tão amorosa, por um desses impulsos tão naturais e tão comuns à sua individualidade."

"Esse velho Portugal... tinha em Antonio José Pereira um filho amantíssimo, cego no seu afeto à terra em que vira a luz. Em Antonio José Pereira se condensará a alma portuguesa no que ela tinha de mais nobre e respeitavel, naquilo que lhe serviu de incentivo às suas proezas homéricas."

... "Envergadura forte de homem"... enternecedor o seu imenso, o seu inconfundível sentimento de dedicação ao próximo. Ide à Beneficência Portuguesa e perscrutai os seus arquivos; à Luís de Camões e esmerilhai a sua historia; ao Gremio Commercial e interpretai as suas atas; vinde a este Centro e folheai a sua longa fé de officio e sempre, e em toda parte, encontrareis na primeira fila dos operosos, entre os que mais realce lhes deram e mais brilho lhes emprestaram, essa simpática, essa inesquecível figura do homem, que transitou pela vida com o nome de Antonio José Pereira.

Rico, um dia, a sua bolsa abriu-se à larga para derramar sobre a chaga doída de uma amargura qualquer o bálsamo suavizante da sua caridade sempre solícita. Pobre, mais tarde... e ele aqui vivia neste Centro a espalhar às mancheias a sua eterna dedicação desinteressada por tudo quanto era nobre e bom, elevado e justo."

... "Formoso coração, homem integérrimo e bom... tu foste digno de respeito dos homens, da estima da terra em que viveste... a tua memória viverá, permanecerá indissolavelmente ligada aos nossos annos; quer dizer, viverá na historia intellectual de Campinas como a de abnegado servidor, a de um dedicado amigo das cousas do espirito em a terra bendita."

... "Era um espirito culto que, em alguns ramos de actividade

intelectual, podia emparelhar com muitos empergaminhados pretensiosos.”

... Tinha “agudez de espírito pouco comum” e era “de um critério tão seguro... de uma lealdade de ânimo tão elevada” como poucas certamente se encontrariam.

Henrique Serra faria o seu elogio, em nome da Beneficencia Portuguesa; Cesar Bierrenbach falaria num improviso arrebatador “em que sua alma de amigo se desfez em harmonias”; e a filha primogênita de Antonio José Pereira, em nome da família, agradeceria tão formosas provas de veneração pela memoria do morto adorado.

A 31 de Dezembro de 1906, Alvaro Miller, na oração anual de despedida aos socios desaparecidos, acrescentaria: “Cabia-me aqui dizer de Antonio José Pereira. Mas, o Centro já lhe tributou a máxima das homenagens que esta pobre, mas honrada casa lhe poderia tributar. Ele foi a dedicação à nossa obra. Nós lhe retribuimos, fazendo-a de há tempo assistir em efígie à continuação desta fábrica pela cuja edificação êle tanto e tanto cordialmente cooperou.”

Um ano após, a 20 de Novembro, Henrique de Barcelos comparecia para lamentar os que “desapareceram para sempre da cena da vida”. Entre eles, “Antonio José Pereira, notavel exemplo de energia e de vontade e que, pode-se dizer, residia aqui até ver êste salão ornado com as belas estantes da nossa biblioteca e que, ao descer aquela escada sentiu no peito o primeiro golpe da moléstia que oito dias depois lhe arrancou a vida.” A 23 de Outubro de 1909, o dr. Vicente Melilo recordava “os socios do valor de Bierrenbach, Angelo Simões, Vieira Bueno, Antonio José Pereira.” E no 14.º aniversario, a 31 de Outubro de 1915, o dr. Carlos Stevenson, enumerando os fundadores da instituição, incluia entre eles o guardalivros português, morto ha nove anos.

O “Comercio de Campinas” noticiava o falecimento do presante colaborador com a “pena tremendo em nossa mão.” “Campinas perdeu um dos seus mais nobres cidadãos, os seus amigos perderam a dedicação e o afeto humanizados naquele nosso distinto companheiro.

Quem foi o morto de ontem di-lo-ão a Sociedade de Beneficencia Portuguesa, o Centro de Ciencias, Letras e Artes, a Sociedade Luiz de Camões, o Asilo dos Inválidos, núcleos nos quais o seu espírito forte de homem justo, de homem bom, andou afanosamente trabalhando em beneficio do próximo.

Adorava Campinas com o devotamento de um fanático.

César, entre lágrimas, que lágrimas inundavam os olhos de todos os presentes, disse o adeus em nome da Beneficencia Portuguesa e no seu próprio. A sua oração sentidíssima foi toda uma nênia dolorosa a arrancar soluços de dor de todos os que ali estavam, e não houve quem não chorasse.”

O entendimento em que se compraziam o moço Bierrenbach e o velho Pereira significa na biografia do advogado, jornalista, poeta, publicista, orador e catedrático de História Universal do Ginásio de Campinas, um motivo de enobrecimento, pois Cesar travou-se de íntima amizade com Antonio José Pereira, quando este, já sem ilusões e arruinado pelos azares do comércio, voltara à condição de simples guarda-livros, para prover ao sustento da espôsa e dos filhos menores.

Da parte de Antonio José Pereira justificava-se aquela aproximação do talento fascinante do campineiro eminente, entusiasta invulgar das glórias lusitanas.

Fôra Cesar quem pronunciara, para a briosa oficialidade do "Adamastor", o memorável discurso "Nautas de Portugal", que assim termina: "Pátria de minha Pátria, eu vos saúdo", peça de inenarrável beleza.

Fôra Cesar quem sobrepujara todos os ditames da eloquência na saudação a Santos Dumont: "Da raça daqueles que domaram os mares glaucos e sobre as ondas escreveram a epopéia dos descobrimentos e da estirpe dos bandeirantes que desvendaram florestas verdes, impondo em recessos sombrios limites remotos ao seu país deveria surgir o predestinado que penetrasse as infinidades azuis e descrevesse na abóbada celeste os signos de alianças vindouras . . .

D. Henrique, o infante, concita os mareantes, funda a escola de Sagres e o mar coalha-se de galeões que revelam aos continentes a rubra Cruz de Cristo sobre o branco das velas pandas, como vós levareis o cruzeiro branco sobre o universo azulado.

Da audácia dos nautas provieram plagas e mares e a Índia fascinante e nossa Pátria — suprema projeção do Promontório sacro!"

Fôra Cesar quem brindara os marujos do "Patria" com uma "Ode", que brilhantíssima impressão causaria na Côrte de Lisboa e nos salões literarios de Portugal.

A singular ligação, que unia duas vidas tão distantes e tão díspares, explica-se destarte por êsse nexó de mutua veneração pelo velho Reino!

Cesar desabafou toda a sua magua pelo afastamento para sempre do companheiro do Centro, das tardes do "Livro Azul" ou dos compridos passeios pelos arrabaldes de Campinas, publicando, no proprio dia do enterramento de Antonio José Pereira, eloquentíssimo necrológio de "um bom e um justo", digno da existência, indispensável para os seus, útil para a humanidade e bem merecedor da vida."

"O benemérito da fundação da Beneficencia Portuguesa, e emérito dos dias das epidemias, que circulava pelos lares, a todos confortando e levando a todas as classes a abnegada dedicação do então rico negociante . . .

O patriota português que amava em nosso Brasil o grande Portugal e que irradiava de sincera alegria ao ver passar por entre nós os oficiais do "Patria" . . .

Quando os batalhões da guarda nacional aqui se organizavam, na terra a que devia seus bens e seus filhos, Antonio José Pereira fazia bordar por suas queridas filhas a bandeira da União Brasileira e a entregava como tributo de tão gentis patricias a nossos conterrâneos.

Sua dedicação pelo Centro não tinha limites, como sua amizade às pessoas que julgava dignas de sua estima desinteressada e leal.

Era um apóstolo da Humanidade!

Quando Rafael de Barros aí se finava, minado por cruel moléstia, era Antonio José quem ia complacente dispensar-lhe uma piedade exemplar; quando o Visconde de S. Valentim devia passar mais um aniversário venerando aqui, longe da nobre família que soubera formar, era Antonio José quem tomava a iniciativa da formosa página que publicamos aos 13 de Setembro de 1904.

Democrata, era indiferente à veneração dos reis; no entanto, mal ecoou, em Campinas, a falsa notícia do atentado ao rei de Portugal, em Paris, vimo-lo, entre lágrimas de ansiedade, aguardar, emocionado, a contestação . . .

Quantos e quantos moços devem às suas gratuitas lições os empregos que possuem! A quanta gente bem colocada no comércio, pôs ele a caneta entre os dedos e ensinou, de graça, as partidas dobradas!

Que belo homem, tão querido e ainda tão generoso, doando, já muito pobre, reduzido a viver de sua nobre profissão, a tantos outros, a única cousa que tinha, isto é, o conhecimento da escrituração mercantil . . .

Com que carinho trabalhava para o Centro, organizando a biblioteca que já encontrara iniciada nas salas pequenas do edifício e que trouxe para o salão grande, fazendo questão de se adquirirem os armários em que ela está instalada!

Com que capricho escriturava as contas da associação e lançava no livro *curriculum vitae* dos consócios os nomes de cada um e com que esmero redigia a notícia de cada sessão . . .

Fez que lessem a última notícia da derradeira sessão que assistiu e exclamou depois: "Bem, agora posso seguir viagem."

Aquela casa jamais perdeu uma dedicação tão grande . . .

Uma das maiores adorações de Antonio José Pereira era o seu velho pai, que lá está em Portugal e que ele esperava que regressasse a visitar a terra de Campinas. Ouví-lo acerca do seu velho, ouvi-lo recordando sua infância em Santa Cruz, entre os nossos maiores e narrando casos familiares, era tão grato que se diria uma página aberta no passado, entre saudades e perpetuas . . ."

A 2 de Julho de 1912, já estudante de engenharia, representando os filhos e netos de Antonio José Pereira, na inauguração da herma do brilhante conterrâneo, conheci, cega e octogenaria, d. Maria Clementina Bueno Bierrenbach. Foi com indistarcável emoção que lhe tomei das mãos venerandas, na mesma manhã em que a pena anônima do *Ignotus*, em órgão do meu torrão natal, se referia a essa edificante amizade, cuja memoria perdurava assim no coração dos campineiros.

Fôra Cesar quem envolveu Antonio José Pereira “na bandeira nacional portuguesa e entre lágrimas pungentes produziu, junto ao corpo inanimado do seu amigo, um dos seus mais belos e mais eloquentes discursos.”

Sim, campineiros!

João Cesar Bueno Bierrenbach, “aquele que foi, até agora, o maior tribuno do Brasil”.

## DE SÃO PAULO A MANAUS

(Impressões de viagem)

LUIS TENORIO DE BRITO

Anunciado em fins do ano passado um cruzeiro turístico, logo tomei acomodações para mim e minha mulher, em obediência aliás ao programa que me tracei de empregar o resto de vida de que disponho em viagens pelo Brasil afora.

Escolhido para a excursão o navio D. Pedro I, velho barco do Loide Brasileiro, com mais de 40 anos de serviço, já se ressentindo da falta do conforto que a navegação marítima moderna oferece, mas sólido na sua estrutura metálica, e indiferente ao balanço das ondas que não lhe altera o ritmo, largou ele do porto de Santos às 14 horas de 9 de Janeiro, com cêrca de 150 excursionistas de São Paulo, recebendo no Rio mais 130, de varias procedências e menor número em Salvador, Recife, Fortaleza, Belem. Pela vivacidade do colorido social que então se formou a bordo, dir-se-ia uma cidade em miniatura que o capitão de longo curso, comandante Savat, conduzia com segurança, pelo extenso litoral brasileiro e aguas do rio mar, até Manaus, a bela capital do Estado do Amazonas. Viam-se ali professores e oficiais do Exército em férias regulamentares; comerciantes e industriais sondando possibilidades; senhoras elegantes comentando viagens, literatura, modas; matronas vigilantes acompanhando os passos de encantadoras meninas-moças de olhos arregalados para a vida; austeros chefes de familia orientando jovens estudantes sobre acidentes geográficos e episodios históricos ligados à longa costa brasileira; homens de atividades varias em busca de merecido repouso. Mais: uma exposição de amostras da industria paulista; um corpo de artistas amadoras, da escola de bailados da professora Oleneva, em exhibições por todas as capitais onde o navio tocou e um grupo de neófitos políticos, porventura comprometendo, em desastradas atitudes, a propaganda de eventual candidato á presidencia da República.

Um sentimento comum no entanto unia todos os viajantes no mesmo elevado plano: o sincero desejo que cada qual nutria de

conhecer, de perto, paisagens e gente do Brasil através os dez mil quilômetros que nos separavam do objetivo colimado.

\* \*  
\*

E é grato sem dúvida registrar que a quente e fraternal acolhida que a caravana encontrou em cada localidade, demonstra a solidez dos elos patrióticos que prendem os brasileiros entre si à terra que os viu nascer. Nas capitais dos Estados como na mais humilde cidadezinha onde aportamos, o ritmo foi sempre o mesmo: autoridades e povo, irmanados, procuravam, da melhor forma que lhes parecesse, agradar aos "paulistas", generalizada classificação dada aos excursionistas. A primeira prova desse carinhoso acolhimento tivemos-la em Vitória que alcançamos na manhã de 12 de Janeiro. O governo, o legislativo estadual e municipal e representantes do poder judiciário; população em número incalculável, banda de música — apinhavam-se no porto da capital do Estado do Espírito Santo que assim abriu a série ininterrupta de recepções à caravana, até o ponto final da excursão.

O dia em Vitória transcorreu pleno de emoções. No desenvolvimento do programa, visitamos, em primeiro lugar, o Convento da Penha. Edificado no século XVI, encerra essa obra monumental magníficas telas de pintores famosos, entre eles o nosso Benedito Calisto, nas quais o mais palpitante lendário, simbolizando a escolha do local para a edificação do templo e as lutas contra os invasores do território pátrio, franceses e holandeses, fascina e prende o observador. Releva notar, aliás, o gosto pela pintura, na Vitória. As principais dependências do Palácio Anchieta que visitamos à tarde, ostentam quadros de alto valor artístico. Esse edifício, que domina a paisagem do alto de formosa colina, é o resultado da transformação do antigo colegio dos jesuitas em sede do governo do Estado. O plano de reforma executado há quarenta anos, manteve alguns compartimentos primitivos, com sugestivas reliquias históricas como, por exemplo, o túmulo de Anchieta. Vive o Espírito Santo angustiado entre dois poderosos vizinhos, Bahia e Minas Gerais, dos maiores Estados da Federação os quais se divertem tirando-lhe, de vez em quando, a título de retificação de fronteiras, consideráveis traços de terra, sendo ele dos menores em área.

Graças no entanto à superior visão dos seus homens de governo, no passado como no presente, desfruta o Espírito Santo folgada situação financeira, em plena ascensão. De sua produção mista destaca-se o café, cultivado nas ubérrimas terras do Vale do Rio Doce, com dois milhões de sacas anuais, sem broca . . .

Constando do programa um almoço com prato regional em cada capital, Vitória concorreu com a "moqueca de peixe". Em



apresentação e sabor coube sem duvida à culinaria capichaba o primeiro lugar dentre quantos embates gastronômicos se travaram durante a viagem. Uma delícia . . .

\* \*  
\*

Salvador, em cuja tranquila e vasta baía amanhecemos a 15, é ainda uma cidade característica.

Não obstante os seus modernos serviços portuários e achar-se inteiramente asfaltada e saneada a parte baixa da cidade, sendo a alta, que é a residencial, cortada de ótimas avenidas e dos deslumbramentos de suas praias incomparavelmente belas, povoadas de confortáveis habitações — Salvador conserva intactas todas as suas tradições.

Coincidiu a chegada do Pedro I com o último dia da semana de festejos anuais dedicados ao Senhor do Bonfim.

De manhã visitamos a igreja famosa, assistindo à noite, de ponto conveniente, a afluencia ao local da multidão de fieis, a chegada dos “termos” e da verdadeira baiana, nas suas ricas vestimentas de saias rodadas e vistosos balangandans das grandes solenidades. Na Bahia, disse em discurso o Dr. Otavio Mangabeira, na visita que lhe fizeram à tarde os excursionistas, rendem culto ao seu padroeiro desde o mais humilde cidadão até o governador do Estado. Dirigindo-se em seguida aos paulistas lembrou que em 1932, por ocasião dos trágicos e gloriosos acontecimentos da Revolução Constitucionalista, amanhecia o Senhor do Bonfim, todos os dias, coberto de flores. Quando porém começaram a circular tristes notícias que logo se confirmaram, o Senhor do Bonfim não mais amanheceu coberto de flores . . .

As horas intermediarias em Salvador foram destinadas às igrejas e instituições culturais. Momentos de perplexidade e de emoção aqueles que passamos no interior da igreja de São Francisco cuja nave, toda entalhada de jacarandá, em relevos simétricos, estatuas e objetos do culto, recobertos de ouro, arrebatava a imaginação pela indescritível grandiosidade que ostenta.

Ao lado, no patio interno da ordem, as artísticas alegorias das diversas fases da vida humana, trabalhadas em finíssimos azulejos, levam à meditação até mesmo o mais angustiado existencialista . . .

No museu ora em organização na catedral da Sé foi-nos dado ver, entre outras curiosidades, a N. S. da devoção de Vieira em frente à qual ocorreu o lendário “estalo” do futuro evangelizador brasileiro. No Instituto Histórico e Geográfico da Bahia estivemos meia hora, quando se gastariam dias na observação de sua biblioteca bem cuidada, no exame de suas interessantes coleções, de suas várias “salas” dedicadas a grandes figuras baianas: Cairu, os dois

Rio Branco, Rui Barbosa, Castro Alves e a dos dois imperadores brasileiros. Aliás, do ponto de vista do culto histórico, empregar-se-iam semanas, senão meses, em visita às ruínas do Castelo de Garcia d'Avila, ocultas hoje entre densos coqueirais, a 50 ou 60 quilômetros de distância da capital; aos velhos fortes coloniais da defesa da barra; às reliquias ligadas à existência romântica da heroína Paraguaçu; aos lugares onde nasceu, viveu e sofreu Castro Alves. E, modernamente, aos "campos" petrolíferos donde se espera venha a libertação econômica do Brasil, que não tivemos tempo de ver, nem mesmo de relance, como fizéramos em relação às visitas que acabam de ser apontadas. E não fôra a presença amavel do casal Luís Camerino, que nos hospedou cavalheirescamente a mim e a minha mulher e a Senhorinha Maria Laura Zagalo Leão Cavalcanti, nossa inteligente companheira de viagem, nem tanto teríamos visto na tradicional cidade do vatapá.

\* \*

\*

Do lado direito do extenso quebramar que se alonga pela baía a dentro atracou, na manhã de 17, o D. Pedro I em Maceió.

Repetiram-se na terra dos Marechais as mesmas cordiais manifestações públicas aos "paulistas".

Desenvolveu-se o programa traçado, enquanto o casal Luís Zagalo, como sucedera na Bahia, se desdobrava em atenções ao mesmo grupo de viajantes.

Entusiasmou-se o industrial Artur Reis Costa que acompanhava, pela Federação das Industrias, a feira flutuante do Pedro I, sempre com interêsse visitada em todos os portos, com a perfeita organização social que encontrou no parque industrial de Alagoas. Não podendo descer a pormenores, fixo nestas linhas a agradável surpresa dos turistas face à banda de música feminina, que tocou no almoço de Maceió e composta exclusivamente de moças operarias. Percorridos os pontos pitorescos da cidade, visitamos o Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, o qual, além de notavel biblioteca especializada, reúne interessantíssimas peças arqueológicas de museu, inclusive a máscara de Virgolino Ferreira, o famigerado Lampeão, terror dos sertões nordestinos, morto recentemente pela policia do Estado, em renhido combate.

\* \*

\*

Em Recife que alcançamos ao amanhecer de 18, a demora do navio se prolongou por dois dias. E foi bom. Aproveitaram-se os excursionistas da folga, dispondo melhor o tempo, refazendo-se

das fadigas que lhes determinaram os últimos dias de intensa atividade.

A tradicional Veneza Americana, esplendente de claridade, abriu de par em par à curiosidade dos forasteiros as portas de suas entidades científicas, do seu Instituto Arqueológico, de suas vetustas igrejas, dos seus monumentos históricos, da sua paisagem lendária, dos seus salões de artes, das suas casas de modas, do seu parque industrial, da sua imprensa vibrante, do recesso acolhedor do lar pernambucano.

\* \*  
\*

No porto de Cabedelo encostou o D. Pedro I na manhã de 20, prosseguindo a viagem, de trem, para João Pessoa, com 35 minutos de percurso. Regresso à tarde do mesmo dia. Atravessa o trezinho uma região agreste, arenosa, mas fecundada ainda pela umidade que lhe vem do mar. Daí os coqueirais que se estendem de um e doutro lado da linha, os cajueiros nativos, as plantações de agave e uma pequena salina que se vê ao longe. Cidade de 70 mil habitantes, com a bonita praia de Tambaú a nove quilômetros de distância, servida de bonde elétrico, João Pessoa agrada pelo trato que lhe dispensa a Prefeitura. Alguns viajantes, deixando o navio, foram de Recife a Paraíba de automovel com o fito de conhecer o famoso centro algodoeiro de Campina Grande do qual trouxeram boa impressão. Enquanto se esperava pela hora do embarque no trem, olhavam os excursionistas do tombadilho do navio, os restos das florestas de coqueirais que nos acompanhavam desde a Bahia e que depois de Cabedelo vão rareando até desaparecer de todo do Maranhão em diante. O coqueiro, além de constituir boa fonte de renda oferece, quando em cultura densa, maravilhosas paisagens, quer vistas de longe ou apreciadas de perto, como as da praia da Boa Viagem, no Recife, cujas elegantes casas residenciais se aninham sob o coqueiral que as domina. Viam-se ainda, do mesmo posto de observação, as instalações de uma estação de pesca da baleia que avultam ao fundo da enseada.

\* \*  
\*

A partir de Cabedelo até águas do Maranhão pontilham a planície estranhamente azul do mar as românticas jangadas cearenses. Brancas velas pandas, solitárias em meio do deserto imenso, cada nova que aparece, igualzinha às outras já vistas, desperta a mesma curiosidade, os mesmos comentários a bordo do Pedro I.

\* \*  
\*

A curiosidade maior entre os excursionistas, em Natal, simpática e limpa cidade em cujo porto desembarcamos na manhã de 22, era conhecer a famosa base aérea de Parnamirim.

Construída pelos americanos nas cercanias da capital norterio-grandense, ponto estratégico de suma importância na última grande guerra, serve hoje de seguro pouso à navegação aérea internacional, sob a guarda do governo brasileiro. A série de pavilhões onde se alojavam milhares de homens; os grandes abrigos para aviões de todos os tipos empregados no serviço de patrulhamento do atlântico; os depósitos de munições, de combustíveis, de explosivos e materiais de guerra de toda a espécie para ali transportados; as instalações destinadas a armazenamento de gêneros alimentícios, serviços de saúde e administração; a igreja única, onde se oficiavam todos os cultos religiosos, em horas diferentes, com perfeito serviço de água, esgoto, telefone e luz elétrica — ligadas as construções entre si por uma faixa de concreto — jazem no abandono, com exceção do hangar e pista de aterrissagem ora aproveitados pelo trânsito internacional de aviões.

Já a ação do tempo aliás se faz notar nessa interessante cidade improvisada, vendo-se portas que se inclinam, telhados que se deslocam, mato que invade casas. E é pena. Não compreendem os profanos, estranhos aos mistérios que orientam certos serviços federais, que se localize uma escola técnica de aviação em pleno centro da cidade de São Paulo, em prédio adaptado e improprio, quando existe Parnamirim, dispondo de conforto e de todas as condições exigidas e ainda mais: — a vantagem de, uma vez lá montada a Escola, nela só procurariam ingresso as vocações...

E quantos inconvenientes, de varia ordem, não seriam removidos com tão salutar mudança!

Visitando à tarde a cidade, estivemos em casa do escritor Câmara Cascudo, folclorista ilustre e magistral tradutor e comentador de "Viagens ao Nordeste" de Costes. Palestra agradabilíssima, cumulou-nos de atenções e de presentes à minha mulher, constantes de pequenos objetos etnográficos, da cerâmica potiguar. Em dia com a vida paulista, pediu o Dr. Câmara Cascudo informações, citando nomes, sobre prestigiosas figuras do nosso meio intelectual.

\* \*  
\*

Conversando em Fortaleza, como aliás sempre fizera, durante a viagem com pessoas de todas as classes sociais e entrando no conhecimento de dados estatísticos sobre a vida econômica do Estado, adquiri a convicção de que o cearense é o povo mais dinâmico do Nordeste brasileiro e com ele o norterio-grandense, seu vizinho e seu irmão no drama que se desenvolve na caatinga. A agricultura

e a pecuária aí se apresentam com índices de alto progresso no aproveitamento da açudagem particular no serviço de irrigação em muitos lugares, com a seleção de sementes e adubação; o cruzamento de raças bovinas mais apropriadas ao meio e à formação de pastagens adaptadas ao clima. E tanto assim é que se alimentam as populações desses dois Estados com produtos agro-pecuários produzidos nas suas próprias áreas, o que nem sempre se dá com os demais Estados de além São Francisco, que os importam em grandes quantidades. Fortaleza reflete o esforço que faz o sertão. Com a sua indústria promissora: algumas fábricas de tecidos e varias de beneficio de sementes oleaginosas como a oiticica, a mamona, o babaçu e ainda as de cêra de carnaúba, escreve o cearense, nesse campo de atividades, mais uma página de heroísmo com a força elétrica ao preço de Cr\$ 2,60 para a iluminação domiciliar e o de Cr\$ 1,80 para a industria. Aliás o problema da força motriz, abrange metade do país: a região nordestina pela escassez de chuvas, com ausencia de rios perenes; a norte com água em excesso, prejudicada porém pela planicie amazônica, sem declive nos seus rios, que favoreçam quedas aproveitáveis. De tal sorte, se o atual governo da República conseguir levar a bom termo o seu projeto de aproveitamento da Paulo Afonso passará sem dúvida à historia com o agradável qualificativo de benemérito. Não é razoavel que fale do esforço industrial no Ceará, sem uma referência às rendeiras e bordadeiras de Fortaleza. Nos lares pobres como nas casas abastadas trabalham incessantemente os bilros e as agulhas tangidos por mãos habilíssimas e alto senso artístico. Não é porém somente no setor industrial e nos dominios do trabalho feminino, que Fortaleza interessa e prende o viajante. Possui além disso a bela capital cearense fascinantes dons de sedução. Sua vida intelectual é intensa com o Instituto Histórico e Geográfico que honra a cultura brasileira, o Museu do Estado, detendo raras coleções de subido valor científico, a Casa de Juvenal Galeno que é um relicario de espiritualidade onde o amor filial de D. Odete zela pela glória perene do poeta das jangadas. As moderníssimas instalações do Ideal Clube que em conforto e elegância não encontram iguais no Brasil, reúnem, nas ocasiões magnas, uma sociedade brilhante e culta. E enquanto a festa, na noite de 25 de Janeiro, com entusiasmo se desenvolvia nos salões, comigo um grupo de turistas se deliciava, ouvindo numa das dependências do Clube, dois poetas repentistas que, ao som da viola, cantavam ao desafio. E' a tradição com os seus encantos que ainda vive nas praias de Iracema.

\* \* \*

São Luís, que foi a etapa seguinte do Pedro I, é uma cidade colonial como colonial é a vida do Estado do Maranhão. Sua lavou-

ra algodoeira que no último século foi boa, desapareceu com o braço escravo. Vive assim o Maranhão das glórias literárias do passado que não são poucas e de um esforço de ressurgimento agrícola que infelizmente não passa de tentativa. Algumas pequenas fábricas de tecidos, localizadas na capital e em Caxias, debatem-se nas mesmas dificuldades comuns a todo o Norte: a falta de energia elétrica.

\* \*  
\* \*

Belem é uma cidade predestinada. Desfrutou as graças do Marquês de Pombal que acariciou o sonho de erigir nela a Capital do grande imperio colonial português e a clarividente ação do intendente Antonio Lemos, no advento republicano. Daí a grandeza arquitetônica de sua catedral e dos seus edificios públicos, o palacio do governo, da Prefeitura, o do Teatro, a beleza de suas avenidas, largas e arborizadas de imponentes mangueiras; a boa aparência de suas construções particulares; o conforto de seus hotéis; a importância de suas entidades educacionais; o valor científico do famoso Museu Goeldi e do seu Instituto Histórico e Geográfico:

No mesmo dia de nossa chegada a Belém, houve convite aos excursionistas interessados, para assistirem a uma reunião da Associação Comercial. Lá estive, com minha mulher, notando entre outras a presença do professor Antonio Tenorio de Brito e senhora, do ilustre jornalista Dr. Abner Mourão e do Dr. Edgar Nascimento. As impressões que nessa ocasião obtivemos sobre a situação econômica do Estado, que se traduz no drama da produção em todo o vale amazônico, o alto custo da vida aí dominante e a consequente subnutrição das classes pobres, foram depois confirmadas e ampliadas pelo publicista Laudelino Fernandes com o qual longamente conversei. Em deficit permanente na produção de gêneros de alimentação popular, desencantado com o fracasso da borracha, volta-se hoje o Vale do Amazonas para a juta, única tábua de salvação entrevista em meio ao vendaval que o assoberba. E a juta, realmente, acena dadas promessas. Colhi em fonte segura sobre esse palpitante assunto os dados seguintes: O Brasil necessita de quarenta e cinco mil toneladas de juta anualmente, no valor aproximado de quatrocentos milhões de cruzeiros. Atualmente importa cerca de vinte e cinco mil toneladas, perfazendo o restante (vinte mil) com fibras nacionais, como sucedâneo. Mas como, no conceito de um industrial com quem falei, o único sucedâneo da juta é a propria juta, as possibilidades do Amazonas, nesse setor, são grandes porque promissora já é a sua produção.

Transplantada ha pouco a preciosa planta para o nosso país e passado o período de incertezas da sua aclimação, a safra do corrente ano está avaliada em dez mil toneladas. Isto sem nenhum

amparo financeiro do poder público. Daí o acolhimento cordial com que era o Pedro I recebido onde quer que tocasse. Para os habitantes daquelas longinquas regiões, paulista era toda a caravana sendo de São Paulo, de industriais paulistas o auxilio que lhes chega como estímulo ao esforço que ora desenvolvem. De fato. Nos pontos mais visíveis de cada porto amazonense destacam-se, de longe, em grandes letreiros: Cia. Brasileira de Fibras, operando no ramo indicado e outras legendas de firmas paulistas, comerciando em madeiras, castanhas do Pará, sementes oleaginosas. Questão de reconhecimento. Com hora marcada e em companhia de alguns companheiros de viagem, abriu o diretor do Museu Goeldi o cofre onde se encerram três miraquitans. Um, em forma de rã, com cêrca de 5 centímetros de tamanho; outro, uma peça cilíndrica e o terceiro uma figura humana ajoelhada, da mesma dimensão, perfuradas todas de uma a outra extremidade. Barbosa Rodrigues dá como fabricantes desses amuletos, trabalhados em determinada pedra esverdeada, cuja origem misteriosa preocupa os estudiosos que ainda não a identificaram na Amazonia, a tribo Uaupés. Representando essas raridades etnográficas alto valor em dinheiro, as imitações estão sempre desafiando a argucia dos entendidos no assunto. Cada qual dos presentes apertou com força em suas mãos os talismãs, mentalmente formulando pedidos de graças . . .

Entre o abundante material do Museu Goeldi, o que maior curiosidade despertou entre os visitantes porventura leigos, todos, em coisas dessa natureza, foi o arsenal de objetos africanos, ainda não classificados, ocupando vasta sala, presente de paciente colecionador. Calculado em um milhar os petrechos de guerra de toda especie que aí se encontram, os instrumentos de trabalho, utensilios caseiros, artigos de culto, vestimentas de reis, reminiscencias tribais, lembranças da escravidão.

O palacio do governo e o da prefeitura de Belem assinalam-se pelo valor de numerosas telas neles existentes, destacando-se, no primeiro, Conquista da Amazonia, no segundo Morte de Carlos Gomes, quadros de 4x5 de excepcional efeito, de De Angelis.

Honra a cultura do Grão Pará, ao lado de uma imprensa moderna, vibrante e destemerosa, o Instituto Histórico e Geográfico do Estado. O Major Adolfo Dourado, cavalheiro culto e modesto, seu dedicado Secretario é, na verdade, a alma do sodalicio.

\* \* \*

- “Balisa natural ao Norte avulta  
O das aguas gigante caudaloso  
Que pela terra alarga-se vastíssimo;  
Do Oceano rival, o rei dos rios  
Si é que o nome de rei o não abate;  
Pois mais que o rei supera em pompa e brilho”.

Com uma temperatura agradabilíssima, vinte e cinco graus à sombra e a clássica chuva que diariamente cai sobre Belém nesta época do ano, orientou-se o Pedro I rumo ao Norte, Manaus como objetivo. No mercado de Ver o Peso fizeram-se as habituais provisões de frutas — as deliciosas frutas do Norte com que já nos acostumáramos desde Vitoria. Não havendo muita confiança na mesa do Loide, cada passageiro se prevenia de abacaxis, cajus, mangas, mamãos, bananas e outras variedades regionais para o indispensável refrigério do organismo. Quasi dois mil quilômetros iamos vencer, sendo poucas as cidades ribeirinhas onde aportar. Movimentando-se o navio, transpôs a baía de Guajará, barafustando-se no dêdalo constituído pelos numerosos braços com que se lança o Amazonas no Atlântico, alcançando, na manhã de 3 de Fevereiro, os estreitos de Breves cuja passagem encheu de curiosidade os excursionistas ávidos de emoções. Desde esse ponto vai-se adelgaçando o “mar doce”, tomando forma, adquirindo contorno. Assim, ao amanhecer do dia 4, em Santarém, que alcançamos à noite, com tempo ainda de se tomar parte no baile com que a população aguardava os “paulistas”, via-se distintamente a posição do grande rio, na luta de absorção do Tapajoz, com suas águas de tonalidade verde. É Santarém a cidade mais importante das margens do Amazonas. Bom comercio, região pastoril em pleno progresso no aperfeiçoamento de tipos raciais convenientes e centro adiantado de cultura de juta. Abriga a matriz de Santarém crucifixo de tamanho natural, oferta do sabio alemão von Martius que ha cêrca de cem anos naufragou frente à vila, em meio a terrível tempestade. Salvo milagrosamente, enviou da Europa, cumprindo voto, o rico bronze onde se lê expressiva profissão de fé católica.

Óbidos, Parintins e Iaquatiara são as cidades em que o Pedro I ancora em seguida. Traços comuns apresentam entre si essas simpáticas localidades cujas populações, com autoridades civis e religiosas à frente, testemunham quanto podem o seu apreço aos viajantes.

O rio Amazonas, com seus oito quilômetros de largura em média, é belo pela grandiosidade que representa em si. Mas é monótono. Nenhuma praia que lhe amenise a fisionomia austera, nenhum banco de areia que lhe clareie as aguas sempre barrentas. Nota-se-lhe a angustia com que procura fixar-se em leito próprio, definitivo. O fenômeno da terra caída que do navio a gente assiste a cada instante é o resultado desta aspiração insatisfeita. Modificando um pouco a monotonia da paisagem sempre igual, apenas, ao longe, destacando-se ao fundo da planície as serras Montes Alegres; o casario de alguma localidade, ocupando raras elevações de terreno, uma ou outra sede de fazenda ou serraria e ranchos lacustres de caboclo com as “montarias” presas aos esteios da casa. Mais tarde porém, quando o Brasil tiver maior densidade de população, a região



periodicamente inundada do Amazonas, correspondente aliás a 60% do vale, será aproveitada em culturas agrícolas especializadas como já hoje acontece, em pequeníssima escala, com a plantação de juta.

Manaus, que atingimos na manhã de 7 de Fevereiro, é uma cidade harmoniosa. Apesar de datar a sua fundação do século 17, pode-se dizer que tem 50 anos de vida. O genio político de Eduardo Ribeiro — o pensador — aproveitando-se do surto econômico da borracha, criou-a tal qual existe hoje. Vendo-se-lhe o porto flutuante, subindo e descendo ao sabor das enchentes do Rio Negro, obra notável de engenharia; percorrendo-se-lhe as avenidas amplas, bem traçadas; observando-se-lhe os edificios públicos, os dois palacios do governo, o Rio Negro, de residência, o Rio Branco de despacho do Governador; o Teatro e o Tribunal de Justiça — sobrios, dentro da finalidade para que foram construidos, ressalta, logo, a unidade de ação, o plano de conjunto a que se sujeitou a capital do Estado do Amazonas. Gente culta, distinta, no trato com os excursionistas, quanto nos foi dado ver e sentir nas suas entidades culturais e especializadas, esses altos dons espirituais se evidenciavam.

Assim no Instituto Histórico e Geográfico onde magníficas coleções etnográficas atestam a superioridade artística dos povos aruaques sobre os demais habitantes do Brasil precabralino e onde um grupo de abnegados estudiosos não cessa de pesquisar; assim na secção de numismática, com uma das maiores coleções do mundo, dirigida por dedicados conhecedores do assunto; assim a Associação Comercial, com sabia e dinâmica orientação, onde interessante mostruario indica o que ora se faz e as possibilidades amazonenses para futuro não remoto no campo agro-pecuario e industrial; assim ao contato com a imprensa, nas esferas governamentais, no seio das classes populares. Agradabilísimos pois os dias passados em Manaus quando até o clima se manteve discreto, mesmo suave.

O regresso da excursão teve inicio em Manaus, às 14 horas de 9 de fevereiro. Enquanto o navio se abastecia em Belém, voltamos a gozar da hospitalidade paraense, com refeições gostosas no Restaurante Madame Garês e fidalga recepção que a consulesa e o consul norte-americano ofereceram aos excursionistas. São as dependências do palacete desse distinto casal ornamentadas com motivos brasileiros, vistas fotográficas e objetos oriundos de todos os Estados e regiões do país.

Em Fortaleza, pequena foi a demora, o suficiente porém para um abraço no Dr. Teorgas, no Cel. Cintra Colares, no Carlos Magalhães. Em Recife, um pouco maior, organizou-se uma caravana e, com dois automoveis, fomos até Pesqueira, dando a conhecer a alguns companheiros de viagem coisas da zona sêca, da caatinga. Guiavam os excursionistas: Senhoritas Maria Laura Zagalo Leão Cavalcanti e Maria Lucia Vaz de Almeida, universitarios Luís Rafael

Tenorio de Brito e Nelson Ometo, professor Antonio Tenorio de Brito e senhora e Luís Tenorio de Brito e senhora, o nosso querido companheiro de infância, Edmundo Magalhães, cirurgião-dentista em Gameleira, Pernambuco, pródigo em gentilezas ao grupo, no Recife.

Na Bahia reforçamos as gratas impressões de Salvador. Desembaraçando-se logo o Pedro I, rumou para o Rio onde amanheceu a 25. Chegou a Santos na tarde de 26, fim do CRUZEIRO.

## No Quarto Centenário da chegada à Bahia do fundador de São Paulo

TITO LIVIO FERREIRA

De Paulo de Tarso a Manuel da Nóbrega medeiam cêrca de mil e quinhentos anos. Entre ambos há tempo e espaço, a época e a idade em que ambos viveram, trabalharam e penaram. O Apóstolo das Gentes andou pelo começo da Antiguidade, num período relativamente facil de ser reconstituído, na côm e na atmosfera locais, graças ao "Livro dos Atos". Nele se encontra a primeira parte dos trabalhos de São Paulo. E nas "Epístolas" vibra, com energia máscula, o seu espírito combativo.

Já o Apóstolo do Brasil, Manuel da Nóbrega, surgiu para a vida quando a Renascença florescia sôbre as ruínas da Idade Média, nos albores dos tempos modernos. Reviver-lhe a época e o ambiente social, significa restaurar o esplendor do século dezesseis. E nele vamos encontrar precioso documentário para reconstituir êsse período.

Paulo de Tarso movimenta-se no século de Augusto, o período mais brilhante da Latinidade. Em cada página do referido "Livro" podemos acompanhar-lhe as marchas através das províncias da Ásia e da Grecia. Ressurgem, nesses períodos, a cada passo, com precisão e clareza, as instituições jurídicas e sociais do Imperio Romano. E tem sido confirmada, pelas investigações históricas mais recentes, a verdade contida nesses documentos milênares.

Mas, embora separados por dezesseis séculos, o primeiro situado no madrugada da Era Cristã e o segundo no alvorecer da Renascença, ambos estão unidos por cima dos séculos, pelo milagre do Espírito, mais imponderável que o milagre do Tempo. E se o conflito de Paulo com o espírito ocidental ilumina a maravilha da manhã do Cristianismo, o conflito de Nóbrega com o espírito amerindio esclarece a alvorada heróica da Fé, nas terras pagãs de Santa Cruz.

Para restabelecer o antigo aspecto das regiões evangelizadas por São Paulo, basta evocar-lhes a atmosfera social e religiosa. Os geógrafos gregos Pausânias e Estrabão mostram, em suas descrições, a fertilidade artificial dêsses lugares estêreis, banhados apenas

pela água conduzida através dos aquedutos, enquanto funcionaram. E, além disso, as ruínas subsistentes ainda mal entremostam o que foram outrora essas cidades vivas, enriquecidas por três civilizações sucessivas: da Asia, da Grecia e de Roma.

Mas as tentativas de reconstituição social desses periodos têm sido feitas através da abundancia de documentos arqueológicos já descobertos e estudados. A propria luz dos textos antigos situa, em cada vila ou cidade, monúmentos, ruas, jardins, ladeiras e largos por onde enxameavam os grupos sociais em choques ou atritos cotidianos. E os vestígios permanentes da pequena comunidade cristã do primeiro século, ocorrem nas controvérsias das almas religiosas, quando a Igreja primitiva começa a alçar o vôo através do mundo e parece convidar-nos a reviver, como uma aventura espiritual, os primeiros tempos do Cristianismo.

Com esses apóstolos da primeira hora, homens simples, de mãos laboriosas, caminhar pesado, cobertos de túnicas grosseiras e pobres, começa a jornada áspera da Igreja através dos séculos e dos sacrifícios. O Espírito anima, transfigura e norteia essas almas singelas banhadas pela água da serenidade. E a chama da Fé arde nos corações e nas inteligências voltadas para as coisas humanas e divinas.

Não tarda a romper o conflito entre os seccionistas e a sociedade judaica. Já se entrevê, nos processos desse movimento, a aurora de seu duplo destino, pelo tempo adiante. O instante exato verifica-se quando Estevão é lapidado. Entre a multidão dos apedrejadores destaca-se um jovem, estudante da Lei. Ele assiste e incita o povo ao ato irremediavel. Baixo, atarracado, de pernas em arco, olhos secos e acendidos, ei-lo, silencioso, agora a contemplar a morte horrivel do primeiro martir da Crisandade. Não transparece, nos músculos da face austera desse moço, a cólera recalcada, devoradora de sua alma ardente, sacudida pelas paixões do espírito. Chama-se ele: Paulo de Tarso.

Pouco depois, enviado a Damasco, sob o calor das ameaças desencadeadas pela ofensiva judaica e sob o ardor do sol, sente-se atingido repentinamente pela cegueira. Opera-se, por trás de seus olhos velados, surpreendente e extraordinaria transformação moral, ao perder a identidade propria. A seguir perderá também o proprio nome. E o drama de sua existencia se modifica.

Partira de Jerusalem como intolerante propagandista das exigências judaicas. Subitamente esquece-as. Volta-se contra si mesmo. E volta as costas ao judaismo, para abraçar definitivamente o Cristianismo.

Em Chipre, onde prega a boa nova, opera-se o acabamento supremo de sua nova personalidade. Ha, entre os neófitos, um magistrado romano chamado Paulus Saulo, adota-lhe o nome, com a troca da inicial. A nova fé religiosa reclama novo estatuto. E assim ele fará, de um nome pagão, o nome de um santo.

Vai ser então o Apóstolo do Gêntio, expulso pelos israelitas das sinagogas e das cidades. Ressoa-lhe na alma uma voz misteriosa. Leva a palavra aos filhos do Ocidente, porque os do Oriente já não te ouvem, não te escutam, nem te entendem. Abandona os Judeus e dirige-se para os Pagãos. Deixa a Ásia e encaminha-se para a Europa. Entre ambas a Grécia é um milagre de equilíbrio. Paulo entra na ágora. Ouve epicuristas, cínicos, hedonistas, estoicos, neoplatônicos. Pesa sobre a mocidade grega a eterna serenidade. Ressoa nas moradas misteriosas de seu ser, a palavra do filósofo estoico. Mas quando as últimas palavras do grego se perdem no ar, uma grande sombra desce sobre a alma de Paulo. E ele murmura entre os lábios: "O homem erra no meio das sombras. Agita-se. E agita-se em vão."

Encontra ali nessas filosofias, a sabedoria grega. Mas não se conforma com ela, não obstante procurar compreender-lhe a mensagem. Acha-a curiosa, mas não lhe vê novidade.

Paulo de Tarso continua a jornada. Em Corinto será preso. Curvado ao peso das cadeias, chegará a Roma. Esse prisioneiro acabou o travejamento da Igreja fundada sobre seu companheiro Pedro. O martírio de Paulo é o fermento novo e levedar dos espíritos. E ele triunfou pelo Espírito.

Ora o Espírito fecundou, entre os Bárbaros, a verdadeira Renascença, cujas raízes mergulham na Idade Média, onde floriram catedrais e frutificaram as idéias nos conflitos da inteligência e do pensamento. Modificam-se então as formas sociais da humanidade. A Idade Média substitui a Idade Antiga mediterrânea, mas as formas espirituais novas recuperam e reajustam os elementos antigos recebidos como herança de gerações passadas.

Paulo de Tarso situa-se como marco miliário inicial da Cristandade primitiva. Entre duas eras, a antiga e a medieval, perfila-se Santo Agostinho. E Santo Tomás de Aquino constitui a suma de todo o espírito da Idade Média. Cessa de existir no século V o Império Romano, após demorada agonia. Roma é uma ruína ao abandono. As cidades vão-se despovoando. Enquanto o Império Bizantino subsiste, a confusão invade todo o Ocidente. Desmantelam-se os quadros da antiga ordem. Seus restos flutuam na maré montante das ondas bárbaras. E nesse meio amorfo o novo fermento do Cristianismo vai construir uma forma social inédita.

Outrora a península do Peloponeso, como ponta de lança mergulhada nas carnes da Ásia Menor, servira de ponte a Paulo de Tarso, entre o Oriente e o Ocidente. E através dela se dera a passagem do Apóstolo do Gêntio para a Capital do Império Romano.

Também no declinar da Idade Média a península Ibérica, situada na extremidade ocidental da Europa, vai servir de cabeça de ponte, para o salto surpreendente sobre o Atlântico. E nessa ponta avançada Portugal era a frente a entestar o mar-oceano.

“Nessa pequena Casa Lusitana”, segundo Camões, a gente pobre vivia numa terra pobre, antes das descobertas. Lisboa oferecia o aspecto honesto e medieval, das ruas tortuosas, estreitas e abafadas. Na medida que a Monarquia centralizava gradativamente o poder até se tornar absoluto, a nação lentamente se ia estruturando. Logo abaixo do rei e no mesmo plano estavam a nobreza civil e militar e a nobreza eclesiástica. Esta pouco à frente daquela, quase cobrindo-a. No segundo plano a classe média, burguesia em formação, em cujos grupos sociais se confundiam mercadores, estalajadeiros, pedreiros, ourives, barbeiros, artistas com profissão definida, com propriedade mesmo pequena. Por fim, em último lugar, o povo, anônimo e humilde, simples e sofredor, a remover a terra, a lavar o campo, a sair dele para aumentar os quadros da marinharia dos descobrimentos. E tempos adiante os cerra-filas desse cortejo puxariam a vanguarda negra da escravidão.

Parecia ajustada a Lisboa, a descrição outrora feita pelo poeta da “Divina Comedia” a Florença:

*“Fiorenza, dentro dalla cerchia antica,  
Ond’ella toglie ancora terza e nona,  
Si stava in pace, sobria e pudica.*

*Non avea catanela, non corona,  
Non donne contigiate, non cintura,  
Che fosse a veder più che la persona.”*

O Barão de Vila Barra pretendeu interpretar esses tercetos, nos moldes do classicismo, traduzindo-os:

*“Sobria, casta Florença em paz vivia,  
De antigos muros cinta, e aí se ergue  
Templo, que ainda hoje as horas marca;*

*Não possuía jóias, nem coroas,  
Nem damas jaezadas, e nem faixas,  
Valendo mais que a própria criatura.”*

Xavier Pinheiro deu-lhes este sentido, ao traduzi-los:

*“Florença dentro em sua cêrca antiga,  
Onde ressoa ainda a Terça e a Noa,  
Vivia honesta e sóbria em paz amiga.  
Não tinha áureos colares, nem coroa,  
Chapins, cintos de damas em que havia  
Mais que ver do que em graças de pessoas.”*

Com as descobertas marítimas desafoga-se a economia de Portugal, cujas fronteiras entestavam, a Oriente com a Espanha e ao

Ocidente mergulhavam no oceano para repontar nas terras do Novo Mundo. Daí ter-se tornado, na manhã renascentista, o porta-bandeira da civilização européia. Pequeno e pobre, ei-lo, de um momento para outro, grande e rico. As riquezas vinham-lhe do Oriente, no bojo das caravelas. Pimenta, cravo, marfim, canela, anil, âmbar, incenso, mirra e pedras preciosas desembarcam a rodo no cais de Lisboa, transformado no maior empório de comercio europeu. E na Côrte, sobre o lampear macio das sedas levantinas, tremem as pérolas foscas e faiscam rubis e brilhantes cravejados em ouro.

Dominou então o luxo asiático. A fidalguia estonteou-se. Tons venezianos mordiam o verdadeiro aspecto do carater lusíada. O sr. José Mariz de Moraes assim descreve a época: "Parecia soprar do Adriático um bafo quente de Médicis e Bórgias, tostando a flor viril da raça heróica, salpicada agora de aventuras, desmazelos, pecados e indolencias, excetuando-se — claro está — o gosto pelo assassinio a frio, pelo punhal, pelo veneno, que toda a vida a perversidade repugnou ao coração generoso do Português"<sup>1</sup>

Portugal atingira, com D. Manuel, o mais alto nivel da riqueza. Ia começar, daí a pouco, a decadencia econômica. Declinam a industria e a agricultura. O desgaste humano trouxera o desgaste moral da pessoa, enquanto a inteligencia trabalha e a cultura floresce, nas letras, ciencias e artes. O descaso pela produção da terra e o deprêzo pelo trabalho leva o país a importar cereais para matar a fome do povo. E a peste assola e assusta o pobre reino.

Nascido embora sob o signo do esplendor manuelino, a 18 de outubro de 1517, num desconhecido recanto de Portugal, Manuel da Nóbrega recebeu o nome de seu rei, para mais tarde honrá-lo e enobrecê-lo com a fidalguia do talento e do carater, porque da outra, feita de cortesantias e brasões, ele sempre se esquivara. Não o tentavam as galas da Côrte onde fulgia o espavento de uma civilização brilhante, mas artificial. Sentiu-se mais inclinado para as letras. E consagrado ao sacerdocio a sua vida adquire o mais alto sentido, quando, escolhida a catequese, sagrou-se o primeiro apóstolo da gente brasileira.

Manuel da Nóbrega seguira o curso de duas das mais célebres Universidades da Europa, a de Coimbra e a de Salamanca. Era filho do desembargador Baltazar da Nóbrega e sobrinho de um chanceler-mor do reino. Daí o futuro lhe acenar cheio de promessas. Estimulado por Aspiciuelta Navarro, inscreve-se no concurso para lente da Universidade de Coimbra. Colegas e Mestres conhecem-lhe a inteligencia e louvam-lhe a cultura. Mas o candidato vai trair-se pela fala. Se a prova escrita foi boa e mereceu a aprovação da banca, já a leitura feita pelo concorrente, causou pena a tôda assistencia. Às vezes as palavras empacavam e difficilmente saíam.

<sup>1</sup> José Mariz de Moraes, *Nóbrega*, pg. 20.

Outras vezes avançam, atropelam-se, acavalam-se para estacarem logo adiante, em pausas descompassadas.

Com isso esgotara-se o prazo. Os examinadores consideram-no aprovado. Faltava apenas o voto do reitor, disposto a desclassificar o concorrente, a pretexto de que a gagueira o fizera desperdiçar o tempo. Ferveu a indignação de todos. Embora revoltado, o gago domina-se e volta a ampulheta. Vingam-se da injustiça. Não atende ao sinal de parada. E concluiu quando quis, satisfeito consigo mesmo, porque havia desabafado o coração oprimido pela descaridosa grosseria.

Perdido o primeiro lugar, graças ao voto do reitor, cujo candidato fôra classificado com melhor nota, Manuel da Nóbrega viu o protegido ocupar o cargo, sem para isso ter merecimentos. Quem era êsse protegido? A historia não lhe guardou o nome. Também Pasteur foi preferido em concurso realizado em Paris, embora venesse tôdas as provas. Ninguém sabe o nome do candidato nomeado por proteção política. Mas o nome de Pasteur é universal, como cientista. Ninguém lhe tirou essa gloria. E o mesmo aconteceu a Manuel da Nóbrega.

Tempo adiante Nóbrega ordena-se. É padre. Vagava uma colegiatura no Mosteiro de Santa Cruz. Navarro insiste de novo com o discípulo, para entrar em concurso. Nada pode reear, afirma o mestre, porque o outro concorrente é muito conhecido entre mestres e alunos, pela sua deficiencia de conhecimentos. Os escrúpulos não podem pear-lhe os anseios. Nóbrega hesita, desconversa, recua, mas cede por fim às palavras do amigo. Golpeia-o nova injustiça. A amargura enoitece-lhe a alma. E Deus sabe qual será o seu destino.

Este abre-se para ele. A 24 de novembro de 1544, com vinte e sete anos de idade, Padre Manuel da Nóbrega entra na Companhia de Jesus. Assim como Paulo de Tarso encontrara na estrada de Damasco o rumo de sua existência, também Manuel da Nóbrega, machucado pela injustiça dos homens, encontrara o caminho de sua vida, cujas perspectivas fugiam por entre as paralelas do humano e do divino. E na Companhia de Jesus, como Paulo de Tarso, tudo faria *and majorem Dei Gloriam*, por entre os humildes, os oprimidos e os desprotegidos.

Coimbra, a cidade-luz, negara-lhe o rumor das palmas universitarias. Transformara-o em Cavaleiro da Triste Fala. O mundo ia dar-lhe em sacrificios e bênçãos o que lhe fôra negado pela impiedade humana. De Coimbra à Galiza, de Galiza a Castela, por montes e vales, povoados e ermos, vilas e cidades, ei-lo a pregar, em obediência às ordens recebidas. Andeja por hospitais, cárceres e templos. Visita enfermos, criminosos e pecadores. Ouvem-lhe as palavras de consolo ou censura. É-lhe indiferente a paga. E pelas estradas adiante, como outrora São Paulo, também Nóbrega prega



converte, batiza e espalha a doutrina de Cristo, por entre as dores humanas, como um bálsamo divino.

Enquanto Manuel da Nóbrega estuda em Salamanca e Coimbra, nas terras novas, aquém Atlântico, a administração andava ausente da Colônia. A economia destrutiva explorava o pau-brasil, como fonte de renda da Coroa. E os piratas de outras terras percorriam o norte e o nordeste, onde a defesa se prendia nos limites da boa vontade, e traficavam com os Brasilíndios da costa imensa.

Mas, pouco antes do Padre Manuel da Nóbrega fazer-se membro da Companhia, D. João III resolvera dar uma espiada pelo Brasil, onde tudo andava sem govêrno.

Inicia-se com Martim Afonso de Souza, em 1532, o povoamento das novas terras. Na caravela desse pioneiro vem para o Brasil determinado tipo de associação jurídica, representada pelo município. Essa "entidade tradicional à organização portuguesa e indispensável para a concepção do todo estatal, vinha com os futuros municípios, na mesma embarcação, formando adrede nos regimentos." <sup>2</sup>

Vieram a seguir as capitánias sem resultados práticos. Diante disso o rei colonizador resolve criar o governo geral, com duplo objetivo: uniformizar a administração e facilitar o povoamento da terra. Nomeia, para esse cargo, Tomé de Sousa. No porto de Lisboa ainda balouçam, de velas murchas, a Conceição, a Salvador e a Ajuda, as três já prontas para a travessia do Atlântico. Falta alguém para integrar a comitiva. Partem duas apenas. E a Salvador fica atracada enquanto as outras velejam oceano afora.

Padre Manuel da Nóbrega andava na provincia de Beira evangelizando. Colhe-o a surpresa quando o Padre-Mestre Simão Rodrigues transmite-lhe o convite do rei para chefiar o primeiro grupo de Jesuítas destinado a iniciar no Brasil, os trabalhos da Companhia. Aceita a incumbencia e parte como superior dêsses sacerdotes. Entre êles estão Aspiciuelta Navarro, sobrinho do mestre e amigo de Nóbrega, Leonardo Nunes e Antonio Pires, além de dois irmãos, ordenados mais tarde.

Assim como na caravela de Martim Afonso de Sousa veio o município já organizado, também no bojo da Conceição veio o estatuto da futura nacionalidade, sumariado no Regimento dado a Tomé de Sousa, para servir de primeira Constituição do Brasil. As normas e instruções, consignadas como direito substantivo, especificam as diretrizes do Governo Geral, e foram resumidas em quarenta e oito parágrafos. A primeira Carta Magna do Brasil traz a data de 17 de dezembro de 1548. E ela contém o espírito de unidade territorial e jurídica, a ser implantado na Colônia.

Mas se a Grecia fôra o milagre de equilibrio entre a Asia e a

<sup>2</sup> Edmundo Zenha, *O Município no Brasil*, p. 23.

Europa, quando a sua alta cultura iluminara o Pelóponeso e o Mediterrâneo, Portugal realiza, no século dezesseis, esse mesmo milagre entre a Europa e o Brasil, porque na terra lusiada a civilização atingira a maioridade. Irradia por todo o mundo. Assume então o caráter universalista. E daí Portugal, nesse momento da *Historia da Civilização*, colocar-se no posto de vanguardeiro da Europa e da cultura do velho continente, dilatando-a.

Tomé de Sousa “partiu . . . do porto de Lisboa a primeiro de fevereiro deste ano de mil e quinhentos e quarenta e nove . . . e chegou aos vinte e nove de março à Bahia de Todos os Santos.”<sup>3</sup> Demorara oito semanas na travessia do oceano. Confirma-o Padre Manuel da Nóbrega em carta a Simão Rodrigues: “Chegamos a esta Bahia a 29 dias do mês de março de 1549. Andamos na viagem oito semanas.”<sup>4</sup>

Havia decorrido meio século da tomada de posse da terra, por Pedro Álvares Cabral. Nela tudo estava por fazer. Núcleos se formavam ao longo da costa, desde São Vicente, a *celula-mater*, até Salvador, berço da unidade brasileira. E entre êsses dois marcos da civilização portuguesa, a terra continuava cochilando.

Mas três homens predestinados se conjugam para implantar a civilização européia no território brasileiro, diz o sr. José Mariz de Morais: “D. João III, Tomé de Sousa e Nóbrega são os primeiros fundadores do Brasil; um deu a lei, o outro o braço e o outro a fé, à pátria menina e menina dos seus olhos.”<sup>5</sup>

Chegados à terra firme, Tomé de Sousa fundou, para logo, a Cidade do Salvador da Bahia, com o auxílio de Manuel da Nóbrega. Aquele servia de ajudante de pedreiro. Este e seus companheiros traziam água e lenha para as obras de taipa e palha. E a própria Igreja de Nossa Senhora da Ajuda obedeceu à arquitetura da terra.

Nas terras novas Padre Manuel da Nóbrega é o comandante da hoste catequista. Em Portugal fôra soldado raso. Lá obedecia, aqui mandava. Daí soltar, de início, o brado de alerta aos companheiros: “Esta terra é nossa empresa.”<sup>6</sup> E por essa empresa daria a vida.

Tempos antes pregara pela península afora, com fervor, convicção e entusiasmo. Movera-o a irrestrita obediência. Ouviam-no porque falava a mesma língua, ou parecida. Não desfiava uma filosofia, desdobrava o evangelho. Dirigia-se a cristãos de fé meio arrefecida. Assim agia conforme São Paulo, o seu mestre, o seu guia, o seu modelo. Nisso estava de acôrdo com êle. Porque, “se-

<sup>3</sup> Francisco de Andrade, *Crônica de D. João III*, parte IV, cap. 32.

<sup>4</sup> Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 71, ed. Academia Brasileira

<sup>5</sup> José Mariz de Morais, *Nóbrega*, pg. 42.

<sup>6</sup> Nóbrega, CCXVI, 82.

gundo o Apóstolo, o Cristianismo não é de forma alguma uma filosofia, mas uma religião. Ele não sabe nada, não prega nada, salvo Jesus Crucificado e a redenção do homem pecador, pela graça.”<sup>7</sup>

Havia ainda outro ponto de encontro com o Mestre. Na Europa ele pregava a civilizados. No Brasil iria falar a indivíduos de culturas diferentes e de linguas diferentes. Ora, para entrar em contacto com os Brasilíndios, Nóbrega revelou-se, desde logo, habilíssimo psicólogo. Procurou descer até êles, para penetrar-lhes o pensamento pré-lógico; levá-los ao lógico e por fim elevar-lhes as almas até Deus. E para isso teria aceitado alguns costumes, alguns ritos dos moradores da terra, para tolerar-lhes outros, não inconciliáveis com a moral católica.

Assim resolveu aceitar a linguagem dos Brasilíndios, para nela fazer as pregações e os cânticos religiosos. Utilizou ainda os instrumentos musicais dos indígenas, com o mesmo objetivo. Não se conformou, porém, com a nudez inocente dessas criaturas ingênuas. Tratou de vestir os nus, por não lhe parecer nada honesto mulheres nuas assistirem à missa e se confessarem em simples traje de Eva. E por isso quando já os indígenas se achavam meio-aculturados, ofereciam este espetáculo: “Os índios da terra, de ordinário andam nus e quando vestem alguma roupa de algodão ou de pano baixo e nisto usam de primores a seu modo, porque um dia saem de gorro, carapuça ou chapéu na cabeça e o mais nu; noutra dia, com seus sapatos ou botas e o mais nu; noutras vezes trazem uma roupa curta até a cintura, sem mais outra cousa. Quando casam vão às bodas vestidos e à tarde se vão passear somente com o gorro na cabeça sem outra roupa e lhes parece que vão assim muito galantes”.<sup>8</sup> E sobre o assunto as idéias dos atuais Brasilíndios das regiões do Araguaia, do Xingu, do Maranhão, do Amazonas ou do Mato Grosso não evoluíram muito, pois consideram-se vestidos com uma simples e curta camisa . . .

Mas já nesse ano de 1549 o Padre Manuel da Nóbrega revela seus altos dons de estadista. Manifesta-se, desde logo, o seu claro gênio político. Dobra-se ele sobre a terra e sobre a gente, para observar uma e outra. Ambas se refletem no seu olhar agudo e penetrante. E verifica então como é difícil a arte de governar homens. Assim para pôr um paradeiro à mancebia existente entre Portugueses e Brasilíndias e aos desregramentos da carne, Nóbrega resolve mandar vir mulheres do reino para se casarem com os colonos. Daí ter escrito para lá: “Todos se escusam que não têm mulheres com quem casem, e conheço eu que casariam se achassem com quem, em tanto

<sup>7</sup> Etienne Gilson, *L'Esprit de la Philosophie Médiévale*, vol. II, p. 21.

<sup>8</sup> Anchieta, XIII, 426.

que uma mulher ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam sobre ela a quem a haveria por mulher.”<sup>9</sup>

Assim empenhava-se ele em legalizar o povoamento da Colonia, ao lançar os fundamentos da família Cristã na Terra de Sta. Cruz, Outra providencia logo lhe ocorre. E nesse mesmo ano de 1549, depois de fundado o Colegio da Bahia, que já no fim do século bem merecia o nome de Universidade do Salvador, Nóbrega manda o Padre Leonardo Nunes fundar o Colégio de S. Vicente, dõnde se mudaria, mais tarde, para o planalto.

Já no ano seguinte, 1550, Padre Manuel da Nóbrega poderia contemplar, ao longe cerca de duzentas léguas de costa, os pontos conquistados pelos seus colaboradores: Salvador, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente.

Decorridos cinco anos de sacrificios, de lutas e de injustiças, o Jesuita Número Um do Brasil acompanha Tomé na sua viagem ao Sul, para verificar de perto a obra de seus comandados. E ali, como em tôda a parte onde missionavam os Jesuitas, a miséria e a pobreza montavam guarda à porta dos Colegios, como sentinelas alertas.

Em fins de agosto de 1553 ei-lo em Santo André da Borda do Campo, a primeira cidade fundada no planalto, por João Ramalho, o Patriarca dos Bandeirantes. Desde abril desse ano estava em funcionamento a sua Câmara Municipal. Mas, entre João Ramalho e Leonardo Nunes tinha havido serio desentendimento. E por isso êste declarou aquele excomungado.

Padre Manuel da Nóbrega dirige-se a João Ramalho. Eram homens feitos para se entenderem. Desfaz-se o antigo mal-entendido. Tornam-se amigos. E daí Manuel da Nóbrega ter percorrido o planalto em companhia do primeiro Paulista, o filho de João Ramalho, para escolher o local onde fundaria o Colegio do Planalto.<sup>10</sup>

Nóbrega entrepara no alto da colina levantada entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, cujas aguas se confundem além, para desaguardem no Tietê, o Anhembi dos antigos. Estava ali a soleira do sertão. Longe a linha sinuosa da serra ondulante fechava o aro luminoso do horizonte remoto. Ali devia levantar-se o Colegio do Planalto. E a 25 de janeiro de 1554, dia do Apóstolo São Paulo, cuja palavra, cuja ação, cujo entusiasmo serviram de paradigma e programa à vida de Manuel, Apóstolo do Brasil, no lugar escolhido pelo seu fundador e por sua incumbencia, Padre Manuel de Paiva celebra a primeira missa no Patio do Colegio.

Assistem à missa os Guaianases, os Jesuitas e os Irmãos. Entre estes estava José de Anchieta, discípulo do fundador de S. Paulo. E “nesse palco, diz José Maria de Moraes; estrearia Anchieta, futuro

<sup>9</sup> Nóbrega, CCXVI, pg. 79,80.

<sup>10</sup> Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil*, pgs. 81, 97.

Apóstolo do Brasil, e, por obra e graça dos nossos historiadores, senhor de um título que pertence por direito ao seu mestre.”<sup>11</sup>

Mas isso mesmo foi evidenciado pelo ilustre Capistrano de Abreu, com sua alta e robusta visão em assuntos históricos, ao dizer, por muitas vezes, a seu dileto discípulo, o Dr. Afonso de Taunay, as seguintes palavras: — Quanto mais estudo Anchieta mais admiro Nóbrega. E daí Antonio de Alcântara Machado assinalar êsse juízo do nosso grande historiógrafo, afirmando: “Nenhuma verdade e nenhuma justiça jamais se expressaram com tamanho vigor. Porque Anchieta sem Nóbrega perde diante da História quase todo o interesse que provoca. Isolá-lo é diminuí-lo”, conclui Antônio de Alcântara Machado.<sup>12</sup>

No entanto foram difíceis os começos do novo Colegio. Assim o Padre Serafim Leite os descreve: “O principio fôra diferente e humilde como todas as coisas grandes. Mas, tal como foi, é hoje o orgulho de São Paulo, porque é a sua propria origem, sem dúvida a mais bela do mundo. Nem sabemos se ha outra cidade com origem semelhante. Poderia ter sido intento de escravização ou violencia; poderia ter sido o da cobiça, ou cálculo mercantil; poderia ter sido qualquer ato de expressão ignorada, como foi o de tantas outras. São Paulo foi uma *escola*, ato deliberado de expansão moral e intelectual, com o fim prático de formar homens que pudessem substituir os da Europa no Brasil que amanhecia”.

O seu fundador, continua Serafim Leite, homem de cultura e homem de administração, estudara em duas das mais célebres Universidades da Europa, Coimbra e Salamanca; e era também o admirável político e administrador que, com Tomé de Sousa e Mem de Sá, lançara as bases unificadoras do Brasil. Essa dupla qualidade, que Nóbrega reunia em si, a desdobrou em dois, quando mandou inaugurar a “Casa de São Paulo”.

A administração superior confiou-a ao Padre Manuel de Paiva, e o ensino a um jovem canarino, aluno de Coimbra, o Irmão José de Anchieta, primeiro mestre dessa escola.<sup>13</sup>

Decorridos seis anos, em 1560 opera-se a mudança da sede do municipio de Santo André da Borda do Campo e de sua população, para junto do Colegio dos Jesuitas. Nesse ano começa a funcionar a Câmara Paulistana. E a vida administrativa, econômica e social de Sto. André foi absorvida por São Paulo de Piratininga, prolongamento da vila fundada pelo Patriarca dos Bandeirantes.

Para isso entraram em acordo Padre Manuel da Nóbrega, João Ramalho e Mem de Sá. Salvou-se, por essa forma, a colonização

<sup>11</sup> J. Mariz de Moraes, *Nóbrega*, p. 126.

<sup>12</sup> Antonio Alcântara Machado, *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, vol. 159, p. 10.

<sup>13</sup> Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VI, Lv. IV, p. 399.

portuguesa no Planalto, e, conseqüentemente, a obra civilizadora dos Jesuítas. E evitou-se o desmembramento do Brasil, planejado pelos franceses situados na baía de Guanabara.

Além disso Manuel da Nóbrega supervisiona todos os trabalhos da colônia. Por isso mesmo, em carta de São Vicente, 12 de junho de 1561, dirigida ao Padre Diogo Laínez, ei-lo que diz: "Nesta Capitania de São Vicente adquiriu o Padre Leonardo Nunes, naquele tempo, mais moços dos Índios, por meu mandado, que em nenhuma parte. Este pus em casa de seus pais, em Piratininga, onde por sua contemplação fiz aquela casa.<sup>14</sup> Essa casa, assinala o Padre Serafim Leite, é o Colegio de São Paulo. Assim Nóbrega refere-se ao colegio por ele fundado e erguido sobre sólidos alicerces, construídos pela fé e pela cultura cristãs.

A 9 de julho de 1562 os Carijós atacam S. Paulo. Defendem a vila nascente, João Ramalho, nomeado capitão pelos municípios, os Portugueses e os Guaianases chefiados por Tibiriçá. Após três dias de luta os assaltantes recuam vencidos. Nóbrega dera o primeiro passo de seu plano, ao transferir Santo André para S. Paulo. Medita então no segundo. Por fim, quando bem amadurecido, resolve pô-lo em prática. Robert Southey conqüidera esse ato de Manuel da Nóbrega, o mais perigoso de todos os tempos. Ei-lo que, em companhia de José de Anchieta, o melhor lingua da terra, parte ao encontro da morte. Esse tratado de paz feito pela primeira vez nas terras americanas, recebeu o sugestivo nome de Armistício de Iperoig.

Padre Manuel da Nóbrega realizara enfim a sua empresa. Desfizera a Confederação dos Tamoios. As pazes foram solenemente feitas na Igreja de Itanhaen e no Colegio de São Paulo, onde compareceram cerca de trezentos Tamoios. Em ambas esteve presente o grande Jesuíta. Apenas os contrários da Guanabara e do Cabo Frio não aceitaram a paz oferecida. Preferiram ficar à ilharga dos franceses. E para estes e aqueles Nóbrega volta agora todos os seus pensamentos.

Resolve então dar o terceiro passo. Por isso convence Mem de Sá da necessidade premente de expulsar os franceses da ilha de Villegagnon. Estacio de Sá dirige o assalto. Vence-os para morrer um mês depois da vitória, a 20 de fevereiro de 1567, em consequência dos ferimentos recebidos em combate. Contava ele cerca de vinte anos de idade. Estava fechado o ciclo heróico da conquista. Foi o último triunfo alcançado pelo fundador de São Paulo, em favor do Brasil. No morro do Castelo o Apóstolo do Gentio Brasileiro funda o Colégio do Rio de Janeiro, onde permanece no cargo de primeiro reitor. E ali a morte o vai colher dentro de algum tempo.

Chegara ao Brasil com trinta e dois anos de idade. Tudo estava

<sup>14</sup> Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 105, C.E.N. Brasileira.

por fazer. Levou mais de vinte anos na empresa de estruturar a obra da catequese e da unidade brasileira. Envelhecera nesse trabalho pela terra e pela gente do Brasil. Daí a glória de sua criação consistir em ter partido do nada.

Essa vida estava gasta. Poucos dias lhe restavam. "O estadista que redigiu tantas cartas históricas, hoje bases maçicas para o estudo da nossa formação nacional; o político que soube mostrar-se inflexível diante do bem comum, animador enérgico de guerras e embaixador de pazes; este homem a 21 de maio de 1570 já não é capaz de escrever pelas próprias mãos." <sup>15</sup> E a 18 de outubro de 1570, dia em que completava cinquenta e três anos de idade, o Cavaleiro da Triste Fala, transformado em Apóstolo do Gentio Brasileiro, deixou a vida terrena.

D. João III planejara o povoamento do Brasil. Tomé de Sousa assentara os alicerces definitivos dessa obra grandiosa. Padre Manuel da Nóbrega coroara, cerca de vinte anos mais tarde, o edifício da unidade brasileira, e "com o suor de suas mãos argamassou os alicerces da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro." <sup>16</sup>

Pastor de almas e Provincial da Companhia de Jesus, Padre Manuel da Nóbrega revela pelo tempo adiante, a genialidade luminosa de seu talento político aliado a irradiante fervor religioso. Português convicto de sua alta e nobre missão de catequizar e civilizar os indígenas, ninguém foi tão brasileiro como ele nesses rudes e remotos dias do amanhecer espiritual de nossa terra, porque ninguém como ele se dedicou, em todos os setores de sua esclarecida atividade, a levar a fé, a paz e as letras onde a impiedade vivesse, onde o analfabetismo cegasse, onde a guerra rugisse.

No fim de sua vida cheia de labor imenso, havia ele percorrido as vias do conhecimento humano. Provara, com o sal da terra, o sabor amargo do sacrifício. E por fim, relegado ao esquecimento, não obstante a sua existencia projetar-se no panorama laborioso de sua atividade rica de ação e de humanidade.

Mas o Espírito que animava a inteligência de Manuel da Nóbrega e incidia no potencial de sua vontade, não cessa de irradiar no Mundo. Por onde ele passa, vivifica tudo o que merece viver entre os homens. Essa faisca vem do fundo remoto dos séculos. De São Paulo a Santo Agostinho, de Santo Agostinho a Santo Tomás de Aquino e de Santo Tomás de Aquino a Manuel da Nóbrega. Com o rodar dos tempos ela transforma-se em chama alta, viva e luminosa, cujo clarão ilumina a humanidade, para não se apagar senão com ela. E coube ao Padre Manuel da Nóbrega, o Apóstolo da Gente Brasileira, a gloria sem par de ha quatro séculos acender esse pequenino e vacilante lume na Terra de Santa Cruz.

<sup>15</sup> J. M. Morais, *Nóbrega*, pg. 210.

<sup>16</sup> *Idem, idem*, pg. 116.

## Saudação aos Historiadores Portugueses

J. P. LEITE CORDEIRO

Senhores Embaixadores da cultura histórica de Portugal.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sente-se, neste solene momento, sumamente honrado e jubiloso com a vossa presença. A saudação que vos dirigimos brota do fundo de nossa alma que, em sendo brasileira, nunca deixou de ser português.

Vindes do glorioso e heróico país que integrou a nossa Pátria na órbita da civilização, que a acompanhou, tal qual padrinho carinhoso, à pia batismal, que a orientou com a paciência e as condescendências de pai, que a aconchegou e a defendeu com tôdas as forças de mãe extremosa, e que lhe deu, na hora exata da maioridade, as energias varonis de um príncipe lusitano para que, embora emancipados, pudéssemos avaliar quanto os brasileiros devem a Portugal.

Após a emancipação política, preparada e tão sabiamente aconselhada por El-Rei D. João VI, continuaram Brasil e Portugal, a nossa e a vossa Pátria, a palmilhar a senda fraternal do mútuo entendimento. Ambas se deram as mãos para o mundo sentir, mais forte do que nunca, a amizade que nos entrelaça, o amor que nos une, tudo o que há de belo, de solidario e de eterno na maviosa lingua português.

Nossa também é grande parte da vossa tradição. Tanto como vós, orgulhamo-nos de Gil Vicente e de Luís de Camões, de D. Afonso Henriques e de D. Diniz, da Torre de Belem e do Mosteiro da Batalha, de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral, Martim Afonso, Tomé de Souza, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, e de tôda aquela serie interminavel de luso-brasileiros que, engrandecendo Portugal, construíram, pedra sobre pedra, a grandeza do Brasil.

Não ha coração brasileiro que deixe de pulsar aceleradamente ante o evocar das velas enfunadas em que a cruz de Cristo anunciou por todos os mares, o valor da gente lusitana.

São Paulo, a fim de receber-vos, engalana-se, orgulhosamente, com o que possui de mais ufano em sua historia onde avulta a



figura extraordinariamente arrebatadora do príncipe dos bandeirantes de Piratininga, o português Antonio Raposo Tavares, o mais ímpoluto, altivo e digno representante da tão justamente nomeada "*Raça de Gigantes*".

Raposo Tavares nasceu português. Em moço, tornou-se brasileiro, vivendo desde então como paulista, mas morreu verdadeiramente lusíada pois o seu atuar no devassamento da América do Sul e na fixação das fronteiras nacionais, alteou-se ao mesmo plano dos feitos lusíadas cantados por Camões. A vida prodigiosa do bandeirante Antonio Raposo Tavares, uma das maiores expressões de lusobrasilidade, norteia os sentimentos que temos em comum, exemplifica as tradições que nos congregam, estreita as relações que sempre mantivemos, assegurando-nos uma compreensão recíproca e uma união perene.

Bem podeis avaliar o júbilo que nos traz a vossa presença, uma presença que alegra e enaltece, dignifica e honra. Ela prova que também somos lembrados, que também somos queridos em Portugal, berço único das nossas duas grandes nações. Mas não é só honra, alegria, enaltecimento e dignidade para nós, o que emana da vossa presença. É o poder frutificador da inteligência, são as messes do intercambio cultural, são as bênçãos generosas da amizade, os resultados proficuos dos vossos ensinamentos, o fulgor das lições professadas pelo mestre Damião Peres, e que nos chegam envoltas na veneration e no respeito dedicado por nós à Universidade de Coimbra, claustro do saber, à Academia das Ciencias de Lisboa, recesso onde se aninham a intelectualidade e a espiritualidade lusas, e finalmente à Academia Portuguesa de Historia, virtuosa e dedicada guardiã de glorias lusitanas já passadas mas, ela mesma, uma das muitas glorias do Portugal de nossos dias.

Não bastasse esta ilustre personalidade de historiador e de Mestre, apontaríamos Eduardo Dias, orientalista, romancista, polígrafo laureado, coordenador magnífico da admiravel serie intitulada "*Memorias de Forasteiros*" cuja leitura recorda, em magnífica sistematização, as impressões, os sucessos, os eventos e as descrições dos perlustradores do vasto mundo português.

Eduardo Dias não se esqueceu do Brasil. Brindou-nos com dois eruditos volumes que já aponteí, desta mesma tribuna, por ocasião do centenario de Alfredo Moreira Pinto. Que aqui lhe fiquem, portanto, os nossos agradecimentos pessoais.

Alberto Iria também veio. Jovem e brilhante historiógrafo, exerce a função de Diretor do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, repositório inestimavel de imenso material ainda inédito e que tão de perto diz respeito aos fastos do Brasil.

Ao amor de Alberto Iria pelo passado, ao seu espírito investigador e interpretativo, está confiada grande parte da Historia do Brasil que ainda permanece por ser feita. Podemos ficar tranquilos

pois ela se conserva debaixo de vistas vigilantes que, posso garantir, já se alongaram para esta terra de Aquem Mar e nela divisaram a ansiedade que nos anima para melhor conhecermos tão preciosa documentação sôbre o Brasil.

Avulta ainda na delegação de historiadores portugueses, a figura sumamente simpática de Ernani Cidade, coração aberto para os brasileiros e alma lusitana donde jorra, em fecundos borbotões, uma afetividade tôda especial para conosco.

Aos méritos da ilustre e luzida embaixada portuguesa, juntaram-se a ponderação, a mocidade, o criterio e a preciosa cooperação de Luís Silveira, vivamente sentidos por mim ao presidir a 6.<sup>a</sup> Comissão, a de Religião, Ciencias, Artes e Letras, do IV Congresso de Historia Nacional, comissão que desfrutou no certame, o brilhantismo característico de Luís Silveira.

Para tornar mais radiosa essa festa onde comunga a intelligencia luso-brasileira, Portugal enviou-nos a luminosidade, a ternura, a graça e o encanto da mulher lusitana, predicados aos quais D. Maria Isabel de Albuquerque, D. Luisa da Fonseca e D. Berta Leite, aliam todo esse majestático influxo da intelligencia e da erudição que lhes ornam as personalidades.

As horas que estamos vivendo na tarde de hoje, podeis estar certos, Senhores Embaixadores e Excelentíssimas Senhoras Embaixatrizes da Cultura Histórica de Portugal, permanecerão como dos mais dignificantes lauréis desta honrada, tradicional, veneranda e acolhedora Casa Paulista que, doravante, passará a ser também a vossa casa.

## Centenario de Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre

### Aspectos de sua vida como cidadão e sacerdote

RICARDO GUMBLETON DAUNT

Aqui reunidos comemoraremos uma efeméride paulista, evocadora da personalidade de um filho deste Estado, nascido em Campinas, que pela sua atuação como homem, cidadão e sacerdote, se tornou credor desta singela homenagem póstuma — Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre, cujo nome está inscrito na relação dos socios fundadores dêste sodalício.

Dizemos, de propósito, singela homenagem, pois, outro com maior brilho se desempenharia desta delicada missão.

Faltando-nos qualidades literarias e a autoridade de historiador, sobrepuja-nos, entretanto, ardorosa afeição à memoria do homenageado, que é nosso tio paterno e a quem não tivemos a fortuna de conhecer em pessoa.

Dele somente ouvimos falar, quase cotidianamente, como que numa prece de amor, respeito e veneração.

Sua figura nos era constantemente recordada pelo retrato que dele possuíamos e que a nós, meninos, causava um misto de temor e respeito.

Fisionomia austera, barba dominando-lhe o rosto, nariz aquilino, óculos levemente escuros a anuviarem seu olhar tranquilo, tudo nos parecia, então, algo de misterioso e de austero.

Era corrente no meio dos amigos a seguinte descrição: o Padre Fergo era alto, magro, louro, olhos azuis, temperamento enérgico, aliando uma afabilidade cativante a uma polidez singular em que até as crianças sentiam a nobreza de seu coração.

Conservamos em nosso arquivo uma carta na qual o Dr. Ricardo, seu pai, participa o nascimento de Fergo.

Ei-la:

“Ilma. Sra. Dona Anna E. d’Almda. Nogueira,  
Cidade 3 de maio de 1849.

Tenho a honra de participar a Vmcê q. a sua commadre teve esta madrugada o seu bom succes-

so, ficando Vmcê com mais um creado às suas ordens.

O parto não foi ruim, mas o menino nasceo quasi morto e custou mto. à resuscita-lo.

Agora elle está bom. A sua commadre está soffrendo baste. de dor de barriga o q. não aconteceo nos dois primeiros partos.

Tenho a negra do Snr. Luís (sobrenome ilegível) para da-lo leite em qto. a mãe não tiver.

O nome do menino será Fergon Mac Cartha de Camargo Daunt.

A Sra. Donna Thereza he a madrinha.

A parteira q. tinha he a Anninha e não a achei má. Tratei com ella para ficar uns quinze ou 20 dias para tomar conta do menino e olhar para a caza visto não ter negra alguma. bem ladina e de confiança q. possa olhar para tudo em qto. a Anninha estiver de cama.

Queira dispor as suas ordens para qm. he de Vmcê o mais attencioso Vndor e •Compadre Amigo e Creado obrgo. e afftzo. (a) Ricardo Gumbleton Daunt”.

Pelo que se leu, deduz-se tenha o menino nascido com os sintomas da morte aparente ou asfixia neo-natorum, e, para despertá-lo, foi necessario promover-se o reflexo que determina os movimentos respiratorios, excitando-se a mucosa nasal com uma substancia excitante, de cheiro ativo. (1)

Sabemos que, no caso em apreço, foi empregado um dente de alho, então de uso na época, como mais tarde mencionaria o Dr. Ricardo em carta de 29 de dezembro de 1877 a seu filho Fergo: “Em primeiro lugar vos conto que ontem às 11 horas e 20 minutos da noite vossa irmã D. Winifrida teve uma filha que está boa mas nasceu fraca assim como você, e fez-se o mesmo remedio para chamá-la bem à vida, que foi pôr um dente de alho ao nariz”.

Fergo era o terceiro filho do casal, pois eram já nascidos Haroldo (1846) e Torlogô (1847).

O prenome Fergo lembraria Fergus O'Connor, nosso parente, grande patriota e tribuno irlandês, chefe dos Chartistas.

O sobrenome de Mac Cartha, que o Dr. Ricardo tencionava dar-lhe, provém da família Mac Carthy, do sangue principesco de Carbery, ligada aos Daunts.

(1) Langgaard (Dr. Theodoro) — Dicionario de Medicina Doméstica e Popular — Editores Eduardo e Henrique Laemmert — 2.ª Edição — Rio de Janeiro, 1873.

Dona Ana Eufrosina d'Almeida Nogueira, a quem escreve, comadre pelo batismo de Torlogo, foi casada com José Teixeira Nogueira, de ilustre família campineira. <sup>(2)</sup>

Relendo-se com atenção a carta do Dr. Ricardo à Dna. Ana Eufrosina d'Almeida Nogueira, acode ao nosso espírito a observação em que o Dr. Ricardo ainda não se decidira pela maneira de grafar o sobrenome Daunt, mais tarde Dauntre.

Explica-se: o apelido, cognome ou sobrenome de família Daunt, forma abreviada de Dauntre, de origem normanda D'Auntrée (A. D. 1066), pela ação evolutiva e índole do idioma inglês, através de varios séculos, cristalizou-se afinal na forma abreviada Daunt.

De formação por excelência tradicionalista, entendeu o Dr. Ricardo que seus filhos adotassem então o sobrenome Dauntre, de uso remoto e assim foi consagrado pelo ramo brasileiro da família Daunt.

É levado à pia batismal aos 3 de agosto de 1849, sendo celebrante o Pe. José Joaquim de Quadros e padrinhos: Professor Dr. José Martins da Cruz Jobim, médico da Câmara Imperial, diretor da Santa Casa do Rio de Janeiro, Conselheiro e Senador do Imperio, e Dna. Teresa Miquelina Pompeu do Amaral, virtuosa e respeitável matrona campineira, irmã e sogra do Visconde de Indaiatuba, e em cuja casa de sobrado à rua Direita, hoje Barão de Jaguará, teve a honra de hospedar os Imperadores D. Pedro e D. Teresa Cristina.

Conferiu-lhe mais tarde o crisma D. Antonio Joaquim de Melo, sexto bispo de São Paulo e o primeiro brasileiro empossado na diocese bandeirante.

Residiam seus pais em uma confortável e espaçosa casa, localizada na esquina das ruas do Comercio e Caracol, atuais ruas Doutor Quirino e Benjamim Constant, em frente ao então predio do Hotel da Europa. É tradição que os escravos do serviço doméstico trajavam libré, constituindo mesmo, para a época, certa ostentação, em contraste com a grande simplicidade que posteriormente apresentaria a casa do Dr. Ricardo, quando, de sua volta de Itu, veio fixar-se definitivamente em Campinas.

Crescia o menino sob cuidados especiais, sobretudo na alimentação, pois, seu estômago delicado não tolerava certos condimentos.

Boas e prestimosas mucamas desfaziam-se em cuidados, esmerando-se nos guisados tendentes a despertarem o apetite do menino.

Tarefa difícil. O menino era enfatiado. Alimentava-se pouco, ainda que com todos aqueles cuidados.

Em janeiro de 1851, com seus dois irmãos mais velhos Haroldo e Torlogo, acompanhou seus pais a Itu, para aí residirem até 1857, data em que regressariam para Campinas.

(2) Silva Leme, Gen. Paulistana, vol. I, Tit. Camargos, pág. 227.

Em Itu, nasceram seus três irmãos Briano (1854), Alicia (1851) e Winifrida (1856).

Viriam à luz em Campinas seus três últimos irmãos Fernando (1858), Cornélio (1860) e Rogério (1862), nosso progenitor.

Residiram num sobrado sito à rua da Palma, na cidade de Itu. A esse tempo seu pai o Dr. Ricardo, atraído pelas lides políticas, foi, em disputado pleito, eleito pelo Partido Conservador para a Assembléia Legislativa Paulista, de 1854-1856, tomando parte ativa na maioria dos trabalhos. (3)

Fergo fez os primeiros estudos com professores particulares, matriculando-se em 1861 no Colegio Mendonça, dirigido pelo educador Joaquim Corrêa de Mendonça Furtado e Queiroz, instalado em grande prédio de sobrado com sacadas de rótula, à rua do Ouvidor, hoje José Bonifacio (4), e onde já estudava seu irmão Torlogo. Foi o seu primeiro contacto com a Capital.

Contava, então, 12 anos de idade.

Perante a Faculdade de Direito de São Paulo, era, em 1863, aprovado em latim, retórica, inglês e francês.

Revelando grande pendor para o estudo, desde cedo sentiu necessidade de tomar um rumo condizente com seu ideal.

Matriculou-se no curso de humanidades, sob a direção de sábios mestres jesuitas, do Colegio do Santíssimo Salvador, na cidade do Desterro (atual Florianópolis).

Veremos, então, seu nome grafado Fergo O'Connor Paes de Siqueira Daunte, também reproduzido nos certificados dos exames prestados na Faculdade de Direito de São Paulo.

Alguns dos seus cadernos de estudos clássicos, redigidos com o mais cuidadoso esmero, trazem as datas de 1867, 68 e 69.

Em dezembro de 1868, obtem prêmios escolares em aritmética, álgebra, alemão e historia, sendo laureado com menção honrosa pela sua constante aplicação nos estudos dos clássicos gregos, latinos e portugueses.

Entre seus mestres figuram os notáveis didatas Padres Rafael Maria Galanti, na historia, Carlos Candiani, no alemão, e José Andreussi, nas ciencias matemáticas.

Dos seus colegas, podemos citar o futuro D. Eduardo Duarte Silva, que, mais tarde, regeu o bispado de Goiás (1891) e foi o primeiro bispo de Uberaba (1907), e dois nomes que viriam a ter projeção no cenário nacional, Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, matemático, lente da Escola Militar, marechal do Exército e chefe da missão militar que tomou parte na famosa Conferencia de Haia, iluminada pela fulguração do genio de Rui Barbosa, e Po-

(3) Daunt (Ricardo Gumbleton) — O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt — Conferência — in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. S. Paulo, vol. 41, S. Paulo, 1942.

(4) Egídio Martins (Antonio) — São Paulo Antigo (1554-1910), 2.º vol., pág. 73, Tip. "Diário Oficial", São Paulo, 1912.

lido Olavo de São Tiago, engenheiro, presidente de Santa Catarina.

Mostrando vocação para o estado sacerdotal, ingressou, com prazenteira autorização paterna, como escolástico na Companhia de Jesus, em 8 de setembro de 1870.

Não é sem razão que registramos a satisfação com que o Dr. Ricardo dá seu assentimento, pois, em 1864, intercede interessado junto ao Padre Miguel Correia Pacheco e do visitador jesuíta Jaques Razzini, na fundação do Colegio São Luís, de Itu, donde saíram varias gerações de ilustres brasileiros. (5)

Adotou, na Companhia de Jesus, o nome de Fergo Luiz de Siqueira, recordando seus antepassados deste apelido, entrelaçados com os Camargos e Prado, e em homenagem ao grande apóstolo paulista Padre Ângelo de Siqueira.

Fez o noviciado em Portugal, na casa de Provação do Barro, juntamente com Joaquim Teodoro de Barros Cruz, também campeiro.

Foram os primeiros brasileiros, não sacerdotes, que entraram na Companhia de Jesus. Sacerdotes, precederam-nos os Padres Silvestre da Rocha Pinto (5 de novembro de 1865) e João B. Fialho de Vargas (19 de julho de 1869).

Fergo e seu companheiro, ambos noviços, regressaram a Itu aos 11 de dezembro de 1871, acompanhados do Padre Augusto Aureli e do Irmão Flavio Rosella.

O passaporte de Fergo, cujo original possuímos, foi expedido em Lisboa aos 18 de setembro de 1871 pelo Consulado Geral do Brasil em Portugal, então sob a direção de Manuel de Araujo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, nome consagrado nas letras e belas-artes.

Em anotação, menciona-se que o passageiro viajava no vapor francês "Lindhy".

Por falta de lugar no Convento Franciscano, onde funcionava então o Colegio São Luís, foram eles hospedados até o dia 18 no Seminário do Padre Campos, juntamente com o irmão Rosella.

A 8 de janeiro de 1872, participaram do retiro anual da comunidade, pregado pelo Padre Aureli.

No dia 29 do mesmo mês de janeiro, transferiram-se para o novo colegio, que hoje tem instalada a sede de uma unidade do Exército.

Aos 8 de setembro, festa da Natividade de Nossa Senhora, os dois noviços fizeram seus votos simples na capelinha de São Luís.

Fergo teve o grande desgosto de perder seu conterraneo, amigo

(5) Vide ob. cit. em Nota 3.

e colega, que, adoecendo gravemente, veio a falecer a 20 de novembro de 1872 em Campinas, na casa de sua família.

Terminado o estudo de filosofia em Itu, em 1874, Fergo passou a fazer parte do corpo docente do Collegio São Luís, onde lecionou latim, português, inglês e historia sagrada.

Deixou honrosa tradição quanto à capacidade didática e seus conhecimentos das disciplinas lecionadas.

Graças à nímia gentileza do Revmo. Padre Aristides Greve, destacado ornamento da Companhia de Jesus, foi-nos possível trazer para estas notas biográficas os elementos que acabamos de apontar, relacionados com a passagem do Padre Fergo na Companhia de Jesus.

A 28 de dezembro de 1876, partiu para a Europa, onde foi applicar-se nos estudos de teologia, fazendo o primeiro ano em Poyanne (Landes), o segundo em Laval (Mayenne), o terceiro em Roma e o quarto em Aix (Provence).

Recebeu as quatro ordens menores — acólito, exorcista, leitor e ostiario como escolástico da Companhia de Jesus, aos 15 de junho de 1878, das mãos de D. Julio Dionisio, Bispo de Laval, em França.

Jubilando-se com o fato, externar-se-ia o Dr. Ricardo, em carta a Fergo, datada de 12 de setembro de 1878: "Foi com infinito prazer que soube de vossa iniciação aos primeiros degraus do sacerdocio com o recebimento da tonsura a ordens menores aos 15 de junho. Deus vos guarde por muitísimos anos para servi-lo no exercicio de vossa sagrada vocação".

Não tinha ainda emitido votos, quando seu precario estado de saude o forçou a desistir do propósito de permanecer na Companhia de Jesus, sob cuja égide aprimorara seus conhecimentos e à qual sempre devotou grande afeto.

Carta ao Dr. Ricardo, datada de 11 de fevereiro de 1880, a seu filho Padre Haroldo, que a mandado de seu pai seguira a toda pressa para a Irlanda, onde Fergo se encontrava bastante enfermo, recolhido a um hospital em Cork, documenta-nos acerba aflicção com que se achavam possuidos seus progenitores e irmãos.

Essa carta contém elementos que nos permitem uma orientação quanto à molestia de Fergo.

A medicação ali prescrita denuncia tratar-se de um esgotamento nervoso, acompanhado de disturbios intestinais e de fenômenos nervosos, inclusive insonia.

Sugere os medicamentos seguintes: subnitrate de bismuto com açúcar candí, gotas pretas inglesas (Lancaster's black drops) e bromureto de potassio.

Felizmente a dedicação de seu médico assistente, coadjuvada com o carinhoso trato dispensado por sua tia paterna D. Ana Teresa Daunt Lloyd, que logo o recebeu em sua casa em Dublin, e a



chegada do Padre Haroldo, contribuíram para levantar as forças do doente, tomado de grande depressão nervosa.

Apesar do seu delicado estado de saúde prosseguiu nos estudos eclesiásticos, até que teve a alegria de ver seus esforços plenamente coroados.

Estudando em Roma, residiu no Pontifício Collegio Pio Latino-Americano, do qual foi professor de português e diretor da Academia Literaria dos Seminaristas brasileiros.

Em Louvain, na Bélgica, frequentou o curso de teologia na Universidade Católica.

Cursou a Pontifícia Universidade Gregoriana, doutorando-se em teologia e direito canônico.

Os atos de sua ordenação sacerdotal trazem as datas seguintes: subdiaconato, em 18 de dezembro de 1880; diaconato, em 18 de abril de 1881, e o presbiterato, em 11 de junho do mesmo ano, impondo-lhe as mãos o bispo de Liège D. Vitor José Doutreloux, que oficiou na Catedral de São Paulo. Rezou, em Louvain, sua primeira Missa.

Ao celebrar sua primeira Missa, o Dr. Ricardo, em homenagem a seu filho, fez imprimir em gravuras a Sagrada Eucaristia, acompanhada da inscrição latina aqui traduzida:

• Augusta Trindade  
 que tudo governais com Vossa Providência  
 louvores e ações de graças  
 Vos sejam dadas  
 porque me concedestes ver meus desejos  
 felizmente cumpridos  
 pela Primeira Missa do meu dileto filho  
 Fergus O'Connor de Camargo D'Auntre  
 no dia solene da Vossa Festa.

Felicitando-te  
 manda esta lembrança  
 Ricardo de Gumbleton D'Aunt, Doutor em  
 Medicina, por Edinburgo  
 1881

L. D. S.

Regressando ao Brasil, a bordo do "Savoie", em maio de 1882, esteve algum tempo em Campinas, seu torrão natal, onde foi diretor do Internato Ferreira Penteadado, fundado sob sua inspiração para a instrução da juventude e, especialmente, da numerosa prole de Joaquim Ferreira Penteadado, barão de Itatiba.

O Internato funcionou num prédio que pertenceu ao capitão-mor Floriano de Camargo, situado na rua Barreto Leme, com a frente para a rua Direita, hoje Barão de Jaguará, e fundos para a rua do Imperador, atual Marechal Deodoro.

No mesmo ano de seu regresso à pátria, tratou logo de alistar-se eleitor, recebendo a 25 de novembro o respectivo título sob n.º 612, município de Campinas, paróquia de Sta. Cruz, 1.º Distrito e 4.º Quarteirão.

Regeu durante algum tempo as cadeiras de latim e retórica no Colégio Culto à Ciência, até então lecionadas pelo escritor Julio Ribeiro, que foi fundar um colégio em Capivari (6).

Reservou-lhe o destino a significativa honra de falar aos seus conterrâneos, proferindo, a 7 de dezembro de 1883, o sermão da Missa pontifical e "Te Deum" celebrados por D. Lino, Bispo de São Paulo, nas solenidades que assinalaram a conclusão das obras da bela e majestosa Matriz Nova, hoje Catedral de Campinas (7).

Consideramos significativa honra, pois, seu avô materno, Joaquim José dos Santos Camargo, "coração sempre pronto para o que fosse do serviço de Deus", tem seu nome ligado à construção da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, como seu administrador e generoso doador (8).

Em princípios de outubro de 1885, experimentou a grande angústia de ver agravados os cruciantes padecimentos físicos de sua querida progenitora D. Ana Francelina, cujo organismo, minado por uma arterio-esclerose, sucumbiu afinal, no último dia daquele mês. Entregando sua alma piedosa ao Criador, legou a todos um exemplo edificante de fé, coragem e de submissão ante a vontade de Deus.

Durante quatro anos (1886-1890) viajou pela Argentina, Chile, Peru e Bolívia, salientando-se na imprensa e como orador sacro.

Durante sua ausência da pátria, teve a consternação de sofrer, a 20 de novembro de 1886, a perda de seu irmão mais velho Padre Haroldo, cujo prematuro desaparecimento enlutou, além da família e da Igreja, a cidade de Capivari, onde era vigário, e onde deixou impercível memória conservada pelo seu nome dado a uma das suas ruas, perpetuando, assim, suas grandes virtudes, sobretudo a bondade e a caridade evangélica.

Não havia ainda decorrido um ano da morte de Haroldo, quando em 31 de julho de 1887, vem a falecer seu irmão mais moço, Briano, moço de talento e cultura, diplomado pela Faculdade de Direito

(6) Paula (Carlos F. de) — Culto à Ciência — Colégio — Ginásio e Colégio Estadual — Campinas, 1946.

(7) Monografia da Catedral de Campinas — of. graf. "Ave Maria", São Paulo, 1942.

(8) Daunt (Ricardo Gumbleton) — Diogo Antonio Feijó na tradição da família Camargo — in Rev. Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, vol. 43, pag. 38, Imp. of. do Estado, 1944.



*MONSENHOR FERGO O'CONNOR*

de São Paulo, em 1879, e que já se iniciara nas lides do ministerio público e, em seguida, na magistratura.

Quando da sua permanencia na Bolivia, travou íntimas relações de amizade com seu primo Don Tomás O'Connor D'Arlach, consagrado homem de letras e historiador, neto do general Francis Burdett O'Connor, que se notabilizou nas guerras da Independencia, no Peru e Bolivia, sendo chefe do Estado Maior na decisiva batalha de Ayacucho.

Em 27 de julho de 1890, na Catedral da capital chilena, proferiu eloquente sermão em honra ao patrono S. Tiago, estando, entre os presentes, o grande e virtuoso arcebispo Don Mariano Casanova e outros ilustres membros do clero chileno.

De volta a São Paulo, foi, em 1891, nomeado vigario de Bananal.

Na eleição estadual de 30 de abril de 1891 obteve, espontaneamente e a extra-chapa, honrosa votação do eleitorado católico.

Comissario visitador da Ordem Terceira de São Francisco, em São Paulo, por provisão de 10 de maio de 1893.

Exerceu o magisterio superior no Seminario Episcopal, lecionando teologia. Como professor particular, lecionou muitos jovens de ilustres familias campineiras e paulistas.

Falava correntemente varias linguas vivas e conhecia perfeitamente o sânscrito, o grego e o latim. Dispunha de variadissima illustração teológica e literaria, escrevia e falava o vernáculo com elegancia e clássica maestria.

Corria o mês de junho de 1893 entregue o Padre Fergo aos afazeres habituais, nos quais predominavam as cogitações do ensino no Seminario, onde então residia, e seu curso de lições particulares de inglês e outras materias, quando, ao cair do dia 7, o telégrafo lhe transmite de Campinas o seguinte comunicado do Cônego Nery: "Seu pai faleceu quatro horas da tarde, síncope cardíaca. Pêsames".

Extravasando sua dor, diria o Padre Fergo ao Dr. Estevão Leão Bourroul, que lhe solicitara informes biográficos sobre o Dr. Ricardo: "Estou com o espirito muito agitado, e escrevo desconexamente. As suas palavras trazem lenitivo a minha angustia, mas eu sinto que nunca me poderei consolar de tamanha desgraça".

Escrever sobre o Padre Fergo sem mencionar suas relações com seu progenitor Dr. Ricardo, constituiria insanavel lacuna, pois, entre o pai e o filho sempre houve a maior afinidade e perfeita comunhão de espirito.

O filho reproduzia seu pai, na inclinação aos altos estudos filosóficos. Recompensava a mancheias os ingentes sacrificios paternos, visando aprimorar a sua formação moral e intelectual.

Conseguiu-o.

Ambos sentiam recíproco orgulho.

Quando juntos, entretiam-se em animada conversação e, quando longe, carteiavam-se frequentemente.

Por decreto de 16 de setembro de 1893, foi nomeado Provisor do Bispado de São Paulo com as funções de juiz de gênero, sendo bispo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho e seu coadjutor, com direito à sucessão, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, bispo titular de Argos.

Coube ao Padre Fergo representar, em julho de 1894, o bispo D. Lino nas tradicionais festas do "Senhor Bom Jesus de Pirapora", com a incumbência de presidir à abertura do cofre de esmolas desse Santuário.

Finou-se D. Lino a 19 de agosto de 1894, em Aparecida do Norte, onde se achava enfermo, quando D. Arcoverde se encontrava em Roma, na visita "ad limina" da diocese de São Paulo.

Regressando a São Paulo, D. Arcoverde, fazendo sua entrada solene na velha Sé aos 30 de setembro de 1894, marcou seu primeiro ato em 1 de outubro com a nomeação do Padre Fergo para seu vigário geral.

Apreciando esta nomeação, escreveu um jornal da época: "O Padre Fergo, sobre ser um dos sacerdotes mais conspícuos da diocese, representa tradições paulistas de gloria e honra imarcescíveis".

Lente de inglês do Seminário Episcopal, por provisão de 1.º de abril de 1895.

Ausentando-se D. Arcoverde para uma visita a Pernambuco, seu Estado natal, deixou Monsenhor Fergo investido nas funções de primeiro governador do bispado, aos 16 de julho de 1895. Para 2.º e 3.º governadores, foram nomeados, respectivamente, os cônegos Francisco Jacinto Pereira Jorge e Antonio Augusto de Araujo Moniz.

Em 27 de agosto de 1896, foi novamente designado primeiro governador do bispado, em nova ausência de D. Arcoverde.

Aos 18 de dezembro de 1896, S. S. Leão XIII, por súplica de D. Arcoverde, distinguiu Monsenhor Fergo, seu vigário geral, com uma das mais altas distinções reservadas pela Santa Sé para premiar os excepcionais méritos de um sacerdote, titulando-o "Prototário Apostólico ad Instar Participantium".

Na fecunda administração de D. Arcoverde, Monsenhor Fergo cooperou em magníficas realizações cristãs, das quais se apontam a federação das associações católicas, desenvolvida pelos seus sucessores; a fundação, em predio proprio na capital, da Congregação dos Missionários Claretianos do Imaculado Coração de Maria, empregando-se na construção da respectiva igreja o produto da desapropriação da histórica igreja do Colegio dos Jesuitas; a instalação dos Redentoristas na Aparecida e dos Cônegos Premonstratenses em Pirapora, confiando-lhes a direção do Seminário Menor.

Carta que conservamos em nosso arquivo elucida que grandes atribuições acudiriam ao espírito de Monsenhor Fergo, no ardor da luta empenhada na execução do programa traçado pelo seu valoroso bispo.

“Segredo é muito oculto da sabedoria de Deus no governar os homens que de uns exige obras, e obras realizadas com todas as circunstancias e detalhes de possível perfeição, de outros o desejo tão somente, o desejo sincero e incondicional. E estes hão de tocar a meta e receber o brávio como os que legitimamente o disputaram! Segredos insondáveis da Providencia divina! . . . Creio que V. Revma. está neste último grupo. Se não falham as sagradas letras e o Bispo Diocesano é realmente o lugar-tenente de Deus perante seus filhos, certo é que uma indicação do Bispo em circunstancias dadas, é a expressão legítima da vontade de Deus. E como a vontade de Deus envolve finalmente a nossa santificação que é o brávio que nos toca da luta; assim a indicação do Bispo Diocesano em casos dados relativamente à vida ou estado de algum dos seus Diocesanos exprime que ele conseguirá seu fim, sua santificação naquele estado, naquele modo de vida que leva etc. ainda que sinta ardentes desejos para passar a um estado mais perfeito. É meu pensar que Va. Revma. tendo sido chamado para este lugar, aliás de grandes responsabilidades e fadigas, o foi por um movimento particular das inspirações que muita vez têm os Bispos no govêrno de suas Dioceses. Tudo fazia crer que o contrario se havia de dar, que outro seria o chamado, motivos foram alegados de prudência e de tática administrativa para que assim acontecesse; o Bispo sob essa inspiração, sob essa influência divina, que muitas vezes nem conhece, resistiu a tudo e sentindo-se inclinado para nomear a Va. Revma., obedeceu a êsse pendor: e até hoje ainda não teve motivo de arrepender-se; prova de que a nomeação ou escolha de Va. Revma. foi inspiração de Deus; Va. Revma. acha-se neste alto posto, ainda ha pouco realçado pela dignidade com que a S. Sé o distinguiu, por vontade de Deus. Aí, pois, se conserve até que Deus se manifeste de outro modo mais claro. E essas cousas digo, não para pavonear-lhe a vaidade, mas para indicar-lhe a obrigação em que está de corresponder aos desígnios da Providencia a seu respeito. Assim, tranquilize seu espírito, e peça, nesses momentos de íntimas relações com Deus, as graças de que precisa para continuar a levar a cruz, que ele mesmo lh'a confiou”.

Na noite de 20 de maio de 1897 o Monsenhor Fergo proferiu, em nome do Governo do Estado, eloquente saudação à gloriosa Marinha Chilena, que se achava em visita a São Paulo, na solene recepção com que a distinguiu Campos Sales, presidente do Estado.

Relatou-nos o Dr. Augusto Ferreira de Castilho, seu contemporaneo, esta expressiva passagem: “Achava-se, à noite, em pales-

tra com dois amigos, nos "quatro cantos", designação que se dava à confluência das ruas Direita e São Bento, quando avistaram um vulto vestido de negro, caminhando pelo meio da rua Direita e vindo do largo da Sé.

Todos ficaram curiosos em saber quem seria aquele personagem.

Com a aproximação do vulto, verificaram ser o Monsenhor Fergo.

Ao reconhecê-lo, adiantaram-se os rapazes em cumprimentá-lo e, delicadamente, observaram: "Monsenhor, a estas horas da noite (eram 23 horas) transitando pela cidade tão erma?!

Monsenhor Fergo respondeu: "Visita-nos a gloriosa Marinha Chilena. Devemos, pois, mostrar de público todo o nosso regozijo pelo faustoso acontecimento. Os chilenos são nossos amigos".

A cidade achava-se toda engalanada, com luminárias, festões, bandeiras e outras decorações próprias da época. Monsenhor Fergo não podia concordar, ainda que àquela hora, com a ausência do povo nas ruas assim preparadas para maior realce, se bem que durante o dia e parte da noite tivesse ele concorrido com sua presença às homenagens verificadas.

Representou o bispo diocesano nas grandiosas manifestações tributadas em Campinas a Carlos Gomes, a 24 de outubro de 1896, por ocasião da chegada do corpo do genial maestro brasileiro, trasladado do Pará. Oficiou nas imponentes solenidades religiosas em memória do grande compositor, bem como esteve presente a todas as significativas homenagens a que compareceram o presidente do Estado, acompanhado de seus secretários, e o povo em massa. Dentre os vários oradores, proferiram primorosos discursos o Dr. Júlio de Mesquita, diretor "d'O Estado de São Paulo" e o tribuno Cesar Bierrenbach <sup>(9)</sup>.

Com a elevação de D. Arcoverde, em 24 de julho de 1897, para a sede arquiépiscopal do Rio de Janeiro, por falecimento de D. João Esberard, cessaram, naturalmente, as funções do Monsenhor Fergo como vigário geral da diocese de São Paulo.

Escrevendo de Poços de Caldas, onde se encontrava a 11 de outubro de 1897, D. Arcoverde assim se exprimiu: "Está assim terminada nossa fatigosa e difícil missão em São Paulo, para encetarmos outra que ainda não podemos qualificar.

Tal foi a intimidade com que governamos esta diocese que o peso foi sempre repartido entre nós e os triunfos, se os houve, e as alegrias eram igualmente comunicadas a Va. Revma., de modo que devemos unidos levantar para os céus as nossas almas e os nossos corações para agradecer a Deus as graças e as luzes que com a divina largueza e liberalidade nos comunicou; e é um efeito de sua

(9) Amaral (Leopoldo) — Campinas — Recordações — S. Paulo, 1927.

misericórdia o não termos succumbido ao peso de tão gigantesca missão! Grandes favores de Deus, de Deus Bom! Contudo a mim resta-me sempre a obrigação de agradecer a Va. Revma. a lealdade e fidelidade com que executou sempre as minhas instruções, e com que prestou-me seu valioso e inteligente auxilio”.

Em São Paulo, Monsenhor Fergo residia ora no antigo Seminário, ora no Palacio Episcopal, à rua do Carmo, onde está hoje a Companhia de Gás.

Foi, também, hóspede de Dona Maria das Dores de Campos Pinto, senhora de acrisoladas virtudes evangélicas, tia-avó de D. José Carlos de Aguirre, atual bispo de Sorocaba, e bisavó de D. Paulo Rolim Loureiro <sup>(10)</sup>, que, reavivando e sublimando tradições de nossa familia, elevou a Deus, em Missa celebrada na Catedral provisoria de São Paulo, suas preces sempre cheias de fervor e de bondade pela alma e pelo descanso eterno de Monsenhor Fergo.

Monsenhor Fergo conservou e cultivou o quanto pôde a lembrança dos seus mestres, condiscípulos e discípulos.

Rememorarei aqui o pensamento com que o cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, então bispo de Olinda, brindou em 1918 o centenário do Dr. Ricardo, pai de Monsenhor Fergo: “De coração me associo às homenagens que neste album são prestadas à memoria do Dr. Ricardo Gumbleton. Fui amigo e discípulo de um dos seus filhos — Monsenhor Fergo Dauntre. Este, pelo seu bom coração e sua vastíssima cultura, muito honrou na Europa o nome brasileiro “Gloria dos filhos, coroa dos pais”.

Não podemos deixar de citar um caso em abono da nossa afirmativa.

Refere-se ao ilustre historiador Padre Rafael Maria Galanti, da Companhia de Jesus, autor de conhecido compendio de Historia do Brasil.

Concorreu, assim, para galardoar os méritos de seu velho mestre e amigo Pe. Galanti, intercedendo, de maneira decisiva, para sua admissão ao Instituto Histórico Brasileiro, conforme documentos em nosso poder. Escreve o Padre Galanti: “Eu aprecio muito o título que Va. Revma. me procurou, não só em si, mas por outros motivos secundarios de que lhe falarei de viva voz. Disto pode imaginar quanto eu lhe fico agradecido. Este meu sentimento de gratidão cresce ainda mais de posto ao ver que Va. Excia. teve a bondade de pagar por mim a joia, etc. Pelo dia 18 ou 20 do próximo mês de janeiro (1896) espero estar em São Paulo, e lá de viva voz hei de lhe mostrar toda a minha gratidão”.

Duas cartas de Tristão Alencar Araripe, secretário do Instituto Histórico Brasileiro a Monsenhor Fergo, elucidam completamente

---

(10) Bispo titular de Bria e auxiliar do Snr. Cardeal-Arcebispo de S. Paulo.



o assunto: "Acabo de receber a sua de 17 do corrente mês, tendo anteriormente recebido outra com a indicação da naturalidade do Revmo. Pe. Rafael Maria Galanti. Em resposta a ambas devo dizer, eu, que a proposta do mesmo Revmo. Snr. foi feita, e já a comissão competente deu parecer sobre a idoneidade do candidato; parecer favorável, que o Instituto aprovou. A proposta está agora sujeita à comissão de admissão de socios, e é de crer, que breve dará parecer, a fim de que até o fim do ano presente (1896) possa o Instituto resolver sobre a candidatura".

A admissão do Pe. Galanti foi comunicada a Monsenhor Fergo por Alencar Araripe, em carta de 23 de novembro de 1896:

"Comunico a Va. Revma., que em sessão de ontem foi proclamado socio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Pe. Rafael Maria Galanti. Cumprindo a recomendação que me fez, devo dizer que a despesa necessaria para a expedição do título importa em 26\$000, sendo 20\$000 de jóia de entrada, e 6\$000 de prestações do 2.º semestre do corrente ano."

Do seu convívio no meio social de São Paulo, deixou Monsenhor Fergo indelevel memoria.

Regozijamo-nos transcrever aqui, um belo pensamento de Roberto Moreira, erudito estilista, dedicado a Monsenhor Fergo.

"No frontispicio deste album, leio, num cartão, o nome saudoso de Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre, cuja lembrança desperta em mim suavíssimas recordações. Era bem criança, quando conheci, e tanto vale dizer que admirei, esse notavel prelado. Mão piedosa, empenhada na edificação cristã de minha alma, levava-me à casa dele. O sacerdote, muito alto, muito louro, muito magro, recebeu-me com carinho e austeridade. Quis clarear a treva do meu espirito de infante com as luzes que refulgiam, ofuscantemente, no seu, transmitindo-me, em sólidas lições, os principios de sua religião. Muitas vezes tornei ali, para me desalterar na fonte consolante do seu saber, até que um dia o mestre partiu e eu mesmo rumei com destino diverso. Nunca mais o ví... Mas, a sua figura esgalgada, os seus gestos bruscos e resolutos, o seu falar percuciente, não me saem da memoria. Não me esquecem, sobretudo, as fulgurações magnificas da sua forte intelligencia e a nobreza sem jaça do seu carater impoluto, que os seus atos e palavras traduziam. Assim, vejo sempre, em sonho, o vulto esbatido de Monsenhor Fergo. Vejo-o muito magro, muito louro, muito alto, vindo ao meu encontro, à entrada da sua gasalhosa mansão, onde tantas vezes fui recebido com brando carinho e elevada austeridade".

Tendo deixado as trabalhosas funções de vigario geral da diocese de São Paulo, Monsenhor Fergo concebe e realiza o plano de uma viagem à Europa.

D. Arcoverde, ao ter conhecimento desta deliberação, escreveu-lhe a 4 de março de 1898: "Sinto deveras vê-lo partir para a Europa e invejo-lhe a facilidade de fazê-la.

Quantos serviços poderia ainda prestar à sua diocese!... e mesmo a esta arquidiocese!

Verdade é que "quod differtur non aufertur... Enfim, deixemos nas mãos santas de Deus o futuro, e consintamos que ele nos conduza pelos seus caminhos desconhecidos e inescrutáveis.

Desde já ponho à disposição de Va. Revma. o nosso Seminário ou nosso Palácio para aqui esperar a passagem do vapor."

Assim, sabemo-lo, em 12 de abril de 1898, a bordo do "Oropesa" no porto do Rio de Janeiro.

D. Arcoverde, agora arcebispo do Rio de Janeiro, acompanha-o pessoalmente a bordo, numa carinhosa demonstração de afetuosa e reconhecida amizade ao seu fiel e dedicado ex-vigário geral em São Paulo.

Até os últimos instantes de vida do Monsenhor Fergo, grande amizade sempre o ligou a D. Arcoverde, a quem continuou, mesmo da Europa, prestando colaboração em variados assuntos, muitos de natureza confidencial, assinalando-se as correções das provas dos Catecismos das Províncias Eclesiásticas do Brasil, impressos na Bélgica.

A viagem correu felicíssima, ao lado de bons companheiros sempre assistidos e obsequiados pelo comandante.

Celebrava diariamente a Santa Missa, à qual compareciam passageiros e pessoal de bordo.

O vapor, depois de escalas em Portugal, Espanha e França, aportava afinal em Liverpool, na Inglaterra.

Depois de permanecer alguns dias em visita a esse porto, seguiu, em outro vapor, para Dublin, capital da Irlanda, onde visitaria sua tia-paterna Dna. Teresa Daunt Lloyd, cuja fisionomia lembrava a do seu irmão Dr. Ricardo.

Prosseguindo a viagem foi ter ao porto de Cork, no sul da Irlanda. Daí, em duas horas de ferrovia, desceu na pequena estação de Ballineen.

Esperava-o um carro, que iria levá-lo ao castelo de Kilcascan, secular mansão solarenga dos Daunts.

Em junho de 1898, vamos encontrá-lo como hóspede dos seus primos irlandeses, Aquiles O'Neil Daunt, o morgado, e sua esposa, que o cercam de requintada gentileza.

A senhora Daunt confia-lhe dois belos alfinetes de originais pedras da Irlanda, presentes destinados a obsequiar Alícia e Wini-frida, suas irmãs.

Alice Ismene O'Neill Daunt, irmã de Aquiles, era inexcedível conversadora, profundamente instruída na literatura inglesa. Cola-

boradora de importantes jornais, firmara conceito também como romancista e historiadora nos belos livros "Watch and Hope" ou "Vigilo et Spero", que é a divisa do braço d'armas dos Daunts, "Eva" e "The White Rose of Koucie".

No convívio dos primos, Monsenhor Fergo comprazia-se em evocar as genuínas tradições de sua prosapia.

Em Cork, não deixou de orar na Igreja de São Finbar e em cujo adro foi sepultado nosso bisavô cel. Richard Gumbleton Daunt.

Em meio às evocações do passado, era-lhe constante e viva a memória dos seus pais Dr. Ricardo e Dna. Ana Francelina.

A 7 de junho celebra em Cork a Santa Missa pelo 5.º aniversário da morte de seu pai Dr. Ricardo, falecido em 1893, para cujo ato religioso convidou os parentes pelo diário local "Cork Examiner".

Nesse mesmo dia, à tardinha, rumou em direção a Kinsale, para orar no cemitério de Dunderrow, junto ao túmulo que guarda os despojos de sua avó paterna Ana Dixon, ceifada desta vida apenas com 25 anos de idade, aos 7 de agosto de 1823, e deixando na orfanidade três filhinhos, dos quais o primogênito seria o futuro Dr. Ricardo, nosso benemérito avô.

Em Kinsale, coube avistar-se com muitos parentes Daunts, Mac Carthys e Knolles, que o cumulavam de atenções, sendo hospedado durante dois dias, com particular magnificência, por Jorge Digby Daunt, no Castelo de Newboroug.

Conheceu muitos membros das famílias Barnett, Mac Nair, Dixon, Faber, Galbois de La Boulaye, aparentados pelo costado genealógico de nossa antepassada Ana Raines Dixon.

Não deixou de visitar o vetusto Castelo de Owlpen, em Gloucester, na Inglaterra, onde em 1471, Margarida de Anjou foi hóspede do nosso antepassado John Daunt, seu partidário.

Da sua evocadora excursão à Inglaterra e à Irlanda, dirige-se à França, e, em outubro de 1898, instala-se em Sèvres, suburbio entre Versalhes e Paris.

Um dos primeiros atos de Monsenhor foi visitar os Condes d'Eu, que o receberam com especiais demonstrações de afabilidade.

Esta primeira aproximação constituiria o marco de uma verdadeira e crescente expansão de amizade e veneração à Augusta Família Imperial do Brasil, exilada em França, e que somente se eclipsou com o desaparecimento de Monsenhor Fergo.

Logo após, é alvo das atenções dos Barões de Muritiba, que o convidam para um almoço.

O Barão, Manuel Vieira Tosta, desempenhava as delicadas funções de Veador da Casa Imperial e sua esposa, Dna. Maria José de Avelar Tosta, a baronesa, era dama de honra da Princesa Imperial.

Das atenções dispensadas ao Monsenhor Fergo pela família imperial do Brasil exilada na Europa, distingo o almoço a ele e a Santos Dumont oferecido no Palacete da Princesa Isabel, em Boulogne, em 4 de maio de 1903.

A carta que ora transcrevemos diz bem da consideração da família imperial:

“São Sebastião, Domingo de Pascoa. — Prezado Monsenhor O'Connor — Mando-lhe nesta carta um exemplar da carta-manifesto que dirigi ha três meses aos srs. Membros do Directorio Monarquista do Rio de Janeiro, pedindo que a publicassem. Não tendo eles julgado oportuna essa manifestação das minhas ideias, não julguei conveniente insistir; mas creio que será bom assim mesmo que nossos amigos saibam qual é o meu programa político. Receba as mais saudosas lembranças e boas festas de Pascoa. Do seu muito amigo a) Luís de Bragança Orleans — Partimos amanhã para Madri 3, Castellana.”

Em meio às distrações sociais, Monsenhor nunca esquece os mortos queridos de sua família.

Ao mesmo tempo que se instala em Paris, preocupa-se em mandar reparar no velho cemiterio de Montparnasse o túmulo onde jaziam, desde 1838, os restos mortais de seu tio paterno William Harold Daunt, falecido quando estudante de medicina.

Manifestava-se, em carta, a sua irmã D. Alicia: “Se eu morrer aqui, tenho direito de ser enterrado neste mesmo túmulo, que é propriedade perpetua nossa”.

Fôra adquirido pelo Dr. Ricardo, nosso avô, que assistiu os últimos momento de vida de seu jovem irmão e cujo corpo foi colocado em caixão de chumbo e este, por sua vez, num outro de madeira, pois o Dr. Ricardo nutria a esperança de trasladar os despojos para o túmulo da família, na Irlanda.

Cumpria Monsenhor rigorosamente seus deveres sacerdotais, não escolhendo pessoas, nem condições sociais.

Do seu elevado sentimento íntimo, bastaria o seguinte desabafo numa carta particular à sua irmã, jamais destinada à publicidade, embora o destino disponha o contrário: “Sinto muito a morte de Guilhermina. Coitada, deve ter sofrido muito!” “Já celebrei por alma de Guilhermina uma Missa com indulgência de altar privilegiado. Quis pagar um tributo por ser ela filha de Godofredo, pessoa cuja memória me é mui preciosa”. Godofredo e Genoveva, prestimosos escravos da família, eram os pais de Guilhermina.

Godofredo fôra seu pagem, amigo e companheiro dos folgedos da infância.

É um simples traço, mas que define a formação moral de nosso biografado.

Monsenhor Fergo quer estar a par de tudo. Preocupa-o saber dos antigos escravos ainda vivos: Anízia, prendada cozinheira; Valeriano, hortelão; Acacio, último boleeiro do carro do Dr. Ricardo e que era conhecido como o mais "aristocrata" da "família", pois, ostensivamente e sem reboços, recusava dar a mão aos de sua condição, declarando: "Negro aristocrata não dá a mão a qualquer negro".

Durante os treze anos em que viveu na Europa nunca deixou de enviar à Dna. Alicia, sua dedicada irmã, relato semanal de suas atividades sociais e religiosas.

Graças a essa correspondencia, repositório dos mais atraentes, conseguimos reconstituir, ainda que imperfeitamente, sua existencia fora da patria.

Infelizmente não deixou suas memorias, ainda que ele proprio afirmasse: "Eu teria materia para encher um livro, quanto mais uma carta".

Semanalmente recebia os jornais remetidos por D. Alicia, a qual também o fazia conhecedor do noticiario social de Campinas, onde residia.

Nessa correspondencia Monsenhor, além de relatar seus passeios e visitas, transmitia uteis conselhos à irmã, por cujo bem estar sempre se mostrou preocupado.

Desvela-se em recomendar o cultivo das boas amigas, obsequiando-as com chás e jantares. Aconselha: "rezar antes e depois das refeições; perguntar sempre se querem repetir cada prato; não comer mais que duas coisas ao mesmo tempo; é o criado que vai servindo, sempre do lado esquerdo; apresentar, comumente, um pudim e mais dois ou três doces, seguindo-se as frutas; vinho de duas qualidades; o café será servido fora da mesa; a copeira, vestida de preto, avental branco, na cabeça uma touca branca".

"O chá, à tarde, na sala de visitas, serve-se em bandeja, numa mesinha baixa, acompanhado de bolos e biscoitos".

Monsenhor Fergo compreendia a religião seguindo as exigencias da vida social.

A mocidade sempre lhe mereceu cuidados especiais.

Desta vez é a respeito da formação intelectual de quem vos fala. Recomenda a meu pai minha "internação no Colegio dos Jesuítas franceses no Cairo como o mais adequado, tanto pelo clima como, também, pelo programa de ensino e educação física".

No limiar de 1899, Monsenhor traçou e executou o plano de uma excursão ao Oriente Próximo.

Assim, visita o Egito, Palestina, Siria, Turquia e Grecia.

Extasiava-se com as maravilhas do Oriente.

Observa que muitos dos bons costumes do Brasil velho teriam sido transmitidos pelos árabes, que dominavam na península ibérica.

Sente-se satisfeito, apesar da grande fadiga ocasionada pelo intenso calor e viagens a cavalo e jumento.

Detém-se em Jerusalém, onde expande e revigora sua acendrada fé religiosa.

Celebra três vezes a Santa Missa no Santo Sepulcro, bem como em todos os demais santuários, aplicando indulgências por intenção dos seus queridos mortos.

“Quem não viu o Oriente, ignora o que se passa na metade do mundo”, assim se externala!

Da Grecia, volta a Paris, fazendo escalas em Sofia, Belgrado, Budapest, Viena, Baviera e Strasburgo.

Em Viena, conhece sua famosa Universidade, onde, em 1840, seu pai, o Dr. Ricardo, participara do curso médico.

Essa excursão durara cinco meses, encontrando-se em Paris na primeira quinzena de julho de 1899.

Apressara seu regresso, a fim de rever e conviver, por alguns dias, com o seu velho e leal amigo o arcebispo D. Arcoverde, que com outros prelados brasileiros vinham de Roma, de volta ao Brasil.

Logo depois, sentindo-se enfermo, é forçado, a conselho de seu médico, a fazer uma estação de cura na Suíça, que passou, então, a ser o seu refugio periódico em busca de alívio para a gastroenterite que o torturava.

As crônicas religiosas do devocionario ao Sagrado Coração de Jesus registram, no transcurso de junho de 1900, a peregrinação da colonia brasileira em Paris ao celebrado santuario de Paray-le Monial, organizada e chefiada pela Princesa Imperial Dona Isabel.

Foram três dias de fervorosa prática de atos religiosos, tendo como celebrante Monsenhor Fergo, especialmente convidado pela excelsa senhora.

Guardaria perene recordação destes fatos, bem como da íntima conviyencia com a brilhante colonia brasileira de Paris, que, então, se compunha de figuras de excepcional relevo social e intellectual.

Não é destituído de interesse acompanhá-lo no convívio social de Paris.

Antes de tudo, assinalarentos suas periódicas visitas aos Condes d'Eu e aos Barões de Muritiba.

Cooperou com a Princesa Redentora em prol da Sociedade de Beneficencia Brasileira, fundada sob seu augusto patrocínio, destinada a prestar assistencia aos nossos patricios.

Mantinha relações com nossos primos O'Connor: general Fernando Maria O'Connor, que se distinguiu no comando do exército francês em África, com seu irmão Artur O'Connor, netos de Artur O'Connor, irlandês, general de Napoleão, casado com a filha do marquês de Condorcet, filósofo e matemático.

O conhecimento com o Barão de Albuquerque revelaria novos aspectos sobre a personalidade de seu pai, o famoso político Holanda Cavalcanti, visconde e ministro de Estado.

O Dr. Gabriel Piza, ministro do Brasil em França, cerca-o sempre de atenções. Distinguem-no, também, o Barão de São Joaquim, condessa Monteiro de Barros, Barão de Nioac, Michel Calógeras e senhora, Condessa Pereira Pinto, Visconde da Penha e filhas, Visconde Rodrigues de Oliveira, Baronesa do Rio Negro, Baronesa de Suassuna, Baronesa de Madalena, Dr. José Paranaguá e senhora, Visconde de São Valentim, Viscondessa de Cavalcanti, Viscondessa de Santa Cruz, Baronesa de Matos Vieira, Visconde Augusto Corrêa, Marquês de Barral, e, mais, os titulares franceses: Barão de Rainville, Condessa de Boilaunay, Condessa Oppezi di Cherio, Conde Mac Carthy, Viscondessa de Gemur, Marquesa de Chanaz, Condessa Cambray Digny, Conde François La Tour du Pin Chambly La Charce, Condessa Frignet, Conde Maupas de Juglart e Conde Carlo Nardini.

A estada em Paris de Eduardo Prado proporcionou-lhe indizíveis momentos de satisfação. Estimavam-se reciprocamente.

Quando da morte deste seu grande amigo, externa seu sentimento: "A morte de Eduardo Prado é a maior desgraça que caiu sobre o Brasil, desde a abolição da Monarquia. Ele me procurava com frequência em São Paulo. Os paulistas devem levantar-lhe um monumento". (carta de 8-10-1901).

Surpreende-o, acolhendo com extraordinario agrado, sua admissão ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, iniciativa do inolvidavel Cesar Bierrenbach, que de seu proprio punho redigiu o seguinte convite (25-1-1904). "Tenho a honra de saudar, na data de hoje, ao eminente paulista de tão nobre estirpe e conterrâneo a quem o Centro de Ciências, Letras e Artes por proposta de seu fundador — o admirador de S. Excia. Revma. que estas linhas subcreve — deliberou nomear, por unanimidade de votos, Socio Correspondente, aguardando que S. Excia. aceite e enviando-lhe sua "Revista".

É com prazer indizível que no dia consagrado a São Paulo — o Apóstolo das Gentes — eu ligo S. Excia. a uma obra que venho construindo no Estado Natal e na terra do conagraçamento das gentes de todas as raças.

É com orgulho que espero que o digno enaltecendor do nome que tanto prezamos do Dr. Ricardo Gumbenton Daunt venha a dar a aprovação aos nossos esforços em prol da Patria e seu exaltamento."

Monsenhor Fergo assinala o trânsito de distintas personalidades brasileiras que o visitavam: Conselheiro Joaquim Nabuco, com quem tivera o prazer de jantar, Barão Homem de Melo, Dr. Samuel Mac Dowell, ilustre advogado no Pará, Barão e Baronesa de Brasi-

lio Machado, Dr. José Ulpiano Pinto de Souza, Antonio de Souza Queiroz e sua esposa dna. Vitalina Pompeu, tronco de respeitável família paulista e à qual ligar-se-ia por feliz matrimonio nosso prezado amigo e eminente mestre Dr. Afonso d'Escragnolle Tournay, presidente honorario deste sodalicio.

A correspondencia de Monsenhor Fergo constitui um longo capítulo da sua existencia.

Em consulta ao seu precioso arquivo, encontramos cartas de muitas personalidades brasileiras e estrangeiras.

Citaremos, do clero no Brasil, D. Eduardo Duarte e Silva, D. Duarte Leopoldo e Silva, D. José Marcondes Homem de Melo, D. João Corrêa Nery, D. José de Camargo Barros, D. Francisco do Régo Maia, D. Joaquim Silvêrio de Souza, D. Benedito Alves de Souza, Monsenhores Antonio Reimão, Camilo Passalacqua, Francisco de Paula Rodrigues, Martins Ladeira, Manuel Vicente, Antonio Nascimento Castro, Cônegos Valois de Castro, Macedo Costa e Vicente Van Tongel, primeiro superior dos Cônegos Premonstratenses em Pirapora.

Encontramos os seguintes nomes do clero estrangeiro: D. Eduardo, bispo de Oran; D. Francisco, bispo no Peru, D. José, Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Gerolamo Maria, Inter-nuncio Apostólico no Brasil, D. João de Dios, bispo de La Paz, D. Lasagna, bispo de Trípoli, D. Pedro, Arcebispo de Sucre, D. Batista Guide, Inter-nuncio Apostólico e Cardeal Svampa, Arcebispo de Bolonha.

Ainda no mesmo arquivo, foi-nos possível assinalar relações do Monsenhor Fergo com as seguintes personalidades: Bruno Chaves, Regis de Oliveira, Itiberê da Cunha, Carlos Magalhães de Azeredo e Oscar Teffé, expoentes da nossa diplomacia; Tristão Alencar Araripe e José Luiz Alves, do Instituto Histórico Brasileiro; Antonio Ferreira de Castilho, seu compadre, advogado, antigo deputado provincial em São Paulo, distinto católico e monarquista; professor Cândido Mendes de Almeida, Dr. João Mendes de Almeida, chefe monarquista conservador, ilustre jurista; Dr. José Corrêa de Sá e Benevides, lente de Direito em São Paulo; Dr. Luís de Paula, médico, talento promissor, falecido prematuramente; Joaquim Henrique de Araujo Oliveira, filho dos Viscondes de Pirassununga e neto do Barão do mesmo título e do Marquês de Olinda.

Destacamos, também: Dr. José de Almeida Prado, que durante muitos anos coligiu elementos sobre alguns troncos genealógicos paulistas, como atesta o conteúdo de suas cartas, mais tarde incorporados à grande obra de Silva Leme; Lourenço Nazareno de Almeida Prado, cujos estudos clássicos latinos, iniciados no Colegio São Luís em Itu, aperfeçoou-os em Roma, publicando "Carmina Varia" (1911, São Paulo) e em cujas páginas dedicou a seu antigo colega e amigo Monsenhor Fergo três Elegias, vasadas em primo-



roso estilo clássico; Dr. José Vicente de Azevedo, deputado e senador em São Paulo, Conde romano, fervoroso católico, nome ligado a muitas obras de benemerencia, fecundo provedor durante longos anos, da Irmandade do Santissimo, única no Brasil a ter representante no Congresso Eucarístico Internacional de Roma em 1905, cabendo a Monsenhor Fergo a satisfação de representá-la com o mais auspicioso êxito; Dr. Estevão Leão Bourroul, notavel publicista, autor de varios trabalhos biográficos e um dos três socios fundadores deste sodalicio.

Não poderíamos deixar de mencionar Domingos Teixeira Assunção e sua esposa D. Luisa, a quem chamavam D. Luizinha, protótipos de virtudes e fidalguia, seus compadres, por haver crismado, em São Paulo, um filho do illustre casal, o Dr. Paulo Álvaro Assunção.

Ainda como seus compadres, citaremos Leovigildo da Silva Prado e Dna. Lidia, que primavam em oferecer ao Monsenhor almoços à brasileira, assim relembando a Patria distante. Tão illustre e fidalgo casal sempre dispensou, juntamente com o casal Teixeira Assunção, as mais gratas atenções ao estimado compadre, principalmente durante os momentos de enfermidade.

Em suas muitas viagens pela Europa, constante era a sua preocupação em rever lugares e pessoas, recordar fatos ligados à sua familia ou à sua propria pessoa.

Quando na Espanha, Monsenhor evidenciou seus pendores genealógicos, pesquisando nos Arquivos da terra de Cervantes a origem dos Camargos seus antepassados.

Em Bordéus, visitou em Santo André de Cubzac o Instituto Saintê Marie, onde seu irmão Haroldo realizara brilhantes estudos de humanidades (1864-1867), preparando-se para o curso de medicina, que abandonaria a fim de seguir a carreira eclesiástica. Ali, palestrou com o Padre Vessiêre, contemporaneo de Haroldo.

Em Nice, tomou chá em casa de Sir Charles Gavan Duffy, irlandês, então com 85 anos de idade, fundador do jornal "The Nation", do qual seu pai, Dr. Ricardo, fôra por longos anos assinante.

Em Liège, na Bélgica, no decurso de agosto de 1900, teve a satisfação de visitar o bispo que o ordenara na Cathedral de São Paulo. Em Louvain, celebra no mesmo altar em que rezara a primeira Missa. Excursionando pela Espanha, tem palavras de carinho para com os padres Missionários do Coração de Maria, hoje denominados claretianos, que o recebiam sempre com as maiores demonstrações de amizade. Sendo hóspede deles, durante três dias em Almendralejo, na Extremadura Espanhola, teve à sua disposição, para passeios, a bela carruagem da fidalga e virtuosa matrona a Condessa de La Oliva.

Pode-se afirmar que durante toda a sua existencia na Europa

prodigalizou sempre seu fervor religioso em unção com seus nobres sentimentos de coração.

Em Alba de Torres, perto de Salamanca, celebra a Santa Missa diante do corpo de Santa Teresa de Jesus, no Convento das Carmelitas, em intenção à sua progenitora, Dna. Ana Francelina de Camargo, nossa avó.

Em Lourdes, cujo santuario à Virgem é emoldurado por formosíssima paisagem, que ainda mais robustece a fé e fomenta a piedade, dirige ardentes preces pelo descanso eterno de todos aqueles iluminados pelas chamas da lâmpada votiva da sua terna afeição.

Comprou-se conversando com os parentes de Bernadete.

Em São Vicenté de Fora, Portugal, por duas vezes, visita os veneráveis despojos de D. Pedro II e Dona Teresa Cristina, celebrando pela intenção dos augustos monarcas.

Roma proporciona-lhe sua costumeira e confortante visita ao Santo Padre.

Regozija-se ao rever seu velho amigo, Internúncio no Rio de Janeiro, o Cardeal Gotti, que o convida para jantarem juntos e assim melhor poderem conversar sobre assuntos referentes ao Brasil.

Em maio de 1907, teve o grande júbilo de receber em Paris a visita de sua irmã D. Alicia, nossa dileta e saudosa tia, e com ela percorre as principais cidades europeias.

Esse fato tão alviçareiro, para quem como ele dedicado ao extremo ao cultivo da amizade fraternal, modificou o ambiente de sua casa, um apartamento no quinto andar, à rue Poussin, 15, bairro de Auteuil, onde residia desde 1904.

Dna. Alicia, senhora piedosa, muito se alegrava em poder ouvir em casa, diariamente, a Santa Missa, em face da faculdade de "altar privilegiado perpetuo" concedida a Monsenhor Fergo.

A cozinha passou a ser exclusivamente à brasileira, ou melhor, à paulista, sendo que D. Alicia, senhora de grandes dotes caseiros, orientava os trabalhos domésticos, prescrevendo o receituário de nossa arte culinária.

Com a estada de D. Alicia em Paris, um dos primeiros atos de Monsenhor Fergo foi levá-la a conhecer e homenagear D. Isabel, a Redentora.

Em dia aprazado, compareceram ambos ao palacete do Boulevard de Boulogne, onde, previamente recebidos pelos Barões de Muritiba, foram levados à presença da Excelsa Senhora, que se encontrava acompanhada do seu esposo o Conde d'Eu.

Constituiu momento de indizível emoção para D. Alicia, devotadíssima cultora da memória dos imperadores D. Pedro II e D. Teresa Cristina.

D. Isabel, sabedora do seu acendrado espírito monarquista, acolheu-a sob forma muito carinhosa.

No decurso da conversação, D. Isabel, conhecendo, através de Monsenhor Fergo, seus intransigentes princípios monárquicos, que chegara até a ameaça de ruptura de relações com seu irmão, nosso pai Dr. Rogerio, se o mesmo viesse a consentir na inclusão de seu nome na chapa em cogitação para deputado estadual, aproveitou o ensejo para fazer-lhe amistosa admoestação:

“Desaprovo sua atitude. Nenhum brasileiro deve recusar a prestar seus serviços à Patria”.

“Mais formoso exemplo de patriotismo não poderíamos a excelsa Redentora”, na frase do escritor Hermes Vieira, a quem narramos o ocorrido, estampado em seu formoso livro “A Princesa Isabel no cenário abolicionista do Brasil” (1941).

De volta a Campinas, após um ano de ausência, D. Alicia passou a manter regular correspondência com a família imperial, assim como com a Baronesa de Muritiba, dama de honra do serviço da Princesa, de quem se tornou afeiçoada amiga.

Em 1908, teve Monsenhor Fergo a oportunidade de tomar parte no Congresso Eucarístico em Londres, contando como companheiro seu amigo o operoso sacerdote Monsenhor Camilo Passalacqua.

Muito poderíamos discorrer ainda sobre Monsenhor Fergo, mas quem com pincel de mestre traça o seu retrato físico, moral e intelectual é Carlos Magalhães de Azeredo, fino cultor das letras e brilhante diplomata, que atingiu as culminâncias de embaixador do Brasil junto ao Vaticano.

Vejamos.

Versando sobre a data centenária do Dr. Ricardo (1818-1918), pai de Monsenhor, fornece-nos preciosas informações.

Ei-las:

“... Do filho (Monsenhor Fergo), porém, excelente sacerdote, e letrado de sadia cultura, fui amigo, não obstante a diferença de idade, desde o meu curso de estudante na Capital paulista. Como o pai, tinha ele viajado assaz; não só pela Europa, mas — o que é mais raro — por varios países da nossa América também. Era fino observador, e com os elementos criteriosamente conferidos da própria experiencia, completava, corrigia quando necessário, os fornecidos pela lição dos autores modernos e antigos. Utilizava-os com discernimento no officio de educador, que exercia então, guiando alguns rapazes pelos caminhos das humanidades. Eu não fui dêsse número, mas nem por isso deixei de aprender da sua viva voz cousas novas e interessantes. Gostava especialmente de ouvi-lo discorrer sobre terras, gentes, e costumes estrangeiros. Iam essas narrativas e oportunas considerações lisonjeando, embalando o sonhante desejo de peregrinar pelo mundo, que eu sentia intensíssimo na adolescencia, e que ainda não arrefeceu de todo por certas partes dele.

Do pai venerado falava-me o Padre Fergo com frequencia. Conheci-lhe assim a biografia, os méritos, e a historia da familia, à qual o bom sacerdote era muito afeiçoado. Conquanto de tipo diferente, não tinha êste menos originalidade física do que o velho médico, originalidade que se estendia a muitos hábitos de vida, à maneira de andar e de rir, à pronuncia peculiar de certas letras, sobretudo do s, que acentuava extraordinariamente. Assim o tratei e apreciei simples presbítero, como depois prelado, protonotário apostólico. Pequenas excentricidades atestavam nele, como em outros homens de valor, uma independência, afinal de contas simpática, diante da opinião alheia; e permitiam mesclar um sorriso de hilaridade amiga, que êle mesmo de boa vontade partilhava, ao profundo respeito que inspiravam a sua real cultura e o seu coração verdadeiramente angélico. Pois, com todo o seu conhecimento de livros e de alma, conservava uma indulgencia, uma ingenuidade encantadoras. Incapaz de pensar ou praticar o mal, nunca o presumia nos outros, e, se não o podia negar, tais fossem as provas, preferia o papel de advogado ao de juiz, agarrando-se a tôdas as circunstancias atenuantes. E era consolador verificar essa clemencia espontânea e fundamental num homem que ocupou elevadas posições na hierarquia eclesiástica, entre outras a de vigario geral da diocese de São Paulo, e documentou o seu valor em estimaveis trabalhos.

É incontestavel que o filho (Monsenhor Fergo) continuou e enriqueceu, ainda que em rumo diverso, a obra intelectual e patriótica iniciada pelo seu digno progenitor. Não ha, pois, demasia em citar, ao lado deste, o herdeiro virtuoso e ilustrado de um nome, que já da Irlanda avoenga trazia títulos de tanta gentileza” (11).

Meditando-se sobre o conjunto de elementos que integravam sua personalidade, permitimo-nos, sem ostentação, aplicar-lhe o conceito atribuido a um ilustre romano: “Sua lhaneza não era sem severidade, nem sua gravidade sem condescendência; de maneira que era difficil determinar, qual era maior, se o respeito, se a afeição de seus amigos para com ele” (12).

Manteve sempre grande reputação como emérito educador, advinda não só de sua vasta e sólida illustração, como também pelo carater sem jaça, que sobremaneira o distinguia.

Assim, contribuiu, de forma decisiva, para o estabelecimento no Brasil de muitas congregações religiosas de ambos os sexos, dedicadas ao ensino, e que hoje concorrem para o nosso progresso intelectual.

Interferiu com manifesto successo, a pedido de D. João Batista

(11) Azeredo (Carlos Magalhães) — Dr. Ricardo G. Daunt, in Rev. do Brasil, n.º 50 — fev. 1920, São Paulo e Rio.

(12) Nepote (Cornélio) — Vidas dos Capitães Ilustres — Tradução por João Felix Pereira — Lisboa, 1856.

Corrêa Nery, então bispo de Pouso Alegre, Minas Gerais, para a vinda das primeiras religiosas, que aqui aportaram sob a direção da zelosa irmã Pierre de Sauveur, da Congregação de Nossa Senhora do Calvário, cuja sede é em Gramat (Lot), França.

Encorajou, levando a melhor termo, a fundação em Belo Horizonte do Colegio Santa Maria, dirigido pela benemérita irmã Colombe de Jesus, coadjuvada pelas suas companheiras de hábito, filia-das à Congregação Dominicana, instalada em Sèvres, nas cercanias de Paris.

Quando da enfermidade que o levou ao túmulo, Dna. Alicia partiu do Brasil expressamente para assistir seu irmão. Assim, nos seus últimos momentos, a 1.º de janeiro de 1911, Monsenhor Fergo teve sempre ao seu lado a companhia da irmã querida, que lhe prodigalizava atenções verdadeiramente maternas e, sobretudo, com o carinho da sua presença, o conforto da família.

Em seu testamento dispôs: "Quero que o meu enterro seja de oitava classe e muito humilde". Súplica de quem "Deu à Igreja as luzes de sua inteligencia e os ardores de seu coração, servindo-a sempre com zelo esclarecido e exemplar dedicação" (13).

Monsenhor Fergo abençoou perante Deus e a Sociedade o enlace matrimonial de meus queridos pais. Hoje, quando a pátina do tempo cobre de saudades e respeito a figura do grande sacerdote, eu e os meus voltamos nossas preces ao Criador, com o fervoroso sentimento de gratidão por mais esta graça concedida.

Participamos desta data, para nós repleta de evocações e exemplos, com o coração voltado para Deus, numa prece de saudades e de agradecimentos.

O ilustre Auditorio, que sobremaneira enfeita e distingue esta homenagem tão cara e ao mesmo tempo tão sublime, tem para o orador o significado de inconfundível apreço ao nosso homenageado, que tanto soube honrar e dignificar as tradições do nosso Povo e, quando a serviço de Deus, como seu Ministro na terra, jamais deixou de levar ao próximo a palavra confortadora da nossa Santa Igreja, sempre atenta à virtude como saúde da alma, iluminando o caminho de nossa vida com a sabedoria de seus ensinamentos.

Assim, para terminar a incumbencia que me fôra feito cargo e desejoso de enfeitar com escolhidas flores o final de minha desataviada palestra, realçarei aqui as palavras da moção com que o deputado Pe. João Batista de Carvalho sublimou perante a Assembléia Legislativa do Estado a memória de Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre — "prelado de preclaras virtudes, varão de insigne cultura, paulista da mais alta expressão moral e social,

(13) Pensamento de Monsenhor Manfredo Leite à memoria de Monsenhor Fergo, na data do seu centenário de nascimento (1849-1949).

cuja vida constitui um tecido luminoso de exemplos, e de serviços prestados à Religião tanto quanto à terra e à gente paulista" (14).

#### FONTES DE CONSULTA

- 1) — Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo
- 2) — Arquivo particular do A.
- 3) — Bibliografia citada no texto
- 4) — Bourroul (Estevam Leão) — O Doutor Ricardo Gumbleton Daunt — Tip. Espindola, Siqueira & Cia. — São Paulo, 1900.
- 5) — Livro de Ouro de Ricardo Gumbleton Daunt (Primeiro Centenário do seu nascimento (1818-1918) — Cardoso Filho & Cia. — São Paulo, 1918.
- 6) — Relação de alguns trabalhos de Monsenhor Fergo:
  - 1 — "Persecution in Brazil", in "The weekly register and Catholic Standart", Londres, 10 de outubro de 1874, ventilando a chamada questão religiosa — D. Vital e D. Macedo, respectivamente bispos do Ceará e do Pará.
  - 2 — Colaborou no "Monitor Catholico", do qual foram fundadores, 12 de outubro de 1879, Estevão Leão Bourroul e Tiburtino Mondim Pestana, em sua segunda fase, a partir de junho de 1881.
  - 3 — "O Dia 20 de setembro de 1882", in "Apóstolo", Rio, data cita, sob pseudônimo "Sensistrato Campinense".
  - 4 — "Glorias e revezes", in "Apóstolo", cit., de 19 de setembro de 1884.
  - 5 — Correspondência, in "Correio de Campinas", 23 de janeiro de 1887, enviada da Bolívia, onde o articulista se encontrava, sendo qualificada pela redação do jornal "como primor literário".
  - 6 — "Notas sobre la educacion cristiana", in "Estrella de Tarija", jornal do qual foi fundador D. Tomas O'Connor d'Arlach, poeta, historiador e, mais tarde, senador boliviano.
  - 7 — Diretor do quinzenario "El Sentinela Católico", editado em Tarija, Bolivia, 1889, do qual foi um dos fundadores com Manuel O. Jofré e Eusebio Lema.
  - 8 — Discurso (proferido na noite de 20 de maio de 1897, saudando a oficialidade da Marinha Chile-

---

(14) Carvalho (Padre João Batista) — Discurso proferido na Assembléa Legislativa de São Paulo — in Diário Oficial do Estado, de 4 de maio de 1949.

na, na recepção em palacio, oferecida pelo presidente Campos Sales) in "O Imparcial", S. Paulo, de 23 de maio daquele ano, transcrito in "El Mercurio", sob o título "Amistad brasileño-chilena — 25 de janeiro de 1941 — Santiago — Chile.

- 9 — Em 1899, os filólogos discutiam a grafia do nome Brasil, se com z ou com s. Monsenhor Fergo não ficou alheio à discussão. Ver: Leituras Brasileiras, Álvaro Guerra, 1910.
- 10 — Correspondência, datada de 30 de setembro de 1903, de Freiburg — in Breisgar, Alemanha, in "Revista Catholica", de 10 de outubro de 1903, Vizeu — Portugal.

## A Expedição de 1501-1502 e Amerigo Vespucci

TOMÁS OSCAR MARCONDES DE SOUZA

O único cronista português que dá noticia do envio, pelo rei D. Manuel, de uma expedição exploradora ao litoral brasileiro em 1501, é Antonio Galvão na sua obra publicada em Lisboa em 1563 sob o título: — “*Tratado dos Descobrimentos*”. A passagem do livro de Galvão fazendo referencia à expedição ora em estudo é muito sucinta e diz: “Neste mesmo anno de 501 e mês de Mayo partirã tres nauios da cidade de Lixboa por mando del Rey dom Manuel, a descobrir ha costa do Brasil, e foram a ver vista das Canarias, e da hi o cabo Verde, tomarã refresco em Beziguiche, passada a linha da parte do sul, foram tomar terra no Brasil em cinco graus daltura, e forã por ella ate trinta e dous pouco mais ou menos, segundo sua cõta, donde se tornaram no mes de Abril por auer já lá frio, e tormenta, poseram neste descobrimento e viagê quinze meses, por tornarem a Lixboa na entrada de Setembro” (1). Como é facil verificar, Antonio Galvão deu esta sumaria nota de viagem da expedição de 1501, tomando-a ou da carta *Mundus Novus* ou da *Quatuor Navigationes*.

O silencio dos demais cronistas portugueses, tais como Castanheda, João de Barros, Damião de Goes, Gaspar Correa, Jerônimo Osorio e outros sobre a expedição de 1501, bem assim a falta de qualquer documento nos arquivos portugueses provando a passagem de Vespucci por Portugal, levou o Visconde de Santarém a escrever a 15 de julho de 1826 a famosa carta a Navarrete, onde há este tópico: “Nem nas chancelarias originaes del rei D. Manuel desde 1495 a 1503 inclusive, nem nos 82.902 documentos do corpo cronologico, nem nos 6.095 do corpo das gavetas, nem nos numerosos maços das cartas missivas dos reis e outras personagens aparece em documento algum o nome de Vespucci” (2).

(1) Antonio Galvão — “*Tratado dos Descobrimentos*”, 3.ª edição, Porto, 1944, paginas 150 e 151.

(2) Navarrete, “*Coleccion de los viages y descubrimientos*”, etc., edição argentina, volume III, paginas 309 a 314.



Porém hoje em dia com as pesquisas feitas nos arquivos europeus, notadamente nos italianos, por ocasião da comemoração do quarto centenário do descobrimento da América, de que resultou virem à luz preciosos documentos que provam de modo irrefutável as viagens de Vespucci ao Novo Mundo e, particularizando, ao Brasil, todos os argumentos de que se serviu Santarém para negar as viagens do Florentino, esboroaram-se como um castelo de cartas.

Das viagens atribuídas a Vespucci, a mais comprovada de todas, como passamos a demonstrar, é justamente aquela ao Brasil em 1501-1502.

Piero Rondinelli escrevendo de Sevilha para Florença em 3 de Outubro de 1502, dando notícia da chegada de navios que tinham ido à Índia, documento este existente na Biblioteca Riccardiana de Florença, diz: "*Amerigho Vespucci arèu qui fra pochi di, el quale à durato asai fatiche e d'uto pocho profitto, che pure meritava altro che l'ordine: è re di Portoghallo arendò le terre che lui dischoporse a certi Christiani nuovi, e sono obrighati a mandare ongni anno 6 navili e dischoprire ongni anno 300 leghe avanti, e fare una forteza nel dischoperto e mantenella detti 3 anni, e'l primo anno non paghano nulla, e'l secondo el 1/6, el terzo el 1/4, e fanno chonto di portare verzino asai e schiavi, e forse vi troveranno chose d'altro profitto*" (3). Isto é: "Amerigo Vespucci estará aqui dentro em poucos dias, o qual suportou bastantes fadigas e teve pouco proveito, pois merecia mais que a ordem; e o rei de Portugal arrendou a terra que ele descobriu a certos cristãos novos que são obrigados a mandar cada ano 6 navios para descobrir cada ano 300 leguas além e a construir uma fortaleza no (território) descoberto e mante-la nos ditos 3 anos; e no primeiro ano nada pagam, no segundo um sexto, no terceiro um quarto, e fazem conta de trazer pau brasil e escravos, e talvez achem outras coisas de proveito".

Na carta que Giovanni da Empoli escreveu de Lisboa em 16 de setembro de 1504 a seu pai residente em Florença, narrando a sua viagem à Índia com Afonso de Albuquerque, documento esse arquivado na Biblioteca Nacional de Florença, Códice Magliabecchiano, há uma passagem que diz: "... *e dessa partiti et navichando pure in decta volta, ci trovamo tanto avanti come la terra della Vera Crocie, è si nomata, altra volta dischoperta per Amerigho Vespucci, nella quale si fa buona somma di chassia et di verzino*", etc. (4). Isto é: "... *e partindo d'aí e navegando na dita volta, nos achamos tanto avante com a terra de Vera Cruz, assim chamada, em tempo descoberta por Amerigo Vespucci, na qual se faz boa soma de canafistula e pau-brasil*", etc.

Como acabamos de ver, existem dois documentos de indiscutível

(3) "*Raccolta Colombiana*", parte III, volume II, paginas 120 e 121.

(4) "*Raccolta Colombiana*", parte III, volume I, paginas 180 e 181.

valor, fazendo claras alusões à viagem de Vespucci ao Brasil, porém sem precisar a data da mesma. Mas o Florentino na carta a Lourenço de Pier Francisco de Medici, expedida de Cabo Verde a 4 de junho de 1501, esclarece que a partida da expedição foi de Lisboa, a 13 de maio desse ano.

Em 12 de outubro de 1502, Pietro Pasqualigo, embaixador de Veneza, na Espanha, enviou à Senhoria uma carta sumariando notícias que lhe foram transmitidas por Giovanni Francesco Affaitato, em carta expedida de Lisboa em 10 de setembro desse mesmo ano. Nesse despacho de Pasqualigo há um tópico que diz: . . . "*le carovale, mandate l'anno passà a scoprire la terra di Papagà o ver di Santa Croce, a 22 luio erano ritornate; e il capetaneo referiva aver scoperto piú de 2500 mia di costa nova, nè mai aver trovato fin de ditta costa*"<sup>(5)</sup>. Isto é: . . . "as caravelas, mandadas no ano passado a descobrir a terra dos papagaios ou de Santa Cruz, a 22 de julho tinham tornado; e o capitão referia ter descoberto mais de 2500 milhas de costa nova, e não ter nunca achado o fim dela".

Assim, pois, a carta de Pasqualigo à Senhoria de Veneza, confirma plenamente a de Vespucci ao Medici, isto é, a partida em 1501 de uma expedição portuguesa encarregada de explorar o litoral brasileiro, na qual tinha este navegante e cosmógrafo tomado parte.

Sobem porém de importancia para provar ter Vespucci participado em 1501 da expedição portuguesa ao Brasil, os fatos ocorridos na reunião havida em Sevilha a 13 de novembro de 1515, dos quais nos dão notícia os documentos existentes na *Casa de la Contratacion* dessa cidade, publicados por Muñoz e depois por Navarrete. Nessa junta não tiveram assento pessoas obscuras, rudes marinheiros, como ocorreu no célebre processo conhecido por *Pleitos de Colon — Probanzas del Fiscal*. Tomaram parte nela os mais famosos pilotos da Espanha e aí se cuidou de estudar o melhor meio de ser estabelecida a linha de demarcação, de que cogitava o Tratado de Tordesillas.

Vindo à baila a questão referente à posição geográfica do cabo de S. Agostinho, foi por Sebastião Caboto, piloto-mor da Espanha, declarado: "Que hasta verse el dicho cabo de S. Agustin, é correrse la costa hasta los términos que estan limitados por el Rey nuestro Señor y el Rey de Portugal no se puede determinar cosa ninguna que bien determinada sea, *si no se da crédito à una navegacion que Amérigo, que haya gloria, hizo, que dice que partiò de la isla de Santiago, que es à cabo Verde al poniente al susudueste 450 leguas, é dice así: que hallándose en 8º, pudiendo poner por el ueste la proa, que se habrá doblado el cabo. Lo cual creo ser así, por quanto el mismo lo tomò el altura en el dicho cabo, y era hombre bien experto en las alturas*". João Vespucci, sobrinho de Amerigo, disse o seguinte: "Digo que el cabo de S. Agustin esta

(5) "Raccolta Colombiana", parte III, volume I, pagina. 91.

8º de la linea equinocial hácia el sur . . . *é esto lo digo por dicho de Amérigo Vespucci . . . que fué allá dos viages al dicho cabo, é allí tomó el altura muchas veces, é desto tengo escritura de su mano propia, cada dia por qué derrota iba, é cuántas leguas hacia; é dice que se corren con la isla de Santiago, nornordeste sursudueste, é hay 420 leguas.* Así que, señores, si S. A. quiere, por este dicho de Amérigo se podrá averiguar; é si no hay otro remedio, que S. A. arme una carabela é otra el Rey de Portugal, é que se envíe á ver lo cierto". Nuño Garcia declarou: "*que se debe dar crédito á Amerigo . . . el cual fué al cabo de S. Agustin, y tomó su derrota desde la isla de Santiago, que es al occidente del cabo Verde al sursudueste 400 leguas y mas 50: y me decia muchas veces que podia poner el cabo en 8º, haciendo yo cartas en su casa*"; y despues de sus dias lo mismo he hecho. Y aunque Andres de Morales diga lo contrario y diga que fué á descubrir por el Rey de Portugal, no creo yo que si él lo hiciera maliciosamente, que me lo mandara á mí poner estando en Castilla" (6).

Quanto à cartografia, temos o planisferio de Cantino que, como sabemos, foi desenhado em 1502 em Lisboa e por cartógrafo português, presumidamente oficial, como diz Duarte Leite (7). Esse mapa que foi o primeiro a ser desenhado após o descobrimento do Brasil por Cabral, evidencia que, depois do feito deste capitão, houve uma viagem de exploração do litoral brasileiro por frota portuguesa, desde um ponto denominado cabo de S. Jorge, que ora identificam com o cabo de S. Agostinho, até o de Santa Marta que está aproximadamente a 26 graus de latitude sul.

À vista do que até agora temos exposto, podemos afirmar que Vespucci partiu de Lisboa em 1501 com uma expedição portuguesa que ia explorar o litoral brasileiro, e que dessa viagem regressou em 1502.

O estudo das viagens do Florentino constitui uma serie de intrincados problemas a serem resolvidos, devido às inumeras controversias que sobre elas existem. Com referencia àquela de que ora nos ocupamos, importa considerar: qual tenha sido o seu comandante; se teve ou não cunho oficial; qual a extensão do litoral atlântico da América do Sul por ela percorrido; que papel nela representou Vespucci.

Tratando-se do nome do comandante, nada de positivo se sabe, apesar das mais acuradas investigações até hoje feitas. Os panegiristas de Vespucci apontam-no como o comandante. Capistrano de Abreu é de opinião que foi André Gonçalves. Varnhagen crê que tenha sido D. Nuno Manuel. Outros indicam Gonçalo Coelho ou Gaspar de Lemos. Nós não temos a pretensão de poder indicar

(6) Navarrete, obra citada, edição argentina, volume III, paginas 319 e 320.

(7) "Historia da Colonização Portuguesa do Brasil", volume II, pagina 426.

um nome para o comandante dessa expedição, e defender de modo convincente essa nossa opinião. Mas conjecturas por conjecturas, não deixa de ter cabimento ter sido o comandante quem levou a boa nova do descobrimento e quem conhecia o caminho de ida e volta, isto é, Gaspar de Lemos.

O professor Duarte Leite é de opinião que a expedição de 1501-1502 não foi estipendiada pelo Governo Português, mas sim pelo banqueiro florentino residente em Lisboa de nome Bartolomeu Marchioni, de parceria com os judeus conversos, da qual o comando foi confiado a Fernão de Noronha. Para chegar a essa conclusão, o referido professor luso entende que se deve ler *Quaresma* o nome da ilha *Anaresma* assinalada a cerca de 9 graus de latitude sul, no planisfério de Cantino. Após esse conceito, procura identificar a ilha em apreço com a atual Fernão de Noronha, e, desse modo, atribui a sua descoberta à expedição de Noronha que, de torna viagem a Lisboa, teria avistado essa ilha nos últimos dias da *quaresma* de 1502 (8).

Mas a ilha Fernão de Noronha está a 3 graus e 50 minutos de latitude sul e a *Anaresma* a 9 graus; aquela afastada do litoral brasileiro 60 leguas, e esta quasi o dobro, isto é, 104 leguas. Ora, como não é admissível em hipótese alguma que os pilotos portugueses, no dizer de Duarte Leite, "os mais peritos de quantos então sulcavam os mares", tivessem fornecido dados tão errados ao cartógrafo que desenhou o mapa de Cantino, somos propensos a admitir que se trata de uma ilha imaginária, pois convem pôr aqui em relevo que, exclusão feita do planisfério de Cantino, *nenhum dos mapas portugueses ou de protótipos portugueses desenhados antes de 1503* (Kunstmann 11 e 111 e de Hamy), que é o da descoberta da ilha de Fernão de Noronha, traz esta ilha ou nome que foi eliminado no mapa de Canerio que, como sabemos, é uma copia melhorada do planisfério de Cantino, quiçá obra do mesmo cartógrafo.

Nós sabemos pelo relatório de Lunardo de Ca'Masser, escrito de 1506 a 1507, cujo texto e tradução se encontram no volume da Academia das Ciências de Lisboa, comemorativo do quarto centenario do descobrimento da América, que Fernão de Noronha era concessionario e associado de cristãos novos que arrendaram a "Terra de Santa Cruz". Por outro lado, pela carta que Piero Rondinelli enviou de Sevilha a Florença em 3 de outubro de 1502, fica evidenciado que esse arrendamento foi pelo prazo de tres anos. Como D. Manuel ao conceder a 6 de outubro de 1503 certos privilegios a mercadores alemães, diz que o contrato de arrendamento de Fernão de Noronha terminava em 1505 (9), segue-se que esse contrato só poderia ter sido assinado nos últimos meses de 1502. Acresce esta

(8) "O mais antigo mapa do Brasil", na "Historia da Colonização Portuguesa do Brasil", volume II, paginas 253 a 255 e 275 a 279.

(9) Arquivo da Torre do Tombo -- "Chancelaria de D. Manuel", livro XXII, folhas 25.

circunstancia. Não é admissível que Noronha e os cristãos novos assinassem o contrato de arrendamento da "Terra dos Papagaios", submetendo-se às cláusulas de grandes responsabilidades que conhecemos, sem que previamente tivessem notícias seguras dessa região e do que nela podiam explorar com o objetivo de lucros. Portanto, só depois do retorno da expedição de 1501-1502 da qual tinha Vespucci participado, é que o contrato foi firmado entre as partes interessadas, e só depois disso é que Noronha partiu para o Brasil.

Tudo induz a admitir que a expedição de Noronha zarpou de Lisboa no começo de 1503 para a "Terra de Santa Cruz", pois os últimos meses do ano de 1502 eram impróprios para uma navegação a essa região, visto que, como diz Duarte Leite, "a experiencia portuguesa da travessia atlantica recomenda seu começo no decurso do primeiro semestre; e neste periodo partiram todas as armadas da India, ás quais o "Esmeraldo" aconselha o primeiro trimestre, dando preferencia a fevereiro" (10). É bem provavel, pois, que Fernão de Noronha tendo partido para o Brasil, no decurso do primeiro semestre de 1503, tenha a 24 de junho desse ano descoberto a ilha de S. João, hoje Fernão de Noronha, que lhe foi doada a 16 de janeiro de 1504, com a declaração de que a tinha descoberto recentemente (11).

As noticias que então tinham, principalmente em Portugal, da terra achada por Cabral, não eram animadoras. Os seus habitantes eram selvagens que viviam completamente nus, alguns até antropófagos. Quanto à existencia de metais, preciosos ou não, nenhum sinal. Abundancia só de pau-brasil, papagaios e macacos. Assim sendo, achamos muito difficil que Bartolomeu Marchioni (12), que tinha nessa ocasião toda a sua atenção voltada para os magnos problemas relacionados com o comercio das especiarias e drogas do Oriente, fosse desviar qualquer de seus navios que partiam para a India, de onde voltavam carregados de mercadorias, que valiam somas fabulosas, para manda-los ao Brasil em busca de papagaios, macacos e pau-brasil.

Após o descobrimento do Brasil por Cabral, não se conhece nenhum documento que, direta ou indiretamente, faça alusão a ter-se Bartolomeu Marchioni associado a qualquer expedição enviada ao Brasil antes daquela da nau *Bretoa*, armada por ele, Benedito Moreli, Francisco Martins e Fernão de Noronha, a qual partiu de Lisboa a 22 de fevereiro de 1511 para a "terra do brasil". Mas nessa época,

(10) "Duarte Pacheco e o Brasil", no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, 7 e 14 de julho de 1929.

(11) "Alguns Documentos da Torre do Tombo". Lisboa, 1892, pagina 460.

(12) Diz Jaime Cortesão ("Revista Portuguesa", São Paulo, 1930, tomo I, fasciculo I): "O grande conselheiro e auxiliar financeiro da empresa dos descobrimentos e da organização do comercio da India, durante os reinados de D. João II e D. Manuel, foi o florentino Bartolomeu Marchioni".

esse modo de agir de Marchioni se justifica. O comercio das especiarias e drogas do Oriente, não mais constituia para ele uma especie de monopólio, visto que D. Manuel tinha permitido que firmas alemãs, tais como as casas Függer, Welszer, Hockstetter, Hyrssfogel, Imhof, etc., também armassem navios e os incorporassem às armadas que partim para a Índia, a fim de trazerem aos mercados da Europa as preciosas mercadorias dessa região asiática.

Até aqui, temo-nos limitado a contestar ter sido a expedição de 1501 estipendiada por Marchioni de parceria com judeus conversos e comandada por Fernão de Noronha. Vejamos agora si ela partiu, a mando de D. Manuel, portanto à custa da Coroa.

Pedro Martir de Angleria diz que Vespucci: "*navegou até o Antartico, muitos graus além da linha equinocial, com os auspícios e estipendios dos portugueses*" (13). Giovanni Matteo Cretico, nuncio de Veneza em Lisboa, na descrição que fez da viagem de Cabral ao Brasil e à Índia, mais conhecida por "Relação do Piloto Anônimo", enviada por Trevisan, secretario da embaixada veneziana na Espanha, ao almirante Domenico Malepiero, diz que de volta de Calicute para Portugal, a frota de Cabral encontrou-se em Cabo Verde *com tres navios que o rei D. Manuel mandava para explorar o litoral brasileiro*. São estas as palavras textuais desse tópico da "Relação do Piloto Anônimo": "*Chegamos ao cabo de Boa Esperança no dia de pascoa florida e daí fez bom tempo com o qual atravessamos e viemos á primeira terra junta com o Cabo Verde, em Besenegue, e aí encontramos com tres navios que o nosso rei de Portugal mandava a descobrir a nova terra*" (14). Por sua vez Vespucci na carta que de Cabo Verde enviou ao Medici em 4 de junho de 1501, declarou que: "*fui chamado, stando a Sibilia dal Re di Portogallo, e mi pregó che mi disponesi a servillo per questo viaggio i nel quale mi imbarcai a Lisbona*" . . . (15). Isto é . . . "fui chamado, estando em Sevilha, pelo rei de Portugal, e pediu-me que me dispusesse a servi-lo nesta viagem e para a qual me embarquei em Lisboa" . . .

Todas essas citações poderão ter pouco valor para se poder afirmar ter D. Manuel mandado em 1501 uma expedição para explorar o litoral brasileiro como aconselhava Cabral (16). Mas quando

(13) "*De Orbe Novo*" (Décadas del Nuevo Mondo), Buenos Aires, 1944, década II, livro X, capítulo I, pagina 189.

(14) "*Paesi Nouamente retrouati e Novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino intitulado*". Edição facsimilar daquela de 1508, feita pela Princeton University, 1916, pagina 99.

(15) Henry Vignaud, "*Americ Vespuce*", Paris, 1917, pagina 403.

(16) "E perguntou (Cabral) a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podiamos saber, por irmos de nossa viagem. E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria bem". (Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel, folha 6).

deparamos com um documento, *tal seja um termo lavrado por tabelião publico de Lisboa* que declara pôr o seu sinal público em testemunho da verdade, não podemos deixar de reconhecer que ele tem valor irrestingível para elucidar de uma vez por todas a questão em apreço.

Tal documento é um ato notarial de Valentim Fernandes, *tabelião publico de Lisboa*, lavrado em 20 de maio de 1503, para acompanhar a imagem de um tupi e a pele de um jacaré, enviados a Bruges por um mercador flamengo, ato esse cujo original em latim pertence ao célebre Códice de Conrado Peutinger da Biblioteca de Stuttgart. Desse documento consta a descrição da viagem de Cabral ao Brasil e há uma passagem referente à expedição portuguesa enviada ao nosso país em 1501 a qual diz: "*Passados dois anos, uma outra armada do mesmo cristianissimo rei, destinada a esse fim, tendo seguido o litoral daquela terra por quase 760 leguas, encontrou nos povos uma só lingua, batisou a muitos e, avançando para o sul, chegou até à altura do polo antartico, a 53 graus, e tendo encontrado grandes frios no mar voltou á patria*". E depois de algumas outras palavras, vem o fecho desse documento que diz: "*E eu Valentim Fernandes da Moravia, tabelião publico por ordem do mesmo rei de Portugal, li a carta presente diante da regia majestade, dos seus barões, supremos capitães e pilotos ou governadores dos seus navios da supracitada terra dos antipodas com o novo nome de Terra de Santa Cruz e todos unanimemente a confirmaram e eu coligi tudo isto dum livro escrito por mim, mediante a narração de dois homens da terra acima referida, e abaixo assinados, que durante 20 meses lá moraram e afirmo que tudo é verdadeiro pelo que vi e me relataram. Em testemunho do que aponho aqui o meu sinal publico, a 20 de maio de 1503, por assim o ter escrito acima. Valentim Fernandes esta carta em verdade*", etc. (17).

Segundo as cartas que de Cabo Verde e de Lisboa, escreveu Vespucci a Lourenço de Pier Francisco de Medici, respectivamente em 1501 e 1502, a expedição partiu de Lisboa a 13 de maio de 1501, e, após 64 dias de navegação, com parada em Cabo Verde para abastecimento, chegou a um ponto do litoral brasileiro de onde rumou para sudoeste acompanhando a costa, correndo cerca de 800 leguas e atingindo 50 graus de latitude sul, de onde voltou para Portugal devido ao intenso frio.

Varnhagen (18) diz que o chefe da expedição, "com o calendario na mão, foi sucessivamente batizando as diferentes paragens

(17) A. Fontoura da Costa — "*Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes*", Lisboa, 1939, paginas 91 a 96.

(18) "*Historia Geral do Brasil*", 3.<sup>a</sup> edição, Companhia Melhoramentos de São Paulo, volume I, paginas 93 e 94.

da costa, designando à posteridade o dia em que a elas aportava, do modo seguinte”:

- a 28 de agosto no cabo de *S. Agostinho*
- a 29 de setembro no rio de *São Miguel*
- a 30 de setembro no rio de *São Jerônimo*
- a 4 de outubro no rio de *São Francisco*
- a 21 de outubro no rio das *Virgens*
- a 1 de novembro na baía de *Todos os Santos*
- a 13 de dezembro no rio *Santa Luzia*
- a 21 de dezembro no cabo de *São Tomé*
- a 25 de dezembro na baía do *Salvador*
- a 1 de janeiro no rio de *Janeiro*
- a 6 de janeiro na *Angra dos Reis*
- a 20 de janeiro na ilha de *S. Sebastião*
- a 22 de janeiro no porto de *S. Vicente*.

Henry Harrisse <sup>(19)</sup> apresenta uma outra relação de nomes, que damos a seguir, indicando os antigos mapas onde os colheu e declarando que eles provêm de uma única viagem, da expedição de 1501 de que participou Vespucci. Tais nomes são os seguintes:

- S. Roxho* ou *S. Roque* (Canerio, Waldseemüller)  
16 de agosto
- Rio de S. Lena* ou *S. Helena* (Canerio, Waldseemüller)  
18 de agosto
- Rio de S. Augustin* (Canerio, Waldseemüller, Schoner)  
28 de agosto
- Rio de S. Jacinto* ou *Iacinctus o martyr* (Schoner)  
11 de setembro
- San Miguel* (Cantino, Canerio, Waldseemüller, Schoner)  
24 de setembro
- R. de S. Ieronymo* (Canerio, Schoner)  
30 de setembro
- R. de S. Francisco* (Cantino, Waldseemüller, Schoner)  
4 de outubro
- R. d'Virgine* ou *11.000 Virgens* (Canerio, Schoner)  
21 de outubro
- R. de S. Lucia* (Canerio, Ruysch, Waldseemüller, Schoner)  
13 de dezembro
- Serra de S. Thoma* (Canerio, Waldseemüller, Schoner)  
21 de dezembro
- Baía de Reis* ou *Epifania* (Canerio, Ruysch, Schoner)  
6 de janeiro

(19) "The Discovery of North America", Paris, 1892, pagina 335.



*R. de S. Antonio* (Canerio, Ruysch, Waldseemüller, Schoner)  
7 de janeiro

*P. de S. Sebastian* (Canerio, Waldseemüller, Schoner)  
20 de janeiro

*P. de S. Vicente* (Canerio, Ruysch, Waldseemüller, Schoner)  
22 de janeiro

De acordo com Varnhagen e HARRISSE, quanto a ter a expedição de 1501 batizado as diferentes paragens da costa de conformidade com o calendario, estão Peschel, Sophus Ruge, Fiske, Luigi Hugues, Gallois, etc., ao passo que Duarte Leite <sup>(20)</sup> é de parecer que as datas não correspondem às descobertas.

Na nossa opinião, a nomenclatura do mapa de Canerio representa o resultado da exploração feita pela expedição de 1501. Se existem alguns nomes que parecem intercalados, dando-nos a ideia da vinda, quiçá, de uma expedição anterior àquela de que participou Vespucci; isso se explica facilmente. Os navios, devido provavelmente a mudança ou velocidade dos ventos, a temporais e outras causas, nem sempre navegavam juntos, mas distanciados uns dos outros, de modo que cada um ia denominando os lugares por sua conta. Assim, por exemplo, um navio navegando na frente teria descoberto a 30 de setembro um rio que batizou *S. Jerônimo* e, um outro que tinha ficado atrás alguns dias de viagem, teria a 4 de outubro denominado esse mesmo rio *São Francisco*. Depois ao serem recolhidas de cada capitão de navio as informações para o desenho dos mapas, elas se embaralharam e nomes foram sobrepostos.

Os mapas de Canerio, Kunstmann II e III, Waldseemüller de 1507 e Ruysch de 1508, indicam pelas nomenclaturas, que a expedição foi até *Cananor*, mais tarde mudado para *Cananéia*, posição esta situada aproximadamente a 25 graus de latitude sul, sendo provável que os elementos para o desenho desses mapas foram colhidos entre pilotos portugueses. Mas, no referido planisferio de Waldseemüller de 1507, a costa apesar de não ter nomenclatura vai além de *Cananor*, ultrapassa 40 graus até cerca de 50 de latitude sul, com uma configuração aproximada da realidade. Na dissertação que o monge Marco Beneventano acrescenta ao Ptolomeu de 1508, diz que a "*Terra de Santa Cruz*" vai-se estreitando até 37 graus de latitude austral e que a percorreram até 50 graus. No mapa de Ruysch do mesmo Ptolomeu, numa legenda na costa do Brasil, abaixo na *Cananéia*, se lê: "*Naute lusitani partem hanc terre huius observarunt et usque ad elevationem poli antartici 50 graduum pervenerunt, nondum tamen ad ejus finem austriacum*". Isto é: "Navegantes portugueses observaram esta parte desta terra e chegaram

(20) "*O mais antigo mapa do Brasil*", na "*Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*", volume II, paginas 269 a 275.

até a elevação de 50 graus do polo antártico, sem chegar ao seu fim meridional". Nos globos de Lenox de 1510, de Bernardo Silvano (Ptolomeu de 1511), e de Strobicza de 1512, a costa ultrapassa 40 graus de latitude sul, porém sem nenhum nome.

Todavia, a ausência de nomenclatura além de Cananéia, em direção ao sul, não é elemento suficiente para se negar ter a expedição de 1501, da qual participou Vespucci, atingido 50 graus. Devemos ter em mente que a linha de demarcação que passava na embocadura do Amazonas, segundo o mapa de Diogo Ribeiro de 1529, também cortava a entrada do estuário do Rio da Prata, a 35 graus de latitude sul. Isto explica porque *os primeiros mapas portugueses e de origem portuguesa*, não vão além de Cananéia. É que apesar de Vespucci ter explorado a costa muito mais ao sul desse porto, o Governo Português tinha naturalmente o mais vivo interesse em ocultar que a costa se prolongava em direção a sudoeste, o que dava direito à Espanha, pelo Tratado de Tordesillas, de reivindicar esse trecho de terra firme, que mais tarde Magalhães verificou que não era pequeno.

Como já referimos, em Cananéia termina a nomenclatura dos mapas de Canerio, Kunstmann II e III, Waldseemüller de 1513. Mas no do cartógrafo português de nome Reinel, a serviço da Espanha, desenhado mais ou menos em 1516, e no *Padron Real* de 1523 atribuído ao sobrinho de Amerigo, de nome João Vespucci, existente na Biblioteca Real de Turim, além de Cananéia existem diversos nomes, todos de origem portuguesa, sendo que no mapa de Reinel termina a nomenclatura com *o cabo de S. Maria* no estuário do Rio da Prata, ao passo que no *Padron Real* vai além, indicando o resultado da expedição de Fernão de Magalhães até o estreito. "Mutatis mutandis", a nomenclatura do mapa de Reinel é reproduzida no de 1523, o que evidencia que os dois cartógrafos, pelo menos no trecho compreendido entre Cananéia e o estuário do Rio da Prata, obtiveram os dados na mesma fonte. Como, exceção feita da expedição de Fernão de Noronha ao Brasil em 1503-1504, que não atingiu altas latitudes sul, não se tem notícia segura <sup>(21)</sup> de qualquer outra portuguesa ou mesmo espanhola ao sul, antes da de Solis de 1515, é admissível que esses cartógrafos tenham colhido os elementos para a nomenclatura de seus mapas, além de Cananéia, recorrendo a Vespucci ou alguém, que participou, como ele, da expedição de 1501.

No *Padron Real* de 1523, está assinalado pela primeira vez o

(21) Discute-se ainda hoje, se realmente em 1514 uma expedição portuguesa composta de 2 navios, a que faz referência a "*Newen Zaytung auss Pessillg Landt*", tenha ido até a foz do Rio da Prata. Mas admitindo-se que a viagem a que se refere a "*Newen Zaytung auss Pessillg Landt*" se tenha realizado, seria difícil a Reinel, então a serviço da Espanha, obter minuciosas informações sobre o percurso por ela feito e os pontos em que tocou, de modo a tudo assinalar no seu referido mapa desenhado em 1516.

porto de *S. Julião*, cerca de 49 graus e 15 minutos de latitude sul, onde Magalhães passou o primeiro inverno na região antártica, sendo que do seu roteiro consta que esse porto está a 49 graus e 30 minutos. No calendario, o dia de *S. Julião* ocorre a 28 de fevereiro, ao passo que Magalhães entrou nesse porto a 31 de janeiro. Por outro lado, o nome *S. Julião* não estava em voga naquela época na península ibérica, tanto assim que não o vemos em nenhum mapa desenhado por cartógrafos portugueses ou espanhóis. Como Vespucci na expedição de 1501 chegou a *S. Vicente* a 22 de janeiro e a 24 em Cananéia tinha ele 35 dias para vencer a distancia de 25 graus de latitude, que é a que separa Cananéia do porto de *S. Julião*. Na sua viagem da costa de Venezuela a Haiti, diz Vespucci que em 7 dias percorreu 120 leguas, ou 7 graus e 30 minutos, isto é, um grau por dia. Portanto, navegando por dia pouco menos de 45 minutos, teria ele a 28 de fevereiro atingido o porto que denominou *S. Julião*, nome este familiar aos florentinos e que Magalhães conservou. Devemos lembrar-nos que, quando este famoso navegante teve que enfrentar nesse porto a revolta chefiada por Cartagena, entre outros argumentos de que lançou mão para obrigar a maruja a obedecê-lo, disse que era necessario, pelo menos ir tanto à frente, quanto tinha ido Amerigo Vespucci (22).

Por que, como diz Magnaghi (23), Magalhães não se recordou de qualquer outro navegante, se outros tivessem atingido aquelas latitudes? Se Magalhães não estivesse convencido que, efetivamente, Vespucci tinha ido, pelo menos, até 50 graus de latitude sul, teria a isso feito alusão?

Lemos alhures que, devido aos rigores do frio e à ausencia de qualquer riqueza, não é provavel que Vespucci tenha ido além de Cananéia, atingindo uma alta latitude austral. Essa alegação não procede porque, justamente numa zona frígida como é a Groenlandia, Terra do Lavrador, Terra Nova, e adjacencias, sem a menor apparencia de riqueza, Caboto, os Cortes Reais, Cartier, etc. realizaram nessa época viagens de exploração.

Seja porém como fôr, a maior prova de que Vespucci com a expedição de 1501 chegou a uma latitude muito mais ao sul de Cananéia, está no ato notarial do *tabelião publico* de Lisboa, Valentim Fernandes, já por nós transcrito páginas atrás, onde se diz que tal expedição atingiu uma alta latitude austral, de onde voltou para Portugal devido ao intenso frio.

Nós sabemos que os monarcas portugueses, a começar por D. Diniz, que contratou o genovês Emmanoel Pessagno e mais vinte officiais da Liguria para instrutores da marinha lusa, não só sempre

(22) Fernando Lopes de Gomara — "*Historia General de las Indias*", Saragossa, 1555, capítulo 92.

(23) "*Amerigo Vespucci*", studio critico. Roma, 1924, volume II, pag. 224.

aceitaram como até solicitaram a colaboração de estrangeiros para a realização de seus empreendimentos marítimos, o que em absoluto não pode diminuir as legítimas glórias do Infante D. Henrique, de Diogo de Azambuja, de Diogo Cão, de Pero de Alenquer, de Bartolomeu Dias, de Vasco da Gama, e de tantos outros que levaram a mares desconhecidos a bandeira das cinco quinas.

Vespucci antes de ser nomeado piloto-mor da Espanha, cargo de grande responsabilidade, tinha o posto de capitão, como fácil é verificar-se de varios documentos dos arquivos espanhois (24). Isso evidencia que ele tinha sido, pelo menos na Espanha, comandante de navio, certamente na expedição de Hojeda. Os seus conhecimentos de cosmografia e náutica são atestados por seus contemporaneos. Pedro Martir de Angleria escreveu que: "*João Vespucci, florentino, sobrinho de Amerigo Vespucci, acima citado, a quem seu tio lhe deixou em herança a pericia da arte de navegar e de calcular os graus*" (25). Sebastião Caboto, como já vimos, referindo-se a Vespucci, disse que ele "*era hombre bien experto en las alturas*" (26).

Ora, o rei D. Manuel estando ao par da capacidade de Vespucci quiçá, como diz Jaime Cortesão (27), por intermedio do rico mercador florentino de Lisboa, Bartolomeu Marchioni, resolveu convidá-lo a participar da expedição que preparava para enviar ao Brasil, a fim de explorar o seu litoral. Vespucci aceitou o convite, e partiu com a expedição. Mas no desempenho de que missão? Naturalmente na qualidade de cosmógrafo, ficando a seu cargo, entre outras cousas, determinar as posições geográficas, principalmente as latitudes, dos pontos em que a mesma tocava. E se na expedição de Hojeda comandou um navio, nada de admirar que nesta, a serviço do rei de Portugal, igual encargo lhe fôsse cometido. Como força de expressão, Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502 as funções de "consultor técnico".

São Paulo, janeiro de 1949.

### Parecer do Professor Damião Peres

O escritor Tomás Oscar Marcondes de Souza apresentou ao IV Congresso de Historia Nacional um trabalho intitulado "*A expedição de 1501-1502 e Amerigo Vespucci*". A este trabalho tem de prestar-se a homenagem devida a todos os escritos que representam uma profunda convicção, embora se possa, e até se deva, discordar das doutrinas, como passamos a expor.

Começa o autor por afirmar que, de todas as viagens de Ves-

(24) Navarrete, obra citada, edição argentina, vol. III, pags. 295, 296 e 303.

(25) "*De Orbe Novo*" ("Décadas del Nuevo Mondo"), Buenos Aires, 1944; década II, livro VI, capítulo II, pagina 170.

(26) Navarrete, obra citada, edição argentina, volume III, pagina 319.

(27) "*A Expedição de Pedro Alvares Cabral*", Lisboa, 1922, pagina 187.

pucci, a de 1501-1502 é “a mais comprovada de todas”; e, dando a esta afirmação o caráter duma novidade (pois a faz seguir da frase “*como passamos a demonstrar*”), aponta não só as afirmações coevas de Rondinelli, Empoli e Pasqualigo, mas ainda, em reforço, as de Sebastião Caboto, João Vespucci e Juan Garcia expendidas em 1515. Mais adiante, e para demonstrar ter sido realmente feita pela expedição de 1501-1502 a larga excursão austral apontada na *Lettéra* vespuciana, acrescenta a esse acervo de citações uma parte da certidão notarial de Valentim Fernandes lavrada em 1503.

A mais suave observação que se pode fazer a esta parte do trabalho consiste em acentuar a sua inaturalidade, e portanto a sua inutilidade. Marcondes de Sousa pretendeu, afinal, apenas arrombar uma porta aberta, pois já há mais de dez anos, um ilustre historiador português, Jaime Cortesão, num capítulo do vol. 3.º da “*Historia da expansão portuguesa no mundo*”, intitulado “*Relações entre a geografia e a historia do Brasil*”, reconheceu, com inteira isenção, a veracidade dos rasgos essenciais e mais extraordinários da narrativa de Vespucci, admitindo que a expedição de 1501-1502 alcançou as costas platinas da América, chegando às altas latitudes austrais assinaladas por Vespucci.

Mais desagradável de criticar é a parte da tese consagrada à contestação da doutrina de Duarte Leite, expendida na “*Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*”, relativamente ao descobrimento da ilha de Fernão de Noronha em 1501-1502, pois aqui Marcondes de Sousa não só comete um indesculpável erro de leitura paleográfica, lendo *Anaresma* onde está claramente *Quaresma* (termo este, aliás, compreensível, enquanto aquele nada significa), mas estabelece uma estranha confusão sobre a verdadeira intenção dos argumentos de Duarte Leite, o qual não pretendeu antecipar para 1501-1502 uma viagem de Fernão de Noronha em parceria com o banqueiro Marchioni, distinto daquela em que tomou parte Vespucci, *mas apenas sustentar que o comando da expedição de 1501-1502, em que participou Vespucci, foi exercido por Fernão de Noronha.*

Este último problema relaciona-se com o caráter da expedição de 1501-1502, que Marcondes de Sousa apresenta como representativa de uma iniciativa exploradora tomada pelo rei D. Manuel. A prova documental basta, realmente, para aceitar-se ter havido uma determinação regia; mas é mister ter presente que nenhuma navegação mesmo custeada por particulares, se fazia sem autorização da Coroa, sendo fácil em fontes narrativas — e dela poderiam apontar-se outros exemplos — a confusão entre *ordem regia* e *consenso regio*.

Mas a parte crucial do escrito de Marcondes de Sousa é a última, pois tudo o mais se pode crer encaminhado às derradeiras linhas daquelas em que escreveu: “como força de expressão, Vespucci de-

sempenhou na expedição de 1501-1502 as funções de *consultor técnico*.

Em primeiro lugar, talvez devesse observar-se, corretivamente, que um historiador não deve afirmar, seja o que fôr, como *força de expressão*. A força de expressão *insinua*; não afirma, nem conjectura. Está fora das construções historiográficas. Ainda se a insinuação tivesse ao menos sua lógica, poderia com longanimidade tolerar-se; mas nem lógica tem; pois Vespucci, como demonstrou Duarte Leite, cometia erros grosseiros de avaliação de latitude, na época em exame; talvez, anos depois, a prática lhe melhorasse os conhecimentos, mas em 1501-1502 eram eles frustes. Ao contrario, porém, Portugal dispunha de cosmógrafos da categoria dum Duarte Pacheco, e dos autores de regimentos náuticos remontantes ao século XV e tradutores do melhor e mais proficiente saber astronômico; dispunha de pilotos que sabedoramente tinham estabelecido entre 1488 e 1497 — como teórica e praticamente demonstrou Gago Coutinho — aquela ousada rota pelo Atlântico sudocidental, para montar, após ter sulcado aguas brasileiras, o Cabo da Boa Esperança, pilotos tão numerosos que só na armada de Cabral deviam ser perto de trinta, entre efetivos e substitutos, e entre os quais avultavam nomes celeberrimos que a historia regista.

Na hora em que Castela e a França disputavam a Portugal alguns desses argutos nautas, Portugal para nada precisava do incipiente saber náutico de Vespucci, ainda então bem mais agente comercial do que conspicuo navegador. Da sua presença em navio português na armada de 1501-1502, não há que duvidar; na sua firmeza de ânimo, pode ainda crer-se, mas dá-lo como recurso para aqueles que eram, afinal, os seus proprios mestres, isso é inaceitavel à luz da razão, inaceitavel até à luz da mais elementar noção historiográfica.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1949.

### **Refutação ao Parecer do Professor Damião Peres**

Lida em sessão de 2 de julho de 1949 pelo sr. Tomás Oscar Marcondes de Souza

Examinemos agora, como merece, tópico por tópico, o parecer do illustre professor da Universidade de Coimbra, Damião Peres, para melhor aquilatarmos dos seus argumentos ao criticar a nossa tese.

Peres começa por dizer: "*O escritor Tomás Oscar Marcondes de Souza apresentou ao IV Congresso de Historia Nacional um trabalho intitulado "A expedição de 1501-1502 e Amerigo Vespucci"*. A este trabalho tem de prestar-se a homenagem devida a todos os escritos que representam uma profunda convicção, embora se possa, e até se deva, discordar das doutrinas, como passamos a expor".

Chama-nos Peres de *escritor*. Não ha dúvida que *escritor* é todo o autor de composições literarias ou científicas, mas no nosso caso, tratando-se de uma tese destinada a um congresso de historia, devia o preclaro historiador português chamar-nos de *historiador* ou *professor*, pois assim nos tratam Duarte Leite e Gago Coutinho, para só nos referirmos a intelectuais portugueses. Como muito bem sabe Peres, somos autores de três livros e de varios trabalhos avulsos sobre a historia dos descobrimentos marítimos na parte que diz respeito às Américas, recebidos com aplausos na Argentina, Estados Unidos, Italia e Inglaterra. Fomos professor catedrático de geografia econômica da Faculdade de Ciências Econômicas, anexa à Escola de Comercio “Álvares Penteado”, e no ano próximo findo, tivemos a subida honra de ministrar aos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, um curso de extensão sobre a historia da geografia do Novo Mundo. Assim sendo, quer nos parecer que temos as necessarias credenciais para que Peres, ao se referir à nossa pessoa, proceda sempre elegantemente.

\* \* \*

Após esse tópico, segue-se outro onde Peres diz: “Começa o autor por afirmar que, de todas as viagens de Vespucci, a de 1501-1502 é a mais comprovada de todas; e, dando a esta afirmativa o carater duma novidade (pois a faz seguir da frase “como passamos a demonstrar”), aponta não só as afirmações coevas de Rondinelli, Empoli e Pasqualigo, mas ainda, em reforço, as de Sebastião Caboto, João Vespucci e Juan Garcia, expendidas em 1515”.

O simples fato de citarmos, em obediencia ao velho conceito, repetido por Langlois e Seignobos, “*pas de documents, pas d'histoire*” (1), inúmeros documentos provando a nossa afirmativa de que “de todas as viagens de Vespucci, a de 1501-1502 é a mais comprovada de todas”, não pode em absoluto ser interpretado como tendo nós a pretensão de anunciarmos uma novidade histórica, porque desse modo procedem todos os estudiosos, inclusive Peres que num avantajado volume (2) transcreve inúmeros documentos, reproduz outros em clichés, inclusive os cartográficos, comenta todos, não se incomodando terem sido eles apreciados por mestres de invulgar merecimento. Desse modo, vê Peres “o cisco no nosso olho, mas não repara na trave que tem no seu”.

A expressão por nós usada, “como passamos a demonstrar”, é didática e, a todo o momento a repetimos, para provarmos o acerto de uma afirmativa no campo da matemática ou de qualquer outra ciencia, sem que estejamos subortlinados a anunciar novidades. A transcrição que fizemos de varios trechos de documentos coevos, ao

(1) “*Introduction aux études historiques*”, Paris, 1899.

(2) “*Historia dos Descobrimentos Portugueses*”, Porto, 1943.

contrário do que pensa Peres, é de toda a oportunidade, porque assim procedendo não só provamos ter vindo ao Brasil em 1501-1502 uma expedição exploradora estipendiada pela Coroa, como ter dela participado Vespucci, fatos estes sempre postos em dúvida por um número elevado de historiadores portugueses que, a todo o momento, não perdem vasa para cobrir de apodos o Florentino.

\* \*

Prossegue o erudito professor Damião Peres no seu parecer sobre a nossa tese dizendo: "Mais adiante, e para demonstrar ter sido realmente feita pela expedição de 1501-1502 a larga excursão austral apontada na *Lettera vespuciana*, acrescenta a esse acervo de citações uma parte da certidão notarial de Valentim Fernandes lavrada em 1503. A mais suave observação que se pode fazer a esta parte do trabalho consiste em acentuar a sua inatualidade, e portanto a sua inutilidade. Marcondes de Souza pretendeu, afinal, apenas arrombar uma porta aberta, pois já ha mais de dez anos, um ilustre historiador português, Jaime Cortesão, num capítulo do volume III da "Historia da Expansão Portuguesa no Mundo" intitulado "Relações entre a geografia e a historia do Brasil", reconheceu, com inteira isenção, a veridicidade dos rasgos essenciais e mais extraordinarios da narrativa de Vespucci, admitindo que a expedição de 1501-1502 alcançou as costas platinas da América, chegando às altas latitudes austrais assinaladas por Vespucci".

Damião Peres, no afã de combater a todo o transe o nosso trabalho, investe contra moinhos de vento, porque ao citarmos o documento da autoria de Valentim Fernandes e em seguida comentarmos-lo com o escopo de provar ter a expedição de 1501-1502 atingido um ponto bastante austral da América do Sul, o porto de São Julião, na Patagonia, não afirmamos e nem ao menos insinuamos, que estávamos revelando um fato desconhecido dos estudiosos da historia dos descobrimentos marítimos. Portanto, ao contrario do que afirma Peres, não tivemos a intenção de "arrombar uma porta aberta" que, na sua erradíssima opinião, já tinha sido aberta havia mais de dez anos por Jaime Cortesão.

Reconhecendo Frederico Kunstmann a importancia do ato notarial de Valentim Fernandes, em 1860 o traduziu do latim para o alemão, dando-lhe em seguida publicidade. Decorridos 38 anos, em 1898. um outro historiador alemão, Kurt Trubenbach <sup>(3)</sup>, publicou o citado documento e, baseando-se nele, afirmou que a expedição em estudo tinha atingido uma alta latitude austral. Depois de Trubenbach, em 1924, o professor de geografia da Universidade de Palermo, Alberto Magnaghi <sup>(4)</sup>, recorrendo ao texto latino do referido ato

<sup>(3)</sup> "Amerigo Vespucci's Reise nach Brasilien". Plauen, 1898, pagina 4.

<sup>(4)</sup> "Amerigo Vespucci-Studio critico". Roma, 1924, volume II, pagina 189.



notarial, repetiu, "mutatis mutandis" o que afirmara Trubenbach. O historiador português, Abel Fontoura da Costa, em 1939 também se ocupou do documento em apreço (5). Só em 1940 é que Jaime Cortesão repetiu o que já tinham afirmado Trubenbach e Magnaghi.

De modo que, a prevalecer o extravagante conceito de Peres, segundo o qual, quem esposa e dá publicidade a opinião alheia, não passa de "arrombador de porta aberta", o mundo está cheio de "delinquentes", e conforme acabamos de provar, o seu conterrâneo, o historiador Jaime Cortesão, também tem culpa no cartório, pois arrombou uma porta já escancarada por Trubenbach e Magnaghi. Mas a opinião excêntrica de Peres, a que acabamos de fazer alusão, só tem aplicação quando quem repete o conceito alheio não é português. Sendo filho da gloriosa Lusitania, a cousa é diferente. Tanto isso é verdade, que Peres não se tem na conta de arrombador de porta aberta, embora tenha, posteriormente a Cortesão, em 1943, apreciado por sua vez o ato notarial do tabelião público de Lisboa (6). Não acham tudo isso piramidal?

\*            \*

Em seguida ao trecho que acabamos de apreciar, diz o abalizado professor Damião Peres: "Mais desagradável de criticar é a parte da tese consagrada à contestação da doutrina de Duarte Leite, expendida na "Historia da Colonização Portuguesa do Brasil", relativamente ao descobrimento da ilha de Fernão de Noronha em 1501-1502, pois aqui Marcondes de Souza não só comete um indesculpável erro de leitura paleográfica, lendo *Anaresma* onde está claramente *Quaresma* (termo este, aliás, compreensível, enquanto aquele nada significa), mas estabelece uma estranha confusão sobre a verdadeira intenção dos argumentos de Duarte Leite, o qual não pretendeu antecipar para 1501-1502 uma viagem de Fernão de Noronha em parceria com o banqueiro Marchioni, distinta daquela em que tomou parte Vespucci, mas apenas sustentar que o comando da expedição de 1501-1502, em que participou Vespucci, foi exercido por Fernão de Noronha".

Como se vê, acusado somos por Peres de cometer um indesculpável erro de leitura paleográfica, lendo no planisferio de Cantino *Anaresma*, onde está claramente *Quaresma*, termo este compreensível, enquanto que aquele nada significa. Antes de mais nada, temos a dizer que não é somente o termo *Anaresma* que é de difícil interpretação no citado mapa, pois existem outros a desafiar a erudição dos paleógrafos, tais como: *Cabo d. licôtu*, *Canju*, *Lago luncor*, *C.*

(5) "Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes". Lisboa, 1939, paginas 91 a 96.

(6) "Historia dos Descobrimientos Portugueses". Porto, 1943, paginas 438 e 439.

lucar, G. do lurcor, C. arlear, Arcay, Boacoya, Golfo del unficisno é Las gayas.

Henry Harrisse, inegavelmente por todos os títulos o príncipe dos americanistas, a quem recorreu o Barão do Rio Branco ao defender os interesses do Brasil na célebre questão de limites com a França, mais conhecida por "Questão do Amapá", estudou a fundo o planisfério de Cantino em 1883 (7) e voltou a se ocupar desse documento cartográfico em 1892. Pois bem, Harrisse é de opinião que a palavra deve ser lida *Anaresma* e não *Quaresma*, acrescentando o seguinte: "We must probably read *Arrecifes, Reefs*. "La costa arrecifes e baxos que entra en la mar". Inciso (8). Por sua vez E. L. Stevenson (9), que estudou nos seus mínimos detalhes o planisfério em apreço, tendo tirado cópias fotográficas de varios trechos desse mapa para melhor estudar a sua nomenclatura, opina que a palavra é *Anaresma*. Orville Derby (10), que estudou o mapa de Cantino num trabalho sobre a cartografia americana vetustíssima, leu também *Anaresma*. Portanto ha de nos perdoar o erudito professor da Universidade de Coimbra se não acatamos a sua opinião, pois que a nossa está muito bem escudada.

Ao contrario do que afirma Peres, não estabelecemos no nosso trabalho nenhuma confusão sobre a verdadeira intenção dos argumentos de Duarte Leite em se tratando da expedição de 1501-1502. O ex-Embaixador de Portugal no Brasil é de parecer que a expedição referida foi organizada e estipendiada por Bartolomeu Marchioni, banqueiro florentino, de parceria com judeus conversos. Também na sua opinião, o comandante dessa expedição foi Fernão de Noronha que levou em sua companhia Vespucci. Essa frota teria, quando de torna viagem para Lisboa, na *quaresma* de 1502, descoberto a ilha Fernão de Noronha. Nós, ao contrario, afirmamos que a expedição foi oficial, custeada pela Coroa e que dela participou Vespucci como encarregado da parte científica da navegação, não se sabendo qual o nome do comandante. Não negamos que Noronha tenha visitado o Brasil no comando de uma frota particular, mas isso ocorreu em 1503-1504 e dela não participou o Florentino. Foi essa expedição que a 24 de junho de 1503 descobriu a ilha de S. João, hoje Fernão de Noronha. Como se vê, está tudo muito claro, a não ser para aqueles que querem estabelecer confusão e disso tirar partido.

Continuando o ilustre professor Damião Peres a analisar a nossa tese, escreveu: "Este último problema relaciona-se com o carater da

(7) "Les Corte Real". Paris, 1883.

(8) "The Discovery of North America". Paris, 1892, pagina 319 e nota no rodapé n.º 56.

(9) "Maps Illustrating Early Discovery and Exploration in America 1502-1530". New Brunswick, 1903.

(10) "Os mapas mais antigos do Brasil". "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". 1903, volume VII, pagina 241.

expedição de 1501-1502, que Marcondes de Souza apresenta como representativa de uma iniciativa exploradora tomada pelo rei D. Manuel. A prova documental basta, realmente, para aceitar-se ter havido uma determinação regia; mas é mister ter presente que nenhuma navegação mesmo custeada por particulares, se fazia sem autorização da Coroa, sendo facil em fontes narrativas — e dela poderiam apontar-se outros exemplos — a confusão entre *ordem regia* e *consenso regio*”.

Não nos vamos deter muito em analisar este trecho do parecer de Peres, pois todos estão vendo de modo claro que está ele apenas recorrendo ao sofisma. Admite o erudito professor “ter havido uma *determinação regia*” em se tratando do envio ao Brasil em 1501 de uma frota portuguesa, mas acrescenta . . . “em fontes narrativas, facil é a confusão entre *ordem regia* e *consenso regio*”. Porém o sofisma de Peres se dilui, porque os documentos por nós citados, entre eles o “inconveniente” ato notarial de Valentim Fernandes, tabelião público de Lisboa, não deixam a menor dúvida, são de uma clareza cristalina, foi em obediencia a uma *ordem regia*, e não a um *consenso regio*, que a frota partiu para o Brasil.

Peres desejaria poder provar que a expedição em estudo zarpou de Lisboa por *consenso regio*, porque assim poderia alegar que se Vespucci foi solicitado a prestar serviços em tal frota, o convite partiu de particulares e não do Governo Português, que não necessitava dos seus rudimentares conhecimentos náuticos.

\*

\*                      \*

Prosseguindo na sua critica à nossa tese, diz o emérito professor Peres: “Mas a parte crucial do escrito de Marcondes de Souza é a última, pois tudo o mais se pode crer encaminhado às derradeiras linhas, aquelas em que escreveu: “como força de expressão, Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502 as funções de *consultor técnico*”. Em primeiro lugar, talvez devesse observar-se, corretivamente, que um historiador não deve afirmar, seja o que fôr: “*como força de expressão*”. A força de expressão *insinua*; não afirma, nem conjectura. Está fora das construções historiográficas. Ainda se a insinuação tivesse ao menos lógica, poderia com longanimidade tolerar-se; mas nem lógica tem, pois Vespucci, como demonstrou Duarte Leite, cometia erros grosseiros de avaliação de latitude, na época em exame; talvez, anos depois, a prática lhe melhorasse os conhecimentos, mas em 1501-1502 eram frustes. Ao contrario, porém, Portugal dispunha de cosmógrafos da categoria dum Duarte Pacheco, e dos autores de regimentos náuticos remontantes ao século XV e tradutores do melhor e mais proficiente saber astronômico; dispunha de pilotos que sabedoramente tinham estabelecido en-

tre 1488-1497 -- como teórica e praticamente demonstrou Gago Coutinho — aquela ousada rota pelo Atlântico sudocidental, para montar, após ter sulcado águas brasileiras, o cabo da Boa Esperança, pilotos tão numerosos que só na armada de Cabral deviam ser perto de trinta, entre efetivos e substitutos, e entre os quais avultavam nomes celebérrimos que a história regista”.

Esta passagem do parecer de Peres, como vemos, é a mais longa de todas e, portanto, longa será a nossa refutação.

A frase que usamos para pôr em relevo o importante papel que Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502, como se vê, ofendeu a vaidade nacional de Peres, dando ensejo a que ele, logo de início, fizesse questão de “lana caprina”. Dissemos que, “como força de expressão, Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502 as funções de consultor técnico”. Critica Peres esta frase e diz que ela não afirma, mas apenas insinua, não podendo ser usada em construções historiográficas. Admitamos que a nossa frase tenha sido mal empregada. Corrija-se, pois, dizendo que na expedição em apreço, Vespucci desempenhou funções consultivas, principalmente de ordem cosmográfica. Porém, apesar de mal construída, Peres compreendeu perfeitamente a frase por nós empregada, tanto assim que recorreu a uma série de argumentos para contestá-la.

Diz o abalizado professor que a frase elogiosa que usamos ao nos referirmos a Vespucci poderia ser tolerada, se ao menos tivesse lógica, mas lógica não tem, porque o Florentino, como demonstrou Duarte Leite, cometia erros grosseiros de avaliação de latitude na época em exame. Mas sabe muito bem Peres que os erros de latitude que Duarte Leite aponta como praticados por Vespucci, ele os encontrou na *Lettera a Soderini*, carta esta que conforme provou Alberto Magnaghi <sup>(11)</sup>, é apócrifa. E querem saber quem também sustenta essa opinião do erudito professor da Universidade de Palermo? Damiano Peres quando, referindo-se à *Lettera*, diz “não passar (ela) de uma amplificação empreendida por editores empenhados em explorar mercantilmente o natural e generalizado interesse suscitado pelo considerável alargamento dos descobrimentos portugueses e espanhóis no Novo Mundo” <sup>(12)</sup>. Então ha de convir Peres que os erros de latitude que Duarte Leite atribui a Vespucci, não podem correr por conta deste navegante e cosmógrafo. Devem ser imputados a quem forjou a *Lettera*. A única posição geográfica das determinadas por Vespucci, que é confirmada por depoimentos de pilotos <sup>(13)</sup>, é aquela do cabo de S. Agostinho que ele colocou a 8 graus de lati-

(11) Obra citada, volume I, páginas 99 a 248.

(12) “*Historia dos Descobrimientos Portugueses*”. Porto, 1943, pag. 423.

(13) Navarrete — “*Coleccion de los viajes y descubrimientos*”, etc. Edição argentina, tomo III, página 319.

tude sul é que se pode dizer certa, pois pequena é a diferença que existe entre o seu cálculo e a posição exata que hoje conhecemos.

Logo em seguida diz Peres que os conhecimentos náuticos de Vespucci eram rudimentares, quando da sua partida com a frota de 1501-1502, sendo que mais tarde eles melhoraram. Mas isso diz o ilustre professor luso para insinuar que foi com tripulantes de navios portugueses enviados ao Brasil, que o Florentino em realidade aprendeu a navegar. Propositalmente olvida Peres que já na expedição de Hojeda de 1499-1500, desempenhara Vespucci o cargo de piloto, conforme se verifica pelo depoimento desse navegante espanhol em 8 de fevereiro de 1513, nas "Probanzas del Fiscal" (14).

Fala o erudito professor da Universidade de Coimbra na capacidade dos pilotos e cosmógrafos portugueses, mas esquece de nos contar que a ciencia náutica portuguesa é de origem espanhola, pois hoje é notório que as primeiras tabuas náuticas portuguesas tiveram como base o "*Almanach Perpetuum*" de Abraham Zacuto, espanhol de Salamanca que, por ser judeu, teve que fugir de Portugal em 1496 ou 1497, quando D. Manuel decretou a perseguição aos hebreus.

Esposa Peres a temeraria opinião de Gago Coutinho (15), segundo a qual, de 1488 a 1497, apesar de não existir nenhuma prova direta ou indireta, cuidaram D. João II e D. Manuel de organizar expedições secretas com o objetivo de sondar o Atlântico Sul e procurar o mais facil caminho para a India, de que resultou "aquela ousada rota pelo Atlântico sudocidental, para montar, após ter sulcado aguas brasileiras, o cabo da Boa Esperança". De modo que, segundo sustenta Gago Coutinho e Peres repete, não foi Vasco da Gama, como até hoje acreditávamos, quem descobriu a melhor rota entre as ilhas de Cabo Verde e a angra de Santa Helena. Anteriormente à viagem do Gama em 1497, foram pilotos desconhecidos que a estabeleceram após viagens secretas. Desse modo derrubam do pedestal de gloria a figura maiúscula de Vasco da Gama, e colocam em seu lugar pilotos desconhecidos, num infeliz arremedo ao "soldado desconhecido", da primeira grande guerra. Mas se foi assim como diz Gago Coutinho, que necessidade tinha o Gama de ditar as instruções náuticas para a viagem de Cabral? E' admissivel que este capitão-mor, bem como Bartolomeu Dias, e outros capitães que participaram da segunda armada da India, ignorassem a rota descoberta pelos pilotos desconhecidos? Até que ponto chega a desmedida vaidade nacional de certos historiadores portugueses!

Um ano antes de Gago Coutinho expor a sua extravagante opinião, já tinha o oficial da marinha de guerra portuguesa, Abel Fon-

(14) Navarrete, obra citada, volume III, pagina 528.

(15) "Influencia que as primitivas viagens portuguesas á America do Norte tiveram sobre o descobrimento das "Terras de Santa Cruz". Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, setembro e outubro de 1937, paginas 399 a 419.

toura da Costa, provado que, desde a volta, em 1488, de Bartolomeu Dias, do cabo da Boa Esperança, até a partida, em 1497, de Vasco da Gama, para a Índia, a marinha portuguesa esteve inativa pelos seguintes motivos: demora em receber D. João II informações de Pero de Covilhã sobre a melhor rota para a Índia, bem como sobre os mais importantes caminhos que interessava o comércio das especiarias; serias questões com Marrocos, às quais obrigaram o referido monarca a organizar expedições muito dispendiosas, quer quanto a pessoal, quer quanto a material; a molestia incipiente do "Príncipe Perfeito" a partir de 1490, agravada com a grande tragédia de que resultou a morte do seu bem amado e único filho, o príncipe D. Afonso (16).

A referida tese de Gago Coutinho, encarada sob o ponto de vista náutico, foi refutada pelo historiador Carlos Coimbra (17) em dois artigos publicados no "Diário de Lisboa". Resumidamente afirmou Coimbra que a rota seguida por Vasco da Gama na sua primeira viagem à Índia, não foi o resultado do conhecimento previo do regime dos ventos no Atlântico Sul. E, para reforçar essa sua opinião, citou Coimbra diversos roteiros escritos posteriormente à viagem do Gama, pelos quais fica evidenciado que o estabelecimento da rota tendo por objetivo dobrar o cabo da Boa Esperança, continuou a ser estudado, durante todo o século XVI, pelos nautas portugueses, que sempre cuidaram de conhecer, em seus mínimos detalhes, o regime dos ventos na parte sul do referido oceano.

Continuando, diz Peres que a rota descoberta pelos pilotos desconhecidos, levava os navios a sulçarem águas brasileiras, antes de atingirem o cabo da Boa Esperança. Se essa rota foi a seguida pelo Gama na sua primeira viagem à Índia, a afirmativa que Peres faz, louvando-se em Gago Coutinho, não é segura, de vez que ha controversia. Diogo Köpke e Antonio da Costa Paiva (18), bem como E. G. Ravestein (19), são de parecer que Vasco da Gama, ao vencer o trajeto Santiago-Angra de Santa Helena, navegou afastado das águas brasileiras.

\* \*

Terminando o seu parecer sobre a nossa tese, assim perorou o emérito professor Peres: "Na hora em que Castela e a França disputavam a Portugal alguns desses argutos nautas, Portugal para nada

(16) "As portas da Índia em 1484". Lisboa, 1936, paginas 39 e 40.

(17) "A rota de Vasco da Gama e as idéas do almirante Gago Coutinho", "Diário de Lisboa", 31-12-940. "Em resposta a Gago Coutinho — a rota de Vasco da Gama". "Diário de Lisboa", 15-1-941.

(18) "Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497". Porto, 1838.

(19) "Journal of the first voyage of Vasco da Gama 1497-1499". Hakluyt Society, London, 1898.

precisava do incipiente saber náutico de Vespucci, ainda então bem mais agente comercial do que conspicuo navegador. Da sua presença em navio português na Armada de 1501-1502, não ha que duvidar; na sua firmeza de ânimo, pode ainda crer-se, mas dá-lo como recurso para aqueles que eram, afinal, os seus proprios mestres, isso é inaceitavel à luz da razão, inaceitavel até à luz da mais elemental noção historiográfica”.

Não vamos contestar que nos últimos anos do século XV e no começo do XVI, possuia Portugal nautas de valor que foram disputados por Castela e pela França. Mas também a Italia os possuia e os emprestou à Inglaterra, à França, à Espanha e ao proprio Portugal. Os nomes aí estão: João e Sebastião Caboto, Verezano, Colombo, Vespucci e tantos outros. Uma vez que citamos nomes de navegantes famosos, seria má fé não fazermos referencia aos espanhóis: Pinzon, Juan de la Cosa, Alonso de Hojeda, Diogo de Lepe, Alonso Niño, Cristobal Guerra, Ponce de Leon, Vasquez de Ayllon, Sebastião del Cano, companheiro de Magalhães, que completou a circunavegação do globo, e outros nomes que a historia registra.

Porém o que interessa à discussão é sabermos se Vespucci embarcou na expedição de 1501-1502 como simples mercador, ou como nauta e cosmógrafo de invulgar valor.

Peres, como já vimos, é de parecer que o Florentino só podia ter participado da expedição referida como agente comercial, porque incipientes eram os seus conhecimentos náuticos em confronto com os capitães portugueses.

Mas nós perguntamos: em 1501 quando da partida do Florentino para o Brasil em frota portuguesa, estava em pleno vigor a “política de sigilo” dos monarcas lusitanos? Os modernos historiadores de Portugal respondem pela afirmativa. Era Vespucci um individuo bastante capaz para realizar com habilidade espionagem por conta de Castela? Todos acreditam que sim. Então como explicar a sua presença na expedição? Que de extraordinario ocorria com o Florentino, a ponto de fecharem os olhos em se tratando de espionagem? A resposta vem espontaneamente: é que D. Manuel necessitava dos seus conhecimentos náuticos e cosmográficos, de vez que os seus mais habéis pilotos e cosmógrafos tinham embarcado na armada de Cabral, que ainda não tinha voltado, desfalcada de seis naus que naufragaram.

Porém, se isso não basta, temos mais este argumento. Vespucci certamente gozava de prestígio na Espanha; pois tinha sido agente nesse pais dos riquíssimos banqueiros Medici, e tomara parte na expedição Hojeda, de 1499-1500, como piloto. E’ admissivel que tendo o Florentino uma boa posição social em Sevilha, fosse deixar essa

cidade para arriscar a vida em uma frota que, pela primeira vez, ia explorar mares e terras desconhecidos, sabendo de antemão que nela não passaria de simples mercador? Mas o mercador para vender a quem, ou para comprar o quê? Acaso a terra achada por Cabral não era habitada por selvagens nus, com abundância só de macacos e papagaios?

Diz Peres, como vimos, “que inaceitável à luz da razão, inaceitável até à luz da mais elementar noção historiográfica”, é alguém dizer que Vespucci foi figura de notável relevo na expedição de 1501-1502. Expressando-se assim, de modo tão incisivo, o ilustre professor Peres deixa de ser elegante, pois pretende passar um atestado de incapacidade a Humboldt, Varnhagen, Henry Harrisse, John Fiske, Henry Vignaud, Sophus Ruge, Gustavo Uzielli e tantos outros sábios da historia dos descobrimentos marítimos, que elevaram muito mais alto que nós, o nome de Vespucci.

\* \*

Chegamos ao fim da nossa tarefa, aquela de dar a Damião Peres uma cabal resposta à sua apaixonada crítica à tese que apresentamos ao IV Congresso de Historia Nacional.

Como facil é verificar, pela leitura do nosso trabalho, fizemos as seguintes afirmativas:

I — Pedro Alvares Cabral, conforme se vê da carta que Pero Vaz de Caminha enviou de Porto Seguro a D. Manuel, aconselhou este monarca a mandar explorar a terra que tinha achado, quando de viagem para Calicute.

II — Aceitando essa sugestão de Cabral, D. Manuel, à custa do erario, mandou preparar uma frota para explorar o litoral brasileiro.

III — De acordo com os documentos por nós citados, a expedição partiu de Lisboa a 13 de maio de 1501 e regressou a esse porto em 22 de julho de 1502.

IV — Não se sabe quem tenha sido o comandante dessa frota mas certo é que dela participou o navegantę e cosmógrafo florentino Amerigo Vespucci.

V — A expedição percorreu de norte a sul quasi todo o litoral brasileiro, atingindo um ponto bastante austral da América do Sul, o porto de S. Julião, na Patagonia.

VI — Foi essa frota que batizou diversas paragens da costa do Brasil a que fazem referencia varios mapas do começo do século XVI, tais como o de Cantino, Canerio, Hamy, Kunstmann II e III, Waldseemüller de 1507, Ruysch, etc.



VII — Na expedição em apreço, a parte científica da navegação foi confiada a Vespucci, que era tido como cosmógrafo de mérito, perito principalmente em calcular as latitudes.

Exceção feita da nossa afirmativa a que se refere o item VII, Peres não contestou as demais. Apenas limitou-se a nos criticar por citarmos documentos já conhecidos, o que julga desnecessário; chamou-nos erradamente de “arrombador de porta aberta”; entendeu de nos dar lições de leitura paleográfica; tentou diminuir, citando Gago Coutinho, os méritos náuticos de Vasco da Gama; e falou bombasticamente da capacidade dos navegantes portugueses. Como se vê, desta feita a reconhecida erudição de Peres falhou, visto que em realidade disse bem pouca cousa.

Assim sendo, tem todo o cabimento dizermos ao emérito professor da famosa Universidade de Coimbra, excelentíssimo senhor Damião Peres, o que Cyrano de Bergerac disse ao visconde de Valvert quando pretendeu ridicularizá-lo, falando do seu enorme nariz:

*Ah! non! c'est un peu court, jeune homme!*

*On pouvait dire . . . Oh! Dieu . . . bien des choses en somme . . .*

São Paulo, maio de 1949.

# Vida comunitaria entre os Índios do Noroeste Amazônico

(Bacia do rio Uaupés)

PADRE ALCIONILIO BRUZZI ALVES DA SILVA

Restrinjo o título deste artigo às 15 tribos marginantes dos rios Negro, Uaupés, Tiquiê, Papurí e Paca, entre os quais realizamos observações etnológicas e medidas antropométricas, a saber: Tucano, Suriano, Piratapuia, Tuiuca, Bara, Arapaço, Uanana, Cubeo, Juriti, Deçano, Carapanã, Tariano, Baniwa, Ipeca e Macu. Embora essa população se divida em tantos grupos, que vulgarmente, mas quiçá impropriamente, se denominam *tribos*, e se possa evidentemente distinguir, como fizeram os estudiosos, desde Brinton até Rivet, 3 famílias de línguas: a *Tucano* (ou *Betoia*, como propusera Brinton), a *Tariano* (ou *Aruaque*, como a designa Chestemir Loukotka) e *Macu*, pode-se afirmar que temos apenas um só *grupo cultural*, especialmente se consideramos as duas primeiras famílias linguísticas.

## I — A MALOCA

Para uma melhor compreensão da vida comunitaria, é pedagógico descrever antes o local em que se desenrola tal vida: a *maloca*, ou *bahçáriuii*, como se diz em *língua tucano*, que sobre ser o nativo de uma das tribos, tornou-se o idioma oficial de quase todo o grupo cultural noroeste-amazônico, ou *do Uaupés*, querendo designá-lo pelo nome do rio cuja bacia é o seu principal *habitat*.

Por influência da nossa civilização, que lenta, mas estavelmente, graças ao labor missionário, ganha aquelas plagas, a *maloca* vai sendo suplantada pelas pequenas *residências familiares*, estilo “pau-a-pique” do caboclo brasileiro. É mister, hoje, subir às cabeceiras dos rios ou penetrar mais no interno das matas, para alcançar as antigas e avantajadas malocas, construção algumas do século passado. Quem sabe, alguns dos que me ouvem, hajam explorado aquelas regiões do extremo norte e reconheçam, na maloca que agora apresento, um núcleo da população *Tuiuca* do alto Tiquiê, nas fronteiras colombianas.

Interessante, porém longo, se me quisesse deter sobre os detalhes de solidez, construção e arte, por certo admiráveis, que representa uma dessas moradias. A denominada “Maloca de S. Pedro”

mede seus 30x20x8 metros de altura na cumieira. Como convém em região de chuyas tão frequentes e torrenciais, com um telhado de duas águas e grande declive, de sorte que o beiral dista do solo apenas 80 cm. Os belos postes internos, que sustentam a cobertura de caraná, todos em perfeito alinhamento e proporção, como se foram colunas de uma catedral, dividem o espaço em 5 naves. As duas mais extremas, ao longo das paredes laterais, são destinadas à residência das famílias. Note-se que esteiras de mirití, de 1,80 m de altura, dividem em 4 apartamentos cada uma dessas duas naves laterais, de sorte que em novembro de 1947 ali estavam alojadas 8 famílias. Tais apartamentos, porém, estão completamente abertos para o centro da maloca, i.e. para as 3 naves centrais, que constituem o espaço destinado à vida social. Aí estão os objetos de uso comum (o forno de farinha, o cocho de *caxiri*, os grandes camocins ou talhas para as bebidas das festas). Aí, nas horas quentes do dia, ou nas frequentes de chuva, o indígena se ocupa no fabrico dos objetos de uso. Aí especialmente receberá as visitas, se entreterá com os irmãos em longas conversas; aí se desenvolverão as festas e os bailes sociais. Cumpre relevar que, se nesta imponente maloca do alto Tiquiê, que vos descrevo, se notam ainda essas separações, embora apenas de um lado, baixas e fracas que não impedem a visão do que se passa nos outros compartimentos, em outras malocas não ha absolutamente separação alguma. Quase diríamos que são divisões imaginarias, porque apenas a posição das estacas, onde se amarram as redes, é que divide a nave em pequenos quadriláteros cada qual destinado a uma família.

## II — VIDA COMUNITARIA

A maloca é o mundo para o indio. Aí nasce, cresce, toma seu alimento e o seu descanso; aí enrijece o seu corpo e forma o seu espírito. Aí se entretém com os irmãos de tribo em grande camaradagem, mantem as relações internacionais com os de outra tribo. Aí sua alma se expande na alegria rumorosa dos seus divertimentos e se concentra nas cerimônias do culto público, a *Uahin*. Aí se recolhe, junto ao fogo, quando a enfermidade insidiosa o fere, esperando que a natureza reaja ou aguardando, estoicamente resignado, que a morte o venha abater e entre o pranto de todos repousará em a nave central da maloca que êle tantas vezes pisou, repousará sob a cobertura de caraná enegrecido pela fumaça dos fogões de cada compartimento familiar.

Abstenho-me neste momento de tirar as consequencias morais de uma vida como se desdobra na comunidade de uma maloca indígena. Observo tão só os pontos mais impressionantes de uma vida comum, em que os olhos sonhadores de alguns idealistas pareceram

descobrir o indício e quiçá mesmo o modelo de um comunismo perfeito.

1.º Após a refeição da manhã, cujo "menu" é mais ou menos constante, com seu *beijú*, sua *quinhapira*, seu *mingau* e *chibé* <sup>(1)</sup>, parte o índio para o seu trabalho. Suponhamo-lo de arco e flecha para a mata ou com a sua rápida e forte canoa desceu rio abaixo, em demanda do *igapó* onde armara seu *espínhel*. *Marupiara* (é termo da língua geral, quer dizer caçador ou pescador feliz e habil) como é, foi compensador o resultado do seu trabalho; à tarde, de retorno à maloca, separará a parte que deseja para si, sua mulher e filhos, e porá o restante à disposição da comunidade. Indício da oferta é depositar sobre pequenas esteiras, em a nave central, o alimento do qual se servirão os que quiserem e quanto apraz a cada um. E note-se que êle poderia conservar por algum tempo sua caça ou seu peixe, *moqueando* i.e. assandô-o e defumando a fogo lento, como usam fazer sempre.

2.º Se acaso a propria mulher, a quem compete pela lei da tribo preparar os alimentos, adocece, o índio não se preocupará com fazê-lo êle mesmo; é rigorosamente observada a divisão dos trabalhos. Ele se agregará a uma família qualquer (mesmo no regime moderno das *habitações familiares* isoladas) e com ela tomará as refeições até que sua esposa se restabeleça e retome suas ocupações.

3.º Quando, nas sempre desejadas visitas do missionario, alguém recebe um presente, suponhamos um pedaço de doce, "*mumi*", do qual o índio é gulosissimo, podemos estar seguros de que repartirá com os seus companheiros. Uma simples bala, temos visto dividida a dente entre dois ou mais, ou passar por alguns instantes (harmonicamente, sem que haja necessidade de medir o tempo pelo relógio) passar de bôca em bôca.

4.º Um dos pontos mais impressionantes da vida comunitaria indígena é o trabalho em comum. Alguém resolve, por exemplo, plantar a sua roça. Urge aproveitar os poucos dias de menor precipitação pluviométrica e seus instrumentos agrícolas são os mais rudimentares, talvez o simples *comé*, ou machado de pedra, e nos de maiores recursos, atualmente, um facão ou um machado de ferro. Apela, então, para seus irmãos; é assim que sempre se designam (*mami*, irmão maior, ou *ahcabi* irmão menor) e combinam o dia. Não me alongarei a pintar-vos uma cena de *ajuri*, é assim que em *nheengatú*, a língua geral, se denominam os trabalhos coletivos. Trabalho alegre, rumoroso, com muitos gritos e sonoras gargalhadas: uma festiva competição de força, habilidade, presteza e de bom

(1) *Beijú* é o pão do índio, grande bolo ou torta de massa de mandioca; *quinhapira* é um molho de peixe e pimenta; o *mingau* é feito de *tapioca* ou banana; o *chibé* é agua na qual se dissolveu a farinha de mandioca muito amida; é indispensável para o índio como o café para nós.

humor. Existe uma paga convencional e única para todos: o *caxiri*. Com antecedência para o dia do *ajuri*, a família em cuja utilidade se realizará o trabalho, preparou o *caxiri*, termo genérico com que se designam as diversas bebidas fermentadas que fabricam e que naturalmente variará, conforme as frutas que há no momento, ou será do proprio beijú.

### III — A PROPRIEDADE

Embora viesse aqui muito a pêlo dissertar sobre a propriedade entre os índios, em que podemos lobrigar uma tríplice forma de *propriedade: individual, familiar e coletiva*, por razão de brevidade, prefiro ressaltar a noção e a prática da propriedade. Noção e prática que a propria vida comunitaria torna mais impressionante.

1.º Vimos o indio apelando para os seus camaradas a fim de realizar com a maior presteza a derrubada da área destinada à sua roça. Talvez deseja construir uma residencia distinta para a sua família e recorreu, porque sozinho não lhe seria absolutamente possível fazê-lo, ao auxilio dos seus companheiros. No entanto, essa roça, essa casa para a qual trabalhou toda a comunidade, com igual dispendio de energia e tempo, vem a constituir propriedade particular de determinada família.

2.º Até dentro da maloca, majestosa construção de toda a comunidade, cada família tem o seu apartamento. Não consta que haja disputa para ocupar as divisões mais vizinhas da porta ou mais afastadas. Será talvez uma divisão ideal, porque não ha separações; porém dentro dêsse retângulo imaginario, cada família armará as suas redes, de poste a poste, deixando por terra os objetos mais pesados e os trastes mais leves em girais armados sobre vigas transversais, certa que seu direito de propriedade será respeitado.

3.º Os *ajuris*, porem, não constituem a ocupação cotidiana do indígena; são antes, parênteses do ritmo de sua atividade regular. É comum ver-se um indio sozinho sobre um tronco de árvore, abtido rio a dentro, ou na sua canoa entretido a pescar. Como frequentemente se vê de cócoras pisando sôbre umas fasquias de *arumã*, atento ao fabrico de uma peneira ou balaio. E o fruto do seu trabalho, seja de cestaria, de tecidos ou de madeira, como de caça ou pesca, coleta ou agricultura, é indiscutivelmente seu. Pode-se traduzir toda a atitude e prática do indio, no que respeita êsse assunto pelo principio: "o que o individuo — homem ou mulher — fabrica, é seu". É o pleno *jus utendi et abutendi* da concepção romana.

Êstes fatos põem de manifesto uma notável concepção e prática do direito de propriedade. Tanto mais notavel quanto as condições da vida decorrida sob o mesmo teto tendem a atenuá-la.

Convém de resto atentar para umas qualidades da psique indígena que revelam e temperam esse "instinto proprietário", se me permitem assim denominá-lo, para realçar que estamos diante de algo espontâneo i.e. derivado da própria natureza humana. Calando tantas belas qualidades, aqui, por conveniência da tese, acenarei apenas a alguns vícios que deformam a bela alma do índio, filho também de Adão e Eva e herdeiro, como qualquer homem, de qualidades boas e más.

1.º Em primeiro lugar a tendência ao *furto*. E subtraem não apenas objeto do civilizado, que aos seus olhos talvez pudessem parecer maravilhosos, e assim gerar uma cobiça irresistível, mas até aos seus irmãos. São raros, é certo, tais furtos; pois que pode possuir um índio que o outro não tenha ou não saiba fazer? Não obstante é uma das funções do chefe ou *tuxaua* a *arbitragem* i.e. invocada a sua mediação para obrigar o gatuno a restituir ou a indenizar. E notemos que quase sempre é um furto inteligente, i.e. não será de objeto facilmente identificável; com mais frequência ocorrem os furtos na roça alheia, porque distante da moradia e será difícil apanhar em flagrante.

2.º Um segundo vício que afeia o índio, porém com grande efeito nivelador, é a *inveja*. Se algum progride, porque sua inteligência lhe sugere uma prática diversa da rotineira, um melhoramento na sua residência que não acudiu à mente dos outros, ou não são capazes de imitar, ou especialmente se com seu trabalho e relações com o civilizado as suas posses em objetos móveis ou seu "standard" de vida começa a diferenciar-se, pode estar certo que atrairá a inveja dos outros. Nem conseguirão ou quererão ocultar tal sentimento, porém em muitas oportunidades se manifestará vindo a preocupar a quem é objeto dessa inveja.

3.º E a mente do índio, sob o pesadelo do magismo, entra em temores do malefício, o *duhacé*. Não faltará, pensa êle, ao invejoso, o meio de envenená-lo: os meios são numerosíssimos. Bastará atirar sobre a sua canoa ou nas vizinhanças da sua barraca a ponta de um cigarro ou simplesmente dirigir a fumaça de um cigarro enfeitado para a direção da sua barraca. Pode fazê-lo até com o pensamento simplesmente, com um puro desejo. E o índio prefere abrir mão dos frutos do seu trabalho ou da benevolência do civilizado, antes que afrontar tal perigo. E vemos até a criança da escola rejeitar a qualificação e o prêmio correspondente a um "1.º lugar", a fim de se não expor à inveja dos pequenos companheiros. Eis um grande agente nivelador que escapa à observação dos etnólogos passageiros.

4.º Quem bem atenta para a psicologia dos componentes das tribos do Uaupés convence-se que está diante de um *espírito de corpo* muito desenvolvido. Se eu não receara ser traído por uma justificada admiração, diria um *ideal espírito de corpo*. Não é difícil,

porém, descobrir as três grandes forças que operam essa admirável *resultante*, ou três grandes necessidades impelentes à vida comunitária:

a) Essa união se impõe como necessidade para *sobreviver*. São ingentes as dificuldades que o índio deve afrontar e que talvez, consideradas de longe, por exemplo desde a mesa de estudos de um professor ou de um escritor da capital, aparecem bem mais diminuídas do que realmente são, ou quiçá se esvaem. Vive o selvícola sob um clima tropical, com suas assustadoras tempestades, comprimido a beira-rio pela selva virgem que esconde animais ferozes temíveis. Quiçá dentre a selva espreitam-no inimigos de outra fala e outros costumes, ou inimigos que falam a mesma língua e praticam os mesmos hábitos, mas lhe seguem as pisadas para vingar-se de reais ou imaginários doestos. A união é a força única capaz de vencer tôdas estas dificuldades, e o índio mais do que qualquer um, dela sente a necessidade e com ela se anima seu espírito com tanto ainda de infantil.

b) E impõe-se ainda a união como necessária para *alimentar-se*. Desprovido de meios mecânicos, deve à força do braço lutar contra a mata imponente e brutal, para conquistar uma área para o plantio da sua roça. É um labor que se renova com encaçante periodicidade, porque, como vingando-se da derrota, a terra arenosa, depois de 2 ou 3 anos, nega seu fruto ao cultivador, consequência também do método primitivo de cultura que empregam e que logo esteriliza a terra. Precisa então do auxílio dos seus companheiros. De resto, alimento complementar da *mandioca* é o *peixe*. A *quinhapira* é o molho obrigatório para a ingestão do beijú, que é o pão do selvícola e que jamais deve faltar. A *quinhapira* é o caldo do peixe ou da farinha de peixe, com enorme dose de pimenta. E o peixe, sabemos, nem sempre ocorre com a frequência e quantidade necessárias. Na piracema os peixes se reúnem em cardumes nas vizinhanças das cachoeiras, em demanda das cabeceiras. Nesta e em outras oportunidades, por exemplo na vazante dos rios, é mister aproveitar para a pesca em larga escala. Os peixes maiores se conservam muito tempo, pelo processo da *moqueação* i.e. submetendo-os a um fogo lento que simultaneamente os assa e defuma; os pequenos são torrados e reduzidos a farinha, da qual se prepara, já o dissemos, a *quinhapira*. A grande pesca só é realizável com a cooperação de muitos homens, pois devem construir poderosas barragens nos seus rios torrentosos; tanto mais que talvez as mulheres serão excluídas, porque, conforme suas concepções mágicas, o estado de gravidez da esposa prejudica a pesca.

c) Penso sustentável a tese de que o *grupo local* ou *maloca*, seja, em origem, o desenvolvimento da família naturalmente proliфера do índio. Em qualquer hipótese, os índios viviam em uma gran-

de habitação comum, construída com a colaboração de todos. Aí defendidos das intemperies e dos animais, dormem, comem, trabalham, conversam longas horas do dia e da noite e se expande com frequência a alma indígena nas noitadas alegres das festas. Essa convivência diária por tantas horas, convivência que se estende desde o nascimento até a morte, cimentada por harmoniosa sintonização psíquica e pelos auxílios mútuos tantas vezes experimentados, e quem sabe também pelo ascendente de um amadurecido *tuxáua*, chefe prudente, devotado, trabalhador. De tal convivência, é evidente, deve resultar um amálgama perfeito, consistente, que, como vos aludi de início, poderíamos com a expressão moderna qualificar um *ideal "espírito de corpo"*

Em conclusão, temos que 1.º a maloca constitui uma comunidade humana bem unida, e natural e espontaneamente harmônica. Não, porém, uma "sociedade comunista ideal" como quereriam ver obstinados sonhadores, através de leituras ou de uma apressada e desatenta excursão por entre as tribos. Mais ainda, 2.º podemos inferir, nem seria para lamentar que êsse espírito de união tende a diminuir. Sob o estímulo de uma civilização mais apurada que os alcança e envolve, desejam mais conforto e começam de aparecer as residências estritamente familiares, e estas a se enriquecerem de roupas, alfaias e objetos de utilidade ou de adorno. 3.º A *residência familiar* é um golpe grave na vida comunitária. 4.º A vida em comum é, sem dúvida, uma escola e um estímulo de trabalho. Vivendo isoladamente na sua barraca, privado da força impulsora do exemplo e do auxílio dos outros, os preguiçosos regredirão materialmente e surgirá a indigência, a miséria, a mendicância, hoje desconhecidas entre os índios e já existentes entre os que se *acaboçaram* pelo cruzamento com os chamados "brancos" i.e. os civilizados. Os ativos, e de mais boa vontade, porém, progredirão, elevando-se a um nível superior de cultura e de conforto.



## Martim Francisco, Raposo e os seus jornais

COSTA E SILVA SOBRINHO

Logo depois de aparecer em Santos, a 2 de setembro de 1849, o primeiro jornal, criado pelo médico dr. Guilherme Délius, e que se denominava "Revista Comercial", surgiram na cidade mais duas outras folhas.

Foram elas "O Nacional" e "O Mercantil".

Pertencia "O Nacional" ao dr. Martim Francisco (2.º). Aquele Martim Francisco Ribeiro de Andrada, nascido no Havre durante o exílio do pai. Filho, portanto, de Martim Francisco (1.º) e de d. Gabriela Frederica de Andrada e sobrinho-neto do Patriarca da Independência.

Casado com d. Ana Benvinda Bueno de Andrada, era ele ainda pai do dr. Martim Francisco (3.º), nosso contemporâneo, falecido em 1927.

Lente da Faculdade de Direito de São Paulo, deputado provincial e geral, conselheiro de Estado, foi também o dr. Martim Francisco (2.º) advogado e jornalista em Santos.

Conhecido geralmente como redator do periódico político e literário, denominado "A Imprensa Paulista", órgão do partido liberal que se publicou na capital da Província em 1859, tem passado ele quasi ignorado como jornalista na terra de seus maiores.

Vamos, assim, de acordo com alguns documentos nunca por outrem já lustrados, ventilar um pouco esse curioso ponto.

Quando o dr. Martim Francisco (2.º) advogou em Santos, relacionou-se com um colega ilustre de quem para logo se tornou amigo. Chamava-se ele dr. Francisco Manuel Raposo de Almeida.

E bem. A esse colega, por escritura pública lavrada nas notas do primeiro tabelião da comarca, em 14 de março de 1850, vendia o dr. Martim Francisco (2.º) uma tipografia com todos os seus pertences, pela importância de 1:100\$000, que seria paga em duas prestações, a primeira da data da escritura a um ano, e a segunda seis meses após a primeira, sendo a primeira de 600\$000 e a segunda de 500\$000.

Até aqui, como se vê, nada ha de extraordinario. Trata-se de um simples contrato de compra e venda, cujo preço seria pago dentro de certo prazo.

Mais abaixo, entretanto, é que vamos dar com o que interessa à nossa historia.

São estas quatro cláusulas:

“a) O comprador será obrigado a imprimir um jornal político por semana, redigido pelo vendedor, cujos artigos serão revestidos da competente responsabilidade, sendo dito jornal impresso a 400 exemplares, e de formato do jornal “Ipiranga”, impresso em São Paulo.

“b) O vendedor pagará anualmente a quantia de 800\$000 pela impressão do jornal, sendo pagos 200\$000 logo que forem impressos os primeiros 400 exemplares do n.º 1, e depois em trimestres adiantados de 200\$000 cada um.

“c) A metade do importe dos anuncios pertencerá ao comprador, e a outra metade à redação do jornal.

“d) O papel necessario para a impressão do jornal será fornecido pela redação do mesmo”.

Além dos contratantes, subscreveram a escritura o tabelião Firmino de Quadros Aranha e as testemunhas Manuel da Graça Martins e José Joaquim de Oliveira.

Um mês e tanto depois saía o jornal, rigorosamente no formato do “Ipiranga”, folha esta dirigida por Joaquim Roberto de Azevedo Marques e na qual colaborava o dr. Martim Francisco (2.º).

Inocencio, no seu magnífico “Dicionario Bibliográfico”, tomo 17, pg. 3, tratando de Martim Francisco (2.º) diz a respeito desse fato:

“Entrando na vida jornalística, redigiu em Santos “O Nacional”, periódico liberal”.

Teve essa folha, em boa verdade, vida efêmera. Durou pouco mais de ano. Como tudo, entretanto, que era dos Andradas, refletia ela com um brilho, com um vigor muito andradino as ideias que sulcavam o espírito adiantado e patriota do seu redator.

Jornal político, não podia ser sempre limpo de fel, extreme de malícia, isento de paixão. Mas isso mesmo, apesar de tudo, atraía e interessava os leitores pela linguagem urbana e civil que ele empregava até nas mais arduas refregas.

Da sua parcialidade poremos um breve exemplo.

É o seguinte:

Estava “O Nacional”, já no seu sétimo número, em julho de 1850, quando estrondeou em Santos um caso sensacional.

Exercia então o cargo de juiz de direito interino o dr. Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada.

Recebeu ele, certo dia, uma denuncia na qual se dizia que um brigue denominado “Sereia”, consignado a José Vergueiro ou à firma Vergueiro & Cia., havia trazido da Costa d’África um carregamento de quinhentos e tantos africanos e os tinha desembarcado na ponta do Itaipu.

Oficiou ele imediatamente ao delegado de policia, como lhe facultavam as leis, solicitando a apreensão dos referidos escravos.

A cidade toda, gulosa de escândalos, ficou logo sabendo da chegada da tal partida de escravos, e não havia quem não comentasse o caso.

O delegado de policia João Otavio Nebias, o seu escrivão Francisco Antonio Ferreira, o subdelegado José Justiniano Bittencourt e varias outras pessoas puseram-se em campo sem perda de tempo e conseguiram apreender quasi todos os infelizes africanos. Apenas alguns deles escaparam e sumiram.

O jornal de Martim Francisco (2.º), noticiando o fato, elogiou a ação das autoridades, mas disse que se devia aquela apreensão exclusivamente à boa vontade e ao zelo do juiz de direito interino.

Ora, aquele juiz era Andrada, e parente chegado do redator do "Nacional".

Muitos viram na noticia uma bravia injustiça. Nas colunas do outro jornal saíram artigos anônimos revidando a bradante sem-razão.

Aliás, não são poucos os despiques de ânimo apaixonado que podemos encontrar tanto em Martim Francisco (2.º) como em seu insigne filho, o dr. Martim, a quem muito nos prezamos de haver conhecido de perto.

Ponhamos a esse propósito alguns exemplos. Eles, pelo menos, servirão para confeitar este assunto, \*que alguns podem achar tedioso.

Conta-se que estava Martim Francisco (2.º) já quasi moribundo, e mesmo assim ainda observava a um dos filhos:

"Vives a estudar, e isso na política do Brasil é prejudicial. Olha como o Saraiva continua feliz na vida política, e como o Chico Sodré e o Moura têm sempre escapado de ser presos por crime de imbecilidade!"

E o dr. Martim (3.º) não era também deste feitio?

É conhecido este caso:

Na hora da morte perguntaram-lhe se queria um padre para o confessar.

— "Não, — respondeu ele. Para que? Eu não tenho nenhum pecado grave de que me acuse. Jamais pratiquei uma ação feia. Nunca roubei, nunca matei, nunca caluniei, e nunca li o "Correio Paulistano".

Pai e filho eram sem duvida homens de espirito culto e vigoroso, repleto de anedotas e de ditos bem achados e graciosos.

Para nós, os chistes do primeiro possuíam mais gradação e a sua ironia era mais fidalga, como se nota nesta pilheria:

"A um afilhado de casamento (o velho violeiro Cabral), que

o consultava se a noiva já mãe de varios filhos, poderia levar ao altar grinalda de flores de laranjeira, respondeu:

“Oh! isso não! Leve laranjas e os respectivos carochos.”

Sabemos que, na exposição histórica, o estilo de Tácito, por demasiado solene, não admite estas coisas facetas. Mas, nosso guia aqui não é ele, é Suetonio, mais simples e leve, apesar de haver acumulado tantos horrores no seu livro sobre “Os doze Césares”. Este é mais interessante fazendo a historia dos homens do que a da política dos imperadores.

Com muita razão disse algures Pio Baroja:

“Creio mais nas anedotas de um vulto histórico do que em seus decretos.”

Martim Francisco (2.º), com o seu jornal, occasionou o aparecimento de outra folha que logo se radicou no favor dos santistas. Foi “O Mercantil”, do dr. Francisco Manuel Raposo de Almeida, cujo primeiro número foi publicado a 4 de setembro de 1850. Era impresso, como “O Nacional”, na “Tipografia Imparcial”, à rua de Santo Antonio, n.º 2, e circulou durante quasi dois anos.

O dr. Raposo de Almeida, seu redator, era português, nascido em 17-8-1817, na povoação denominada Rabo de Peixe, do concelho e comarca da Ribeira Grande, distrito de Ponta Delgada, bispado de Angra do Heroismo, ilha de S. Miguel, arquipélago dos Açores.

Muito jovem ainda, dele tomava conta o Visconde de Almeida Garrett, sob cuja direção e amparo fez e concluiu a sua educação.

Depois de obter em Coimbra o diploma de bacharel em Direito Civil e de doutor em Direito Canônico, passou-se para Lisboa onde, envolvendo-se num movimento revolucionário, foi preso e deportado para a vila de Machico, na Ilha da Madeira.

Anistiado, mas desgostoso com a política de seu país, sendo ele francamente liberal e teoricamente republicano, resolveu expatriar-se para o Brasil.

Chegando ao Rio, que ele chamava — capital do novo Imperio dos Assirios, dedicou-se à advocacia.

Sua vida acidentada, levou-o a percorrer as provincias de Minas e do Paraná, passando depois a residir em São Paulo e afinal em Santos.

Estabelecido com a tipografia Imparcial que lhe vendera o dr. Martim Francisco, além dos dois jornais “O Nacional” e “O Mercantil”, ali tambem imprimiu em 1851 o drama, de sua autoria, — “Camões”.

Os seus esforços, entretanto, quebravam-se infrutuosos contra mil e uma dificuldades.

Dáí chegar ele a hipotecar em 10 de dezembro de 1851, em primeiro lugar a Vergueiro & Cia. e em seguida a Antonio Martins Pe-

reira da Cruz, a sua "Tipografia Imparcial", que se compunha de dois prelos, um de ferro e estanho e outro de pau, com todos os seus pertences, como tipos, caixas, emblemas, etc.

Retirando-se de Santos, o dr. Raposo de Almeida residiu na capital e em Pindamonhangaba, onde casou com uma filha do ajudante Antonio Moreira de Sousa e Almeida.

Mais tarde residiu ainda em Santa Catarina, na Bahia e em Pernambuco.

Membro do Instituto Histórico do Brasil, do da Bahia e do de Pernambuco.

Como membro do primeiro, escreveu: Origem do Colegio D. Pedro II; Elogio Histórico do marechal Raimundo José da Cunha Matos; Elogio acadêmico de Frei Francisco de S. Luís; e Oblação em homenagem ao príncipe d. Afonso.

Quando morou na Côrte escreveu ainda: Leitura acadêmica do Camões, drama; Elogio acadêmico de D. Francisco II, Cardeal Patriarca de Lisboa; Martim de Freitas, drama; Memoria do método mnemônico de ler, escrever e contar; e A guarda dos domingos.

Em 1855 e 1856 redigiu ainda ali "A Semana", jornal literario, científico e noticioso.

Vindo a falecer em 17 de março de 1886, fez-lhe Franklin Távora o elogio histórico no Instituto Histórico Brasileiro.

Estas duas linhas, que aqui transcrevemos dessa peça oratoria, constituem uma verdadeira consagração.

Disse ele, "o dr. Francisco Manuel Raposo de Almeida correu com o melhor da sua energia e atividade para a elevação do gosto dos estudos de arqueologia e historia no Brasil".

## RUI BARBOSA, O ORADOR

J. P. LEITE CORDEIRO

Dizer de Rui Barbosa orador, é ocupar-se de toda a vida do egregio brasileiro, pois toda ela se desdobrou nos famosos discursos e conferencias em que ele defendeu a Patria, o Direito e a Liberdade.

Vamos tentar fazê-lo como a formiga humilde ao carregar uma folha enorme para as suas debéis forças.

“A eloquencia é o privilegio divino da palavra na sua expressão mais fina, mais natural, mais bela. É a evidencia alada, a inspiração resplandecente, a convicção eletrizada, a verdade em erupção, em cachoeira ou em oceano, com as transparencias da onda, as surpresas do vento, os reflexos do céu, e os descortinos do horizonte. Como o espírito do Senhor se librava sobre as aguas, a sensação da iminencia de um poder invisível paira sobre a tribuna ocupada por um verdadeiro orador. Abriu ele a boca! Já ninguém se engana com a corrente do fluido imponderável e maravilhoso, que se apodera das almas. É a espontaneidade, a sinceridade, a liberdade em ação”. Eis, senhoras e senhores, a agudeza de espírito, a segurança de conceitos, a beleza de expressão, com que Rui Barbosa definiu a eloquencia de que foi na terra um dos mais lídimos expoentes.

É sabido que a palavra falada está para a palavra escrita como o homem para o seu retrato. Na verdade, os vocábulos, as sentenças e os períodos, quando pronunciados, têm vida e colorido, arrebatam e entusiasmam, transmitem pensamentos da intelligencia e sentimentos da alma de quem os expressa. Nada existe de tão sugestivo como a voz e o gesto — o som e o movimento, — attributos inerentes ao orador, e que fazem da eloquencia a arte de maior força expressiva. No entanto, condenada à fugacidade de um momento, a beleza criada pelo orador somente penetra na literatura quando reduzida a escrito.

Sendo a arte mais repleta de vitalidade, a eloquencia é de todas a mais mortal, embora o orador se integre nas aspirações coletivas do seu tempo e crie a beleza, colocando-a ao serviço de uma causa, de um ideal, de uma aspiração. No fundo, podemos chegar a admitir um attributo científico para a eloquencia, quando ela instrui e esclarece, quando se preocupa com a verdade, com o justo, com o util, com o bem. Isto ela o faz, por meio da beleza, ao traduzir pensamentos, ao transmitir emoções, ao expressar e desper-

tar sentimentos, ao sugerir idéias, ao desencadear movimentos históricos, ao propiciar a felicidade, e ao propugnar o bem coletivo. Em chegando a este ponto, poderíamos encará-la através de um prisma essencialmente filosófico.

Cícero, o maior orador político da gloriosa Roma, achava imprescindíveis ao tribuno, as qualidades do poeta, do filósofo e do ator. Do poeta, para agradar e enternecer. Do filósofo, para ensinar e instruir, e do ator, para, com o gesto, as modulações e a entonação da voz, incutir um sopro de vida à palavra, tornando-a capaz de agir ao mesmo tempo sobre o coração e sobre a razão.

No sabio dizer de Cormenin, a tribuna é um teatro, a eloquência um espetáculo, o orador um comediante. Com efeito, a arte de ser eloquente requer toda a personalidade do orador, solicita-lhe todos os recursos, tanto os intelectuais como os sentimentais e os físicos. Enquanto o escritor joga apenas com o estilo, o orador joga também com a sua figura física. Um percorre o mundo das idéias inteiramente só; o outro é acompanhado por olhos vigilantes e por ouvidos atentos.

Os gregos e os romanos elevaram a oratoria a um alto grau de desenvolvimento. Na afirmação de Tácito, "Sem eloquência ninguém conseguia lugar proeminente em Roma... Ser avaliado por eloquente era honra e glória; ser tido por mudo ou incapaz de falar, era vergonha". O mesmo acontecera na Grécia.

Durante a Idade Média, a oratoria teve os seus mais famosos cultores nos sacerdotes do cristianismo, que, então, consagraram um novo gênero, desconhecido até aquela época, a chamada eloquência religiosa, que passou a se enfileirar entre as eloquências didática, sentimental, política e judiciária, para adotarmos a classificação do Professor Angelo Majorana, cujo livro "A arte de falar em público" mereceu ser editado em português na coleção "Studium", organizada pelos Irmãos Saraiva, da Livraria Acadêmica, de São Paulo.

## OS GÊNEROS ORATORIOS

Todos os gêneros de eloquência tiveram os seus períodos áureos, conforme as solicitações ou as necessidades dos momentos históricos na vida dos povos. Cada um deles possui o seu lugar, a sua fisionomia própria. A didática pertence à tranquilidade e à paz dos cenáculos onde se reúnem os homens de ciência, os poetas e os literatos, ou dos recintos onde os Mestres instruem e educam. A sentimental, na opinião de Majorana, augura o bem e conjura o mal. É a eloquência dos brindes, das festividades públicas, dos elogios fúnebres, das comemorações cívicas, dos discursos de saudação, apresentação ou inauguração. A religiosa pregou o cristianismo, animou as tribunas ocupadas por Santo Ambrósio e Santo Agosti-

inho, São Bernardo e São Boaventura, Pedro, o Eremita, e Bossuet, e entre nós, pelo Padre Vieira e por Mont'Alverne. A forense ou judiciaria clama pela justiça e defende o direito, mas de todos, os gêneros de eloquencia, o que sempre despertou maior interesse e o que se tem mostrado o mais duradouro, foi e é o político. Esse maior interesse e essa maior durabilidade têm sua razão de ser. A oratoria política surge nos momentos de luta, quando ainda se encontram latentes os sonhos, os ideais, as aspirações dos povos ou dos agregados humanos. Talvez nela resida a perfeição da eloquencia, aquela que "só brota no meio da agitação e da borrasca", como dizia Latino Coelho.

A eloquencia política constituiu um dos elementos essenciais e um dos mais fortes esteios da democracia ateniense. O orador político é um lutador no redondel da arte, um verdadeiro gladiador empenhado nas justas da beleza. Ele emociona, faz sorrir e faz chorar, por vezes leva a mansidão aos corações, por vezes traz a agitação, a dúvida, a inquietude aos espíritos, procurando deles se assenhorear, dominá-los, orientá-los.

Quando não se fazem necessarias as reformas, quando não existem problemas a resolver, a oratória política perde o vigor, enclausura-se, tranquiliza-se tal qual plácido regato, pronto, porém, a se transformar em rio caudaloso, mal se anunciem os temporais das necessidades coletivas. Demetrio de Falesio afirmou que, entre os povos livres, a eloquência comporta-se como o ferro nos combates. Daí o aparecimento dos oradores políticos juntamente quando as transformações na orientação dos governos dos povos, requerem decisões imediatas, quando as correntes da opinião pública debatem livremente o bem geral. É o gênero de eloquência que se liga mais intimamente à Historia, e, por isto, Péricles e Demóstenes, Cícero e Cesar, Danton e Mirabeau, Gladstone e Disraeli, Vieira, Manuel Bernardes, Antonio Cândido e Garret, Joaquim Nabuco, José Bonifacio, o moço, Silveira Martins e Rui Barbosa — deles todos um dos maiores — nunca poderão ser desligados das Historias da Grecia, de Roma, da França, da Inglaterra, de Portugal e do Brasil.

Rui Barbosa cultivou e foi grande em todos os gêneros oratorios. Toda a sua obra, antes de publicada, passou pela tribuna parlamentar, pela imprensa, ou pelos autos judiarios. Escaparam a essa regra apenas a introdução ao "O Papa e o Concilio", e os prefacios às traduções de "Viagens de Gulliver" e de "Lições de Coisas".

Na obra literaria de Rui, existe, como norma sistemática de produção, a palavra do lutador incansável. Rui, propriamente, nunca escreveu um livro. Não encontrou, ou melhor, não lhe sobrou tempo para sistematizar as suas teorias, para lançar ao papel uma composição que de per si o immortalizasse, como a "Divina Comedia"



o fez a Dante, os "Lusiadas" a Camões, o "D. Quixote" a Cervantes. As suas idéias, doutrinas, experiência, cultura e erudição, manifestaram-se esparsas, em certos instantes, solicitadas por uma circunstância, externadas para determinado objetivo. Nisto reside a maior dificuldade para se analisar a obra ciclópica de Rui Barbosa. A fim de julgá-la, é necessário conhecê-la globalmente. Um dos mais típicos exemplos dessa característica, foi a revelação do filólogo na oportunidade criada pela discussão do Projeto do Código Civil. A sondagem revelou a jazida rica e inexaurível do vernaculista.

Se a obra de Rui, à primeira vista, parece fragmentaria, ela, no seu conjunto, apresenta-se una e indissolúvel, mostra-se um catecismo de moral, um código de ética, uma perfeita coordenação de momentos históricos, um apregoamento constante da verdade, um agregado de ensinamentos, uma contínua criação de beleza, através de uma genial expansão de saber.

O valor, a envergadura, toda a majestade, e mesmo a imortalidade de Rui, advêm da totalidade de sua produção. Intelectual e literato, foi sobretudo homem de ação e homem de luta. Quando surgia a oportunidade de espalhar o bem, de pregar a moralidade, de apontar a verdade, de defender a liberdade, ou quando se apresentava ocasião de combater o mal, descia à arena, quaisquer que fossem as circunstâncias, os momentos e os competidores. É o próprio Rui quem no-lo diz: "Os órgãos de publicidade que redigi eram todos eles de política militante; os livros que escrevi, trabalhos de atividade, pugnas; as situações em que me distingui, situações de energia ofensiva ou defensiva. Propugnei ou adversei governos; golpeei ou escudei instituições; abalei até a morte um regime e colaborei decisiva e capitalmente no erigir de outro. Pelejei contra ministros e governos, contra prepotências e abusos, contra oligarquias e tiranos. Ensinei, com a doutrina e o exemplo, mas ainda mais com o exemplo que com a doutrina, o culto e a prática da legalidade, as normas e o uso da resistência constitucional, o desprezo e os horrores da opressão, o valor e a eficiência da justiça, o amor e o exercício da liberdade. Uma existencia assim vivida nos campos de batalha, tecida, assim, tôda ela nos fios da ação combatente, não se desnatura da sua substancia, não se desintegra dos seus elementos orgânicos, para se apresentar desvestida e transmutada naquilo que tem menos, na mera existência de um homem de letras. Como quer que se encare, boa ou má, é a de um missionario, é a de um soldado, é a de um construtor. As letras nela entram apenas como a forma da palavra que reveste o pensamento, como a eloquência que dobra o poder das idéias, como a beleza aparente que reflete a beleza interior, como a condição de asseio que lhe dá clareza às opiniões, que as dota de elegância, que as faz inteligíveis e amáveis".

A oratoria de Rui teve uma característica toda pessoal em consequência dessa maneira particularíssima de produção, uma produção que surgia à medida que era solicitada, sem sofrer o norteamento de um plano, sem apresentar uma especialidade. Abarcava tudo, tratava com maestria todos os assuntos. Parece-nos impossível ter sido o mesmo orador quem obteve os mesmos retumbantes sucessos, ao abordar assuntos os mais variados e díspares, em circunstâncias as mais diferentes. Lembrava o gigantesco Cícero, quando no Senado acusava o Governo; fazia vibrar o Parlamento em suas odes políticas; deliciava o auditório reunido no Colegio Anchieta, ao discorrer sobre as verdades da religião católica; deu lições a juizes, advogados e juristas; arrebatou médicos e professores de medicina, ao biografar a figura imortal de Oswaldo Cruz; assombrou a todos, quando em Haia improvisou em lingua estrangeira e na Academia Brasileira de Letras, saudou em francês a Anatole France.

Todos os monumentais eloquios de Rui Barbosa, excluidos os pronunciados no Parlamento, estão enfeixados em quatro livros: "Discursos e Conferências", editado em Portugal, em 1907, pela Empresa Literaria e Tipográfica Editora, do Porto; "Orações do Apóstolo", editado em 1923 e "Elogios Acadêmicos", edição de 1924, ambos publicados pelo acadêmico Laudelino Freire. Finalmente o quarto, "Novos Discursos e Conferências", coligidos por Homero Pires, ex-Diretor da "Casa de Rui Barbosa", foi publicado por Saraiva e Cia. no ano de 1933.

### ELOQUENCIA SENTIMENTAL

Destes quatro valiosos mananciais e dos discursos encastoados como gemas preciosas, nos Anais do Parlamento brasileiro, muitos são os trechos que poderíamos citar no gênero da oratoria sentimental. Um dos mais belos, Rui pronunciou no Senado, em 13 de outubro de 1896: "Não deve haver hoje, para esta tribuna, coisas íntimas, nem coisas sagradas. Já que me forcem, rasgarei diante de vós o santuario dos segredos dalma. As coisas santas nem sempre se profanam quando se expõem. A defesa tem a sua religião, e há na defesa momentos em que aquele, que apela para a justiça, está na presença de Deus".

"Nasci, é verdade, na pobreza; e de tal me honro; porque essa pobreza era a coroa de uma vida, que o amargor dos sacrificios não deixou frutificar em prosperidade. Mas, se disso me desvaneco, não é menor honra, para mim, de ter sabido, com o suor de muitas agônias, transformar espinhos em frutos de benção, fazendo do meu trabalho um manto de respeito para a memoria de meu pai. E por isso bem é que a memoria do pai venha trazer hoje o testemunho incorruptivel dos mortos em socorro do filho indignamente difama-

do. Não é a primeira vez, senhores, que me vejo obrigado a invocá-lo contra a calúnia política, de que ele tantas vezes triunfou”.

“Mal se haviam inteirado três anos que eu deixara a academia, quando meu pai fechou os olhos. Era êle, na minha provincia, a maior cabeça de sua época, o orador mais perfeito que já conheci, distinguindo-se ao mesmo tempo, como um carater de limpidez e inflexibilidade adamantinas. Com tais qualidades, não podia ser feliz na política, madrasta sempre, entre nós, aos espíritos de escol e às consciencias inflexiveis. Severamente açoitado por ela sob a situação conservadora de 16 de julho, os seus últimos anos foram de privações, não obstante a austera modestia do seu viver; e faleceu onerado de encargos”.

“Eu herdara, pois, o trabalho e a luta, mas a luta como quem nasceu para menear com a energia de uma arma, e o trabalho como quem fôra talhado para vencer nele como num campo de batalha. Facilimo era evitar o peso dessa herança — bastava renunciar à sucessão a beneficio de inventario”.

“Mas me pareceu que o dever mo vedava. Renunciei, pois, nos autos, em favor de minha irmã o ativo do casal: os moveis, as alfaias, todos os valores encontrados em casa, e substituí, nos bancos, sem reserva de condições, a firma de meu pai pela minha. Não pedi misericórdia, e não a tiveram comigo. O morto continuou a viver em mim nas suas responsabilidades, pelas quais nunca encontrei quartel. Era assim que eu queria — foi assim que me trataram os estabelecimentos. E assim foi que eu venci”.

“Houve, entre os prudentes e experimentados, quem me taxasse de loucura essa temeridade. Mas eu era arrastado pela nobreza da honra paterna, e contava com o poder miraculoso das inspirações do dever. Eu sentia em mim uma paixão entusiástica pelo estudo, sentia um atrativo irresistivel pela ciencia; tinha a vontade heróica do trabalho; tinha o brio indomavel, essa energia sobre todas prodigiosa nas almas bem formadas; e, animado por essas forças, na quadra em que outros principiam a fruir as sucessões pingues, ou se atiram à exploração dos casamentos opulentos, entrei na vida por um caminho coberto de obstáculos esmagadores, nos quais algumas vezes estive a pique de deixá-la”.

“Mas não: através de quantas dificuldades o meu terrivel compromisso incessantemente me opunha, sem descer, sem quebrar, sem me humilhar jamais, pagando mês por mês, durante o longo espaço de doze anos, que me absorveram toda a mocidade, os títulos do débito inevitavel, consegui, accumulando à minha tarefa profissional a da imprensa, a que me dava gratuitamente, fundar casa, dar estado à minha irmã, constituir nova familia, e a esta assegurar sempre a abastança, a decencia, o conchego, o gosto das existencias distintas, a arte modesta do lar iluminado pela poesia dos afetos que se

criam no trato das coisas delicadas, enquanto, par a par, sem uma falha, sem a menor impontualidade, remia gradualmente os encargos da honra de meu pai". Quanta sentimentalidade não se extravazava dessas emocionantes palavras de Rui Barbosa?

Outro sugestivo exemplo de sentimentalismo é a mensagem aos jangadeiros nordestinos que vieram em tão fragil embarcação, demonstrar na Capital da República — engalanada com as festas do Centenario da Independencia, — o vigor, a fé e a coragem dos caixaras brasileiros: — "Deus permitiu que vos conservásseis para assistir ao nosso Centenario nacional, em que a vossa presença representa um dos mais instrutivos e comoventes episodios, cheio de exemplos e lições indeleveis. De lição de vigor moral e energia humana, riquezas que são o maior tesouro das nações livres. Os grandes gigantes do oceano têm muito que admirar e respeitar no vosso denodo indomavel, na vossa força desarmada, na vossa navegação pelo instinto. Quando surgis no meio das suas esquadras, lembrais as revoadas de garças brancas, flores de alegria do oceano, semeadas entre os vultos negros dos formidáveis devassadores das imensidades marinhas. Benvindos sejais, amigos, irmãos outrora na luta e agora na saudade. Permita Deus que, ao irradiar do nosso segundo Centenario, existais ainda para vir lembrar à civilização borbulhante desses tempos a historia do mar brasileiro em capítulos memoraveis e recordar esses clarões de liberdade com que vós rompistes o círculo negro que cercava as nossas plagas do norte nas épocas da escravidão".

"Nesses dias daqui a cem anos, a população que se aglomerar por essas paragens oceánicas do norte, então já fecundado e enriquecido pela civilização, ostentando a vista pelo pego sem limites, lhe pedirá que lhe abra as suas asas azuladas e lhe deixe assistir mais uma vez ao sonho das vossas incríveis façanhas nos tempos da conquista dos nossos foros elementares de povo livre; e, ao reviver dessas cenas, como evocações de lenda na tela do passado, o Ceará, terra da luz, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, terras livres, ouvirão ressoar-lhes nalma a canção da força, os hinos da gloria, sentindo que a mais tremenda e irresistivel das armas é o santo amor da liberdade". Devemos salientar que, ao redigir estas frases, o Mestre convalescia de grave enfermidade. Como-vendo-se ante a façanha dos jangadeiros, embora enfraquecido, Rui escreveu aquela página imorredoura.

Pertence também ao gênero sentimental, o elogio fúnebre pronunciado em nome da Academia Brasileira, junto ao ataude de Machado de Assis com quem não privara intimamente, mas de cuja obra literaria era profundo admirador: "Designou-me a Academia Brasileira de Letras para vir trazer ao amigo que de nós aqui se despede, para lhe vir trazer, nas suas proprias palavras, num gemi-

do da sua lira, para lhe vir trazer o nosso "coração de companheiros".

"Eu quasi não sei dizer mais, nem sei que mais se possa dizer, quando as mãos que se apertavam no derradeiro encontro, se separaram desta para outra parte da eternidade. Nunca ergui a voz sobre um túmulo, parecendo-me sempre que o silencio era a linguagem de nos entendermos com o misterio dos mortos. Só o irresistível de uma vocação como a dos que me chamaram para orgão destes adeuses me abria a boca ao pé deste jazigo, em torno do qual, ao movimento das emoções reprimidas se sobrepõe o murmúrio do indizível, a sensação de uma existencia cuja corrente se ouvisse cair de uma em outra bacia, no insondável do tempo, onde se formam do veio das águas sem manchas, as rochas de cristal exploradas pela posteridade".

"Do que a ela se reserva em surpresas, em maravilhas de transparência e sonoridade e beleza na obra de Machado de Assis, di-lo-ão outros, hão de o dizer os seus confrades, já o está dizendo a imprensa, e de esperar é que o diga, dias sem conta, derredor do seu nome, da lápide que vai tombar sobre seu corpo, mas abrir a porta ao ingresso da sua imagem na sagração dos incontestados, a admiração, a reminiscencia, a magua sem cura dos que lhe sobrevivem. Eu, de mim, porém, não quisera falar senão do seu coração e de sua alma".

"Daqui, deste abismar-se de illusões e esperanças que sosso-bram ao cerrar de cada sepulcro, deixemos passar a gloria na sua resplandecencia, na sua fascinação, na impetuosidade do seu vôo. Muito ressumbra sempre da nossa debilidade, na ativez do seu surto e na confiança das suas asas. As arrancadas mais altas do genio mal se libram nos longes da nossa atmosfera, de todas as partes envolvida e distanciada pelo infinito. Para se não perder no incomensuravel deste, para se avizinhar a terra do firmamento, para desassombrar a impenetrabilidade da morte, não ha nada como a bondade. Quando ela, como aqui, se debruça fora de uma campa ainda aberta, já se não cuida que lhe esteja à beira, de guarda, o mais malquisto dos nomes, no sentimento grego, e os braços de si mesmo se levantam, se estendem, se abrem, para tomar entre si a visão querida, que se aparta".

Não poderia ter tido um panegírico mais comovente e enternecedor aquele outro admiravel artista da palavra, embora palavra escrita, mas que usou também para comover, para enternecer, e para instruir.

### ELOQUENCIA POLÍTICA

Passando a um outro gênero de eloquencia, rememoremos alguns trechos dos discursos políticos de Rui. "O Credo" assombra

e arrebatava: “Meu país conhece o meu credo político porque o meu credo político está na minha vida inteira. Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, emanação dela, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; creio que, neste regime, não há poderes soberanos, e soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a própria soberania popular necessita de limites, e que esses limites vêm a ser as suas constituições, por ela mesma criadas, nas suas obras de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada; creio que a República decai, porque se deixou estragar confiando-se ao regime da força; creio que a federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça; porque da justiça nasce a confiança, da confiança a tranquilidade, da tranquilidade o trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, da opulência a respeitabilidade, a duração, o vigor; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do Tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo emprêgo da riqueza pública; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades”.

Em outro discurso político, Rui insurgiu-se contra os desmandos e a prepotência dos que, sem estarem suficientemente aptos ou amadurecidos para o exercício das funções públicas, são infelizmente a elas guindados: “A regra inglesa é a da capacidade: *the right man in the right place*. A regra brasileira, a incapacidade: *the wrong man in the wrong place*. Não buscamos os homens para os lugares: buscamos os lugares para os homens. Os preparados são os despreparados; os despreparados, os preparados. Os competentes são os incompetentes; os incompetentes, os competentes”.

“A este vesgo chamamos nós administração. Latrocínio lhe chamava o Padre Antonio Vieira. “Querem saber os reis”, dizia êle, “se os que provêm nos officios, são ladrões, ou não? Observem a regra de Cristo: “*Qui non intrat per ostium, fur est, et latro*”. A porta por onde legitimamente se entra no officio, é só o merecimento; e todo o que não entra pela porta, não só diz Cristo que é ladrão, senão ladrão e ladrão: *fur est et latro*. E por que é duas vezes ladrão? Uma vez porque furta o officio, e outra pelo que há de furta com ele. O que entra pela porta, poderá vir a ser ladrão: mas os que não entram por ella, já o são. Uns entram pelo parentesco, outros pela amizade, outros pela valia, outros pelo suborno, todos pela negociação. E quem negocia, não ha myster outra prova; já sabe que

não a vai perder. Agora será ladrão oculto, mas depois ladrão descoberto, o que essa é, como diz S. Jerônimo, a diferença de fur a latrô”.

“Palavras do célebre orador na prédica do Bom Ladrão ouvida em 1655 (há muito mais de dois séculos) na Igreja da Misericórdia de Lisboa, reinando El-Rei nosso senhor. As portas de entrada aos cargos públicos eram, pois, absolutamente as mesmas, que ele hoje teria de enumerar, se estivesse orando, em 1917, em algum púlpito do Rio de Janeiro: o parentesco, a amizade, o suborno, a valia, nome, com que se indicava, não o valor, mas o valimento, a proteção, as cartas, o empenho, como hoje dizemos. “As mercês não significam valor, senão valia”, deplorava o excelso pregador, como nós hoje o deploramos”.

“É o que os ministros do altar, nos templos, em pleno despotismo, diziam aos ministros do soberano absoluto. Quer-me parecer que, se a realidade é a mesma, ao homem político, hoje, não se há de negar direito de dizer, em plena democracia, aos intitulados órgãos do povo soberano”.

“Naquele tempo, naturalmente, se acreditava que as valias, valimentos e valedores constituíam um vício peculiar ao arbitrio das autocracias. Depois se viu que as constituições mudam os nomes, mas não a substância às coisas e que, nas repúblicas mais amoderadas, as privanças, os nepotismos, os compadrios podem ter o mesmo sabor de atualidade que nas mais bolorentas monarquias”.

Para encerrarmos a exemplificação da eloquência política de Rui, releiamos um tópico do discurso conhecido sob o título “Visita a Terra Natal”, e pronunciado quatro anos depois do 15 de novembro: “A república precisa de ser conservadora, mas conservadora, a um tempo, contra o radicalismo e contra o despotismo, contra as utopias revolucionárias e contra as usurpações administrativas, contra a selvageria anárquica das facções e contra a educação inconstitucional dos governos. Para isso é indispensável a liga entre os fortes, entre os convencidos, entre os moderados, entre os independentes. A federação política há de assentar nessa federação moral”.

### ELOQUENCIA FORENSE

A fim de avaliarmos o prestígio e a força da eloquência judiciária de Rui Barbosa, basta repetirmos as frases do Ministro Viveiros de Castro, pronunciadas na homenagem prestada a Rui no Supremo Tribunal aos 27 de março de 1923: — “O Supremo Tribunal Federal, em vida de Rui Barbosa, prestou-lhe diversas vezes um testemunho irrecusável da sua excepcional admiração, suspendendo, quando êle ocupava a tribuna, a execução da disposição regimental que limita a um quarto de hora o tempo concedido aos advogados para defenderem oralmente os direitos dos seus constituintes”.

“A situação era privilegiada. Sempre falou pelo tempo que ele mesmo julgou necessário para esplanar perfeitamente a materia”.

“Morto, excepcional também deve ser a homenagem a sua memoria”.

“Proponho, portanto, que coloquemos neste recinto, para que ele presida espiritualmente as nossas sessões, e inspire os nossos julgamentos, o busto de Rui Barbosa, o brasileiro que mais alto elevou o nome do Brasil no estrangeiro, o pontífice máximo do nosso Direito Constitucional, o advogado sem par, cujas razões são preciosas monografias que esgotaram as matérias nada deixando a respigar; o jornalista insigne que se immortalizou em memoráveis campanhas, cuja pena era clava poderosa que ajudou eficazmente a quebrar os grilhões do cativo e a derribar o trono; o apaixonado cultor da nossa lingua admiravel cujos opulentos tesouros ainda mais engrandeceu; e sobretudo, o intemerato paladino da liberdade, o incansavel defensor dos oprimidos”.

### ELOQUENCIA DIDÁTICA

Vejamos agora a eloquencia didática, soberbamente desenvolvida por Rui na Oração aos Moços, na conferencia sobre Oswaldo Cruz, no Discurso de Friburgo e em tantos outros.

No discurso pronunciado no Colegio Anchieta, de Friburgo, e dirigido aos jovens que terminavam o curso de humanidades, não faltou o delineamento de normas para bem viver: — “Habituai-vos a obedecer, para aprender a mandar. Costumai-vos a ouvir, para alcançar o entender. Afazei-vos a esperar, para lograr concluir. Não delireis nos vossos triunfos. Para não arrefecerdes, imaginai que podeis vir a saber tudo; para não presumirdes, refletoi que, por muito que souberdes, mui pouco tereis chegado a saber. Sêde, sobretudo, tenazes, quando o objetivo almejado se vos furtar na obscuridade avara do ignoto. Profundai a escavação, incansaveis como o mineiro no garimpo. De um momento para outro, no filão resistente se descobrirá, talvez, por entre a ganga, o metal precioso”.

No decorrer da oração, entremeou lições sobre historia universal, sobre historia das Américas, sobre política e economia, sobre historia do Brasil, sobre a influencia da religião no evoluir dos povos, lições professadas em linguagem pura, simples e acessivel que firmava conceitos e recordações futuras naquelas mentes juvenis, que assim se preparavam, se desenvolviam, se aperfeiçoavam e se completavam para bem servir à Patria.

Admiráveis foram também as lições de Historia da Medicina, a descrição minuciosa das realizações de Pasteur, a análise perfeita da edificante vida de Oswaldo Cruz, o saneador da Capital do país. A exposição dos conceitos de Rui sobre as descobertas de Pasteur, sobre a experimentação e o espirito científico em medicina, sobre



a patologia geral, a higiene e a profilaxia, as epidemias, as pandemias, a influencia da guerra na medicina e a influencia da medicina sobre a guerra, a vastidão dos horizontes que se descortinaram pouco a pouco para a humanidade com o paulatino eclodir das conquistas médicas, e, para o Brasil, com o espirito fulgurante de Oswaldo Cruz, não teriam encontrado expositor mais didata, mais justo analisador. A essa conferencia pertence uma das mais sugestivas páginas de Rui: "Que seria de nós hoje, se a Providencia não no-lo houvesse permitido; que seria de nós, se . . . ? Suponhamos que Deus não houvesse criado o sol . . . A terra seria deserta, nua, tenebrosa, e os mais planetas, que, com ela, estendem as suas órbitas derredor daquele disco abrazado, reverberando-lhe os raios luminosos, vagariam, sombras errantes, pelo espaço, à tenue claridade das estrelas. Para o nosso mundo, toda a fecundidade, toda a beleza, toda a alegria vem do sol. Grande criador, porém, o sol é, ao mesmo tempo, "o grande putrefator". Ao calor, emanação dos seus raios, nascem as plantas, nascem os animais, nasce o homem, surge, respira e se alimenta a vida. Mas, também, ao mesmo calor que dele deriva, se desenvolvem todos os processos da morte: as fermentações, as decomposições, as putrescências. Ao sol riem os jardins, e abrem as flores. Ao sol esfergulham as vermineiras, e se decompõem os monturos. Aquece-nos o sangue; mas, ao mesmo passo, aviventa os germes, que no-lo destroem".

"Entre essas duas noções, a ignorancia não sabe discernir, e aproveitar. A ciencia as discrimina e utiliza. Com a ignorancia o sol torra, derranca, e mata. Com a ciencia o sol fecunda, preserva e cria. Se Deus nos não suscitasse a missão de Oswaldo Cruz, o Brasil teria o mesmo sol, com a mesma exuberancia de maravilhas, mas o sol com a peste, com o impaludismo, com a febre amarela, com a doença do barbeiro, com a úlcera de Bauru, com todas essas desgraças, até então irremediaveis, que êsse homem, superior ao seu tempo e ao seu país, deixou extintas ou em via de se extinguirem. Dar o sol, e não dar a ciencia, é deixar apenas meio sol, ou um sol malogrado: o sol com a doença, a esterilidade e o luto. Deus nos havia dadivado os beneficios do sol tropical. Com Oswaldo Cruz nos acrescentou os da ciencia, que o corrige. Podemos-nos congratular, agora, de termos o sol estreme dos seus descontos, o sol sem as suas malignidades, o bem logrado sol dos países saneados".

Modelo de eloquencia didática encontramos em uma das mais belas produções de Rui, a famosa "Oração aos Moços", lida a seu pedido pelo Professor Reinaldo Porchat, em 29 de março de 1921, na colação de grau dos bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi dos derradeiros trabalhos que elaborou e nele teve oportunidade, ainda uma vez, de extravazar magnificamente o sentimento que lhe ia na alma. Fê-lo com os olhos e o coração mareja-

dos nas lágrimas da saudade, pois revia num horizonte distante e já enfumaçado pelas brumas crepusculares de sua própria vida, o seu tempo de moço, a sua passagem pela Faculdade de Direito, as ilusões e os sonhos da adolescência, os entusiasmos da juventude. Em cada um daqueles jovens que apadrinhava, revivia as emoções da festa de sua formatura. Daí expandir-se: “Não, filhos meus (deixai-me experimentar, uma vez que seja, convosco, este suavíssimo nome): não: o coração não é tão frívolo, tão exterior, tão carnal, quanto se cuida. Há, nele, mais que um assombro fisiológico, um prodígio moral. É o órgão da esperança, o órgão do ideal. Vê, por isso, com os olhos da alma, o que não vêem os do corpo. Vê ao longe, vê em ausência, vê no invisível, e até no infinito vê. Onde pára o cérebro de ver, outorgou-lhe o Senhor que ainda veja, e não se sabe até onde. Até onde chegam as vibrações do sentimento, até onde se perdem os surtos da poesia, até onde se somem os vôos da crença: até Deus mesmo, invisível, como os panoramas íntimos do coração, mas presente ao céu e à terra, a todos nós presente, enquanto nos palpita, incorrupto, no seio, o músculo da vida e da nobreza e da bondade humana”.

“Entre vós, porém, moços, que me estais escutando, ainda brilha em toda a sua rutilância o clarão da lâmpada sagrada, ainda arde em toda a sua energia o centro de calor, a que se aquece a essência da alma. Vosso coração, pois, ainda estará incontaminado; e Deus assim o preserve”.

“Entrelaçando a colação do vosso grau com a comemoração jubilar da minha, e dando-me a honra de vos ser eu paraninfo, urdistes desta maneira, no ingresso à carreira que adotastes, um como vínculo sagrado entre a vossa existência intelectual que se encenta, e a do vosso padrinho em letras, que se acerca do seu termo. Do ocaso de uma surge o arrebol da outra”.

Esboçando aos recém-formados, as diretrizes da vida pública, asseverava: “Tenho o consolo de haver dado ao meu país tudo o que me estava ao alcance: a desambição, a pureza, a sinceridade incansável, com que, desde os bancos acadêmicos, o servi”.

“Por isso me sai da longa odisséia sem créditos de Ulisses. Mas, se o não soube imitar nas artes medrançosas de político fértil em meios e manhas, em compensação tudo envidei por inculcar ao povo os costumes da liberdade e à república as leis do bom governo, que prosperam os Estados, moralizam as sociedades, e honram as nações”.

Conselhos mais sábios não poderia dar a experiência de um pai extremo. Com sua proverbial franqueza, Rui acrescentava: — “Eis ao que vem o padrinho, o velho, o abençoado, carregado de anos e tradições, versado nas longas lições do tempo, mestre da humildade, arrependimento e desconfiança, nulo entre os grandes da

inteligencia, grande entre os experimentados na fraqueza humana. Que se feche, pois, alguns momentos o livro da ciencia; e folheemos juntos o da experiencia. Desaliviamo-nos do saber humano, carga formidável, e voltemos uma hora para estoutro, leve, comezinho, desalinhado, conversavel, seguro, sem altitudes, nem despenhadeiros”.

“Ninguém, senhores meus, que empreenda uma jornada extraordinária, primeiro que meta o pé na estrada, se esquecerá de entrar em conta com as suas forças, por saber se o levarão ao cabo. Mas, na grande viagem, na viagem de trânsito, por este mundo, não ha possa, ou não possa, não há querer, ou não querer. A vida não tem mais que duas portas: uma de entrar, pelo nascimento; outra de sair, pela morte. Ninguém, cabendo-lhe a vez, se poderá furtrar à entrada. Ninguém, desde que entrou, em lhe' chegando o turno, se conseguirá evadir à saída. É, de um ao outro extremo, vai o caminho, longo, ou breve, ninguém o sabe, entre cujos termos fatais se debate o homem, pezaroso de que entrasse, receoso da hora em que saia, cativo de um e outro mistério, que lhe confinam a passagem terrestre”.

“Não ha nada mais trágico do que a fatalidade inexoravel dêste destino, cuja rapidez ainda lhe agrava a severidade”.

“Em tão breve trajeto cada um ha de acabar a sua tarefa. Com que elementos? Com os que herdou, e os que cria. Aqueles são a parte da natureza. Estes, a do trabalho”. Quanta filosofia e quanta experiencia da vida nestas frases!

### ELOQUENCIA RELIGIOSA

Continuando a exposição, Rui teceu sugestivo trecho de eloquencia religiosa: “Oração e trabalho são os recursos mais poderosos na criação moral do homem. A oração é o íntimo sublimar-se dalma pelo contato com Deus. O trabalho é o inteirar, o desenvolver, o apurar das energias do corpo e do espírito, mediante a ação continua sobre si mesmo e sobre o mundo onde labutamos”.

“O individuo que trabalha, acerca-se continuamente do autor de todas as coisas, tomando na sua obra uma parte, de que depende também a dele. O Criador começa, e a criatura acaba a criação de si propria”.

“Quem quer, pois, que trabalhe, está em oração ao Senhor. Oração pelos atos, ela emparelha com a oração pelo culto. Nem pode ser que uma ande verdadeiramente sem a outra. Não é trabalho digno de tal nome o do mau; porque a malicia do trabalhador o contamina. Não é oração aceitavel a do ocioso; porque a ociosidade a dessangra. Mas, quando o trabalho se junta à oração, e a oração com o trabalho, a segunda criação do homem, a criação do homem pelo homem, semelha às vezes, em maravilhas, a criação do homem pelo divino criador”.

Já no final do discurso feito no Colegio Anchieta, havia Rui fornecido um modelo de oratoria religiosa, elevando uma prece ao Supremo Criador: "Deus, que fizestes estas montanhas, o globo que as aguenta, esses mundos que nos cercam, esses céus que nos envolvem; que esparzis as estrelas do firmamento e as flores da terra; que resplandeceis na santidade dos justos, e tropejais na consciencia dos maus; que semeais na inocencia das crianças, e colheis na experiencia dos velhos, derramai a vossa misericórdia sobre esta casa, sobre aqueles que a povoam no trabalho, sobre este enxame de esperanças, que aqui continuamente se renovam, sobre essa vergônteá pequenina de minha alma, que aqui fica entregue aos vossos apóstolos, mas ainda mais sobre os que hoje os deixam, galardoados com os primeiros graus do saber, para se afrontar com outras lidas. Vós, que tendes nas mãos a força, a vida e a bondade, medrai-os na bondade, na vida e na força. Incuti-lhes nos corações as virtudes que formam o homem e as virtudes que criam os povos. Retende-os na fidelidade à vossa fé e aos vossos mandamentos, à inspirada palavra de seus mestres e aos bons exemplos de seus pais. Ponde-lhes nalma, com o amor da justiça e da liberdade, o sentimento da tradição e do respeito, o instinto da disciplina e da ordem. Misturai-lhes com a ternura pelos filhos a memória dos antepassados, esse gênero de gratidão, imarcescível no seio das nações e na amargura dos sofrimentos, o heroismo da coragem, o heroismo da resignação, o heroismo da humildade, o heroismo do reconhecimento aos vossos beneficios entre as calamidades que os escurecem aos olhos da fraqueza humana. Ungi-os no espírito de verdade, para amarem o estudo, no espírito de regeneração, para detestarem o abuso, no espírito de obediencia, para guardarem a lei, no espírito de solidariedade, para se associarem pelo bem, no espírito de resistencia, para contrastarem à opressão. Ouvi-nos, Senhor, na vossa infinita generosidade, cujos tesoiros não diminuem, por mais que se dispendam em maravilhas com a criação, em liberalidades com as criaturas. Para que estes se venham a multiplicar em descendentes, que os sigam no vosso caminho, e mais uma geração e outras passem, contemplando, abençoando e servindo o Criador benfazejo de todas as coisas".

Para não insistirmos numa demonstração da eloquencia religiosa de Rui, o que seria percorrermos horas a fio o reino da beleza e da fé, leiamos apenas o agradecimento de Rui à Divina Providencia, por ocasião das festividades que assinalaram a passagem do seu jubileu cívico: "Bendita seja, Senhor, a mão, que tantas graças em mim tem derramado. Vós me destes progenitores imaculados, que buscaram ensinar-me a não errar os vossos caminhos. Liberalizastes-me cinquenta anos de atividade ao serviço de meu país. Mais de quarenta me permitistes de união com uma companheira, que tem

sido a vida de minha vida, a alma de minha alma, a flor sempre viva da vossa bondade no meu lar. Já me deixastes ver a segunda geração de uma descendência, que me não deslustra. Ao cabo de tantas dádivas, me vejo agora cercado tão assinaladamente pela benquerença de meus concidadãos. E, sobre essa profusão de benefícios, ainda me cabe a dita, sem preço, de ver, no esboçar-se da vitória dos povos contra os déspotas, na confissão do valor dos pequenos pelos grandes Estados, na próxima União das Nações, o amanhecer desses ideais de legalidade e de direito, de tolerancia e democracia, de paz e fraternidade, que os vossos Evangelhos nos entremostrom há mais de mil novecentos anos. É muito, Senhor, para quem tão pouco merece; e, por mais dura que me tenha sido a carga do trabalho, por mais que me haja custado o amargor dos trabalhos, nada me resta, nada se apura do meu escasso crédito, comparado à dívida infinita, de que a vossa misericórdia me acabrunha”.

“Mas, Senhor, se a quem nada tem com que pagar, ainda será lícita a ousadia de pedir (e tal é para convosco, a condição de todas as criaturas), dai que hoje, daqui, do alto desta solenidade, cujo esplendor só a vós pode ser tributado, juntemos todas as nossas orações às que, há quatro anos, se elevam aos vossos pés, de todos os cantos do planeta, num oceano de lágrimas, soluções e vidas, pela regeneração da vossa obra inenarrável, desnaturada hoje totalmente com a renascença do antigo paganismo na política anti-cristã, que banuiu a moral, o direito e a verdade, substituídas pelo interesse, pela servidão e pela mentira”.

Nessas últimas palavras, sentimos presente a atualidade de Rui. Elas constituem um libelo contra as forças maléficas das doutrinas extremadas que, hoje, nos vemos na contingencia imprescindível de combater.

### A ELOQUENCIA DE RUI BARBOSA

Embora rápida e ligeira a análise que acabamos de fazer da oratoria de Rui, já podemos entrever pelo seu conjunto, que a arte literaria penetrou todos os meandros dos seus escritos, tanto os puramente literarios como os políticos, os forenses e os científicos. Ainda hoje, lendo a palavra que foi maravilhosamente falada, sentimos a sua eloquencia arrebatadora apesar de ausentes o gesto e a voz. Essa palavra morta ainda nos parece viva, tal a perfeição da forma com que Rui extravazava o seu pensamento, revestido pelo sentimento e pela imortalidade que o verdadeiro artista transmite à sua criação. Rui bem compreendeu a eloquencia, pois afirmou: — “Só o influxo da arte comunica a durabilidade à escrita humana, só ele marmoriza o papel e transforma a pena em escopro”. Sendo a eloquencia uma arte, somente um artista pode ser eloquente. Rui foi dos maiores artistas na arte da oratoria.

Ha quem incrimine Rui por não ter sido predominantemente um improvisador, e negam-lhe o merecimento e o brilho de orador nato. Certo é que a improvisação não caracteriza o orador. O improviso depende do ambiente, da situação vivida pelo tribuno e pelo auditório, das condições psíquicas e sentimentais de quem fala ou é obrigado a falar em dado momento. Sem dúvida, entretanto, Rui foi também improvisador. Melhor exemplo não poderíamos apontar do que a Réplica a De Martens, improvisada, e em francês. Rodrigo Otavio, um dos integrantes da delegação brasileira à Conferencia da Paz, reunida em Haia, assim se referiu ao incidente com o internacionalista russo: — “Provocada por circunstancias de ocasião, essa oração, proferida de improviso, em lingua estrangeira para o orador, numa assembléa em que todos os discursos eram lidos, fez o pasmo da assistencia. A impressão causada por esse improviso oratorio foi enorme. Rui, desde o inicio dos trabalhos vinha mostrando quem era. A assembléa, porém, não queria saber disso e não lhe ouviu os discursos. O incidente Martens, que provocou a curiosidade da assembléa, forçou-a a prestar atenção ao delegado brasileiro. E Rui Barbosa, pequeno de estatura, modesto, quasi tímido no trato, foi crescendo aos olhos da assistencia, à proporção que, com o maior desassombro, com a maior segurança de si mesmo, proferia sua magnífica oração”.

Inúmeras vezes Rui estudou o assunto do seu discurso, classificou argumentos, delineou o plano, e subiu à tribuna sem ajuda de notas, confiado apenas na sua prodigiosa memória, na inspiração que célere lhe brotava na alma ao menor influxo, na força do verbo, no seu domínio sobre a propria eloquencia. Muitas as ocasiões em que, no Parlamento, quando no auge da exposição, respondia aos mais desabridos apartes, sem se perturbar e retomava o fio do discurso, continuando o raciocinio interrompido, sem causar danos à exposição já encetada.

No discurso improvisado ha mais oportunidade, mais sentimento, mais arte. No discurso preparado, ha mais método, mais segurança no encadeamento dos argumentos e maior harmonia nas frases. Na preparação do tema, nos recursos da erudição, na arte de escrever, e, depois, na arte de dizer, reside o sucesso do orador que lê o seu discurso. Assim procedendo, Rui sempre foi sublime na tribuna.

Sendo efêmera a palavra falada, para ela persistir precisa cristalizar-se no papel. Todo grande orador encerra em si um grande escritor. Eis o motivo em que se estaqueou Homero Pires para asseverar: “De Rui Barbosa, se poderá igualmente dizer que até as suas cartas e os seus artigos têm o cunho, a marca, o vigor de um discurso . . . de sorte que, quem estudar em Rui Barbosa o escritor, muito já terá dito do orador. Porque um é inseparavel do outro como

dois espelhos juxtapostos que refletem a mesma imagem". De fato, Rui não fugiu à regra, antes, mais uma vez, confirmou-a. Nunca se mostrou descuidado nos discursos ligeiros ou nos de menor importância. Em todos era o mesmo aprimorado cultor do fundo e da forma. Tanto usava atavios como era singelo na linguagem, tanto sintético e conciso, quanto, sem cansar os ouvintes, repisava os argumentos da tese que desejava demonstrar, apresentando-a sob múltiplas formas e aspectos. Nos seus discursos encontra-se constantemente a lógica do pensamento desenvolvendo-se em demonstrações que de maneira insensível levavam os ouvintes à convicção.

Em regra, os tribunos se especializam em determinado gênero oratório: o político, o religioso, o judiciário, o sentimental ou o didático. Rui em nenhum se especializou. Foi grande em todos, a todos ilustrou, em todos se consagrou. Com a lógica dos seus argumentos, com a multiplicidade dos assuntos que abordou, com a cuidadosa preparação dos temas, vemos Rui sobressair em todos os campos da eloquência. Em Haia, defendeu o respeito pelas nações pequenas e formulou regras de Direito Internacional; na Inglaterra, defendeu Dreyfus; em Friburgo e em Buenos Aires, condenou a violação da Bélgica, e insurgiu-se contra a prepotência. Nas suas campanhas cívicas, e no Senado, pregou o bem do Brasil; no discurso do Collegio Anchieta e na "Oração aos Moços", apresentou-se como educador, como pai espiritual, como filósofo a instruir discípulos na luta pela vida. Por tudo e em tudo nota-se o fundo altamente humanístico da sua personalidade de oráculo e de apóstolo, de patriota e de político, de gladiador e de acadêmico, de literato e de homem de ação.

Araripe Junior, desafeto de Rui, dele disse: "A magnitude dos assuntos, a autoridade pontifical por todos reconhecida dos seus recursos oratórios, a vasta erudição que lhe enriquece a memória, a sua familiaridade com as literaturas anglo-saxônicas, tanto poéticas como jurídicas, finalmente o seu grande aparelhamento com a língua portuguesa, não podiam deixar de proporcionar-lhe meios de aperfeiçoar os instrumentos de expressão, de modo a torná-los aptos a produzir os efeitos de um grande estilo. Efetivamente, a frase nos escritos desse autor, é ampla, numerosa, perfeitamente equilibrada; o período ciceroniano nunca mente ao método; e vê-se que, em dependência da vernaculidade, esse período sente-se escandindo por Mestre que não ignora nenhum dos segredos da arte de medir versos latinos. Ele começa sempre pelos tons medios; sobe gradualmente até o máximo dos agudos, depois desce, caindo de súbito nos graves, que asseguram o efeito da proposição".

No dizer do ilustre acadêmico João Ribeiro, "Ninguém como ele sabia escrever ou falar, sabio ou artista, ao mesmo tempo, com

a exaltação profética das idéias e das palavras, em todos os assuntos”.

Na verdade, o estilo da oratoria de Rui mostrava um equilíbrio que caracterizava inconfundivelmente o seu criador, revelando-lhe o temperamento, a cultura, o conhecimento da lingua, a arte no manuseio dos elementos gramaticais. Nele, desdobravam-se e tresdobravam-se as imagens. No decorrer da exposição havia uma certa musicalidade que cativava, prendia e entusiasmava o auditorio, pouco a pouco arrebatado pela sequencia do raciocinio, pelas metáforas e parábolas empregadas, pelas comparações e analogias feitas, pelo paulatino desenvolver dos argumentos para alcançar logicamente a conclusão.

Rui era tão facundo, sua frase tão rica, tão impressionante, que muitas e muitas vezes superou o proprio Padre Antonio Vieira. Ambos trataram do flagelo do jogo.

Ouçamos o famoso jesuita: “Os jogos são tão antigos como o tempo, e porque este passa e não torna, não sei se com razão ou sem ela, se chamarão passatempos. Os primeiros jogos que inventaram os homens foram a luta, os cestos, a clava, a lança, a pela, o troia a que nós chamamos canas, o lançar a barra, o ferir o alvo com a seta, o correr estadio, o saltar os valos, o andar vestido d’armas, e outros semelhantes, cujo exercicio era tão util para a saude e robusteza do corpo, como necessario para a guerra, a agricultura, e para os outros trabalhos de que vive e se conserva o mundo. Foram inventores destes jogos Hércules, Pito, Teseo, e outros heróis, de quem os tomaram os Gregos e Romanos. Sendo porém o principal premio dos que venciam, não o dinheiro, senão a honra e fama; e esta era tão gloriosa nos jogos, que se chamavam sagrados, que se não dava a coroa ao vencedor, senão à patria. E sendo estes jogos dos gentios tão honestos, tão racionais, e tão sisudos, que afronta é dos Cristãos, que tomassem deles os dados e cartas, nos quais, como notou antes de nos conhecer Marco Tulio, nenhum lugar tem a razão e o juizo, senão a temeridade e o caso. Nestes dois jogos ou latrocínios da cobiça o menos que se perde é o dinheiro, posto que seja com tanto precipicio e excesso; como chora a ruina de muitas familias, em que os filhos primeiro se vêem deserdados que orfãos, os dotes das mulheres consumidos, e as filhas, em lugar de dotadas, roubadas . . . É prognóstico certo, confirmado pela experiencia, que virão a não ter o que comer os que frequentam o diabólico invento do jogo”.

Rui, no discurso-polêmica, pronunciado no Senado Federal, aos 13 de outubro de 1896, assim falou do jogo: — “De todas as desgraças que penetram no homem pela algibeira, e arruinam o caracter pela fortuna, a mais grave é, sem dúvida nenhuma, essa: — o jogo, o jogo na sua expressão mãe, o jogo na sua acepção usual,



o jogo propriamente dito; em uma palavra: o jogo: os naipes, os dados, a mesa verde”.

“Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vício, furtivo como o crime, solapado no seu contágio como as invasões purulentas, corruptor de todos os estímulos morais como o álcool, ele zomba da decência, das leis e da policia, abarca no dominio das suas emanações a sociedade inteira, nivela sob a sua deprimente igualdade todas as classes, mergulha na sua promiscuidade indiferente até os mais baixos volutabros do lixo social, alcança no requinte das suas seduções as alturas mais aristocráticas da intelligencia, da riqueza, da autoridade; inutiliza genios, degrada príncipes; emudece oradores; atira à luta política almas azedadas pelo calistismo habitual das paradas infelizes, à familia corações degenerados pelo contato cotidiano de todas as impurezas, à concorrência do trabalho diurno os naufragos das noites tempestuosas do azar; e, não raro, a violencia das indignações furiosas, que vêm estuar no recinto dos parlamentos, é apenas a ressaça das agitações e dos destroços das longas madrugadas do casino”.

### CONCLUSÃO

Entre os traços mais destacados da personalidade de Rui Barbosa, estava o do artista da palavra. Embora de aspecto físico amesquinhado, ao subir à tribuna, sempre conquistava antecipadamente o auditorio. A voz, variada em timbre, modulada em varias entonações, avassalava o ambiente. Falava horas seguidas sem fraquejar ou titubear, sem tossir ou pigarrear, sem uma pausa para ao de leve molhar os labios. Os assuntos mais áridos encontravam colorido em sua palavra. A atitude, em regra serena, calma, imperturbavel, movimentava-se por vezes, mas contida sempre na moldura de uma gesticulação sobria e elegante. Na mobilidade da fisionomia, nas modulações da voz, na sobriedade dos gestos, encerrava a sua riqueza e os seus recursos naquela parte da arte oratoria em que o ator entra em cena para desempenhar o papel principal. De que a zombaria e a ternura, a ironia e o sarcasmo, a indignação e o entusiasmo, a mordacidade e o desprezo, toda uma gama de sentimentos, como que sublinhavam as frases e as palavras que ele pronunciava, dão testemunho todos os que gozaram a ventura de ouvi-lo.

Em um rasgo de franqueza, Rui Barbosa, certa vez, afirmou: “Quando me consulto a mim mesmo, no mais recolhido exame, forçando atinar em que teria eu merecido algum apreço dos meus compatriotas, e por que vos inspirara tais simpatias, não acho a meu crédito senão três modestas verbas. Caso, postos de parte os descontos humanos, houvessem de condensar numa síntese o meu “curriculum vitae”, e do meu naufragio salvassem alguns restos,

tudo se teria, talvez, resumido com dizer: “Estremeceu a patria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal”.

Aceitemos o epitafio proposto pelo Mestre, mas acrescentemos: foram a sua vida, o seu verbo inflamado, a sua eloquencia, ora suavíssima, ora esbraseante, que lhe permitiram doutrinar os seus contemporaneos e ensinar às gerações que se lhe seguiram: — a estremecerem a Patria, a viverem no trabalho e a jamais perderem o ideal !

## RUI E A "RÉPLICA"

AMÉRICO DE MOURA

Participando das solenidades com que, entre viçosas flores do Novo e do Velho Mundo, em-toda a nossa patria e até além das nossas fronteiras, em atos de culto cívico para o qual são estreitos os limites de uma nacionalidade, estamos a comemorar em centenario o nascimento do brasileiro illustre que subiu como aguia no seu vôo excelso aos mais altos píncaros da fama, — o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo organizou uma serie de conferencias.

Nesta carinhosa homenagem do nosso sodalicio ao seu antigo presidente honorario, diferentes aspectos de uma vida que tanto floresceu e tanto frutificou já foram e serão encarados por outros oradores, de reconhecida competencia. E' como elo fraquissimo da cadeia que assim se entretetece neste templo da Historia, que a mim me coube, ou cabe agora, falar-vos sobre *Rui e a "Réplica"*. E é em despretenhosa palestra que, medindo a grandeza da tarefa, os pequenos recursos meus, e a exiguidade do tempo de que posso dispor, venho perante vós me desincumbir de tão honroso encargo, como e quanto me seja dado.

Por todos esses motivos, estou certo de que não poderei abranher em toda a sua extensão e complexidade, em perfeita síntese, o majestoso binomio, cujos termos são geniais portentos, cada um de per si, — Rui, no cenario do Brasil e do mundo; — a "Réplica", no campo da Filologia Portuguesa. Apenas em diminuta parte posso pensar em fundir aqui esses dois extraordinariamente grandes assuntos. O que na minha dupla ou tresdobrada angustia me vale, é que do autor e da obra sejais tão devotos como eu, como todos os que se prezam de ter patriotismo sadio, e de cultuar com amoroso enlêvo a lingua materna. E assim conto de antemão com a vossa generosidade.

A fim de focalizar a atuação de Rui no horizonte filológico, literario e gramatical, a Academia Brasileira de Letras, festejando este centenario, promoveu para próximos dias a reunião do primeiro Congresso Brasileiro de Lingua Vernácula, e para esse concilio de especialistas elaborou amplo temario, em que se inscrevem dezenas de questões de linguagem e de estilo. Em todas, mas sobretudo nas primeiras, entra como elemento a fecunda atividade de Rui, que se desdobrou incessantemente, numa produção vastissima, sempre cheia

de ensinamentos. As que foram postas em relevo, encabeçando a lista, deste modo estão enunciadas:

"1.<sup>a</sup> A ação da *Réplica* a favor do sentimento da vernaculidade, e o seu significado como exemplificação do "idioma em que se contempla a comunhão das duas nacionalidades e que, igualmente proprio de ambas, tem a sua unidade, não destruída, nem substituída, mas opulenta pelas variedades dialetais de aquém e de além-mar".

"2.<sup>a</sup> A lição e o exemplo de Rui Barbosa, de amor à lingua portuguesa.

"3.<sup>a</sup> Rui Barbosa entre os grandes escritores da lingua portuguesa.

"4.<sup>a</sup> A ação de Rui Barbosa a favor da lingua portuguesa literaria.

"5.<sup>a</sup> A lingua e o estilo de Rui Barbosa".

Desde já vos digo que não darei tamanha amplitude ao tema desta palestra, e que, tendo sempre em mente uma síntese desses enunciados, terei de considerar aqui materia que não está neles expressa.

Poucos serão os meus ouvintes que porventura não conhecem ainda a *Réplica*, de ciencia propria. A esses, que não aos demais, direi preliminarmente: *Réplica do Senador Rui Barbosa às Defesas da Redação do Projeto da Câmara dos Deputados* é o título do vol. II dos Trabalhos da Comissão Especial do Senado, no estudo do Projeto do Código Civil. É um volume de 599 páginas de formato grande e tipo pequeno, publicado em 1904 pela Imprensa Nacional. O seu conteúdo já era muito antes dessa data conhecido, porque foi em 31 de dezembro de 1902 que o autor o apresentou à Comissão, de que era presidente.

A respeito desse monumento da literatura brasileira, não me propondo a fazer como gramático um estudo filológico, limitar-me-ei a apresentar-vos o que se pode definir como um esboço da sua historia externa, que é necessario conheçamos bem, para que bem o interpretemos, apurando-lhe o valor real, não somente na historia da nossa Filologia, mas também na do nosso Direito. E nisso vai a defesa da memoria de Rui, de injustiças que lhe foram feitas e ainda não foram inteiramente esclarecidas.

\*

Na Historia do Direito, o século XIX foi o século das codificações. A necessidade da do Direito Civil patrio, que se fundava ainda nas velhas Ordenações e na Lei da Boa Razão, era cada vez mais sentida pelos nossos juristas, e, ainda antes da República, alguns projetos se esboçaram, sem o desejado êxito.

No Governo Provisorio, vãos foram nesse sentido os esforços empenhados por Campos Sales, ministro da Justiça. Era natural que eles ressurgissem, quando esse ilustre paulista assumiu a presidencia da República, que exerceu no quadrienio de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902. E ressurgiram com a intenção de se chegar depressa a cabo do empreendimento, vencendo com firme decisão todos os obstáculos.

Em 1899, no começo do quadrienio, o ministro Epitacio Pessoa encarregou o professor de Recife Clovis Bevilacqua de elaborar um projeto, confiando na capacidade desse jurisconsulto para alcançar o resultado com rapidez e perfeição.

Igual confiança não teve então Rui Barbosa, que criticou com veemencia a resolução do Governo. Entendia ele que, para a estrutura orgânica do código, na substancia e na forma, realmente seria melhor o trabalho de um codificador competente do que o de uma comissão de juristas ou de um parlamento, porém não concordava com a escolha feita, e sobretudo com a pressa que o Governo queria se imprimisse ao trabalho. Exemplificando com a experiencia de outros países e até com a nossa, achava que para obra de tamanho vulto seria preferivel marcha mais lenta.

Da sua crítica, feita pela *Imprensa* de 14 e 15 de março do mesmo ano, antes de ser iniciado o trabalho de Clovis, este mesmo, dezessete anos mais tarde, em exposição histórica da codificação, nestes termos nos deu noticia:

“Em dois eloquentes artigos publicados na *Imprensa*, que então dirigia, o eminente senador Rui Barbosa mostrava enxergar, claramente, no futuro, que a pressa dada à empresa da codificação civil, “forçosamente” haveria de produzir uma obra “tôscas, indigesta, aleijada”. O escolhido era um noviço ainda não amadurecido para empresa de tal porte. A “sua escolha para codificar as nossas leis civis fôra um rasgo do coração, não da cabeça”. Sobretudo, faltava-lhe “um requisito primario, essencial, soberano para tais obras: a ciencia da sua lingua, a vernaculidade, a casta correção do escrever. E o teor de um código ha-de ser irrepreensivel. Qualquer falha na sua estrutura idiomática assume proporções de deformidade”. (Clovis Bevilacqua, *Código Civil*. . . ., Rio, 1916, vol. I, ps. 21-22).

O proprio Rui tinha assim explicado na *Réplica* a sua atitude:

“Quando o Governo passado incumbiu do Código Civil o dr. Clovis Bevilacqua, e este, *audax juventa*, se pôs à empreita de o dar feito em seis meses, eu, que redator então de uma folha diaria, tinha por officio comentar dia a dia os sucessos mais relevantes, animei-me a alguns reparos, já quanto à escolha do codificador, já quanto à sua temeridade em ajustar para empenho tão difficil termo tão escasso. O segundo fundamento da minha censura não há mister justificação: é de evidencia palpável. O primeiro, objetando à elei-

ção, não desmerecia o valor do eleito. A minha crítica era apenas relativa. Sem fazer pouco nas qualidades do escolhido, no qual, enquanto jurista, admirava a capacidade notável, a louvável atividade, a fecundidade múltipla, dado que talvez apressada em demasia, quisera, entretanto, no jurisconsulto, a quem se cometesse aquele trabalho, além das qualidades profissionais, as do homem de letras, com as de homem de estado, e um saber mais feito de experiência, mais largo no descortino, mais amadurecido nos anos e (isto indispensavelmente) o habito, o gosto, a segurança da correção no idioma nacional. Tais condições me parecia reunirem-se, até, numa pessoa, cujo nome declinei, e cujas provas em todos esses dotes são cabais: o conselheiro Lafaiete." (*Réplica*, p. 51).

Em seis ou sete meses de labor extraordinário, redigiu Clovis o Projeto Primitivo, notabilíssimo trabalho que deu maior nomeada ao seu autor, como jurisconsulto, e cujo texto, tendo tido antes publicações incompletas, foi integralmente inserto em suplemento do Diário Oficial de 13 de maio de 1900. De posse desse esboço, Epitacio Pessoa o submeteu ao exame de varios jurisconsultos, nomeando afinal uma comissão revisora, a Comissão dos Cinco. Embora dos trabalhos dessa comissão tivesse nos últimos meses participado Clovis, foi já com quebra do estilo original que em novembro o Projeto Revisto foi entregue ao Presidente Campos Sales e imediatamente encaminhado por este ao Congresso.

Decorridos dois anos do quadriênio presidencial, os de 1899 e 1900, apenas trabalhos extra-parlamentares se tinham processado, na elaboração e revisão do Projeto. Só em 1901, e já no fim do ano, começou a Câmara a estudá-lo. Estava-se no risco de vê-lo atravessar o tempo do governo de Campos Sales em delongas da discussão parlamentar, sem que a obra lograsse acabamento. Providencias foram tomadas para apressar o trabalho legislativo. Uma comissão especial, a Comissão dos Vinte e Um, foi encarregada do seu estudo em 26 de julho, e pôs-se ao trabalho com afinco, distribuindo a materia em 18 partes pelos seus membros. Também desses trabalhos participou ativamente Clovis Bevilacqua. Travou-se então rija peleja entre o espírito renovador do autor do Projeto e outros de tendencias contrarias, como Andrade Figueira. Mas, embora por isso muito mais complicado o problema, ficou decidido, como questão fechada do Governo, abreviar todas as discussões, vencendo qualquer barreira que se opusesse à corrida do Projeto para a promulgação.

Falando desse aqodamento, em termos afinados pelos da sua crítica de 1899, disse mais tarde Rui na *Réplica*:

"Em trabalho de largo fôlego, alinhavado a correr, não há nódoa, lacuna, despropósito, de que se vigiem com segurança os mais capazes, ainda que especialistas sejam, e se trate da sua

especialidade. A experiencia universal todos os dias nos confirma a velha parêmia de que *a pressa é inimiga da perfeição*. Pudera eu acrescentar que é mãe do tumulto, da incongruência, da irreflexão e do erro. Obra atropelada é obra manca, desastrada, infiel ao pensamento do artista, vilipendiosa ao seu nome. Improvisar, em materia d'arte, equivale a achamboar, a achavascar, a atabalhoar. A lei da precipitação é a lei do atropelo e do ataranto, a lei do descuido e do desaso, a lei da fancaria e da aventura, a lei da inconsciência e da mediocridade. Sob a pressão da urgencia ninguém produziu nunca, nem produzirá jamais, coisa que resista à prova do saber, do gosto, do tempo.

“A Câmara e a Comissão Parlamentar laboraram na tarefa do projeto sob o aguilhão dessa tirania. Fossem quais fossem os tesouros de ciencia, talento e zelo, que reunissem, não podiam esquivar a condição humana, que subordina a excelencia à ponderação, e associa a presteza à inferioridade.

“Uma vez encetadas as suas deliberações, a Comissão da Câmara quase que não resfolgou, até não terminar. Do 1.º aos 31 de outubro do ano passado celebrou quinze sessões. De 5 de novembro a 10 de dezembro, isto é, em trinta e seis dias, teve não menos de vinte e cinco assentadas. Dos 11 de dezembro aos 4 de janeiro deste ano (vinte e cinco dias) contou vinte e duas sessões.

“Funcionou, pois, quase quotidianamente no mais aceso do verão, sob o calor canicular desta quadra, a discutir de rota batida todo o Direito Civil, cujos problemas entendem com os de todos os outros ramos do Direito, com toda a Administração Pública, a Economia Política e a organização social. Uma tal áfrica, uma proeza tal não tem símile na crônica das façanhas intelectuais” (*Réplica*, ps. 43-44).

Bem se vê que, sem que se compare o valor de suas produções, se Clovis Bevilaqua merecia censura porque “se incumbira de amañhar em seis meses o que Teixeira de Freitas não pudera acabar em sete anos” (*Réplica*, p. 40), a muito mais se expôs a Comissão dos Vinte e Um, em seu afobamento por não quebrar a linha da obediência às instruções do Governo. No decurso dos seus trabalhos, precipitadamente, em precarias condições de tempo, e com muitas e incalculáveis equações pessoais de diretrizes do pensamento e da sua expressão, vieram a debate grandes divergências de doutrina, em que frequentemente se acaloraram os ânimos.

Como de ordinario acontece em decisões coletivas, e principalmente nas apressadas, o resultado dos seus trabalhos, publicado no Diário do Congresso de 26 de janeiro de 1902, não podia absolutamente satisfazer a nenhuma das correntes extremadas, a nenhum dos seus componentes.

Estava prestes a encerrar-se o quadriênio e não podia con-

formar-se o Governo com a perspectiva, nos trabalhos legislativos normais, de não se encerrar a discussão parlamentar do Projeto com tempo de ir à sanção presidencial antes de 15 de novembro. Convocou-se extraordinariamente o Congresso, para o fim especial de terminar a discussão do Código Civil. Mas, antes que se abrisse a sessão extraordinária, o que ocorreu em 25 de fevereiro, houve quem, ou mal contente com o estilo da redação publicada, ou receoso de que ela por isso viesse a incidir na crítica de Rui no Senado — quem poderá adivinhar o matiz específico do movel que o inspirou? — tomou uma providencia, que passa por ter sido da propria Comissão, porém não consta de nenhuma das atas dos seus trabalhos, verdadeira anomalia nas tradições parlamentares da nossa e de outras terras, anomalia a que a mesma Comissão deu tácita aquiescencia.

Tratando do estilo, nas “Páginas de Estética”, conta-nos João Ribeiro o caso de um individuo, que se sabia estar escrevendo uma obra. Perguntado sobre esta, respondeu de pronto que ela já estava escrita, que só faltava pôr-lhe um pouco de estilo aqui e ali. E com essa resposta fez o gesto da doceira que espalha canela em pó no arroz doce.

Isso não foi o que disse, mas o que pensou alguém, pela Comissão dos Vinte e Um, logo que foi publicada a sua redação do Projeto. Contra a substancia deste, entre outros, erguia-se o proprio autor do Projeto Primitivo, mas tais objeções facilmente se resolveriam na Câmara. Contra a forma, porem, não somente havia a consciencia de que lhe faltava “canela”, como talvez o receio de que esse defeito viesse a provocar no Senado um guisado de pimenta baiana. E o remédio que ocorreu, de supostas virtudes, umas curativas e outras preventivas, estava na Bahia.

Dois dias depois da publicação do trabalho da Comissão, para lá embarcou o seu presidente, o deputado Seabra, levando um exemplar do texto. Procurou o professor Carneiro Ribeiro, conceituadíssimo gramático, e pediu-lhe fizesse, com a máxima urgencia, a revisão da mescladíssima linguagem dos 1832 artigos do Projeto, que tinham sido redigidos a trouxe-mouxe por algumas dezenas de pessoas diferentes e de opiniões e formas de expressão raramente acordes entre si.

O acatado filólogo, vencendo ligeira hesitação, atendeu ao pedido. Fez a revisão gramatical e literaria do trabalho em quatro dias e algumas horas, contribuindo com 77 emendas ao texto. E assim extra-parlamentarmente revisto e emendado, voltou ao Rio o Projeto no dia 11 de fevereiro, pelas mesmas mãos do presidente da Comissão. E esta, sem discussão e votação, sem deixar do que resolveu uma ata sequer, apresentou à Câmara em 27 de fevereiro como sua a redação revista pelo professor Carneiro, num trabalho



que, se em alguns pontos melhorava a forma do projeto, mais contribuiu para dificultar a solução dos seus problemas de estrutura, sem afastar o perigo da temida crítica.

Os trâmites regimentais foram simplificados, para marcha acelerada da discussão e votação no plenário da Câmara. Nesta fase do seu andamento, recebeu ainda o texto algumas emendas, até de pura fôrma. Deste modo, antes de Rui e da Comissão do Senado, a própria Câmara reconheceu insuficiente a canela extra-parlamentar.

Finalmente, em 31 de março encerrou-se a sessão extraordinária da Câmara, indo o Projeto ao Senado, que já estava a postos, com sua Comissão Especial constituída, sob a presidência de Rui.

Chegava então o momento em que ele, tendo de contribuir oficialmente para o aperfeiçoamento do Código Civil, podia e devia, em ação também rápida, porém não improvisada, em ação decisiva e fecundíssima, demonstrar que o fruto do laborioso mas apressado parto se ressentia de males que não podiam ser inteiramente curados a toque de caixa — os males que ele mesmo tinha previsto em 1899 para o nascituro, desde a sua concepção regido pela lei da pressa.

E tiveram de ceder os poderes superiores que estavam impondo essa lei ao Projeto. Não cederam, porém, sem lutar quanto puderam, com suas grandes e arregimentadas forças.

\*

Quatorze anos depois dessa campanha em que um só, com a força do genio e da palavra fulgurante, a serviço de uma boa causa, derrotou a tantos e tão poderosos adversarios, disse Clovis Bevilacqua:

“Remetido o Projeto ao Senado, logo a 3 de abril de 1902 estava redigido um Parecer do Sr. Senador Rui Barbosa sobre a sua redação. Tendo-se encerrado a sessão extraordinária da Câmara a 31 de março do mesmo ano, o egrégio parlamentar não dispendeu mais de três dias no preparo desse minucioso trabalho, a que ele mesmo chamou a *mão de obra literaria do Projeto*. (*Parecer do Senador Rui Barbosa sobre a Redação do Projeto da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902. É um farto volume de 561 páginas em oitavo grande; 217 eram as páginas do *in folio*).

“O que é esse Parecer sabem-no todos, pois não só os juristas se interessaram por ele, senão também os literatos, e, ainda, os que apenas sabiam ler. Foi uma obra que causou profunda impressão no país. Ao fazer-lhe uns tímidos reparos, dizia eu: “O choque violento dessa mole ingente de saber profundo e rude crítica filológica, que das mãos ciclópicas do Senador Rui Barbosa acaba de ruir

fragorosamente, sobre o Projeto do Código Civil, deixou-me aturdido". E esse foi o estado de espírito do grande número: o assombro admirativo!

"José Veríssimo, diante do conhecimento de tal modo aprofundado e extenso da lingua portuguesa, apressava-se em declarar a nossa completa ignorancia dela e nesse plural, modestamente, se incluía, para deixar na posição singular, de brilho e relevo extraordinarios, o escritor máximo. Muitos outros sentiram irreprimivel necessidade de vir, em público, dar expansão ao justo entusiasmo de que se achavam possuidos. Entre esses, merece especial menção, pela autoridade que lhe conferem, o Sr. Cândido de Figueiredo, em cujo artigo, "Lição aos Legisladores", se lêem as palavras seguintes: "No parecer do douto senador, escarpelam-se e desnudam-se numerosos erros de sintaxe, bastas impropriedades de vocábulos, galicismos imperdoaveis, neologismos disparatados, obscuridades de construção e muitas outras mazelas que, sem o cuidado e o saber do dr. Rui Barbosa, colocariam, lastimosamente, o projetado Código Civil brasileiro, a par de algumas leis portuguesas."

"Como era de esperar, o Senado aprovou, desde logo, esse Parecer". (Clovis, ob. cit., I, ps. 43-44).

Nesse depoimento houve o recalque do ressentimento pessoal do autor, embora talvez haja alguma ironia, muito acima da compreensão da media dos leitores inteligentes. A parte a ideia de qualquer malicia tão recôndita, ele em substancia traduz o efeito produzido em todos os espíritos desapaixonados pela atitude de Rui em 1902, quando teve de intervir como fez na discussão parlamentar do Projeto, efeito que perdura ainda.

Em esplêndido livro, que modestamente se apresenta como "tentativa de compreensão e de síntese" da personalidade do mestre a quem devemos essa e outras grandes lições de patriotismo e de cultura, eis como aprecia o momento histórico o ilustre professor pernambucano Luís Delgado:

"Mas eis que chega, em 1912, a questão gramatical do Código Civil. Antes de tudo, uma sensação: quando se esperava que o jurista debatesse os principios e os institutos da importante lei, surge um professor de gramática e de estilo, corrigindo os textos; depois, uma revolução: o mundo jurídico e político ficou sabendo como a linguagem merece cuidado e a que extremos de serio alcance social pode conduzir a fórmula tão cômoda e tão aceita de que "o pensamento é o que importa"; e por fim, longinquamente, uma exploração: os profissionais da gramática apoderaram-se do pensador, cujos inimigos aproveitaram o ensejo de empurrá-lo cada vez mais para os campos do formalismo, da inutilidade prática. Iriam dizer que Rui era o homem das correções gramaticais e do estilo clássico, além de ser dos longos discursos e das veementes perorações. Para

saber português e fazer discursos eloquentes, ninguém como ele; mas para decidir as questões concretas, saber o que era melhor, mais certo e mais eficaz aqui ou ali, ninguém pior do que ele. Formalista da expressão, formalista do sentimento e formalista do direito — eis o que lhe queriam chamar. E o maior mal, que não a ele mas a nós conseguiram fazer, foi esse, desinteressando muitas gerações de procurarem, na sua obra dispersa, o núcleo de seu vivo e fecundo pensamento.

“No seu parecer sobre o Projeto do Código Civil, Rui fôra, no entanto, o primeiro a acentuar a verdadeira significação do seu trabalho, “encargo de segunda ordem”, “árido e fastidioso”. É que cumpre à lei “não ser imprecisa, obscura, manca, disforme, solecista. Porque, se não tem vernaculidade, clareza, concisão, energia, não se entende, não se impõe, não impera: falta às regras da sua inteligência, do seu decóro, da sua majestade”.

“E se o país inteiro se interessou profundamente por essa discussão gramatical, a razão é clara e forte: foi porque a demonstração de Rui, caso por caso, erro ou descuido por erro e descuido, convenceu de que deve ser bem cuidada a linguagem das leis para sua eficácia social.

“Eis um exemplo:

“Prescreve o art. 242 que é nulo o casamento contraído perante a autoridade incompetente, salvo se houverem decorrido dois anos depois de sua celebração. — Gramaticalmente, não haveria aí que lhe dizer. Juridicamente, é uma heresia. Mas esta não se achava na mente do codificador. A redação infiel é que lha atribui. Celebrando-se em presença de autoridade incompetente, o matrimonio é *nulo*. Note-se bem: não é *anulavel*. *Nulo* é a palavra. E como a nulidade lhe é congênita por ter origem na incompetência de quem presidiu à celebração, desde o momento desta será *nulo* o casamento. Por outra: nula é a celebração e por isso originariamente nulo o vínculo conjugal. Juridicamente, nunca existiu: é, *de seu principio*, irrito, nenhum, inexistente. Como admitir que deixe de ser nulo *dois anos depois*? Não é destarte que se havia de exprimir a noção jurídica. O que se quis dizer é que dois anos depois cessava e prescrevia a ação legal para pedir a verificação da nulidade.

“Essa nulidade, que se desanula, pode emparelhar com a impossibilidade que se possibilita, no art. 1.093: “a impossibilidade da prestação não invalida o contrato sendo relativa ou *tornando-se possível* antes de realizada a condição”. Em lugar de “tornando-se possível”, que se não pode referir senão a “impossibilidade”, escrevesse o relator “cessando” e estaria di-

reito. Mas, como está, "impossibilidade possível", não se tolera. A possibilidade não é uma transformação da impossibilidade: é a sua cessação."

"E o parecer era todo assim.

"Diante de demonstrações dessa ordem ou da evidencia da deselegancia de expressões como "a única validade", do art. 47 do Projeto, ou como "o instrumento do consentimento do casamento" do art. 200, — toda gente sentiu que as questões de gramática e de estilo" ("a gramática não é lingua" assinalara Rui) tinham importancia irrecusavel.

Os responsáveis pelo Projeto que Rui assim corrigira sentiram-se irritados por terem sido apanhados em tais erros. Rui, aliás, tinha-o previsto: "com a viva percepção, que tenho, das taras do projeto na sua forma (não trato aqui senão dela) e o meu profundo sentimento da importancia desta em relação ao valor da lei que vamos ultimar, eu não podia emudecer sem prevaricar aos meus deveres. Muito mais cômodo me seria, se me não temesse da minha consciencia, iludi-los para lisonjear vaidades e captar amigos. Perdoem-me, portanto, aqueles cujo amor proprio as necessidades desta situação me constangem a desagradar". O amor proprio veio à tona, o parecer transformou-se em polêmica, a gramática inundou o país. No final, foi como o Nilo: alguma coisa ficou . . . Generalizou-se a convicção de que a lingua merecia cuidado. Mas os gramáticos mais exigentes e restritos tomaram daí um grande impulso, mudaram Rui em seu ídolo e os sagazes políticos fizeram reverter sobre o ídolo a indiferença e o menosprezo que envolvem aos ídólatras". (Luis Delgado, Rui Barbosa, Rio, 1945, ps. 28-32).

Considerada em síntese a atuação de Rui em 1902 na discussão do projeto, *conforme a interpretação que se lhe deu depois da Réplica*, parece não ser injusto o que acaba de ser reproduzido do livro de Luis Delgado. Mas outro é o ponto de vista em que tenho de colocar-me aqui, no estudo de uma exploração, não longinqua, mas imediata, em virtude da qual se fez a transformação do parecer em polêmica, conforme as expressões do autor. A responsabilidade dessa exploração de nenhum modo cabe aos gramáticos que "mudaram Rui em seu ídolo".

O Parecer, redigido em 3 de abril, foi apresentado à Comissão Especial do Senado e teve a sua imediata aprovação, mas só foi publicado oficialmente no dia 27 de julho do mesmo ano. No grande intervalo que separa essas duas datas, ferream os comentarios nos bastidores e na imprensa, sem que ele tivesse impugnação de cunho oficial. Tantas, porém, foram as mofinas que nos jornais apareceram, contra Rui e a Comissão do Senado, que aquele, no dia 21 de julho, seis dias antes da publicação do Parecer, fez em plenário um

discurso, em que veementemente reivindicou para o Senado o direito e o dever de examinar integralmente o volumoso processo dos trabalhos anteriores, ao invés de aprovar de afogadilho o que estava feito, engolindo sem mastigar o Projeto da Câmara, que era o que pretendiam o Governo e os seus apaniguados. E terminou esse discurso com a solicitação da sua dispensa dos trabalhos da Comissão Especial, dispensa que não lhe foi concedida. (Anais do Senado, vol. I da 3.<sup>a</sup> sessão da 4.<sup>a</sup> legislatura, ps. 222-228).

Nada nesse discurso foi dito, quer em relação à substancia, quer em relação à forma do Projeto, em cujo mérito não entrou o orador.

Notou muito bem Delgado, no magnífico estudo que reproduzi, que o proprio Rui previra o desagrado de muita gente pela sua crítica. Tanto amor proprio melindrado naturalmente poderia extravasar em tempestade. Mas a borrasca sobrevinda teve algo de imprevisível, pois de modo abstruso chegou a assumir forma de reação parlamentar. E foi o que perturbou a marcha normal do processo, que sem isso talvez tivesse prosseguido sem interrupção, de modo mais lento do que pretendia o Governo, mas sem a transformação do Parecer em polêmica.

Não poderia Rui prever a superveniencia de uma anomalia maior que a das nulidades que se desanulam e a das impossibilidades que se possibilitam, até maior do que a constituída pela revisão extra-parlamentar do Projeto, qual a que ocorreu, de ressuscitarem os mortos para o uso e abuso da sua capacidade jurídica, enterrada com eles em seus túmulos. Foi o que sucedeu. Assim que se fez a publicação do Parecer, as mofinas dos jornais cessaram, e logo depois ocorreu um fato que, sem amplificações retóricas, em frases contundentes, mas de notavel precisão de estilo, Rui assim expôs na *Réplica*:

“Deu o alarma a Comissão da Câmara, convocando-se, com prego de ordem do dia extraordinaria, para uma sessão especial, que se veio a celebrar em 5 de agosto.

“Não sei se chegaria a meia duzia o número dos presentes à assentada. Mas um só valia por todos, porquanto a sua iracundia *stridebat dentibus*, e me crivava o nome de ofensas, acolitadas, entre o silencio dos mais, pelo espirito hilariante de outro, engenho superior, que se gabava de ter dado “boas gargalhadas” à leitura do meu ridiculo trabalho. Do congresso dessa hilaridade com aquele frenesi nasceu, daí a três meses, o parecer anunciado para daí a vinte dias. Dizia-se “da Comissão Especial em nome da Comissão dos Vinte e Um”, que, apesar de todas as maiúsculas e cabídotas sobreviventes ao seu cargo, expirara com a votação do seu Projeto pela Câmara dos Deputados, e má cópia daria da sua jurisprudencia, delegando funções e constituindo procuradores *post mortem*.

“Ao mesmo tempo faziam assoalhar que o revisor baiano do Projeto, convidado a escachar-me, tinha na frágua, a grandes baterias de martinete, uma resposta de Titão agastado...” (*Réplica*, p. 7).

No mesmo órgão oficial dos trabalhos legislativos, subvertendo-os, apareceram em 26 de outubro as *Ligeiras Observações sobre as emendas do Dr. Rui Barbosa*, trabalho composto pelo professor Carneiro, em defesa da Comissão da Câmara, e, em 7 de novembro, a *Resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa*, redigida pelo relator da Comissão Especial, deputado Anísio de Abreu.

Além dessas publicações, de caráter oficial, embora indevido, outras contraditas apareceram na imprensa do Rio e dos Estados, sobretudo na de Pernambuco.

Para sobrepassar aos ataques que lhe eram dirigidos, não se acobertou Rui nas suas imunidades e prerrogativas, que lhe permitiriam silenciar, desprezando-os, mas também não desceu da cadeira senatorial às colunas dos jornais, não entreteve estêreis polêmicas. Como se admitisse a ficção jurídica de que o Parecer houvesse sido impugnado entre os seus pares, ou, melhor, em defesa dos brios do próprio Senado, na linha traçada pelo discurso de 21 de julho, aceitou, em termos, a guerra que lhe foi declarada.

Feita no dia 26 de outubro a primeira publicação oficial de defesa da redação do Projeto, a do professor Carneiro, logo no dia seguinte pronunciou em plenário um breve discurso, que, sem a sua revisão, está nos já citados Anais (vol. II, ps. 844-845).

Referindo-se à defesa iniciada pelo autor do Projeto Primitivo, que teve antecedência cronológica, assim começou o discurso:

“Há cerca de três dias, um dos grandes órgãos da nossa imprensa transcreveu de uma revista de Direito um trabalho no qual o Sr. Clovis Bevilacqua se propõe responder à crítica por mim formulada, não contra S. Ex. nem contra a sua obra, mas contra o trabalho coletivo da Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados.” (Loc. cit.)

Sumariamente, no mesmo tom, passou a referir-se às demais respostas aparecidas e prometidas, e, após breve comentário à situação em que se encontrara antes dessas respostas, assim prosseguiu:

“A publicação, porém, de todos esses trabalhos — devo dizer a V. Ex., Sr. Presidente, desafogou-me completamente o coração.guardo apenas a publicação do quinto e último para também meter mão à obra da minha defesa... É preciso aguardar a conclusão desses trabalhos para que eu possa apanhar de vez a totalidade deles...”

“Antes disso, porém, Sr. Presidente, eu espero que terei de discutir perante o Senado a filosofia deste caso, o seu direito, a situação particular nova e inaudita que ela cria.

“Sou forçado, por uma necessidade inevitável, a isto, tanto mais quanto, Sr. Presidente, ver-me-ei obrigado a pedir nessa ocasião, não só à Comissão Especial, como à Casa, conselhos a respeito da situação em que me terei de ver colocado, discutindo antecipadamente o caráter parlamentar e extra-parlamentar, da Comissão do Senado, trabalho que não podia ser discutido fora daqui, em outras assembléias, senão na ocasião oportuna, quando o Projeto desta casa voltasse àquela, de onde procede.” (Loc. cit.)

É mais do que evidente e palpável terem sido essas palavras muito mal apanhadas pela taquígrafia. Mas têm elas grande importância. Reproduzi-as porque nelas temos, não somente o prenúncio da *Réplica* final, que teve caráter predominantemente filológico, mas o de uma anterior a essa, de cunho essencialmente jurídico.

\*

O discurso de 27 de outubro podia ser tomado como uma advertência pelos parlamentares da Câmara que tinham provocado a série de respostas ao Parecer e já tinham iniciado a oficialização desses trabalhos. Não lhes valeu a advertência, antes parece que lhes acirrou o ânimo para prosseguirem no mau caminho.

No dia 7 de novembro, o “Diário do Congresso Nacional”, que poucos dias antes inserira a resposta do professor Carneiro, trouxe a público a *Resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa*, elaborada em nome da Comissão da Câmara pelo deputado Anísio de Abreu, como já referi.

Rui imediatamente replicou, no Senado, proferindo no dia 11 monumental oração, que empolgou o auditorio, suscitando unânimes e calorosos aplausos, e que também foi inserta nos “Anais” sem a revisão do autor. (Anais cit., vol. III, ps. 57-81).

Esmiuçando nesse discurso as anomalias com que, em nome da Comissão da Câmara, se vinha maculando a discussão parlamentar do Projeto, anomalias que já não serviam sequer para apressar essa discussão, pois afinal a interrompiam intempestivamente, deixou Rui de pé esta série de interrogações:

“1.<sup>a</sup> Pode uma comissão de uma das câmaras submeter oficialmente um trabalho seu a uma revisão extra-parlamentar?”

“2.<sup>a</sup> Pode uma comissão submeter a uma revisão extra-parlamentar um trabalho de uma comissão da outra Câmara?”

“3.<sup>a</sup> Pode uma comissão parlamentar conhecer de trabalhos que lhe não sejam remetidos pela mesa da sua Câmara?”

“4.<sup>a</sup> Pode uma comissão parlamentar conhecer de trabalhos ainda não começados a discutir na sua Câmara?”

“5.<sup>a</sup> Pode uma comissão parlamentar submeter ao seu estudo trabalhos que a sua própria Câmara não teria direito de conhecer?”

“6.<sup>a</sup> Pode uma comissão de uma das Câmaras chamar a si o exame de trabalhos de uma comissão da outra?”

“7.<sup>a</sup> Pode uma comissão instituir exame sobre trabalhos de comissões da outra Câmara, ainda não submetidos sequer ao conhecimento desta?”

“8.<sup>a</sup> Pode, enfim, essa comissão abrir exame sobre trabalhos de uma comissão da outra, que nem esta mesma teria ainda o direito de discutir? (Anais cit., vol. III, p. 71).

Note-se que na mente de Rui estava ao menos uma outra, que ele propositadamente não incluiu no rol: — Pode uma comissão, depois de extinta, constituir procuradores?

Assim foi melhor. Nem uma bomba atômica poderia produzir maior efeito que o dessas, quando lançadas da tribuna do Senado pelo inflamado verbo, quatro dias antes de se encerrar o quadriênio do Governo de Campos Sales.

Foi com um erro histórico, da sua parte inconcebível, que Clovis, em 1916, depois de fazer a apologia do parecer de Rui, disse, como ha pouco lembrei: — “Como era de esperar, o Senado aprovou, desde logo, esse Parecer”. Até o dia em que foi pronunciado o discurso a que acabo de me referir, como claramente se vê no extrato que dele fiz, não podia ter o Senado a oportunidade de manifestar-se sobre esse trabalho, que fôra apresentado à sua Comissão Especial e por esta aprovado. Nesse dia, sim, poder-se-á dizer que o Senado aprovou o Parecer de modo implícito, pois, manifestando Rui o propósito de se defender de todas as acusações contra ele formuladas, uma por uma, ponto por ponto, não faltaram apartes como estes, com gerais aplausos: — “Basta para resposta o seu discurso de hoje” (Alberto Gonçalves). — “Depois do seu discurso, V. Ex. não tem mais necessidade de resposta alguma”. (Generoso Ponce). (Ib., p. 81).

Não obstante tudo isso, como desagravo do proprio nome e da dignidade do Senado, Rui ainda no mesmo ano terminou o preparo da *Réplica*. Foi esta uma sustentação de que o Parecer não precisava para a sua subsistencia. Mas tornou-se geralmente mais conhecida que o Parecer, e a ela melhor do que a este se aplicam as palavras de Clovis, que citei: — “O que é esse trabalho sabem-no todos, pois não só os juristas se interessaram por ele, senão também os literatos, e, ainda, os que apenas sabiam ler.”

Quando reproduzi os louvores conferidos por Clovis ao Parecer de Rui, não pude deixar de admitir levemente que se podia pôr em dúvida a isenção de ânimo do grande jurista ao escrever as palavras que citei. É que o mesmo autor, no tópico imediato, assim se manifestou:

“Os que se achavam envolvidos na crítica vieram à fala, defendendo-se e mostrando que havia, nas acusações e nas emendas do



eminente Senador, excessos e injustiças, a par de incontestáveis melhoramentos na linguagem do Projeto. As injustiças estão nas frases cáusticas e no tom de menospreço, que, aqui e ali, condimentam o Parecer, e os excessos vêm de se terem feito correções escusadas, e algumas até, que prejudicam o pensamento dos dispositivos. Tive, como era natural, a minha parte na contenda. No livro *Em Defesa* encontra-se o que me ocorreu alegar em prol do Projeto.” (Ob. cit., vol. I, p. 45).

Esse passo da exposição histórica de Clovis Bevilacqua encerra-se com a simples menção de outros opositores de Rui, em 1902, que “vieram, com as suas observações, atenuar o efeito da crítica formidável” (loc. cit.)

E foi com mais clara manifestação de ressentimento que o mesmo autor logo em seguida apenas dedicou quatro linhas à *Réplica*, reservando maior espaço, com expressos louvores, às críticas que se fizeram a esta, das quais ele mesmo não participou. Da nova obra, só nos diz isto:

“A sua *Réplica* foi escrita no mesmo tom do Parecer. E’ muito erudita e de feitura brilhante, porém esses atributos mais a realçariam, se a pena ilustre que a escreveu corresse mais serena sobre o papel.” (Ib.)

Clovis Bevilacqua, em 1916, ainda considerava justos os motivos pelos quais, com tantos outros, ele mesmo arremetera em 1902 contra o Parecer. Nessa ocasião tinha, entretanto, deixado de insistir na luta, como outros fizeram, combatendo a *Réplica*.

Por ocasião da grande contenda, o eminente elaborador do Projeto Primitivo, que sempre esteve alerta na defesa do seu indiscutivelmente grande trabalho, assim podia, talvez, pensar. Nesse agitado momento, compreende-se, embora não se justifique, a prevenção com que ele, fazendo uma injustiça à probidade de Rui, ao ler o Parecer supusesse que era a sua pessoa o alvo principal da crítica. Não podia por isso encará-la com visão serena, embora sempre fizesse praça de serenidade. Se a tivesse lido serenamente, não poderia deixar de ver que o ataque à redação do Projeto da Câmara era, em grande parte, uma defesa da redação do Projeto Bevilacqua.

Vejam-se, por exemplo, precisamente, os exemplos postos em evidência, primeiro por Rui, depois por Delgado, na citação que fiz deste autor.

Quando disse Rui que a redação de um artigo do Projeto — o da nulidade que se desanula —, embora gramaticalmente correta, constituía uma heresia jurídica, e acrescentou que “esta não se achava na mente do codificador” e “a redação infiel é que lha atribui”, claramente disse que a redação de Clovis era melhor que a da Comissão Parlamentar. Foi Rui Barbosa nessa crítica um defensor da redação constante do art. 247, II do Projeto Primitivo. O mesmo

aconteceu no caso seguinte, posto na mesma evidencia — o da impossibilidade que se possibilita. Comparem-se a redação da Câmara e a que o dispositivo tinha, no art. 1.230 da de Clovis.

Estranhou Clovis Bevilaqua o tom de ironia que aqui e ali condimenta a crítica, e não trepidou em convertê-la em injustiça, ofensa pessoal. Será justo isso? Erros como os que acabam de ser relembrados, erros de seria gravidade, como podem ser literariamente comentados sem ironia? Não é esta muitas vezes o único recurso que temos para manter a serenidade?

Ao contrario do que esperava o autor do Projeto, em rarísimos casos o tom da crítica de Rui poderia atingir o seu melindre pessoal. Mas até nesses foi extremamente exagerada a sua susceptibilidade. Veja-se, entre outros, o da estranheza com que acolheu ele a frase de Rui — “leva-se a cacologia até ao ridículo”, brilhantemente comentada na *Réplica* (ps. 521-524). Nesse comentario, tinha Rui dito com muita propriedade:

“Quem, numa contenda literaria, discute e aquilata erros, ainda que irônica e veementemente, sem aludir a pessoas, não desacata individualidades, sobretudo se o objeto da apreciação for um trabalho impessoal e coletivo.” (*Réplica*, p. 506).

Foi Clovis Bevilaqua quem, na discussão extra-parlamentar, ou quase-parlamentar, do parecer de Rui Barbosa, formulou a única objeção de vulto, dentre tantas que de tantos pontos bombardearam a solitaria fortaleza, objeção que se apresentava com apparencia não somente lógica, mas até jurídica: a de que eram em seu conjunto inoportunas, intempestivas, subversoras da ordem da discussão, as emendas de redação naquela fase do processo. Em artigo de 30 de setembro, disse ele:

“Na minha ingenuidade, acreditava que somente depois de assentados definitivamente quais os preceitos, cuja sistematização deveria constituir o nosso Código Civil, é que caberia cuidar da forma gramatical das proposições, do boleio retórico da frase. E, ainda hoje, não atino com a explicação desse desvio da ordem natural das coisas, que faz exigir apuros requintados de estilo, para revestir ideias ainda em elaboração. Que razão justificaria o dispendio de tanto tempo, de tão grande esforço na escolha das palavras com que se hão-de exprimir regras jurídicas que, afinal, podem ser rejeitadas pela discussão? Confesso que não compreendo.” (“Em Defesa”, ap. *Réplica*, p. 54).

Tal foi o tom com que se formulou a objeção. Tal o da resposta que ela teve:

“O dr. Clovis *compreenderia*, se não fosse tão nimiamente esquecediço. O que eu me propus fazer, quando me veio às mãos o Projeto da Câmara, é mesmíssimamente o mesmo que com esse Projeto, antes de mim, fizera o dr. Bevilaqua. Sem embargo de que não

estavam “definitivamente assentados os preceitos” do futuro Código Civil, de que ainda se tratava de “ideias em elaboração”, não poupou o ilustre professor, diante a Comissão Parlamentar, “dispendios de tempo e esforço” em “cuidar da forma gramatical”, empregando quanto sabia e podia “na escolha das palavras destinadas a exprimir regras jurídicas” sujeitas a ser “rejeitadas pela discussão”. É o que atestam, no seu sétimo volume, os Trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O mais impertinente fiscal da gramática, o cultor mais zeloso da forma não se desentranharia, por amor de uma e outra, em mais “requintados apuros” do que os em que se esmerou o dr. Clovis na longa serie das suas emendas, tão miudas como as que por mínimas me estranha, e algumas de uma microscopia a que a minha severidade não se compara.” (*Réplica*, p. 54).

E na página seguinte, após a enumeração e comentario dessas emendas:

“Eu não fui tão longe, não apostilei erros ortográficos, senão quando importavam em erros gramaticais, como na questão das crases. E é *ele*, o dr. Clovis, quem, tendo usurpado, até, o officio do proto, me vem increpar, *a mim*, de prematuridade na revisão literaria e gramatical.

“Se ao menos, deixados à parte o exemplo e a inconsequencia do professor Clovis, alguma coisa valesse, ponderado ante a razão, o seu argumento...” (*Réplica*, p. 55).

Neste ponto, Rui tinha o direito de contar ao ilustre antagonista a inocente historia da canela em pó, com que pouco tempo depois João Ribeiro ilustraria o estudo da teoria do estilo. Nada fez de semelhante a isso. Com beneditina paciencia, em forma primorosa, sem os condimentos da cozinha baiana, sem a menor desatenção pessoal, sem a mais leve ironia, discutiu o argumento em muitas páginas da *Réplica*, da primeira e da segunda parte. Foi no mais respeitoso tom que chamou a atenção de Clovis para as lições de Bentham:

“Dignem-se de refletir a respeito das causas da obscuridade e incerteza das leis esses espíritos finos em materia de legislação, que se arrequeariam de faltar aos direitos do genio, abaixando-se a curar com escrúpulo das palavras.

“Tais palavras, tal lei. Com que outra coisa, a não ser com as palavras, se haviam de fazer as leis? Vida, propriedade, honra, tudo quanto nos é mais precioso, dependerá sempre da seleção das palavras.” (*Réplica*, p. 506).

“Os vocábulos da lei hão-de pesar-se como diamantes” (Id., p. 508).

Clovis Bevilaqua não treplicou. Nessa questão crucial da conta, não errarei dizendo que se deu por vencido. Mas, infeliz-

mente, não errarei também dizendo que não ficou convencido de que laborava em erro, e erro grosseiro. Tanto não se deixou vencer pela cerrada argumentação de Rui que, em 1916, juntando o mesmo erro a outro de flagrante injustiça, atribuindo ao Parecer a responsabilidade pela posterior procrastinação, durante varios quadrienios, da discussão do Projeto, assim se manifestou impenitente:

“Muito esforço e um preciosíssimo tempo consumira a questão da forma e da gramática do Projeto, mas o pior é que tudo se fizera inoportunamente, pois antes de se assentar no pensamento da lei, não se poderia cogitar da roupagem a dar-lhe.” (Clovis, *ob. cit.*, vol. I, p. 46).

Se assim aprendem as novas gerações de juristas, com Clovis Bevilaqua, a apreciar erroneamente a intervenção de Rui na discussão do Projeto do Código Civil, não é de admirar que na época exercesse influencia o peso de tal autoridade, ao lado da de um governo forte, que a toda pressa queria converter em lei esse projeto.

Foi com tal apoio que, em tom dogmático, a resposta escrita em nome da Comissão da Câmara, publicada em 7 de novembro de 1902, proclamou esta heresia:

“Só depois de ultimado pelo Congresso, Câmara e Senado, o trabalho de joeiramento e seleção dos principios e doutrinas, de apurado o direito a codificar-se, tinha-se de curar da forma do estilo, da redação definitiva do trabalho legislativo.” (Ap. *Réplica*, p. 5).

E foi isso que suscitou o perigo de um conflito entre as duas casas do parlamento e obrigou Rui a defender-se, na tribuna do Senado e na *Réplica*.

Com a única força da sua prodigiosa palavra, Rui sustentou então a verdade contra o erro, e saiu triunfante da batalha.

Mas é tal a força do erro, por mais rasteiro que seja, que ainda hoje o vemos influir no espirito de todos os que à atitude de Rui na discussão do Projeto atribuem como único motivo o desejo de impedir o prosseguimento rápido da sua marcha no parlamento, ao qual ele de fato e com razão visceralmente se opunha, como se não estivesse então animado pelo de contribuir, como então contribuiu, para o aperfeiçoamento da obra.

\* \* \*

Rui iniciou a sua resposta à crítica de Clovis reportando-se ao episodio de 1899, em termos que já reproduzi neste trabalho. A esses acrescentou:

“Mais tarde, concluida pelo dr. Clovis a sua tarefa e ultimada a revisão dela, quer pela Comissão dos Cinco, sob a presidencia do ministro da Justiça, quer pela dos Vinte e Um na Câmara dos

Deputados, as palavras, em que me exprimi acerca daquele jurista, sua obra inicial e sua colaboração posterior, foram de homenagem sem reservas à importância dos seus serviços. "Entre vários outros colaboradores de alto merecimento", disse eu, no meu parecer (p. 1), referindo-me aos autores do Projeto, "*duas culminantes sumidades jurídicas*, representando aliás tendências opostas, o sr. Clovis Bevilacqua e o sr. Andrade Figueira impuseram o cunho do seu saber ao Projeto; e, bem que ambos saíssem malcontentes de uma solução, que não podia satisfazer cabalmente a um e a outro, fôrça é que de tal cooperação resultassem valiosos frutos".

"Esse foi em toda a minha longa crítica, o quinhão do ilustre professor, a respeito de quem não disse mais nada." (*Réplica*, ps. 51-52).

Ficou, pois, na sombra, em completo silêncio, no *Parecer*, o grande trabalho de Clovis como codificador. E isso lhe teria parecido uma injustiça, um agravo pessoal.

Mas das explicações de Rui se depreende claramente que o objeto da sua crítica era, não o *Projeto Primitivo*, mas o revisto pela câmara, com a colaboração do mesmo Clovis. A Comissão da Câmara é que ficou sendo o alvo dos seus ataques diretos, se os houve.

Não se devendo cogitar da hipótese de que o amor próprio, ferido por aquêlê silêncio, fosse o movel da intervenção de Clovis na discussão do *Parecer*, ter-se-á de admitir que esta fosse ainda um ato de colaboração, na defesa, não do proprio nome, porém do da Comissão Parlamentar, o que pelo mesmo Clovis foi dito.

Mas também a Comissão não precisava de defender-se de nenhuma injustiça, de nenhuma ofensa, de nenhum agravo.

Já mostrei como na *Réplica* apreciou Rui o seu trabalho, com censura tão sòmente à pressa com que o executou. E tal censura era a defesa da sua dedicação, do seu esforço, e também da sua competencia, do seu alto merecimento.

No proprio *Parecer*, na incriminada crítica, Rui não tinha sido parcimonioso em expressões que punham a Comissão a coberto de qualquer suspeita de agravo. De tais expressões, foram transcritas na p. 37 da *Réplica* as seguintes:

"Já se vê que nesta iniciativa não tenho em mira desfazer serviços da comissão legislativa que nos precedeu. Não participo da indignação, ou do desprezo com que muitos os têm fulminado. Antes me parece que, como base à revisão, por que vai passar nesta casa do Congresso, nos merecem toda a estima e respeito."

"Buscou a comissão da outra câmara solver o conflito, até onde lhe era possível nos estreitos limites de tempo que se traçara. Mas neles não podia caber tudo. A celeridade, com que ali se ultimou uma faina sem exemplo em nossos Anais parlamentares, votando,

quase sem debate, centenas de emendas, não dava grande espaço à maturação das ideias. Onde, portanto, o vagar para o trabalho da lima, para a severa moldagem das formas numa língua adequada, elegante e segura?"

É verdade que Rui apontou centenas de erros de linguagem na redação do Projeto, e a palmatoria sempre causa dor. Mas administrados como esses bastariam para tirar à sua crítica, por mais veemente que fosse, a pecha de uma ofensa aos autores desses erros e aos que os subscreveram em trabalho apressado.

Como se não bastassem tais resguardos, no mesmo Parecer empregou outros, como estes, que se alinham em transcrição na p. 38 da *Réplica*:

"... a violencia da rapidez na produção intelectual obrigara o legislador a descurar o laçor literario".

"Ninguém supõe que os redatores do Código sejam alheios à gramática, ou a ela avessos. Desatenções não são ignorancias."

"... negligencia, a que a preocupação dos grandes problemas resolvidos naquele trabalho abandonara a sua forma".

Na *Réplica*, mais forte foi a sua linguagem. Tinha de ser:

Assim é que, depois de citar causticante frase de Alexandre Herculano, fustigou sem dó o redator da resposta que lhe tinha sido dada em nome da Comissão da Câmara:

"Respeito ao idioma, saiu escrita no que ele mesmo desvanecidamente chama "o dialeto brasileiro", surrão amplo, onde cabem à larga, desde que o inventaram para sossego dos que não sabem a sua língua, todas as escorias da preguiça, da ignorancia e do mau gosto, rótulo americano daquilo que o grande escritor lusitano tratara por um nome angolês. La encontrará o ouvido vernáculo todos os estigmas dessa degeneração em estado coliquativo, do idioma em que escreveram no Brasil Gonçalves Dias, Francisco Lisboa e Machado de Assis." (*Réplica*, ps. 42-43).

Foi já nessa fase da discussão que, referindo-se ao Projeto da Câmara, disse Rui:

"Havia-lhe na fisionomia muito mais do tal dialeto que da língua portuguesa. Tentei aproximá-lo da língua. Conto mo não perdoem os apaixonados do dialeto."

Impõe-se a conclusão de que, se os defensores da agora chamada "língua brasileira", parlamentares ou não, tinham o direito de rejeitar o Parecer e o de levantar contra Rui uma campanha feroz, dando extrema elasticidade ao conceito da legítima defesa, absolutamente não o tinham nem Clovis Bevilacqua nem outros advogados da Comissão da Câmara, para, invocando esse principio legal, a pretexto de justo desagravo, promoverem as agressões de 1902 ao autor do Parecer do Senado, e tumultuarem, esses, sim, a dis-

cussão do Projeto, dando o primeiro passo para que muito se protelasse o seu regular andamento.

E muito menos que os demais tinha esse direito o professor Carneiro Ribeiro.

\* \* \*

Foi a discussão em que se empenharam os dois grandes mestres da língua, fora do terreno estrito do Direito, no de nossa incipiente Filologia, que deu à questão do código civil maior vulto, despertando interesse geral.

O Parecer não continha nenhum agravo ao revisor extra-parlamentar do Projeto. Ao contrario, expressamente lhe prestou uma homenagem pessoal, fazendo-lhe, tanto como à Comissão da Câmara, mais do que a devida justiça, nestas eloquentes palavras:

"Bem sei que em rápido excuroso ao Norte, o digno presidente daquela Comissão, portador solícito do trabalho por ela adotado, o submeteu ao esmeril de um gramático ilustre. Conheço e acato essa autoridade, que tenho a fortuna de considerar entre os meus primeiros e melhores mestres, contando-me, inda agora, entre os seus discípulos mais reverentes. Mas para a empreitada apenas lhe deram alguns dias; e, em tão acanhado lapso de tempo, não seria possível, a quem quer que fosse, reduzir a vernáculo sofrível, desbastar, cepilhar, brunir uma estrutura legislativa de quase dois mil artigos, onde a violencia da rapidez na produção intelectual obrigara o legislador a descurar o lavor literario, não menos essencial à duração das leis que à das demais obras do entendimento... O lavor artístico demanda mais pausa, não se obtendo senão a poder de tempo, estudo e mimo." (Ap. *Réplica*, ps. 12-13).

Lisonjeado deveria ficar o mestre, ao ver completada a sua precaria revisão por tão ilustre discípulo. Mas então lhe encomendaram uma crítica ferina ao Parecer... e ao seu autor... E essa crítica foi considerada como colaboração aos trabalhos parlamentares...

Ao iniciar a *Réplica*, demonstrou Rui com rigor matemático, em minucioso balanço, que as suas notas críticas à redação do Projeto foram quase todas feitas a pontos que não tinham sido notados pelo revisor gramatical: — do total de 531, apenas 7 cabiam à revisão, e à Comissão Parlamentar tocavam 524; e igualmente mostrou que as "Ligeiras Observações", contra-crítica do professor Carneiro, continham:

- a) 68 defesas da redação parlamentar;
- b) 2 defesas pessoais do revisor, de emendas suas;
- c) 18 adesões a emendas de Rui ao texto parlamentar; e, finalmente:
- d) 12 críticas gramaticais a frases de Rui, estranhas ao texto das suas emendas.

Ai temos números de eloquencia mais do que suficiente para cabalmente justificar a conclusão de Rui:

“Não foi, portanto, em defesa propria que acudiu o filólogo baiano. Seu propósito, seu programa, seu trabalho foram outros; defender a Comissão, no que era tão somente de sua lavra, e acusar-me, no que eu escrevera *fora do substitutivo*. Paladino gratuito e espontaneo da Comissão na primeira dessas atitudes, escusada e gratuitamente se constituía meu adversario pessoal na segunda.” (*Réplica*, p. 38).

Mais reverentes ao velho mestre não poderiam ser os conceitos que Rui tinha emitido no Parecer. Entretanto, mesmo antes da segunda empreitada do illustre filólogo, poderia já naquela ocasião ter-lhe dado esta severa lição da *Réplica*:

“A patria não se logra servir útilmente senão com a consciencia; e esta, supondo juntos no individuo o mais habil dos escritores e o mais sabio dos juristas, não lhe toleraria o compromisso de rever um Código Civil à celeridade elétrica de minuto e meio por artigo.” (*Réplica*, p. 12).

A irreverencia de semelhante lição muito lhe havia de custar à alma, porque nela haveria a quebra de um vínculo sentimental, que consideramos muito respeitavel todos os que somos da velha escola. Porem não constituiria uma injustiça, e consequentemente nenhum agravo, se expressa como foi na *Réplica*. Ela é aqui o fecho de um longo parágrafo, desdobrado em outros, no qual Rui comenta as iniciais desculpas de tempo escasso, feitas pelo professor Carneiro na contra-crítica, — parágrafo serenamente desenvolvido, com férrea lógica, sem resquicio de sofisma, e que assim começa:

“Estas explicações accusam e defendem, ao mesmo tempo, o meu respeitavel mestre. Defendem-lhe a competencia das imperfeições da sua obra. Acusam-lhe a fraqueza da sua condescendencia. Vê-se que para a revisão cabal não lhe deram vagar. Mas igualmente se chega a saber que o professor Carneiro aceitou as responsabilidades do encargo, na previa certeza de que o não podia vencer. Isto suposto, o que lhe cumpria, era custasse o que custasse aos seus sentimentos particulares, rejeitá-lo desenganadamente. Dessarte, magoando, talvez, a amizade, serviria, sem dúvida, ao país.” (*Réplica*, p. 10.)

Evidentemente, o professor Carneiro não descobriu no Parecer a caridosa homenagem do discípulo, ou desprezou-a, se porventura a descobriu. E, assumindo uma função especial no consorcio dos atacantes do mesmo Parecer e do seu autor, foi quem principalmente provocou o surto da *Réplica*, tal como a temos, pois nesta foi ele o agressor mais longamente tomado em consideração: nela lhe couberam 423 páginas, mais de três quartos do todo.



Mas que defensor dos juristas responsáveis pelo Projeto foi ele na investida a que se aventurou?

Dado que em sua revisão ele se limitara a fazer 77 emendas, ao passo que Rui criticou 524 pontos da redação parlamentar, haverá quem suponha ter sido muito exagerada a crítica deste: por má vontade, ou mesmo por despeito, por contingência da fraqueza humana, a sua severa crítica poderia ser apaixonada e injusta, provocadora de natural e legítima repulsa. Admito que alguém assim, aprioristicamente, a julgasse ou venha a julgá-la. Mas essa presunção é inteiramente destruída pela ação desenvolvida na suposta defesa do professor Carneiro.

Em primeiro lugar, vê-se que nas "Ligeiras Observações" ele procurou rebater 68 críticas de Rui à redação parlamentar, subscrevendo expressamente 18 e tácitamente 438. A defesa tentada não chegou bem a 15% dos pontos criticados. Dispensam comentário esses números.

Em segundo lugar, devem ser considerados os casos que seriam de defesa própria, isto é, aqueles em que o Parecer criticou as emendas do revisor, nos quais se devem considerar invertidos os papéis: se tinha sido o professor Carneiro o adversário da redação parlamentar, teria sido Rui, expressa ou tácitamente, o defensor desta.

No art. 31 do Código Civil, como afinal ficou redigido, lemos, conforme a já citada edição de Clovis: — "O domicílio civil da pessoa natural é o lugar, onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo".

Sem discutir a propriedade da vírgula que o enfeita, vejamos alguns passos da forma que teve esse dispositivo, através das emendas de forma e de sentido que sofreu.

No Projeto Bevilacqua, art. 43, esta era a sua estrutura, gramaticalmente correta: — "O domicílio civil da pessoa física é o lugar onde ela, de modo definitivo, estabelece a sua residência e o centro principal de sua atividade".

Na redação parlamentar da Comissão dos Vinte e Um, feita pequena alteração substancial, e porposto ao verbo da oração adjetiva o adjunto adverbial, fôra deixado antes daquele o seu sujeito: "... onde ela estabelece ..."

Não admitiu o professor Carneiro essa construção e assim redigiu o dispositivo: — "O domicílio civil da pessoa natural é o lugar em que estabelece ela de modo definitivo a sua residência".

Que fez Rui no Parecer? Restabelecendo a sintaxe anterior, defendendo a redação parlamentar, ousou rejeitar a emenda do ilustre gramático. E este não se conformou com tamanha audácia. — Daí resultou alongada discussão, que na *Réplica* se estende em oito

páginas (ps. 28 e 145-153) e na tréplica do filólogo baiano se espalha em vinte (ps. XI e 85-105).

Fato semelhante ocorreu, sem tamanho desenvolvimento de discussão, na do art. 1320 do Código, relativamente à clausula — “salvo se este provar” —, cuja ordem direta resultou no texto atual de contra-emenda de Rui a uma emenda do professor Carneiro.

Nesses dois pontos da polêmica filológica, não foi em defesa da Comissão que contendeu o filólogo baiano, foi em defesa própria, como amigo urso da sua constituinte. E esses foram os únicos em que ele se apresentou na liça em causa própria. Nos demais casos, que poderiam ser alegados como de defesa pessoal mais ou menos legítima, silenciou.

Tal é, por exemplo, o do art. 663 do Código Civil — “Ninguém pode reproduzir obra, que ainda não tenha caído no domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor ou seu representante”. No principio do art. 771 do Projeto Bevilacqua, trazia esse dispositivo a frase — “sob pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la” —, que a Comissão dos Vinte e Um manteve, antes da revisão filológica, e que esta emendou para — “sob pretexto de anotá-la, comentar ou melhorar”. Criticou Rui a emenda, e o seu autor não a sustentou. Semelhantemente deixou desamparadas outras quatro, alinhadas na *Réplica*, p. 27.

Aos pontos respigados no Parecer, em que tinham sido criticadas emendas do professor Carneiro, dos quais acabo de tratar, outros casos juntou Rui na *Réplica*, em que havia o que censurar na revisão filológica do mestre baiano, e assim concluiu o seu comentário:

“De outros exemplos deste gênero me poderia munir contra a revisão do professor Carneiro, se estivesse disposto a rebuscá-los, a desmieuçá-los. Mas, não havendo utilidade em lhes dar cata, estes bastarão, para mostrar quão benigno foi o meu exame, que messe de negligencias e faltas esperdicei, quão incompleto me deixei ser nos meus reparos, justamente por me cingir aos erros mais grados, além de não querer estabelecer confronto entre o trabalho do mestre e o da Comissão Parlamentar.

“Bem se vê agora que esta mais de uma vez teria levado manifesta vantagem, resistindo ao seu revisor . . .” (*Réplica*, ps. 34-35).

Em suma: Entre os agressores a quem Rui replicou, era o professor Carneiro quem menos podia invocar a legítima defesa para tentar justificar a sua atitude. É mau advogado foi, se na contenda se apresentou como defensor da Comissão Parlamentar.

\* \* \*

A crítica de Rui foi feita a um trabalho da Câmara dos Deputados. Mas a legítima defesa desta e da sua Comissão Especial, quanto a qualquer suposto agravo, já estava por ele traçada, tanto

como a do professor Carneiro, ou mais ainda. Quando as suas “mãos ciclópicas” desfecharam sobre o Projeto a “mole ingente” do substitutivo, inúmeras, como patentei, foram as expressões do mesmo Parecer que exaltaram o trabalho herculeo, embora tôsko e rude, da Comissão dos Vinte e Um, e que a desculpavam da mal amanhada forma que tinha o Projeto, ou, se o quiserem, para não se falar em canela, do seu desalinhado indumento, das suas vestes desajeitadas, da sua roupagem grosseira.

Alem das muitas que reproduzi, temos outras. Justificando a crítica filológica, dissera Rui na introdução do Parecer, em relação aos atos da Câmara, após a revisão extra-parlamentar:

“A mesma Câmara nos acaba de ensinar, pelo exemplo, o zelo das miudezas do apuro literario e da eufonia. Notória é a economia de tempo, com que procedeu aquela assembléia na discussão do Projeto. Delegou (não lho censuro) à sua Comissão Especial poderes arbitrais sobre as emendas formuladas. Destas abraçou a Comissão apenas cinquenta e oito, recusando cento e quarenta e três. Pois bem: das emendas que tiveram prestígio bastante para sobre-nadar ao dilúvio daquela severidade, impondo-se à Câmara, uma é a que suprimiu no art. 763 (hoje 762) a contração *nele*, outra a que do art. 372 (hoje 371) riscou o adjetivo *uma*, que antes da palavra *mulher* não toava bem aos nobres deputados. Ambos esses levisimos senões tinham escapado à revisão extra-parlamentar, destinada a pôr termo à questão literaria, fechando-lhe a porta com o pêso de uma grande autoridade. A minha propria revisão, mais paciente, não dera pelo primeiro. Mas, graças à iniciativa de um membro daquela casa, a Comissão dos Vinte e Um e a Câmara fizeram decotar ao Projeto, mediante duas emendas, as quatro silabas mal soantes. Mercê deste precedente, descerrou-se a porta aferrolhada, mostrou-se que as questões de elegancia e ouvido literario não são indignas do parlamento, nem subalternas no feitio de um Código Civil, e deu-se a ver quanto neste sentido não teria feito aquela assembléia, se lhe deixassem lazer à competencia e ao gosto. No trabalho a que a este respeito me dei, pois, outra coisa não se faz que trilhar o caminho pela Câmara solenemente aberto e implicitamente recomendado.” (*Réplica*, ps. 38-39).

Apesar da justificação de tais termos, e de tantas ressalvas feitas à competencia e à dignidade da Câmara e da sua Comissão Especial, lançou-se a atoarda de que uma e outra tinham sido gravemente ofendidas pelo Parecer do Senado, e sobre o autor desse Parecer desencadeou-se a fúria de quotidianos ataques pela imprensa, ainda antes que ele tivesse sido dado à publicidade. Tentava-se suprimi-lo no nascedouro. Depois, houve o toque de reunir e o de avançar, a pretexto de desagravo daquelas entidades. E travou-se a peleja, em varios setores.

Na ação dispersiva então empreendida contra Rui pelos adversários, que se sentiam fortes pelo apoio do Governo, destacou-se o relator de uma sub-comissão parlamentar, que disse falar em nome da Comissão dos Vinte e Um, e superpondo-se aos demais supostos advogados dela, publicou no órgão oficial as suas alegações, a chamada "resposta parlamentar".

Foi com justa indignação e com os mais deprimentes conceitos que Rui tratou na *Réplica* esse "papel", disse ele, "a que as circunstâncias asseguram, antes do pronto esquecimento que o aguarda, alguns momentos de menos invejável celebridade". (*Réplica*, p. 47).

Muito imprópriamente é que se lhe chamou resposta parlamentar, pois assim lhe caracterizou Rui a origem:

"Este documento, porem, felizmente, não tem a representação que inculca. O que ele traduz, é tão somente o animo e os dotes da pena que o escreveu. Da Comissão, cuja autoridade assume, não se pode ter como instrumento. Isso por varias considerações, cada qual mais conclusiva. Primeiro, porque já era extinta de fato e de direito a Comissão Parlamentar, estando a sua missão desempenhada, e, pois, já não podia ter voz, exercer atos, delegar poderes, constituir representantes. Segundo, porque acerca desse papel não deliberou, não lhe ouviu, ao menos, a leitura, nem sequer para uma ou outra coisa foi convocada, e, portanto, não o perfilhou, não o autorizou, nem, ainda, o conheceu. Terceiro, porque, atenta a natureza de tal escrito, o seu personalismo, o tom da sua agressão continua, a sua desenvoltura, a sua aberração do respeito a si mesmo, sem receio de erro se poderia assegurar que a Comissão da Câmara o não adotaria, se o escutasse. Desses mesmos dois membros, que, além do autor, o firmaram, estou habilitado a declarar que nem todos o leram, e nem todos o subscreveram, se o houveram lido." (Ib.)

Pior advogado foi esse que os demais na causa, que, se tivesse algum fundamento, por ele teria sido inteiramente sacrificada. Já me referi ao revide imediato, fulminante, esmagador, que na tribuna do Senado teve essa pretensa defesa da Comissão da Câmara, e que de golpe lhe destruiu os sonhados efeitos jurídico-parlamentares. Restar-me-ia falar do seu conteúdo filológico, escarpado na *Réplica*. Isso porém seria materia para uma conferencia humorística. Foi ela apenas a demonstração de que naquele "surrão", da chamada lingua brasileira, "cabem todas as escorias da preguiça, da ignorancia e do mau gosto".

Na análise desse papel, teve Rui a paciencia de que necessita um mestre-escola, para ministrar rudimentares lições de linguagem, lições de primeiríssimas letras, a meninos bisonhos. Mencionarei apenas uma das suas "pérolas", em que se vê quão canhestramente o agressor manejou as armas que empunhava, voltando-as contra

si mesmo, contra os seus supostos mandantes, contra Clovis Bevilaqua, contra Carneiro Ribeiro, contra todos os responsaveis pela redação do Projeto que Rui criticara. É caso que, na frase lapidar de Rui, “debuxa em rapido e incisivo escorço as qualidades gerais daquele trabalho, que há-de assinalar época nos anais parlamentares”. (*Réplica*, p. 459).

No fim do primeiro item do art. 1.081, prescreve o Código Civil: — “Considera-se tambem presente a pessoa que contrata por meio de teléfono”.

“Teléfono”, sabem-no todos os ouvintes, é expressão de gramatical purismo, que destoa da linguagem corrente no Brasil, na qual por influencia estrangeira se introduziu a forma “telefone”, e até a abreviada “fone”.

Mais do que quando foi redigido, pode hoje causar alguma estranheza ao ouvido brasileiro o nosso dispositivo legal, pela preferencia nele dada à forma pura. E quem o ler com desconhecimento das diversas fases da redação do Código, conhecendo muito pela rama a sua discussão filológica, não hesitará em supor que aquela forma tivesse sido nele introduzida pelo apurado gosto de Rui.

O autor da “Resposta”, assim como o imaginario leitor de hoje, supôs que tivesse sido Rui o autor da inaudita proeza. Mas foi além do nosso leitor nas suas conjeturas. Fantasiou até o modo como ele teria corrigido “telefone” por teléfono”: tinha de ser — “com indignação”. É, por um passe de mágica, passou da simples suspeita à certeza, e chamou Rui a contas por esse feio crime, praticado com circunstancia agravante, contra “a lingua brasileira” . . .

Não sabia ele que se lê “teléfono”, em todas as fases da redação do Projeto, “desde a do primitivo autor . . . até à votada pela Câmara e por esta remetida ao Senado” (*Réplica*, p. 458), e que sem nenhum comentario Rui se limitara a manter essa forma no seu substitutivo . . .

\* \* \*

Rude foi a batalha que em 1902 teve Rui de travar com os seus adversarios, empenhados em desvirtuar-lhe os propósitos. E, devido principalmente à autoridade de Clovis Bevilaqua, nos meios jurídicos nacionais, ainda é corrente uma interpretação erronea da sua atitude na questão do Código Civil.

Já vos apresentei as belas páginas de Luís Delgado, em que melhor justiça do que a mais generalizada se fez à atitude de Rui na célebre polémica. Mas, examinando com atencção os antecedentes imediatos da *Réplica*, e detendo-me nesses elementos da sua historia externa, creio ter demonstrado que muito melhor tem de ser essa justiça, para que realmente o seja. A memoria de Rui no tribunal da Historia reivindica mais cabal justificação para todos os atos que ele então praticou.

Na magistral lição do ilustre escritor pernambucano se viu o episódio da polêmica filológica em síntese e seus efeitos num climax, cujo ponto culminante, "longinquamente", é a "exploração dos gramáticos restritos", que "mudaram Rui em seu ídolo", e dos "sagazes políticos" que "fizeram reverter sobre o ídolo a indiferença e o menosprezo que envolvem aos idólatras".

Propositadamente deixei para agora as poucas linhas, de transição para outro episódio da vida de Rui, que o autor escreveu logo em seguida às que reproduzi. São estas:

"Em 1902, Rui Barbosa colocou esse instrumento de ataque nas mãos dos seus efêmeros, sucessivos e ardorosos adversários; em 1907, iria suscitar em torno de si a mais calorosa unanimidade que a sua patria já sentiu e apresentou. Debalde certos círculos pretenderiam murá-lo na *Réplica*, porque o povo inteiro ficaria vendo nele *A Águia de Haia*".

Ora, bem sabemos quanto essa arma foi empregada contra Rui durante a vida toda. E agora pergunto: Quem tem a responsabilidade histórica da fabricação desse instrumento, na discussão parlamentar do Código Civil? Quem o colocou "em 1902" nas mãos dos adversários de Rui? Não foi o "ídolo dos gramáticos mais exigentes e restritos", assim como não foram os idólatras do autor do Parecer e da *Réplica*.

Deixei patente que não cabe a Rui a responsabilidade da polêmica subsequente ao parecer de 1902, que ela foi aberta, não por ele, nem pelos seus admiradores, mas pelos seus adversários. E essa polêmica, em que "o parecer se transformou", ele, da sua parte, a encerrou definitivamente no mesmo ano, na *Réplica*. Nem é sua a responsabilidade de se ter por tantos anos protelado o acabamento do Código.

Embora ele com o Parecer tivesse alertado a opinião pública contra a pressa exagerada do Governo e dos seus sequazes, e conseguido impedir que sem ulteriores discussões fosse o Projeto ainda naquele ano remetido à sanção presidencial, para se converter em lei, o seu propósito não era, como entendem geralmente, um propósito obstrutivo de oposição sistemática mas de verdadeira oposição construtiva.

Ele mesmo, na conclusão da *Réplica*, no término da polêmica parlamentar ou quase-parlamentar, deixou isso bem claro, dizendo:

"O de que me não penitencio, é do esmero, bem ou mal sucedido, que pus em dar os cuidados que dei à forma, com que nos veio da Câmara o Projeto. Neste particular, sempre quereria ver-me arguido antes de excesso que de míngua. Cotejado o número das minhas emendas com o das contra-críticas a elas opostas, averiguar-se-á que a defesa em bem diminuto número de pontos se conseguiu apalancar. Estes se numeram por dezenas, ao passo que por cente-

nas se contam aqueles em que emudeceu, e fez pé atrás. Raríssima vez sucedeu que tivesse por si a razão; mas nesses casos não lhe regateei. *Assim que, em última análise de uma e de outra parte, sairá ganhando o projeto. Se daí se causou demorar-se-lhe a elaboração, toque a responsabilidade a cuja é.*” (*Réplica*, p. 598).

Passando generosamente uma esponja sobre as injustiças que lhe haviam sido feitas, assim o vemos na disposição de não rejeitar na obra comum o que se pudesse aproveitar de bom nas injustas agressões que sofreu. E na página seguinte, fazendo justiça aos trabalhos dos que o precederam, em pouco avaliou o que restava fazer-se para concluir um “cometimento, para o qual a Câmara dos Deputados venceu, talvez, *dois terços do caminho*” (Id., p. 599).

Apóstolo da Justiça, confiava Rui na justiça da História, e para esta ainda apela de além-túmulo, porque os contemporâneos e os pósteros não fizeram a que lhe é devida, pelo papel que ele teve na discussão do Código Civil, em 1902.

Concluindo, afinal, o esboço histórico dos antecedentes da *Réplica*, peço venia para apresentar o climax de Luís Delgado, com substancial alteração, imposta pelo fato de ter sido a polêmica do Código encerrada com a mesma *Réplica*, em 31 de dezembro daquele ano:

“Eis que chega, em 1902”, o Parecer de Rui sobre a redação do Projeto do Código Civil. “Antes de tudo, uma sensação: quando se esperava que o jurista debatesse os princípios e os institutos da importante lei”, porque já se lhe tinha feito uma revisão filológica, “surge um professor de gramática e de estilo, corrigindo os textos; depois, uma revolução: o mundo jurídico e político ficou sabendo como a linguagem merece cuidado e a que extremos de serio alcance social pode conduzir a fórmula tão cômoda e tão aceita de que “o pensamento é o que importa”; e por fim”, *não longinquamente, mas ao mesmo tempo*”, “uma exploração”: provocou-se quase-parlamentarmente uma discussão, em que “o parecer se transformou em polêmica”, com o propósito de suspender os seus efeitos, e já com o de empurrar o seu autor “para os campos do formalismo, da inutilidade prática”.

Dessa exploração, *toque a responsabilidade a cuja é.*

## RUI BARBOSA, O CONFERENCISTA

J. P. LEITE CORDEIRO

Certas figuras humanas projetam-se de tal modo na história de um povo que se transformam não só em padrões de qualidades cívicas e morais, mas também em manancial de ensinamentos em cuja análise as gerações subseqüentes vão, paulatinamente, descobrindo uma gama infinita de beleza, uma sucessão inesgotável de motivos inspiradores que arrebatam, orientam e educam. Assim foi Rui Barbosa:

A palavra, tanto a escrita como a falada, aproxima e solidariza os homens. Usando-a, Rui deu-lhe o poder da sugestão, revestiu-a de lógica, de raciocínio e de razão, impregnou-a de convicção, de arte, de vontade e de esclarecimento, tudo a serviço dos mais belos e humanitários ideais.

Da vida e da obra de Rui Barbosa, chega até nós a serenidade reconfortante de um espírito que amou extremadamente a liberdade. Sentimos, em ambas, a coragem e a tenacidade de intrépido lutador que, sempre empunhando com lealdade as suas armas, colocou todo o seu vigor e tôda a sua envergadura de gênio a serviço do Direito, da Justiça, da Pátria e da Humanidade.

Em conferência realizada na Bahia, no ano de 1897, êle cantou a liberdade com os arroubos entusiásticos de esplêndida oratória: "Liberdade! Entre tantos que te trazem na bôca sem te sentirem no coração, eu posso dar testemunho de tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho; porque, no fundo de minha consciencia, eu te vejo incessantemente como uma estrêla no fundo obscuro do espaço. Nunca te desconheci nem te trairei nunca" . . . "Eu quisera fundar assim uma escola onde te sentasses para ensinar aos nossos compatriotas o exercício viril do direito". Esse culto à liberdade integrava a personalidade de Rui que nunca negou em palavras, gestos, atitudes e atividades, o elevado padrão dos seus ideais. Na Inglaterra, defendeu Dreyfus. Em Haia, apostolou o respeito pelas nações pequenas, a igualdade entre todos os povos ante o Direito Internacional. Em Buenos Aires, verberou a violação da Bélgica pelos teutônicos. No Brasil, foi o maior propugnador e defensor da liberdade dos seus compatriotas.



\* \* \*

Brasileiro por nascimento, mas universal pelas realizações e pelo idealismo, Rui tornou-se uma figura de projeção mundial quando a sua fulgurante personalidade, assoberbando-se do âmbito internacional, grangeou fama, glória, honra e sobretudo respeito para o nosso país no círculo das nações cultas do universo.

Polímorto na cultura, dotado de vasta erudição, possuindo assombrosa capacidade de trabalho, estava sempre a par dos derradeiros passos da humanidade na sua laboriosa ascensão pela escada do progresso. Não é de se admirar, portanto, a multiplicidade de facetas que apresentam a sua obra e a sua vida e não foi sem razão que o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, estaqueado em alto e louvável senso de patriotismo, organizou esta série de conferências para comemorar o centenário do insigne brasileiro.

Entre os temas escolhidos para essa evocação que se reveste de um acendrado civismo e de tódia a profunda significação que emana do culto ao passado e às glórias da nação, coube-nos o desenvolvimento da tese: *Rui, o Conferencista*". Tarefa por demais difícil a nossa: — sermos arvorados em conferencista para dizermos sôbre Rui Barbosa conferencista. Vale-nos, porém, que, apoiados no brilhantismo e na arte que envolvem as conferências por êle realizadas, tentaremos delinear naquele todo, naquela vastidão, naquela profundidade, algumas paisagens onde jorram em borbotões milagrosos, a fé e o amor, a erudição e o patriotismo, as lições civicas e as lições morais.

Deixaremos quase inteiramente de lado as conferências com fundo ou motivos políticos. Das mais interessantes nesse gênero são a realizada em Juiz de Fora no mês de março de 1919 e a oração fúnebre da República, pronunciada na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Em outra, levada a efeito ainda no mês de março de 1919 no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, e intitulada "A questão social e política no Brasil", Rui lançou em cena primeiramente o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, manifestando assim o seu entusiasmo por quem qualificava "o admirável escritor paulista". Ao depois, enveredou em acerba, porém, justa crítica ao Brasil de então, aos processos políticos e administrativos, com tódas as suas incúrias e imperfeições, mostrando o que o Brasil deveria não ser e o que o Brasil poderia ser. São trechos de eloquência política nos quais se encontram lado a lado a crítica construtiva e a boa orientação para o caminho a seguir.

Na conferência que pronunciara em Nazaré, na Bahia, aos 19 de dezembro de 1910, encarara o descaramento do govêrno e o seu desinterêsse pelo sertanejo, abordando a chaga social dos chefes do sertão, com seus jagunços a facilitarem e expandirem os males do cangaço. Nesse verdadeiro estudo sociológico dos males do

cangaço, ponderou: — “Em vez de elevar o sertanejo, as facções e os governos o não encaram senão como um instrumento explorável. Temiam-lhe os dotes de independência e altivez. Trataram de lhos arruinar, ou inverter”.

“Em vez de excitar, nos sertões, o gôsto do trabalho, a emulação do merecimento, as ambições da luta pelo bem; em vez de os instruir, moralizar e enobrecer, atearam nêles a desunião, os rancores, o fratricídio; promoveram as rixas da cobiça; abateram os direitos do mérito; eternizaram a ignorância; aliaram-se ao mandonismo; deram o poder à imoralidade, à venalidade, à brutalidade; e, depois de os desnaturarem, depois de os abastardarem, depois de os contaminarem, ainda por cima os argüem nos vícios, em que os embeberam, da penúria, a que os reduziram, dos achaques morais, que lhes comunicaram”.

“Esses valentões profissionais, esses aventureiros insolentes, esses matadores célebres, que infestam aquelas paragens, é a política, e só ela, a que os gerou e cria. Da política, e não dos sertões, é que nascem o jagunço e o cangaceiro. São as oligarquias estaduais as que os geram, as que os nutrem, as que os manejam. Nem é para servir aos interesses do sertão que os utilizam, mas, ao contrário, para dessangrar o sertão, para o dividir e extenuar, para o infamar e perder. Foi do sertão retalhado e assolado pelos fratricídios, que a política das cidades acoroça, e a política dos mandões de aldeia executa, que resultou essa peste da vida sertaneja, agitada e ensangüentada por ela”.

Como ele situa bem esse problema, que, até bem pouco tempo, tanto preocupava e deslustrava ao Brasil! O estudo desta conferência constituiria material suficiente para uma outra demorada conferência. Bem vêem os senhores quão exíguo é o nosso tempo, quão ingrato, pela sua vastidão, o tema que nos coube.

A conferência denominada “Caso Internacional”, mais do que a anterior, daria oportunidade para longos comentários. Ao analisá-la, quanto iríamos aprender de história, de política e de direito internacional?!

Alguém já disse que Rui é um mundo. Somos de opinião que não é um mas sim vários mundos, tal a pluralidade de prismas que nos apresentam a sua vida e a sua obra. Dotado com inteligência excepcional, desde menino demonstrou-a. O primeiro fato que publicamente a atestou foi o discurso pronunciado, quando ainda contava apenas onze anos, num colégio da Província natal, o Ginásio Baiano, fundado pelo Dr. Abílio Cesar Borges, futuro Barão de Macaúbas.

De tal modo aquela oratória juvenil impressionou a seleta assistência que o pai, Dr. João Barbosa, orador famoso, duvidou não ter sido o filho auxiliado na tarefa. Inquiridos, os professores

do menino-orador negaram ter-lhe prestado qualquer auxílio ou mesmo de leve influenciado o seu espírito.

Ha, porém, quem situe em época posterior, o verdadeiro eclodir da eloquência de Rui. Localizam-no em 1868, quando saudou, ainda estudante da Academia de Direito de São Paulo, o deputado José Bonifácio, o moço, que protestara contra a atitude do Imperador D. Pedro II, ao substituir o Ministerio Liberal de Zacarias pelo Gabinete Conservador de Itaboraí. A época marcou acentuado relêvo histórico e Rui, cuja vida integrar-se-ia tão intimamente com a vida do Brasil, teve naquele momento as primícias de sua oratoria política postas em paralelo com a propria vida política do Brasil. Eram duas vidas, a do Brasil e a de Rui Barbosa, que doravante se ajustariam em linhas paralelas dentro da História. A Mãe-Patria que dali por diante tanto iria dever ao talentoso filho, começou desde então a sentir-lhe, acentuadamente, os carinhos, as atenções e os desvelos que constantemente embalsam aquêlê coração de patriota.

Passados cinqüenta anos, a Nação, grata e desvanecida — antes que hoje, neste primeiro centenário, o viesse a fazer juntamente com a Historia — homenageou na deslumbrante apoteose conhecida pelo nome de Festa do Sol, aquêlê tão fulgente astro que iluminava os horizontes da nacionalidade.

O homenageado assim agradeceu: “Toda a minha vida não vale nada em comparação deste único momento onde se me depara a bem-aventurança de vos poder trazer, como síntese extrema de quase catorze lustros de experiência dos homens e das coisas, êste inabalável testemunho de que só nêlê — “em Deus” — reside a nascente de toda a gloria e de toda a força, de todo o bem e de toda a beleza, de toda a verdade e de toda a ciência, de toda a justiça e de toda a grandeza”.

“Que mais? Não sei ou de pronto não me lembra. Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais, questões religiosas, questões sociais, projetos, reformas, organizações legislativas. Tudo o mais demonstra que esses cinqüenta anos não me decorreram na contemplação do belo, nos laboratórios da arte, no culto das letras pelas letras. Tudo o mais está evidenciando que a minha vida toda se desdobra nos comícios e nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposições ou revoluções, em combate a regimes estabelecidos e organização de novos regimes. O que ela tem sido, a datar do seu primeiro dia, a datar do brinde a José Bonifácio, em 13 de agosto de 1868, é uma vida inteira de ação, peleja ou apostolado”.

O próprio Rui considerava, portanto, o brinde a José Bonifácio o primeiro marco de sua existência cheia de “*Ação, peleja ou apostolado*”. Além desta ilação, entrevemos nas palavras que vos

acabamos de repetir, o Rui temente a Deus, o Rui fervoroso crente, tão diverso do arrebatado autor que prefaciara "O Papa e o Concílio".

\* \* \*

Em 1903, ao paraninfar a turma de estudantes que deixava o Collegio Anchieta, elevou o sentimento religioso, focalizando magistralmente o papel reservado pela Historia ao catolicismo, na fundação, no desenvolvimento e na evolução de nosso povo.

Do papel desempenhado pelos jesuítas, da influência missionária em nossos destinos, indicou as linhas predominantes do esforço e da aspiração, do trabalho e do ideal, que na realidade constituíram também marcos da sua própria vida. Essa peça oratória é considerada, com acerto e justeza, pelo Sr. Luís Delgado, biógrafo de Rui, "Uma especie de catecismo de dignidade moral".

Aos adolescentes que deixavam o ginásio pela academia ou pelas lutas da existencia, procurou inculcar a noção de patria: "A patria não é ninguém, são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A patria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciencia, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da lingua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo".

Aos afilhados, definiu o ideal: "Filhos desta casa, bem mo comprehendereis. Como definir o ideal? O ideal não se define; enxerga-se por clareiras que dão para o infinito: o amor abnegado, a fé cristã, o sacrificio pelos interesses superiores da humanidade, a compreensão da vida no plano divino da virtude, tudo o que alheia o homem da propria individualidade, e o eleva, o multiplica, o agiganta por uma contemplação pura, uma resolução heróica ou uma aspiração sublime".

\* \* \*

Uma das mais arrebatadoras conferencias de Rui é a que realizou aos 28 de maio de 1917 em louvor de Osvaldo Cruz. Dela salientam-se as características costumeiras das conferencias ruianas: perfeito conhecimento do assunto, exposição sabiamente arquetada, e acentuado acuramento de linguagem.

Afranio Peixoto, outro gigante do vernáculo, ao analisar "Rui, o Mestre do Verbo", lembrou a influencia do Dr. João Barbosa sobre a formação cultural da futura "Aguia de Haia". Realmente, aos vinte e poucos anos, João Barbosa, que era médico, escreveu

a tese inaugural em castíssimo português quinhentista mostrando-se magnífico vernaculista. E' evidente que desde menino, durante a adolescência e a mocidade, Rui sentiu no próprio lar a presença benéfica de um cultor das letras e recebeu o influxo de um erudito, de um profundo conhecedor do idioma. A esse respeito, afirmou o próprio Rui: — "Era ele na minha província a maior cabeça da sua época, o orador mais perfeito que já conheci, distinguindo-se, ao mesmo tempo, como um caráter de limpidez e inflexibilidade adamantinas"... "Esta palavra de que uso, em mim diminuída, era dele, o maior orador que jamais conheci. Esta cabeça que eu tenho não é mais que uma apagada sombra da sua. Esta paixão da liberdade, do direito, da justiça, herdou-mas êle, a mais justa das almas, o mais irredutível liberal que eu nunca vi... O amor da patria, a intransigencia da honra, a firmeza da vontade, o culto dos princípios, o desprezo dos perigos, o fundo religioso dos sentimentos e das idéias, isso tudo é seu. De modo que a cada passo da minha vida, o que eu sinto dentro do mais íntimo de mim mesmo, é meu pai. Ele não morreu, Em mim vive e reviverá, enquanto alguma coisa de mim restar".

Ainda sobre a influencia de João Barbosa sobre a formação intelectual do filho, devemos lembrar a parte reservada à medicina, de que João Barbosa era um dos sacerdotes. Rui lia os livros e as revistas científicas do genitor, de cuja biblioteca bem conhecia todos os meandros. Convivia com médicos, ouvia-lhes as exposições, as discussões, as opiniões. Quando já adulto, desfrutou a amizade de vários expoentes da medicina brasileira, entre os quais Francisco de Castro de quem traçou o perfil em páginas das mais eruditas em conhecimentos sobre a ciência e a arte hipocráticas.

Não é de se admirar, portanto, a análise perfeita que fez da vida de Osvaldo Cruz. Entrando no plano das medidas higiênicas e profiláticas, dos levantamentos demográficos e estatísticos, analisando os malefícios da peste, da febre amarela e da malária, apontando os meios de defesa de que o homem poderia lançar mão, o papel que tocava aos governos e à administração pública, o valor do médico ao amparar as populações, deu magistrais lições que melhor não seriam proferidas por um professor de medicina. Condensou, precisamente, as características da personalidade de Osvaldo Cruz: "Alma, porém, de "antes quebrar que torcer", ou antes, de não quebrar, nem torcer, Osvaldo Cruz não torce, nem quebra. A doçura do seu semblante, dos seus sentimentos e do seu trato envolve um coração intrépido, uma vontade acerada com a lâmina do montante de um capitão de cruzadas. Ceder, não cede. Transigir não transige. Recuar, não recua. Temer, não teme. Confiar, persiste, assegura e quer".

Digna de nota é a exemplificação do cientista que faz discípulos, do mestre que cria uma escola, o que constituiu um dos muitos

e gloriosos apanágios de Oswaldo Cruz: “Admirável homem de ação, fascinador irresistível de inteligências, criador incansável de almas, suscita as vocações, repassa em coragem as capacidades irresolutas, devassa, na obscuridade e modestia do merecimento inexplorado, os talentos despressentidos, como o vedor de água através do solo as fontes ou nascentes encobertas, reunindo cerca de si essa constelação de moços laureados, outros tantos mestres, em cada um dos quais se espelha a imagem gloriosa do modelo: um Carneiro de Mendonça, um Rocha Lima, um Gaspar Viana, um Eduardo Rabelo, um Ezequiel Dias, um Cardoso Fontes, um Figueiredo de Vasconcelos, um Alcides Godoi, um Henrique Afagão, um Artur Neiva, solicitado pela República Argentina, para ali organizar serviços de bacteriologia e higiene, um Carlos Chagas, cujos primeiros passos na sua carreira benditosa rutilam com “o maior milagre da medicina moderna”, a solução do problema de uma grande infecção brasileira, a ciência da sua etiologia, da sua patogenia, da sua clínica, da sua terapêutica, da sua profilaxia, da sua debelação radical, e a quem o prêmio Schaudin confere, por uma sentença germânica, as honras do mais notável dos protozoologistas do mundo.”

“Deus vestiu das armas naturais essas inteligências de escol. Mas só a disciplina de um educador inimitável de sábios, como Oswaldo Cruz, as podia amestrar, de um modo tão sólido e consumado, na ciência e arte da investigação original, da experimentação exata, da verificação rigorosa”.

A conferência terminou com justa afirmação sobre Oswaldo Cruz, afirmação que cabe tão bem ao próprio Rui Barbosa: — “Os serviços de tais homens não se medem pela extensão da sua passagem terrestre, nem pela soma de benefícios que dos seus atos, durante ela, colheu o gênero humano. A grande obra dos benfeitores predestinados está na ilimitada sobrevivência dela aos seus autores, que do seu próprio trespassse revivem todos os dias nos frutos do bem que plantaram, na corrente de bênçãos que deixaram aberta e borbotante. São fontes de bondade, em que se desentranha a vida efêmera dos mortais imortalizados, para a continuarem, através de séculos e séculos, em caudais da benevolência e caridade”.

\* \* \*

Outra conferência a que nos desejamos reportar teve lugar no Teatro de Petrópolis, em 17 de março de 1917. Viviam o mundo ocidental os trágicos momentos da Primeira Grande Guerra. A crueldade, o sofrimento e o desespero haviam invadido os lares, aposando-se de almas e de corações desesperançados. Apenas algo de mui sutil, de mui apagado, de mui longínquo ainda os alentava: — o vislumbre da paz. Daquela coorte de martírios, do conjunto tenebroso daquelas dores universais, brotou a mais santa das virtu-

des cristãs: — a caridade — qual perfumosa e única flor de um campo devastado mas ainda não totalmente esgotado na sua fecundidade, tal qual bálsamo acariciante e mitigador, esparzindo as bênçãos da fraternidade.

Rui, escolhido para agradecer a ação desenvolvida pela Cruz Vermelha na cidade de Pedro II, não perdeu a oportunidade de lançar um libelo contra a prepotência, o direito da força, a incompreensão dos povos que truculentamente procuram expandir-se à custa de canhões e de metralhas, de mortes e de aleijões, relegando a plano secundário as conquistas, a expansão, e o prestígio da cultura, da ciência e da arte.

Não pôde o insigne brasileiro deixar de salientar o papel da Bélgica, país que escreveu com as letras da renúncia, do sacrifício e da abnegação, uma das mais eloquentes páginas de heroísmo na Historia do Universo: — “Quando o estampido germânico abalou a Europa, ha três anos, nos primeiros dias de agosto, não havia nação mais estreme do que a belga, no rol das queixas da sua grande vizinha. Nenhuma, no continente, lhe levava a palma em civilização, em instituições liberais, em tradições de boa vizinhança, em amor à paz, em inquebrantada e inquebrantavel lealdade aos seus compromissos internacionais, que ninguem jamais suspeitara da idéia de transgredir. A inviolabilidade que todas as grandes potencias européias, e, com estas, a Alemanha, lhe haviam afiançado pelas convenções mais solenes, ela a conquistara, tambem, pela sua rigorosa fidelidade à situação de país neutralizado, em que a Europa a colocara. Mas a sua inocencia não a preservou de ser varada pelas costas com o golpe mortal, o primeiro do grande fratricidio, o que de um traço lhe definiu o carater aos olhos do mundo assombrado”.

“Chave, a um tempo, da França e da Grã-Bretanha, a Bélgica teve de sofrer juntamente por ambas as nações, que a guerra não encontrara aparelhadas, para salvarem a sua salvadora. A Historia assistiu então a essas cenas prodigiosas, ante as quais empalidecem as tragedias antigas: a defesa de Liège, a rendição de Namur, a ocupação de Bruxelas, a batalha de Malines, a destruição de Louvain e Visé, de Dinant, Termonde e Aerschot, o cerco de Antuerpia, a ruptura dos diques do Escalda, o êxodo geral de uma nação flagelada. O Terror Germânico obscureceu os crimes do Duque d’Alba e da Inquisição espanhola nos Países Baixos. De uma população de oito milhões de almas, sete milhões se debatem sob os calcanhares do invasor. E’ um povo inteiro, a quem se tirou o pão, condenando à morte pela inédua os que escaparem à morte pelo ferro: os moleiros, os mineiros, os ferreiros, porque os moinhos, as minas e as forjas não trabalham; os mercadores e caixeiros, porque os bancos e lojas fecharam; os tipógrafos, jornalistas e escri-

tores, porque não ha mais imprensa; o pessoal das ferrovias, porque as vias ferreas ou pararam ou estão ao serviço dos invasores; os funcionarios, porque não pode haver administração, nem orçamento. A mão da conquista passou por ali depredando e arrasando, esvaziando e removendo, extorquindo e remetendo às arcas e às coleções, aos estabelecimentos e aos tesouros de além-Reno as máquinas e os estoques, os valores e as preciosidades, a materia-prima e as obras de arte, o dinheiro e os mantimentos, para depois argüir de ociosidade o povo laborioso que espoliou, e reduzi-lo, deportado, ao mais cruel dos cativeiros nas lavouras e fábricas d'armas alemãs, onde o seu trabalho vai sustentar o inimigo, e dar-lhe soldados”.

Com a bravura de um apóstolo do bem, demonstrando conhecimentos admiráveis de Historia Universal, provando que acompanhava passo a passo a marcha do conflito, exprimindo sinceramente o que lhe conturbava o íntimo generoso e fraternal, espalhando exuberantemente o pensamento florido de imagens que extravazava em vernáculo purissimo, em frases cheias de um encanto todo especial no manejar perfeito, elegante e casto da lingua portuguesa, sem fazer alarde da pujança de sua oratória que espontanea e sugestivamente brotava com o que dizia, Rui filosofou, interpretou e historiou os acontecimentos: — “Grande e soberana medicina! Ao passo que todos os outros remédios, todos os outros sistemas de curar, na ciencia humana, tendem constantemente a suavizar-se, aliviando a triste condição dos pacientes, só a medicação das armas, pelo que se vê, pelo que se acaba de ouvir, pelo que anunciam os seus mestres, se preza de ser cada vez mais amarga, mais dolorosa, mais sangrenta, mais cruel. Quanto mais se civiliza o gênero humano, mais se alonga da civilização esta cirurgia atroz. Quanto mais professam o horror da violencia as instituições modernas, mais se impregna de violencia a moderna guerra. Quanto mais a brutalidade se elimina de todos os costumes entre as criaturas racionais, mais a guerra se apascenta, se sacia e se desvanece da sua brutalidade. Numa palavra: São dois elementos que se desenvolvem na razão inversa um do outro; quanto mais se civiliza o gênero humano, mais a guerra se desciviliza. Não sou eu que o digo: são os intérpretes militares da consciencia alemã, quando ensinam que a guerra hoje “demanda muito mais violencia e brutalidade muito maior do que outrora”.

“Estava . . . materialmente descoberto o plano de incomensurável gigantez, que devia encerrar o mundo nos tentáculos da potencia universal: a França remutilada; a Belgica absorvida; subjugada a Inglaterra; dominados os Balcãs; a Turquia protegida; a Russia, de mãos e pés atados pelo Báltico e pelo Mar Negro, para o desmembramento projetado. Daí a marcha para o Egipto, a Persia e a India, a desorganização do Imperio Britânico, o assalto aos Esta-



dos Unidos, agora mesmo já ensaiado na tentativa de arremessar contra eles a República Mexicana, o levantamento certo, infalível, já pronto, da Alemanha brasileira e com a sua proclamação, aberto o caminho e transposta a maior dificuldade para a absorção ulterior da América do Sul, desde as colônias do Paraná até ao cabo Horn, no bôjo do colosso”.

No final da conferencia, em cujo decorrer bradara um alerta contra o perigo alemão dentro do Brasil, fato que vimos confirmado na Segunda Grande Guerra, entoou um hino de respeito, de amor e de gratidão à Cruz Vermelha: — “Os olhos da humanidade borbotaram lágrimas santas: e, do chão onde elas caíram, do chão onde se refletia o madeiro do Gólgota escorrendo em sangue vivo, desse chão, onde a cruz se avermelhava através do morticínio, estendendo-se ao longe, infinita, na dolorosa melancolia dos campos de batalha, em busca dos mortos e feridos, se viu surdir, pulular, recrescer outro exército: o exército das ambulancias, dos hospitais, das obras pias, o exército dos levitas, dos médicos, dos enfermeiros, das mulheres sagradas, socorro dos que padecem, consolo dos que agonizam, alegria dos que revivem, luz dos que cegaram, arrimo dos que entrevereceram, salvamento dos que naufragaram, refugio dos que sobrenadam sem pais, consortes ou amigos; o amavel exército do bem, o exército da cruz, a multidão inumeravel dos herois do hábito immaculado, onde refulge o signo do Salvador, trocada a cor do luto na da chama ardente em que se abraça a piedade”.

“Esta luta da piedade com a crueldade nos dá uma visão celeste no espetáculo tenebroso da guerra. Onde uma cava as suas tumbas, a outra ergue os seus berços. Onde uma ruge maldições, a outra entoa bençãos e preces: Onde uma irrompe com a dor, a miséria e o desespero, a outra se assenta com a esmola, o carinho e a esperança. Onde uma lacera, sangra e trucida, a outra alivia, estanca e sara. Onde uma passa, no turbilhão da ira, alastrando o solo de mortos, abandonando cadáveres e feridos, na inclemencia do tempo, ao pasto de lobos e abutres, a outra acode, na visita da compaixão, dando aos defuntos o jazigo, o penso aos feridos, aos doentes a cura, aos salvos a convalescença”.

“Esta a verdadeira cruzada, a realmente digna de tal nome; pois aí a cruz não desmente a cruz, não renega o Crucificado, não se associa à obra de matança, não a prega, não a guia, mas antes, se se ensopa no sangue da guerra, não é senão para o enxugar e lhe mitigar a ela a impiedade”.

Não acham admiravel essa revolta de um coração bondoso expressada em frases vincadas pela beleza de uma intelligencia de escol? Luis Barthou, membro da Academia Francesa, asseverou: “O drama de 1914 arrancou a Rui Barbosa um brado que vinha da propria Historia. A França nunca esquecerá o que ele disse nem

o que ele fez. A clarividente testemunha proferiu, sem odio nem temor, a sentença da consciencia humana”.

\* \* \*

Quantas outras conferencias, quantos outros discursos e orações poderíamos analisar? Muitos, muitos, sem duvida: — a conferencia pronunciada no 26.º aniversario da Sociedade Propagadora das Belas Artes, o discurso saudando Anatole France, na Academia Brasileira de Letras, o Decenario de Castro Alves, a serie dos “Novos Discursos e Conferencias”, reunidos em volume de quase quinhentas páginas por Homero Pires em 1933, o discurso das comemorações do Centenario de Pombal, onde a par de amplos conhecimentos das historias de Portugal e da Companhia de Jesus, Rui revelou-se perfeito biógrafo, além de acurado genealogista. Não temo afirmar que a figura de Rui como historiador, como conhecedor do passado humano e da evolução dos povos, daria material para alentado estudo. Freqüentes são as citações de passagens das historias grega e romana, da egipcia e da babilônica; constantes as referencias sobre a Idade Media, a Renascença, e os Tempos Modernos. Não raro, surgem exposições, críticas e interpretações de acontecimentos na França, na Inglaterra, na Espanha, em Portugal, na Italia, na América Espanhola e nos Estados Unidos.

Dedicado estudioso de historia, anotou, aos pés de página, a obra de Benjamin Franklin, composta de dez volumes. Era leitor assiduo de Irving, de Bancroft, Motley, Parkman e Prescott. Conhecia o pensamento dos fundadores e dos consolidadores da república estadunidense. Eram-lhe familiares a famosa “História do Povo Americano”, de Woodrow Wilson, e os livros de crítica histórica elaborados por Charles Beard e Mac Masters.

Das obras que analisaram a vida pregressa do Brasil, sempre conservou um manejo constante. Além de ter interferido diretamente em nossa Historia, deixou-nos uma visão ampla dos momentos vividos pelo País durante as varias décadas em que ele proprio atuou não só na vida nacional mas tambem em acontecimentos internacionais. Tendo sido fator integrante, argumento poderoso que ajudou a construir a Historia do Brasil de sua época, descreveu os sucesos em que tomou parte, ou os que presenciou; explicou-os e interpretou-os facilitando assim a tarefa dos atuais historiógrafos. E já que falamos em historia, num cenáculo como o nosso Instituto, cujo principal escopo é o culto ao passado, não será demais repetirmos a sincera opinião exarada sobre Rui por um dos maiores historiadores do Brasil, o nunca assaz louvado Capistrano de Abreu que externou com imparcialidade a impressão sobre o já então celebrado contemporaneo: “E’ simples, bem educado. Não gosta de conversa comprida. Disse-me um dos seus íntimos que só se expan-

de à hora do jantar. Nunca fui à sua casa. Acorda muito cedo, às quatro horas. Às dez horas da noite adormece. Não fuma, não bebe; vive ou pelo menos procura viver dos rendimentos da vida, sem atacar o capital, disse uma vez. Por isso é mais forte do que ha vinte anos atrás”.

“Sua biblioteca anda por algumas dezenas de milhares de volumes. Em certas prateleiras ha três carreiras de livros: dizem que é capaz de ir no escuro tirar o volume que deseja. Tem verdadeiro amor de bibliófilo aos livros. Durante o governo provisório emprestou-me um todo encapado, o que me obrigou a comprar tela inglesa para reencapá-lo. Hoje não empresta mais”.

“Seu pai era inteligencia superior, orador distinto, médico, se não estou enganado bilioso, brigador. Viveu, morreu pobre. Tinha grande conhecimento da lingua, incutiou-o no filho. Ouvi que estudante, antes de lavar o rosto, por conselho dele, Rui lia algumas páginas de Camilo; deve ter concorrido para dar à sua inteligencia uma feição prussiana, sempre mobilizada, prestes a partir em guerra ao primeiro toque de corneta”.

“A sua força é igual na escrita e na oratoria. Se os seus discursos proferidos agora na campanha presidencial forem reunidos em folhetos hei de mandar-lhos. Já pronunciou dois, parece que fará mais três. Leva-os escritos: verá de que esforço é capaz em menos de dois meses”.

“Seu vocabulario é ilimitado. Creio que terá compilado para uso próprio um vocabulario analógico, e, se o desse à luz, seria a mais util de suas composições. Escreve às vezes uns artigos orquestrados que impressionam. Os neologismos em que às vezes incide parecem nascer com varias gerações. Ouvi-o falar bem duas vezes: uma numa conferencia abolicionista, que durou mais de uma hora, outra, poucos minutos. Hoje não me abalo para ouvi-lo, não me agrada a voz”.

“Cultura filosófica parece não possuir. Para ele a filosofia reduz-se à logica e à dialética. Sua dialética é feroz. Nunca tinha ouvido falar no nome dele, quando ainda no Ceará li um artigo dele assinado. Continha poucas linhas, mas nunca mais pude esquece-las. Disse-lho uma vez, e ficou lisonjeado: gosta de elogios, e recebe-os com modestia” . . . “Hoje ganha centenas de contos, e dizem que talvez nada venha a deixar. Tirando os livros e as roupas, que usa sempre dá melhor, sem janotismo, é simples. O bom chefe de familia, disse uma vez no senado, é o que gasta mais com a familia que consigo”.

\* \* \*

Infelizmente, pela exigüidade do tempo, somos obrigados a deixar de lado toda uma serie de discursos referentes aos mais diversos assuntos, abordando variados problemas, abrangendo pon-

tos de capital importancia para a vida brasileira no terreno social, político, econômico, administrativo, financeiro, educacional, agrícola, histórico, além de tantos outros prismas através dos quais analisou, apurou, verberou, aconselhou, estimulou e coordenou os homens, as idéias, os sentimentos, as forças do Brasil. Cada um dos discursos e cada uma das conferencias de Rui merece de per si toda uma noite de comentarios e de evocação. Uma de suas mais belas produções é a famosa "Oração aos Moços" que, a pedido de Rui, já doente e encanecido, foi lida pelo Professor Reinaldo Porchat em 29 de março de 1921, na colação de grau dos bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo.

Em frases refertas de doçura, tornou efetiva a sua presença naquela festa estuante de mocidade e de esperanças: "Tão pouco medeia do Rio a São Paulo! Por que não conseguiremos enxergar um e outro cabo numa linha tão curta? Tentemos. Vejamos. Estendamos as mãos entre os dois pontos que a limitam. Rápida como o pensamento, corre a emanção magnética desta extremidade à oposta. As mãos já se encontraram. Já num aperto se confundiram as mãos, que se procuravam. Já, num amplexo de todos, nos abraçamos uns aos outros. Em São Paulo estamos. Conversemos, amigos, de presença a presença".

Na "Oração aos Moços", ha um trecho tão profundo de saber, tão rigoroso de lógica, tão rico de ensinamentos, tão expressivo na longa meditação que revela, meditação quase derradeira naquela grande vida, que não podemos furtar-vos em ouvi-lo: "A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo não dar a cada um na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem".

"Esta blasfemia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miseria, proclamada em nome dos direitos do trabalho; e, executada, não faria senão inaugurar, em vez da supremacia do trabalho, a organização da miséria".

"Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho".

"Os portentos, de que esta força é capaz, ninguem os calcula. Suas vitorias na reconstituição da criatura mal dotada só se comparam às da oração".

Esboçando diretrizes, amparando os que no início da existência se vêem desprovidos de recursos, dizia: — “Ninguém desanime, pois, de que o berço lhe não fosse generoso, ninguém se creia mal-fadado, por lhe minguaem de nascença haveres e qualidades. Em tudo isso não ha surpresas, que se não possam esperar da tenacidade e santidade do trabalho”.

Quanto estímulo não encerram essas palavras do sábio parainfo: “Mas, senhores, os que madrugam no ler, convem madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciencia alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas idéias proprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação, por que passam, no espirito que os assimila. Um sabedor não é armario de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas”.

Os bons conselhos emanavam em profusão: “Se cada um de vós meter bem a mão na consciencia, certo que tremerá da perspectiva. O tremer proprio é dos que defrontam com as grandes vocações, e são talhados para as desempenhar. O tremer, mas não o descorçoar. O tremer, mas não o renunciar. O tremer, com o ousar. O tremer, com o empreender. O tremer, com o confiar. Confiai, senhores. Ousai. Reagi. E haveis de ser bem sucedidos. Deus, patria e trabalho. Metei no regaço estas três fés, esses três amores, esses três signos santos. E segui, com o coração puro. Não hajais medo a que a sorte vos ludibrie. Mais pode que os seus azares a constancia, a coragem e a virtude”.

“Muito vi em cinqüenta anos. Mas o que constitui a experiencia, consiste menos no ver, que no saber observar com clareza, com desinteresse, com seleção. Observar, deduzindo, induzindo, e generalizando, com pausa, com criterio, com desconfiança. Observar, apurando, contrasteando, e guardando”.

Mostrando aos jovens bachareis o que significam justiça e injustiça, apontando-lhes as virtudes, as qualidades e os méritos exigidos de todos os que, em nome da lei, distribuem justiça — os magistrados, — ou em nome da justiça reivindicam a lei — os advogados, — emitiu a assertiva: “Por derradeiro, amigos de minha alma, por derradeiro, a última, a melhor lição da minha experiencia. De quanto no mundo tenho visto, o resumo se abrange nestas cinco palavras: “Não ha justiça sem Deus”.

O velho e experiente mestre do Direito assim finalizou a sua oração aos moços, aos novos defensores do Direito: “Mãos à obra da nossa reconstituição interior; mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais; mãos à obra de substituir pela verdade o simulacro político da nossa existencia entre as nações. Trabalhai por essa que ha de ser a salvação nossa. Mas buscando salvadores. Ainda vos podereis salvar a vós mesmos

Não é sonho, meus amigos: bem sinto eu, nas pulsações do sangue, essa ressurreição almejada. Oxalá não se me fechem os olhos, antes de lhe ver os primeiros indícios no horizonte. Assim o queira Deus". Este periodo encerra uma lição de civismo, de nacionalismo, de fraternidade e de patriotismo. Ainda em nossos dias, quando a Pátria tanto necessita dos esforços e do trabalho esclarecido de seus filhos, nessa turbulenta e agitada metade de século vivida pelo mundo, mais do que nunca deve ser ouvido o apelo de Rui em favor do Brasil, acossado pelo perigo que vem do exterior e tambem assolado pelas forças fatídicas do mal que vem emanando do seu proprio seio, graças à disseminação de doutrinas extremadas.

A bellissima "Oração aos Moços", cinzelada quase no fim da vida, prova cabalmente que a intelligencia de Rui não sofreu decadencia apesar da idade. A doença do aparelho circulatorio que, durante anos seguidos, o atormentou, impôs-lhe tão somente um certo repouso na produção, o que não impediu, porem, a elaboração de conferencias, discursos, artigos de jornal e trabalhos juridicos estuantes de lucidez, de idéias fecundas e de um alevantado idealismo.

\* \* \*

O sucesso de Rui conferencista prendia-se em grande parte aos seus dotes oratorios: veemencia, riqueza de idéias, manejo perfeito da lingua falada e escrita, conhecimento profundo dos assuntos que abordava, harmonia de raciocinios para chegar à conclusão. As assertivas emitidas mostravam-se claras, inatacaveis, já explicitas pela demonstração que fizera. Desde os primeiros discursos — o de colegial no Ginásio Baiano, e o de acadêmico, ao saudar José Bonifacio, o moço — como bem o disse Constancio Alves, desde aquele significativo noviciado, "A sua vocação de orador amanhecia à luz promissora de futuras horas esplendentes. Anunciava-se por aquela claridade incipiente uma individualidade já com os seus traços característicos, o feitio do seu estilo, o modelo do seu periodo".

Outro conceito sobre Rui, que não podemos esquecer, é o de Afranio Peixoto: — "E por isso, por isso que de tudo quanto amou e serviu, amou e serviu mais que tudo a alma de sua Pátria e de sua raça, a sua lingua, bem haja sua memoria de paladino de todos os oprimidos — escravos, prisioneiros, exilados . . . apóstolo infatigavel de todas as reivindicações — pela liberdade, pela justiça, pela fé . . . que tornou suas idéias e nossas causas sagradas e vitoriosas, pela divina forma que lhes deu, seduzindo a convicção pela arte, ganhando a razão pela beleza".

De todas as conferencias de Rui, sobressaem a força do cultor das letras, a erudição de um estudioso quotidiano, o veio pujante do artista da palavra, do perfeito cinzelador da frase, de um esteta do vernáculo, mas, se houve algum que merecesse o epíteto de luta-

dor, esse alguém foi indiscutivelmente Rui Barbosa. A ampla envergadura da sua personalidade possibilitou-lhe expandir as energias de um batalhador, de um homem que, tendo nascido pobre, enfrentou as dificuldades econômicas, venceu-as e sobrepujou-as, saldando dívidas paternas — para ele sagradas — gesto nobre que desde a entrada na vida profissional, mais dignificou o advogado, o defensor da lei e do direito.

Saldar as dívidas paternas foi das primeiras batalhas ganhas logo após a formatura e das mais gloriosas da vida de Rui. Ao depois, vieram outras lutas também encarniçadas, e talvez mais arduas. Pouco a pouco enrijeceu a fibra de lidador, retemperou energias, conseguindo transformar-se em poderoso bastião onde se acrisolaram a fé, a justiça, o amor ao direito, o ideal de pátria, um sonho e uma certeza de liberdade humana. A esses méritos de valente gladiador juntara a valia do homem de pensamento.

Rui bem compreendeu essa característica da sua personalidade, essa união entre o lutador e o homem de letras, entre o atleta e o mestre, ao afirmar: “Uma existência vivida assim nos campos de batalha, tecida assim, toda ela, dos fios da ação combatente, não se desnatura da sua substância, não se desintegra dos seus elementos orgânicos, para se apresentar desvestida e transmutada naquilo que ela tem menos, na mera existência de um homem de letras, como quer que se encare boa ou má, é a de um missionário, é a de um soldado, é a de um construtor. As letras nela entram apenas como a forma da palavra que reveste o pensamento, como a eloquência que dobra o poder das idéias, como a beleza aparente que reflete a beleza interior, como a condição de asseio que lhe dá clareza às opiniões, que as dota de elegância, que as faz inteligíveis e amáveis”.

A voz de Rui ainda ecoa pelos confins do Brasil, enchendo os ares patrios com a sua vida, as suas sugestões, a sua intrepidez, a sua dedicação em defesa de fracos e oprimidos, de leis e de instituições, de sentimentos e de ações nobres, do que é puro, bom, sublime, afetivo ou fraterno nas relações e nas realizações humanas.

A eloquência de Rui Barbosa, os seus incomparáveis dotes de conferencista, permitiram-lhe pregar e realizar, no seu tempo, uma verdadeira cruzada. Hoje, restam-nos as suas lições de um grande amor, de um acendrado devotamento pela causa pública, pelo homem, pela família, pelo ideal e pela pátria. A esses méritos, está vinculada a arte sublime e quase divina de falar aos corações, de fazer as almas vibrarem, incitando-as a entoar em uníssono, sem uma falha, sem uma nota discordante, o hino santo que todos os povos elevam às amplidões celestiais agradecendo a Deus a graça especial que é o direito de se poder viver em liberdade.

## ÁLVARES MACHADO

AMADOR FLORENCE

“É imensa, por certo, minha vontade de ser agradável ao auditorio, corresponder às suas esperanças e, falando de Álvares Machado, estar à altura de o não desmerecer. Sei que o encargo me é sobremodo pesado, que a empreitada, por si só, se alteia muito e coloca-se numa tal eminencia que todo o meu esforço será possivelmente vão. Ha, contudo, uma convicção que me domina e conforta: — eu não seria da minha gente se fugisse, no embate, ao primeiro óbice. Isto dito, perdão para as minhas falhas, que a sinceridade com que vos falo certamente em parte ha de atenuá-las.

É hesitante, compreensivelmente hesitante que me aventuro a falar nesta noite de tanta significação para nós outros, porque me assalta o receio de ser levado ao pelourinho da imodestia; senão isso, propriamente, pelo menos a acusação — que no caso seria injusta — de faltar-me com glorias ou gloriolas de que, em parte, sou legatario direto. Mas o que canto são os feitos dignos de um homem que engrandeceu sua gente e sua terra, deixando, seus feitos na vida pública, de ser patrimonio de somente seus sucessores para estenderem-se a toda a nossa coletividade provinciana e irem, mesmo, espraiar-se por todos os mais distantes rincões da Patria.

Patrimonio de todos nós, sem exceção, gloria de todos, tem que ser exaltado, por mim ou por outrem, nesta casa de desinteressados obreiros de nossas tradições — aqui onde se ergue, permanente, o altar do culto aos fastos e coisas grandiosas de nossa terra.

Não faz muito, crítico dos mais impiedosos e mordazes de nossa geração, disse que uma boa parte da Historia do Brasil está ainda por fazer, enquanto o restante necessita refazer-se a fim de que ambos venham a constituir um todo, que seja repositório de fatos, coerentemente aferidos e enunciados e da análise, coordenação e interpretação desses fatos se realize aquilo que corporifique realidade indiscutível, de sorte que tudo tenha uma significação. Esse o conceito do crítico.

A vida de Álvares Machado, senhores, não tenho receio de afirmar, constitui uma significação e é, inequivocamente, por si mes-



ma, alentado e indiscutível capítulo veraz da Historia do Brasil. E o é com lustre, muito brilho, muita gloria para a terra do Planalto.

Não toca a mim, é evidente, encabeçar uma insurreição contra esse rigorismo que é injusto, e menos verdadeiro, mas não posso silenciar ante a afirmativa porque são sem conta os que, nesta casa e fora dela, vêm fazendo e fazem a verdadeira Historia do Brasil, com toda a honestidade, com absoluta probidade, destacando-se à frente dos que formam a falange de abnegados batedores de poeira dos arquivos, essa figura inconfundível de Afonso de Escragnole Taunay, o *primus inter pares*, nome que declino sempre com profunda veneração — nume tutelar das coisas e fastos do Brasil e principalmente de São Paulo, ha pouco colocado, pela insuspeita Sociedade Americana de Historia, entre os dez maiores historiadores contemporaneos de todo o mundo, o que constitui situação especialissima para nossa terra no concerto intelectual de todos os povos.

Mas, concordando ou não conosco o crítico, vamos recapitular, com probidade que ninguem nos negará, um trecho de vulto da Historia do Brasil, escrito por Álvares Machado com sua patriótica existencia, e trecho que é da melhor historia, queiram ou não.

Não importa que o expositor seja um bisonho, desses que o cronista não subserviente do século XX aponta como culpados de distorsões dos fatos reais, nem que a exposição, por descolorida, se torne enfadonha e desgraciosa, exigindo dos pacientes ouvintes incomensuravel pachorra para ouvi-la, porque alinhamos aqui tão somente o resumo de toda uma vida digna do homem, digna de seus concidadãos, digna da propria Patria.

Mas o fato, senhores, é que, como em tudo o mais, ha historiadores e historiadores... ou contadores de historias! Eu, por certo, me ponho entre estes, porque, na realidade, tratar da personalidade do porte de Álvares Machado, paulista que foi imensamente grande para o Brasil de seu tempo, é tarefa que desencoraja até os mais afoitos; e, não fôra a necessidade indeclinavel da presente rememoração — que é o inicio da paga do tributo que devemos, todos, aos que nos alicerçaram a nacionalidade e a soberania, por seus feitos, por seus cometimentos, por suas realizações e, acima de tudo, por seus desprendimentos — não estaria eu, neste instante, a vos apoquentar, roubando-vos precioso tempo. Esforçar-me-ei para, ao menos, em saindo desta sala que é nobre por sua propria condição e porque todas as nossas mais nobres tradições aqui merecem culto e aqui se cantam, possais convencer-vos de que não foi pecaminoso o perdão que hei de receber...

Já o disse um apologista de personalidades ímpares, que o momento justo e verdadeiro em que nos convencemos de nossa pequenez, da nossa insignificancia, do nosso nada, enfim, é precisamente



*Nosso consocio Amador Bueno Machado Florence pronuncia, na noite de 4 de julho de 1946, no salão nobre do Instituto, a primeira conferência sobre o grande paulista Álvares Machado.*

quando temos de estudar, analisar, focalizar e apontar como paradigma de nossas atitudes, como elemento servidor de conduta dos contemporâneos, os grandes vultos do passado. Pois é essa, justamente, a dificuldade em que me vejo, a situação embaraçosa em que me encontro, a infinita pequenez que em mim percebo, eis que muito me arreceio de desacertos e, mais ainda, muito temo vossas justas recriminações.

Se me ajuda, de um lado, a coragem e, de outro, me entibia compreensível temor — dos extremos vou-me distanciar convenientemente, que no meio está a virtude — e mãos à obra, soe o que soar . . .

Era de feitio bem diverso do de hoje a gente paulista de cento e cinquenta anos passados, fins do século XVIII, quando os anseios de liberdade não mais podiam ser contidos nos corações de nossos avoengos e a colonia — situação política de permanente espeznhamento — se avizinhava celeremente do ocaso. As rebeldias, porque as ordens emanadas da Metrópole eram, no geral, de humilhação, espoucavam repetidamente, por quaisquer motivos e até por motivos nenhuns. Não se contando as revoltas de quase todos os dias, na terra de Nóbrega e Anchieta, em face das ordens régias, alvarás, disposições, leis, regulamentos e usanças que Lisboa para cá despejava sempre aos chorrilhos — fatos que os “Anais da Câmara”, o “Registro Geral” e os “Documentos Interessantes” copiosamente focalizam — outros movimentos de maior tomo tivemos no país, entre eles a aclamação de Amador Bueno — ancestral de nosso homenageado — e a sedição de Felipe dos Santos, página negra, dos fastos coloniais.

Se, acaso, eram circunscritos quando ainda pequenos, abafados quando crescidos e verdadeiramente vencidos quando maiores, nada conseguia fazer que a justa fermentação libertária se aplacasse. É assim que teríamos, ainda, a Inconfidencia Mineira com o sacrificio sublime de Tiradentes, a sublevação pernambucana, as varias sortidas do Norte e do Nordeste, todas bem distanciadas do movimento de Bequimão, antes que nos raiasse o sol de 1822, aos 7 de Setembro.

Pois foi nesse ambiente de franca rebeldia e de incontido anseio de liberdade, e nas vésperas do sacrificio heróico de Tiradentes, a 21 de Dezembro de 1791, nesta leal cidade de São Paulo de Piratininga, à antiga rua do Quartel, hoje XI de Agosto, em casa terrea de longos beirais, porta central e quatro janelões azuis — que tivemos, ainda menino e mostrada por nosso Pai, a ventura de conhecer — que veio ao mundo Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, conduzido por bom fadario, é certo, que grandes, imensos, foram os seus serviços em bem da terra e do povo, na diuturna campanha que a si proprio se impôs, em favor da liberdade humana, a que

sempre se deu e constituiu, a bem dizer, quase a razão de ser de sua relativamente curta existência, pois entregava a alma ao Criador, na cidade do Rio de Janeiro, no convento de São Bento — onde de comum se hospedavam os parlamentares, que hotéis não eram de costume ao tempo — no dia 4 de Julho de 1846.

Este centenário, o primeiro de seu falecimento, é que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, guardião fiel de nossas mais caras tradições, solenemente comemora neste momento.

Alvares Machado — como se tornou mais conhecido em sua proveitosa vida pública — era filho legítimo do cirurgião-mor Joaquim Teobaldo Machado e Vasconcelos e D. Maria Bueno, descendendo, como dissemos, em linha reta de Amador Bueno, o “Aclamado”.

Seus estudos preliminares certamente foram feitos no recesso do lar, como era hábito ao tempo e quando não contava a cidade colonial com educandários à altura do sistema pedagógico moderno e, em seguimento, possivelmente com os frades dos três conventos que se espelhavam nos três vértices da colina anchietana — São Francisco, Carmo e São Bento — pois nestes mosteiros é que os jovens recebiam, de entabacados e ríspidos emburelados, algum conhecimento mais substancial de latim, de retórica e de ciências mais elevadas.

Ao depois disso, estudou medicina com o genitor — que isso sabemos bem por constar de documentos de casa — indo praticar cirurgia na Legião de Voluntários Reais, como ajudante de cirurgião, não só para aprimorar seus conhecimentos científicos ante as preleções que religiosamente ministrava aos assistentes o dr. Mariano José do Amaral, cirurgião-mor das tropas da Capitania, como, também, para poder praticar na enfermaria do Hospital Militar, que funcionava ao lado do quartel, na mesma rua onde nascera e quase em frente sua morada, aquele velho casarão apalacetado, com um corpo maior ao centro, que ocupava toda a área onde hoje se ergue o majestoso Palácio da Justiça — conhecido e lembrado por muitos de nós aqui presentes e que vamos, já, caminho vencido da segunda metade da existência.

Ha os que supõem, aliás enganadamente, que ao tempo da Colonia, quando não existia ainda ensino superior em caráter regular no Brasil, o rei galardoava com títulos mais ou menos bombásticos os que entendiam da arte de curar — como o de cirurgião, — procedendo essa distribuição de honrarias pelo sistema que, muito posteriormente na Guarda Nacional dos tempos republicanos se adotou, pitorescamente, desvirtuando de forma integral esta valente organização que tantas páginas de imorredoura glória inscreveu em nossa história militar. Não, tal não acontecia, absolutamente, e os cirurgiões da terra, salvo exceções, somente poderiam

exercer a profissão depois de devidamente licenciados e inofensivamente examinados perante rigorosas bancas. Estas funcionavam nas capitais, compostas, sempre, de titulados vindos do Reino e diplomados na Real Universidade ou, então, muitos outros até providos da de Paris.

No Rio de Janeiro chegou, mesmo, a funcionar incipiente Escola Médica Colonial, superintendida pelo notavel profissional, conselheiro dr. José Correia Picanço, precisamente o que firma os diplomas médicos de Álvares Machado, documentos que são carinhosamente guardados no arquivo da família. Não foi, o nosso homenageado, apenas médico e cirurgião, mas também farmacêutico, como faz certo certidão de exame prestado no Rio, hoje ainda existente e pela família guardada, com a circunstancia de ser de teor detalhado, com minucias exuberantes do ato, inclusive a nota, dada em latim, como de praxe. Era, portanto, um sequioso do saber.

Lin Yutang, com a precisão fria do oriental, citando a verdade inegavel do conceito de Tchuangtsé — “Minha vida é limitada, e o conhecimento não tem limites” — afirma que a busca do conhecimento é, afinal, como a exploração de um novo continente, ou “uma aventura da alma”, como diz Anatole France, e ha de ser um prazer em vez de converter-se em tortura se se mantem o instinto de exploração com um espírito aberto, curioso e aventureiro. A aquisição do conhecimento não atinge a ninguem mais a não ser ao proprio interessado — mas, ajuntamos, beneficia a seu semelhante quando ha a preocupação de fazer o bem, empregando-se a sabedoria em proveito da comunidade humana e não somente no interesse egoístico de si proprio.

Porem, se o conhecimento, para ser verdadeiro e honesto, deve depender do individuo, de sua vontade, do seu desejo de luzes, da ansia do saber, o humano será que, conseguido ele, não se entesoure, não se feche, não se insule no cérebro do iluminado, mas se alie ao proprio coração e vá, em missão perfeitamente fraterna, sem egoísmos reprováveis, produzir o bem entre os homens, como o fez nosso biografado.

Álvares Machado exerceu a medicina em Itu, primeiramente; em Porto Feliz, onde foi grande e respeitado chefe liberal; em Campinas, onde estabeleceu moradia definitiva e na Côrte, onde passou quase três lustros no desempenho do mandato de deputado por São Paulo à Câmara Imperial.

Em 1819 ao tempo ainda do reinado de D. João VI, mereceu deste culto soberano as honras de cirurgião-mor do 1.º Regimento, sendo sua carta patente contra-assinada pelo reputadíssimo Picanço.

Ao que se sabe — e isso mesmo em virtude de precioso manuscrito de Hércules Florence — a primeira demonstração da capacidade profissional de Álvares Machado registrou-se em Santos, quan-

do ele contava apenas dezoito anos e servia no Hospital Militar da vila marítima. Mas, ouçamos o testemunho do sabio francês que mais tarde viria a desposar Maria Angélica, a única filha do grande paulista: — “O capitão de um baleeiro inglês pedia com urgencia um cirurgião para um de seus marujos que caíra de um dos mastros sobre o convés e tinha fraturado o cranio. Apresentaram-lhe Álvares Machado, cuja mocidade não lhe inspirou a menor confiança. Mas logo depois, ao ouvir aquele moço lhe falar com ciencia e consciencia da operação que cumpria fazer, e lhe citar os melhores operadores britânicos, ele lhe entregou o marujo, que sofreu a operação do trépano e foi salvo. Maravilhado, o capitão quis levá-lo para a Inglaterra, a fim de o fazer estudar; mas o governo de São Paulo, informado do fato, obstou a sua viagem, chamando-o à capital, sob futil pretexto”.

Tempos passados, talvez um ou dois anos, o baleeiro inglês aporta de novo em Santos, sob as ordens do mesmo capitão, trazendo este, como real presente de Sua Majestade Britânica ao cirurgião paulista que lhe salvara a vida de um súdito, valiosa caixa de cirurgia para casos de urgencia. Conhecêmo-la, em nossa infancia, já bastante desfalcada de seu instrumental.

Mas, o inicio da vida profissional de Álvares Machado deu-se, verdadeiramente, na leal Itu, para onde fôra fortuitamente, sem pretender radicar-se, apenas para escapar à sanção de uma qualquer penalidade militar — e sua ação clínica na vila, segundo o depoimento de velho cronista ituano, Antonio Augusto da Fonseca, no segundo tomo da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, em 1898, foi de tal natureza que, prontamente, provocou os ciumes e ira do velho cirurgião que lá havia, Tomé Jacinto, vulgo “O Zabumba”, porque se lhe escapavam os mais antigos e melhores clientes da terra. A ciumada manifestou-se quando Álvares Machado teve de praticar a primeira intervenção cirúrgica.

Estando escondido das autoridades militares, não dispunha de material para operar uma preta, escrava do pai do cronista, que se queimara em uma perna e apresentava evidentes sintomas de gangrena. Ante a dificuldade — escreve Augusto da Fonseca — disse Álvares Machado a meu pai: — “Eu posso operá-la, mas não tenho os ferros precisos; se o senhor pedir os do “Zabumba”, eu o farei”.

O pedido foi feito, prestamente, mas o enciumado médico respondeu com maior presteza: — “Quem é cirurgião tem ferros; os meus são para o meu uso; não os empresto”.

Recusa tão intempestiva quanto imperativa, fez que Álvares Machado acorresse em busca do mestre-ourives Tomás da Silva Dutra — tronco dos célebres Dutras, artistas ituanos que chegaram aos nossos dias e ainda enriquecem as belas-artes brasileiras — e, juntamente com este proveccto artezão, trabalhou o dia todo na fa-

bricação dos ferros de que necessitava e, com eles, somente à noite conseguiu operar a infeliz escrava, o que fez com absoluta e rara perfeição, mas não lhe foi possível salvá-la, que a demora prolongada de cerca de dez horas fizera que a gangrena subisse e tomasse toda a coxa da paciente.

Antonio Augusto da Fonseca diz ter sido esta a primeira intervenção cirúrgica, de importancia, do grande médico paulista. Em Itu, é possível que tenha sido, na realidade, que outras não eram, ainda, do conhecimento do cronista, mas, como vimos, já aos dezoito anos ele fizera, com inteiro exito, uma trepanação em Santos.

É geralmente sabido que, na profissão, Álvares Machado mais se notabilizou no ramo da oftalmologia, vindo a ser grande oculista, com a circunstancia de ter sido o primeiro a operar a catarata no Brasil e mesmo em todo o continente americano, chegando a anteceder, até, o célebre Antonmarchi, oculista itinerante nas Américas do Norte e Central, por onde andou cerca de dois anos, isso depois de ter sido médico de Napoleão I, em Santa Helena.

Tratando da vida profissional de Álvares Machado, um dos seus biógrafos, também oculista de nomeada, dr. Ataliba Florence, falecido vai para uma duzia de anos, em memoria apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Oftalmologia, declarou: "Foi sempre um estudioso e nunca abandonou a medicina. Mesmo no Rio, quando deputado, ele era continuamente consultado e fazia operações de alta cirurgia, principalmente de olhos, como nos mostram cartas de clientes dele que ainda guardamos, p. ex., uma do Marquês de Paranaguá e uma longa do célebre orador sacro Frei Francisco de Mont'Alverne. Na primeira página, este fala dos méritos de Álvares Machado como político liberal e autoridade em questões sociais e, na segunda, dos seus proprios incômodos de olhos". Nós outros, de nossa parte, não querendo cansar a assistencia com a longa carta de Mont'Alverne, precioso documento da familia, limitamos a adiantar que o grande tribuno, a quem Álvares Machado conseguira restituir a vista por algum tempo, lamentava a ausencia do emérito paulista, retornado a São Paulo em ferias parlamentares, dizendo ter a certeza de voltar à cegueira porque, para ele, "não existem no Rio de Janeiro médicos e remedios".

A primeira operação de olhos feita pelo insigne oculista é Augusto Fonseca que noticia: "Havia em Itu um moço pobre e cego ha catorze anos, que esmolava pelas ruas. O audacioso Francisco Álvares examinou-lhe os olhos, reconheceu uma catarata e ofereceu-se-lhe a operá-lo. Foi outra vez ao compadre Tomás ourives e com ele fez um ferrinho semelhante a uma tósca folha de canivete e, com este instrumento, fez uma operação tão perfeita, que este homem, que eu conheci com cerca de 90 anos de idade, morreu sem nunca ter sentido a necessidade de óculos".

O cronista ituano relata numerosos outros feitos do paulista ilustre no terreno da cirurgia e, sobre o ferrinho fabricado especialmente para a operação do ceguinho, conta que, em 1839, ao operar o conselheiro A. F. de Paula Souza, quando preparava os ferros, mostrou-lhe o instrumental, dizendo: — “Já vos mostrei todos, menos um que, entretanto, me é mais precioso”. E tirou dum canto da caixa um ferrinho tosco e, mostrando-me, dizia: “É o ferro que o meu compadre Tomás ourives fez e com o qual operei os olhos do Silva. É uma recordação da minha primeira operação de olhos e do meu compadre e amigo”.

Quanta singeleza nas palavras do grande profissional, principalmente referindo-se com tanto carinho ao amigo que o auxiliara a salvar desinteressadamente a vista de um pobre mendigo. E quanta modestia, também! Eram bem diferentes os homens de ontem, fazendo questão de se apresentar pequenos, diminuídos, imperceptíveis, mesmo quando maiores eram por suas qualidades, atos, atitudes e conhecimentos. É certo que não se conhecia ainda, nem era usado na larga escala de hoje, isso que é atributo quase comum — o cabotinismo . . .

As ações de Álvares Machado, desde sua juventude, em prol da humanidade, em bem do homem, determinadoras de sua exata compreensão do ensinamento evangélico — “Ama a teu próximo como a ti mesmo” — dão-nos a realidade precisa do seu veso humanitário, em todas as situações da vida, ao mesmo tempo que nos convencem de que o brasileiro jamais refugiou ao individualismo democrático, base cristã da sociedade humana.

Álvares Machado, com inequívoco desprendimento, fez pelo homem, por seu semelhante, valorizando-o como criatura divina, superior, em tudo igual a si mesmo, o que devia, enquadrando-se no conceito do filósofo oriental: — “Como ser humano, sou suficientemente egoísta para desejar um temperamento docil e satisfeito para as vacas, que podem ser conduzidas ao pasto ou mata-douro, segundo o capricho humano, com igual magnanimidade e nobreza, motivadas pelo desejo único de sacrificar-se a seu amo. Ao mesmo tempo, amo tanto a humanidade, que não desejo que nos convertamos em vacas. No dia em que as vacas se rebelem e sintam a nossa mesma recalcitrância, ou comecem a agir de modo caprichoso e menos mecânico, então as chamarei humanas. A razão pela qual creio que todas as ditaduras estão erradas é uma razão biológica. Os ditadores e as vacas se dão bem, mas não os ditadores e os macacos” . . .!

E nós, meus senhores, felizmente ainda somos macacos neste Brasil tão sofredor, talvez mais macacos do que todo o resto do gênero humano, aceitando Darwin e quejandos, porque amamos ao próximo, mas jamais os ditadores . . .



Mais um caso de sua vida de médico, que trasladamos do mesmo cronista ituano: "Algum tempo depois (da operação do cego) um fazendeiro de nome Ferraz, que ha anos tinha um ruptura ingüinal, teve esta saida e os médicos Tomé Jacinto (O "Zabumba") e Broxado não puderam reduzi-la e retiraram-se declarando o caso perdido, irremediavelmente.

Francisco Álvares, sabendo disso, foi à casa do enfermo e lhe disse: — "Sr. Ferraz, seus médicos o declararam incuravel; pois eu me atrevo a fazer-lhe uma operação que pode talvez salvá-lo. O sr. pode morrer durante a operação, mas ha probabilidades de bom êxito e eu tenho esperanças. Se o Sr. quer arriscar-se eu farei a operação".

— "Pois se hei de morrer amanhã, que importa que morra hoje? Se tem esperança de salvar-me, faça a operação — respondeu o velho, resolutivo.

O atrevido jovem não vacilou: operou-o imediatamente e, em poucos dias, não só estava são da molestia aguda como tambem estava radicalmente livre da ruptura".

E conclui: — Esta operação foi o seu diploma de cirurgião; ninguem mais duvidava de sua pericia cirúrgica.

Que era um estudioso muito aplicado nas ciencias de Galeno e Hipócrates, não ha negar. Ao falecer, ha um século, de seu inventario constaram mais ou menos trezentos volumes científicos, número elevadíssimo para o tempo, não resta dúvida, principalmente quando sabemos que as bibliotecas particulares de antanho se resumiam na "Historia de Carlos Magno e os Doze Pares de França", e coisas parecidas. A propósito de livros de Álvares Machado, conta uma nossa tia, felizmente ainda viva e já quase octogenaria, que, ainda menina, costumava folhear dois grossos volumes, que muito a interessavam por conterem interessantes gravuras: — um era de botânica, pode afirmar, porque numerosos eram os desenhos de plantas e flores que continha e o outro, que ia compulsando apenas uma única vez e carinhosamente lhe foi tirado das mãos pela vigilante mãe, supõe que era de fisiologia, porque continha umas figuras muito rebarbativas . . .

Infelizmente, poucos livros de sua biblioteca e tambem poucos instrumentos de seu arsenal cirúrgico ficaram com a família, isso pelo fato de haver Álvares Machado falecido, como disse, no Rio, onde desempenhava a investidura de deputado por São Paulo. É de se supor, contudo, que grande era o instrumental que possuía, porque ainda existem em poder de seus descendentes diversas contas da Casa Charrière, de Paris, com longas listas de instrumentos que ele mandava vir da França.

Amigo da ciencia, seu sacerdote, não se limitou a exercer, em bem do próximo, a carreira que escolheu. Esforçava-se para que

outros também se ilustrassem e estudassem para que se conseguisse, dessa forma, verdadeira organização de elites em nosso meio.

Todos conhecemos o fato do embasbacamento de Pedro II, em Heidelberg, quando, visitando a célebre universidade local e deparando, entre as citações dos grandes mestres alemães, com o nome de Corrêa de Mello, perguntou cândidamente quem era esse sabio, e, para grande surpresa sua, veio a saber que era um brasileiro de Campinas . . . O que ninguém sabe, no entanto, ou sabe-o muito pouca gente, é que esse notavel cientista, físico, químico e botânico de renome universal, foi descoberta e mesmo criação do grande Álvares Machado.

Leão Bourroul analisou, com incontestada sinceridade e bastante probidade, diversos aspectos da personalidade impar de Álvares Machado. Fê-lo documentadamente, com precisão, com acerto, e, tratando do médico, disse: "Álvares Machado, depois de casado, fixara residencia em Porto Feliz, onde exercia a medicina, sendo reputado como um dos mais habéis cirurgiões de seu tempo. A sua fama era universal na sua residencia, em toda a provincia e mesmo no país. O dr. Ricardo Gumbleton Daunt, muito pouco pródigo de lisonjas, nos referiu uma opinião do senador Jobim, que foi diretor da Faculdade de Medicina do Rio, comparando-o, com superioridade, a Tomás Gomes dos Santos, formado em medicina pela Faculdade de Montpellier, onde mereceu ser apelidado — a "Estrela do Brasil".

Seja-me lícito acrescentar que idêntica era a opinião do circunspecto, mas muito querido, dr. Gumbleton Daunt, o respeitadíssimo dr. Ricardo, como era mais conhecido em Campinas — boa cêpa irlandesa que constituiu o tronco dos respeitaveis Daunts de nosso estrelario genealógico.

Vejamos, agora, outro aspecto de nosso homenageado — talvez o mais importante de sua proveitosa existencia: o político, mas o político semelhante àquele outro que, faz um ano, foi tão magistralmente pintado, nesta mesma sala, por esse nosso brilhante confrade que é Aureliano Leite. O político que cuida da malfadada política exclusivamente para enobrecê-la, praticando-a com ufania e elevação, de molde a torná-la indispensavel à sociedade humana, como o ar que se respira e como queria o principio aristotélico.

Foi muito jovem ainda que Álvares Machado se tornou político e a iniciação de sua vida pública teve origem, como a profissional, também em Itu, cidade fadada a grandes realizações. Enquanto ali residiu, por força de circunstancias, como vimos, travou relações com um grupo de notaveis políticos da terra, entre eles Paula Souza, Feijó, Monte Alegre, Bento de Barros, e outros, todos dominados pelo espirito, então moderno, que ansiava pela libertação do povo brasileiro em fins da era colonial. Esses homens, todos dotados do

mais acendrado patriotismo, eram dominados por inusitada coragem em meio de povo escravo, tanto que chegaram ao que, ao tempo, se poderia denominar um absurdo — a formação de um clube político e organização que, dadas as proporções que adquiriu, subreplicia ou visivelmente, grande influencia veio a ter na política geral e nos destinos do Brasil.

Imbuído das nobres idéias de soerguimento do povo que tão recentemente conseguira a soberania, mudado para Porto Feliz, onde fôra clinicar, ali Álvares Machado faz prosélitos, dá vida ao Partido Liberal e se torna o seu indiscutível chefe, carreando elementos para a grande organização política dos primeiros dias do Imperio e onde pontificavam, entre outros, os Andradas, Feijó, Vergueiro, Costa Carvalho, Ferreira de Melo, Estevão de Rezende e tantos mais. Dono de inegavel prestigio, orientando todo um vasto trato da mais progressista zona da provincia, não tardou que recebesse a investidura pública de representante do povo, tanto que em 1828 era conduzido ao Conselho Geral da Provincia, poder a que pertenceu tambem em 1830 e 1834.

Em 1830, marchando a politica geral do país por caminhos que davam apreensão, pois as liberdades públicas ameaçadas estavam de serem iniludivelmente postergadas, perdurando o fantasma da implantação da tirania com a ereção definitiva do chamado *partido portuguezs* à frente dos destinos patrios, como sempre movimentava-se São Paulo, por seus órgãos mais representativos, entre eles o Conselho Geral. Não poderia a gente bandeirante, eterna sentinela da liberdade, admitir que, nem bem saídos da colonia, passássemos a ser escravos do novo regime que buscáramos com nossas proprias mãos. Cumpria, assim, alertar o jovem imperante, moço cheio de boas intenções mas impetuoso e nem sempre conduzido pelo bom senso. Mas, não seria ousadia chamá-lo, sem mais preâmbulos, à realidade dos fatos? Não cogitaram disso os paulistas de então; e tanto não cogitaram que, movidos por aquela arrogancia tão característica de nossa gente, envia o Conselho Geral a Pedro I, em 1.º de Fevereiro de 1830, a célebre representação dos paulistas contra a tirania, documento esse escrito por Álvares Machado, celebrado pela clássica expressão do grande liberal e que passou à Historia: — “O despotismo não levantará jamais seu trono, senão sobre as ossadas do derradeiro paulista”.

Pedro I, o jovem soberano do maior imperio americano, é tido, por muitos, erradamente, como apenas um príncipe impetuoso, mulherengo e até cheio de maluquices. Injusto julgamento esse, porque, na realidade, nosso primeiro imperante, se alguns defeitos tinha, de ordem sentimental, era sem dúvida homem do mais acendrado patriotismo, valoroso, altruista e até abnegado. Não ha, a miude, página mais bela do que essa do inicio de nosso passado de povo

livre — Pedro I, soberbo em sua atitude varonil, inalmogável, abandona, forçado por circunstancias, a coroa do grande imperio, despe o manto da realza e embarca, simples cidadão, apenas soldado, mas acima de tudo Pai, e marcha para os barrancosos costados de Portugal, indo disputar ao irmão traidor o trono dos Braganças para a filha querida, d. Maria da Gloria, a primeira princesa do Brasil. E, de outra parte, nada mais sublime que aquela cena patética na alcova real do Paço de Queluz, o magnífico Pedro I, o estouvado, o amalucado, o doidivanas, recebendo, entre duas hemoptises precariamente aplacadas, o grande cordão da ordem da Torre e Espada que a rainha, sua filha querida, lhe entregava como paga ao grande heroismo da reconquista do trono luso usurpado.

Esse homem, convenhamos, tinha bastante senso para compreender e até exaltar a valentia soberba de nossa gente, concretizada nas magnificas palavras de Álvares Machado, as quais, por sua expressão legítima, sendo, ontem, a diretriz do povo planaltino, devem, hoje, com muito maior propriedade, constituir o evangelho de todo o povo brasileiro, que nunca aceitou, não aceita e jamais aceitará despotismos de quaisquer gêneros . . .

Hércules Florence, o notavel cientista gaulês que já estudamos nesta mesma tribuna, não faz muito, e que foi o único genro do grande paulista, a quem admirava e venerava com sobras de razões, dá o seu sincero depoimento sobre o homem, depoimento anterior à ligação de parentela, dizendo-o “homem instruido, de conversação agradável e sentimentos altamente recomendáveis. Sua preciosa convivência — em Porto Feliz e quando se preparava a expedição Langsdorff — fez-me passar aquele tempo mui delectavelmente”.

Mas, vejamos, em sua singeleza, como o proprio Hércules conta os fatos de ontem: — “Cheguei a Porto Feliz, atravessei lentamente a sua longa rua, montanhosa e deserta, calçada de pedra “de greve”; o sol dardejava os seus raios a prumo sobre a minha cabeça. Chego, enfim, à casa de Francisco Álvares: sai um homem para me receber; o seu rosto, de côr clara mas descorada, os seus olhos um pouco encovados e cercados de uma tinta violeta, tinha algo rebarbativo; mas seus cabelos pretos, anelados, sobre uma fronte pálida, onde se lia alguma coisa, temperavam a reserva que o seu olhar inspirava: — era o excelente Francisco Alvares. Mal soube quem eu era, soltou uma exclamação de alegria; dei entrada numa pequena sala e as suas palavras e suas maneiras me encheram de simpatia.

Desde este primeiro dia tratou-me como se eu fôsse da familia; livros franceses, instrumentos de física, a calma perfeita que se desfruta em uma pequena cidade, e, mais do que isso tudo, a sua privança, a sua palestra variada, viva, agradavelmente mordaz, abraçando tudo; sua casa e seu jardim deitando para uma encosta

rápida, em cuja base corre o Tietê; a vista de uma vasta planície, onde o rio serpeia e foge para o deserto; numerosa sociedade dos bons habitantes desta cidade, toda brasileira e liberal — todos os dias, na mesa, e a toda a hora — tudo isto fez de minha estada em Porto Feliz uma era de felicidade de que raramente gozei”.

Essa a descrição do lar brasileiro, suave, honrado, respeitável, alegre e sizado, tão caracteristicamente nosso, tão expressivo de nossa gente, que enfrenta, ainda hoje, aventurosamente, as modernices, as novidades, as alterações de costumes que arrivistas sistemas teimam impingir-nos e que rejeitamos e evitamos, que não aceitamos e desprezamos, continuando, no ensinamento de nossos filhos, a dar-lhes a segurança e a ventura daquilo que nos legaram nossos maiores. É que queremos continuar sendo de nossa gente,

Mas, vejamos, agora, o juízo de um sabio sobre outro sabio — “Tenho saudades desse tempo; saudades de Francisco Álvares a me recitar Camões, Francisco Manuel, Bocage, e muitos outros. Os versos destes grandes poetas, de Camões, principalmente, tomavam nos seus labios, pelo acento e inflexão de sua voz, um carater que despertava em mim uma fibra desconhecida até aí. Eu tinha lido os melhores poetas franceses, e deles só tinha compreendido o drama, não sentindo a poesia. Francisco Álvares me faz amar a poesia portuguesa, ou antes a Poesia; pois foi somente depois de o haver conhecido que tomei gosto na leitura de Dante, de Petrarca e de Tasso. Lamartine, porem, esse poeta do “Exilio” e de toda a alma que padece, me revelou mais tarde qua a lingua francesa, menos facil quiçá, podia, manejada habilmente, tornar-se, por sua vez, tão dátil e calorosa quanto as linguas do Meio Dia”.

Este depoimento, sincero, despretensioso, insuspeito porque antecedeu o casamento de Hércules Florence com Maria Angélica, testifica, sem contestação possível, o grau de cultura de Álvares Machado, de que falamos atrás, e que era muito elevado para o tempo e para o meio em que viveu. Ele nos diz, finalmente, que não erramos com a afirmativa de que estamos frente a um homem sempre sequioso de saber, figura de primeira grandeza em todos os ramos da cultura brasileira do passado, expressão incontestavel de nossa intellectualidade de ontem, em todos os seus setores, notavelmente na tribuna, onde foi um gigante — “uma de nossas maiores glorias parlamentares e cujo nome com flagrante injustiça anda hoje tão esquecido”, no dizer de Teixeira de Melo.

Já que tocamos em um dos pontos de maior relevo da vida de Álvares Machado — o político — cumpre acentuar ter sido ele o chefe do Partido Liberal em Porto Feliz, Itu e toda a zona que lhe é subsidiaria, tendo-se constituído, mesmo, uma das cabeças pensantes do glorioso partido em São Paulo, porque, dotado de um patriotismo ardente — segundo Hércules — a sua fama e populari-

dade já avultavam e auguravam a carreira luminosa que percorreu.

Membro do Conselho Geral, como vimos, parte saliente da Assembléia Legislativa Provincial, da qual foi presidente e um dos mais acatados e aplaudidos oradores, seria alongar em demasia estas notas, que não comportam, aliás, divagações ou apreciações cansativas, se fôssemos analisar-lhe a atuação magnífica no pequeno primeiro parlamento da terra bandeirante. Estão aí, no entanto, felizmente, inclusive na biblioteca deste sodalício, os "Anais da Assembléia" e, neles, o muito que fez Álvares Machado por sua terra e sua gente, atestando, de forma inequívoca, que não exuberamos em nossas afirmativas e quiçá não somos sequer capazes de rever-lhe a vida com o brilho que ela merece.

Era de tal valor como parlamentar e de tal maneira se destacava entre os seus pares, que foi, de pronto, enviado à Imperial Câmara dos Deputados, na Côrte, a fim de representar São Paulo no concerto das demais provincias do Imperio. E a sua conduta destacada, honrando de sobejo os votos que lhe foram dados, que imenso foi o seu renome no Parlamento, fez que a investidura se lhe fôsse automaticamente renovando, de 1834 a 1837, 3.<sup>a</sup> legislatura; de 1838 a 1841, 4.<sup>a</sup>; de 1842, 5.<sup>a</sup> e dissolvida e de 1844 a 1847, 6.<sup>a</sup> legislatura, tendo falecido, prematuramente, na decorrença desta última.

Onde mais se destaca a inteireza de atitudes deste grande patrio, é na sua firmeza, eivada de são patriotismo e na orientação a si mesmo imposta de tudo fazer para que o país permanecesse com o seu governo integralmente brasileiro, puramente nacional, de onde o se tornar conhecido como adversario resolutivo da restauração de Pedro I no poder. Não concebia, nem admitia, que, depois de termos obtido um rei brasileiro, em virtude dos fatos que culminaram no 7 de Abril, impondo ao primeiro imperante a abdicação, volvêssemos à humilhante situação de sermos governados por um testa-coroadado vindo do exterior. Se, na realidade, foi esforço nacional impedir a volta do poderio luso à governança, não aceitando de forma nenhuma o chamado gabinete português, é curial que os brasileiros verdadeiramente liberais e, acima disso, amantes de sua patria, se insurgissem contra os que tentavam o retorno ao regime anterior banido pela vontade do povo reunido no Campo da Honra.

Não precisamos repisar no liberalismo do grande paulista — nota política de todos os seus dias de imensos serviços ao país, mas uma coisa é verdade, isto é, de Álvares Machado se poderá afirmar o que Lemos Brito disse do glorioso frade pernambucano, esse indormido Frei Caneca que é bem a estereotipação dos anseios de liberdade do "Leão do Norte" e de toda a patria: — "Não se encontra, nesse periodo rumoroso de nossa historia, liberal mais convencido, batalhador mais intrépido, companheiro mais animoso, secta-

rio mais militante, do que ele, a serviço do ideal que os povos continuam a perseguir apesar de corrido mais de um século”.

É de todo desnecessário reproduzirmos aqui os pródromos do 7 de Abril, bem como a abdicação, feita de forma inesperada, que a vontade dos adversários de Pedro I não era propriamente isso, mas, tão somente, a mudança do ministério, que não inspirava confiança ao povo, pelo seu cunho acentuado português. É desnecessário, porque todos nós conhecemos de sobra o que foi essa página da incipiente vida política do país, nos idos de 1831. Contudo, uma coisa seria necessária: — o conhecimento da vigília da abdicação, feita e minudentemente descrita por Álvares Machado, que nela foi parte destacada, pois, deputado, passou a noite toda no velho Campo de Santana, juntamente com o povo, ansioso pela resolução imperial. Infelizmente, dela não existe a integral descrição, que parte se perdeu, mas o principal está no arquivo da família, lançado por letra e punho de Álvares Machado, e constituindo documento inteiramente inédito. Não me furtaria, assim, embora cansando o benévolo auditorio, o prazer de, reafirmando o que disse ao principio, fazer verdadeira Historia do Brasil com a vida de nosso homenageado, lendo um capítulo, aliás, de suma importancia, escrito por ele proprio, uma vez que o tempo não se me apresentasse assim tão escasso.

Publicá-lo-emos, um dia e, então, todos os meus patricios terão a oportunidade de admirá-lo, sob prisma diferente, ou seja o em que ele, com verdadeira mestria, se nos apresenta como perfeito e elegante narrador de realidades.

O 7 de Abril foi, positivamente, uma revolução — não uma revolução fermentada, preparada por meia duzia de cabeças, mas uma revolução feita e deflagrada pelo proprio imperante e isso em decorrencia da atitude do povo, congregado na praça pública para protestar contra a existencia de gabinete que não satisfazia, não inspirava confiança à massa, não correspondia aos desejos do Brasil, sedento de liberdade, mas liberdade na acepção plena do vocabulo. A permanencia do ministério lusófilo era a ameaça constante da tirania, do despotismo, do absolutismo pendendo dia e noite sobre a cabeça do brasileiro. E não era isso, de nenhuma forma, o que ele sonhara em forçando o príncipe-regente ao grito do Ipiranga.

E, sendo inequivocamente revolução, ao 7 de Abril temos que aplicar o mesmo ponto de vista sociológico dado por Oliveira Lima às causas da revolução de Pernambuco, isto é, que ela “tem que ser examinada sobretudo pelo seu lado teórico, no seu aspecto correlativo, em sua feição proselitica”, por terem sido, ambas, “um sinal mais dos tempos”, com “a manifestação de uma combinação de impulsos em que entraram o amor exagerado, literario, se quiserem, filosófico mesmo, mas em todo o caso ativo, da liberdade, e uma

noção jactanciosa da valia americana”, em que “pela primeira vez tratando-se do Brasil, com relação a Portugal, uma parte da América aprendera a levantar a cabeça mais alto que a Europa e dar leis àqueles de quem tinha por hábito recebê-las”.

Na realidade foi isso mesmo. Pedro I, habituado a impor, voluntariosamente, sua vontade ao cidadão aparentemente pacato, acatador, quase passivo, não se sentiu, em dado momento, com forças para enfrentar, cara a cara, a soberania nacional sintetizada naquela massa que passara a noite toda no Campo da Honra, e, humanamente impotente, receoso, intimidado, aceitou-lhe a vontade, que era a lei do momento, incidental, concordemos, mas lei porque emanava direta e manifestamente do desejo desse mesmo povo. E a abdicação, escapatória mais ou menos elegante de um testa-coroadado que não queria dobrar a cerviz e reconhecer a realidade dos fatos, resultou, assim, de uma revolução silenciosa, sem ruidos nem ameaças, mas revolução que corporificava os mais alevantados princípios de liberdade.

Verificamos, conseqüentemente, e mais uma vez, que a vontade do povo é que faz as leis — isso ontem, hoje, amanhã e sempre, — sendo indiscutível que nenhum déspota, tirano ou ditador, por mais blandicioso que se entremostre, crerá, com segurança, na solidez do poder que supõe carregar. Este, ante a vontade do povo, como vimos ha bem pouco, é apenas momentaneo, é efêmero . . . embora se alongue ou não por alentados ou curtos quinze anos . . .

Pedro I, como quaisquer ditadores, — mesmo os de menor importancia, desrespeitara o povo, dele escarnecera, o desdenhara, sem dúvida, quando o vira reunido por si proprio cuidando da defesa de um direito, da mesma forma que o fizera, anteriormente, a seus delegados, em 1823, dissolvendo violentamente a Assembléia Constituinte, pela tropa, com a força em ordem de marcha e os canhões voltados ameaçadoramente para o vestusto casarão da Cadeia Velha. Ato impensado, aloucado, porque “A dissolução da Assembléia, maxime com a violencia extrema dos meios empregados, e com a prisão e deportação de alguns dos mais respeitaveis de seus membros, foi um crime de tal grandeza — dí-lo Luís Francisco da Veiga — que, diante dele, a punição de 7 de Abril de 1831 foi diminutíssima e quase ridícula, por demasiadamente tardia e moderada”.

Contudo, o ser corrido do poder é o destino daqueles que dissolvem os conselhos do povo.

Temos assistido, infeliz e aparvalhadamente, nestes cento e poucos anos de vida independente do Brasil, repetidas dissoluções da assembléia nacional. Têm-nas realizado — essa a verdade — apenas os homens fracos, moralmente pequenos — que fisicamente não interessam — porque grande, imensa, incomensuravel é a força dos conselhos populares no regime democrático. É, mesmo e sem dúvi-



da, o maior e o mais respeitável dos poderes que formam a soberania da Nação.

E desse poder, dessa força, dessa inegável superioridade, dessa grandeza que nem todos sabem aquilatar, nos dá bem a medida a respeitabilidade do cidadão que é galardoado com a investidura da representação popular nas assembléias e nos convence, conclusivamente, da majestade da delegação de deputados que a Assembléia Nacional Constituinte, em ato de inapreciável distinção, envia a São Paulo para, conosco, honrar a memória de Álvares Machado, um dos maiores representantes do povo que já passaram pelo Parlamento do Brasil, no Imperio e na República.

Nós, paulistas, na essência democráticos e que sempre tivemos por principio quase religioso o respeito à vontade do povo, agradecemos o gesto profundamente desvanecedor do poder legislativo em nos mandando tão distinta e luzida embaixada e confessamos aqui o nosso reconhecimento — por nós proprios, cidadãos de Piratininga, pelos herdeiros do insigne filho desta terra, que somos ciosos da liberdade e pelo Instituto Historico, bastião primeiro na defesa de todas as grandes coisas e dos imensos feitos de nossos maiores.

Saudamos, neste momento, os deputados do povo, desse mesmo povo que foi capaz de fazer valer sua vontade no 7 de Abril ou no 9 de Julho, e os saudamos com a efusão d'alma tão propria de nossa gente, ao mesmo tempo que juntamos, aos votos recebidos nas urnas, a 2 de Dezembro, estes outros, muito sinceros, que levam em si mesmos o pedido ao Criador para que ilumine e conduza nossos delegados de agora, como aconteceu com os de todos os tempos, na elaboração da Carta Magna que o povo quer e ha de ter, feita dentro dos mais sãos ditames democráticos, como expressão mesma de sua inexorável vontade.

Senhores deputados nacionais, o nosso saudar.

Era nosso escopo um demorado passeio retrospectivo na vida parlamentar de Álvares Machado, como relembração do muito que ele fez por nossa gente, mas verificamos, de antemão, ser isso impossível — que muito curto é o nosso tempo, demasiado o vosso estafamento e imensa a ação do grande homem no Parlamento.

Se inúmeros e valiosíssimos feitos não tivesse Álvares Machado, na Câmara Imperial, um único bastaria para firmar-lhe o renome e dar-lhe a gratidão da Patria: — a ação destemerosa, incansável, diuturna em prol da maioria de Pedro II, verdadeira revolução parlamentar, no dizer de um dos seus biógrafos, fato de enormes consequências sociais e políticas, que abriu uma era de pacificação, liberdade e progresso para o país, rasgando novos e dilatados horizontes ao Imperio do Brasil.

Tão acentuado, e imenso, foi o seu trabalho no sentido de se

dar por encerrado o ciclo governamental da Regencia entregando-se as reдеas da administração ao proprio Imperador, que se lhe conferiu, com muita propriedade aliás, o titulo de "Campeão da Maioridade". Por isso mesmo o Barão Homem de Melo, estudando-lhe a conduta, disse, sem reбуços: "Álvares Machado foi um dos mais valentes propugnadores dessa idéia que nascera armada, como Minerva da cabeça de Júpiter. Ao lado dos maiores vultos da tribuna brasileira, sua eloquencia conseguiu assinalados triunfos".

Lamento, tendo diante de mim os "Anais da Câmara", não poder analisar amiudada e detalhadamente todo o seu trabalho, que foi dos mais valorosos, senão o maior de todos — que tanto não comporta e nem pode comportar esta simples palestra rememorativa.

Na realidade ela não comporta o detalhe seguido, a enumeração cronológica, a minudencia biográfica propriamente dita, porque se destinou, antes de tudo, ao gizamento, em largos traços, desta maiúscula personalidade de nosso passado, que foi Álvares Machado, pois o que mais e melhor pode interessar-nos, nós que bebemos nos ensinamentos de nossos pró-homens, é a varonilidade de seus atos, é o destemor de sua conduta, é a elevação de suas maneiras, é o que ha de sadio em seu patriotismo, notadamente nas fases mais ásperas do momento penoso das reivindicações liberais no Brasil.

Temos, consequentemente, que saltar do Parlamento à administração, do legislativo ao executivo, a fim de focalizar, rapidamente, o grande paulista sob um outro aspecto, tão interessante e empolgante como os demais — o de governador da provincia de Rio Grande de São Pedro do Sul, para onde foi mandado em instante crucial da vida brasileira, que, politicamente, não tinha ainda vinte anos de independencia e já vinha, ha cinco outros, sendo ameaçada de desagregação no Sul. A investidura de Álvares Machado no governo da belicosa provincia decorreu, sem dúvida nenhuma, da subida ao poder do Partido Liberal, que formou o primeiro gabinete após a Maioridade, mas, além disso, do grande valor e da vasta capacidade do escolhido. Sua rija fibra, seu carater inalmogavel, sua dedicação ao moço imperante, seus principios liberais, sua disciplina e coragem, seu grande coração de patriota, tudo, enfim, concorria para que ele conseguisse ser bem sucedido na empreitada suprema de pacificar a gente guerreira da região meridional do Imperio.

Rumou para o Sul a 30 de Setembro de 1840, dois meses, apenas, havia que Pedro II tomara, de fato e de direito, a governança. Tinha por missão, antes de tudo, a pacificação da gente gaucha, negociando honrosamente a deposição das armas, mas devendo ativar a guerra, debelando a rebeldia pela força caso não quisessem os amotinados compreender as boas intenções de Sua Majestade. Levava "em uma das mãos o ramo de oliveira, que ofereceu aos dissi-



*Delegação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,  
composta dos consócios José Pedro Leite Cordeiro, Aureliano  
Leite e Amador Florence.*

dentes — ora chamados ao gremio da sociedade brasileira, e na outra o gladio da guerra para sustentar a dignidade do Império, se repelidas fossem suas propostas de paz”, escreve Homem de Mello, outro paulista que governou a mesma provincia, mais tarde, tambem em época de guerra, desta vez com inimigo estrangeiro — o paraguaio invasor do solo sagrado.

Por desventura sua, não obstante todos os esforços, não conseguiu ver coroados de êxito seus intentos pacificadores. De nada valeram atitudes amistosas, francamente fraternas, ao ponto, considerado absurdo, de entender-se diretamente com os proprios rebeldes nos arranchamentos mesmos de suas instalações militares; de nada valeram patrióticas proclamações, inclusive a célebre de 30 de Novembro de 1840, onde se lêem estas palavras tão amistosas e inspiradoras de cega confiança: — “O sangue de irmãos a largos jorros espalhado pelas campinas do continente; as lágrimas das carinhosas esposas; os gemidos dos inocentes orfãos; a tristeza dos pais sem arrimo para a cansada velhice; a insuportavel saudade do benfeitor e amigo, cuja perda é irreparavel; a desolação de novas e florescentes cidades e vidas; a destruição de consideraveis fortunas; a estagnação das fontes de riqueza — tudo clama pelo dia da conciliação, paz e ventura . . . Abram-se de par em par as portas da provincia à fugidia prosperidade e sossego. Confiai em mim, que hei de defender a integridade do Imperio, os direitos do Senhor D. Pedro II, a Constituição e as Leis — ou ficarei esmagado debaixo das ruinas da Patria”.

Não se poderá exigir maior sinceridade, mais patriotismo, maior convicção, mais vontade e, principalmente, maior respeito a essa coisa sublime que é a propria soberania do povo enfeixada na Constituição e nas Leis, que o grande paulista prometia defender — ou ficar esmagado debaixo das ruinas da Patria!

Defender a Constituição . . . ! Belo, magnífico ensinamento cívico! E dizer-se que, quase cem anos mais tarde, da mesma região sulina nos veio, soprado pelo minuano, o maior atomizador de constituições que já conhecemos! . . .

Já tivemos ocasião de afirmar, sustentando sem receio de contradita, porque sobejamente documentados, que Álvares Machado precedeu Caxias, o grande pacificador e gloria das forças armadas nacionais, no cometimento da cessação amistosa da rebeldia farroupilha. De fato, tendo levado para o sul instruções especialíssimas, o emérito paulista, pondo de parte qualquer preconceito porque visava, acima de tudo, a paz da familia brasileira, vai ao ponto de amesendar-se com os rebelados, participar do seu rancho, conquistando-lhes, assim, ou procurando conquistar sua confiança e, nas tratativas que tinham por alicerce o mais acendrado patriotismo, esclarece os transviados de seu erro imperdoavel, chamando-os de novo

à confraternização integral com os irmãos de todos os quadrantes da Patria. Aponta-lhes o inimigo, o grande e único inimigo, o que estava do lado de lá, além das fronteiras do Brasil, de alcatéia, olho vivo nos mínimos movimentos dos nossos — quer dos imperiais e quer dos farrapos — para, no momento oportuno, cair à nossa ilharga e nos levar de vencida . . . O que vislumbrava, o inimigo da Patria, era a vitoria sempre sonhada, eternamente sonhada, talvez ainda hoje sonhada, mesmo à custa de nossas dissensões internas. Não lhe importava a maneira, não lhe preocupava a forma, não lhe interessava o processo, o que ele queria era vencer, era esbarrondar o Brasil . . .

Não valeu de muito a dialética do embaixador imperial; não surtiram efeito as razões apresentadas; não prevaleceram as determinantes de patriotismo — que estas eram as principais — e só prevalentes mais tarde, cinco anos depois, quando ditadas por Caxias. Bento Gonçalves, o chefe valoroso dos farrapos, não compreendeu, de pronto, o que havia de amistoso, de fraterno, de superior, na ação pacificadora de Álvares Machado; não a compreendeu e nela possivelmente vislumbrou fraqueza do governo imperial; e, conseqüentemente, passou por cima do âmbito protocolar dos entendimentos para cair no terreno desaçaimado das exigencias. Queria, primeiro, o reconhecimento da República Rio Grandense — absurdo que não merece sequer divagações; desistiu dessa abstrusa pretensão mas pediu, logo a seguir, o pagamento da dívida pública de seu governo rebelde; mais a liberdade dos escravos que estavam a seu serviço, e finalmente, a promessa de não serem recrutados para o Exército, nem para a Guarda Nacional, os oficiais do seu exército revolucionario e, no caso de o serem, terem garantidos os mesmos postos que ocupavam nas hostes rebeladas. “Elas — as exigencias — são justas e razoaveis”, acrescentava, pedindo conferencia.

Quem não as achou justas nem razoaveis foi o delegado de Sua Majestade, o íntegro Álvares Machado, que, vendo improditivos os seus esforços, responde desta forma aos revolucionarios:

“Delegado do governo e verdadeiro amigo do trono de Sua Majestade, não posso consentir em qualquer conferencia senão depois que vós e vossos companheiros vos declareis súditos do Imperio; e, nesse caso, a conferencia deveria versar sobre o modo de regressarem às suas casas aqueles que vos seguem; — é este o sentido em que admitia eu a conferencia.

Não é ao governo do Imperio, que toca escolher a condição ou a guerra; a vós e vossos companheiros pertence optar . . . eu os receberei como irmãos.

Rejeitando, porém, a anistia, ou querendo impor condições ao Monarca, entregais à sorte das armas esta provincia que vos viu nascer, e então fica-me o pesar de que corra ainda, não por culpa minha, o sangue brasileiro”.

Reinicia-se a guerra. Aprestam-se as tropas de João Paulo Barreto para a perseguição, devendo-se-lhes juntar as de Labatut, o heroi da campanha da Independencia, na Bahia, que fracassa no cerco aos farrapos e leva ao sacrificio, por desacerto seu, a celebrada Legião de São Paulo, composta de gente que jamais sentiu o pó da derrota. Mas a campanha prossegue e o objetivo é, já então, o esmagamento, pela força, dos que não quizeram a paz oferecida tão fraternalmente.

Infelizmente, quando tudo se aprestava para o successo, Álvares Machado é surpreendido com sua substituição, no governo, por Saturnino de Sousa, que tanto determinara o novo ministerio, pois caído já estava o primeiro gabinete da Maioridade.

Álvares Machado voltou para o Rio coberto dos louros de uma administração liberal, sensata, patriótica, tolerante, admirado pelos amigos e estimado pelos adversarios e pelos proprios rebeldes, diz Tristão de Alencar Araripe. Não teve, contudo, o premio que muito justamente merecia; ao contrario, suportou o travo de increpações, de insidias, de calunias e de paixões, que a politiquice adversaria maldosamente criou e espalhou para poder dar pasto a inconfessaveis appetites dos que foram prejudicados pela conduta reta e digna do honrado paulista. O governo do Rio Grande, fulcro de ouro na vida pública de Álvares Machado, episodio mais importante da sua existencia, no dizer do Barão Homem de Mello, trouxe-lhe “amargos dissabores, angustias pungentes. Sua lealdade foi posta em dúvida, suas intenções envenenadas, seu carater caluniado pelas paixões politicas do tempo”.

Suportou, no entanto, com estoicismo bem de nossa raça, por dilatados cinco anos, as amarguras todas, os dissabores que eram muitos, as maguas imerecidas, os sofrimentos sem conta, as agruras injustificadas — que os interesses supremos da Nação exigiam o silencio do bom patriota. Somente depois de conseguida a paz, suavizados os espiritos, adulçoradas as paixões e serenados os ânimos, é que ressurge o gigante da tribuna. Sua oração, havia muito esperada, supera todas as expectativas. Assombra. Causa sensação. Estarrece. E faz corar, de vergonha e arrependimento, muitos mesmo dos que o cercavam no velho parlamento. É que, cérebro e coração falam por boca de ouro e esmagam os vis, os mendazes, os patrañheiros, os caluniadores. Não lhe repetirei aqui a argumentação cerrada e indestrutivel, mas o fecho do seu memoravel discurso, que esse, sim, renovarei, diz bem do quilate e da especie do homem: —

“Senhor! eu morro tão fiel a vós, como foram fieis a seus reis os nobres cidadãos de quem descendo; nobres, porque foram nobres os seus serviços; eu diria aos legalistas“ — cidadãos, misturai as minhas cinzas com as cinzas dos valentes que morreram defendendo a patria, o soberano e a ordem pública . . . Deus perdoe aos que assim me nulificaram e quase me perderam; Deus lhes prolongue a vida, e depois da morte, que lhes seja a terra leve, como para mim desejo!”

Grande alma! Grande espírito! Grande coração!

Os males, as investivas, as calúnias, as torpezas, as miserias — paga-as ele com o perdão, suprema misericórdia, que os grandes, somente estes, são capazes de tão elevado gesto, de nobreza assim.

É certo que, para satisfação vossa, não mais me alongarei neste relato que já vai aborrecendo; não perlustrarei, assim, todo o rol imenso de fatos que se prendem à vida de nosso homenageado, no Rio Grande e no Parlamento, que são todos de alta valia mas ficam, para gaudío vosso, a cargo do espírito brilhante de Manuel Duarte, o tão notavel historiador e brasileiríssimo parlamentar que ora nos honra com sua visita e cativante missão, e a quem ouviremos, dentro de poucos dias, nesta mesma sala. Por que, pois, cansar-vos mais se, com outro brilho e invejavel rutilancia, ireis tudo ouvir de outro que não eu?

Pincelei, como me foi possível, a largos e desconformes traços, esta grande figura de nosso passado, que foi Álvares Machado; esbocei, é certo que sem o preciso colorido, este magnífico vulto do São Paulo pretérito — filho que soube honrar sua terra, patriarca que dignificou sua gente. Nosso objetivo foi, no centenário de sua morte, afirmar que jamais perderam a propria expressão da verdade que encerram, estas palavras do grande Amor Divino Rebelo, o frade martir: — “Não aspira a outra gloria, o cidadão benemérito, que a sobrevivencia na memoria da posteridade, e nós seríamos muito pouco patriotas se deixássemos fenecer no pó do esquecimento os nomes daqueles nossos patricios e concidadãos, que, pelo desempenho de seus deveres, se têm feito credores de nossa consideração e estima”.

Pois nossa réplica aqui está: — somos patriotas, somos dignos filhos de nosso torrão, porque cultuamos o passado, honramos nossas tradições, bendizemos nossos maiores, não deixamos fenecer no pó do esquecimento os grandes filhos deste Brasil maior; exalçamo-los, fazemos que sobrevivam na memoria da posteridade, mais e mais elevando, assim, os filhos todos desta abençoada terra de Santa Cruz.

## Necrologio dos socios falecidos em 1949

J. P. LEITE CORDEIRO

No decorrer de uma existencia fecunda em realizações culturais e patrióticas, o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo reune-se pela 55.<sup>a</sup> vez, para, em festejando mais um de seus aniversarios, render tributo aos que mais de perto o amaram e serviram, o engrandeceram e glorificaram, áqueles que, no decorrer do ano social hoje findo, desapareceram de nosso convivio para irem ocupar na galeria dos espíritos protetores desta Casa, o lugar a eles reservado pelo destino que viveram, um destino aureolado pelo amor à Patria, orientado pelo ideal, frutificado em trabalho, e sublimado na obra que efetivaram, na cruzada que pregaram, no exemplo que deixaram.

O primeiro a desaparecer, quando ainda corria o mês de novembro de 1948, foi Cesar Tripoli, magnífico padrão dessa esplêndida coorte italo-brasileira que se tem mostrado tão fecunda a São Paulo. Nascido em Messina, aqui chegou em 1904, e tanto amor ganhou pelo nosso país, que se naturalizou brasileiro. Passados dez anos, embora já plenamente identificado à patria de adoção, sentiu fremirem no íntimo de latino arrebatado, os liames que ainda o prendiam à gloriosa península itálica, envolvida então pela 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, e necessitando mais do que nunca o amparo, o auxilio, o devotamento e o sacrificio de todos os seus filhos. Cesar Tripoli não titubeou. Partiu em direção ao campo da luta e dele voltou condecorado com a Cruz de Guerra, voltou ao Brasil porque sentia uma atração irresistível pela nossa gente e pela nossa terra às quais já doara parte do seu coração, tão grandioso que nele couberam duas patrias: — a Italia e o Brasil.

Advogado do Consulado Geral italiano em São Paulo, baseando as atividades profissionais em uma probidade que lhe era toda característica e em sólida cultura jurídica, deu ao proprio nome um prestigio bem merecido e sobejamente justificado. Em varios dos nossos institutos de ensino, entre os quais a Escola de Sociologia e Política, difundiu cultura e saber extravazados tambem na longa serie de obras publicadas tais como "Elementos de Direito Civil"



“Elementos de Direito Comercial”, “Repertório do Código Civil e Comercial do Estado de São Paulo” e finalmente a “Historia do Direito Brasileiro”, onde se revelou acurado conhecedor não só das nossas leis mas da propria evolução jurídica do país. Esse trabalho, que o consagrou definitivamente como um dos mais proficientes pesquisadores do passado nacional nos últimos tempos, constituiu dois volumes — ao todo mais de seiscentas páginas, — o primeiro editado em 1936 e o segundo em 1947. Desde a sua publicação, passaram ambos a integrar a estante de consulta obrigatória para os atuais e para os futuros historiadores do Brasil.

Cesar Trípoli, bacharel pela Faculdade de Direito de S. Paulo, doutor em jurisprudencia pela Universidade de Messina, e emérito historiador, ingressou para o quadro social do Instituto em 5 de maio de 1948. Tivêmo-lo conosco pouco mais de uma década, suficiente, porem, para lhe atestar os méritos de homem erudito, espírito criterioso, companheiro certo das horas de alegria e dos momentos de amargura. Os beneficios que outorgou ao Direito como advogado, ao Brasil como historiógrafo, a São Paulo como cidadão de prol, permanecerão pelo tempo afora nas páginas da Historia desta Casa que ele tanto honrou e enalteceu.

Não era findo o mês de novembro de 1948, quando faleceu Francisco de Paula Santos, nascido na famosa terra guaratinguetense aos 8 de maio de 1912. Faleceu muito moço, com apenas 36 anos, quando na alma e no coração lhe palpitavam ainda as forças do ideal.

A vida deste nosso consocio, diplomado em 1930 pela Escola Normal de Guaratinguetá, padronizou-se pela renuncia, pela abnegação e pelo heroísmo do mestre-escola, esse mestre-escola de tanta significação para o Brasil, de tanta importancia no preparo e na formação das futuras gerações às quais será entregue a vida nacional.

No labor patriótico e humanitario de ensinar as primeiras letras, de bem moldar o espírito das crianças brasileiras, de inculcá-lhes o senso da responsabilidade, a necessidade do trabalho, o amor à Patria, gastou Paula Santos a sua curta existencia. Inicialmente na cidade natal, ao depois em Campinas, Itapetininga, Itaporanga, Tapiratiba, Araçoiaba da Serra, Capão Bonito e Itapeva, levando a efeito uma verdadeira passeata de sacrificios que mais enaltece em nosso país, a ardua, porém sublime tarefa do mestre-escola, Paula Santos cumpriu o seu dever, levou a cabo a sua missão, objetivou o seu ideal onde se encerraram fartas messes de beneficios à posteridade.

Ora como professor efetivo e substituto ou diretor de Curso Primario, ora como preparador e assistente ou professor substituto

em Escolas Normais, fez carreira brilhante no magisterio, terminada como Diretor do Grupo Escolar "Coronel Acacio Piedade", em Itapeva, cidade na qual também exercia o cargo de auxiliar da Inspeção do Ensino.

A personalidade de Paula Santos apresenta-nos uma outra acentuada característica que não a do mestre-escola mas que toca de perto as atividades deste sodalicio. Em todas as localidades por onde passou, Paula Santos colheu dados históricos que, se lhe tivesse permitido uma vida mais longa, certamente viriam a formar ótima contribuição para o esclarecimento da historia dos municípios paulistas. Infelizmente, teve pouco tempo para nos deixar algo mais do que os "Aspectos Históricos de Guaratinguetá", trabalho inserido no volume 44 da Revista do Arquivo Municipal.

A seriedade com que interpretou os dados colhidos, a utilidade das suas observações e o critério adotado nas conclusões, valeram-lhe o título de membro correspondente do nosso Instituto a cujo recesso trouxeram-no em outubro de 1938, Torres de Oliveira, Campos Aguirre, Carlos da Silveira, Amilcar Salgado dos Santos e João de Toledo, que, reconhecendo os méritos de Paula Santos, nele também entreviam o quanto poderia realizar.

Nesta hora tristonha de revivescências, quando a saudade se torna mais imperativa e cruciante, lamentamos profundamente o ausentar precoce de Paula Santos ao nosso convívio, o vazio que deixou nas fileiras do magisterio paulista, obreiro eficiente que era desse poderoso exército de paz a lutar ininterruptamente pelo progresso e pelo maior alevantamento da Patria.

Mal se iniciara o ano de 1949, promissor naquela radiosidade do sol paulista no mês de janeiro, perdemos Bernardino de Souza, sergipano de nascimento, jurista dos mais reputados, geógrafo e sociólogo, historiógrafo e historiador, misto de sertanejo e de cidadão, a reunir a fibra e o calor do primeiro à cultura e à elegancia do segundo.

Nas alturas de fevereiro de 1884, nasceu Bernardino José de Souza no engenho da Murta, municipio de Vila Cristina, em Sergipe, na zona fronteira com a Bahia. Recebendo ensinamentos no Colegio dirigido por Carneiro Ribeiro — que travou com Rui Barbosa uma polêmica sobre o vernáculo, cujo resultado foi elevarem-se os dois contendores ao mais alto respeito dos filólogos — Bernardino prendeu-se profissional, afetiva e familiarmente a Ernesto Carneiro Ribeiro, pois, além de lecionar historia e geografia no colegio, veio a desposar Dona Maria Olivia, uma das filhas do saudoso educador. Quando Rui Barbosa, em uma de suas campanhas políticas, passou pela Bahia, Bernardino foi justamente o elo que con-

seguiu unir os dois antagonistas de tão acirradas pugnas vernaculísticas.

Tendo ingressado em março de 1900 na Faculdade de Direito da Bahia, nela bacharelou-se em 1904, com o galardão de orador da turma. O extrémado sentimento patriótico de Bernardino de Souza fê-lo amar o Brasil através da sua geografia e da sua historia. Em fases sucessivas que espelham a marcha gradativa de suas pesquisas no campo da ciencia da terra, publicou a "Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil", apresentada ao 1.º Congresso Brasileiro de Geografia, a "Onomástica Geral da Geografia Brasileira" e por fim o esplêndido "Dicionario da Terra e da Gente do Brasil". É de se notar que a sua aspiração cultural não teve limites. Pouco antes de falecer, ainda colhia dados para acrescentar ao manancial explicativo do "Dicionario da Terra e da Gente Brasileira".

Ainda no campo da geografia, publicou "Limites do Brasil", "Corografia do Estado do Piauí", "Leituras Geográficas", "A Ciencia Geográfica, seu conceito e sua divisão", "Por mares e terras", trabalhos todos vazados em rigoroso espírito de cientista divulgador e de acurado analista.

Da historia, em certo periodo, atraíram-lhe as atenções, as figuras femininas. Sobre Joana Angélica, Ana Neri e Maria Quiteria, elaborou acertadas interpretações, bem como sobre a fascinante personalidade do Mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra, cuja passagem estrepitosa pelo seiscentismo, firmou as qualidades marciais da nacionalidade, e cujo evocar patenteia uma das muitas realizações paulistas em favor do Brasil na Guerra Holandesa: a justamente famosa Contra-Marcha do Rio Grande do Norte, chefiada por Barbalho e efetuada, entre outros, por muitos soldados da então Capitania de São Vicente.

Como jornalista, Bernardino de Souza redigiu "O Acadêmico", quando estudante de direito em Salvador. Posteriormente, colaborou no "Jornal de Noticias", no "Diario da Bahia", em "Via Lactea", além de varios outros jornais e revistas. Orientou a publicação dos Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia, congresso do qual fôra Secretario Geral, e, desde 1914 até 1939, ficou-lhe confiada a direção da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que constitui uma das mais preciosas fontes historiográficas na parte que se refere ao passado baiano e às relações deste com a Historia do Brasil.

A cultura e o saber de Bernardino de Souza fizeram jus a inúmeros títulos. Integrava treze dos Institutos Históricos nacionais, entre os quais o nosso desde outubro de 1913, e o Brasileiro, onde gozava o título de socio benemérito. Das outras entidades de cultura a que pertencia, podemos enumerar o Centro de Ciencias, Artes e Letras, de Campinas, no Estado de São Paulo, a Sociedade

Brasileira de Direito Internacional, a Sociedade Brasileira de Geografia, no Rio de Janeiro, as Academias de Letras do Amazonas, de Alagoas, da Bahia, e a Academia Carioca de Letras.

Em Bernardino José de Souza, salientavam-se as qualidades de organizador e de efetivador, exemplificadas na própria vida do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia que tanto lhe deve e ao qual amou devotadamente, dando-lhe duas sucessivas moradas, servindo-o como arquivista, bibliotecario e secretario, representando-o em congressos e conferências, prestigiando-o com seu trabalho de geógrafo, de historiador, de homem culto e erudito. Outro exemplo de sua tenacidade realizadora foram as comemorações da consolidação de nossa Independência, por ele preparadas e realizadas em julho de 1923, quando o Dr. J. J. Seabra geria os destinos da Bahia. Relacionados a essa efeméride, são os seus trabalhos sobre a intrépida Soror Angélica, sacrificada pelos soldados do General Madeira de Melo, bem como o livro "Heroínas Baianas", em que ressalta o nobre esforço da Bahia e a energia moral, cívica e patriótica das valentes baianas durante a cruciante fase de consolidação da independência brasileira.

Dois imperecíveis monumentos legou Bernardino de Souza à posteridade: O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e o "Ciclo do carro de boi". O primeiro integrava a longa serie dos marcos construtivos da sua vida operosa e frutificante. O segundo, ele integrou-o na sua propria existencia. Era um dos seus mais queridos ideais, parecia mesmo fazer parte da sua personalidade. Nos últimos tempos, não se podia compreender Bernardino de Souza sem o "Ciclo do carro de boi". Tendo iniciado os estudos sobre o assunto, ha longos anos, viajou todo o Brasil em busca de material, manteve contato com todas as regiões do país a fim de elaborar o mais completo documentario até hoje coligido sobre o carro de boi, cuja historia se liga intimamente à evolução humana. No valiosíssimo conjunto dessas pesquisas, amalgamaram-se historia, folclore, economia, sociologia, geografia e até linguística, formando um todo donde sobressai um acurado espirito de análise, de critica e de interpretação.

Alguem afirmou que, se fôsse escrita uma biografia de Bernardino José de Souza, um dos capítulos forçosamente diria respeito apenas ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Nós acrescentariamos um outro capítulo, o que abordasse Bernardino de Souza a estudar e pesquisar o ciclo do carro de boi. Outros, muitos outros, porém, deverão ser escritos: Bernardino como o lente de Geografia, de Historia do Brasil, de História Universal, de Cosmografia e de Inglês no Colegio Carneiro Ribeiro; como o professor no Instituto de Ciências e Letras, no Colegio Alemão, no Ginasio Ipiranga, no Educandario dos Perdões, na Escola Normal Equipa-

rada, no Colegio Pedro II, no Colegio Figueiredo, na Escola Comercial Remington, no Instituto Baiano de Ensino, no Liceu de Artes e Ofícios; como o catedrático de Historia Universal no Ginasio da Bahia onde lecionou tambem História do Brasil, Geografia, Gramática Histórica, Literatura e Pedagogia; como o regente das cadeiras de Economia Política e Finanças, de Direito Constitucional, de Direito Privado Internacional, de Direito Civil, de Direito Administrativo e de Ciencia de Administração, na Faculdade de Direito da Bahia. Não foi sem fundamento que essa mesma Faculdade lhe outorgou o título de Professor Emérito e Benemérito e fez colocar o seu busto em bronze no saguão de entrada, perpetuando-lhe a benéfica passagem pelo augusto Cenáculo.

Restariam ainda varios outros capítulos: o do político, pois foi deputado estadual em duas legislaturas (1905-1906 e 1907-1908); o do administrador, já que dirigiu o Ginasio da Bahia, em 1925, e a sua querida Faculdade de Direito, desde 1929 até 1935, tendo tambem ocupado efetivamente o carpo de Secretario do Interior, Justiça, Instrução, Saúde, Assistencia Pública, e interinamente o de Secretario da Agricultura, Industria, Comercio, Viação e Obras Públicas, do Estado da Bahia.

Assinaláramos tambem o capítulo evocador de suas derradeiras atividades: membro e depois presidente da Câmara de Reajustamento Econômico, presidente honorario da mesma em 1937, por eleição dos proprios pares, e, finalmente, desde março daquele ano, Ministro do Tribunal de Contas.

Sergipano de origem, mas ligado à Bahia pela propria vida, Bernardino deixou-lhe, além de lauréis culturais, as expressões práticas de suas atividades. Tais são os edificios do Instituto Histórico na praça 15 de Novembro, destruido por um incendio em setembro de 1914, e cujo novo predio foi inaugurado em novembro do ano seguinte, o Pavilhão Dois de Julho, receptáculo das glorias alcançadas pela Bahia nas lutas pela independencia, a "Casa da Bahia", nova sede do Instituto Geográfico e Histórico, localizada na avenida 7 de Setembro e inaugurada em julho de 1923, a nova sede da Faculdade de Direito, inaugurada em 1931, edificios que se ergueram graças às campanhas levadas a efeito pelo admiravel cidadão Bernardino José de Souza.

Em sessão da Academia Brasileira de Letras, o Sr. Levi Carneiro sintetizou-lhe a existencia: "Homem de pensamento e de ação, esclarecido e devotado estudioso da nossa historia e da nossa vida rural, magnífico realizador de fecundas iniciativas culturais, um exemplar de rara e preciosa especie da nossa gente. Jurista, sociólogo, historiador, administrador, em todos os estudos a que se dedicou, em todos os lugares por onde passou, deixou a marca da sua personalidade, assim como na memoria de todos os que com ele

tiveram a fortuna de tratar, a recordação da sua sensibilidade primorosa e da sua doce afetividade”.

No mês de março, pranteamos a morte de Alcebiades de Toledo Piza cuja ascendencia tanto materna quanto paterna, ligava-se aos primitivos troncos piratininganos. Fiel ao sangue que lhe corria nas veias, Alcebiades foi visceralmente um paulista: — pela formação intelectual, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1902; pelas atividades, lavrador de café em Jaú, Dourado e Pirajuí; pelos inúmeros descendentes que legou ao Brasil, e, especialmente, pelo seu típico orgulho de ser paulista.

Socio assistente do Instituto no qual ingressou em agosto de 1934, conduzido pelas mãos de José Torres de Oliveira, Dacio Pires Correia, Plinio Airoso e José Francisco de Queiroz Teles, declarou, cheio de ufania, em sua proposta, ser brasileiro de São Paulo. Como todo brasileiro de São Paulo, Alcebiades bem serviu ao Brasil, contribuindo para o seu enriquecimento, esmerando-se nos trabalhos agrícolas a fim de que a Terra Bandeirante continuasse a merecer a tão positiva afirmação de Artur Neiva: O Brasil assemelha-se a um trem no qual São Paulo é a locomotiva.

Antes de se dedicar exclusivamente à lavoura de café, Toledo Piza exerceu em São Paulo, nos anos de 1903 e 1904, o alto cargo de Procurador Geral da República. Durante toda a existencia conservou acendrado interesse pelos fastos piratininganos e por tudo o que dissesse respeito ao torrão paulista. Nascido na fazenda Riachuelo, localizada na Serra do Banharão, no municipio de Jaú, herdara dos pais, o Coronel Joaquim de Toledo Piza e Almeida e a exma. senhora Dona Teodora Martins Bonilha de Toledo Piza, o amor à terra, essa generosa terra, tão fértil e dadivosa que deu ao país os mares verdejantes do café, ponteiro estabilizador da nossa situação econômica internacional, fiel da balança comercial da nação.

Em Alcebiades de Toledo Piza encarnava-se o tipo do patriarca rural, cujas mãos fortes e queimadas pelo sol do trópico, enfeixaram, durante varios estadios de nossa evolução, os poderes econômicos, sociológicos e políticos do país. Tal a influencia do café em nossa formação que Mestre Afonso de E. Taunay lhe dedicou alentada serie de volumes, reveladores das influencias exercidas pela cultura cafeeira na vida nacional. E na soma imensa dessas influências frutificadoras da nossa riqueza e do nosso progresso, determinadoras de usos e costumes, modificadoras de nossa sociologia, muitas vezes dominadoras da nossa política, Alcebiades de Toledo Piza teve o seu quinhão, a sua parcela que o estratificou em uma das camadas mais profundamente individualizadas na Historia do Brasil.

Junto às lamentações pelo seu desaparecimento, permanece o

consolo da sua obra, os seus esforços em prol da grandeza econômica do país, e, muito em particular, aquele seu justo orgulho de ter nascido paulista.

No mês de abril, enchemo-nos de pesar com o falecimento de Guilherme Wendel, ocorrido na cidade de Santos. Misto de cientista, desbravador de selvas e homem público, o engenheiro Guilherme Wendel prestou assinalados serviços à Patria. Durante quarenta anos, na chefia da Comissão Geográfica e Geológica, fez demarcações, levantamentos, e explorações que nos ajudaram a melhor conhecer a geografia, a geologia, as riquezas naturais e as possibilidades de nosso Estado. Desvendou segredos, desfez lendas e positivou o que de real existe em largos trechos dos rios Paraná, Peixe, Grande, Tietê, bem como no litoral norte e sul de São Paulo.

Na demarcação das divisas paulistas com os Estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, coube-lhe papel destacado pois, conhecedor profundo das zonas limítrofes, trouxe precioso auxílio às comissões encarregadas da projeção e do estabelecimento daqueles lindes.

Obrigado pela profissão que abraçara, e pelo proprio temperamento, entrou em contato íntimo com a montanha, a campina, a floresta, as forças da natureza paulista, passando a respeitá-la e amá-la, nela divisando e coordenando o que fôsse util na aplicação do trabalho humano. E' exemplo disto, entre outros, o minucioso estudo elaborado sobre as cabeceiras do Rio Feio. Nessas atividades de Guilherme Wendel, avultam o homem de ciencia aplicando seus conhecimentos em beneficio do progresso, e o êmulo dos bandeirantes que, como ele, também ajudaram a melhor ser conhecida a terra brasileira. Da reunião desses dois aspectos surge o homem público, devotado ao bem da coletividade.

Quantos outros méritos poderíamos ainda apontar na existencia deste consocio! A sua atuação no prolongamento das Estradas de Ferro Sorocabana e Ituana, as colaborações no Correio Brotense, as publicações espalhadas em varios órgãos de divulgação técnico-científica, além da magnífica obra intitulada "A declinação magnética no Brasil na Época da Descoberta", obra na qual, mais uma vez, patenteou erudição e sólida cultura.

Trazido para a nossa companhia em março de 1935, por José Torres de Oliveira, Nicolau Duarte Silva, Plínio Airosa e Campos Aguirre, nele sempre sentimos a confiança e o apoio emanados do homem de ciencia, a admiração pelo êmulo dos antigos bandeirantes, e a veneração creditada aos verdadeiros homens públicos.

O sexto a desaparecer foi Mario de Sanctis, aquele tão amavel e dedicado Mario de Sanctis, em quem se reuniram a vocação

do sacerdocio médico, o espírito apaixonado do filatelista e a bondade característica dessas grandes almas que passam pela terra fazendo o bem e mitigando as dores da tão sofredora humanidade.

Nascido em S. Paulo aos 29 de junho de 1882, após os primeiros estudos no Ginasio Andrada, partiu para Nápoles, ali se bacharelando com distinção em ciencias e letras. No ano de 1910, recebia o diploma de médico pela Real Universidade, tendo sido também aprovado com distinção na tese inaugural, intitulada "A ação das hemotoxinas nos músculos e nervos". Durante a permanência na Italia, defendeu São Paulo, incriminado como região infestada de males tropicais, e isso fez vertendo para o italiano e divulgando nos jornais peninsulares os artigos escritos pelo jornalista Rangel Pestana. Naquele mesmo ano de 1910, acompanhou o Professor Castellino ao Congresso de Higiene realizado em Buenos Aires.

Desde os tempos acadêmicos, demonstrara pendor por estudos mais desenvolvidos, numa ansia de completar os conhecimentos de simples universitario. Assim, como interno do Professor Castellino, no Instituto de Patologia Geral, coligiu as "Consultas Clínicas", e colaborou na revista "Il Tomassi". Assistido pelo Professor Minervini, publicou na "Rivista delle Cliniche e degli Ospedali", varios trabalhos como "A Posição do Corpo na Ciática", "Terapêutica física nas doenças do coração" e "As nevroses do plexo solar". Interessado pela mineralogia, traduziu para o português as aulas do Professor Oto van Schoren, referentes à vida dos cristais.

Voltando ao Brasil, revalidou o diploma de médico no Rio de Janeiro e veio exercer a profissão na cidade de São Paulo que o vira nascer. Devotado à clínica, grangeou amigos, conquistou o respeito dos colegas e a gratidão dos que amparou e serviu com a ciencia e arte hipocráticas. Na Santa Casa de Misericórdia, espalhou a mancheias a caridade de sua alma sacerdotal. Desde 1910 integrava a douta Sociedade de Medicina e Cirurgia; em 1922, foi um dos fundadores da Sociedade de Entomologia do Brasil; em 1930, recebeu o galardão de socio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Integrava a Associação Paulista de Imprensa, e, em 21 de fevereiro de 1927, já o havíamos recebido, por indicação de Pedro Dias de Campos e Afonso de Freitas Junior, como socio efetivo, tendo desde então positivado entre nós os dotes de eficiente e operoso companheiro.

Erudito conhecedor de numismática, foi, porém, no culto à filatelia que mais se expandiu no Instituto a personalidade de Mario de Sanctis. A filatelia dedicou-se carinhosamente, projetando o seu nome no âmbito internacional. Fundou em companhia de outros, a Sociedade Filatélica Paulista de que foi secretario durante vinte anos, presidente de 1937 a 1938, e diretor do seu Boletim desde



1926 até 1940, dirigindo ainda em 1943, a publicação do Boletim Filatélico Bandeirante. Muitos dos artigos que estampou nesses órgãos foram traduzidos no estrangeiro. Deixou quasi sessenta elucidativos trabalhos sobre selos, entre os quais se destacam a "Contribuição ao estudo dos selos do Brasil" e "Carimbos e Marcas Postais do Brasil". O último obteve medalha de prata na Exposição Filatélica Internacional de Praga, onde Mario de Sanctis representou o nosso país. Esse precioso documentario sobre a historia do correio em nossa patria, está publicado no volume 25 de nossa revista, com profusa ilustração de mais de cinquenta gravuras.

Mario de Sanctis pertenceu à American Philatelia Society, compôs o juri da Exposição Filatélica Internacional de Nova York em 1926, presidiu, em 1934, em Turim, a Federation Internationale de la Presse Philatelique, participou da "Exposition Philatelique Internationale de Paris", em 1937, e integrou o Comité Filatélico de Honra da Exposição Filatélica Internacional do Centenário do primeiro timbre postal francês no ano de 1949. Os maiores filatelistas do mundo, como Napiero, Emilio Diena, Herbert Munk, Fred Emerson e Ricardo Elisabe, mantinham com ele assidua correspondencia.

Nesta Casa, participou brilhantemente da Comissão de Ciencias, Numismática e Arqueologia em 1929 e da Comissão de Filatelia desde 1939 até 1949, tendo enriquecido a nossa biblioteca com mais de cem exemplares das revistas American Philatelist e Revista Filatélica Argentina. Não era assiduo às nossas reuniões, tanto o prendiam as atividades na Sociedade Filatélica e o afã da clínica, mas, sempre que dele tivemos necessidade, prontamente compareceu, perfeito cumpridor de deveres, para nos orientar e elucidar, para servir e prestigiar o Instituto. Desaparecendo Mario de Sanctis, a Filatelia perdeu um dos seus maíos sábios cultores e o nosso Instituto um dos seus grandes valores.

Pela sétima vez a morte veio perturbar o ritmo de nossa vida, arrebatando-nos João Lellis Vieira que desde julho de 1907, enobrecia o quadro de socios efetivos, tendo-nos prestado excelentes serviços na Comissão de Contas (1910) e na Comissão de Admissão de Socios (1916).

Fomos privados de esmerado companheiro e a Imprensa Paulistana de um dos seus mais antigos e interessantes cronistas. Nos últimos dez anos, quotidianamente, Lellis Vieira, senhor de um estilo literario ao mesmo tempo crítico e jovial, encheu de atrativos a columna do Correio Paulistano, intitulada "Crônica da Cidade". Como nenhum outro sabia ele descrever os pequeninos incidentes da vida cidadina, as características mínimas da Paulicéia, cuja evolução acompanhava de longa data, anotando as particularidades dos seus habitantes cosmopolitas, a fisionomia de suas ruas, praças e bairros, os marcos do seu progresso, o sofrimento do seu povo, as in-

curias de muitos dos seus administradores, enfim a feição típica de São Paulo, os traços psicológicos do paulistano. E isso tudo fazia de maneira agradabilíssima, com um estilo inconfundível, com frases e períodos exuberantes de verve, de senso de humor, e mesmo de jocosidade que prendiam e divertiam os leitores, fazendo-os esquecer as agruras e dificuldades da existência. Bem soubera escolher o pseudônimo "João do Riso" com que assinou anos a fio a colaboração para o *Diário Popular*.

Indiscutivelmente, Lellis Vieira, jornalista e autor da volumosa "Crônica da Cidade", marcou uma época na imprensa bandeirante, um período cujas raízes se vão prender longinquamente na fase aurea dos interpretadores da alma popular, tão bem expressada nas suas angústias, nas suas expansões ou nos seus retraimentos, pelo inolvidável Belmonte. Pertenceram ambos à "Folha da Noite", criação consolidada e amparada pelo genio realizador de Olival Costa. Lá nasceram o idealizador do Juca Pato e o cronista Lellis Vieira, que já se encontram eternizados nos fastos da cidade.

Lellis Vieira deixou também fartíssimo documentário religioso inserto na revista "Ave Maria" da qual foi redator. Provando-lhe as qualidades de historiador e de atraente conferencista, são interessantes para serem recordadas, neste sucinto necrologio, a polémica travada em torno de José Bonifácio como o Patriarca da Independência, e a conferência estampada no volume XX de nossa Revista, e pronunciada aqui no Instituto sobre Manuel Batista Cepellos, admiravelmente analisado por Lellis não só como o "Poeta parnasiano, lírico, decadente, simbolista e filósofo" mas também como o poeta historiador revelado no soneto "Amador Bueno" e no poema "Os Bandeirantes".

Funcionário público de alta categoria, Lellis Vieira, por largos anos, dirigiu o Departamento do Arquivo do Estado, donde saiu em épocas variadas todo esse manancial formado pelos "Inventários e Testamentos", pelos "Documentos Interessantes" e por outras publicações que vêm permitindo a reconstrução do passado paulista e brasileiro. Honrando as tradições do departamento tão querido de Washington Luís, tão enaltecido pelas administrações confiadas a Toledo Piza, Djalma Forjaz e outros vultos eminentes das nossas letras históricas, Lellis Vieira não desmereceu dos seus antecessores. Continuou e completou-lhes a obra. Na medida que lhe possibilitavam os orçamentos estaduais, publicou varios volumes documentarios e sempre acolheu, cheio de entusiasmo, solícito em orientação, auxílios e em facilidades, os que buscavam o arquivo para a elaboração de análises e pesquisas históricas.

Guindado, recentemente, à direção do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, ainda se notam os sinais benfa-

zejos de sua passagem, um deles, o conjunto infantil da Escola de Bailados bem expressa as suas qualidades de organizador.

Agraciado pelo governo federal com a medalha comemorativa do cinquentenário da República, Lellis Vieira gozava, entre outras dignidades, as de pertencer à "Sociedade Acadêmica Internacional de História", e à "Academia Latina de Ciências, Artes e Belas Letras", entidades culturais francesas, além do título de doutor "Honoris Causa" da Faculdade de Jornalismo, Ciência Política e Linguagem, dos Estados Unidos da América do Norte.

Amarguraram-se na morte de Lellis Vieira, não só os seus companheiros, os que de perto o conheciam, os amigos e a família, mas toda essa fervilhante Paulicéia, as árvores da Praça da República, os ipês da avenida Paulista, os vagabundos dos jardins, os pardais do Largo do Arouche e do Vale do Anhangabaú, a multidão que cruza os viadutos, o homem da rua e o homem do escritório, a neblina e a garoa, pois todos eles perderam o seu cronista, a alma que os compreendia, a pena que os fixou para a imortalidade da História.

No dia 19 de outubro, noticiou-se o passamento de João Vampré, nascido, como Bernardino de Souza, em Sergipe, e que, também como ele, viveu quase toda a existência fora da província natal, emprestando a sua colaboração ao desenvolvimento cultural de outras regiões do Brasil.

A Bahia e o Distrito Federal desfrutaram o talento de Bernardino. São Paulo, Minas Gerais e o mesmo Distrito Federal receberam os benefícios da inteligência de João Vampré, chegado por volta de 1883, com 18 anos de idade, à então Província de São Paulo, onde se fixou na próspera cidade de Limeira. Ali completou o curso de humanidades no Colégio de José Ferreira da Costa no qual, mais tarde, veio a ocupar com brilho um lugar destacado no corpo docente. Transferindo-se para a capital paulista, colaborou no "Diário Popular", cujos exemplares estampam uma espécie de polêmica sobre filologia, mantida entre ele e o padre Sena de Freitas. Atraído pelos estudos farmacêuticos, preferiu João Vampré os ares sadios das alterosas, ingressando na Escola de Farmácia da cidade de Ouro Preto, em cuja imprensa militou, escrevendo com certa constância no jornal "Minas Gerais".

Após um período em que, através da arte bélica, demonstrou o seu patriotismo, alistando-se no batalhão "Silva Jardim", durante a revolta da armada, voltou a São Paulo, reiniciando a sua vida jornalística através do "Diário Popular", do "Comércio de São Paulo", do "Correio Paulistano" e do "Estado de S. Paulo". Sobrava-lhe tempo para exercer o magisterio e para colaborar em várias revistas literárias.

Ingressou para o nosso quadro social aos 5 de março de 1900, e foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras, cabendo-lhe a cadeira que tem como patrono José Vieira Couto de Magalhães.

Na obra literaria de João Vampré, destacam-se o filólogo, o historiador, o crítico, o poeta e o folclorista. Atestam essa múltipla atividade os seus numerosos trabalhos. Três deles estão impressos em nossa revista. O primeiro, "Fatos e Festas na Tradição, o S. João e a Procissão de Corpus Christi em S. Paulo", é análise preciosa do sentimento religioso paulistano além de esplêndido documentario histórico. O mesmo se dá com o segundo, intitulado "Festas Tradicionais", lido desta mesma tribuna, e no qual se revelou observador arguto e sociólogo erudito que chega a nos lembrar a força do admiravel Meilo Moraes. O terceiro trabalho foi a magnífica oração proferida no "Clube Ginástico Português", em nome do nosso Instituto, por ocasião dos festejos comemorativos do IV Centenario do Descobrimto do Brasil.

O historiador sobressai tambem do estudo sobre Fernão Dias Pais, inserto em um dos volumes da Revista da Academia Paulista de Letras. O poeta foi admirado por Silvio Romero que prometera incluir as suas poesias em Apêndice ao "Parnaso Sergipano".

Do crítico dá-nos provas a secção de crítica literaria redigida por João Vampré em "O Estado de S. Paulo". O folclorista, de mistura com o historiador, projeta-se de "A Dança dos Caiapós em S. Paulo" e de "Os Festejos de Santa Cruz do Pocinho em São Paulo", estudos publicados tambem pela Revista da Academia Paulista de Letras.

Entre outros trabalhos de João Vampré, salienta-se "O Natal em Sergipe", traduzido para o italiano e incorporado à poliantêia organizada pela "Tribuna Italiana" sobre a tradição festiva do nascimento de Jesus. De data relativamente recente é o seu auxilio à sistematização da toponímia do nosso litoral, levada a cabo por uma plêiade dedicada de conhecedores da lingua tupi-guarani.

João Vampré faleceu após uma longa vida de mais de oitenta anos, vida util, fecunda, realizadora, patriótica e exemplaríssima, vida de varão ilustre inteiramente voltada para o bem espiritual e cultural da Patria.

Henrique de Campos Ferreira Lima! Quantas amabilidades, quantas delicadezas, quanto amor ao Brasil não evoca esse nome egregio de português que, ao nos visitar, ha varios anos, deixou-nos inteiramente cativos de uma tão afavel e douta personalidade.

Com palavras refertas de carinho e simpatia, dele, ainda ha pouco, nos falava Mestre Afonso de E. Taunay. Sem conhecê-lo, a

ele recorreremos um dia, na necessidade imprescindível que os historiadores brasileiros têm dos arquivos lusitanos. Respondeu-nos solícito, dando todas as indicações e facilitando em Lisboa as pesquisas que reverteram, entre outros benefícios, nas cem páginas de documentos inéditos publicados no último numero de nossa revista. Serviço inestimável que se continuará para o futuro, graças ao entrosamento permitido pela solicitude de Ferreira Lima e existente entre nós e alguns dos arquivos históricos de Lisboa.

Inteligencia de escol interessada nas belezas do mundo espiritual, Ferreira Lima perlustrou variadas regiões do reino das letras, mais especialmente as da historia e das ciencias afins. A sua bibliografia atinge quase cem obras sobre historia militar, historia da arte, historia religiosa, historia política, biografias, folclore e bibliografia.

Era profundo conhecedor de Almeida Garret, consumado ex-librista, e, em quatro de suas obras, interessou-se pelo Brasil. São elas: "José Clemente Pereira no Arquivo Histórico Militar", "Garret e o Brasil", "Casemiro de Abreu em Portugal", e "Dante em Portugal e no Brasil".

De suas produções, salientamos a organização de alguns utilísimos catálogos de documentos e de exposições, que tanto facilitam as pesquisas. Entre eles, há um especialmente dedicado ao Brasil e onde vêm relacionados todos os documentos referentes ao nosso país e existentes no Arquivo Histórico Militar, de Lisboa, no qual o nosso pranteado consocio exercia a alta função de diretor.

Coronel de artilharia, possuindo sobejos méritos de perfeito historiador e de acurado homem de letras, Ferreira Lima ostentava, entre os inúmeros títulos com que foram agraciadas a sua intelligencia e a sua produtividade, os de membro da Academia de Ciencias de Lisboa, de fundador da Academia Portuguesa de Historia, de membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto de Coimbra. Instituições culturais da Italia e do Brasil também o distinguiram. Entre as últimas, estava o venerando e glorioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Heraldo-Genealógico, e esta nossa Casa de culto e amor ao passado. Para aqui o trouxeram, em agosto de 1941, a fim de nos engalanar com o prestigio do seu nome laureado e nos beneficiar com os frutos do seu trabalho, Bueno de Azevedo Filho, Ataliba Nogueira, Carlos Alberto Nunes, Enzo da Silveira, Aureliano Leite, Frederico Brotero, Carlos da Silveira e Roberto Thut, aos quais o Instituto, reconhecido, agradece tão acertada determinação.

No Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, perdemos um dos nossos maiores e mais eficientes amigos dalem mar. Foi um

esteio da fraternidade luso-brasileira, um dos elos que, através do Atlântico, ligou Portugal ao Brasil tal qual fizeram as naus, as caravelas, os homens e os fatos comuns do passado. Representava a união que ainda hoje existe e que através do sentimento de luso-brasilidade, continuará a existir na sequencia ininterrupta dos anos, entre homens daquém e dalém-oceano, que falem a mesma lingua, cultuem as mesmas tradições, e tenham a mesma fé.

Sinto os olhos razos dagua, a alma vincada pelo desgosto, o coração quasi não resistindo ao peso de uma dor profunda, ao ter de falar-vos do nosso prezado consocio Eduardo Dias, aquele mesmo cativante Eduardo Dias que encheu, não são decorridos ainda cinco meses, este salão augusto, com as luzes da sua inteligencia, com as graças da sua afabilidade, com o rápido cativar de uma irradiante simpatia que entre nós espalhou para nos dominar, nos conquistar e nos enternecer.

Cheio de vida, um dos mais expansivos dentre aquela brilhante embaixada vinda ao Rio de Janeiro em nome do velho e querido Portugal a fim de juntos comemorarmos a instalação do Governo Geral no Brasil, foi justamente ele, de todos um dos mais alegres, um dos mais entusiastas, um dos mais vibrantes em comunicabilidade, quem a morte destinou para o holocausto, para o resgate do tributo inexoravelmente pago por todos os mortais.

A insensível e desapiadada ceifadora não conseguiu, porem, cumprir integralmente a sua tarefa. Levou apenas a materia, a exterioridade, a forma que revestia a essencia imortal de Eduardo Dias. Através da personalidade, da inteligencia e da espiritualidade, ele ainda vive e viverá perenemente entre nós.

Dos portugueses de além-mar, não houve quem mais nos quisesse, admirasse e engrandecesse. Tendo passado largos anos no Brasil, levara no íntimo, quando voltou a Portugal, uma visão emotiva de nossa Patria, visão em que, ao amor e à saudade, se mesclavam as virtudes da nacionalidade, as qualidades da nossa inquebrantável e imorredoura lusitanidade, exuberante desde o amanhecer de nossa historia, passando pelo dia alto de nação livre e independente, até o nosso amadurecer de país soberano, hoje força expressiva do potencial americano na evolução do universo.

Recentemente, em principios deste ano, desse mil novecentos e quarenta e nove tão marcante nas glorias e nas tradições nacionais evocadas por todos os brasileiros, através das figuras sublimes de Rui e de Nabuco, genios da raça que iniciou a fecundação civilizadora da virgem América em terras de São Vicente, de Pernambuco

e da Bahia, visitou-nos Eduardo Dias para nos trazer o amplexo da sua fraternidade, o seu devotamento de amigo, o apoio incondicional de sua fulgurante inteligência e do seu bondoso coração para tudo o que dissesse respeito ou mesmo ao de longe recordasse o seu tão amado Brasil.

Quando nos reviu, passados quasi vinte anos, avultou-lhe o entusiasmo pelo que havíamos realizado, pelo progresso de nossa industria, de nosso commercio, de nossas cidades, de nossa cultura, e quão satisfeito se sentiu! Quanto orgulho não lhe dilatou a arcada forte do peito varonil quando, ao chegar em Lisboa, deu conta pelos jornais do que presenciara e constatará em nossa Terra! Tinha por nós acendrado amor revelado, entre outros fatos, entre outras circumstancias, entre outras obras, pelos dois volumes do admirável livro "Memorias de Forasteiros", em que reuniu e comentou, de modo como apenas ele sabia fazer, as peripecias e as impressões fixadas na palavra escrita dos viajantes e aventureiros que, durante os três primeiros séculos, abordaram as plagas brasileiras. Foi uma das maneiras de que se utilizava para prestar um culto de veneração ao nosso país, para ele nada mais do que o prolongamento sentimental da patria lusitana.

A figura de Eduardo Dias, como polígrafo, orientalista, historiador ou jornalista, merece um alentado estudo de biógrafo, de historiador ou de crítico dedicado. As suas produções histórico-literarias, com laivo de sociólogo, de filósofo, de magnifico interpretador dos altos significados e da propria alma das civilizações, erigiram-lhe um pedestal indestrutível, argamassado que foi pelas forças da inteligência, iluminado que é e será través dos tempos, pelas luzes da cultura e da erudição.

Neste necrologio, preto insufficiente de reconhecimento a quem tanto amou os homens e as cousas do Brasil, a quem tão carinhosamente nos dedicou o afeto que embeleza, purifica e humaniza a alma luso-brasileira, não cabe o elogio do homem de letras, do historiador ou do polígrafo. Cabem tão somente as recordações suscitadas pela visão do amigo desaparecido, o rememorar suave e doce daquela ternura prodigiosa com que a alma portuguesa de Eduardo Dias se uniu e se identificou com a alma brasileira.

Senhoras e Senhores! Chegamos ao término de nossas evocações. Por mercê de Deus, podemos finalizar. No ano de 1949, não fomos tão atingidos quanto no de 1948, pois, em lugar de dezesseis mortes, lamentamos apenas dez, pouco mais da metade. A nossa aflição não se mede, porém, com cifras estatísticas. Ela nos invade e nos avassala mal o canto fúnebre das parcas nos anuncia o passamento de qualquer consocio. Bastaria um morto para que a tristeza, o luto e a angustia nos assoberbassem.

O Instituto Histórico reúne em amavel companhia, os valores da intelectualidade, os padrões da nossa cultura histórica, e disso nasce a eternidade de sua obra, que se vai prolongando paulatinamente através da herança espiritual que as gerações — constituídas pelo nosso fraternal aconchego no recesso nobre desta mansão — transmitem sucessivamente umas às outras. Quando o ano de 1949 começa a penetrar os umbrais da eternidade, divisamos na clareira que ele deixou no tempo, aqueles dez saudosos companheiros entregando aos seus sucessores, o facho luminoso da sabedoria, do trabalho, do amor, da fé e da esperança, facho que em nossas mãos continua e, em outras mãos, continuará a iluminar a estrada dos gloriosos destinos desta Casa.



# Índice Alfabético e Índice Cronológico dos “Inventários e Testamentos” publicados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo

REGINA JORDÃO

## EXPLICAÇÃO

O Arquivo Público do Estado de São Paulo publicou em 33 volumes os *Inventários e Testamentos* feitos na Capitania de São Vicente, declarados documentos públicos pela lei estadual n.º 666 de 6 de Setembro de 1899. Desses *Inventários e Testamentos* organizei um Índice Alfabético e um Índice Cronológico; o primeiro para, sem perda de tempo, se encontrar os nomes dos inventariados e testadores e o segundo para se achar, mais ou menos juntos, determinados períodos econômicos, dando assim facilidade de consulta e estudo aos que se interessam pelos tempos coloniais do nosso São Paulo. Ambos os índices mencionam os nomes dos inventariados e testadores, do dia, mês e ano, do lugar ou paragem em que se realizaram os respectivos atos, com ou sem testamentos, e do número do volume e da respectiva página em que estão publicados. Copiei os diversos nomes aí usados com a ortografia com que estão escritos, embora, muitas vezes, me parecesse que, com letras diferentes, designassem um mesmo lugar já referido.

Com o desejo de economizar espaço empreguei abreviaturas e sinais que vão em seguida indicados para a sua significação:

s/t	=	sem testamento
c/t	=	com testamento
s/d	=	sem data
_____	=	não consta
-----	=	ilegível
sr	=	sertão
m/sr	=	morto no sertão

Apesar do cuidado, com que trasladei as indicações feitas, ha de nelas haver erros, porém, facilmente corrigíveis pelos consultantes deste trabalho, que não é literario nem de crítica histórica, tendo apenas a intenção de ser util.

# INDICE ALFABÉTICO

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTÁRIO	VOL.	PÁG.
Affonso Dias .....	1649	Julho	4	S. Paulo, c/t. 1648 .....	15	5
Affonso Dias Macedo ...	—	—	—	S/inv. Aprovação do test. feita em N. S. da Candelária de Utu- guassú, 1700 .....	24	46
Affonso Gomes .....	1681	Setemb.	11	S. Paulo, s/t. ....	6	22
Agostinha Rodrigues .....	1633	Setemb.	5	S. Paulo, c/t. 1633 .....	9	8
Dona Agostinha Rodrigues	1684	Junho	7	Parnaíba-Ayapy, c/t. 1683 .....	21	50
Agueda de Abreu .....	1599	Julho	16	S. Paulo, c/t. 1599 .....	1	28
Aleixo Leme .....	1646	Setemb.	9	S. Paulo, s/t. ....	33	8
Aleixo Leme de Alvarenga	1675	Fever.	21	S. A. Parnaíba, c/t. 1675 .....	19	
Aleixo Leme dos Reis ...	1671	Outubro	19	S. A. Parnaíba, c/t. 1670 .....	18	22
Alonso Peres .....	1673	Maio	8	S. A. Parnaíba, Guaramy, s/t. ..	18	28
Alvaro Rabello .....	1639	Março	24	S. Paulo, c/t. 1639 .....	12	29
Alvaro Rodrigues do Prado	1683	Dezemb.	26	S. Paulo, s/t. ....	21	43
Amaro Domingues .....	1636	Março	4	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	9
Ambrosio Mendes .....	1642	Agosto	6	S. A. Parnaíba, c/t. 1642 .....	13	47
Anastacio da Costa .....	1650	Julho	21	S. A. Parnaíba, c/t. 1640 .....	13	21
André Botelho .....	1635	Outubro	20	S. Paulo, c/t. 1635 .....	10	7
André de Burgos .....	1629	Setemb.	15	S. Paulo, c/t. 1629 .....	7	50
André Lopes .....	1701	Abril	11	S. Paulo, c/t. 1697 .....	24	24
André Martins .....	1613	Setemb.	17	S. Paulo - Caratim, s/t. (m/sr.)	3	12
André Peres .....	1631	Dezemb.	31	S. Paulo, c/t. 1630 .....	9	29
Andrezza Gonçalves .....	1612	Outubro	11	S. Paulo c/t. Ha contradição en- tre a data do inv. e test. ....	30	13
Angela de Campos e Me- dina .....	1641	Julho	23	S. A. Parnaíba, c/t. 1639 .....	13	9
Anna Cabral .....	1643	Maio	22	S. Paulo, c/t. 1643 .....	29	1
Anna da Cunha .....	1675	Abril	16	S. Paulo, c/t. 1675 .....	19	13
Anna Luiz .....	1644	Fever.	20	S. A. Parnaíba c/t. 1643 .....	29	5
Anna Luiz Grou .....	1644	Fever.	9	S. Paulo, s/t. ....	29	11
Anna Maria Rodrigues ..	1684	Fever.	2	S. Paulo, c/t. 1682 .....	23	42
Anna Marques .....	1633	Maio	2	S. Paulo, c/t. 1632 .....	9	30
Anna de Moraes .....	1616	Maio	21	S. Paulo, c/t. 1616 .....	25	7
Anna Proença .....	1680	Novemb.	2	S. Paulo, c/t. 1680 .....	20	25
Anna de Proença .....	1644	—	—	S. Paulo, s/t. ....	26	6
Anna Ribeiro .....	1712	Agosto	5	S. Paulo s/t. ....	27	18
Anna Ribeiro de Almeida .	1640	Abril	4	S. Paulo (Autuação de uma peti- ção de) .....	27	16
Anna Rodrigues (f. de Bartholomeu e Maria Lu- cas) .....	—	—	—	S/inv., c/t. 1772 em S. Paulo ....	2	33
Anna Saraiva .....	1672	Dezemb.	7	S. Paulo, c/t. 1672 .....	18	41
Anna da Silva .....	1687	Setemb.	4	S. A. Parnaíba, c/t. 1686 .....	22	17
Anna de Siqueira .....	1646	Janeiro	2	S. Paulo - Tapisape, c/t 1645 ..	33	2
Anna Tenoria .....	1659	Março	23	S. Paulo, c/t. 1658 .....	12	44

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	Vol.	PAG.
Anna Vidal .....	1681	Dezemb.	26	S. Paulo, c/t. 1680 .....	22	136
Antão Pires .....	1600	Dezemb.	12	S. Paulo, c/t. 1600 .....	1	323
Antonia de Chaves .....	1610	Abril	15	S. Paulo, c/t. 1595 .....	1	67
Antonia de Chaves .....	1640	Janeiro	10	S. A. Parnaiba, c/t. 1639 .....	14	LIII
Antonia Dias .....	1622	Maio	23	S. Paulo - Tambéhi, c/t. 1622 ..	4	366
Antonia Gonçalves .....	1616	—	—	S. Paulo, c/t. 1613 .....	3	123
Antonia Leme .....	1684	Fever.	28	S. Paulo, c/t. 1683 .....	21	409
Antonia de Oliveira .....	1632	Abril	21	S. A. Parnaiba, c/t. 1632 .....	8	309
Antonia Ribeiro .....	1681	Junho	10	S. Paulo - Pinhaes, c/t. 1680 ....	20	383
Antonia de Soveral .....	1616	Abril	27	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1616 ..	4	393
Antonio de Almeida .....	1636	Agosto	15	S. Paulo, s/t. ....	10	279
Antonio de Almeida Lara .	1680	Junho	4	S. A. Parnaiba - Gara... c/t. 1678 (por motivo de viagem) ....	19	381
Antonio de Almeida Pi- mentel .....	1653	Abril	30	S. Paulo, s/t. ....	15	233
Antonio Alvares Couceiro .	1641	Outubro	12	S. Paulo, c/t. 1641 .....	28	107
Antonio Antunes Maciel ..	1726	Setemb.	26	N. S. Candelaria de Itú, c/t. 1717	26	429
Antonio de Azevedo .....	1681	Maio	28	S. Paulo, c/t. 1681 .....	21	151
Antonio Bicudo .....	1650	Dezemb.	19	S. A. Parnaiba, c/t. 1648 .....	15	25
Antonio Bicudo de Brito .	1687	Fever.	22	S. A. Parnaiba, c/t. 1686 .....	26	189
Antonio de Canto de Mes- quita .....	1628	Outubro	2	S. Paulo, s/t. ....	6	220
Antonio Castanho .....	1624	Agosto	31	S. Paulo, s/t. ....	6	215
Antonio Castanho da Silva	—	—	—	S/inv. c/t. 1700 em S. A. Parnaiba	25	157
Antonio Cubas de Macedo	1622	Setemb.	24	S. Paulo, c/t. 1622 .....	5	467
Antonio Dias Carneiro ...	1639	Janeiro	13	S. Paulo, s/t. ....	12	225
Antonio Ferreira .....	1627	Novemb.	2	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	167
Antonio Fonseca .....	1619	Julho	30	S. Paulo, c/t. 1619 .....	27	5
Antonio Furtado de Vas- concellos .....	1628	Maio	23	S. A. Parnaiba, c/t. 1625 .....	7	5
Antonio Gomes Borba ...	1645	Setemb.	30	S. A. Parnaiba, c/t. 1645 e c/t. e inv. f/sr. ....	14	347
Antonio Gonçalves .....	1628	Junho	13	S. Paulo - Urubuapira, c/t. 1628	7	381
Antonio Leite Falcão ...	1694	Dezemb.	28	S. Paulo, s/t. ....	23	211
	—	—	—	S/inv. c/t. 1704 em N. S. Cande- lária .....	25	183
Antonio Machado do Passo						
Antonio Nunes .....	1612	Julho	23	S. Paulo, s/t. ....	3	255
Antonio de Oliveira .....	1615	Fever.	22	S. Paulo, c/inv. sr rio Paraupava s/t. ....	31	11
Antonio Paes .....	1675	Abril	16	S. Paulo, s/t. (m/sr.) .....	19	131
Antonio Pedroso de Barros	1652	—	—	S. Paulo, c/t. s. d. ....	20	5
Antonio Pereira .....	1604	Outubro	4	S. Paulo, c/t. 1602 .....	1	447
Antonio de Paiva .....	1629	Novemb.	2	S. Paulo, s/t. ....	8	131

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Antonio Raposo da Silveira	1663	Maio	12	S. Paulo, c/t. 1663 .....	16	415
Antonio Raposo o Velho .	1633	Fever.	26	S. Paulo, c/t. 1633 .....	11	105
Antonio Ribeiro de Moraes	1688	—	—	— c/t. 1686 (há um 2.º inv. de 1700) .....	22	335
Antonio Rodrigues Miran- da .....	1637	Agosto	7	S. Paulo, c/t. 1614 .....	3	377
Antonio Rodrigues do Pra- do .....	1694	Novemb.	3	S. Paulo, c/t. 1694 em Santana de Mogi, Nossa Senhora da Ajuda .....	23	365
Antonio Rodrigues Velho .	1618	Março	26	S. Paulo, c/t. 1616 .....	11	47
Antônio da Silva .....	1635	Agosto	7	S. Paulo, c/t. 1635 .....	10	5
Antonio da Silveira .....	1638	Outubro	3	S. Paulo c/t. sr do Rio Grande, 1638 .....	11	239
Antonio, da Silveira .....	1613	Abril	23	S. Paulo, s/t. ....	30	143
						e 101
Antonio de Siqueira de Mendonça .....	1687	Dezemb.	26	S. Paulo - Forte, c/t. 1686 .....	22	97
Antonio de Siqueira Paes .	—	—	—	S/inv. c/t. 1712 .....	27	211
Antonio Vaz .....	1685	Junho	11	S. Paulo, s/t. c/inv. sr. 1684 ...	22	5
Ascenso Gonçalves .....	1678	—	—	S. Paulo, c/t. 1676 (por motivo de viagem para o sert.) .....	19	245
Baltazar Alves .....	1613	Fever.	11	S. Paulo, -s/t. (m/sr.) .....	1	309
Balthazar Lopes Fragoso .	1636	Janeiro	23	S. Paulo, c/t. 1635 .....	9	407
Balthazar Nunes .....	1623	Julho	24	S. Paulo, - Ipiranga, c/t. 1623 ..	6	15
Balthazar de Borba .....	—	—	—	S. Paulo, 1670 (Justificação de)	27	499
Balthazar Soares .....	1632	Outubro	9	S. Paulo, c/t. 1631 em Santos ..	8	279
Bartholomeu Bueno Ca- cunda .....	1685	Janeiro	24	S. Paulo - S. João de Ativaia s/t.	22	19
Bartholomeu Gonçalves ..	1626	Maio	18	S. Paulo, c/t. 1612 .....	7	93
Bartholomeu Paes de Abreu	—	—	—	S/inv., c/t. 1738 em S. Paulo ...	25	449
Bartholomeu de Quadros .	—	—	—	S/inv., c/t. 1722 em N. S. Can- delaria de Itú .....	26	265
Bartholomeu Rodrigues ..	1610	Setemb.	8	S. Paulo, c/t. 1608 .....	2	275
Beatriz Bicudo .....	1632	Julho	13	S. Paulo, s/t. (dupl. v. 11 pg. 89)	25	115
Beatriz Carvalho .....	1637	Dezemb.	31	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	391
Beatriz Rodrigues de Mo- raes .....	1625	Novemb.	7	S. Paulo, c/t. 1625 .....	8	5
Belchior Carneiro .....	1609	Dezemb.	29	S. Paulo, c/t. 1607 .....	2	111
Belchior de Godoy .....	1680	Novemb.	7	S. Paulo - Ativaia, s/t. ....	19	439
Belchior Rodrigues .....	1643	Julho	5	S. Paulo c/t. 1642 - A data do inv. é 1643 conquanto no frontispicio conste 1642 .....	28	251
Bento Pires Ribeiro .....	1669	Dezemb.	9	S. Paulo - Juquiry, s/t .....	17	223

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Bernardo Bicudo .....	1650	Agosto	14	S. A. Parnaíba, c/t. sr 1649 ....	15	173
Braz Esteves .....	1636	Outubro	21	S. Paulo, s/t. ....	10	327
Braz Gonçalves .....	1604	—	—	S. Paulo, c/t. sr Tememinos, 1603	11	9
Braz Gonçalves .....	1637	Junho	12	S. Paulo, c/inv. sr dos Carijos (Araxás), 1636 .....	11	129
Braz Gonçalves (o moço)	1604	Setemb.	9	S. Paulo, c/inv. e Test. 1603 sr. do Rio Guaibíhi .....	26	5
Braz Gonçalves (o velho)	1637	Junho	12	S. Paulo, s/t. c/inv. sr dos Cari- jos, 1636 .....	26	43
Braz de Pinha .....	1630	Maior	4	S. Paulo, c/t. 1630 .....	8	221
Braz Rodrigues de Arzão	1693	Novemb.	3	S. Paulo, c/t. 1692 .....	23	155
Catharina de Barros .....	1668	Abril	26	S. Paulo, c/t. 1667 .....	17	191
Catharina de Burgos .....	1634	Abril	10	S. Paulo, c/t. 1634 .....	9	275
Catharina Dorta .....	1698	Abril	2	S. Paulo, c/t. 1695 .....	23	447
Catharina Dorta .....	1626	Abril	21	S. Paulo - Oquitauna, s/t. ....	3	273
Catharina Gonçalves .....	1637	Janeiro	10	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	405
Catharina de Medeiros ..	1629	Março	29	S. Paulo, c/t. 1629 .....	8	93
Catharina de Mendonça ..	—	—	—	Falta o inv. c/t. 1692 em S. Paulo	23	15
Catharina Nogueira .....	1638	Julho	20	S. Paulo, s/t. ....	12	217
Catharina de Pontes .....	1621	Março	—	S. Paulo - Ipiranga, c/t. 1621 ..	5	419
Catharina do Prado .....	1674	Outubro	1	S. Paulo, c/t. 1674 .....	18	401
Catharina do Prado .....	1649	Junho	25	S. Paulo, c/t. 1649 .....	15	83
Catharina Ribeiro .....	1700	Novemb.	24	S. Paulo, c/t. 1676 (Há um 1. <sup>o</sup> inv. de 1688) .....	22	335
Catharina Ribeiro .....	1678	—	—	S. Paulo, c/t. 1677 .....	19	245
Catharina da Silva .....	1694	Julho	5	S. Paulo, c/t. 1693 .....	23	227
Catharina de Siqueira .....	1638	Janeiro	8	S. Paulo, c/t. 1637 .....	10	495
Catharina de Siqueira .....	1676	Dezemb.	25	S. Paulo, c/t. 1675 (Há erro no frontispício) .....	19	117
Catharina Unhate .....	1613	Fever.	3	S. Paulo, s/t. ....	1	267
Christovão de Aguiar Girão	1616	—	—	S. Paulo, c/t. 1616 (foi ao sr.) .	4	203
Christovão da Cunha .....	1665	Junho	12	S. Paulo c/t. 1664 .....	16	457
Christovão da Cunha .....	1697	Junho	5	— Sabohó, s/t .....	24	71
Christovão Mendes .....	1638	Agosto	7	S. Paulo, s/t. ....	12	15
Christovão Pereira .....	1622	Fever.	18	S. Paulo, s/t. ....	5	489
Clara Parente .....	1642	Junho	25	S. Paulo, c/t. 1635 .....	13	461
Clemente Aleixo .....	1641	Junho	20	S. Paulo - Caguassú s/t. ....	28	127
Clemente Alvares .....	1641	Maior	27	S. Paulo, s/t. ....	14	93
Constantino Coelho Leite .	—	—	—	S/inv. c/t. 1693 na Fazenda de Itaypy .....	25	139
Cornélio de Arzão .....	1638	Outubro	30	S. Paulo, s/t. c/inv. mandado fa- zer pela Inquisição em 1628 (pg. 71) .....	12	27

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Custodia Gonçalves .....	1681	Dezemb.	9	S. Paulo, c/t. 1679 .....	20	319
Custodio Gomes .....	1639	Fever.	3	S. Paulo, s/t .....	12	141
Custodio de Paiva .....	1610	Abril	16	S. Paulo, c/t. 1910 .....	2	495
Damião Simões .....	1632	Dezemb.	19	S. Paulo, c/t. 1632 .....	8	389
Damião Simões .....	1578	Março	14	S. Paulo, s/t. ....	1	3
Daniel Justo .....	1653	Fevereiro	25	S. A. Parnaíba c/t. 1641 .....	28	27
Diogo Bueno .....	1729	Agosto	22	S. Paulo - Cambarapigucava, c/t. 1699 .....	24	343
Diogo Correa de Araujo .	1678	Abril	12	S. Paulo, s/t. ....	19	299
Diogo Coutinho de Mello	1654	Setemb.	15	S. A. Parnaíba, c/t., 1654 .....	15	365
Diogo de Cubas .....	1681	Dezemb.	27	S. Paulo, c/t. 1680 .....	20	351
Diogo Dias de Moura ...	1627	Março	26	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	241
Diogo Martins Machuca ..	1613	Abril	21	S. Paulo, c/t. 1603 (m/sr) ....	3	451
Diogo Pinto do Regos ..	—	—	—	S. Paulo, 1740 (Documentos de)	27	269
Diogo Pinto do Regos ..	—	—	—	S. Paulo, 1750 (Justificação de)	27	291
Diogo Pinto do Rego ...	—	—	—	S. Paulo, 1750 (Autuação de uma petição de) .....	27	375
Diogo Pires .....	1643	Dezemb.	22	S. A. Parnaíba, c/t. 1642 .....	28	263
Don Diogo do Rego .....	1668	Janeiro	30	S. A. Parnaíba, s/t. ....	17	179
Diogo Sanches .....	1598	Setemb.	22	S. Paulo - Campos do Teyuguas- sú, s/t. ....	1	132
Diogo de Sousa .....	1628	Maio	13	S. Paulo, s/t. ....	7	361
Domingas Antunes (mulher de João de Pinha) .....	1630	Abril	20	S. Paulo, c/t. 1624 .....	6	231
Domingas Antunes (mulher de G. Fernandes) .....	1624	Março	26	S. Paulo - Ibiassava, c/t. 1624 ..	6	245
Domingas Rodrigues .....	1630	Fever.	25	S. Paulo, c/t. 1630 .....	8	193
Domingos de Abreu .....	1625	Setemb.	16	S. Paulo - Mooca, s/t. ....	6	337
Domingos Barboça .....	1611	Abril	7	S. Paulo, c/t. 1611 .....	11	29
Domingos Bicudo .....	1637	Março	7	S. Paulo, s/t. ....	10	445
Domingos Cordeiro .....	1643	Janeiro	..	S. Paulo, c/t. d/— .....	8	138
Domingos Fernandes .....	1653	Janeiro	24	S. A. Parnaíba - Utuguassú c/t. 1652 . ....	27	69
Domingos de Goes Pereira	1677	—	—	S. Paulo, s/t. (m/sr.) .....	19	189
Domingos Gonçalves ....	1615	Março	21	S. Paulo, c/t. 1615 .....	5	67
Domingos Jorge Velho ...	1671	Dezemb.	29	S. A. Parnaíba - Aiapi, c/t 1670	18	31
Domingos Leme .....	1673	Novemb.	12	S. Paulo - Jaquaporeru, c/t. 1673	18	353
Domingos Luiz (o moço) .	1613	Julho	8	S. Paulo, s/t. ....	3	69
Domingos Luiz Grou ....	1678	Agosto	1	S. Paulo, s/t. (m/sr.) .....	19	311
Domingos Pompeu .....	1713	Maio	12	Araçarigoama, s/t. ....	26	415
Domingos da Silva .....	1675	—	—	— s/t. ....	21	255
Estacia da Veiga .....	1675	Março	9	S. Paulo, c/t. 1674 .....	19	93
Estevão Forquim .....	1664	Agosto	6	S. Paulo, c/t. 1660 .....	16	197

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Estevão Gonçalves .....	1638	Setemb.	18	S. Paulo, c/t. sr 1637 .....	11	197
Estevão Ribeiro Bayão ...	1696	Abril	25	S. Paulo, s/t .....	24	5
Estevão Ribeiro Bayão (justificação de)	1674	Março	20	S. Paulo .....	26	149
Estevão Ribeiro Garcia ..	1736	Novemb.	14	Vila Roal do Senhor Bom Jesus, s/t. ....	26	375
Euphemia da Costa .....	1678	—	—	S. Paulo, c/t. 1678 .....	19	259
Felippa Gaga .....	1628	Dezemb.	29	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	177
Felippa Leme .....	1636	Dezemb.	13	S. Paulo - Cutihi, c/t. 1636 .....	10	351
Felippa Rodrigues .....	1612	Dezemb.	4	S. Paulo, s/t .....	3	247
Felippa Vicente .....	1615	Novemb.	26	S. Paulo - Campos de Urubuapira, c/t. 1615 .....	3	423
Felippa Vicente .....	1627	Setemb.	4	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	221
Felippe de Campos .....	1682	Maio	25	S. A. Parnaíba - Itapesseriçua, c/t. 1681 .....	21	227
Felippe Nunes .....	1636	Julho	5	S. Paulo, s/t. ....	10	269
Fernando de Camargo ...	1690	Outubro	6	S. A. Parnaíba - Ereta, s/t. ....	22	491
Fernando de Camargo ...	1693	—	—	S. Paulo, c/t. 1685 .....	23	97
Fernando Raposo Tavares .	1659	Janeiro	21	Ribeira Grande da Ilha de San- tiago de Cabo Verde, c/t. 1659	16	125
Fernando Raposo Tavares .	1661	Janeiro	—	S. A. Parnaíba, test. cit, vol. 16 pg. 125 .....	16	159
Fernão Dias .....	1605	Outub.	11	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1601 .	1	397
Fernão Dias Borges .....	1643	Março	6	S. Paulo (m/sr há 7 anos) ...	14	253
Francisca Cardoso .....	1611	—	—	S. Paulo, c/t. 1611 .....	3	5
Francisca da Costa Alber- nás .....	1670	Maio	5	S. Paulo, c/t. 1665 .....	18	5
Francisco de Almeida ....	1617	Maio	—	S. Paulo, c/inv. e c/t. sr 1616 ..	5	133
Francisco Barreto .....	1607	Agosto	20	S. Paulo, c/t. 1607 no porto Pra- petingi .....	2	201
Francisco de Brito .....	1616	Julho	30	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	277
Francisco Bueno .....	1638	Julho	—	S. Paulo, s/t. ....	14	5
Francisco Correia de Le- mos .....	1700	Janeiro	2	S. Paulo, c/t. 1697 .....	24	403
Francisca da Costa .....	1626	Março	29	S. Paulo - Maraqui s/t. ....	31	101
Francisco Cubas (o moço)	1672	Novemb.	23	Mogi das Cruzes s/t. (há falta deste inventário no índice) ..	18	318
Francisco Cubas Preto ...	1673	Fever.	3	S. Paulo - Goairai, c/t. 1672 ....	18	309
Francisco da Cunha Gago	1639	Março	21	S. Paulo, s/t. ....	12	259
Francisco Dias .....	1645	Maio	29	S. Paulo, s/t. ....	14	371
Francisco Dias Pinto ....	1611	Novemb.	22	S. Paulo, s/t. ....	3	21
Francisco Dias Velho ....	1689	Novemb.	2	S. Paulo, s/t. ....	22	245

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Francisco de Figueiredo .	1640	Janeiro	10	S. A. Parnaíba c/t. 1640 .....	28	9
Francisco da Gama .....	1600	Dezemb.	23	S. Paulo c/t: e inv. sr. 1600 (na bandeira de Domingues Rodri- gues) .....	1	335
Francisco Godinho .....	1610	Junho	25	S. Paulo, c/t. s.d. ....	2	481
Francisco Gomes Botelho .	1616	Junho	2	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	347
Francisco Leão .....	1632	Fever.	19	S. A. Parnaíba --- .....	14	V
Francisco Lourenço .....	1624	Abril	12	S. Paulo, s/t. ....	6	321
Francisco Lopes Pinto ...	1629	Março	26	S. Paulo, c/t. 1628 .....	7	405
Francisco de Mendonça ..	1630	—	18	S. A. das Cruzes c/t. 1630 em São Paulo .....	32	35
Francisco de Miranda Ta- vares .....	1642	Julho	15	S. Paulo, c/t. 1641 .....	14	67
Francisco Pedroso Xavier .	1680	Fever.	15	S. A. Parnaíba, c/t. 1674 (por motivo de viagem) .....	20	291
Francisco de Proença ....	1638	Junho	27	S. Paulo - Ipiranga, c/t. 1638 ..	11	421
Francisco Ramalho .....	1618	Novemb.	7	S. Paulo, s/t. ....	5	251
Francisco Ribeiro .....	1615	Agosto	17	S. Paulo - Mooca, c/t. 1615 (m/ sr.) .....	4	5
Francisco Ribeiro de Mo- raes .....	1676	Novemb.	29	S. Paulo, s/t. c/inv. sr dos Guayaz, 1665 (pg. 510) ....	16	479
Francisco Rodrigues Bar- beiro .....	1624	Janeiro	11	S. Paulo, c/t. aprov. 1623 .....	6	161
Francisco Rodrigues de Beja .....	1634	Outubro	3	S. Paulo, s/t. ....	9	227
Francisco Saraspes .....	1614	—	20	S. Paulo, s/t. ....	5	23
Francisco de Seixas ....	1615	Outubro	29	S. Paulo, s/t. ....	3	407
Francisco Teixeira .....	1605	—	—	Há apenas fragmentos deste inv. e test. ....	26	245
Francisco Velho .....	1619	Julho	8	S. Paulo, c/t. 1619 .....	25	5
Francisco Velho de Moraes	1679	Março	27	S. Paulo, c/t. 1677 (por motivo de viagem) .....	19	349
Francisco Xavier Paes (Autuação de)	1717	Fever.	6	S. Paulo, Autuação de emancipa- ção .....	26	515
Gabriel Rodrigues .....	1633	Outubro	8	S. Paulo c/t. 1633 .....	9	175
Garcia Rodrigues .....	1632	Abril	16	S. Paulo, c/t. --- .....	8	401
Garcia Rodrigues .....	1646	Dezemb.	5	S. Paulo, c/t. 1629 .....	7	497
Gaspar Barreiros .....	1646	Maió	8	S. Paulo c/t 1646 .....	33	73
Gaspar Barreto .....	1629	Setemb.	3	S. Paulo, c/t. 1629 .....	8	23
Gaspar Fernandes .....	1633	Setemb.	5	S. Paulo, s/t. ....	9	75
Gaspar Fernandes .....	1600	Abril	17	S. Paulo, c/t. 1600 .....	1	375



INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Gaspar Fernandes .....	1638	Julho	26	S. Paulo c/t. e inv. 1637, no Rio Taquari .....	11	213
Gaspar de Godoy (Justificação de) .....	1680	Março	18	S. Paulo .....	26	113
Gaspar de Godoy Moreira .....	1694	Janeiro	4	S. A. Parnaíba - Arassariguama, c/t. 1693 .....	23	311
Gaspar Sardinha .....	1679	Outubro	2	S. A. Parnaíba, s/t. ....	19	323
Gonçalo da Costa .....	1599	Julho	16	S. Paulo, c/t. 1599 .....	1	283
Gracia Rodrigues .....	1594	Fever.	11	S. Vicente, c/t. 1590 .....	1	40
Gracia Rodrigues .....	1646	—	—	S. Paulo, c/t. 1629 .....	7	497
Gregorio Ferreira .....	1638	Julho	20	S. Paulo, s/t. ....	12	5
Guiomar Rodrigues .....	1625	Maio	21	S. Paulo, c/t. 1625 .....	3	460
Henrique da Costa .....	1616	Julho	6	S. Paulo - Ebirapoeira, c/t. 1616 .....	4	109
Henrique da Cunha .....	1624	Março	4	S. Paulo, c/t. sr dos Carijós, 1623 .....	1	208
Henrique da Cunha Lobo .....	1672	Novemb.	27	S. Paulo, c/t. 1672 .....	4	172
Henrique da Cunha Lobo .....	1667	Agosto	20	S. Paulo, c/t. 1667 .....	17	65
Henrique da Cunha Machado .....	1680	Setemb.	12	S. Paulo - Caucaia, c/t. 1680 ...	21	5
Inez Dias de Alvarenga .....	1642	—	—	S. A. Parnaíba, c/t. 1641 .....	28	225
Inez Camacho .....	1623	Novemb.	20	S. Paulo, c/t. 1623 .....	12	327
Inez da Costa .....	1667	Setemb.	3	S. Paulo, c/t. 1667 .....	17	93
Inez Gonçalves .....	1644	Maio	28	S. Paulo, c/t. 1644 .....	29	277
Inez Gonçaves .....	1634	Dezemb.	9	S. Paulo, c/t. 1632 .....	8	361
Isabel Afonso .....	1641	Julho	13	S. Paulo, c/t. 1641 .....	28	135
Isabel de Almeida .....	1643	Março	6	S. Paulo, c/t. 1642 .....	14	253
Isabel Antunes .....	1617	Julho	8	S. Paulo, c/t. 1617 .....	5	53
Isabel Beldiaga .....	1623	Março	6	S. Paulo - Pinheiros c/t. 1623 ..	6	5
Isabel Bueno de Oliveira .....	1729	Agosto	22	S. Paulo, s/t. ....	24	343
Isabel Corrêa .....	1616	Julho	30	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	277
Isabel da Cunha .....	1616	Outubro	29	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	309
Isabel da Cunha Lobo ...	1641	Setemb.	6	S. Paulo, s/t. ....	13	447
Isabel Dias .....	1693	Outubro	1	S. Paulo, c/t. 1692 .....	23	145
Isabel Dias .....	1638	Dezemb.	9	S. Paulo, c/t. 1637 .....	12	209
Isabel Felix .....	1596	Janeiro	21	S. Paulo, c/t. 1596 .....	1	123
Isabel Fernandes .....	1599	Dezemb.	6	S. Paulo, c/t. 1599 .....	1	254
Isabel Fernandes .....	1641	Janeiro	29	S. A. Parnaíba c/t. 1641 .....	28	151
Isabel Fernandes .....	1619	Abril	16	S. Paulo, c/t. 1619 .....	30	189
Isabel Fernandes .....	1607	Setemb.	10	S. Paulo - Ipiranga, c/t. 1607 ..	5	5
Isabel Lopes .....	1643	Agosto	17	S. A. Parnaíba s/t. ....	29	9
Isabel Mendes .....	1633	Fever.	4	S. A. da Parnaíba, c/t. 1633 ...	9	23
Isabel de Moraes .....	1630	Dezemb.	24	S. Paulo, c/t. 1630 .....	25	105
Isabel Paes .....	1632	Outubro	16	S. Paulo, s/t. ....	11	99
Isabel Paes .....	1632	Outubro	16	S. Paulo, s/t. ....	27	493

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Izabel Paes .....	1616	—	—	S. l. s/t. ....	11	59
Izabel do Prado .....	1668	Abril	7	S. A. Parnaíba, s/t. ....	17	205
Izabel Ribeiro .....	1661	Setemb.	9	S. Paulo, c/t. 1660 (Falta êste inventário no índice) .....	16	177
Izabel Soares .....	1630	Fever.	9	S. Paulo, c/t. 1629 .....	8	113
Izabel Sobrinha .....	1619	Julho	22	S. Paulo - Goaibimatinga, c/t. 1619 .....	5	275
Izavel Velho .....	1699	Agosto	17	S. A. Parnaíba, s/t. ....	26	253
Januariô Ribeiro .....	1639	Outubro	6	S. Paulo, c/t. 1638 .....	12	131
Jeronyma Fernandes .....	1630	Agosto	4	S. Paulo, c/t. 1630 .....	8	235
Jeronymo Bueno .....	—	—	—	Papeis pertencentes às demandas que houve sôbre a faz. do defunto Jeronymo Bueno .....	23	469
Jeronymo Bueno .....	1693	Novemb.	3	S. Paulo, c/t. 1693 .....	23	47
Joanna de Castilho .....	1633	Abril	25	S. Paulo, c/t. 1631 .....	8	337
Joanna Fernandes .....	—	—	—	S/inv. c/t. 1613 .....	2	489
Joanna Lopes .....	1693	—	—	S. Paulo, c/t. 1691 .....	23	97
Joanna Nunes .....	1625	Novemb.	22	S. Paulo, c/t. 1623 .....	32	111
João de Brito Cassão ....	1641	Fever.	6	S. Paulo, c/t. 1640 .....	13	187
João Costa .....	1639	Abril	30	S. Paulo, c/t. 1638 .....	12	347
João da Cunha Lobo .....	1681	Dezemb.	9	S. Paulo, c/t. 1681 .....	20	419
João Tenorio .....	1634	Dezemb.	23	S. Paulo, c/t. 1634 .....	9	319
João Gago da Cunha ....	1636	—	—	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	367
João Gomes .....	1620	Junho	1	S. Paulo, s/t. ....	5	303
João Leite .....	1616	Maiô	11	S. Paulo, c/t. 1614 .....	4	475
João Leite da Silva Ortiz	1732	Março	17	S. Paulo, c/t. 1730 .....	25	383
João Missel Gigante .....	1645	Junho	19	S. Paulo, c/t. 1645 .....	32	11
João Murzillo .....	1615	Fever.	22	S. Paulo, s/ inv. sr. no rio Parau-pava, s/t. ....	32	115
João Nogueira .....	1689	Novemb.	13	S. Paulo - Sitio Ajapi, s/t. ....	22	311
João Pacheco Gato (autuação de uma petição de)	1715	Novemb.	25	S. Paulo, Autuação de emancipação .....	26	495
João Paes Rodrigues .....	1695	Abril	6	S. Paulo, c/t. 1693 .....	23	407
João de Prado .....	1597	Outubro	25	S. Paulo, c/t. 1594 c/inv. sr da Paranayba, 1597 .....	1	77
João Pedroso .....	1678	Abril	4	S. Paulo, s/t. ....	23	149
João do Prado .....	1615	Setemb.	23	S. Paulo - Urubuapira, s/t. ....	5	77
João do Prado da Cunha ..	1698	—	—	S. Paulo, c/t. 1695 .....	24	179
João Preto .....	1638	Julho	27	S. Paulo, c/t. e inv. sr 1637 ....	11	163
João de Sant'Anna .....	1612	Junho	19	S. Paulo, s/t. ....	3	59
João Serrano .....	1601	Abril	12	S. l. s/t. ....	11	3
João de Sousa .....	1632	Abril	10	S. Paulo, c/t. 1632 .....	8	417

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
orge de Barros .....	1615	—	—	S. l. c/t. 1615 .....	4	65
orge Dias .....	1631	Novemb.	30	S. Paulo, s/t. ....	31	125
orge Rodrigues .....	1606	Fever.	9	S. Paulo, s/t. ....	30	49
orge Goes e Moraes ....	1640	Abril	4	S. Paulo (Autuação de uma peti- ção de) .....	27	165
osé Gonçalves da Costa (Autuação de uma peti- ção de) .....	1717	Fever.	6	S. Paulo. (Autuação de emanci- pação) .....	26	525
osé de Paris .....	1617	Setemb.	17	S. Paulo, c/t. 1617 .....	5	217
osé Peres .....	1698	Novemb.	7	S. Paulo - Juquiri e Desterro, c/t. 1698 .....	24	117
zarte Lopes .....	1635	Dezemb.	10	S. Paulo, c/t. 1635 .....	9	463
onor Leme .....	1633	Janeiro	31	S. Paulo, c/t. 1629 .....	9	5
onor de Siqueira .....	1704	Novemb.	8	S. Paulo, c/t. 1699 .....	24	297
ourenso Castanho Taques (o velho) .....	1671	Março	16	S. Paulo, c/t. 1670 .....	18	69
ourenço da Costa .....	1692	Outubro	21	S. Paulo, s/t. ....	23	31
ourenço Fernandes .....	1646	Junho	12	S. Paulo (Diligências feitas para o inv. de) .....	33	125
ourenço Fernandes .....	1646	Junho	15	S. Paulo (Extravio de bens de)	33	163
ourenço Fernandes San- ches .....	1629	Março	26	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	203
ourenço Gomes Ruxaque	1611	Agosto	18	S. Paulo, c/t. 1608 no porto do Rio de Anhemby, na comp. de Martim Rodrigues .....	2	357
ourenço de Siqueira ...	1667	Junho	13	S. Paulo, c/t. 1665 .....	17	27
ourenço de Siqueira ...	1633	Setemb.	12	S. Paulo - Urubuapira, c/t. 1633	13	5
acrecia de Freitas .....	1698	—	—	S. Paulo, s/t. ....	24	142
acrecia Leme (mulher de José de Godoy) .....	1681	—	—	S. Paulo, s/t. ....	26	125
acrecia Leme (mulher de Antonio Vieira Antunes)	—	—	—	S/inv. c/t. 1706 em N. S. Cande- laria .....	25	213
acrecia Leme (mulher de Francisco Valente) ....	—	—	—	S/inv. c/t. 1701 em Itú .....	25	171
acrecia Leme (mulher de Fernão Dias) .....	1645	Agosto	8	S. Paulo, c/t. 1643 .....	14	313
acrecia Pedroso de Barros	1648	Novemb.	3	S. Paulo, s/t. ....	15	204
iz Dias .....	1642	Setemb.	6	S. Paulo, c/t. 1641 .....	13	431
iz Fernandes Folgado ..	1628	Julho	10	S. Paulo, c/t. 1628 .....	7	451
iz Furtado .....	1636	—	—	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	137

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PÁG.
Luiz Ianes Gil .....	1681	Julho	18	S. Paulo, c/t. 168 ---- (ha erro no frontispício) .....	21	13
Luiz Ianes (Grou) .....	1629	Julho	6	S. Paulo, c/t. sr 1628 .....	7	42
Luiza da Gama .....	1615	Agosto	25	S. Paulo - Campos de Boy, c/t. e codicilo 1615 .....	3	46
Luiza Leme de Alvarenga .	—	—	--	S/inv. c/t. 1690 na vila de Snt. Antonio de Guaratingueta ...	23	
Luzia Annes .....	1612	—	—	— c/t. 1611 .....	11	2
Luzia da Cunha .....	1638	Outubro	15	S. Paulo, c/t. 1638 .....	11	30
Luzia Leme .....	1656	Fever.	21	S. Paulo, c/t. 1655 .....	15	40
Luzia Leme .....	1699	Dezemb.	24	S. Paulo, s/t. ....	24	15
Luzia Leme de Alvarenga	—	—	—	Falta o inv. c/t. 1690 na vila de Snt. Antonio de Guaratingueta	23	
Manuel de Alvarenga ....	1639	Junho	18	S. A. Parnaiba, c/t. 1639 .....	14	XX
Manuel Alves Pimentel ...	1632	Abril	21	S. Paulo s/t. ....	31	15
Manuel Chaves .....	1646	Agosto	7	S. Paulo, s/t. ....	14	38
Manuel de Chaves .....	1603	Abril	2	Sertão do Paracatú, c/t. sr. 1603	1	41
Manuel Correa de Lemos .	1693	Março	25	S. Paulo s/t. ....	23	19
Manuel da Cunha Gago ..	1678	Março	5	S. Paulo, c/t. 1677 .....	19	2
Manuel Dias .....	1612	—	—	— c/t. no porto do Rio Anhemby, 1608 .....	11	
Manuel de Edra .....	1646	Março	14	S. Paulo - Goaiabinatinga .....	29	1
Manuel Fernandes de Moraes .....	1646	—	—	S. Paulo, c/t. 1645 .....	33	1
Manuel Fernandes Sardinha .....	1633	Janeiro	24	S. Paulo, c/t. 1633 .....	8	4
Manuel Fonseca Osorio ..	1681	Maió	7	S. Paulo, s/t. ....	21	1
Manuel Garcia Galera ...	1669	Fever.	18	S. Paulo, s/t. ....	14	2
Manuel Garcia Velho ....	1659	Agosto	12	S. Paulo - Tremembé c/t. 1659 .	27	
Manuel de Goes Raposo ..	1671	Novemb.	6	S. A. Parnaiba - Juquiry, s/t. ..	18	1
Manuel João Branco .....	1643	Julho	16	S. Paulo, c/t. 1641 .....	13	2
Manuel João de Oliveira .	1689	Dezemb.	26	S. Paulo, s/t. ....	22	2
Manuel de Lara .....	1637	Julho	22	S. A. da Parnaiba, s/t. ....	10	4
Manuel Lopes de Medeiros	1710	Agosto	26	S. Paulo, s/t. ....	26	2
Manuel Nunes .....	1644	Abril	3	S. Paulo c/t. 1641 .....	28	
Manuel Pacheco Gato (emancipação de) .....	1715	Novemb.	25	S. Paulo, (Autuação de emancipação) .....	26	4
Manuel Pacheco Gato ....	1715	Novemb.	11	S. Paulo - Cutia, c/t. 1715 .....	26	4
Manuel Pacheco Gato ....	1692	Novemb.	1	S. Paulo, c/t. 1692 .....	26	2
Manuel Peres Calhamares	1663	Maió	21	S. Paulo - Imboassava, c/t. 1663 e c/inv. feito em Jundiahy, no mesmo ano. (pg. 405) .....	16	3

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Manuel Pinto Suniga ....	1627	Setemb.	17	S. A. Parnaíba, c/t. 1627 .....	7	331
Manuel Pires (Justifica- ção de) .....	1673	Outubro	25	S. Paulo .....	26	101
Manuel Pires de Brito ...	1677	Julho	12	S. Paulo, s/t. ....	19	181
Manuel Preto, o moço ...	1638	Julho	27	S. Paulo, c/t. 1637 no rio Taquari	11	175
Manuel Requeixo .....	1615	Fever.	22	S. Paulo, c/inv. sr. do rio Parau- pava, s/t. ....	31	11
Manuel Rodrigues .....	1575	Fever.	17	S. Paulo, c/inv. no rio Parau-pava s/t. ....	31	11
Manuel Rodrigues .....	1646	Set.	17	S. Paulo, c/t. 1646 .....	33	99
Manuel Rodrigues de Ar- zão .....	1699	Abril	20	S. Paulo, c/t. 1698 .....	24	207
Manuel Rodrigues Goes ..	1615	Setemb.	—	S. Paulo, s/t. ....	30	151
Manuel de Siqueira .....	1614	Outubro	31	S. Paulo, c/t. 1614 (duplic. vol. 23 pg. 198) .....	11	35
Manuel Vandala .....	1627	—	—	S. Paulo, c/t. 1626 .....	7	41
Marcellino de Camargo ..	1684	Novemb.	20	S. Paulo - Tremembé, c/t. 1676 .	21	481
Margarida de Brito .....	1675	Maio	8	S. Paulo, s/t. ....	19	43
Margarida Gonçalves (jus- tificação de) .....	1682	Agosto	3	S. Paulo - Justificação de Mar- garida Gonçalves .....	26	141
Margarida Rodrigues ....	1635	Janeiro	5	S. Paulo, c/t. 1634 .....	13	45
M. Maria .....	1642	Novemb.	15	S. Paulo, s/t. ....	28	191
Maria de Araujo .....	1683	Novemb.	3	S. Paulo, c/t. 1682 .....	21	379
Maria Baptista .....	1639	Dezemb.	16	S. Paulo, c/t. 1639 .....	12	373
Maria Bicudo .....	1660	Janeiro	21	S. A. Parnaíba - Juqueryguassu, c/t. 1659 .....	16	63
Maria de Borba .....	1681	Setemb.	9	S. Paulo, c/t. s. d. ....	20	363
Maria Bueno .....	1674	Março	25	S. Paulo, c/t. 1673 .....	18	387
Maria Bueno .....	1646	Dezemb.	18	S. Paulo - Trerabembé, c/t. 1646	14	429
Maria Cabral .....	—	—	—	S/inv. c/t. 1699 .....	26	328
Maria da Chaves .....	1617	Fever.	19	S. Paulo, s/t. ....	5	235
Maria Corrêa .....	1636	Maio	11	S. Paulo c/t. 1636 .....	32	103
Maria da Costa .....	1680	Março	18	S. Paulo, c/t. 1679 .....	18	375
Maria da Cunha .....	1667	Agosto	28	S. Paulo, c/t. 1667 .....	26	162
Maria da Cunha .....	1670	Dezemb.	1	S. Paulo, - Caucaia, c/t. 1670 ...	17	461
Maria Diniz .....	1616	Novemb.	8	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	331
Maria Egipcica Domin- gues .....	1703	Outubro	24	S. Paulo, c/t. 1701 .....	23	166
Maria Falcão .....	1683	Agosto	19	S. A. Parnaíba, c/t. 1627 .....	13	149
Maria da Gama .....	1624	Outubro	29	S. Paulo - Mohi, au longo de S. Amaro, c/t. 1624 .....	6	199
Maria Gil .....	1644	Setembro	9	S. Paulo, c/t. 1644 .....	29	137

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PÁG.
Maria Gonçalves .....	1672	Setembro	10	S. Paulo, c/t. 1672 .....	33	115
Maria Gonçalves .....	1599	Outubro	12	S. Paulo - Birapoeira, c/t. 1599	1	185
Maria Jorge .....	1611	Maio	30	S. Paulo, c/t. aprov. em 1610 ...	3	201
Maria de Lara .....	1670	Dezemb.	14	S. Paulo, c/t. 1670 .....	18	152
Maria Leite .....	1692	Outubro	21	S. Paulo, c/t. 1691 .....	23	30
Maria Leite da Silva ....	1670	Abril	16	S. Paulo, c/t. 1667 .....	17	415
Maria Leme .....	—	—	—	Falta o inv. c/t. 1663 em S. Paulo	13	375
Maria Lucas .....	1632	Junho	7	S. Paulo, c/t. 1632 .....	2	30
Maria Luiz .....	1632	—	13	--- c/t. 1631 .....	13	175
Maria Luiz .....	1643	Setemb.	28	S. Paulo - Quitauna, c/t. 1643 ..	14	225
Maria Martins .....	1639	Janeiro	17	S. Paulo, c/t. 1638 .....	11	385
Maria Mendonça Bicudo ..	1630	Outubro	8	S. Paulo, s/t. ....	8	215
Maria de Moraes .....	1655	Agosto	7	S. Paulo, s/t. ....	25	125
Maria de Moraes .....	1711	Janeiro	7	S. Paulo, s/t. ....	24	425
Maria Nunes .....	1632	Outubro	18	S. Paulo, c/t. 1632 .....	11	75
Maria Nunes .....	1643	Junho	22	S. A. Parnaíba, c/t. 1643 .....	29	375
Maria de Oliveira .....	1628	Fever.	17	S. A. Parnaíba, c/t. 1627 .....	13	145
Maria de Oliveira .....	1665	Novemb.	26	S. A. Parnaíba - Ajapi, s/t. ...	17	5
Maria Paes .....	1616	Maio	20	S. Paulo - Virapoeira, c/t. 1616 .	4	445
Maria Pedrosa .....	1645	—	—	Vila de S. Vicente c/t. 1645 ....	33	55
Maria Pedroso .....	1613	Setemb.	—	S. Paulo, s/t. ....	5	125
Maria Pires de Medeiros .	1651	Maio	20	S. Paulo, s/t. (Há engano no ín- dice, consta aqui o nome de Antonio Pedroso de Barros) .	15	465
Maria Pompeu .....	1647	Abril	22	S. Paulo, c/t. 1647 .....	15	5
Maria Portes D'El-Rei ...	1680	Julho	11	S. A. Parnaíba - Itacatiara, c/t. 1680 . ....	19	425
Maria Ribeiro .....	1638	Fever.	20	S. Paulo, c/t. 1629 .....	11	365
Maria Rodrigues Goes ...	1682	Outubro	4	S. Paulo, c/t. 1670 .....	21	455
Maria da Silva .....	1616	Julho	18	S. Paulo, c/t. 1616 .....	5	105
Maria da Silva .....	1664	Julho	24	S. Paulo, c/t. 1655 .....	27	145
Maria de Siqueira .....	1632	Outubro	2	S. Paulo, c/t. 1632 .....	31	135
Maria Soares .....	1672	Dezemb.	15	S. Paulo, s/t. ....	18	255
Maria Tavares .....	1681	Junho	30	S. A. Parnaíba, c/t. 1681 .....	20	445
Marianna de Camargo ...	1680	Novemb.	10	S. Paulo - Ativaia, c/t. 1679 ....	22	205
Mariana Maciel .....	1685	Setemb.	29	S. Paulo, c/t. 1685 .....	19	205
Martim do Prado .....	1616	Abril	27	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1616 .	4	395
Martim Rodrigues .....	1612	Junho	18	S. Paulo, c/t. 1603 no sr e rio Paracatú: .....	2	
Martim Gomes .....	1615	Fever.	22	S. Paulo c/inv. sr do rio Parau- pava s/t. ....	31	1

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Iatheus Leme .....	1633	Setemb.	27	S. Paulo, c/t. 1628 .....	9	109
Iatheus Leme Castilho ..	—	—	—	S/inv. c/t. 1715 em Guaratin- guetá .....	26	361
Iatheus de Siqueira .....	1680	Outubro	5	S. Paulo, c/t. s. d. ....	19	467
Iathias Lopes .....	1651	Junho	26	S. Paulo - Pari, c/t. 1651 .....	26	75
Iathias de Oliveira .....	1643	Março	11	S. Paulo, s/t. ....	14	199
Iathias de Oliveira .....	1628	Agosto	28	S. Paulo - Ururahy, c/t. 1624 ..	6	267
Iathias Rodrigues da Silva	1710	Novemb.	24	S. Paulo, s/t. ....	25	229
Ielchior Martins de Mello.	1631	Janeiro	28	S. Paulo, c/t. 1626 .....	7	81
Iessia Bicudo .....	1632	Janeiro	31	S. Paulo, c/t. 1631 .....	8	289
Iessia da Cunha .....	—	—	—	S/inv. c/t. 1705 em N. S. da Can- delaria de Itú .....	25	201
Iessia Lobo de Oliveira .	1644	Março	21	S. A. Parnaiba, c/t. 1644 .....	29	161
Iessia da Penna .....	1635	Maio	2	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1625 ..	9	429
Iessia Rodrigues .....	1668	Outubro	30	S. Paulo, c/t. 1665 .....	17	115
Iessia Rodrigues .....	1605	Agosto	1	S. Paulo, Tijuca, c/t. 1645 ....	30	33
Iiguel Garcia Carrasco ..	1640	Abril	21	S. Paulo, s/t. ....	13	135
Iiguel Garcia Velho .....	1654	Abril	5	S. Paulo, c/t. 1654 .....	15	305
Iiguel Leite de Carvalho .	1687	Outubro	24	S. A. Parnaiba, c/t. 1685 .....	22	61
Iiguel Ribeiro .....	1638	Junho	12	S. Paulo, c/t. 1638 .....	11	401
Iiguel Sanches .....	—	—	—	S/inv. c/t. 1618 .....	1	179
Iiguel Vaz Pinto .....	1637	Outubro	8	S. Paulo, c/t. 1637 .....	10	431
Iicolau Barreto .....	1664	—	—	---- s/t. ....	16	441
Iaschoal Affonso .....	1678	Novemb.	2	S. Paulo, s/t. ....	13	130
Iaschoal Delgado .....	1688	Junho	26	S. Paulo, - S. João, s/t. ....	22	187
Iaschoal Dias Peres .....	1645	—	—	S. Paulo, s/t. ....	32	135
Iaschoal Leite .....	1667	Julho	14	S. A. Parnaiba - Caputera, c/t. 1667 .....	17	161
Iaschoal Leite da Cunha .	1684	Dezemb.	26	S. Paulo, c/t. 1683 .....	21	469
Iaschoal Leite de Miranda	1689	Setemb.	9	Parnaiba - Guaruramin, s/t. ....	22	481
Iaschoal Leite Paes .....	1664	Agosto	1	S. A. Parnaiba - Ajapi, s/t. ....	27	123
Iaschoal Monteiro .....	1626	Abril	22	S. Paulo, s/t. ....	7	139
Iaschoal Monteiro .....	1626	Fever.	27	Angra dos Reis, c/t. 1626 .....	13	117
Iaschoal Neto .....	1637	Julho	tr.	S. Paulo, 1635 c/t. e inv. feitos no sertão dos Arachãos em 1636 .	11	135
Iaula Fernandes .....	1614	Setemb.	30	S. Paulo - Quitauna, c/t. 1614 ..	3	285
Iaula Gomes .....	1614	Outub.	1	S. Paulo - Manaqui, s/t. ....	3	363
Iaulo Bueno .....	1665	Março	2	S. Paulo, c/t. sr o cumpra-se em 1664 (Há erro no frontispício)	19	419
Iaulo da Silva .....	1633	Março	22	S. Paulo, s/t. ....	32	69
Iaulo de Torres .....	1680	Novemb.	11	S. Paulo - Ativaia, s/t. ....	19	417

INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	Vol.	Pág.
Pedro Alvares .....	1631	Dezemb.	20	S. Paulo - Oquitauna, s/t. ....	4	9
Pedro Alvares .....	1609	Junho	1	S. Paulo, c/t. 1609 .....	2	38
Pedro Alvares Moreira ...	1638	—	—	S. Paulo, s/t. ....	11	32
Pedro de Araujo .....	1617	Maio	18	S. Paulo, - Icoabussú, c/t sr. de Paraupava em 1616 e inv. no mesmo lugar em 1617 .....	5	17
Pedro de Araujo .....	1638	Abril	4	S. A. Parnaíba, c/t. 1638 .....	29	21
Pedro Dias .....	1633	Agosto	12	S. Paulo, s/t. ....	9	5
Pedro Dias Leite .....	1658	Junho	24	S. Paulo, c/t. 1658 .....	16	
Pedro Dias Paes Leme ..	—	—	—	S. Paulo, 1741 (Justificação de)	27	21
Pedro Domingues .....	1633	Dezemb.	6	S. Paulo, c/t. 1633 .....	9	18
Pedro Fernandes .....	1653	—	—	S. Paulo, c/t. 1648 .....	12	39
Pedro Gonçalves .....	1628	Novemb.	2	S. Paulo, c/t. 1628 .....	7	37
Pedro Madeira .....	1653	Abril	23	S. Paulo, c/t. 1644 .....	14	30
Pedro Martins .....	1677	—	—	S. Paulo, s/t. ....	7	37
Pedro Martins, o velho ...	1638	Novemb.	4	S. Paulo, c/t. 1638 .....	12	19
Pedro de Moraes Dantas .	—	—	—	S/inv. c/t. 1644 em S. Paulo ..	14	28
Pedro Nunes .....	1624	Janeiro	4	S. Paulo, c/t. 1623 .....	6	4
Pedro de Oliveira .....	1643	Fever.	14	S. Paulo, s/t. ....	14	21
Pedro Palacio de Menezes	1700	Abril	17	S. Paulo, c/t. 1696 .....	24	48
Pedro Rodrigues, digo						
Pedro Dias Osorio .....	1615	Janeiro	3	S. Paulo, s/t. ....	4	9
Pedro Sardinha .....	1616	Abril	9	S. Paulo c/t. e inv. sr dos Cari- jos em 1615 (m/sr) .....	3	39
Pedro Vaz de Barros ....	1695	—	—	S. Paulo - Icytauna, c/t. 1695, (quanto à data do inv. há equi- voco de cópia ou de impres- são) .....	24	1
Pero Leme .....	1600	Março	7	S. Paulo, c/t. 1592 .....	1	2
Polonia Domingues .....	1599	Setemb.	4	S. Paulo - Jabacoara c/t. 1599 ..	30	
Potencia Leite .....	1689	Setemb.	9	S. A. Parnaíba - Guaramiacan- guaba, s/t. ....	22	32
Raphael Dias .....	1625	Setemb.	20	S. Paulo, c/t. 1625 .....	6	42
Raphael de Oliveira .....	1648	Julho	5	S. Paulo, c/t. 1648 .....	3	30
Raphael Teixeira .....	1635	Agosto	14	S. Paulo, c/t. 1633 .....	32	9
Salvador de Chaves .....	1599	Setemb.	4	S. Paulo - Jabacoara, s/t. ....	30	
Salvador de Lima .....	1612	Abril	26	S. Paulo, s/t. ....	30	7
Salvador Moreira .....	1697	Maio	30	S. A. Parnaíba, s/t. ....	24	7
Sebastiana Leite da Silva .	1670	Novemb.	4	S. Paulo, s/t. ....	17	28
Sebastião Gonçalves .....	1642	Agosto	12	S. Paulo - Giquiri, c/t. d. ....	11	49
Sebastião Paes de Barros	1674	—	—	S. A. Parnaíba, c/t. d. --- .....	18	43
Sebastião Paes de Barros	1688	Dezemb.	24	S. A. Parnaíba, s/t. ....	22	22
Sebastião Preto .....	1623	Março	—	S. Paulo, s/t. ....	31	6



INVENTARIADO	ANO	MÊS	DIA	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
Sebastião Preto .....	1623	Setemb.	28	S. Paulo, c/t. 1623 .....	11	73
Sebastião Rodrigues .....	1631	Dezemb.	2	S. Paulo, s/t. ....	8	273
Simão Borges Cerqueira ..	1640	Setemb.	30	S. Paulo, c/t. 1640 .....	13	247
Simão Borges Cerqueira ..	1633	Fever.	7	S. Paulo, c/t. 1632 .....	9	35
Simão da Costa .....	1611	Outubro	3	S. Paulo, c/t. 1611 .....	3	35
Simão Sutil de Oliveira ..	1650	Outubro	30	S. Paulo, s/t. ....	15	257
Suzanna Dias .....	1634	Setemb.	18	S. A. Parnaíba, c/t. 1628 .....	33	11
Suzanna de Góes .....	1630	Janeiro	29	S. Paulo, c/t. 1629 .....	7	273
Suzanna Rodrigues .....	1661	Junho	8	S. Paulo, s/t. ....	16	369
Thomazia de Alvarenga ..	1631	Maiço	12	S. Paulo, c/t. 1631 .....	8	247
Tomé Rodrigues Velho ...	1660	Junho	9	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1660 ..	16	165
Valentim de Barros .....	1651	Novemb.	3	S. Paulo, c/t. 1648 .....	15	193
Violante Cardoso .....	1620	Junho	19	S. Paulo, c/t. 1607 .....	2	255

## ÍNDICE CRONOLÓGICO

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
578	Março	14	Damião Simões .....	S. Paulo, s/t. ....	1	3
594	Fever.	11	Gracia Rodrigues .....	S. Vicente, c/t. 1590 .....	1	40
596	Janeiro	21	Izabel Felix .....	S. Paulo, c/t. 1596 .....	1	123
597	Outubro	25	João de Prado .....	S. Paulo, c/t. 1594 e c/inv. sr da Paranayba, 1597 .....	1	77
598	Setemb.	22	Diogo Sanches .....	S. Paulo - Campos do Teyugua- súu, s/t. ....	1	132
599	Julho	16	Gonçalo da Costa .....	S. Paulo, c/t. 1599 .....	1	283
599	Julho	16	Agueda de Abreu .....	S. Paulo, c/t. 1599 .....	1	283
599	Setemb.	4	Salvador de Chaves .....	S. Paulo - Jabacoara, s/t. ....	30	7
599	Setemb.	4	Polonia Domingues .....	S. Paulo - Jabacoara, c/t. 1599 ..	30	7
599	Outubro	12	Maria Gonçalves .....	S. Paulo - Birapoera, c/t. 1599 ..	1	185
599	Dezemb.	6	Izabel Fernandes .....	S. Paulo, c/t. 1599 .....	1	254
600	Março	7	Pero Leme .....	S. Paulo, c/t. 1592 .....	1	25
600	Abril	17	Gaspar Fernandes .....	S. Paulo, c/t. 1600 .....	1	375
600	Dezemb.	12	Antão Pires .....	S. Paulo, c/t. 1600 .....	1	323
600	Dezemb.	23	Francisco da Gama .....	S. Paulo, c/t. e inv. sr 1600, na bandeira de Domingos Rodri- gues .....	1	335
601	Abril	12	João Serrano .....	S. l. s. d. ....	11	3
603	Abril	2	Manuel de Chaves .....	Sertão do Paracatu, c/t. sr. 1603	1	459
604	Setemb.	9	Braz Gonçalves (o moço)	S. Paulo, c/t. e inv. sr do Rio Guaibihí, 1603 .....	26	5
604	Outubro	4	Antonio Pereira .....	S. Paulo, c/t. 1602 .....	1	447

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PÁG.
1604	—	—	Braz Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. sr dos Temiminós, 1603 .....	11	9
1605	Agosto	—	Messia Rodrigues .....	S. Paulo - Tijuca c/t. 1605 .....	30	3
1605	Outubro	11	Fernão Dias .....	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1601 ...	1	39
1605	---	--	Francisco Teixeira .....	Ha apenas fragmentos do inv. e testamento .....	26	24
1606	Fever.	9	Jorge Rodrigues .....	S. Paulo, s/t. ....	30	4
1607	Agosto	20	Francisco Barreto .....	S. Paulo c/t. 1607 no porto de Prapetangi .....	2	20
1607	Setemb.	10	Izabel Fernandes .....	S. Paulo - Ipiranga, c/t. 1607 ..	5	5
1609	Junho	1	Pedro Alvares .....	S. Paulo, c/t. 1609 .....	2	38
1609	Dezemb.	29	Belchior Carneiro .....	S. Paulo, c/t. 1607 .....	2	11
1610	Abril	15	Antonia de Chaves .....	S. Paulo, c/t. 1595 .....	1	6
1610	Abril	16	Custodio de Paiva .....	S. Paulo, c/t. 1610 .....	2	49
1610	Junho	25	Francisco Godinho .....	S. Paulo, c/t. s. d. ....	2	48
1610	Setemb.	8	Bartholomeu Rodrigues ...	S. Paulo, c/t. 1608 .....	2	27
1611	Abril	7	Domingos Barbosa .....	S. Paulo, c/t. 1611 .....	11	2
1611	Maio	30	Maria Jorge .....	S. Paulo, c/t. aprov. em 1610 ..	3	20
1611	Agosto	18	Lourenço Gomes Ruxaque	S. Paulo, c/t. 1608 no porto do Rio de Anhemby, na cia. de Marim Rodrigues .....	3	35
1611	Outubro	3	Simão da Costa .....	S. Paulo, c/t. 1611 .....	3	3
1611	Novemb.	22	Francisco Dias Pinto ...	S. Paulo, s/t. ....	3	2
1611	—	—	Francisco Cardoso .....	S. Paulo, c/t. 1611 .....	3	—
1612	Abril	26	Salvador de Lima .....	S. Paulo, s/t. ....	30	7
1612	Junho	18	Martim Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1603 no sr e rio Pa- racatú .....	2	—
1612	Junho	19	João de Sant'Anna .....	S. Paulo, s/t. ....	3	5
1612	Julho	23	Antonio Nunes .....	S. Paulo, s/t. ....	3	25
1612	Outubro	11	Andreza Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. 1632' (Ha contradi- ção entre a data do inv. e a do testamento) .....	30	13
1612	Dezemb.	4	Felippa Rodrigues .....	S. Paulo, s/t. ....	3	24
1612	—	—	Manuel Dias .....	— c/t. feito no porto do Rio Anhemby 1608 .....	11	2
1612	—	—	Luzia Annes .....	— c/t. 1611 .....	11	2
1613	Fever.	3	Catharina Unhate .....	S. Paulo, s/t. ....	1	26
1613	Fever.	11	Balthazar Alves .....	S. Paulo, s/t. (m/sr) .....	1	30
1613	Abril	21	Diogo Martins Machuca .	S. Paulo, c/t. 1603 (m/sr) ....	3	45
1613	Abril	23	Antonio da Silveira .....	S. Paulo, s/t. ....	30	10
1613	Julho	8	Domingos Luís (o moço) .	S. Paulo, s/t. ....	3	6

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
1613	Setemb.	--	Maria Pedroso .....	S. Paulo, s/t. ....	5	126
1613	Setemb.	17	André Martins .....	S. Paulo - Caratim, s/t. (m/sr.)	3	123
1614	Setemb.	30	Paula Fernandes .....	S. Paulo - Quitauna, c/t. 1614 .	3	285
1614	Outubro	31	Manuel de Siqueira .....	S. Paulo c/t. 1614. (Duplic. vol. 23 pg. 198) .....	11	35
1614	Outubro	1	Paula Gomes .....	S. Paulo - Manaqui, s/t. ....	3	363
1614	---	20	Francisco Saraspes .....	S. Paulo, s/t. ....	5	23
1615	Janeiro	3	Pedro Rodrigues, digo Pedro Dias Osorio .....	S. Paulo, s/t. ....	4	95
1615	Fever.	22	Manuel Requeixo .....	S. Paulo, c/inv. sr. do rio Parau- pava, s/t. ....	31	11
"	"	"	Antonio de Oliveira .....	"	"	"
"	"	"	Manuel Rodrigues .....	"	"	"
"	"	"	João Murzillo .....	"	"	"
"	"	"	Martins Gomes .....	"	"	"
1615	Março	21	Domingos Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. 1615 .....	5	67
1615	Agosto	17	Francisco Ribeiro .....	S. Paulo - Moooca, c/t 1615 (m/sr) .....	4	5
1615	Agosto	25	Luiza da Gama .....	S. Paulo - Campos de Boy, c/t. e codicilo, 1615 .....	3	469
1615	Setemb.	23	João do Prado .....	S. Paulo - Urubuapira, s/t. ....	5	77
1615	Setemb.	—	Manuel Rodrigues Goes ..	S. Paulo s/t. ....	30	151
1615	Outubro	29	Francisco de Seixas .....	S. Paulo, s/t. ....	3	407
1615	Novemb.	26	Felippa Vicente .....	S. Paulo - Campos de Urubuapira, c/t. 1615 .....	3	423
1615	---	--	Jorge de Barros .....	---- c/t. 1615 .....	4	65
1616	Abril	9	Pedro Sardinha .....	S. Paulo, c/t. e inv. sr dos Cari- jós em 1615 .....	3	391
1616	Abril	27	Martim do Prado e Anto- nia de Soveral .....	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1616 ..	4	393
1616	Maió	11	João Leite .....	S. Paulo, c/t. 1614 .....	4	475
1616	Maió	20	Maria Paes .....	S. Paulo - Virapoeira, c/t. 1616 ..	4	447
1616	Maió	21	Anna de Moraes .....	S. Paulo, c/t. 1616 .....	25	79
1616	Junho	2	Francisco Gomes Botelho .	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	347
1616	Julho	6	Henrique da Costa .....	S. Paulo - Ebirapoeira, c/t. 1616	4	109
1616	Julho	18	Maria da Silva .....	S. Paulo, c/t. 1616 .....	5	109
1616	Julho	30	Francisco de Brito e Iza- bel Corrêa .....	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	277
1616	Outubro	29	Izabel da Cunha .....	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	309
1616	Novemb.	8	Maria Diniz .....	S. Paulo, c/t. 1616 .....	4	331
1616	---	—	Antonia Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. 1613 .....	3	123
1616	---	—	Christovão de Aguiar Gi-			

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
			rão . . . . .	S. Paulo, c/t. 1616 (foi ao sertão)	4	203
1616	—	—	Izabel Paes . . . . .	— s. d. s/t. . . . .	11	59
1617	Fever.	19	Maria de Chaves . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	5	235
1617	Maio	18	Pedro de Araujo . . . . .	S. Paulo - Icoabussú, c/t. sr de Paraupava em 1616 e inv. no mesmo lugar em 1617 . . . . .	5	173
1617	Maio	--	Francisco de Almeida . . . . .	S. Paulo, c/t. e inv. sr 1616 . . . . .	5	133
1617	Julho	8	Izabel Antunes . . . . .	S. Paulo, c/t. 1617 . . . . .	5	53
1617	Setemb.	16	José de Paris . . . . .	S. Paulo, c/t. 1617 . . . . .	5	217
1618	Março	26	Antonio Rodrigues Velho . . . . .	S. Paulo, c/t. 1616 . . . . .	11	47
1618	Novemb.	7	Francisco Ramalho . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	5	251
1619	Abril	16	Isabel Fernandes . . . . .	S. Paulo, c/t. 1619 . . . . .	30	189
1619	Julho	8	Francisco Velho . . . . .	S. Paulo, c/t. 1619 . . . . .	25	5
1619	Julho	22	Izabel Sobrinha . . . . .	S. Paulo - Goabimatinga, c/t. 1619 . . . . .	5	275
1619	Julho	30	Antonio Fonseca . . . . .	S. Paulo, c/t. 1619 . . . . .	27	5
1620	Junho	1	João Gomes . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	5	303
1620	Junho	19	Violante Cardoso . . . . .	S. Paulo, c/t. 1607 . . . . .	2	255
1621	Março	--	Catharina de Pontes . . . . .	S. Paulo - Ipiranga, c/t. 1621 . . . . .	5	419
1622	Fever.	18	Christovão Pereira . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	5	489
1622	Maio	23	Antonia Dias . . . . .	S. Paulo - Tambehi, c/t. 1622 . . . . .	4	366
1622	Setemb.	24	Antonio Cubas de Macedo . . . . .	S. Paulo, c/t. 1622 . . . . .	5	467
1623	Março	6	Izabel Beldiaga . . . . .	S. Paulo - Pinheiros c/t. 1623 . . . . .	6	5
1623	Março	—	Sebastião Preto . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	31	63
1623	Julho	24	Balthazar Nunes . . . . .	S. Paulo - Ipiranga, c/t. 1623 . . . . .	6	15
1623	Novemb.	20	Ignez Camacho . . . . .	S. Paulo, c/t. 1623 . . . . .	12	327
1623	Setemb.	28	Sebastião Preto . . . . .	S. Paulo, c/t. 1623 . . . . .	11	73
1624	Janeiro	11	Francisco Rodrigues Bar- beiro . . . . .	S. Paulo, c/t. aprov. 1623 . . . . .	6	161
1624	Março	4	Henrique da Cunha . . . . .	S. Paulo, c/t. sr. dos Carijós em 1623 . . . . .	1	208
1624	Março	26	Domingas Antunes (mulher de Gaspar Fernandes) . . . . .	S. Paulo - Ibiassava, c/t. 1624 . . . . .	6	245
1624	Abril	12	Francisco Lourenço . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	6	32
1624	Agosto	31	Antonio Castanho . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	6	211
1624	Outubro	29	Maria da Gama . . . . .	S. Paulo - Mohi, ao longo de St. Amaro, c/t. 1624 . . . . .	6	196
1624	---	--	Pedro Nunes . . . . .	S. Paulo, c/t. 1623 . . . . .	6	4
1625	Maio	21	Guimar Rodrigues . . . . .	S. Paulo, c/t. 1625 . . . . .	3	461
1625	Setemb.	16	Domingos de Abreu . . . . .	S. Paulo - Mooca, s/t. . . . .	6	33
1625	Setemb.	20	Raphael Dias . . . . .	S. Paulo, c/t. 1625 . . . . .	6	42
1625	Novemb.	7	Beatriz Rodrigues de Mo- raes . . . . .	S. Paulo, c/t. 1625 . . . . .	8	

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
1625	Novemb.	22	Joana Nunes .....	S. Paulo, c/t. 1623 .....	32	11
1626	Fever.	27	Paschoal Monteiro .....	Angra dos Reis, c/t. 1626 .....	13	117
1626	Março	9	Francisco da Costa .....	S. Paulo - Maraqui, s/t. ....	31	101
1626	Abril	21	Catharina Dorta .....	S. Paulo Oquitauna, s/t. ....	3	273
1626	Abril	22	Paschoal Monteiro .....	S. Paulo, s/t. ....	7	139
1626	Mai	28	Bartholomeu Gonçalves ..	S. Paulo, c/t. 1612 .....	7	93
1627	Março	26	Diogo Dias de Moura .....	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	241
1627	Setemb.	4	Felippa Vicente .....	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	221
1627	Setemb.	17	Manuel Pinto Suniga .....	S. A. Parnaiba, c/t. 1627 .....	7	331
1627	Novemb.	2	Antonio Ferreira .....	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	167
1627	—	—	Maruel Vandala .....	S. Paulo, c/t. 1626 .....	7	41
1628	Fever.	17	Maria de Oliveira .....	S. A. Parnaiba, c/t. 1627 .....	13	149
1628	Mai	13	Diogo de Sousa .....	S. Paulo, s/t. ....	7	361
1628	Mai	23	Antonio Furtado de Vas- concelos .....	S. A. da Parnaiba, c/t. 1625 .....	7	5
1628	Junho	13	Antonio Gonçalves .....	S. Paulo - Urubuapira, c/t. 1628 ..	7	381
1628	Julho	10	Luiz Fernandes Folgado ..	S. Paulo, c/t. 1628 .....	7	451
1628	Agosto	28	Mathias de Oliveira .....	S. Paulo - Ururahy, c/t. 1624 ..	6	267
1628	Outubro	2	Antonio do Canto de Mes- quita .....	S. Paulo, s/t. ....	6	220
1628	Dezemb.	29	Felippa Gaga .....	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	177
1628	Novemb.	2	Pedro Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. 1628 .....	7	376
1629	Março	26	Lorenço Fernandes Sanches	S. Paulo, c/t. 1627 .....	7	203
1629	Março	26	Francisco Lopes Pinto ..	S. Paulo, c/t. 1628 .....	7	405
1629	Março	29	Catharina de Medeiros ..	S. Paulo, c/t. 1629 .....	8	93
1629	Junho	6	Luís Ianes (Grou) .....	S. Paulo, c/t. sr. 1628 .....	7	425
1629	Setemb.	3	Gaspar Barreto .....	S. Paulo, c/t. 1629 .....	8	23
1629	Setemb.	15	André de Burgos .....	S. Paulo, c/t. 1629 .....	7	509
1629	Novemb.	2	Antonio de Paiva .....	S. Paulo, s/t. ....	8	131
1630	Janeiro	29	Suzanna de Goes .....	S. Paulo, c/t. 1629 .....	7	273
1630	Fever.	9	Izabel Soares .....	S. Paulo, c/t. 1629 .....	8	113
1630	Fever.	25	Domingas Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1630 .....	8	193
1630	Abril	20	Domingas Antunes (mu- lher de João de Pinha)	S. Paulo, c/t. 1624 .....	6	231
1630	Mai	4	Braz de Pinha .....	S. Paulo, c/t. 1630 .....	8	221
1630	Agosto	4	Jeronyma Fernandes .....	S. Paulo, c/t. 1630 .....	8	235
1630	Outubro	8	Maria de Mendonça Bicudo	S. Paulo, s/t. ....	8	215
1630	Dezemb.	24	Izabel de Moraes .....	S. Paulo, c/t. 1630 .....	25	105
1630	---	18	Francisco de Mendonça ..	S. A. das Cruzes c/t. 1630 em São Paulo .....	32	35
1631	Janeiro	28	Melchior Martins de Mello	S. Paulo, c/t. 1626 .....	7	81
1631	Mai	12	Thomazia de Alvarenga ..	S. Paulo, c/t. 1631 .....	8	247
1631	Novemb.	30	Jorge Dias .....	S. Paulo, s/t. ....	31	125

ANO	Mês	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
1631	Dezemb.	2	Sebastião Rodrigues .....	S. Paulo, s/t. ....	8	273
1631	Dezemb.	20	Pedro Alvares .....	S. Paulo - Oquitauna, s/t. ....	4	91
1631	Dezemb.	31	André Peres .....	S. Paulo, c/t. 1630 .....	9	293
1632	Janeiro	31	Messia Bicudo .....	S. Paulo, c/t. 1631 .....	8	289
1632	Fever.	19	Francisco Leão .....	S. A. Parnaíba, c/t. — .....	14	V
1632	Abril	10	João de Sousa .....	S. Paulo, c/t. 1632 .....	8	417
1632	Abril	16	Garcia Rodrigues .....	S. Paulo, c/t., — .....	8	401
1632	Abril	21	Antonia de Oliveira .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1632 .....	8	309
1632	Abril	21	Manuel Alves Pimentel ..	S. Paulo, s/t. ....	31	155
1632	Junho	7	Maria Lucas .....	S. Paulo, c/t. 1632 .....	2	301
1632	Julho	13	Beatriz Bicudo .....	S. Paulo, s/t. (duplic. vol. 25, pg. 115) .....	11	89
1632	Outubro	2	Maria de Siqueira .....	S. Paulo, c/t. 1632 .....	31	139
1632	Outubro	9	Balthazar Soares .....	S. Paulo, c/t. 1631 em Santos ..	8	279
1632	Outubro	16	Izabel Paes .....	S. Paulo, s/t. ....	11	99
1632	Outubro	16	Izabel Paes .....	S. Paulo, s/t. ....	27	493
1632	Outubro	18	Maria Nunes .....	S. Paulo, c/t. 1632 .....	11	77
1632	Dezemb.	19	Damião Simões .....	S. Paulo, c/t. 1632 .....	8	389
1632	—	13	Maria Luiz .....	--- c/t. 1631 .....	13	173
1633	Janeiro	24	Manuel Fernandes Sardinha	S. Paulo, c/t. 1633 .....	8	435
1633	Janeiro	31	Leonor Leme .....	S. Paulo, c/t. 1629 .....	9	5
1633	Fever.	4	Izabel Mendes .....	S. A. da Parnaíba, c/t. 1633 ....	9	23
1633	Fever.	7	Simão Borges Cerqueira ..	S. Paulo, c/t. 1632 .....	9	35
1633	Fever.	26	Antonio Raposo o velho ..	S. Paulo, c/t. 1633 .....	11	105
1633	Março	22	Paulo da Silva .....	S. Paulo, s/t. ....	32	69
1633	Abril	25	Joana de Castilho .....	S. Paulo, c/t. 1631 .....	8	337
1633	Maio	2	Anna Marques .....	S. Paulo, c/t. 1632 .....	9	305
1633	Agosto	12	Pedro Dias .....	S. Paulo, s/t. ....	9	55
1633	Setemb.	5	Gaspar Fernandes .....	S. Paulo, s/t. ....	9	75
1633	Setemb.	5	Agostinha Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1633 .....	9	89
1633	Setemb.	12	Lourenço de Siqueira .....	S. Paulo - Urubuapira, c/t. 1633	13	5
1633	Setemb.	27	Matheus Leme .....	S. Paulo, c/t. 1628 .....	9	109
1633	Outubro	8	Gabriel Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1633 .....	9	175
1633	Dezemb.	6	Pedro Domingues .....	S. Paulo, c/t. 1633 .....	9	189
1634	Abril	10	Catharina de Burgos .....	S. Paulo, c/t. 1634 .....	9	275
1634	Setemb.	18	Suzana Dias .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1628 .....	33	11
1634	Outubro	3	Francisco Rodrigues de Beja .....	S. Paulo, s/t. ....	9	227
1634	Dezemb.	9	Ignéz Pedroso .....	S. Paulo, c/t. 1632 .....	8	361
1634	Dezemb.	23	João Tenorio .....	S. Paulo, c/t. 1634 .....	9	319
1635	Janeiro	5	Margarida Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1634 .....	13	45
1635	Maio	2	Messia da Penna .....	S. Paulo - Pinheiros, c/t. 1625 ..	9	429
1635	Agosto	7	Antonio da Silva .....	S. Paulo, c/t. 1635 .....	10	5

ANO	Mês	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
635	Agosto	14	Raphael Teixeira .....	S. Paulo, c/t. 1633 .....	32	97
635	Outubro	20	André Botelho .....	S. Paulo, c/t. 1635 .....	10	79
635	Dezemb.	10	Juzarte Lopes .....	S. Paulo, c/t. 1635 .....	9	463
636	Janeiro	23	Balthazar Lopes Fragoso .	S. Paulo, c/t. 1635 .....	9	407
636	Março	4	Amaro Domingues .....	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	99
636	Maio	11	Maria Correa .....	S. Paulo, c/t. 1636 .....	32	103
636	Julho	5	Felippe Nunes .....	S. Paulo, s/t. ....	10	269
636	Agosto	15	Antonio de Almeida .....	S. Paulo, s/t. ....	10	279
636	Outubro	21	Braz Esteves .....	S. Paulo, s/t. ....	10	327
636	Dezemb.	13	Felippa Leme .....	S. Paulo - Cutihi, c/t. 1636 .....	10	351
636	---	---	Luiz Furtado .....	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	137
636	---	--	João Gago da Cunha ....	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	367
637	Janeiro	10	Catharina Gonçalves ....	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	405
637	Março	7	Domingos Bicudo .....	S. Paulo, s/t. ....	10	445
637	Junho	12	Braz Gonçalves .....	S. Paulo, c/inv. sr dos Carijos (Araxás) 1636 .....	11	129
637	Junho	12	Braz Gonçalves (o velho)	Idem, idem .....	26	43
637	Julho	22	Manuel de Lara .....	S. A. da Parnaíba, s/t. ....	10	461
637	Julho	tr.	Paschoal Neto .....	S. Paulo, c/t. 1635 e c/t. e inv. feito no sertão dos Arachans em 1636 .....	11	135
637	Agosto	7	Antonio Rodrigues Miranda	S. Paulo, c/t. 1614 .....	3	377
637	Outubro	8	Miguel Vaz Pinto .....	S. Paulo, c/t. 1637 .....	10	431
637	Dezemb.	31	Beatriz Camacho .....	S. Paulo, c/t. 1636 .....	10	391
638	Janeiro	8	Catharina de Siqueira ...	S. Paulo, c/t. 1637 .....	10	495
638	Fever.	20	Maria Ribeiro .....	S. Paulo, c/t. 1629 .....	11	365
638	Abril	4	Pedro de Araujo .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1638 .....	29	215
638	Junho	12	Miguel Ribeiro .....	S. Paulo, c/t. 1638 .....	11	401
638	Junho	27	Francisco de Proença ...	S. Paulo - Ipiranga c/t. 1638 ...	11	421
638	Julho	20	Gregorio Ferreira .....	S. Paulo, s/t. ....	12	5
638	Julho	20	Catharina Nogueira .....	S. Paulo, s/t. ....	12	217
638	Julho	26	Gaspar Fernandes .....	S. Paulo, c/t. e inv. feitos no Rio Taquari, 1637 .....	11	213
638	Julho	27	João Preto .....	S. Paulo, c/t. e c/t. e inv. sr 1637	11	163
638	Julho	27	Manoel Preto, o moço ...	S. Paulo, c/t. feito no Rio Taqua- ri, 1637 .....	11	175
638	Julho	--	Francisco Bueno .....	S. Paulo, s/t. ....	14	5
638	Agosto	7	Christovão Mendes .....	S. Paulo, s/t. ....	12	15
638	Setemb.	18	Estevão Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. sr 1637 .....	11	197
638	Outubro	3	Antonio da Silveira .....	S. Paulo, c/t. sr do Rio Grande, 1638 .....	11	239
638	Outubro	15	Luzia da Cunha .....	S. Paulo, c/t. 1638 .....	11	307
638	Outubro	30	Cornelio de Arzão .....	S. Paulo, s/t. c/inv., mandado fa-		

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
				zer pela inquirição em 1628 (pg. 71) .....	12	21
1638	Novemb.	4	Pedro Martins o velho ...	S. Paulo, c/t. 1638 .....	12	19
1638	Dezemb.	8	Izabel Dias .....	S. Paulo, c/t. 1637 .....	12	20
1638	----	--	Pedro Alves Moreira ...	S. Paulo, s/t. ....	11	32
1639	Janeiro	13	Antonio Dias Carneiro ...	S. Paulo, s/t. ....	12	22
1639	Janeiro	17	Maria Martins .....	S. Paulo, c/t. 1638 .....	11	38
1639	Fever.	3	Custodio Gomes .....	S. Paulo, s/t. ....	12	14
1639	Março	21	Francisco da Cunha Gago .	S. Paulo, s/t. ....	12	25
1639	Março	24	Alvaro Rabello .....	S. Paulo, c/t. 1639 .....	12	29
1639	Abril	30	João Costa .....	S. Paulo, c/t. 1638 .....	12	34
1639	Junho	18	Manuel de Alvarenga ...	S. A. Parnaíba, c/t. 1639 .....	14	XXV
1639	Outubro	6	Januario Ribeiro .....	S. Paulo, c/t. 1638 .....	12	13
1639	Dezemb.	16	Maria Baptista .....	S. Paulo, c/t. 1639 .....	12	37
1640	Janeiro	10	Antonio de Chaves .....	S. A. Parnaíba c/t. 1639 .....	14	LII
1640	Janeiro	10	Francisco de Figueiredo ..	S. A. Parnaíba, c/t. 1640 .....	28	
1640	Abril	4	José Goes e Moraes .....	S. Paulo (Autuação de petição de) .....	27	16
1640	Abril	4	Anna Ribeiro de Almeida .	S. Paulo (Autuação de petição de) .....	27	16
1640	Abril	21	Miguel Garcia Carrasco ..	S. Paulo, s/t. ....	13	13
1640	Setemb.	30	Simão Borges Cerqueira ..	S. Paulo, c/t. 1640 .....	13	24
1641	Janeiro	29	Izabel Fernandes .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1641 .....	28	15
1641	Fever.	6	João de Brito Cassão .....	S. Paulo, c/t. 1640 .....	13	18
1641	Maio	27	Clemente Alvares .....	S. Paulo, s/t. ....	14	9
1641	Junho	20	Clemente Aleixo .....	S. Paulo - Caguassu, s/t. ....	28	12
1641	Julho	13	Izabel Afonso .....	S. Paulo, c/t. 1641 .....	28	13
1641	Julho	23	Angela de Campos Medina	S. A. da Parnaíba, 1639 .....	13	9
1641	Setemb.	6	Izabel da Cunha Lobo ...	S. Paulo, s/t. ....	13	44
1641	Outubro	12	Antonio Alvares Couceiro .	S. Paulo, c/t. 1641 .....	28	10
1642	Junho	25	Clara Parente .....	S. Paulo, c/t. 1635 .....	13	46
1642	Julho	15	Francisco de Miranda Ta- vares .....	S. Paulo, c/t. 1641 .....	14	6
1642	Agosto	6	Ambrosio Mendes .....	S. A. Parnaíba, 1642 .....	13	47
1642	Agosto	12	Sebastião Gonçalves .....	S. Paulo - Giquiri, c/t. --- .....	11	49
1642	Setemb.	6	Luiz Dias .....	S. Paulo, c/t. 1641 .....	13	43
1642	Novemb.	15	D. Maria .....	S. Paulo, s/t. ....	28	19
1642	----	--	Ignes Dias de Alvarenga .	S. A. Parnaíba, c/t. 1641 .....	28	22
1643	Janeiro	--	Domingos Cordeiro .....	S. Paulo, c/t. ....	8	13
1643	Fever.	14	Pedro de Oliveira .....	S. Paulo, s/t. ....	14	21
1643	Março	6	Fernão Dias Borges .....	S. Paulo, s/t. (m/sr há 7 anos)	14	25
1643	Março	6	Izabel de Almeida .....	S. Paulo, c/t. 1642 .....	14	25



ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
1643	Março	11	Mathias de Oliveira .....	S. Paulo, s/t. ....	14	199
1643	Maio	22	Anna Cabral .....	S. Paulo, c/t. 1643 .....	29	17
1643	Junho	22	Maria Nunes .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1643 .....	29	33
1643	Julho	5	Belchior Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1642 (a data do inv. é 1643, enquanto que no frontispício consta 1642) ....	28	251
1643	Julho	16	Manuel João Branco ....	S. Paulo, c/t. 1641 .....	13	281
1643	Agosto	27	Izabel Lopes .....	S. A. Parnaíba, s/t. ....	29	9
1643	Setemb.	28	Maria Luiz .....	S. Paulo - Quitauna, c/t. ....		
1643	Dezemb.	22	Diogo Pires .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1642 .....	28	263
1644	Fever.	19	Anna Luiz Grou .....	S. Paulo, s/t. ....	29	113
1644	Fever.	20	Anna Luiz .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1643 .....	29	53
1644	Março	21	Messia Lobo de Oliveira .	S. A. Parnaíba, c/t. 1644 .....	29	161
1644	Abril	3	Manuel Nunes .....	S. Paulo, c/t. 1641 .....	28	49
1644	Maio	28	Ignez Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. 1644 .....	29	277
1644	Setemb.	9	Maria Gil .....	S. Paulo, c/t. 1644 .....	29	137
1644	----	--	Anna de Proença .....	S. Paulo, s/t. ....	26	61
1644	—	19	Anna de Alvarenga .....	S. Paulo, c/t. 1644 .....	29	175
1645	Maio	29	Francisco Dias .....	S. Paulo, s/t. ....	14	371
1645	Agosto	8	Lucrecia Leme .....	S. Paulo, c/t. 1643 .....	14	313
1645	Setemb.	30	Antonio Gomes Borba ....	S. A. Parnaíba c/t. 1645 e c/t. e inv. sr. ....	14	347
1645	Junho	19	João Nissel Gigante ....	S. Paulo, c/t. 1645 .....	32	115
1645	—	—	Faschoal Dias Peres ....	S. Paulo, s/t. ....	32	135
1645	—	—	Maria Pedrosa .....	Vila de S. Vicente, c/t. 1645 ....	35	55
1646	Janeiro	2	Anna Siqueira .....	S. Paulo-Tapisape, c/t. 1645 ...	33	25
1646	Maio	8	Gaspar Barreiros .....	S. Paulo, c/t. 1646 .....	33	73
1646	Junho	12	Lourenço Fernandes ....	S. Paulo (Diligencias para o inv. de) . ....	33	125
"	"	15	"	(Extravios de bens de) .....	33	163
1646	Agosto	7	Manuel Chaves .....	S. Paulo, s/t. ....	14	385
1646	—	—	Garcia Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1629 .....	7	497
1646	Setemb.	9	Aleixo Leme .....	S. Paulo s/t. ....	33	87
1646	Dezemb.	18	Dona Maria Bueno .....	S. Paulo - Trerabembé, c/t. 1646	14	429
1646	Setemb.	17	Manuel Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1646 .....	33	99
1646	—	—	Manuel Fernandes de Moraes . . . . .	S. Paulo, c/t. 1645 .....	33	191
1647	Março	14	Manuel de Edra .....	S. Paulo - Goaibatinga c/t. 1644	29	151
1647	Abril	22	Maria Pompeu .....	S. Paulo, c/t. 1647 .....	15	5
1648	Julho	5	Raphael de Oliveira ....	S. Paulo, c/t. 1648 .....	3	305
1648	Novemb.	3	Lucrecia Pedroso de Barros	S. Paulo, s/t. ....	15	240
1649	Junho	25	Catharina do Prado .....	S. Paulo, c/t. 1649 .....	15	83
1649	Julho	4	Affonso Dias .....	S. Paulo, c/t. 1648 .....	15	51

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
1650	Julho	21	Anastacio da Costa .....	S. A. Parnaiba, c/t. 1640 .....	13	219
1650	Agosto	14	Bernardo Bicudo .....	S. A. Parnaiba, c/t. sr 1649 .....	15	173
1650	Outubro	30	Simão Sutil de Oliveira ..	S. Paulo, s/t. ....	15	257
1650	Dezemb.	19	Antonio Bicudo .....	S. A. Parnaiba, c/t. 1648 .....	15	25
1651	Maio	20	Maria Pires de Medeiros .	S. Paulo, s/t. (Há erro no indice)	15	467
1651	Junho	26	Mathias Lopes .....	S. Paulo - Pari, c/t. 1651 .....	26	75
1651	Novemb.	3	Valentim de Barros .....	S. Paulo, c/t. 1648 .....	15	193
1652	-----	-	Antonio Pedroso de Barros	S. Paulo, c/t. s. d. ....	20	5
1653	Janeiro	24	Domingos Fernandes .....	S. A. Parnaiba, Utuguassú, c/t. 1652 .....	27	69
1653	Fever.	25	Daniel Justo .....	S. A. Parnaiba c/t 1641 .....	28	27
1653	Abril	23	Pedro Madeira .....	S. Paulo, c/t. 1644 .....	14	301
1653	Abril	30	Antonio de Almeida Pimentel .....	S. Paulo, s/t. ....	15	233
1653	-----	-----	Pedro Fernandes .....	S. Paulo, c/t. 1648 .....	12	391
1654	Abril	5	Miguel Garcia Velho ....	S. Paulo, c/t. 1654 .....	15	305
1654	Setemb.	15	Diogo Coutinho de Melo .	S. A. Parnaiba, c/t. 1654 .....	15	365
1655	Agosto	7	Maria Moraes .....	S. Paulo, s/t. ....	25	127
1656	Fever.	21	Luzia Leme .....	S. Paulo, c/t. 1655 .....	15	409
1658	Junho	24	Pedro Dias Leite .....	S. Paulo, c/t. 1658 .....	16	5
1659	Janeiro	21	Fernando Raposo Tavares	Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde, c/t. 1659	16	125
1659	Agosto	12	Manoel Garcia Velho ....	S. Paulo, Tremembé c/t. 1659 ..	27	41
1659	Março	23	Anna Tenoria .....	S. Paulo, c/t. 1658 .....	12	442
1660	Janeiro	21	Maria Bicudo .....	S. A. Parnaiba - Juqueryguassú, c/t. 1659 .....	16	63
1660	Junho	9	Thomé Rodrigues Velho ..	S. Paulo - Pinhaes, c/t. 1660 ...	16	165
1661	Janeiro	--	Fernando Raposo Tavares	S. A. Parnaiba, test. citado (vide pg. 125 deste vol.) .....	16	155
1661	Junho	8	Suzanna Rodrigues .....	S. Paulo, s/t. ....	16	365
1661	Setemb.	9	Izabel Ribeiro .....	S. Paulo, c/t. 1660 (falta este inv. no índice) .....	16	177
1663	Maio	12	Antonio Raposo da Silveira	S. Paulo, c/t. 1663 .....	16	415
1663	Maio	21	Manuel Peres Calhamares	S. Paulo - Imboassava, c/t. 1663 e c/inv. feito em Jundiahy no mesmo ano (pg. 405) .....	16	375
1664	Julho	24	Maria da Silva .....	S. Paulo c/t. 1655 .....	27	145
1664	Agosto	1	Paschoal Leite Paes .....	S. A. Parnaiba, Ajapi s/t. ....	27	125
1664	Agosto	6	Estevão Forquim .....	S. Paulo, c/t. 1660 .....	16	197
1664	-----	--	Nicolau Barreto .....	São ----- s/t. ....	16	441
1665	Março	2	Paulo Bueno .....	S. Paulo c/t. sr (o cumprase em 1664) (Há erro no frontispício) .....	19	415

NO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
65	Junho	12	Christovão da Cunha . . . . .	S. Paulo, c/t. 1664 . . . . .	16	457
65	Novemb.	26	Maria de Oliveira . . . . .	S. A. Parnaíba - Ajapi, s/t. . . . .	17	5
67	Junho	13	Lourenço de Siqueira . . . . .	S. Paulo, c/t. 1665 . . . . .	17	27
67	Julho	14	Paschoal Leite . . . . .	S. A. Parnaíba - Caputera, c/t. 1667 . . . . .	17	161
67	Agosto	20	Henrique da Cunha Lobo . . . . .	S. Paulo, c/t. 1667 . . . . .	17	65
67	Agosto	28	Maria da Cunha . . . . .	S. Paulo, c/t. 1667 . . . . .	26	162
67	Setemb.	3	Inez da Costa . . . . .	S. Paulo, c/t. 1667 . . . . .	17	93
68	Janeiro	30	Dom Diogo do Rego . . . . .	S. A. Parnaíba, s/t. . . . .	17	179
68	Abril	7	Izabel do Prado . . . . .	S. A. Parnaíba, s/t. . . . .	17	205
68	Abril	26	Catharina de Barros . . . . .	S. Paulo, c/t. 1667 . . . . .	17	191
68	Outubro	30	Messia Rodrigues . . . . .	S. Paulo, c/t. 1665 . . . . .	17	115
69	Fever.	18	Manuel Garcia Galera . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	14	201
69	Dezemb.	9	Bento Pires Ribeiro . . . . .	S. Paulo - Juquiry, s/t. . . . .	17	223
70	Abril	16	Maria Leite da Silva . . . . .	S. Paulo, c/t. 1667 . . . . .	17	415
70	Maio	5	Francisca da Costa Alber- nás . . . . .	S. Paulo, c/t. 1665 . . . . .	18	5
70	Novemb.	4	Sebastiana Leite da Silva	S. Paulo, s/t. . . . .	17	289
70	Dezemb.	1	Maria da Cunha . . . . .	S. Paulo - Caucaia, c/t. 1670 . . . . .	17	461
70	Dezemb.	14	Maria de Lara . . . . .	S. Paulo, c/t. 1670 . . . . .	18	152
71	Março	16	Lourenço Castanho Taques (o velho) . . . . .	S. Paulo, c/t. 1670 . . . . .	18	69
71	Outubro	19	Aleixo Leme dos Reis . . . . .	S. A. Parnaíba, c/t. 1670 . . . . .	18	221
71	Novemb.	6	Manuel de Góes Raposo . . . . .	S. A. Parnaíba - Juquiry, s/t. . . . .	18	183
71	Dezemb.	29	Domingos Jorge Velho . . . . .	S. A. Parnaíba - Aiapi, c/t. 1670	18	31
72	Setemb.	10	Maria Gonçalves . . . . .	S. Paulo, c/t. 1672 . . . . .	33	115
72	Novemb.	23	Francisco Cubas o moço . . . . .	Mogi das Cruzes, s/t. (Falta este inv. no índice) . . . . .	18	318
72	Novemb.	27	Henrique da Cunha Lobo . . . . .	S. Paulo, c/t. 1672 . . . . .	4	172
72	Dezemb.	7	Anna Saraiva . . . . .	S. Paulo, c/t. 1672 . . . . .	18	417
72	Dezemb.	15	Maria Soares . . . . .	S. Paulo, s/t. . . . .	18	259
73	Fever.	3	Francisco Cubas Preto . . . . .	S. Paulo - Goairai, c/t. 1672 . . . . .	18	309
73	Maio	8	Afonso Peres . . . . .	S. A. Parnaíba - Guarumy, s/t. . . . .	18	289
73	Outubro	25	Manuel Pires (Justificação de) . . . . .	S. Paulo . . . . .	26	101
73	Novemb.	12	Domingos Leme . . . . .	S. Paulo - Jaguaporeru, c/t. 1673	18	353
74	Março	20	Estevão Ribeiro Baião (Justificação de) . . . . .	S. Paulo . . . . .	26	149
74	Março	25	Maria Bueno . . . . .	S. Paulo, c/t. 1673 . . . . .	18	387
74	Outubro	1	Catharina do Prado . . . . .	S. Paulo, c/t. 1674 . . . . .	18	401
74	----	--	Sebastião Paes de Barros . . . . .	S. A. da Parnaíba, c/t. ---- . . . . .	18	435
75	Fever.	21	Aleixo Leme de Alvarenga	S. A. Parnaíba, c/t. 1675 . . . . .	19	5
75	Março	9	Estacia da Veiga . . . . .	S. Paulo, c/t. 1674 . . . . .	19	93

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	Vol.	PA
1675	Abril	16	Antonio Paes e Anna da Cunha .....	S. Paulo. Ele s/t. (m/sr). Ela c/t. em 1675 .....	19	13
1675	Maio	8	Margarida de Brito .....	S. Paulo, s/t. ....	19	4
1676	Novemb.	29	Francisco Ribeiro de Moraes .....	S. Paulo, s/t. e c/inv. sr dos Guayaz 1665 (pg. 510) .....	16	47
1676	Dezemb.	25	Catharina de Siqueira ....	S. Paulo, c/t. 1675 (Há erro no frontispício) .....	19	11
1677	Julho	12	Manuel Pires de Brito ...	S. Paulo, s/t. ....	19	18
1677	—	—	Pedro Martins .....	S. Paulo, s/t. ....	7	37
1677	—	—	Domingos de Góes Pereira	S. Paulo, s/t. (m/sr) .....	19	18
1678	Março	5	Manuel da Cunha Gago ..	S. Paulo, s/t. 1677 .....	19	23
1678	Abril	4	João Pedroso .....	S. Paulo, s/t. ....	23	14
1678	Abril	12	Diogo Correa de Araujo ..	S. Paulo, s/t. ....	19	29
1678	Agosto	1	Domingos Luiz Grou ....	S. Paulo, s/t. (m/sr) .....	19	31
1678	Novemb.	2	Paschoal Afonso .....	S. Paulo, s/t. ....	13	13
1678	—	—	Ascenso Gonçalves e Catharina Ribeiro .....	S. Paulo, Ela c/t. 1677. Ele de viagem para o sr c/t. 1676 ..	19	23
1678	—	—	Euphemia da Costa .....	S. Paulo, c/t. 1678 .....	19	23
1679	Março	27	Francisco Velho de Moraes	S. Paulo, c/t. 1677, por motivo de viagem .....	19	33
1679	Outubro	2	Gaspar Sardinha .....	S. A. Parnaíba, s/t. ....	19	33
1680	Fever.	15	Francisco Pedroso Xavier	S. A. Parnaíba, c/t. 1674, (por motivo de viagem) .....	20	23
1680	Março	18	Maria da Costa .....	S. Paulo, c/t. 1679 .....	18	33
1680	Março	18	Gaspar de Godoy (Justificação de) .....	S. Paulo .....	26	1
1680	Junho	4	Antonio de Almeida Lara ..	S. A. Parnaíba - Gara --- c/t. 1678 (por motivo de viagem)	19	33
1680	Julho	11	Maria Portes D'El-Rei ...	S. A. Parnaíba - Ytacatiara, c/t. 1680 .....	19	43
1680	Setemb.	12	Henrique da Cunha Machado .....	S. Paulo, - Caucaia, c/t. 1680 ...	21	
1680	Outubro	5	Matheus de Siqueira .....	S. Paulo, c/t. s. d. ....	19	43
1680	Novemb.	7	Belchior de Godoy .....	S. Paulo - Ativaia, s/t. ....	19	43
1680	Novemb.	2	Anna de Proença .....	S. Paulo, c/t. 1680 .....	20	23
1680	Novemb.	10	Mariana de Camargo ....	S. Paulo - Ativaia, c/t. 1679 ....	22	23
1680	Novemb.	11	Paulo de Torres .....	S. Paulo - Ativaia, s/t. ....	19	43
1681	Maio	7	Manuel da Fonseca Osorio	S. Paulo, s/t. ....	21	
1681	Maio	28	Antonio de Azevedo de Sá	S. Paulo, c/t. 1681 .....	21	1
1681	Junho	10	Antonio Ribeiro .....	S. Paulo - Pinhaes, c/t. 1680 ..	20	33
1681	Junho	30	Maria Tavares .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1681 .....	20	43
1681	Julho	18	Luiz Ianes Gil .....	S. Paulo, c/t. 168 --- (O frontispício está errado) .....	21	1

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
1581	Setemb.	9	Maria de Borba .....	S. Paulo, c/t. s. d. ....	20	363
1581	Setemb.	11	Affonso Gomes .....	S. Paulo, s/t. ....	6	222
1581	Dezemb.	9	Custodia Gonçalves .....	S. Paulo, c/t. 1679 .....	20	319
1581	Dezemb.	9	João da Cunha Lobo .....	S. Paulo, c/t. 1681 .....	20	419
1581	Dezemb.	26	Anna Vidal .....	S. Paulo, c/t. 1680 .....	22	136
1581	Dezemb.	27	Diogo de Cubas .....	S. Paulo, c/t. 1680 .....	20	351
1581	—	—	Domingos da Silva .....	— s/t. ....	21	255
1581	—	—	Lucrecia Leme (mulher de José de Godoy) .....	S. Paulo, s/t. ....	26	125
1582	Maio	25	Felippe de Campos .....	S. A. Parnaíba - Itapesseriqua, c/t. 1681 .....	21	227
1582	Agosto	3	Margarida Gonçalves (Jus- tificação de) .....	S. Paulo, .....	26	141
1582	Outubro	4	Maria Rodrigues Góes ...	S. Paulo, c/t. 1670 .....	21	454
1583	Agosto	19	Maria Falcão .....	S. A. Parnaíba, s/t. ....	26	157
1583	Novemb.	3	Maria de Araujo .....	S. Paulo, c/t. 1682 .....	21	379
1583	Dezemb.	26	Alvaro Rodrigues do Prado	S. Paulo, s/t. ....	21	435
1584	Fever.	2	Anna Maria Rodrigues ..	S. Paulo, c/t. 1682 .....	23	425
1584	Fever.	28	Antonia Leme .....	S. Paulo, c/t. 1683 .....	21	409
1584	Junho	7	Dona Agostinha Rodrigues	Parnaíba - Ayapy, c/t. 1683 ....	21	505
1584	Novemb.	20	Marcelino de Camargo ...	S. Paulo - Tremembé, c/t. 1676 ..	21	481
1584	Dezemb.	26	Paschoal Leite da Cunha .	S. Paulo, c/t. 1683 .....	21	469
1585	Janeiro	24	Bartholomeu Bueno Cacun- da .....	S. Paulo, - S. João de Ativaia, s/t. ....	22	19
1585	Junho	11	Antonio Vaz .....	S. Paulo, s/t. c/inv. sr 1684 ...	22	5
1585	Setemb.	29	Marianna Maciel .....	S. Paulo, c/t. 1685 .....	19	207
1587	Fever.	22	Antonio Bicudo de Brito .	S. A. Parnaíba, c/t. 1686 .....	26	189
1587	Setemb.	4	Anna da Silva .....	S. A. Parnaíba, c/t. 1686 .....	22	171
1587	Outubro	24	Miguel Leite de Carvalho	S. A. Parnaíba, c/t. 1685 .....	22	61
1587	Dezemb.	26	Antonio de Siqueira de Mendonça .....	S. Paulo - Forte, c/t. 1686 .....	22	97
1588	Junho	26	Paschoal Delgado .....	S. Paulo - S. João, s/t. ....	22	187
1588	Dezemb.	24	Sebastião Paes de Barros .	S. A. Parnaíba, s/t. ....	22	229
1588	—	—	Antonio Ribeiro de Moraes	— 2.º inv. 1700, c/t. 1686 ...	22	335
1589	Setemb.	9	Potencia Leite .....	S. A. Parnaíba - Guaramiacan- guaba, s/t. ....	22	325
1589	Setemb.	9	Paschoal Leite de Miranda	Parnaíba - Guaruramin, s/t. ....	22	481
1589	Novemb.	2	Francisco Dias Velho ....	S. Paulo, s/t. ....	22	245
1589	Novemb.	13	João Nogueira .....	S. Paulo - Sitio Ajapi, s/t. ....	22	311
1589	Dezemb.	26	Marcelo João de Oliveira .	S. Paulo, s/t. ....	22	295
1590	Outubro	6	Fernando de Camargo ...	S. A. Parnaíba - Ereta, s/t. ....	22	491
1592	Outubro	21	Lourenço da Costa e Maria Leite .....	S. Paulo. Ele s/t. Ela c/t. 1691 .	23	31

ANO	MÊS	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
1692	Novemb.	1	Manuel Pacheco Gato ....	S. Paulo, c/t. 1692 .....	26	231
1693	Março	25	Manuel Correa de Lemos .	S. Paulo, s/t. ....	23	192
1693	Outubro	1	Izabel Dias .....	S. Paulo, c/t. 1692 .....	23	145
1693	Novemb.	3	Jeronimo Bueno .....	S. Paulo, c/t. 1693 .....	23	47
1693	Novemb.	3	Braz Rodrigues de Arzão .	S. Paulo, c/t. 1692 .....	23	152
1693	—	—	Fernando de Carvalho e Joanna Lopes .....	S. Paulo. Ele c/t. 1685. Ela c/t. 1691 .....	23	97
1694	Janeiro	4	Gaspar de Godoy Moreira	S. A. Parnaiva - Arassaorioama, c/t. 1693 .....	23	31
1694	Julho	5	Catharina da Silva .....	S. Paulo, c/t. 1693 .....	23	227
1694	Novemb.	3	Antonio Rodrigues do Pra- do .....	S. Paulo, c/t. 1694, feito em San- tana de Mogi, Nossa Senhora da Ajuda .....	23	361
1694	Dezemb.	28	Antonio Leite Falcão .....	S. Paulo, s/t. ....	23	21
1695	Abril	6	João Paes Rodrigues .....	S. Paulo, c/t. 1693 .....	23	407
1695	—	—	Pedro Vaz de Barros ....	S. Paulo - Icytauna, c/t. 1695 (Quanto à data do inv. há equí- voco de copia ou de impressão)	24	1
1696	Abril	25	Estevão Ribeiro Bayão ...	S. Paulo, s/t. ....	24	
1697	Maiο	30	Salvador Moreira .....	S. A. Parnaiva, s/t. ....	24	7
1697	Junho	5	Christovão Cunha .....	— Sabohó, s/t. ....	24	7
1698	Abril	2	Catharina Dorta .....	S. Paulo, c/t. 1695 .....	23	44
1698	Novemb.	7	José Peres .....	S. Paulo - Juquiri e Desterro, c/t. 1698 .....	24	11
1698	—	—	Lucrecia de Freitas .....	S. Paulo, s/t. ....	24	14
1698	—	—	João do Prado da Cunha ..	S. Paulo, c/t. 1695 .....	24	17
1699	Abril	20	Manuel Rodrigues de Ar- zão .....	S. Paulo, c/t. 1698 .....	24	20
1699	Agosto	17	Izabel Velho .....	S. A. Parnaiva, s/t. ....	24	25
1699	Dezemb.	24	Luzia Leme .....	S. Paulo, s/t. ....	24	19
1700	Janeiro	2	Francisco Correia de Lemos	S. Paulo, c/t. 1697 .....	24	40
1700	Abril	17	Pedro Palacio de Menezes	S. Paulo, c/t. 1696 .....	24	48
1700	Novemb.	24	Catharina Ribeiro .....	S. Paulo, c/t. 1676. (há um 1.º inv. de 1688) .....	22	33
1701	Abril	11	André Lopes .....	S. Paulo, c/t. 1697 .....	24	24
1703	Outubro	24	Maria Egipciaca Domin- gues .....	S. Paulo, c/t. 1701 .....	23	16
1704	Novemb.	8	Leonor de Siqueira .....	S. Paulo, c/t. 1699 .....	24	25
1710	Agosto	26	Manuel Lopes de Medeiros	S. Paulo, s/t. ....	26	27
1710	Novemb.	24	Mathias Rodrigues da Silva	S. Paulo, s/t. ....	25	22
1711	Janeiro	7	Maria de Moraes .....	S. Paulo, s/t. ....	24	42
1712	Agosto	5	Anna Ribeiro .....	S. Paulo, s/t. ....	27	18
1713	Maiο	12	Domingos Pompeu .....	Araçarigoama, s/t. ....	26	41

NO	Mês	DIA	INVENTARIADO	LUGAR DO INVENTARIO	VOL.	PAG.
15	Novemb.	11	Manoel Pacheco Gato ....	S. Paulo - Cutia, c/t. 1715 .....	26	445
15	Novemb.	25	João Pacheco Gato (Autuação de) .....	S. Paulo - Autuação de emancipação .....	26	495
15	Novemb.	25	Manuel Pacheco Gato (Autuação de) .....	S. Paulo - Autuação de emancipação .....	26	505
17	Fever.	6	Francisco Xavier Paes (Autuação de) .....	S. Paulo - Autuação de emancipação .....	26	515
17	Fever.	6	José Gonçalves da Costa (Autuação de) .....	S. Paulo - Autuação de emancipação .....	26	525
26	Setemb.	26	Antonio Antunes Maciel ..	N. S. Candelaria de Itú, c/t. 1717	26	429
29	Agosto	22	Diogo Bueno e Izabel Bueno de Oliveira .....	S. Paulo - Cambarapigucava, Ele c/t. 1699. Ela s/t. ....	24	343
32	Março	17	João Leite da Silva Ortiz ..	S. Paulo, c/t. 1730 .....	25	383
36	Novemb.	14	Estevão Ribeiro Garcia ..	Vila Real do Senhor Bom Jesus, s/t. ....	26	375

NO	Mês	DIA	TESTADOR	LUGAR	VOL.	PAG.
—	—	—	Joanna Fernandes (filha de F. Godinho) .....	S/inv., c/t. 1613 em S. Paulo ..	2	489
—	—	—	Miguel Sanches .....	Inv. desaparecido c/t. 1618 ....	1	179
—	—	—	Pedro de Moraes Dantas ..	S/inv. c/t. em S. Paulo, 1644 ..	14	287
—	—	—	Maria Leme .....	S/inv. c/t. 1663 em S. Paulo ..	13	373
—	—	—	Luzia Leme de Alvarenga ..	S/inv. c/t. 1690 na Villa de Santo Antonio de Guaratingueta ...	23	5
—	—	—	Catharina de Mendonça ..	S/inv. c/t. 1692 em S. Paulo ...	23	15
—	—	—	Constantino Coelho Leite ..	S/inv. c/t. feito na fazenda de Itaypy em 1693 .....	25	139
—	—	—	Dona Maria Cabral .....	S/inv. c/t. 1699 .....	26	328
—	—	—	Antonio Castanho da Silva ..	S/inv. e c/t. 1700 em S. A. da Parnaiba .....	25	157
—	—	—	Affonso Dias de Macedo ..	S/inv. Aprovação do test. 1700 em N. S. da Candelaria de Utuguassú .....	24	469
—	—	—	Lucrecia Leme .....	S/inv. c/t. 1701 em Itú .....	25	171
—	—	—	Antonio Machado do Passo ..	S/inv. c/t. 1704 em N. S. Candelaria de Itú .....	25	183
—	—	—	Messia da Cunha .....	S/inv. c/t. 1705 em N. S. da Candelaria .....	25	201
—	—	—	Lucrecia Leme (mulher de			

ANO	MÊS	DIA	TESTADOR	LUGAR	VOL.	PÁG.
			Antonio Vieira Antunes)	S/inv. c/t. 1706 em N. S. da Candelaria de Itú	25	21
—	—	—	Matheus Leme de Castilho	S/inv. c/t. 1715 em Guaratingueta	26	36
—	—	—	Bartholomeu de Quadros	S/inv. c/t. 1722 em N. S. da Candelaria de Itú	26	26
—	—	—	Bartholomeu Paes de Abreu	S/inv. c/t. 1738 em S. Paulo ...	25	44
—	—	—	Diogo Pinto do Rego	S. Paulo, 1740 (Documentos de)	27	26
—	—	—	Dr. Pedro Dias Paes Leme	S. Paulo, 1741 (Justificação de)	27	21
—	—	—	Diogo Pinto do Rego	S. Paulo 1750 (Justificação de)	27	29
—	—	—	Diogo Pinto do Rego	S. Paulo, 1670 (Autuação de petição de)	27	37
—	—	—	Baltazar de Borba	S. Paulo, 1670. (Justificação de)	27	49
—	—	—	Anna Rodrigues (filha de Bartholomeu e Lucas)	S/inv. c/t. 1772 em S. Paulo ...	2	33
—	—	—	Jerônimo Bueno	Papeis pertencentes às demandas que houve sobre a fazenda do defunto Jerônimo Bueno	23	46



## RELATORIO DE 1949

Srs. Consocios:

No quinquagésimo-quinto ano de sua existencia, que foi o que se findou ha pouco mais de uma semana, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou nada menos de 21 sessões, honrando assim a memoria dos que fundaram esta casa de cultura para melhor estudarem o nosso passado nacional, assim como a vida e a obra dos grandes vultos da pátria. Ocuparam a tribuna do Instituto, o Prof. Ambrosio Perera para falar sobre "Panorama socio-cultural da Venezuela", o Prof. Ernesto de Sousa Campos sobre "A Antiga 5.ª Comarca de São Paulo", o Prof. Alfredo Gomes sobre "O negro no Brasil — aspectos numéricos", "O Panorama do Brasil descrito por José de Anchieta", "O fenômeno imigratorio e o Brasil", "O tráfico africano visto por Mestre Afonso de Taunay", "Os escravos no Brasil — referencias numéricas"; o Prof. Francisco Isoldi sobre "A Imperatriz Teresa Cristina Maria, a arqueófila", "Carta autógrafa de F. Gonfalonieri (Nova York 1837)", "Estatuas gálicas com inscrições latinas", "Estrategia Garibaldina", o Sr. Ricardo Gumbleton Daunt sobre "Monsenhor Fergo O'Connor", o Padre Alcionilio Bruzzi Alves da Silva sobre "A vida comunitária entre os índios do Noroeste Amazônico", o Sr. Costa e Silva Sobrinho sobre "A Imprensa de Santos", o Sr. Félix Soares de Melo sobre "Os Jesuitas", o Sr. J. Antero Pereira Junior sobre "O Segredo das Itacoatiaras", o Sr. Tito Livio Ferreira sobre "Joaquim Nabuco, escritor" e sobre "O 4.º Centenario da chegada à Bahia do fundador de São Paulo", o orador oficial Sr. José Pedro Leite Cordeiro sobre "Manuel da Nóbrega", "Rui, Conferencista", "Rui, orador" e sobre os socios falecidos durante o ano social, o Sr. Américo de Moura sobre "Rui e a Réplica", o Prof. Franchini Neto sobre "Rui internacionalista", o Dr. Torres de Oliveira sobre "Rui e o Processo Dreyfus", dona Ligia Lemos Torres sobre "Os instrumentos de trabalho de Rui" e finalmente o Sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa apresentou a sua refutação ao parecer do Prof. Damião Peres dado à tese "A expedição de 1501-1502 e Américo Vespucci", tese apresentada ao IV Congresso de Historia Nacional. Caracterizou-se o novo periodo

transcorrido por sensível aumento da operosidade de nossos consocios: 377 assinaturas no livro de presença revelam, em media, o comparecimento de 19 socios a cada sessão, ou sejam 3 vezes mais do que o mínimo legal exigido pelos Estatutos. Por outro lado, o livro de visitantes apresenta um total de 2.293 rubricas, devendo notar-se, entretanto, que muitas pessoas deixam de assinalar por essa forma sua presença na sede social. Igual observação pode ser feita relativamente ao livro de consultas à Biblioteca, com apenas 2 assinaturas durante um ano de atividade, o que demonstra não ter sido utilizado pelo funcionario responsavel. Em compensação, o livro de cargas acusa a retirada de 230 volumes para a habitual consulta domiciliar.

A correspondencia do Instituto com as instituições culturais do país está perfeitamente em dia. No decurso do ano social findo, verificou-se a expedição de 168 contra o recebimento de 174 officios, cartas, telegramas, etc. Não se incluem nesse cálculo os impressos de agradecimento da Biblioteca, considerados à parte, e cujo arquivo revela a doação de 99 obras gerais e 219 publicações periódicas. Além disso, 34 noticias foram enviadas à imprensa e publicadas pela maioria dos jornais paulistanos. O fichario da Biblioteca foi melhorado, pois havia fichas sem livros, livros sem fichas, e fichas cujos números não correspondiam aos das etiquetas nas estantes. Procede o atual bibliotecario à classificação decimal das publicações que vão sendo recebidas e paulatinamente à das já existentes, já tendo praticamente completado a organização de uma estante especial de biografias.

O capítulo das comemorações realizadas em 1949 pelo Instituto — excluidas as que regimentalmente se relacionam com as datas de 25 de Janeiro e 1.º de Novembro — foi ilustrado, com maior relevo, pelas conferencias pronunciadas a propósito da occorrença do IV Centenario de Fundação da Cidade do Salvador e dos centenarios natalicios de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. O deste último, que foi um dos Presidentes Honorarios do Instituto, contou com seis conferencias pronunciadas por nossos socios, sendo de se notar que o nosso orador official inaugurou da tribuna do Instituto, as comemorações do centenario de Rui na cidade de São Paulo. Participou ainda este sodalicio das solenidades comemorativas do bicentenario de Goethe e, a 7 de Setembro, do centésimo-vigésimo-sétimo aniversario da proclamação de nossa independencia política. O Instituto teve, igualmente, brilhante atuação em dois importantes congressos de Historia — o da Bahia e o do Rio de Janeiro, tendo varios consocios tomado parte nos debates de ambos os certames e apresentado teses de valor. Dois de nossos consocios, o Prof. Ernesto de Sousa Campos e o Sr. José Pedro Leite Cordeiro, occuparam, respectivamente, as presidencias da 1.ª secção — Historia

Geral — e da 6.<sup>a</sup> secção do IV Congresso de Historia Nacional: — Religião, Ciências, Artes e Letras. Excluindo-se o Distrito Federal, foi São Paulo a região do Brasil que enviou maior número de teses ao Congresso, o que indica a operosidade de nossos consócios.

Acontecimento que, sem dúvida, merece registro especial é a publicação do primeiro volume da notavel obra “Moedas do Brasil”, comemorativa do jubileu do Instituto em 1944 e de autoria do grande numismata que foi o saudoso Dr. Álvaro de Sales Oliveira. Com longos e substanciosos prefacios de Pandiá Calógeras e Afonso de Taunay, esse trabalho monumental foi meticulosamente revisto pelo jornalista Nicolau Duarte Silva, nosso ilustre e prezado consocio, que procedeu, com beneditina paciencia, ao confronto de todas as transcrições datilografadas de documentos — palavra por palavra — com os respectivos originais, a fim de evitar anacronismos ortográficos, morfológicos ou sintáticos. A obra “Moedas do Brasil”, quer por sua apresentação tipográfica, quer sobretudo por seu extraordinario alcance no dominio da especialidade numismática, pode sem favor figurar ao lado das melhores que em todos os tempos se vêm publicando em qualquer parte do mundo. De acordo com o que fôra previamente estabelecido na correspondencia trocada entre o autor e o Instituto, cabem a este 350 exemplares em papel comum e todos numerados, devendo 200 ser distribuidos aos socios em gozo de seus direitos estatutarios, 100 destinados às bibliotecas e instituições científicas do país e do estrangeiro, e 50, finalmente, vendidos ao preço de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada um, em beneficio dos cofres sociais.

Na primeira sessão regimental do ano, realizada a 15 de janeiro, foi anunciada pelo orador oficial, e feita subsequentemente, a distribuição do volume XLIV da “Revista”, com preciosa e abundante colaboração. Outros materiais, acumulados no curso destes últimos anos, passaram pelo crivo da comissão técnica de Redação, tendo sido seleccionados e revistos, a fim de proximaamente constituirem novos volumes.

Assinalamos, como acontecimento altamente honroso para o Instituto, a visita da delegação portuguesa de Historiadores que compareceu ao IV Congresso de História Nacional, composta do Prof. Damião Peres, Dr. Alberto Iria, Dr. Eduardo Dias e dona Luisa Fonseca. Os ilustres visitantes recepcionados em sessão solene, foram saudados pelo orador oficial Sr. José Pedro Leite Cordeiro, tendo o Prof. Damião Peres pronunciado erudita conferência sobre “O Espírito da Colonização Portuguesa”.

As modificações ocorridas no quadro social refletiram em 1949, como sempre, os maus e os bons aspectos de nossa precaria condição humana: 10 socios faleceram e 20 novos ingressaram. Entre os primeiros, teve o Instituto de lamentar a perda, por ordem cro-

nológica, de Cesar Tripoli, Francisco de Paula Santos, Bernardino José de Sousa, Alcebiades de Toledo Piza, Guilherme Wendel, Mario de Sanctis, João Lelis Vieira, João Vampré, Henrique de Campos Ferreira Lima e Eduardo Dias, cujos elogios históricos foram pronunciados, em sessão magna, pelo Dr. José Pedro Leite Cordeiro, egregio orador oficial. E entre os eleitos — com exceção apenas de Eduardo Dias, logo desaparecido — felizmente figuram, cheios de vida, como que a trazer-nos para as sombras de nossa tristeza a compensação luminosa de sua inteligência e de seu afeto, os eminentes vultos de Ligia Lemos Torres, Gaspar de Couto Ribeiro Vilas, padres Helio Abranches Viotti e Aristides Greve, João Neri Guimarães, Joaquim Vicente Rondon, Antonio Gomes da Rocha Madahil, Louis Wirion, Francisco Cimino, Valdemar Panadés, José Antero Pereira Junior, Damião Peres, Alberto Iria, Luisa Fonseca, Thomas Waverley Palmer Jr., d. Mauro Albrecht Wirth, Rozendo Sampaio Garcia, Berta Leite, Eduardo Alcântara de Oliveira e Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. O Instituto manifestou-se, pela imprensa, contra a indecorosa revivescência em jornais de São Paulo, do trágico desaparecimento de Euclides da Cunha.

Quanto à situação financeira do Instituto, pode ela considerar-se bastante favorável, quer em virtude de novas subvenções recebidas dos poderes públicos, quer pelas perspectivas de renda apreciável no futuro, quando se concretizar o projeto em andamento para a construção da nova sede social. Os socios eleitos até 1948 obtiveram anistia para o pagamento das mensalidades em atraso, devendo o serviço de cobrança obedecer doravante a maior rigor. Numa das próximas sessões, tereis oportunidade de examinar o balancete e as contas relativas à Tesouraria, zelosamente dirigida pelo distinto consocio Prof. Dacio Pires Correia.

Eis, em suma, o retrospecto das realizações do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo durante o ano de 1949. A Diretoria aguarda, com prazer, os pedidos de esclarecimento que porventura soliciteis acerca de pontos mais obscuros ou de omissões involuntariamente cometidas. E, ao inaugurar-se este novo periodo de atividade, possa esta casa, a que nunca faltarão as luzes do vosso saber e dos vossos esforços, honrar mais uma vez as tradições gloriosas de que é portadora ha mais de meio século.

São Paulo, 10 de janeiro de 1950.

A DIRETORIA.

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

## Demonstração da Receita e da Despesa do ano de 1949

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
Saldo do ano de 1948 . . . . .	311.683,50	Secretaria . . . . .	2.262,10
Jóias, anuidades e mensalidades de Sócios . . . . .	16.360,00	Biblioteca . . . . .	4.754,80
Diplomas de Sócios. . . . .	400,00	Tesouraria . . . . .	2.821,70
Publicações. . . . .	574,00	Publicações. . . . .	46.598,30
Aluguel de uma sala . . . . .	1.200,00	Ordenados e Gratificações . . . . .	52.100,00
Juros de Apolices e de Banco . . . . .	40.537,00	Despesas Gerais . . . . .	5.545,30
Auxílio do Govêrno do Estado de São Paulo . . . . .	200.000,00	Saldo para 1950 . . . . .	456.672,30
	<hr/>		<hr/>
	Cr\$ 570.754,50		Cr\$ 570.754,50

*São Paulo, 31 de Dezembro de 1949*

**Dácio Pires Correia**  
Tesoureiro

## Ata da primeira sessão ordinaria do ano social de 1949

Presidente: Ernesto de Sousa Campos

1.º Secretario: Carlos da Silveira

2.º Secretario: Amador Machado Florence

Aos quinze de janeiro de mil novecentos e quarenta e nove, às quinze e meia horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, rua Benjamin Constant n.º 152, com a mesa supra e comparecendo os consocios srs. Ernesto de Sousa Campos, José Carlos de Macedo Soares, Carlos da Silveira, Américo B. A. de Moura, José Bueno de Azevedo Filho, Dacio Pires Correia, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Tito Livio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro, Maria da Conceição M. Ribeiro, Afonso de E. Taunay, João B. de Campos Aguirra, Plinio de Barros Monteiro, Alfredo Gomes, Amador Bueno Machado Florence, e Pelagio Lobo, conforme livro de presença, realizou-se a primeira sessão ordinaria do atual exercicio social. Instalados os trabalhos, o presidente convida para tomarem assento à mesa os confrades, embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpetuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor Afonso d'Escragnole Taunay, nosso presidente de honra, os quais agradecem e declinam da distinção. Lida pelo 2.º secretario, a ata da sessão anterior sem debate é aprovada. O presidente, a seguir, comunica que justificaram a ausencia os consocios Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpetuo, Frederico de Barros Brotero, Nicolau Duarte Silva, Teodoro Braga, Álvaro Soares Brandão e M. Franchini Neto, dizendo que o primeiro, acamado, está a merecer uma visita do Instituto, para o que designa comissão especial que o deverá visitar. Congratula-se em seguida com os consocios pelo inicio do presente ano social e apresenta boas festas, fazendo votos pela felicidade pessoal de todos os companheiros. O 1.º secretario lê em continuação, o relatório da Diretoria, referente ao ano findo, de 1948, o qual, posto em discussão, é aprovado depois de prestados pela mesa breves esclarecimentos. Pede a palavra o consocio embaixador José Carlos de Macedo Soares, que discorre abundantemente sobre a invulgar personalidade do ministro Bernardino José de Sousa, ha pouco falecido, propondo o lançamento em ata de voto de profundo pesar por sua morte. Falam, ainda, sobre o homenageado, focalizando diferentes aspectos de sua vida, os srs. Afonso de E. Taunay e Carlos da Silveira. O presidente diz, então, que diante do apoio geral manifestado pela casa, deixa, como deferencia especial ao homenageado e ao proponente, de submeter a votos a indicação que considera inicialmente aprovada, ordenando, em consequencia, se lançasse em ata o justo voto de pesar, que o é, está disso

certo, do proprio Instituto. Toma a palavra a seguir, o consocio Dr. José Pedro Leite Cordeiro, orador-official, que fala — acrescenta — em nome da Comissão de Redação da “Revista”, comunicando que está pronto, devendo ser distribuido nos próximos dias, o numero XLIV de nosso órgão official; apresenta, então, os quatro primeiros exemplares saídos das oficinas, que oferece aos componentes da mesa, como especial homenagem; adianta que prossegue a impressão de outro volume, seguinte a éste, em oficina particular, declarando que isso se faz simultaneamente com a impressão de outro tomo, ainda, na Imprensa Official, onde está em conclusão a obra magnífica do saudoso dr. Álvaro de Sales Oliveira, comemorativa de nosso cincoentenario; esclarece que as condições financeiras do Instituto, graças principalmente ao auxilio de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), feito ao sodalicio pelo Governo do Estado ao tempo da interventoria Macedo Soares, possibilitam indispensaveis despesas com a impressão, particularmente, de alguns números mais da “Revista”, na verdade um pouco atrasada e isso de molde a se conseguír, em pouco, seja ela posta em dia. A propósito de efemérides gratas a São Paulo, ao Brasil e à nossa Historia cita a seguir a passagem dos centenarios de nascimento de grandes vultos patrios, destacando Joaquim Huet de Bacelar, engenheiro que muito se destacou no campo ferroviário — notadamente na Sorocabana; Joaquim Duarte Murinho, grande ministro, senador, médico e professor — nome que ultrapassou as fronteiras do Brasil; Martins Pena, considerado o criador do Teatro Brasileiro; general João Antonio da Costa Campos, bravo paulistano nascido no largo de São Bento, tido e havido, ao falecer faz dois anos, como último remanescente da homérica Retirada da Laguna e finalmente, Henrique Chaves, luso de nascimento mas brasileiro de coração, jornalista consagrado e inesquecível fundador da “Gazeta de Noticias”, do Rio de Janeiro, homem de letras de tal valor que mereceu especial dedicatória do Visconde de Taunay no prefácio de sua obra — “O Encilhamento”. Continuando com a palavra, comunicou que fato de relevo ocorrerá em 1950 — O 1.º Congresso Ibero-Americano de Geografia e Historia a realizar-se em Porto Alegre, certame cultural que, é certo, ha de interessar-nos diretamente, pelo que propõe a participação do Instituto. Sobre o magnífico trabalho de Álvaro de Sales Oliveira “Moeda do Brasil”, — comemorativo do cincoentenario do Instituto, livro de tiragem limitada, que pode ser considerado verdadeira obra-prima bibliográfica, expende considerações o professor Afonso d’E. Taunay, dizendo que o esmêro de sua feitura, principalmente no tocante à revisão, sem dúvida é devido ao carinho do consocio Nicolau Duarte Silva, pelo que propõe um voto de louvor ao seu devotamento, o que é aprovado. Em seguida o presidente Ernesto de Sousa Campos ocupa a tribuna e, homenageando o Estado do Paraná, centro cultural e universitário de primeira grandeza, lê interessante trabalho histórico sobre a antiga Quinta Comarca de São Paulo e merecendo por isso calorosos aplausos. Novamente usa da palavra o embaixador José Carlos de Macedo Soares e o faz a propósito de três importantes centenarios a ocorrerem este ano: — os de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa — este presidente de honra do Instituto — e Goethe. Depois de indagar das providencias tomadas pela Diretoria, propõe a organização de uma comissão especial que se encarregará dos mesmos, a qual deverá compor-se de cinco membros, inclusive o 1.º secretario e o orador official, estes membros

atos. Debateram o assunto os consocios srs. Oscar Marcondes de Sousa, Alfredo Gomes e Tito Livio Ferreira, vencendo a proposta Macedo Soares. O 2.º secretario acha que o centenario de Rui Barbosa — tamanha é sua projecção no cenario intelectual do Brasil, notadamente no de São Paulo — deve merecer, no mínimo, uma semana toda de conferencias, delas se encarregando os mais destacados homens de letras, os quais deverão estudar a “Aguia de Haia” sob suas mais variadas e empolgantes facetas. Comunicando o consocio professor Américo de Moura, já existir uma comissão externa encarregada das homenagens a Goethe, da qual faz parte, e a que deu sua adesão o Instituto e, mais, que sobre Goethe tem estudos especiais o consocio dr. Abraão Ribeiro, propõe o embaixador Macedo Soares seja o mesmo convidado para, sobre o grande pensador germânico, fazer uma conferencia no Instituto, o que é aprovado. Submetida à casa a proposta de organização de comissão especial para cuidar dos centenarios referidos, é ella aprovada, sendo resolvido que a designação dos respectivos membròs ficasse a cargo do presidente perpetuo do Instituto. Tomou a palavra o professor Alfredo Gomes e ofereceu ao Instituto, em nome do consocio General João Pereira de Oliveira, sua última obra — “Discursos e Conferencias”, — a qual o presidente declara receber com especial agrado. Passa-se, a seguir, à discussão e votação de propostas de novos socios, sendo, preliminarmente, lido um requerimento do consocio Amador Florence pedindo o adiamento por duas sessões, das propostas dos srs. Antonino Setepani e Vito Zappalà Láscaris di Doriléia, para melhores investigações e esclarecimentos de ordem moral, isso em virtude de publicação official do consulado da Italia, referente ao primeiro, que, parece, sendo cidadão italiano está a distribuir condecorações não reconhecidas pelo governo peninsular e nem pela Curia Romana. Manifesta-se sobre o assunto o embaixador Macedo Soares, que louva a attitude de defesa do quadro social mas diverge do requerimento de adiamento por entender que os socios devem votar, a priori, sem outros esclarecimentos exteriores e somente com o julgamento que seu bom senso determinar, isso pela razão de ser incontestes que ha dúvida manifesta sobre a idoneidade dos propostos. Aceita esta preliminar, prejudicado o requerimento, entra em discussão a proposta referente ao sr. Antonino Setepani — 2.ª votação — sendo lido o parecer da Comissão de Admissão e o voto vencido do professor Souza Campos. Demonstrando que o proposto não está em condições de pertencer ao quadro social, retira sua assinatura do parecer favoravel o professor Américo de Moura, que dá convincentes e conscienciosas explicações à casa. Submetida a proposta a voto secreto, é rejeitada por catorze votos (14), isto é por unanimidade. Entra, a seguir, em discussão a proposta do sr. Vito Zappalà Láscaris Doriléia, eivada dos mesmos vicios da anterior que é também rejeitada por catorze (14) votos, ou unanimemente. Em seguida entra em discussão a proposta para socio efetivo de d. Ligia Ferreira Lopes Lemos Torres, com parecer favoravel da Comissão de Admissão, falando sobre os grandes méritos da indicada os consocios José Pedro Leite Cordeiro e Amador Florence; submetida a 1.ª votação estatutária, é aprovada por unanimidade — catorze (14) votos. Entra em discussão, a seguir, a proposta para socio correspondente do coronel Gaspar Couto Ribeiro Vilas, do exército portuguez, com parecer favoravel, justificando-a o consocio professor Afonso d’E. Taunay; submetida a votos, em primeira vota-



ção regimental, é aprovada por treze (13) esferas brancas contra uma (1) preta. Finalmente são submetidas à 2.ª votação as propostas de transferencia da classe de correspondentes para honorarios dos consocios Elmano Sousa Cardim e Anibal Pinto de Matos, sendo ambas aprovadas por unanimidade — catorze (14) votos. Antes das votações retiraram-se do recinto os consocios srs. Dacio Pires Correia e Bueno de Azevedo Filho. Nada mais havendo, o presidente convida os presentes para a sessão magna de 25 de janeiro, comemorativa da fundação de São Paulo, encerrando a sessão. Para constar, lavrou-se esta, que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pela mesa. Com a ressalva de que o nome do Senhor Elmano Cardim é “Gomes Cardim” e não “Souza Cardim”.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*

### **Ata da sessão solene do dia 25 de Janeiro de 1949**

Presidente: Prof. Ernesto de Sousa Campos  
 1.º Secretario: Dr. Carlos da Silveira  
 2.º Secretario: Sr. Amador Bueno Machado Florence

Aos vinte e cinco de Janeiro de mil novecentos e quarenta e nove, 395.º aniversario da fundação de São Paulo, às dezesseis horas, em sua sede social, à Rua Benjamin Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou a sua sessão solene anual, determinada pelos Estatutos, sob a direção da mesa acima, presentes os seguintes socios srs.: Ernesto de Sousa Campos, Ricardo Gumbleton Daunt, Frederico de Barros Brotero, Afonso de Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Carlos da Silveira, Alfredo Gomes, Raul Sá Pinto, Amador Bueno Machado Florence, cap. Arrisson de Sousa Ferraz, José Pedro Leite Cordeiro, Amadeu de Queirós, Alice P. Canabrava, cap. Henrique Oscar Wiederspahn, Joaquim Alfredo da Fonseca, Afonso d'E. Taunay, Álvaro Coimbra, Zuinglio Homem de Melo, N. Duarte Silva, José Cassio de Macedo Soares, Alipio Leme de Oliveira e Dr. Gama Rodrigues. Abrindo a sessão, o presidente Ernesto de Sousa Campos comunica que ainda se encontra acamado e, portanto, impedido de comparecer o presidente perpetuo, dr. José Torres de Oliveira. Em seguida convida para assentarem-se à mesa os representantes do Governador do Estado, do Secretario da Justiça, do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo e das congregações dos jesuitas da Igreja de São Gonçalo e do Colegio São Luís. Justifica, ainda, a ausencia dos consocios frei Timóteo Van den Broeck, dr. Álvaro Soares Brandão e Bueno de Azevedo Filho. A seguir, o sr. presidente comunica a entrega à mesa, pelo consocio prof. Nicolau Duarte Silva, do exemplar número um (1) do primeiro volume da monumental obra do pranteado confrade, dr. Álvaro de Salles Oliveira, denominada “Moedas do Brasil”, edição comemorativa, também, do cinquentenario do Instituto Histó-

rico e Geográfico de São Paulo. Tendo acusado o recebimento da "Revista" das Academias de Letras, o sr. presidente refere-se ao magno fato que se comemora no dia 25 de Janeiro, isto é, o início material desta magnífica metrópole paulopolitana, acentuando que significativas solenidades assistira na antemanhã, em terrenos da Universidade, onde portentosas instalações científicas, quer da Faculdade de Filosofia, quer da Escola Politécnica, haviam sido festivamente inauguradas; era, a seu ver, a melhor forma de se comemorar a grande data da cidade, isto é, com manifestações culturais. Devendo, na sessão solene do Instituto, falar o orador oficial, dr. José Pedro Leite Cordeiro, sobre a figura de Manuel da Nóbrega, deu-lhe a palavra a seguir, tendo o mesmo ocupado a tribuna pelo espaço de cinquenta e cinco minutos e apresentado magnífico trabalho sobre a ação do notável jesuíta na formação social do Brasil quinhentista. Calorosas palmas coroaram as últimas palavras do orador oficial, cuja primorosa conferência será, oportunamente, publicada nas páginas da "Revista". A seguir ocupou a tribuna o professor Alfredo Gomes, que discorreu sobre o "Panorama do Brasil", descrito por José de Anchieta. O sr. Presidente, depois de agradecer a colaboração dos prezados consocios, ressaltou a elevada presença de numerosos convidados, aos quais apresentou agradecimentos, exortando-os a sempre procurarem dar brilho às reuniões do sodalicio, casa destinada ao culto de nossas mais nobres e caras tradições. Convidou, a seguir, todos os consocios para a reunião ordinária do primeiro sábado do próximo mês de Fevereiro, às quinze horas, encerrando, depois, a sessão solene. Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, vai devidamente assinada.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*

## **Ata da 2.<sup>a</sup> sessão ordinária, em 5 de fevereiro de 1949**

Presidente: Prof. Ernesto de Sousa Campos

1.<sup>o</sup> Secretario: Dr. Carlos da Silveira

2.<sup>o</sup> Secretario: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos cinco dias de fevereiro de mil novecentos e quarenta e nove, às quinze e meia horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a segunda sessão ordinária deste sodalicio, no corrente ano. Presidiu os trabalhos o Dr. Ernesto de Sousa Campos, 1.<sup>o</sup> Vice-Presidente do Instituto, secretariado pelos Dr. Carlos da Silveira e Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, respectivamente 1.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> secretarios. Assinaram o livro de presença os socios srs. Dr. Ernesto de Sousa Campos, Dr. Carlos da Silveira, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Tito Livio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro, Frederico de Barros Brotero, Alvaro Soares Brandão, Tomás Oscar Marcondes de Souza, José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Gomes, Arrison de Souza Ferraz, Afonso de Escragnolle Taunay, Plínio

de Barros Monteiro, Américo Brasiliense Antunes de Moura e João Batista de Campos Aguirra. O Sr. Presidente, abrindo a sessão, convida os srs. Embaixador José Carlos de Macedo Soares e Professor Afonso de Taunay para tomarem assento à mesa. Ambos agradecem, preferindo continuar entre os demais associados. O Sr. 2.º Secretario lê as atas das sessões anteriores, as quais, sem discussão, são aprovadas. O Sr. Presidente justifica a ausencia dos Srs. Dr. José Torres de Oliveira, Professores Dacio Pires Correia, Nicolau Duarte Silva e Alice Piffer Canabrava. Continuando, o Sr. Presidente fala sobre a conferencia do Sr. Embaixador Macedo Soares, ora enfeixada em volume pela "Tipografia Edanee Ltda", hoje oferecida ao Instituto pelo autor. O Sr. Leite Cordeiro encaminha à mesa um exemplar da obra "Nobiliarquia Fluminense", de autoria do conselheiro Macedo Soares. O Sr. Presidente declara que o Instituto recebe com imensa satisfação as ofertas. O Sr. Leite Cordeiro ainda comunica ter visitado juntamente com os Srs. Américo de Moura e João Batista de Campos Aguirra, o Sr. Presidente Perpetuo, que já se encontra quasi completamente restabelecido. Propõe, depois, um voto de congratulações com o Dr. Laudo de Camargo, socio honorario do Instituto, por ter sido eleito Presidente do Supremo Tribunal Federal. O Sr. Presidente, interpretando o pensamento da Casa, considera aprovado. O Sr. Afonso de Taunay pede um voto de louvor para a Imprensa Oficial pelo cuidado com que foi feita a impressão do livro do Sr. Álvaro de Sales Oliveira. O Sr. Embaixador Macedo Soares fala sobre a questão da distribuição dessa importantíssima obra. Bastante discutido, o Sr. Presidente sugere, conciliando varias propostas, haja uma lista de inscrição dos interessados, que ficaria a criterio da Comissão de Numismática. O Sr. Embaixador Macedo Soares propõe, então, que sejam reservados 200 exemplares para os socios do Instituto no gozo dos direitos sociais; 50, distribuidos no Brasil e no estrangeiro pela mesa com aprovação do plenario; 50 para as bibliotecas dos Institutos Históricos e outras grandes bibliotecas brasileiras e 50, para atender aos colecionadores e outros interessados, vendidos em favor do patrimonio do Instituto a Cr\$ 1.000,00, cada um. Finalmente, o Sr. Presidente dá o assunto por aprovado. O Sr. Afonso de Taunay propõe um voto de pesar pelo falecimento do Professor Braz Hermenegildo do Amaral, ao que o Sr. Embaixador Macedo Soares se associa. O Sr. Presidente também fala sobre a personalidade do extinto e o voto é aprovado. O Sr. Presidente comunica à Casa os nomes escolhidos pelo Sr. Presidente Perpetuo para representarem o Instituto nos próximos congressos de Historia no Rio de Janeiro e na Bahia: Srs. Dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho, Prof. Fernando São Paulo, Prof. Pedro Calmon Muniz Bittenpourt, Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, Dr. Aureliano Leite e Desembargador Julio Cesar de Faria. Com a palavra o Sr. Alfredo Gomes, discorre longamente sobre "O negro no Brasil — Aspectos numéricos". O Sr. Presidente agradece a excelente contribuição para os nossos anais. Passa-se, então, à votação de propostas de novos socios: — em 2.º escrutinio, são eleitos por unanimidade (15 votos) a Senhora Dona Ligia Lemos Torres e o Sr. Coronel Gaspar do Couto Ribeiro Vilas, logo proclamados pelo Sr. Presidente como membros efetivo e correspondente, respectivamente. Em 1.º escrutinio, é votada a proposta do Sr. Major Joaquim Vicente

Rondon, que obtém 15 votos a favor para membro correspondente. Para membros efetivos são votados os Srs. Padre Aristides Greve, Padre Helio Abranches Viotti e Dr. João Neri Guimarães, que obtém, o 1.º, 14 votos e os outros dois 15 votos. Nada mais havendo a tratar e dado o adiantado da hora, ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão. Para constar, lavrou-se esta, que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pela mesa.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*

### **Ata da 3.ª sessão ordinária, em 5 de Março de 1949**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos cinco dias do mês de março do ano de 1949, às quinze e meia horas, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou sua terceira sessão ordinária, com a presença dos seguintes socios srs. José Torres de Oliveira, José Pedro Leite Cordeiro, Carlos da Silveira, Tito Livio Ferreira, Cel. Amilcar Salgado dos Santos, Tomás Marcondes de Sousa, Francisco Isoldi, Alfredo Gomes, Franchini Neto, Álvaro Soares Brandão, Frederico de Barros Brotero, Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo, Felix Soares de Melo, Plínio de Barros Monteiro, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Américo B. A. de Moura, Olga Pantaleão, Dacio Pires Correia, Afonso d'E. Taunay e Luís Tenorio de Brito. Declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente, imediatamente solicita a palavra o Sr. Leite Cordeiro, que faz eloquente saudação ao Sr. Torres de Oliveira pelo seu retorno à presidência das reuniões do Instituto, dizendo ser hoje um dia de júbilo para a Casa. O Sr. Presidente, bastante comovido, agradece as palavras do orador, bem como as visitas e manifestações de simpatia recebidas durante a sua enfermidade. São justificadas as ausências dos Srs. Amador Florence, Nicolau Duarte Silva e Capitão Henrique Oscar Wiederspahn. Pede-se a inversão da ordem dos trabalhos, que é aceita, deixando de ser lida a ata anterior e o expediente. Com a palavra, o Sr. Bueno de Azevedo Filho fala sobre a "Noite de São Paulo", amanhã que, patrocinada pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, visa protestar contra a iníqua prisão do Cardeal Primaz da Hungria. Referindo-se à onda comunista que assalta a Europa e o resto do mundo, o orador pede que seja dada a adesão do Instituto à iniciativa. O Sr. Presidente também diz algumas palavras a respeito, pondo em votação a sugestão do Sr. Bueno de Azevedo Filho, que é aprovada. Assim o Sr. Presidente designa uma comissão constituída pelos Srs. Bueno de Azevedo Filho, Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo e Coronel Amilcar Salgado dos Santos para representar o Instituto nos respectivos atos. Pede a palavra o

Sr. Franchini Neto e, em longa oração protesta contra o fato de terem sido recusadas duas propostas de novos socios por ele subscritas em primeiro lugar, e solicita que conste de ata: 1.º, o seu protesto pela maneira apressada com que foram votadas as referidas propostas; 2.º, o seu protesto pela diminuição moral com que se julga considerado; 3.º, que depõe por isso em mãos do Sr. Presidente o diploma de socio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O Sr. Leite Cordeiro, orador oficial, interpretando o pensamento da Casa, diz que o dia de júbilo "a que se referira ha poucos minutos, está transformado em "dia de mágoa", ante a declaração do consocio Sr. Franchini Neto, o qual merece todo o acatamento, todo o respeito desta Casa, acrescentando que a atitude incriminada não fôra, absolutamente, tomada contra a pessoa de Sua Excelencia. O Sr. Américo de Moura, membro da Comissão de Sindicancia e Admissão de Socios, diz da sua sincera e completa subscrição às palavras do orador anterior. O Sr. Alfredo Gomes faz veemente apelo ao Sr. Franchini Neto a fim de que não se retire do quadro social, pedindo ao nosso estimado e prestimoso consocio que não chegue a esse extremo de manter o seu pedido de demissão. O Sr. Marcondes de Sousa esclarece que certas declarações do sr. Consul Geral da Italia veiculadas pela imprensa local, não deveriam ter impressionado a Casa, apelando para que o Sr. Franchini Neto continue entre nós. O Sr. Cônego Paulo Florencio diz que a Curia Metropolitana distribuiu um comunicado no sentido de que a ordem de Santo Huberto não é da Santa Sé, com o que concorda plenamente o Sr. Franchini Neto esclarecendo que se trata de Ordem Capitular e Soberana e que, justamente por isso, não deveria ter sido tomada apressadamente a decisão que recaiu sobre os dois referidos candidatos. O Sr. Tenorio de Brito pede a leitura da parte da ata da sessão em que se tratou da não aceitação desses dois candidatos. Foi lida pelo Sr. 2.º Secretario a parte daquela ata, que se refere ao assunto em discussão. O Sr. Américo de Moura pede a leitura do parecer do Sr. Sousa Campos. O Sr. Presidente lê o artigo 10.º dos estatutos e confirma as palavras do orador oficial e pede ao Sr. Franchini Neto que aceite a decisão que a Casa tomar sobre a sua exoneração. A seguir, o Sr. Presidente põe em votação o pedido de demissão apresentado pelo Sr. Franchini Neto o qual é unanimemente recusado dando por aprovada a decisão sincera do plenário. Diante disso, o Sr. Franchini Neto se manifesta muito sensibilizado. Diz que não pode deixar de acatar tão amavel determinação da Casa, mas que poderia ter merecido, na sessão de que se trata, a distinta atenção da mesma. Concorde em retirar o seu pedido de demissão. Quer que conste da ata, todavia, a sua mágoa e diz que, dentro de seis meses, prazo estatutario, voltará a renovar as mesmas propostas. Fala, então, o Sr. Bueno de Azevedo Filho sobre a lamentavel confusão havida, que, em tempo, tentara evitar e louva a atitude franca e leal do Sr. Franchini Neto. O Sr. Leite Cordeiro também a louva, bem como a do Sr. Bueno de Azevedo Filho e, ainda, a da Casa quando, embora em erro, procurara a defesa do nosso quadro social. Finalmente, o Sr. Tenorio de Brito refere que ha quem se compraz em criar dificuldades dentro das sociedades, ficando, assim, o "caso" encerrado. O Sr. Presidente comunica à Casa a resolução tomada sobre a anistia geral dos eleitos até 1948, que estejam com as suas mensalidades em atraso, mas que, daqui por diante, haverá o maior rigor nas futuras cobranças. O Sr. Cônego Paulo Florencio pede um esclareci-

mento sobre a situação dos socios remidos e o Sr. Marcondes de Sousa lembra que, por ocasião das eleições, deveria ser apresentado pelos socios o último recibo. O Sr. Presidente declara que o Sr. Tesoureiro apresentará cada seis meses uma lista dos socios quites, para conhecimento geral. O Sr. Presidente, ainda com a palavra, comunica que está em andamento o projeto de edificação da nova sede social que terá 11 andares, proporcionando a renda líquida mensal de 20 a 30 mil cruzeiros, devendo estar pronta dentro de uns dois anos. O Sr. Tenorio de Brito solicita um voto de congratulações ao Sr. Presidente pela sua magnífica atuação, no que é secundado pelos Srs. Bueno de Azevedo Filho e Alfredo Gomes. A seguir, passa-se para a 2.<sup>a</sup> parte da Ordem do dia, estando inscritos para ler conferencias os Srs. Francisco Isoldi, Tito Livio Ferreira e Alfredo Gomes, que dissertam, respectivamente, sobre "O fenômeno imigratorio e o Brasil", "No 4.<sup>o</sup> centenario da chegada à Bahia do fundador de São Paulo" e "O tráfico africano visto pelo Mestre Afonso de Taunay". Todos os oradores foram muito aplaudidos e felicitados pelo Sr. Presidente e pela Casa em geral. Antes de terminar a sessão o Sr. Presidente põe em votação, em 2.<sup>o</sup> escrutinio, as propostas dos Reverendísimos Padre Helio Abranches Viotti e Aristides Greve, que são eleitos por unanimidade, e do Sr. João Neri Guimarães, eleito por maioria de votos, todos desde logo proclamados membros efetivos do sodalicio e, ainda, a do Sr. Major João Vicente Rondon, também por maioria, proclamado membro correspondente. Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente agradece a presença do elevado número de confrades e declara encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pela mesa.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*

## Ata da sessão extraordinaria, em 29 de Março de 1949

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero  
1.<sup>o</sup> Secretario: Dr. Carlos da Silveira  
2.<sup>o</sup> Secretario: Profa. D. Maria da Conceição Martins Ribeiro

Aos vinte e nove dias do mês de março de 1949, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.<sup>o</sup> 152, às 16 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinaria comemorativa do quarto centenario da chegada de Tomé de Sousa à Bahia, estabelecimento do governo geral e fundação da cidade do Salvador. Assumiu a presidencia o Dr. Frederico de Barros Brotero, segundo vice-presidente do Instituto, funcionando como 1.<sup>o</sup> Secretario o Dr. Carlos da Silveira e como 2.<sup>o</sup> Secretario *ad-hoc*, a professora Sra. Da. Maria da Conceição Martins Ribeiro. O Sr. Presidente convidou o Sr. Dr. Amilcar Lino Franco, consul de Portugal, para sentar-se à mesa. Assinaram o livro de presença os srs. Carlos da Silveira, Frederico Brotero, Américo B. A. de Moura,

Tito Livio Ferreira, Tomás Oscar Marcondes de Souza, Plínio de Barros Monteiro, Pe. Helio Abranches Viotti, Maria da Conceição M. Ribeiro, Henrique Oscar Wiederspahn, (Capitão), Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo e Affonso d'E. Taunay. Justificaram sua ausência o Rev. Pe. Aristides Gréve e o Dr. José Torres de Oliveira, presidente. Como se acha presente na ante-sala o Rev. Pe. Helio A. Viotti, o Sr. Presidente nomeou uma comissão para introduzir no recinto o recipiendario. A Comissão foi constituída pelos seguintes socios: Dr. Américo de Moura, Sr. Tomás Oscar Marcondes de Souza e o Sr. Plínio de Barros Monteiro. Penetrando no recinto o Pe. Viotti assinou o livro e foi saudado pelo Sr. presidente, tendo o novo socio agradecido. O sr. presidente passou a palavra ao Sr. Tito Livio Ferreira para ler o seu trabalho alusivo aos fatos que se comemoravam naquela data, o que foi feito debaixo de muita atenção e interesse manifestado por parte da assistencia. Finda a leitura de seu apreciado trabalho, ouviu-se uma salva de palmas, seguindo-se algumas palavras elogiosas ditas pelo Sr. presidente alusivas à oração que se acabava de ouvir. Pediu então a palavra o sr. consul de Portugal que agradeceu o convite que lhe fôra enviado e estendeu-se em considerações a respeito da amizade que liga Portugal e o Brasil, com grande proveito para ambos os povos, que tantas afinidades apresentam. O Sr. Presidente deu conhecimento à Casa do telegrama que vai ser expedido e que o primeiro secretário passou a ler e é o seguinte: Instituto Geográfico Histórico — Cidade Salvador — Estado Bahia. Em sessão comemorativa Instituto Histórico Geográfico São Paulo envia glorioso Estado Bahia efusivas congratulações quarto centenario instalação governo Geral Brasil fundação cidade Salvador Tomé de Sousa realização primeiro Congresso Nacional Historia Bahia José Torres Oliveira, Presidente. Expedidor: José Torres de Oliveira, telefone, 23582 — rua Benjamim Constant, 152 — Bairro Sé. Nada mais havendo a tratar e ninguém pedindo a palavra, o Sr. presidente encerrou os trabalhos da sessão após haver agradecido o comparecimento de todos. E, para constar, foi lavrada a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Amador Bueno Machado Florence*

#### **Ata da 4.ª sessão regimental, em 2 de abril de 1949**

Presidente: Dr. Ernesto de Sousa Campos  
 1.º Secretario: Dr. Carlos da Silveira  
 2.º Secretario: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos dois dias do mês de abril do ano de 1949, às quinze e meia horas, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou sua quarta sessão ordinária, com a presença dos

seguintes socios: Srs. Ernesto de Sousa Campos, José Pedro Leite Cordeiro, Francisco Isoldi, Tito Livio Ferreira, Fausto de Almeida Prado Penteadado, Plínio de Barros Monteiro, Julio C. de Faria, Frederico Brotero, Álvaro Martins, Luís Tenório de Brito, Arrisson de Sousa Ferraz, João B. de Campos Aguirra, Alfredo Gomes, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Carlos da Silveira, Alexandre D'Alessandro, Américo B. A. de Moura, Felix Soares de Melo e Maria da Conceição M. Ribeiro. Aberta a sessão, o Sr. Presidente comunica à Casa que se encontra na ante-sala o Sr. Dr. Alexandre D'Alessandro, designando os Srs. Tito Livio Ferreira e Alfredo Gomes para que o acompanhassem a fim de empossar-se da sua cadeira de membrô efetivo deste sodalicio. O novo socio ingressa na sala de sessões e assina o livro de presença, sob palmas dos presentes, sendo saudado pelo orador oficial, Sr. Leite Cordeiro. A seguir, agradece. São justificadas as ausencias dos Srs. José Torres de Oliveira, Nicolau Duarte Silva e Tomás Oscar Marcondes de Sousa. Tendo o Sr. Presidente determinado que fossem lidas as atas anteriores, o Sr. Tito Livio Ferreira pede a palavra para propor a inversão da ordem dos trabalhos, pois já havia cinco oradores inscritos. Aceita a proposta, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Leite Cordeiro que fala do 50.º aniversario da ordenação sacerdotal do Santo Padre Pio XII e pede um voto de regozijo lançado em ata. O Sr. Presidente também fala a respeito, salientando a criação e aprovação da pontificia Universidade Católica de São Paulo, sendo o voto aprovado. Continuando, o orador discorre sobre a personalidade de Ezequiel Freire. O Sr. Francisco Isoldi disserta sobre "Estatuas gálicas com inscrições latinas". O Sr. Felix Soares de Melo faz um comunicado sobre Dona Ana Neri, oferecendo ao Instituto um retrato da illustre brasileira e solicitando que seja nomeada a consocia Senhora Professora Dona Francisca Pereira Rodrigues para a Comissão a fim de fazer erigir, em S. Paulo, um monumento à grande patriota. O Sr. Presidente tece considerações a respeito e fala da "Escola de Enfermagem Ana Neri", cujo nome foi dado em homenagem à insigne enfermeira. O Sr. Coronel Luís Tenorio de Brito descreve a viagem que fez de São Paulo ao Amazonas. Finalmente, o Sr. Alfredo Gomes trata de "Os escravos no Brasil: Referencias numéricas". Todos os oradores foram muito aplaudidos, sendo os trabalhos produzidos devidamente apreciados. Passa-se, então, à primeira parte da ordem do dia. Deveriam ser lidas as atas das duas últimas reuniões, mas o Sr. Alfredo Gomes pede que sejam as mesmas consideradas aprovadas, por já ter sido publicado pelos jornais o respectivo noticiario. Ainda com a palavra, sugere que seja comunicado ao Eminentíssimo Sr. Cardeal Arcebispo o voto de regozijo, antes aprovado, pelo transcurso do 50.º aniversario da ordenação do Sumo Pontífice. Entram em votação as propostas seguintes, em 1.º escrutinio: para membros efetivos, os Srs. Francisco Cimino e José Antero Pereira Junior, correspondentes os Srs. Antonio da Rocha Mandahil e Louis Wirion, efetivo o Sr. Valdemar Panadés, todas aprovadas por maioria e a última por unanimidade. Antes de encerrar-se a sessão, pede a palavra o Sr. Leite Cordeiro para dizer que, com surpresa, acabara de saber pelos filhos de Ezequiel Freire, que haviam comparecido à sua conferencia, não transcorrer hoje o centenario daquele conhecido poeta e sim o seu 99.º ani-



versario, razão pela qual então retificava a data do seu nascimento. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Amador Bueno Machado Florence*

### **Ata da sessão extraordinária e especial do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para recepção à homenagem aos membros da Delegação portuguesa ao IV Congresso Nacional de Historia**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretario: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretario: Dr. Amador Bueno Machado Florence

Aos sete de Maio de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade de São Paulo, às dezesseis horas, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, em seu salão nobre, realizou-se a sessão extraordinária e especial para recepção e homenagem à Delegação Portuguesa ao IV Congresso Nacional de Historia, recentemente havido no Rio de Janeiro, que ora nos visita e composta dos Srs. professor Damião Peres, prof. Alberto Iria, prof. Eduardo Dias e prof.ª d.ª Luiza Fonseca. Abertos os trabalhos pelo presidente perpetuo, dr. José Torres de Oliveira e constituída a mesa com os secretarios Dr. Carlos da Silveira e Amador Bueno Machado Florence, constatada a presença dos membros, srs. José Torres de Oliveira, Afonso d'E. Taunay, Carlos da Silveira, João B. de Campos Aguirra, Tito Livio Ferreira, Olga Pantaleão, Américo B. A. de Moura, Alexandre D'Alessandro, Raul de Sá Pinto, Raul Romano, Felix Soares de Melo, Cel. Amílcar Salgado dos Santos, Luís Ribeiro do Vale, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Francisco Isoldi, N. Duarte Silva, Álvaro da Veiga Coimbra, Luís Tenório de Brito, Amador Bueno Machado Florence, Maria da Conceição M. Ribeiro, Arrisson de Sousa Ferraz, Alice Piffer Canabrava, Plinio de Barros Monteiro, Henrique Oscar Wiederspahn, Frederico de Barros Brotero, Pe. Helio Abranches Viotti, Alfredo Gomes, Ricardo Gumbleton Daunt, Eduardo D'Oliveira França, Cândido de Sousa Campos, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, José Pedro Leite Cordeiro, Ernesto de Sousa Campos, Honório de Silos, Aureliano Leite, Joaquim Vicente Rondon e Dacio Pires Correia, pelo Sr. Presidente foi declarado que, como homenagem excepcional aos ilustres historiadores de Portugal, a Diretoria, resolveu transferir para o próximo sábado a sessão de hoje, ordinária, em que se comemoraria o primeiro centenario do socio fundador, monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre, decisão que merecera a delicada anuencia do consocio Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, inscrito para falar sobre a personalidade do ilustre paulista.

Em seguida o Sr. Presidente designa para conduzir ao recinto os ilustres visitantes, a seguinte comissão: — professor Afonso d'E. Taunay, presidente de honra do Instituto, Ernesto de Sousa Campos e desembargador Afonso José de Carvalho, sendo de se consignar que os preclaros delegados lusos foram recebidos, de pé, pela numerosa assistência que os saudou prolongada e efusivamente. Por nimia gentileza da presidencia também tomaram assento à mesa os ilustres visitantes, mais os srs. Capitão Henrique Oscar Wiederspahn, representante do exmo. general comandante da 2.<sup>a</sup> Região Militar e professor Afonso d'E. Taunay. Antes de dar a palavra ao orador oficial do Instituto, o sr. Presidente dirigiu rápida saudação aos distintos membros da Delegação Portuguesa, dizendo que fôra aconselhado, por amigos, a fazer enfeitar com flores o recinto para que maior realce tivesse aquela festa tão grata aos nossos corações; mas, pensando bem verificara não haver ali lugar para quaisquer flores, nem mesmo as de retórica, precisamente porque nossos visitantes vinham do “Jardim da Europa, à beira-mar plantado”... Assim, nenhuma flores, nem as de retórica, repete. Só outras, “As flores d'alma que se alteiam belas. — Puras, singelas, orvalhadas, vivas. — Têm mais aromas e são mais formosas — Que as pobres rosas num jardim cativas”. Dá, em seguida, a palavra para a oração oficial ao dr. José Pedro Leite Cordeiro, que em nome de todos os membros do Instituto Histórico pronuncia belo discurso de saudação aos visitantes portugueses. A seguir, ocupa a tribuna o emérito professor Afonso d'Escragnole Taunay, que diz falar em seu próprio nome e no do presidente do Instituto, proferindo, como sempre sói acontecer, belíssima aula de história. Serenados os aplausos que cobriram as duas orações precedentes, o sr. presidente dá a palavra ao brilhante heurista lusitano, dr. Damião Peres, lente da Universidade de Coimbra e, talvez o maior historiador português da atualidade. O mestre, que é assim que o chamam os seus próprios companheiros de delegação, ocupa a tribuna por espaço de tempo superior a uma hora e vinte minutos, empolgando a assistência, numerosíssima, com sua magnífica tese sobre o “Espírito da Colonização Portuguesa”. Teve a modestia de dizer que não ia fazer uma conferencia como fôra anunciado, mas simples palestra, tão somente. No entanto, belo orador e senhor seguro e perfeito da materia, dominou amplamente o seletto auditorio. Mereceu, por isso mesmo, palmas vibrantes que se prolongaram por dilatado espaço de tempo. O sr. Presidente, claramente emocionado, com a bela peça oratoria e com os conhecimentos seguros do acatado mestre, antes de encerrar os trabalhos teve ocasião de dizer, que, na verdade, o professor Damião Peres não fizera uma simples palestra como dissera no inicio, mas nos dera a todos nós magnífica e primorosa lição. Encerraram-se a seguir os trabalhos. Nada mais havendo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida, discutida e achada conforme, vai devidamente assinada.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Amadeu Bueno Machado Florence*

## Ata da 5.<sup>a</sup> Sessão Regimental, em 14 de maio de 1949

Aos 14 dias do mês de maio de 1949, às 16 horas, na sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a 5.<sup>a</sup> sessão ordinária do corrente ano. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Ernesto de Sousa Campos, 1.<sup>o</sup> Vice-Presidente e secretariados primeiro pelo Dr. Carlos da Silveira e depois pelo sr. Amador Bueno Machado Florence e prof. Alfredo Gomes, respectivamente 2.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> secretários. Comparceram os srs. Ernesto de Sousa Campos, Frederico de Barros Brotero, José Pedro Leite Cordeiro, Francisco Isoldi, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Américo Brasileiro Antunes de Moura, Tito Livio Ferreira, Carlos da Silveira, Olga Pantaleão, Alfredo Gomes, Amador Bueno Machado Florence, Afonso de Escagnole Taunay, Plínio de Barros Monteiro, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Ricardo Gumbleton Daunt, Hermes Vieira, Cândido de Sousa Campos, Helio Abranches Viotti, (Pe.), Pedro Dias de Campos e Roberto Thut. Justificaram sua ausência, o Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpetuo do Instituto, o Prof. Nicolau Duarte Silva e o Prof. Dacio Pires Correia. Iniciando-se a sessão, o sr. Tomás Oscar M. de Sousa propôs a inversão da ordem dos trabalhos e a dispensa de leitura da ata, para que fôsse logo ouvida a palavra do conferencista. Aprovada a proposta, o sr. Presidente dá a palavra ao orador, Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que proferiu desenvolvida conferencia sobre a personalidade de Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre, paulista de nascimento que muito ilustrou sua patria pela sua cultura e pelos cargos exercidos, entre os quais o de vigario da diocese paulistana. Terminada a conferencia a assistencia saudou o ilustre orador com uma salva de palmas. O sr. Presidente suspendeu a sessão por 10 minutos, prosseguindo-se, após, com a votação das propostas para socios honorarios dos intelectuais portugueses, Prof. Damião Péres, Alberto Iria, Eduardo Dias, e Luiza Fonseca, sendo todas aprovadas em 1.<sup>o</sup> escrutinio. Como socios correspondentes foram eleitos por votação de segundo escrutinio os srs. Antonio Gomes da Rocha Madahil e Louis Wirion e como efetivos, também foram eleitos por votação de segundo escrutinio, os srs. Prof. Francisco Cimino, Valdemar Panadés, José Antero Pereira Junior. O Prof. Alfredo Gomes propôs que o Instituto se dirigisse à ilustre historiadora portuguesa D.<sup>a</sup> Berta Leite, acometida de seria enfermidade, ao chegar ao Rio, a fim de tomar parte nos trabalhos do IV Congresso de Historia Nacional, formulando votos de pronto restabelecimento, numa demonstração de apreço e conforto. O Dr. Bueno de Azevedo Filho assinalou o passamento do Prof. Francisco de Paula Santos, diretor do Grupo Escolar Rural de Itapeva, consocio do Instituto, propondo se consignasse em ata um voto de sentido pesar. O Dr. Afonso de Taunay referiu-se ao brilhantismo das comemorações do Quarto Centenario da Fundação de Salvador, propondo se manifestasse nesse sentido o sodalicio em officios a serem enviados ao Governador da Bahia, Dr. Otavio Mangabeira e, ao Dr. Wanderley Pinto e Cônego Manuel de Aquino Barbosa, aos quais se deve o êxito dos festejos realizados. O Dr. Souza Campos, referindo-se aos trabalhos do IV Congresso de Historia Nacional, destacou a contribuição de São Paulo no referido certame, sendo da mesma forma consignado em ata um voto de congratulações pelos bons resultados desse Congresso, devendo a Direto-

ria do Instituto dirigir-se, com esse fim, aos srs. presidente do Instituto Histórico Brasileiro, embaixador José Carlos de Macedo Soares, e presidente do IV Congresso, Dr. Tavares Lira. O Dr. José Pedro Leite Cordeiro propôs a inserção, em ata, do recente discurso proferido pelo deputado Pe. João Batista de Carvalho, na Assembléia Legislativa do Estado, ao ser celebrada a passagem do centenário de Monsenhor Fergo. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a sessão, e para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

*Discurso do Pe. João Batista de Carvalho, proferido na Assembléia Legislativa do Estado sobre Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre.*

O Sr. Presidente — Há sobre a Mesa outro requerimento de urgencia para discussão e votação de u'a Moção, apresentado pelo nobre deputado Padre Carvalho e outros, cuja leitura será procedida pelo Sr. 1.º Secretario. — O Sr. Secretario procede à leitura do seguinte "Requerimento". — Sr. Presidente. Requeremos urgencia para discussão da Moção anexa. Sala das sessões, 3 de maio de 1949. a) Padre Carvalho e outros deputados em número regimental". — Moção n.º 11, de 1949. A Assembleia Legislativa de São Paulo associa-se às manifestações com que a Igreja e a Família Paulista estão comemorando o centenário do nascimento de Monsenhor Doutor Fergo O'Connor de Camargo Daunt, — prelado de preclaras virtudes, varão de insigne cultura, paulista da mais alta expressão moral e social, — cuja vida constitui um tecido luminoso de exemplos e de serviços prestados à Religião tanto quanto à terra e à gente paulista. — Sala das Sessões, 3 de maio de 1949. a) Padre Carvalho, Lincoln Feliciano, Leônidas Camarinha, Antonio Vieira Sobrinho, Procopio Ribeiro dos Santos, Arimondi Falconi, Mario Beni, João Bravo Caldeira, Cassio Ciampolini, Pinheiro Junior, Pereira Lopes e A. Paula Netto. — Consultada, a Casa concede a urgencia requerida pelo deputado Padre Carvalho. — O Sr. Presidente — em discussão a Moção. — Tem a palavra o nobre deputado o Padre Carvalho. — Assume a Presidencia o Sr. Alfredo Farhat. — O Sr. Padre Carvalho — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Eu não poderia deixar de ocupar a tribuna no dia de hoje, quando ocorre o centenário de uma das figuras mais rútilas da historia religiosa, cultural e social de São Paulo: Monsenhor Doutor Fergo O'Connor de Camargo Daunt, que nasceu na nobre e culta Campinas, a 3 de maio de 1849 — Era o terceiro filho do Dr. Ricardo Gumbleton e D. Ana Francelina de Camargo. Os Daunts, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eram irlandeses da mais robusta estirpe Verde Erin. Provinham eles de celtas e de normandos, normandos que entraram pela Inglaterra, no séquito de Guilherme, o Conquistador, e que introduziram mudanças tão radicais na etnologia, na lingua e na historia das Ilhas Británicas. Os Daunts aliam a si a gentileza do sangue gaulês ao vigor da raça irlandesa. Não é de espantar que numa terra e numa época de tanto acirramento de idéias, um Daunt se devesse expatriar pela sua inconformidade ante intrasigencias e intolerancias. Partiu da Irlanda e rumou para o Brasil Ricardo Gumbleton Daunt. Vindo para o Brasil, ao tempo do primeiro Imperio, aqui encontrou, na severidade dos costumes familiares e sociais da época, o ambiente adequado ao desdobramento das esplêndidas faculdades, prerrogativas e dons do seu espírito e do seu coração bem

formado. O Sr. *Arimondi Falconi* — Muito bem! — O Sr. Padre Carvalho — Casouse aqui com Ana Francelina de Camargo, descendente de uma das mais características clãs da velha cepa, proba e laboriosa dos paulistas de antanho. Varios filhos provieram desta venturosa e auspiciosa união e todos foram educados ao nível dos mais altos padrões intelectuais e à sombra das mais vigorosas virtudes cristãs e familiares. Entre eles, entre tantos rebentos brilhantes e viridentes desta familia de tão nobilitante origem destacou-se logo, pela inteligencia e piedade, o de nome Fergo, cujo centenario estamos hoje celebrando. Mostrando vocação para o estudo sacerdotal, ingressou com grata autorização paterna como escolástico, na Companhia de Jesus, que foi sempre um foculário dos mais robustos talentos, um seminario das mais belas culturas e das esplêndidas virtudes sacerdotais e cristãs. Revelou desde logo grande aproveitamento nos estudos, adquirindo com relativa facilidade, sólida cultura, sobretudo no trato dos clássicos. Fez logo parte do corpo docente do Colegio São Luís, que formou tantas gerações de paulistas e brasileiros que tão alto levantariam o nível mental, cultural e religioso da gente de nossa terra. Ali Fergo O'Connor de Camargo Daunt, ainda sem se ter ordenado sacerdote, lecionou Latim, Português, Inglês, e Historia Sagrada, deixando, naquele Colegio, modelar sob todos os aspectos, honrosíssima tradição quanto à capacidade didática e aos seus conhecimentos das disciplinas em que se especializava ensinando. Depois dirigiu-se à Europa para completar e aperfeiçoar sua formação mental, para avolumar a propria cultura. Em Louvain, na Bélgica, freqüentou a celeberrima Universidade Católica que enaltece os fôros culturais da pequenissima nação tão grande pelo nível de sua produtividade espiritual. Depois dirigiu-se a Roma onde cursou a celeberrima Universidade Gregoriana, dedicando-se ali aos estudos de Filosofia, de Teologia e doutorando-se então. Ordenou-se sacerdote em Laval, na Bélgica, e rezou em Louvain a primeira missa e logo regressou ao Brasil. Esteve residindo algum tempo depois em Campinas, seu torrão natal, onde dirigiu o internato Ferreira Penteadado, que ali tanto contribuiu para o aperfeiçoamento da inteligencia dos filhos das melhores familias campineiras. Aquelle Colegio foi fundado sob sua inspiração para a instrução da juventude e especialmente para a numerosa prole e inúmeros parentes da familia Ferreira Penteadado. Regeu ali durante algum tempo as cadeiras de Latim e de Retórica, e também no "Colegio Culto à Ciencia" — que perpetua e que transmite, através dos tempos, a tantas gerações de campineiros, o facho luminoso e rutilo da mais esplêndida cultura — "Colegio Culto à Ciencia" que é um padrão de gloria para a cultura de Campinas e que ali funciona como Ginasio do Estado dos mais autorizados e produtivos no nível tão elevadamente mental do ensino de São Paulo. Reservou-lhe a providencia a significativa honra de falar aos seus contemporaneos proferindo, a 7 de dezembro de 1883, o sermão congratulatorio da missa pontifical e do "Te Deum" com que D. Lino inaugurava a grandiosa catedral de Campinas, uma das obras de arte mais ricas do nosso Patrimonio de cultura e de arte, e que no final de suas obras constituia a premissa do enorme coeficiente de arquitetura com que enriqueceu o patrimonio de nossa terra o talento e a capacidade de Ramos de Azevedo. Antiga matriz de Nossa Senhora da Conceição, então inaugurada em Campinas, e hoje a sua catedral. Durante quatro anos Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Daunt viajou pela Argentina, Chile

e Bolívia, salientando-se na imprensa e na tribuna sagrada. Em 9 de julho de 1889, na catedral da capital chilena — atentai bem — proferiu eloqüente sermão em honra do grande patrono da mesma, San Tiago, valendo-lhe o sermão a presença do grande e virtuoso Arcebispo D. Mariano Casanova e de outros ilustres membros do clero e da alta sociedade chilena. Foi, depois, no Brasil, pároco zeloso de diversas freguesias. Ha uma particularidade interessante na sua vida: Na eleição estadual de 30 de abril de 1891 obteve, espontaneamente, e fora das chapas, honrosíssima votação por parte do eleitorado católico. Foi commissario-visitador da Ordem Terceira de São Francisco, em São Paulo. Exerceu magisterio particular tendo sido professor de muitos jovens das mais illustres familias campineiras e paulistas. Falava correntemente varias linguas vivas. Conhecia a primor o sânscrito, o grego e o latim. Disponha de variadíssima e profundíssima illustração teológica e literaria. Escrevia e falava o vernáculo com eloqüência e clássica maestria. Por decreto de 7 de setembro de 1893, foi nomeado provisor do Bispado de São Paulo, com as funções de juiz de gênero, sendo Bispo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, e seu coadjutor, com direito à sucessão D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque, Bispo titular de Argos, que mais tarde honrou e dignificou a primeira cátedra cardinalicia do Brasil, como arcebispo do Rio de Janeiro. Falecendo D. Lino a 19 de agosto de 1894, foi primeiro ato de seu successor nomear o padre D. Fergo O'Connor de Camargo Daunt seu vigario geral. Apreciando essa nomeação escreveu um jornal leigo da época: "O padre Fergo sobre ser um dos sacerdotes mais conspícuos da diocese, representa tradições paulistas de gloria e honra imarcessiveis". No decorrer de sua subsequente vida social, cultural e sacerdotal, o padre Fergo O'Connor de Camargo Daunt exerceu muitos cargos da maior relevancia prestando à sua terra, à sociedade em que vivia, à sua igreja, à sua religião, a São Paulo, enfim, os maiores, os mais brilhantes e os mais assinalados serviços. "Na noite de 20 de Maio de 1897, proferiu, em nome do Governo do Estado, eloqüente saudação à gloriosa Marinha Chilena que se achava em visita a São Paulo, na solene recepção com que a distinguiu o Dr. Campos Sales, então Presidente do Estado e uma das glorias mais fulgentes de Campinas, de São Paulo e do Brasil, e que aqui se acha tão condignamente representado no nome e na figura sempre illustre do vigario geral da diocese de São Paulo. "Em S. Paulo residia, ora no antigo seminario ora no palacio episcopal, à rua do Carmo, onde está hoje a Companhia de Gás. Por diversas vezes foi vigario geral da diocese e foi, em consequencia de tão grandes, tão fecundos e brilhantes serviços prestados à religião, que a Santa Sé o aquinhoou com a raríssima distincção de Monsenhor Protonotario Apostólico "Ad Instar Participantium", distincção que na realidade o Santo Padre poucas vezes concede, bastando dizer que aqui em São Paulo, por exemplo, ha muitos anos não existe nenhum Protonotário Apostólico "Ad instar participantium" e esta honraria acaba de ser deferida a Monsenhor Manfredo Leite por ocasião de seu jubileu de ouro sacerdotal. Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Daunt passa a residir na Europa, fazendo a todos os paises europeus, aos lugares santos e a outras regiões da Asia, visitas de grande proveito e ornamentação para seu espirito, e, afinal, fixa residencia em Paris, e ali manteve contacto com elementos da mais alta cultura da "Cidade Luz" e com a familia Imperial do Brasil, que o cercava de estima e consideração. Mon-

senhor Fergo era socio fundador do Instituto Histórico e Geográfico, correspondente do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, socio honorario do Círculo de Estudantes Católicos e do Centro Católico do Brás, membro de diversas Associações Científicas e Literarias da América Espanhola e da Europa. Era, enfim, um autêntico luminar da virtude e da cultura em nossa terra, honrando-a sobremodo, quando passou a residir no estrangeiro. Sacerdote exemplar, estimado e respeitado por suas virtudes emanadas de seu caracter puro e íntegro, oriundo de velha têmpera paulista; faleceu em Paris a 1.º de janeiro de 1911. A imprensa parisiense e a brasileira registraram, com os mais relevantes conceitos, o passamento do ilustre paulista e brasileiro. Seu enterramento foi concorridíssimo; estando presentes a familia Imperial do Brasil e inúmeros outros elementos da colonia brasileira em Paris, e a propria sociedade parisiense. Foi sepultado em jazigo perpetuo do cemiterio "du Sud", ou Montparnasse. Monsenhor Fergo teve muitos irmãos que se tornaram patriarcas de bellissima descendencia paulista. Tantos membros da familia Camargo Daunt vêm servindo a São Paulo com a esplêndida robustez de seus talentos, de suas virtudes, de seus trabalhos, de sua operosidade, em todos os departamentos da atividade intelectual, social, política, judicante e administrativa de nosso Estado. É este, Sr. Presidente, o grande brasileiro-paulista, cujo centenario hoje ocorre. Todos nós, católicos ou não, mas brasileiros que queiramos ser dignos do nosso nome e paulistas que queiramos ser dignos de nossa terra, de nossa gente, haveremos de, no dia de hoje, cultuar com a melhor de nossa veneração, do nosso respeito, a essa imarcescivel figura da historia religiosa, cultural e social de São Paulo. Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Daunt, que, provindo da fusão de sua brilhante familia irlandesa com a descendente de uma das mais fortes stirpes paulistas, por certo soube servir e soube honrar a sua terra e a sua gente, tornando-se um modelo de todas as virtudes sociais, familiares, religiosas, públicas e privadas, um fulcro brilhante da cultura de nossa terra, e por certo, um nome que se impõe à veneração e ao respeito de toda a posteridade. É por isso, Sr. Presidente, que me atrevo a confiar ao apoio desta Assembléa neste dia centenario, a seguinte Moção. *Moção* n.º 11 de 1949. A Assembléa Legislativa de São Paulo associa-se às manifestações com que a Igreja e a Familia paulista estão comemorando o centenario do nascimento de Monsenhor Doutor Fergo O'Connor de Camargo Daunt — prelado de preclaras virtudes, varão de insigne cultura, paulista da mais alta expressão moral e social — cuja vida constitui um tecido luminoso de exemplos e de serviços prestados à Religião tanto quanto à terra e à gente paulista. Sala das Sessões, 3 de maio de 1949. (aa) Padre Carvalho - Lincoln Feliciano - Leônidas Camarinha - Antonio Vieira Sobrinho - Procópio Ribeiro dos Santos - Arimondi Falconi - Mario Beni - João Bravo Caldeira - Cassio Ciampolini - Pinheiro Junior - Pereira Lopes - A. Paula Leite Netto. — Era, o que tinha a dizer, sr. Presidente. (Muito bem. Palmas.)

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes*

**Ata da 6.ª sessão ordinária, em 4 de junho de 1949**

Aos quatro dias do mês de junho do ano de 1949, às 16 horas, na sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, realizou-se a sessão ordinária correspondente ao corrente mês, sendo os trabalhos presididos pelo Sr. Dr. José Carlos Torres de Oliveira, presidente perpetuo, e secretariados pelos Srs. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Alfredo Gomes. Compareceram os Srs. Dr. José Torres de Oliveira, Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira, Plínio de Barros Monteiro, José Pedro Leite Cordeiro, Cel. Luís Tenorio de Brito, Alfredo Gomes, Alcionilio Bruzzi da Silva, Francisco Isoldi, Tito Livio Ferreira, Felix Soares de Melo, José Antero Pereira Junior, e João Nery Guimarães. Justificaram a ausencia os Srs. Afonso de Taunay, Amador Florence, Tomás O. Marcondes de Sousa e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Iniciados os trabalhos, anunciou o Sr. Presidente a presença na sessão do sr. Ambrosio Perera, Consul Geral da Venezuela, Professor Catedrático de Historia da Medicina na Faculdade de Medicina da Venezuela e Membro da Academia Nacional de Historia do mesmo país, nomeando, a seguir, uma comissão dos socios Ten. Cel. Luís Tenorio de Brito, Plínio de Barros Monteiro e Prof. Tito Livio Ferreira, para a introdução no recinto dos socios recentemente eleitos, Dr. José Antero Pereira e João Nery Guimarães, o que se fez sob uma salva de palmas. Com a palavra o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, proferiu a oração oficial de saudação aos novos socios e aos ilustres visitantes, enaltecendo-lhes os méritos e em relação ao Dr. Ambrosio Perera disse que numa sessão do Instituto dominada pela mais sincera e justa alegria, era um prazer assinalar a presença de uma das mais altas personalidades de um país amigo, embaixador da espiritualidade e da intelectualidade da Venezuela, professor de Historia da Medicina da Universidade da Venezuela, genealogista categorizado, autor de obras consagradas como os "Albores Venesuelanos" e erudito estudo sobre as famílias carorenas, além de político exemplar pela constancia de seus principios e pelo ardor combativo em torno de um mundo cristão, pois o Dr. Ambrosio, católico admiravel, era descendente de um irmão de José de Anchieta, estando assim historicamente ligado ao Brasil. Revelara o Dr. Ambrosio a certidão de nascimento de José de Anchieta e a certidão de casamento dos pais do taumaturgo brasileiro, contribuições deveras notaveis para os historiadores do continente americano. Deu ao Dr. Perera os votos de boas vindas e continuou seu belo discurso aludindo ao êxito obtido pelo ilustre intelectual e digno membro do Instituto Dr. Cristovão Camargo que, na Europa, vem elevando, em magistrais conferencias proferidas na Sorbonne, no Conservatorio de Música e no Instituto de França, respectivamente sobre a poesia brasileira, Carlos Gomes e D. Pedro II, o nome do Brasil, pedindo a inserção em ata de um voto de congratulações por essas atividades honrosas do ilustre consocio que se apresentou exclusivamente com a credencial de membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Concluiu suas palavras solicitando um voto de pesar pelo passamento do Dr. Joaquim José da Nova que de tal modo se integrou na vida da cidade de São Paulo que ainda ha pouco mereceu do Mestre Afonso de Taunay referencias que assinalaram com justeza o valor do prestante e culto cidadão em nota que o orador leu. O Sr. Presidente associou-se a essa manifestação mandando con-



signar em ata o voto solicitado e quanto ao Dr. Cristovão Camargo, em nome do homenageado agradeceu o voto de aplauso que lhe fôra mércidamente proposto. Falou a seguir o Dr. Ambrosio Perera que proferiu uma verdadeira conferencia, deliciando o auditorio com a descrição do atual panorama socio-cultural da Venezuela, a sua posição como homem público, todo entregue à solução dos grandes problemas sociais, a orientação seguida em seus trabalhos intelectuais, principalmente nos dominios da historia dizendo da satisfação que tivera ao entrar em contato com um dos mais ativos centros culturais do Brasil — o ilustre Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, onde homens de pensamento e ação se consagravam com seriedade aos trabalhos de pesquisa histórica e geográfica: que fizera o nome do Instituto ultrapassar os limites da Nação projetando-se no Exterior. Focalizou o sentido da civilização cristã na América, demorando-se na análise do espírito de colonização espanhola e do confronto desta política com a adotada pelos ingleses, orientando-se a colonização luso-espanhola mais pela conquista das almas do que da matéria. Propôs-se a produzir um estudo comparativo em torno dos sistemas de colonização enquanto permanecer nas suas atividades diplomáticas no Brasil, onde encontrou um clima de paz, de tranqüilidade e de trabalho, profundamente convidativo e digno de ser invejado. No exercicio de suas atividades diplomáticas escolhera o Brasil, terra cheia de esperança, onde podia continuar sua obra de cultura, terra, diz o orador, em que se encontram paz e consolo e que conservara com muita pureza o sentimento católico trazido à América. Passa a esboçar, em rápidos traços, o perfil psicológico da alma venezuelana, em que ao aristocrático aperto de mão se prefere o democrático abraço fraternal. Sentia-se honrado com a recepção que lhe fôra oferecida e diz trazer o abraço sinceramente venezuelano aos brasileiros, e com ele uma mensagem da Academia Nacional de Historia da Venezuela saudando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que a seguir lê, concluindo sua bela oração sob calorosa salva de palmas. O Sr. Presidente convida a tomarem assento à mesa os Srs. Dr. Ambrosio Perera e Cel. Salvador de Moya, e propõe um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mario de Sanctis que foi socio do Instituto por mais de 20 anos, e dá a palavra ao Ten.-Cel. Tenorio de Brito que, em compungida oração, destaca os méritos de um ilustre jornalista, escritor e funcionario público que chegara aos mais altos cargos da administração, consul do Peru, Dr. Mario Guastini, cujo falecimento acabava de ocorrer. Após lembrar varios episodios da vida útil do comendador Mario Guastini, solicitou a inserção em ata de um voto de pesar, tendo o Sr. Presidente posto em votação esta proposição, que foi unanimemente aceita. Anunciando o Sr. Presidente a leitura da ata da sessão anterior, o Sr. Tito Livio Ferreira pede a dispensa da mesma, visto haver sido divulgada pela imprensa da Capital. O Sr. Presidente declara que sendo a mesma o transunto de cada sessão, parecia-lhe conveniente se processasse a leitura da ata acentuando que de fato lera uma noticia trazendo apenas referencias à conferencia proferida pelo Dr. Ricardo Gumbleton Daunt sobre Monsenhor Fergo, na sessão anterior. Esclarece o Prof. Alfredo Gomes que, tendo sido secretario da referida sessão, providenciara a publicação no "Correio Paulistano" e em "A Gazeta" de noticias circunstanciadas dos fatos dignos de divulgação pública, considerando que o texto completo da ata só se tornaria oficializado e revestido do respectivo valor

jurídico após a sua aprovação, o que demandaria a espera de um período relativamente longo, sendo difícil a divulgação de notícias nestas condições por perderem a devida oportunidade. O Sr. José Pedro Leite Cordeiro pede a palavra corroborando a opinião do Prof. Alfredo Gomes, e diz ser partidário da supressão da leitura das atas durante as sessões públicas, como eram as que realizava o Instituto. Concordava, portanto, com a dispensa da leitura da ata por haver já sido divulgado o que de mais interessante e digno de conhecimento público, graças à iniciativa do Prof. Alfredo Gomes, e reafirma seu ponto de vista para que, no futuro, se processe pelo menos a inversão da ordem dos trabalhos, iniciando logo a realização das conferencias ou palestras programadas. O Sr. Presidente após o esclarecimento prestado pelo Dr. Tito Livio Ferreira relativo à aprovação da ata independentemente da leitura, põe em votação a proposta, sendo unanimemente aprovada. Passando-se ao expediente o Sr. 1.º Secretario lê uma carta do Dr. Vergilio Correia Filho, Secretario Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que esta Instituição aprovou um voto de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pelo brilhantismo e eficiencia da delegação paulista enviada ao recente IV Congresso de Historia Nacional que sobremaneira concorreu para o êxito dos trabalhos. O Sr. Presidente, em rápidas e expressivas palavras, diz que em março deste ano, o ilustre vice-presidente Dr. Ernesto de Souza Campos fôra eleito "*doctor in scientia et honoris causa*" pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo, fato que não podia passar indiferente ao sodalicio que o tinha como um de seus mais destacados elementos, pelo que propunha a inserção em ata de um voto de homenagem. Associa-se à homenagem o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, dizendo não ser possível perder a oportunidade de se prestar justo preito ao Dr. Souza Campos principalmente considerando-se o que representa sua excelencia na historia de São Paulo e do Brasil, quer pela sua atividade professoral de cuja influencia o orador sentira os benéficos efeitos, como antigo aluno da Faculdade de Medicina de São Paulo, quer pelos altos cargos desempenhados, entre os quais o de ministro de Estado dos Negocios da Educação e Saúde, quer ainda pelo seu sonho dourado: a "Cidade Universitaria" — verdadeira menina de seus olhos. Prestava-se, pois, uma homenagem a um brasileiro ilustre e a um paulista insigne. Diante dos aplausos, o Sr. Presidente considerou aprovada a proposta. Falou para testemunhar seu agradecimento, o Dr. Ernesto de Souza Campos que disse quanto o sensibilizara aquele gesto generoso de seus bondosos confrades, acentuando haver consagrado sua vida ao ideal universitario e que quando ministro da Educação lhe parecera justa e inadiável a existencia de uma Universidade Católica em São Paulo, pelo que muito se empenhara no sentido de dotar São Paulo de uma instituição que, na realidade, é mais um monumento à cultura católica em nosso Estado. Quanto ao Instituto não tinha palavras para frisar a admiração pelo notavel sodalicio, templo do saber e da pesquisa. Apresentava a todos o seu "muito obrigado". Referiu-se o Sr. Presidente ao Pe. Deusdedit de Araujo, antigo socio honorario do Instituto, recentemente nomeado por Sua Santidade o Papa Pio XII, gloriosamente reinante, *monsieur camareiro secreto e protonotario apostólico "ad instar participantium"*, propondo, em consequencia, um voto de congratulações. Falou o Dr. Ernesto de Souza Campos, que declarou ver com

profunda satisfação esta homenagem em face da distinção merecida por um sacerdote culto e virtuoso que tinha por São Paulo, ilimitada afeição. Posta em votação foi a proposta aprovada unanimemente. Lembrando a inauguração no dia imediato, dia 5, da estatua de D. Duarte Leopoldo e Silva, durante cuja cerimonia religiosa será orador monsenhor Deusdedit de Araujo, o Sr. Presidente teceu oportunas considerações sobre a figura do ilustre e veneravel Arcebispo paulopolitano, dizendo da assiduidade com que cumpria ao tempo da presidencia do Dr. Altino Arantes, que então assumira a Presidencia do Estado, seus deveres de vice-presidente do sodalicio presidindo as sessões do Instituto. Para assistir à inauguração da estatua foi nomeada a comissão composta dos Srs. Drs. Ernesto de Sousa Campos, José Pedro Leite Cordeiro e Cel. Luís Tenorio de Brito. Com a palavra o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, antes de fazer o relatório pormenorizado da participação da delegação dos historiadores paulistas ao IV Congresso de Historia Nacional, passou às mãos do Sr. Presidente a medalha comemorativa da realização do referido certame, obra do artista Girardet. Discorreu, a seguir, longamente, ressaltando as atividades da delegação enviada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a valiosa contribuição oferecida pelos historiadores paulistas que apresentaram ao Congresso, após os do Distrito Federal, o maior número de teses enviadas. Pôs em relevo a participação proeminente de paulistas nas sessões magnas do certame, destacando a atuação dos Srs. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, deputado Aureliano Leite, deputado José Carlos de Ataliba Nogueira, Dr. Ernesto de Sousa Campos. A este e ao orador couberam respectivamente as presidencias das 1.ª e 6.ª comissões por onde transitaram numerosas teses. Frizou que considerando a próxima occorrença do IV Centenario da fundação de São Paulo propusera a realização de um certame idêntico em São Paulo, mas a idéia não fôra recebida com agrado pelo Sr. Alcindo Sodrê e, principalmente, pelo secretario perpetuo do Instituto Histórico de Pernambuco, Sr. Mario Melo, que a ela se opusera de maneira que ele, orador, não relutava qualificar de deselegante a atitude do Sr. Mario Melo. Entretanto, ficara resolvido graças a uma fórmula conciliatoria, apresentada pela delegação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pelo Prof. Sousa Campos, a realização de um Congresso de Historia por ocasião da passagem de tão notavel acontecimento na Historia de São Paulo e do Brasil. Pensando no fato e considerada a necessidade de serem iniciados os preparativos para a realização de comemorações dignas da grandeza da fundação de São Paulo, elaborara um plano que passou a comentar e que encaminhou à Directoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, concluindo sua oração, sob calorosa salva de palmas. O Sr. Presidente refere-se e louva o relatório das atividades do IV Congresso, e, especialmente, dos trabalhos da 1.ª Comissão — Historia Geral, — oferecido ao Instituto pelo Dr. Ernesto de Sousa Campos. Esse relatório, bem com o do Dr. Leite Cordeiro serão ambos publicados em próximo número da Revista. Declara a seguir o Sr. Presidente que a sessão se alonga e que ainda existem três oradores inscritos para proferirem suas palestras e conferencias: Os Drs. Francisco Isoldi, Felix Soares de Melo e Pe. Alcionilio Bruzzi Alves da

Silva, motivo pelo qual lhe parecerá mais conveniente a convocação de uma sessão extraordinária para o terceiro sábado do presente mês de junho, para que nela se fizessem ouvir os dignos oradores inscritos bem como se processasse a votação de varias propostas de novos socios que aguardavam o pronunciamento da Casa. Pelo Sr. Secretario foi lida uma indicação assinada pelo Sr. Amador Florence contraria à substituição do nome da Avenida Anhangabaú pelo do ilustre Senador Roberto Simonsen, de saudosa memoria e que o nome do grande economista e homem público fosse colocado em outro logradouro público, oficiando-se neste sentido à Câmara Municipal e ao vereador que fizera a dita proposição. Manifestaram-se sobre o assunto o Ten. Cel. Luís Tenorio de Brito aplaudindo a indicação, o Dr. Sousa Campos no mesmo sentido e sugerindo a organização de uma comissão para estudar a nomenclatura das ruas de São Paulo e processar a necessaria revisão, oferecendo uma lei em que se respeitasse a tradição, lembrando a propósito Paris com seus nomes tradicionais. Em um aparte, esclarece o Dr. Carlos da Silveira que disse já se cogitara, outrora, constituindo-se uma comissão integrada por ele orador, e pelos Drs. Afonso de Taunay e Plinio Ayrosa, resultando apenas um trabalho deste último, graças ao material reunido, sobre a nomenclatura das ruas paulistanas, divulgado na Revista do Arquivo Municipal, expondo, ainda, considerações oferecidas à referida Comissão pelas dificuldades, principalmente no dominio do comercio, da substituição de nomes de ruas. O Sr. Presidente diz ser digno de atenção e quanto à indicação do Dr. Amador Florence, é a ela favoravel, pois é totalmente contrario às inovações de nomes de ruas, mas oferece restrições quando a indicação recomenda a que se atribua o nome do Senador Roberto Simonsen à Praça que um ato algo precipitado mandara denominar "Praça Stalin", por ser este autêntico "inimigo do gênero humano", indigno de ter seu nome em qualquer logradouro do Brasil. O Instituto officaria, pois, oportunamente, à Câmara Municipal e ao vereador Aniz Aidar, autor da proposta de substituição do nome de Avenida Anhangabaú pelo do Senador Roberto Simonsen, manifestando-se contra a estranha proposição, e sugerindo que o nome fôsse dado a outra via da cidade de São Paulo. Falam, ainda, para agradecer a recepção, como novos socios, os Srs. Antero Pereira Junior e João Nery Guimarães. Encerrando os trabalhos, o Sr. Presidente congratulou-se com os presentes pelos resultados proveitosos da sessão e convocou outra para o terceiro sábado do corrente mês de junho. Nada mais sendo tratado nem discutido, lavrou-se a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada vai devidamente assinada.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Amador Bueno Machado Florence*

## Ata da sessão extraordinária realizada no dia 18 de junho de 1949

Presidente: Sr. Ernesto de Sousa Campos

1.º Secretario: Sr. Carlos da Silveira

2.º Secretario: Sr. Amador Bueno Machado Florence

Aos dezoito de junho de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade de São Paulo, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, o sr. presidente instalou os trabalhos da sessão extraordinária determinada na última assembléa, estando presentes os seguintes consocios: Srs. Ernesto de Sousa Campos, João B. de Campos Aguirra, Frederico de Barros Brotero, Tito Livio Ferreira, Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, Francisco Isoldi, José Antero Pereira Junior, Carlos da Silveira, Amador Bueno Machado Florence, Luís Tenorio de Brito, Alexandre D'Alessandro, José Bueno de Oliveirã Azevedo Filho, Arrißon de Sousa Ferraz, Felix Soares de Melo, D.ª Alice Piffer Canabrava, Pedro Dias de Campos, Américo B. Antunes de Moura, José Pedro Leite Cordeiro, Alfredo Gomes, Olga Pantaleão, Luís Ribeiro do Vale, Jorge Bertolaso Stella, Álvaro da Veiga Coimbra e Aureliano Leite. Justificaram a ausencia, os Srs. José Torres de Oliveira, presidente perpetuo e Cap. Henrique Oscar Wiederspahn. Com a palavra o Sr. Tito Livio Ferreira, pede a dispensa da leitura da ata anterior, por já devidamente publicada, apresentando uma adenda do sr. Carlos da Silveira no sentido de ser feita a inversão dos trabalhos, de vez que havia diversos oradores inscritos e todos com o designio de tratar de palpitantes assuntos. Aprovadas ambas as propostas, foi dada a palavra ao Sr. padre Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, que, por longo espaço de tempo e com grande encantamento dos assistentes, tratou da "Vida comunitária entre os índios do Noroeste Amazônico". De fato a palestra, tantas vezes anunciada, empolgou, já pela segurança do conferencista, já pela preciosidade dos elementos expostos, já pela veracidade dos fatos enunciados, tanto que, ao agradecer, o Sr. Presidente, depois de felicitá-lo calorosamente, fez notar a conveniencia de ser melhor detalhada em outras reuniões do sodalicio, além de entender que deve o conferencista expô-la em outros centros de cultura, como a Faculdade de Filosofia, e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por ser evidente que o assunto a ambas interessa sobremaneira. Depois de pedir o trabalho para ser publicado na "Revista do Instituto", o Sr. Presidente deu a palavra ao prof. Francisco Isoldi, previamente inscrito, que discorreu substanciosamente sobre a "Imperatriz Teresa Cristina Maria, arqueófila", o que fez baseado em copiosa documentação, aliás oferecida ao arquivo da comunidade. Foi, em seguida, dada a palavra ao consocio, Sr. Felix Soares de Melo, que propõe a instituição de uma comissão especial para o fim de tratar da ereção das estatuas de Anchieta, Manuel da Nóbrega, e Manuel de Paiva, no local da fundação de São Paulo, monumentos que, conjugados em um só pedestal, deverão ser levantados por ocasião das comemorações do 4.º Centenario da Cidade em 1954. Esta proposta determina, segundo as palavras do autor, articulação do Instituto com

o poder executivo do Estado, precisamente para o atendimento da parte financeira, tal o seu vulto, e isso caberia, entre outros misteres, à comissão especial cuja designação solicitava. Submetido o caso à discussão, sobre ele falaram os srs. cel. Luís Tenorio de Brito, cel. Pedro Dias de Campos, prof. Alfredo Gomes e o presidente da sessão, todos em geral, opinando no sentido de ser ele deferido à diretoria para deliberar quanto à comissão especial e, posteriormente, ser em definitivo resolvido pela assembléa. Vencedor este ponto de vista, com a anuência do proponente, foi o assunto aprovado. O Sr. Felix Soares de Melo, como elemento subsidiário, ofereceu, ainda, ao arquivo do Instituto, em artística caixa de madeira e envoltas na Bandeira Nacional, cincoenta e quatro (54) fotografias que se relacionam com fatos da vida de Anchieta. Toma a palavra, a seguir, o sr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, que faz o necrologio do consocio sr. João Leis Vieira, ha dias falecido e solicita a inserção de um voto de pesar na ata dos trabalhos e conseqüente comunicação à familia. Suas palavras foram corroboradas pelo consocio, sr. cap. Arrison de Sousa Ferraz, que exaltou as qualidades de coração do desaparecido. Independendo de aprovação da assembléa, determinou o sr. presidente o lançamento em ata do voto de pesar solicitado. Finalmente pede a palavra o sr. Tito Livio Ferreira e diz que, tendo ha tempos, o vereador Camilo Ashcar proposto, em sessão da Câmara Municipal, a mudança da rua Álvares Machado para rua da Imprensa, proposta judiciosa e tenazmente combatida pelo vereador Carlos da Cunha Matos, houve por hem o Instituto Histórico, por indicação do sr. José Pedro Leite Cordeiro, dirigir-se a ambos os camaristas, bem como ao presidente da Edilidade, no sentido de serem guardadas nossas tradições e não se levar avante a descabida proposição sendo de se acentuar que a atual denominação dada pelo prefeito Abraão Ribeiro, decorreu, ainda, de um pedido do Instituto, isso por ocasião das comemorações do centenário do falecimento do notavel paulista, sendo certo que foi o proprio orador quem falou, nessa solenidade, em nome do sodalicio. Agora, segundo lê no "Diario Oficial", de 10 do corrente, o vereador Ashcar, não só atendendo às prestimosas alegações de seu colega, vereador Cunha Matos, mas, principalmente, às ponderações do Instituto, retirou sua primitiva proposta, de forma a continuar a rua Álvares Machado com a justa denominação que lhe foi dada. Frizando que os illustres membros da Câmara Municipal acataram, mais uma vez, razões do Instituto, guarda de nossas mais caras tradições, congratulava-se por isso com a casa e propunha fôsse oficiado não só ao presidente da Câmara mas aos vereadores citados, Drs. Camilo Ashcar e Carlos da Cunha Matos, com eles nos congratulando pela tão acertada quão patriótica decisão. Falaram, ainda, sobre a materia, os srs. Carlos da Silveira e Alfredo Gomes, este propondo, mais, se felicitasse a Edilidade pelo fato de haver dado o nome de Amador Bueno da Veiga, "Cabo Maior dos Paulistas", a uma das ruas da cidade, sendo ambas as propostas unanimemente aprovadas. Em seguida, passando-se à parte secreta da sessão, foram submetidas ao pronunciamento dos presentes as seguintes propostas de novos socios: — do sr. Damião Peres, em segunda discussão, aprovada por dezenove votos contra um, e, conseqüentemente eleito na categoria de honorario; do sr. Eduardo Dias, em segunda discussão aprovada por dezenove votos contra um, e, ainda eleito na categoria de honorario; do sr. Alberto Iria, em segunda discussão e aprovada por dezenove votos contra

um e, também, eleito na categoria de honorário; da Sra. D.<sup>a</sup> Luisa Fonseca, em segunda discussão, aprovada por dezenove votos contra um e, finalmente, eleita na categoria de honoraria, resultados que proporcionaram ao sr. presidente proclamá-los membros do Instituto, na forma estatutária. Foram, depois, submetidas a votos, em primeira discussão, mais as seguintes propostas: — dos srs. Thomaz Wawerly Palmer Junior, D. Mauro Albreicht Wirth, O.S.B. e Rosendo Sampaio Garcia, todas aprovadas por dezenove votos contra um. O sr. Tito Livio Ferreira propôs, finalmente, se felicitasse a consocia d. Francisca Rodrigues, pelo fato de ter sido destacada, pelo governo federal, para representar o Brasil no Congresso de Toponímia e Antroponímia, a realizar-se proximamente em Bruxelas. Devido ao adiantado da hora, o sr. presidente encerrou os trabalhos, convocando os srs. consocios para a primeira sessão ordinária a realizar-se no primeiro sábado do mês de julho vindouro, na forma dos Estatutos. Nada mais havendo, lavrou-se esta, que lida, achada conforme, e devidamente aprovada, vai regimentalmente assinada.

(aa) *Américo B. A. de Moura*

*Carlos da Silveira*

*Olga Pantaleão*

### **Ata da 7.<sup>a</sup> sessão ordinária em 2 de julho de 1949**

Aos dois dias do mês de julho do ano de 1949, às 16 horas, na sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou sua sétima sessão ordinária do corrente ano. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, 3.º Vice-Presidente, e secretariados pelos Dr. Carlos da Silveira, 1.º Secretario, e Dra. Olga Pantaleão, 2.ª secretaria "ad-hoc", convidada para tomar lugar à mesa por não estarem presentes os 2.º, 3.º e 4.º secretarios. Compareceram os srs. socios Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, Olga Pantaleão, Plínio de Barros Monteiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Amílcar Salgado dos Santos, João B. de Campos Aguirra, Carlos da Silveira, Francisco Isoldi, Pe. Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, Afonso de E. Taunay, Alfredo Gomes, Arrison de Sousa Ferraz e Felix Soares de Melo. Justificaram sua ausencia os srs. Dr. José Torres de Oliveira, Prof. Dacio Pires Correia e Prof. Ernesto de Sousa Campos. Aberta a sessão pelo Sr. Presidente o socio snr. Capitão Arrison de Sousa Ferraz propôs que fôsse dispensada a leitura da ata e invertida a ordem dos trabalhos. A proposta foi aprovada, e, em consequencia, o sr. Presidente deu a palavra ao socio Tomás Oscar Marcondes de Sousa, inscrito para comunicar trabalho de sua autoria. O snr. Marcondes de Sousa leu sua comunicação, que constou de um resumo da tese de sua autoria. — A expedição de 1501-1502 e Américo Vespucci — enviada ao IV Congresso de Historia Nacional, do parecer do Prof. Damião Peres sobre o trabalho e da refutação desse parecer. Terminada a leitura, o Sr. Presidente agradeceu a contribuição do Sr.

Marcondes de Sousa. Em seguida, foi dada a palavra ao socio sr. Francisco Isoldi que leu um trabalho de sua autoria, sobre "Carta autógrafa de F. Confalonieri (Nova York, 1837)". O Prof. Isoldi na ocasião douo ao Instituto uma copia em tradução inglesa, da carta estudada em sua comunicação. Ao orador, o Sr. Presidente agradeceu a contribuição trazida e a doação da carta, que ficará depositada na Biblioteca do Instituto. Não havendo outros socios inscritos para falar, o sr. Presidente suspendeu a sessão por alguns minutos, antes de passar à discussão e votação de propostas para admissão de socios. Reiniciados os trabalhos, a Casa manifestou-se sobre varias propostas para socios apresentadas pelo snr. 1.º Secretario. Em 2.º escrutinio foram votadas propostas referentes ao snr. Thomaz Wawerley Palmer Jr., norte-americano, residente nos Estados Unidos, indicado para socio correspondente, cuja admissão foi aprovada por 12 votos contra um; ao snr. D. Mauro Albrecht Wirth, monge beneditino, para socio efetivo, eleito por unanimidade; e ao snr. Prof. Rosendo Sampaio Garcia, para socio efetivo. Sobre os méritos e trabalhos deste candidato, manifestou-se o snr. Alfredo Gomes, cujas palavras foram apoiadas pelo Dr. Carlos da Silveira. Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em 1.º escrutinio foram votadas varias outras propostas. Para socia honoraria foi proposta a srs. Berta Leite, portuguesa, que veio de Portugal para tomar parte no IV Congresso de Historia Nacional. Tendo adoecido logo depois de ter chegado ao Rio de Janeiro não pôde vir a São Paulo com os outros membros da delegação portuguesa, razão pela qual a sua indicação para socia do Instituto não foi feita anteriormente. A Comissão de Sindicancia e Admissão de Socios, — cujo parecer foi lido, manifestou-se favoravel à entrada da candidata no quadro social do Instituto. Sobre a personalidade e os trabalhos de d. Berta Leite, falou o Dr. Afonso de E. Taunay. Posta em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o snr. Heinrich Guttersohn, residente em Zurich, foi proposto para socio correspondente. Lido o parecer da comissão de Sindicancia e Admissão de Socios que aprovou a admissão do candidato, procedeu-se à votação da proposta, que foi aprovada por unanimidade. Tratou-se, em seguida, da admissão do snr. José Ferreira Carrato como socio efetivo. O Parecer da Comissão de Sindicancia e Admissão de Socios, lido pelo snr. 1.º Secretario, foi favoravel ao candidato. Posta em votação, a proposta foi aprovada por 10 votos contra dois. A proposta em seguida trazia o nome do sr. Waldemar Baroni dos Santos, indicado para socio efetivo. A Comissão de Sindicancia e Admissão de Socios, ao estudar a proposta, julgou-se incompetente para dar parecer sobre o candidato, e remeteu os papeis à Comissão de Heráldica. Nesta Comissão houve dois votos favoraveis à admissão do Sr. Waldemar Baroni dos Santos, e um voto contrario. Manifestaram-se, depois de lido o parecer, favoravelmente à admissão do candidato, os socios: Dr. Carlos da Silveira e prof. Alfredo Gomes. Antes de submeter à votação o snr. Presidente esclareceu que, conforme fôra indicado na Comissão de Heráldica, convidada a dar seu parecer, dois membros haviam votado a favor do candidato e um, contra. Feita em seguida a votação, e contados os votos, verificou-se ter sido o candidato aceito



por unanimidade. Foi proposto para socio correspondente, a seguir, o sr. Nelson Abel de Almeida, residente em Vitoria, Estado do Espírito Santo. O sr. 1.º Secretario leu um parecer da Comissão de Sindicancia e Admissão de Socios em que, considerando que o candidato possuia trabalhos mais importantes que o apresentado à sua consideração, decidia encaminhar a proposta ao socio Coronel Salvador de Moya, primeiro proponente, para que obtivesse exemplares daqueles trabalhos. O Coronel Salvador de Moya, entretanto, devolveu a proposta, dizendo que, implicando o pedido de novos trabalhos em manifestação de desconfiança ao candidato, e tratando-se de um socio correspondente, não achava conveniente dirigir-se ao sr. Nelson Abel de Almeida. A Comissão, em segundo parecer, esclareceu que, com o pedido, visava apenas adquirir para o Instituto trabalhos de valor do candidato, e manifestou-se favoravel à sua admissão. Tomando a palavra o Sr. Presidente esclareceu que a dúvida surgida na Comissão era de somenos importancia, uma vez que os estatutos não exigem a apresentação de trabalhos publicados para a aceitação de candidatos, e o sr. Nelson Abel de Almeida possui muitos títulos que o recomendam. Posta em votação a proposta foi aceita por unanimidade. Foi, em seguida, submetida à apreciação da casa mais uma proposta que indicava o sr. Renato Sêneca de Sá Fleuri, residente em Sorocaba, para correspondente. A Comissão de Sindicancia e Admissão dos Sócios, cujo parecer foi lido, manifestou-se favoravel à aceitação do candidato. Votada, a proposta foi aprovada por unanimidade. Terminada a votação das propostas para socios pedia a palavra o socio sr. Cel. Amilcar S. dos Santos, que propõe fôsse lançado em ata um voto de lembrança da revolução de 1932. Em ligeira alocução, referiu-se aos acontecimentos daquele ano, manifestando seu desejo de que a epopéia fôsse lembrada no Instituto. Em seguida, apresentou um pedido de informações, que passo a transcrever: "S. Paulo, 2 de julho de 1949. Ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com a devida venia solicito informações quanto à minha proposta feita ha mais de 10 anos para que fôsse conseguido dar-se a ruas desta Capital os nomes do Cel. Joaquim Teopompo Godoi de Vasconcelos e Cap. Manuel de Freitas Novais, ambos sacrificados pelo ideal de 1932. Este último, como é sabido, morreu em combate na frente de Cruzeiro proferindo: — "Paulista não se rende!" Do socio correspondente. (a) cel. Amilcar S. dos Santos". Solidarizando-se com as palavras do cel. Amilcar dos Santos sobre a revolução de 1932, falou o sr. Alfredo Gomes. Por sugestão dos socios srs. Dr. Carlos da Silveira e Tomás Oscar Marcondes de Sousa, os presentes manifestaram de pé com uma salva de palmas sua solidariedade ao voto do Cel. Amilcar Salgado dos Santos. Ninguém mais pedindo a palavra e nada mais havendo a tratar o sr. Presidente agradeceu aos socios presentes e encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*

**Ata da 8.ª sessão ordinária em 6 de agosto de 1949**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos seis dias do mês de agosto do ano de 1949, às 16 horas, na sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou sua oitava sessão ordinária do corrente ano. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, e secretariados pelo Dr. Carlos da Silveira e Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Assinaram o livro de presença os srs. José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, Américo B. A. de Moura, T. O. Marcondes de Sousa, José Antero Pereira Junior, F. B. Brotero, F. Isoldi, Felix Soares de Melo, José Pedro Leite Cordeiro, Ernesto de Sousa Campos, Plínio de Barros Monteiro, Zuinglio Homem de Melo, Persio Pereira Mendes, Luís Tenorio de Brito, Olga Pantaleão, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Francisco Cimino e Pedro Dias de Campos. Aberta a sessão, foram justificadas as ausências dos senhores Drs. Tito Livio Ferreira, Domingos Laurito, Cónego Paulo Florencio de Silveira Camargo e Padre Alcionilio Bruzzi Alves da Silva. Achando-se na ante-sala o consocio recentemente eleito sr. Prof. Francisco Cimino, o sr. Presidente designou os srs. Profs. Américo de Moura, Carlos da Silveira e Bueno de Azevedo Filho, todos do "Instituto de Educação Caetano de Campos", para acompanharem ao recinto das sessões o novo socio presentemente Diretor daquele tradicional Educandário. Ingressando na sala, sob salva de palmas, discursou o sr. Leite Cordeiro, saudando-o, salientando os méritos do consocio ora empossado. Continuando com a palavra, o orador falou sobre Braz Cubas e sua herança, encaminhando à mesa um artigo publicado sobre o assunto. Falou, ainda, de Anita Garibaldi, solicitando que ficasse assinalada em ata a passagem do centenário de sua morte. Lida a ata da sessão anterior, foi aprovada sem discussão. O Sr. Presidente determinou a inversão da ordem do dia, concedendo a palavra ao sr. Francisco Isoldi que discorreu sobre a estratégia de Garibaldi. Finda a leitura desse trabalho, o sr. Presidente agradeceu a contribuição histórica prestada pelo sr. Isoldi. O sr. Ernesto de Sousa Campos pediu um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Ribeiro Macedo Filho, magnífico Reitor da Universidade do Paraná. Aprovado. O Sr. Presidente determinou que também fôsse lançado em ata outro voto de pesar, pelo desaparecimento do saudosos paulista Dr. Abelardo Vergueiro Cesar. Passou-se, então, à outra parte da ordem do dia. Foram votados, em 2.º escrutínio, para o quadro social do Instituto: Para membro correspondente, o Sr. Heinrich Guttersohn, eleito por unanimidade; para efetivo, o sr. José Ferreira Carrato, eleito por maioria; para efetivo o Sr. Waldemar Baroni Santos, também eleito por maioria; para honorária a sra. D. Berta Leite, tendo falado sobre a sua personalidade os srs. Marcondes de Sousa, Sousa Campos e Leite Cordeiro; eleita por unanimidade; para correspondente, o sr. Renato Sêneca de Sá Fleuri, também eleito por unanimidade; e, finalmente, para correspondente o sr. Nelson Abel de Almeida, elei-

to por maioria de votos. Em 1.º escrutínio, foram votados os nomes da sra. D. Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, tendo falado a favor os srs. Carlos da Silveira, Sousa Campos, Olga Pantaleão e Bueno de Azevedo Filho, obtendo unanimidade de sufrágios, e o sr. Eduardo Alcântara de Oliveira, maioria. O Sr. Presidente comunicou que, a 19 do corrente, transcorrerá o centenário de Joaquim Nabuco, devendo o Instituto realizar, em dia que será oportunamente marcado, uma sessão extraordinária. O sr. Luís Tenorio de Brito lembrou à casa que faz exatamente 40 anos da eleição do sr. Pedro Dias de Campos para o nosso quadro social. Disse da atuação do nosso ilustre companheiro na vida militar, social e política de São Paulo e, principalmente, no Instituto, de que foi Diretor durante longos anos, como dedicado secretário. Pediu um voto de congratulações e regozijo, aprovado pelo plenário com palmas. O homenageado agradeceu a eloquente e expressiva prova de simpatia. O Sr. Presidente comunicou aos presentes que os trabalhos relativos à construção do novo edifício do Instituto estão em andamento, devendo brevemente ser iniciados. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra e dado o adiantado da hora, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Luís Tenorio de Brito.*

### **Ata da sessão extraordinária de 20 de Agosto de 1949**

Presidente: Dr. Carlos da Silveira

1.º Secretário: Prof. Alfredo Gomes

2.º Secretário: Tomás Oscar Marcondes de Sousa

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de 1949, em sua sede social, sita à rua Benjamim Constant n.º 152, às 16 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária, com o fim de comemorar o centenário do nascimento do grande brasileiro que foi Joaquim Nabuco. Na ausência do sr. Presidente Perpetuo e dos Primeiro, Segundo e Terceiro vice-presidentes, assumiu a presidência o Sr. Dr. Carlos da Silveira, Primeiro Secretário, passando a exercer o cargo de Primeiro Secretário, o Quarto Sr. Prof. Alfredo Gomes. Em seguida o Dr. Carlos da Silveira convidou o socio efetivo Sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa para exercer "ad-hoc" o cargo de Segundo Secretário. Compareceram os seguintes socios: Srs. Alvaro Martins, Luís Tenorio de Brito, Tito Livio Ferreira, Alfredo Gomes, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Carlos da Silveira, Afonso José de Carvalho, Álvaro da Veiga Coimbra, Felix Soares de Melo, Pedro Dias de Campos, Alice Piffer Canabrava e José Pedro Leite Cordeiro. Justificaram suas ausências o Sr. Presidente Perpetuo, sr. José Torres de Oliveira e Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Abrindo a sessão, o dr. Carlos da Silveira expôs seus objetivos e após tecer algumas re-

ferencias sobre a personalidade de Joaquim Nabuco, deu a palavra ao conferencista do dia, dr. Tito Livio Ferreira, que durante uma hora dissertou sobre o tema "Joaquim Nabuco, escritor", tendo analisado com elegancia e ampla documentação a obra literaria de Joaquim Nabuco e a influencia sobre o pensamento e a política brasileira. Concluindo seu interessante trabalho, acolhido sob palmas da seleta assistencia, o socio Tomás Oscar Marcondes de Sousa propôs, e foi aceito, um minuto de meditação em relação ao grande vulto cujo centenário do nascimento se comemorava. Encerrando a conferencia do prof. Tito Livio Ferreira, evocou algumas reminiscencias de seu tempo de estudante, quando conhecera e ouvira Joaquim Nabuco, em discursos proferidos para a mocidade acadêmica de São Paulo. Ninguém pedindo a palavra e nada mais havendo a tratar o sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos socios presentes e encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Luís Tenorio de Brito.*

### **Ata da 9.ª sessão ordinaria, em 3 de setembro de 1949**

Presidente: Dr. Ernesto de Sousa Campos

1.º Secretario: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretario: Cel. Luiz Tenorio de Brito

Aos 3 dias do mês de setembro de 1949, às 15 e 30 horas, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a 9.ª sessão ordinaria do corrente ano. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Ernesto de Sousa Campos, 1.º vice-presidente, na ausencia do Sr. Presidente Perpetuo e secretariado pelo Dr. Carlos da Silveira, 1.º secretario e, Cel. Luís Tenorio de Brito, como secretario "ad-hoc" na ausencia do 2.º, 3.º e 4.º secretarios. Assinaram o livro de presença os srs.: Frederico de Barros Brotero, Cândido de Sousa Campos, Felix Soares de Melo, Plinio de Barros Monteiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Alexandre D'Alessandro, Luís Tenorio de Brito, Pe. Helio Abrauches Viotti, Carlos da Silveira, Arrison de Sousa Ferraz, Tito Livio Ferreira, Ernesto de Sousa Campos, Waldemar Baroni dos Santos, Alfredo Gomes, Olga Pantaleão, Pedro Dias de Campos, José da Costa e Silva Sobrinho, e Álvaro da Veiga Coimbra. Foram justificadas as ausencias dos Srs. Jorge Bertolaso Stella, Dacio Pires Correia, José Bueno de Azevedo Filho e José Pedro Leite Cordeiro. Achando-se na ante-sala o socio recentemente eleito, sr. Waldemar Baroni dos Santos, o Sr. Presidente designou o Pe. Viotti, o Dr. Plinio de Barros Monteiro, e prof. Tito Livio Ferreira para o acompanharem ao recinto da sessão. Saudado pelo Sr. Presidente, o recipiendario respondeu agradecendo a honra de passar a pertencer ao Instituto com expressivo discurso. O Sr. Presidente em seguida, determinou a inversão da ordem do dia concedendo

a palavra ao 1.º orador inscrito, Sr. Felix Soares de Melo. Sobre o trabalho do orador "Os Jesuitas" falaram os senhores Professor Ernesto de Sousa Campos, Professor Alfredo Gomes, Padre Viotti, Dr. Tito Livio Ferreira, Professor Marcondes de Sousa, Cel. Tenorio de Brito, passando em exame varios aspectos do trabalho referido. Teve a palavra em seguida, o segundo orador inscrito, Dr. José da Costa e Silva Sobrinho, que discorreu sobre o tema "A imprensa de Santos". Falou ainda o Prof. Alfredo Gomes, que apresentou uma moção congratulatoria pela passagem da Semana da Pátria, propondo a nomeação de uma comissão que representasse o Instituto, na parada militar a realizar-se às 9 horas do dia 7 de setembro no Vale do Anhangabaú. Aceita a proposta, designou o sr. Presidente os Srs. Dr. Plinio de Barros Monteiro, Prof. Alfredo Gomes e Cel. Tenório de Brito, para comporem a comissão em apreço. Suspensa a sessão por 5 minutos, foi reaberta para a votação das propostas de novos socios, registrando-se o seguinte resultado: em 2.º escrutinio aprovadas as relativas ao Dr. Eduardo Alcântara de Oliveira e à Prof.ª D.ª Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, ambos para a categoria de socios efetivos, e em 1.º escrutinio as relativas aos senhores Capitão Francisco Ruas Santos e Gumercindo de Padua Fleuri para socios efetivos, e Dr. Jaime Duarte Cortezão, Dr. Ordival Cassiano Gomes e Dr. Ivolino de Vasconcelos, para o quadro de socios correspondentes. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Sr. Presidente a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes*

## **Ata da 10.ª sessão regimental em 1.º de outubro de 1949**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretario: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretario: José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Ao 1.º dia do mês de outubro de 1949, às 16 horas, na sede social, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a décima sessão regimental do corrente ano. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpetuo e secretariado pelo Dr. Carlos da Silveira, 1.º secretario e, Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, 3.º secretario. Assinaram o livro de presença os srs.: José Tôrres de Oliveira, Carlos da Silveira, Frederico de Barros Brotero, Alexandre D'Alessandro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Pe. Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, Domingos Laurito, José Antero Pereira Junior, Plinio de Barros Monteiro, Afonso José de Carvalho, Tito Livio Ferreira, Américo B. A. de Moura, José Pedro Leite Cordeiro, Olga Pantaleão, Alfredo Gomes, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Luís Tenorio de Brito, Pedro Dias de Campos, Sérgio Buarque de Holanda, Maria

Xavier da Silveira, Álvaro Martins, José Cassio de Macedo Soares, José Eduardo Macedo Soares Sobrinho, Jorge Bertolaso Stella, João B. de Campos Aguirra e José Soares de Melo. O Sr. Presidente declarou aberta a sessão. O Sr. Alfredo Gomes pediu a inversão da ordem do dia. O Sr. Presidente, novamente com a palavra, comunicou que a presente sessão teria duas fases, na primeira das quais seria prestada homenagem à memória do Conselheiro Rui Barbosa, de quem falou, chamando-o de "vulto incomparável" e dizendo que se igualou a Camões, Dante, Shakespeare e Goethe. A seguir, o Sr. Presidente convidou os Srs. Professor Antonio Simões dos Reis, representando a "Casa de Rui Barbosa", do Rio de Janeiro, e Desembargador Paulo Costa, representando a Comissão Organizadora das Comemorações do Centenario de Rui Barbosa em São Paulo, para tomarem lugar à mesa. Foram justificadas as ausências dos Srs. Amador Bueno Machado Florence, Nicolau Duarte Silva, Ricardo Gumbleton Daunt e Dacio Pires Correia. Comunicou, ainda, o Sr. Presidente que o Instituto fará realizar uma serie de conferencias do centenario de Rui, sendo que, no próximo sábado, dia 8 falará o Sr. Américo Brasileiro Antunes de Moura sobre o tema "Rui e a Réplica". Foi dada a palavra ao orador oficial, Sr. José Pedro Leite Cordeiro que proferiu bellissima conferencia sobre "Rui Conferencista". Ao terminar, foi o orador muito aplaudido. O Sr. Presidente agradeceu ao conferencista a sua brilhante oração, com a qual têm início, em São Paulo, as comemorações ruianas. Na segunda fase dos trabalhos da sessão, usou da palavra o Sr. José Antero Pereira Junior que leu erudita conferencia sobre "Os segredos das Itacoatiaras", sendo muito felicitado. A propósito do trabalho, teceram elogiosas considerações os Srs. Presidente, Carlos da Silveira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa e José Pedro Leite Cordeiro, tendo o Sr. José Antero agradecido. Continuando com a palavra, o Sr. Leite Cordeiro propõe seja inserto em ata um voto de congratulações pela nomeação do Sr. Alfredo Gomes para a directoria do Ginasio Estadual de Pinheiros, e outro voto pela efetivação do Sr. Pedro Caropreso na directoria da Imprensa Oficial do Estado. Propôs, ainda, o assinalamento do centenario do Senador Cesario da Silva Bastos, de cuja personalidade falou. Aprovados, falou agradecendo o Sr. Alfredo Gomes. O Sr. Marcondes de Sousa falou sobre Euclides da Cunha, pedindo que constasse da ata solene protesto pela publicação, presentemente, de reportagem relatando as circunstancias em que se verificou a morte do grande escritor. Aberta a discussão falaram os Srs. Alexandre D'Alessandro, José Pedro Leite Cordeiro e Alfredo Gomes. Falou afinal o sr. Presidente oferecendo o seguinte substitutivo que foi aprovado: "O Instituto Histórico lamenta profundamente a publicidade que se está dando, pela imprensa, ao trágico incidente em que perdeu a vida o Dr. Euclides da Cunha, porque essa divulgação, embora pareça ter apenas por fim ampliar a defesa do acusado, que, aliás, já foi absolvido, pode marcar o nome da vítima, que foi socio honorario deste sodalicio e cujos trabalhos e valor moral e intelectual o colocam, dignamente, no quadro das grandes glorias nacionais". Os Srs. Bueno de Azevedo Filho e Alexandre D'Alessandro votaram contra a proposta e o substitutivo e o Sr. Bertolaso Stella se absteve de votar. O Sr. Alfredo Gomes comunicou que representou o Instituto nas solenidades de 7 de setembro. Finalmente, o Sr. Alexandre D'Alessandro participou a constituição da Divisão de Historia da Engenharia no Bra-

sil, do Instituto de Engenharia, que foi instalada a 28 de setembro, sendo presidente o Engenheiro Ranulfo Pinheiro e secretario o proprio declarante. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes*

### **Ata da 2.<sup>a</sup> sessão extraordinária, em comemoração do centenario do nascimento de Rui Barbosa, realizada em 8 de outubro de 1949, no salão nobre do Instituto**

Aos oito dias do mês de outubro do corrente ano, às 16 horas, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a segunda sessão extraordinária, em comemoração do centenario do nascimento de Rui Barbosa. Por determinação do Sr. Presidente Perpetuo, Dr. José Torres de Oliveira, assumiu a presidência o Dr. Ernesto de Sousa Campos que convidou para 2.º Secretario o Sr. Plínio de Barros Monteiro, em seguida convidou para tomarem assento à mesa os Srs. Dr. José Torres de Oliveira, Dr. José Soares de Melo e o Sr. Antonio Simões Reis representante da Casa Rui Barbosa. Assinaram o livro de presença os seguintes socios: Srs. José Torres de Oliveira, Ernesto de Sousa Campos, Felix Soares de Melo, José Pedro Leite Cordeiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Américo B. A. de Moura, Carlos da Silveira, Alexandre D'Alessandro, José Cassio de Macedo Soares, Persio Pereira Mendes, Plínio de Barros Monteiro, Alfredo Gomes, Dr. Gama Rodrigues, e Olga Pantaleão. O Sr. Presidente abriu a sessão e deu a palavra ao orador inscrito, Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura para discorrer sobre: Rui e a Réplica, ou melhor, Histórico exterior da Réplica. Prendendo o auditorio por espaço de hora e meia, o orador confirmou o que dele todos esperavam. Discorreu sobre a origem da Réplica de uma maneira tão brilhante, com uma minuciosidade de datas e fatos que somente os seus conhecimentos da nossa historia e o seu profundo cabedal filológico poderiam enriquecer tão notavel dissertação. Sua conferencia constituiu uma valiosa contribuição às comemorações que o Instituto está levando a cabo dignificando a passagem do primeiro centenario do nascimento de Rui a 5 de novembro de 1949, o qual, como é do dominio de todos os srs. consocios, foi um dos presidentes honorarios deste sodalicio. O orador começou rememorando, a origem do Projeto do Código Civil Brasileiro, na vigencia do governo de Campos Sales, e salientou que não poderia abranger toda aquela complexidade que se traduzia naquele binomio — Rui, a figura majestosa no cenario político, — a Réplica, esse monumento lingüístico, esse manancial fecundo de fatos lingüísticos respigados nas obras dos nossos maiores clássicos. A seguir estendeu-se, com sua característica erudição, em torno do movimento que empolgou os juristas daquele primeiro lustro republicano, movimento que visava

a codificação de uma lei civil mais consentanea com a época, pois até então imperavam as ordenações do Reino. Durante o governo provisório, Campos Sales, como ministro, tentara realizar essa codificação; encontrou, porém, enormes embaraços. Assumindo a presidência da República, em 15 de novembro de 1898, esse grande paulista fez ressurgir essa sua idéia, e em 1899, o seu ministro Epitácio Pessoa incumbiu Clovis Bevilacqua de levar a cabo a elaboração do projeto e que a fizesse com rapidez. Indo o projeto para o Senado, após ter sido revisto pelo Professor Carneiro Ribeiro, Rui apresentou o seu parecer com data de 3 de abril de 1902. Esta sua atitude não tinha por escopo uma obstrução sistemática e sim uma obstrução construtiva, pois era seu pensamento, como bem frizou o orador, que obra de tal vulto e importância deveria ser revista, quer na sua substância, quer na parte gramatical, em tempo longo para se obter destarte o máximo possível da perfeição. Isso, porém, não entendia o governo, ou se entendesse desejava de afogadilho a sua aprovação, a fim de que coubesse ao quatriênio de Campos Sales essa gloria. Com esta explanação o orador conseguiu defender Rui desses malentendidos que vêm atribuindo a ele propósitos que nunca teve nessa memorável contenda. Salientou ainda o orador que o pensamento de Rui sempre foi o de ver o projeto bem limado na forma e na substância. Ao terminar a sua conferência o orador foi calorosamente aplaudido sob uma salva de palmas. O Sr. presidente, depois de agradecer o comparecimento de numerosa assistência, encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes*

## **Ata da sessão extraordinária, em 15 de outubro de 1949**

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Cel. Luís Tenório de Brito

Aos 15 dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e nove, em sua sede social, sita à rua Benjamim Constant n.º 152, às 16 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária com o fim especial de ouvir-se a terceira conferência da série do programa que o eminente Presidente Perpetuo deste Instituto, Dr. Torres de Oliveira organizou, em comemoração ao 1.º centenario do nascimento do grande brasileiro Conselheiro Rui Barbosa. Assumindo a presidência, por designação especial, o 2.º Vice-presidente Frederico de Barros Brotero, teve como secretários o 1.º dito Dr. Carlos da Silveira e como 2.º o Cel. Luís Tenório de Brito. Aberta a sessão convidou o Sr. Presidente para tomarem parte na mesa os srs.: prof. Soares de Melo, representante da Academia Paulista de Letras e o sr. Antonio Simões dos Reis, representante da Casa Rui Barbosa. Compareceram os seguintes socios: Frederico de Barros



Brotero, Américo Brasiense Antunes de Moura, Carlos da Silveira, Francisco Isoldi, João Batista de Campos Aguirra, Alexandre D'Alessandro, Luís Tenório de Brito, Álvaro Martins, José Pedro Leite Cordeiro, Domingos Laurito, Franchini Neto, Alfredo Gomes, Pedro Dias de Campos e José Soares de Melo. Justificaram ausencia os Srs.: Jorge Bertolaso Stella, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e Dacio Pires Correia. Viam-se no salão senhoras e senhores em grande número. Dada a palavra ao orador do dia professor Dr. Miguel Franchini Neto, discorreu Sua Senhoria, por espaço de 20 minutos, sobre o tema "Rui Barbosa, internacionalista". Seu trabalho que agradou extraordinariamente à assistência, pela felicidade com que encarou esse aspecto da vida do ilustre homenageado e pelo brilho com que o desenvolveu, foi muito aplaudido. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes*

### **Ata da sessão extraordinária, em 22 de outubro de 1949**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira  
1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira  
2.º Secretário: Prof. Alfredo Gomes

Prosseguindo na serie de conferencias comemorativas do Centenario de Rui Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou mais uma concorrida sessão, a que compareceram os seguintes socios: — Sr. José Torres de Oliveira, Frederico de Barros Brotero, Afonso José de Carvalho, Carlos da Silveira, Alcionilio B. Alves da Silva, Américo B. Antunes de Moura, Luís Tenório de Brito, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Julio Cesar de Faria, João B. de Campos Aguirra, Alfredo Gomes, Cândido de Sousa Campos, Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo, Alexandre D'Alessandro, Olga Pantaleão, Afonso de E. Taunay, Tito Livio Ferreira, e Felix Soares de Melo, além de autoridades e o representante da Casa Rui Barbosa, Dr. Antonio Simões Reis. Iniciados os trabalhos pelo Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpetuo do Instituto Histórico, disse o presidente dos objetivos da reunião e convidou para integram a mesa além do 1.º secretario do Instituto Dr. Carlos da Silveira, os srs. Dr. Afonso de Taunay, Dr. Américo de Moura, Prof. Alfredo Gomes, respectivamente presidente honorario, vice-presidente e secretario do Instituto, o Desembargador Julio Cesar de Faria e Dr. Antonio Simões Reis. Cabendo-lhe a conferencia programada na serie de solenidades, passou a presidencia ao Prof. Américo de Moura que, encarecendo a significação do assunto a ser desenvolvido

pelo ilustre presidente perpetuo do sodalicio, passou-lhe a palavra. Iniciou sua conferencia aludindo aos aspectos históricos da maior injustiça cometida no final do século "referindo-se ao brado de alerta dado pelo insigne conselheiro Rui Barbosa em uma de suas famosas Cartas da Inglaterra publicadas no "Jornal do Comercio" escrita no dia immediato ao da terrivel degradação do official francês Cap. Alfredo Dreyfus, acusado, sem documentação convincente pelo Estado Maior do Exército Francês. O fato ocorrido em 1895 revelava a suma injustiça alicerçada em simples suposições e alimentada por preconceitos raciais. Ha 54 anos o formoso talento de Rui, o seu amor à dignidade humana, e o seu apêgo aos principios da justiça, e da liberdade denunciavam ao mundo a monstruosidade que o empolgaria definitivamente. E sua "carta" seria lembrada como documento vivo, da voz humana erguida em favor de um homem desrespeitado em seus direitos, ultrajado sem lhe permitir ao menos a elemental garantia de se defender, e que tinha a seu favor uma consciencia tranqüila por estar pura, e isenta da mancha da vil traição que procuravam denegrir sua honra. Lê o conferencista magistraes trechos de Rui, historiando e descrevendo os fatos, comentando-os logo. Estende-se o ilustre conferencista na rememoração de todo o processo Dreyfus, até a intervenção de Zola que publicou, três anos após a Carta de Rui, aparecida em 7 de janeiro de 1895, seu famoso "J'Accuse" no "L'Aurore" de George Clemenceau, em 13 de janeiro de 1898. A revisão do processo e os acontecimentos que se sucederam inclusive o suicidio de personagens ligadas ao momentoso caso, a confissão do verdadeiro culpado, Estherazi, a adesão ao movimento iniciado em favor de Dreyfus de figuras marcantes do mundo político e cultural da época: Picquart, Jaurès, Clemenceau, Anatole France, Marcel Proust, Marcel Prevost, Eliseu Reclus, Victor Margueritte, Charles Richet, Octave Mirbeau, Aristides Briand, o Papa Leão XIII, a Rainha Vitoria, o Tzar Nicolau II, e o proprio Guilherme II, Kaiser da Alemanha, levaram ao reconhecimento da plena inocencia de Dreyfus, trazendo grande alegria à França e ao mundo, e mais um motivo de excepcional gloria para o Brasil por se haver ligado ao caso Dreyfus por um de seus mais eminentes filhos, o conselheiro Rui Barbosa que com sua "Carta" não só tornava patente seu amor à justiça, como afirmava perante o universo ter o sentimento proprio de sua Patria, no reconhecimento da dignidade humana e na defesa da liberdade. Dignificavam-se num só ato o Brasil e Rui porque era um filho do Brasil que, sem olhar fronteiras, levantava-se na defesa de um justo e clamava a devida justiça. As derradeiras palavras do presidente perpetuo foram acolhidas com expressiva salva de palmas. Após breves palavras do presidente da sessão, Prof. Américo de Moura, referindo-se ao mérito da conferencia proferida pelo Dr. Torres de Oliveira e agradecendo o comparecimento dos presentes, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes.*

## Ata da sessão extraordinária, em 29 de Outubro de 1949

Aos vinte nove dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a derradeira sessão comemorativa do centenário do nascimento do Conselheiro Rui Barbosa. Compareceram os seguintes socios: Srs. Dr. José Torres de Oliveira, José Pedro Leite Cordeiro, Carlos da Silveira, Alexandre D'Alessandro, Frederico Brotero, Plínio de Barros Monteiro, João B. de Campos Aguirra, Alfredo Gomes e D. Olga Pantaleão. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. José Torrès de Oliveira, presidente perpetuo do sodalicio, e secretariados pelo Dr. Carlos da Silveira, 1.º Secretario e Prof. Alfredo Gomes 4.º secretario, servindo de 2.º secretario. Abrindo a sessão o Sr. Presidente acentuou o carater especial da mesma por ser a derradeira das que o Instituto tomara a seu cargo para comemorar a passagem do 1.º centenario do nascimento do insigne brasileiro, Conselheiro Rui Barbosa. A seguir deu a pàlavra ao orador oficial, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que após se referir ao brilhantismo da conferencia proferida na sessão anterior pelo ilustre Sr. Presidente perpetuo, Dr. Torres de Oliveira, abriu um parêntesis versando assuntos que mereciam ser lembrados num ano rico em efemérides de alto cunho cívico e especial significação histórica, como a instalação do governo geral no Brasil, a fundação da cidade do Salvador, a realização dos Congressos de Historia na Bahia e do IV Congresso Nacional na cidade do Rio de Janeiro, os centenarios de Nabuco e de Rui, salientando, principalmente, em relação a este, o papel que coube a São Paulo, onde a memoria de Rui foi merecidamente cultuada em numerosas manifestações. Comunicou haver sido providenciada pelo Dr. Américo Jacobina Lacombe uma edição da formosa "Oração aos Moços", tão intimamente ligada a São Paulo. Faz um histórico muito interessante desta notavel oração e conclui oferecendo um exemplar editado pela "Casa Rui Barbosa" ao Instituto Histórico. Ainda, com a palavra, dizendo da fertilidade do ano de 1949, alude à magnifica obra do Pe. Serafim Leite, já ultimada, classificando-a de verdadeiro monumento de cultura e historia. Propõe se consigne em ata um voto dê louvor pelo término de sua Historia da Companhia de Jesus no Brasil, e se officie ao autor enaltecendo o mérito de tão valioso trabalho. Ressalta a figura impar de Afranio Peixoto que financiou o 1.º e 2.º volumes e só depois do 3.º é que o governo brasileiro tomou a si o encargo de financiar o custeio da obra. Lembra, ainda, um conceito, da Universidade de Harvard, classificando de "Soberbo trabalho", a obra do Pe. Serafim Leite. Recorda também o centenario da cidade de Pinhal que encabeçaria um movimento para finalizar a construção da Catedral de São Paulo, tendo-se aventado a possibilidade de trasladar os ossos de Anchieta para a mesma Catedral. Recorda a sugestão de se dar à Praça da Sé o nome de Praça Anchieta. Salienta o desejo de S. E. o Cardeal D. Carlos de Vasconcelos Motta no sentido de que o Instituto se manifeste sobre estes assuntos, inclusive a possibilidade da

trasladação dos ossos de Pe. Manuel da Nóbrega. E conclui suas palavras destacando a participação do Instituto em todos os grandes fatos celebrados durante o ano, do que era prova a recente serie de conferencias sobre os varios aspectos da vida e da obra de Rui Barbosa. O Sr. Presidente declara a seguir que poderia dar por encerradas as comemorações relativas ao centenario de Rui, mas solicita a atenção da assistencia para se referir à evolução do espirito de Rui, salientando a marcha para o bem, tão marcante nas admiraveis páginas da grande "Oração aos Moços", excepcional evangelho, onde se fez ouvir o homem que tem no íntimo a fé nos dogmas da Igreja e nos principios de sua Pátria. Era realmente uma oração que podia ser apresentada como expressivo ato de fé. Após comentar varias partes da "Oração aos Moços" e de outras páginas de Rui, o Sr. Presidente encerra a sessão declarando que a tribuna do Instituto ainda continuaria aberta aos socios que quisessem apresentar trabalhos relativos ao centenario do illustre brasileiro. Anunciou a entrada em ferias do Instituto, sendo os srs. socios avisados de qualquer sessão que, porventura, fôsse realizada no sodalicio até a abertura dos trabalhos em 1.º de janeiro do ano vindouro. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

(aa) *Ernesto de Sousa Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes*

### **Ata da sessão magna em 31 de outubro de 1949**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretario: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretario: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 1949, às 16 horas em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou a sessão magna em que foi feito o elogio histórico dos socios falecidos no decorrer do ano social findo, com a presença dos seguintes socios: — Dr. José Torres de Oliveira, Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo, Alexandre D'Alessandro, Luís Ribeiro do Vale, Álvaro da Veiga Coimbra, Spencer Vampré, Carlos da Silveira, Álvaro Soares Brandão, Afonso de Escagnole Tainay, Arrison de Sousa Ferraz, Julio Cesar de Faria, José Pedro Leite Cordeiro, e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Aberta a sessão, o Sr. Presidente convidou para tomarem lugar à mesa os Srs. Afonso de Tainay, Julio Cesar de Faria, Spencer Vampré, e Álvaro Soares Brandão, este representando no ato, a "Sociedade de Geografia de Lisboa". Foi justificada a ausencia do Sr. Américo Brasileiro Antunes de Moura. No expediente foi lido um telegrama do Sr. Comandante Waldeck Vampré escusando-se por não poder comparecer. Foi dada a palavra ao orador official Dr. José Pedro Leite Cordeiro. Comemorando o 55.º

aniversario da fundação do Instituto, proferiu o necrologio dos mortos do ano: Srs. Cesar Trípoli, Francisco de Paula Santos, Bernardino José de Sousa, Alci biades de Toledo Piza, Guilherme Wendel, Mario de Sanctis, João Lelis Vieira, João Vampré, Henrique de Campos Ferreira Lima, e Eduardo Dias. O orador foi muito aplaudido pelo magnífico trabalho realizado. Nada mais ha vendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão agradecendo o com parecimento de todos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*

### **Ata da sessão extraordinaria em 19 de novembro de 1949**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretario: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretario: D.ª Maria Imaculada Xavier da Silveira

Aos 19 dias do mês de novembro de 1949, às 16 horas, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão extraordinaria, em que o socio efetivo escritora Ligia Lemos Torres tomou posse de sua cadeira. À hora aprasada, estando ausentes os 2.º, 3.º e 4.º se cretarios, o Dr. José Torres de Oliveira, Presidente do Instituto, designou o socio honorario Maria Imaculada Xavier da Silveira para secretariar a sessão, con vi dando os Srs. Embaixador Macedo Soares e Aureliano Leite para tomarem assento à mesa. Assinaram o livro de presença os seguintes socios: Drs. José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, Américo B. A. de Moura, Cel. Luís Tenório de Brito, José Carlos de Macedo Soares, José Pedro Leite Cordeiro, Sinesio Rangel Pes tana, Aureliano Leite, José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, Ligia Lemos Torres, Alfredo Gomes, Djalma Forjaz, Gama Rodrigues, Maria Xavier da Sil veira e Frederico Brotero. Em seguida, o Sr. Presidente nomeou uma comissão, composta dos Srs. Embaixador Macedo Soares e Drs. Américo de Moura e Au reliano Leite para introduzir a conferencista no recinto a fim de ser empossada da sua cadeira, e deu a palavra ao Dr. José Pedro Leite Cordeiro, orador oficial, para saudá-la. Em belo improviso, falou o Dr. Leite Cordeiro dos méritos da escritora, dos seus trabalhos históricos e literarios, notadamente o livro sobre D. Amelia, 2.ª Imperatriz do Brasil. Com a palavra, a oradora pronunciou sua anunciada conferencia dissertando brilhantemente sobre Rui, contando como tra balhava o genial advogado, qual seu método, capacidade, e referiu-se às anota ções que fazia nos livros no mesmo idioma em que eram escritos, à memoria pro digiosa do madrugador *impeñitente*, à frase de cinco palavras do Mestre: *Não ha*

*justiça sem Deus.* Terminou com o "Padre Nosso", que Rui recitava todos os dias, confessando o consagrado jurista pensar *não mentir*, quando dizia a oração dominical, pois, sempre perdoara, sempre praticara o que nela se encerra. Vibrante salva de palmas coroou suas últimas palavras, sendo muito cumprimentada pelas pessoas presentes as quais enchiam literalmente o salão do Instituto. Finalmente, o Sr. Presidente, em palavras elegantes, disse do deslumbramento causado à assistência pelo empolgante trabalho produzido, o que não era de estranhar dado o valor da Sra. Ligia Lemos Torres. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, e eu Maria Imaculada Xavier da Silveira, lavrei esta ata, que será assinada pelos membros da mesa, após a respectiva aprovação.

(aa) *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*

# CADASTRO SOCIAL

( 1 9 4 9 )

## *Presidente Honorario*

Afonso de Escragnolle Taunav

## *Presidente Perpetuo*

José Torres de Oliveira

## *Socios Eméritos*

Washington Luís Pereira de Sousa  
Frederico de Barros Brotero  
José Carlos de Macedo Soares  
José Torres de Oliveira  
Américo Brasiliense Antunes de Moura

## *Socios Beneméritos*

Manuel Pereira Guimarães  
Samuel Ribeiro  
Dacio Pires Correia

## *Socios Honorarios*

Afonso José de Carvalho  
Alberto Iria  
Altino Arantes  
Ana de Queiroz Teles Tibiriçá  
Antonio Colbacchini (Padre)  
Berta Leite  
Cândido Mariano da Silva Rondon  
Carlos da Silveira  
Carlos de Souza Nazaré  
Carlota Pereira de Queiroz  
Damião Peres

Deusdedit de Araujo (Monsenhor)  
Edmundo Krug  
Eduardo Dias  
Ernesto de Souza Campos  
Eugenio Egas  
Francisca Pereira Rodrigues  
Francisco de Aquino Correia (Dom)  
Hipólito Chevelon (Padre)  
João Batista de Carvalho (Padre)  
João Lourenço Rodrigues  
José Adriano Marrey Junior  
José Augusto de Magalhães  
José Danti (Padre)  
José de Castro Neri (Padre)  
José Pires do Rio  
Julio Cesar de Faria  
Julio de Mesquita Filho  
Laudo Ferreira de Camargo  
Leopoldo Aires  
Luisa da Fonseca  
Manuel da Costa Manso  
Maria Imaculada Xavier da Silveira  
Maria Pais de Barros  
Noemia Nascimento Gama  
Paulo Tarso de Campos (Dom)  
Pedro d'Orleans e Bragança (Príncipe)  
Pedro Dias de Campos  
Serafim Leite (Padre)  
Sinésio Rocha  
William Brocks Greenle

*Socios efetivos*

Adriano Campanhole  
Afonso Schmidt  
Alcindo Muniz de Souza  
Alexandre d'Alessandro  
Alfredo Gomes  
Alice Piffer Canabrava  
Alípio Leme de Oliveira  
Álvaro da Veiga Coimbra  
Álvaro Martins  
Álvaro Soares Brandão  
Amadeu de Queiroz  
Amador Bueno Machado Florence  
Amando Franco Soares Caiubi



Américo Maciel de Castro Junior  
Américo Netto do Rego Cavalcanti  
Antonio Augusto de Menezes Drummond  
Antonio Barreto do Amaral  
Antonio Ferreira Cesarino Junior  
Antonio Paulino de Almeida  
Ari França  
Aristides Gréve (Padre)  
Armando de Arruda Perêira  
Aroldo Edgar de Azevedo  
Arrisson de Souza Ferraz  
Astrogildo Rodrigues de Melo  
Augusto Gonzaga  
Aureliano Leite  
Bento Bueno  
Cândido de Souza Campos  
Cantidio de Moura Campos  
Carlos Alberto Nunes  
Carlos Borges Schmidt  
Carlos de Moraes Andrade  
Celestino Eusébio Fázio  
Cincinato Braga  
Ciro Onésimo Maria Mondim  
Clodomiro Pereira da Silva  
Coriolano Roberto Alves  
Dagoberto Sales  
Djalma Forjaz  
Domingos Lauriço  
Eduardo Alcântara de Oliveira  
Eduardo de Oliveira França  
Edward Carmilo  
Egon Schaden  
Enzo Silveira  
Ernesto de Moraes Leme  
Eurico Branco Ribeiro  
Eurípedes Simões de Paula  
Fabio da Silva Prado  
Fausto de Almeida Prado Penteado  
Felix Soares de Melo  
Francisco Cimino  
Francisco de Assis Carvalho Franco  
Francisco de Assis Inglesia  
Francisco Isoldi  
Francisco Pires Martins  
Gastão Ferreira de Almeida  
Gastão Vidigal

Gofredo Teixeira da Silva Teles  
Helio Abranches Viotti (Padre)  
Henrique Oscar Wiederspahn  
Honorio de Silos  
Igor Dolgorukij  
Inacio da Costa Ferreira  
João Batista de Campos Aguirra  
João Cruz Costa  
João Dias da Silveira  
João Nery Guimarães  
João Pedro Cardoso  
Joaquim Alfredo da Fonseca  
Joaquim Abreu de Sampaio Vidal  
Joaquim Silva  
Jorge Bertolaso Stella  
José Antero Pereira Junior  
José Aires Netto  
José Augusto Cesar Salgado  
José Benedito Silveira Peixoto  
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho  
José Carlos de Ataliba Nogueira  
José Cassio de Macedo Soares  
José de Moura Rezende  
José de Oliveira Orlandi  
José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho  
José Eugenio de Paula Assis  
José Ferreira de Melo Nogueira  
José Furtado Cavalcanti  
José Higino de Campos (Monsenhor)  
José Hipólito Trigueirinho  
José Maria Whitaker  
José Nogueira Sampaio  
José Pedro Leite Cordeiro  
José Querino Ribeiro  
José Ribeiro de Araujo Filho  
José Ribeiro de Sá Carvalho  
Laerte Teixeira de Assunção  
Lelio Piza  
Ligia Lemos Torres  
Luís Amaral  
Luís Correia de Melo  
Luís da Câmara Lopes dos Anjos  
Luís Ribeiro do Vale  
Luís Sergio Tomás  
Luís Tenorio de Brito  
Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz

Manuel Gândara Mendes  
Manuel Rodrigues Ferreira  
Maria da Conceição Martins Ribeiro  
Maria de Lourdes de Paula Martins  
Marina Andrade Procópio de Carvalho  
Mário de Sampaio Ferraz  
Martinho da Silva Prado Junior  
Mauricio Benedito Ottoni  
Mauro Albrecht Wirth (Dom)  
Miguel Franchini Neto  
Nicolau Duarte Silva  
Odecio Bueno de Camargo  
Odilon Nogueira de Matos  
Olga Pantaleão  
Otoniel Mota  
Paulo Aurisol Cavalheiro Freire (Padre)  
Paulo Florêncio da Silveira Camargo (Cônego)  
Paulo Ribeiro de Magalhães  
Paulo Vergueiro Lopes de Leão  
Pedro Moacir Campos  
Pelagio Alvares Lobo  
Percival de Oliveira  
Persio Pereira Mendes  
Plinio de Barros Monteiro  
Plinio Marques da Silva Ayrosa  
Rafael Rocha Campos  
Raul de Frias Sá Pinto  
Raul Romano  
Renato Pais de Barros  
Renato Silveira Mendes  
René Thiollier  
Ricardo Gumbleton Daunt  
Rivadavia Dias de Barros  
Roberto dos Santos Moreira  
Roberto Pompilio  
Roberto Thut  
Rozendo Sampaio Garcia  
Rubens Borba Alves de Moraes  
Rui Bloem  
Rui Calasans de Araujo  
Salvador Moya  
Sebastião Pagano  
Sergio Buarque de Holanda  
Sinesio Rangel Pestana  
Teodomiro Dias  
Teodoro Braga

Tito Livio Ferreira  
Tomás Oscar Marcondes de Souza  
Ulisses Coutinho  
Valdemar Panadés  
Vitor Freire da Silva Junior  
Zuinglio Marcondes Homem de Melo

*Socios Correspondentes*

Adalberto Ortmann (Frei) — Guaratinguetá, São Paulo  
Afonso Antônio de Freitas Junior — Casa Branca, São Paulo  
Almiro Avila y Martel — Santiago, Chile  
Alberto Frederico de Moraes Lamego — Campos, Estado do Rio  
Alcebiades Delamare Nogueira da Gama — Rio de Janeiro  
Alcindo de Azevedo Sodré — Petrópolis, Rio  
Alcionilio Bruzzi Alves da Silva (Padre) — Italia  
Alexandre Nelson de Armond Marchand — Washington, Est. Unidos  
Alfredo Dias de Molina — Buenos Aires, Argentina  
Alfredo Vieira de Moura Matoso — Lisboa, Portugal  
Américo Jacobina Lacombe — Rio de Janeiro  
Amilcar Salgado dos Santos — Curitiba, Paraná  
Anibal de Matos — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Antonio da Gama Rodrigues — Lorena, São Paulo  
Antonio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho — Salvador, Bahia  
Antonio Figueira de Almeida — Rio de Janeiro  
Antonio Gomes da Rocha Madahil — Coimbra, Portugal  
Antonio Maria Barbieri (Dom) — Montevidéu, Uruguai  
Antonio Tavares Pinhão — Ribeirão Preto, São Paulo  
Ariosto Espinheira — Rio de Janeiro  
Aristides Monteiro de Carvalho e Silva — Niterói, Estado do Rio  
Arlindo Drummond Costa — Rio de Janeiro  
Arquimedes Pereira Guimarães — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Augusto Meira — Belém, Pará  
Basilio de Magalhães — Rio de Janeiro  
Benedito Pires de Almeida — Tietê, São Paulo  
Buenaventura Caviglia Hijo — Montevidéu, Uruguai  
Carlos Studart Filho — Rio de Janeiro  
Celso Ferraz de Camargo — Campinas, São Paulo  
Celso M. Schroeder — São Gabriel, Rio Grande do Sul  
Celso Vieira de Camargo — Tatuí, São Paulo  
Cristovão T. de Camargo — Rio de Janeiro  
Dante Laitano — Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
Davi Antonio da Silva Carneiro — Curitiba, Paraná  
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso — Rio de Janeiro  
Édelweiss Teixeira — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Eduardo d'Araujo Jacobina — Guaratinguetá, São Paulo

- Eduardo Santos Maia — Cruzeiro, São Paulo  
Elmano Gomes Cardim — Rio de Janeiro  
Emilio José Salim (Cônego) — Campinas, São Paulo  
Felix Guisard Filho — Taubaté, São Paulo  
Fernando Antonio Raja Gabaglia — Rio de Janeiro  
Fernando São Paulo — Salvador, Bahia  
Flavio Maurano — Casa Branca, São Paulo  
Florencio de Abreu — Rio de Janeiro  
Gaspar de Couto Ribeiro Villas — Lisboa, Portugal  
Gaston Benedict de Benedictis — Los Angeles, Estados Unidos  
Geraldo Dutra de Moraes — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Guilherme Martinez Auler — Recife, Pernambuco  
Haroldo Renato Ascoli — Rio de Janeiro  
Heitor Muniz — Salvador, Bahia  
Helio Viana — Rio de Janeiro  
Henrique de Gandia — Buenos Aires, Argentina  
Henrique da Costa Fernandes — São Luiz, Maranhão  
Henrique Jorge Hurlay — Belém, Pará  
Herculano Teixeira d'Assunção — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Hilton Federici — Guaratinguetá, São Paulo  
Inacio Manuel Azevedo do Amaral — Rio de Janeiro  
Jerônimo de Aquino Araujo — Guaratinguetá, São Paulo  
Jesus Machado Tambelini — Batatais, São Paulo  
João Dornas Filho — Belo Horizonte, Minas Gerais  
João José Maria Francisco de Oliveira — Ilha da Madeira, Portugal  
João Pereira de Oliveira — Lorena, São Paulo  
Joaquim Vicente Rondon  
Jorge Moreira da Rocha — Fortaleza, Ceará  
José da Costa e Silva Sobrinho — Santos, São Paulo  
José de Mesquita — Cuiabá, Mato Grosso  
José de Toledo — Planalto, São Paulo  
José Eduardo de Macedo Soares — Rio de Janeiro  
José Feliciano de Oliveira — Paris, França  
José Loureiro de Ascensão Fernandes — Curitiba, Paraná  
José Maria de Moraes — Recife, Pernambuco  
José Roberto de Macedo Soares — Rio de Janeiro  
Juan S. Pivel Devoto — Montevideo, Uruguai  
Julio de Almeida da Gama Lobo Caiola — Lisboa, Portugal  
Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt — Rio de Janeiro  
Lisias Augusto Rodrigues — Rio de Janeiro  
Louis Wirion — Luxemburgo  
Lourenço Luiz Lacombe — Petropolis, Rio de Janeiro  
Luís Alves de Oliveira Belo — Rio de Janeiro  
Luís Carlos de Moraes — Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
Luís Castanho de Almeida (Cônego) — Sorocaba, São Paulo  
Luís Felipe Castilhos Goicocheia — Rio de Janeiro

- Luís Felipe Vieira Souto — Rio de Janeiro  
Luís Marques Poliano — Rio de Janeiro  
Manuel Hipólito do Rego — Santos, São Paulo  
Manuel da Silveira Soares Cardoso — Washington, Estados Unidos  
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres — Piracicaba, São Paulo  
Mario Melo — Recife, Pernambuco  
Mario Sette — Recife, Pernambuco  
Miguel Angel Martinez Galvez — Buenos Aires, Argentina  
Murilo de Miranda Basto — Rio de Janeiro  
Murilo Moutinho (Padre) — Rio de Janeiro  
Nereu Rangel Pestana — Petropolis, Rio de Janeiro  
Nestor dos Santos Lima — Natal, Rio Grande do Norte  
Nicolas Eugenio Navarro (Don) — Caracas, Venezuela  
Olavo Dantas — Rio de Janeiro  
Paul Rivet — Paris, França  
Paulo Silvio de Azevedo — Tatuí, São Paulo  
Plinio Travassos dos Santos — Araçatuba, São Paulo  
Rafael Duarte — Campinas, São Paulo  
Raimundo Magalhães — Rio de Janeiro  
Ramon de Castro Esteves — Buenos Aires, Argentina  
Richard Morse — Estados Unidos  
Roberto da Mota Macedo — Rio de Janeiro  
Rodolfo Garcia — Rio de Janeiro  
Rudolf Streiff Becker — Zurich, Suíça  
Rui Almeida — Rio de Janeiro  
Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Sebastião Almeida Oliveira — Tanabi, São Paulo  
Tancredo de Barros Paiva — Rio de Janeiro  
Timóteo van den Broeck — Santos, São Paulo  
Tomas Wawerley Palmer Junior — Conecticut, Estados Unidos  
Virgílio Correa Filho — Rio de Janeiro  
Vital Brasil Mineiro da Campanha — Niterói, Rio de Janeiro

## ÍNDICE

Padre Manoel da Nóbrega — <i>J. P. Leite Cordeiro</i> . . . . .	9
Subsídios genealógicos — <i>Carlos da Silveira</i> . . . . .	29
Antonio José Pereira — <i>Arquimedes Pereira Guimarães</i> . . . . .	65
De São Paulo a Manaus (Impressões de viagem) — <i>Luís Tenório de Brito</i> . . . . .	91
No Quarto Centenario da chegada à Bahia do fundador de São Paulo — <i>Tito Lívio Ferreira</i> . . . . .	103
Saudação aos Historiadores Portugueses — <i>J. P. Leite Cordeiro</i> . . . . .	117
Centenario de Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre — Aspectos de sua vida como cidadão e sacerdote — <i>Ricardo Gumbleton Daunt</i> . . . . .	121
A Expedição de 1501-1502 e Amerigo Vespucci — <i>Tomás Oscar Marcondes de Souza</i> . . . . .	149
Vida comunitaria entre os Indios do Noroeste Amazônico (Bacia do rio Uaupés) — <i>Padre Alcionílio Bruzzi Alves da Silva</i> . . . . .	175
Martim Francisco, Raposo e os seus jornais — <i>Costa e Silva Sobrinho</i> . . . . .	182
Rui Barbosa, o orador — <i>J. P. Leite Cordeiro</i> . . . . .	187
Rui e a "Réplica" — <i>Américo de Moura</i> . . . . .	209
Rui Barbosa, o conferencista — <i>J. P. Leite Cordeiro</i> . . . . .	239
Alvares Machado — <i>Amador Florence</i> . . . . .	255
Necrologio dos socios falecidos em 1949 - <i>J. P. Leite Cordeiro</i> . . . . .	277
Índice Alfabético e Índice Cronológico dos "Inventarios e Testamentos" publicados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo . . . . .	295
Relatorio de 1949 . . . . .	327
Atas . . . . .	333
Cadastro Social . . . . .	375

Tip. Ideal — Irmãos Canton  
Rua Ribeira de Lima, 332 - Fone, 34-2342  
— SÃO PAULO —